



Trilhos

MEMÓRIAS.
POR VEZES,
QUASE UM DIÁRIO.

Luís Valente de Oliveira

VOLUME

7

12

ÍNDICE

VOLUME

7

CAPÍTULO XXV

A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
NA PRIMEIRA METADE DO XII GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

– 5 –

CAPÍTULO XXVI

O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL
NA PRIMEIRA METADE DO XII GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

– 149 –

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

– 392 –

PLANO GERAL DA OBRA

– 394 –



CAPÍTULO XXV

A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA PRIMEIRA METADE DO XII GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

A procura da qualidade pressupunha formação de todos os agentes da Administração central, regional e local. Para dar corpo a esta intenção do novo Governo reuni-me em 6 de Novembro de 1991 com a Secretária de Estado da Modernização Administrativa e com o Secretário de Estado da Administração Local. Era importante analisar quais os instrumentos de que dispúnhamos para o fazer. Eles eram, especialmente, o INA e o CEFA. O Primeiro-Ministro tinha agregado a maior parte das instituições de formação sob a tutela da Presidência do Conselho, incumbindo da sua execução a Secretária de Estado. Mas convinha articular a acção dos dois Secretários de Estado, nomeadamente para definir e caracterizar a procura. Eu sugeri que se estendesse a colaboração à Inspeção-Geral da Administração do Território para se analisar as principais causas das irregularidades observadas; isso permitiria ter uma perspectiva acerca das formações mais urgentes, aquelas que colmatariam a mais arreliadora das infracções que é aquela que se comete por ignorância.

*

O Sistema Nacional de Informação Geográfica tinha sido desenvolvido entre nós como um projecto de investigação. Já me referi a ele várias vezes e ao papel importantíssimo que teve no seu lançamento o Eng.^o Rui Gonçalves Henriques. Já se tinha adquirido a experiência suficiente para o integrarmos na administração corrente. No dia 6 de Novembro a sua tutela passou para o Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território.

*

O primeiro despacho com o Secretário de Estado da Administração Local foi muito sobre aquilo que havia sido decidido impulsionar no programa do Governo. Decidimos fazer uma visita à Inspeção-Geral da Administração do Território (IGAT). Mas, para ela ser mais útil, resolvemos ouvir o Coronel Manuel da Costa Brás, que era o “ombudsman” português na altura, com larga experiência e com as mais cordiais relações connosco. Era a sua experiência que buscávamos, através das suas recomendações.

Tínhamos que acelerar o processo de desclassificação das estradas que há tanto se arrastava. Iríamos esperar pela nomeação do novo Director-geral do Ordenamento do Território. A formação de técnicos de Ordenamento do Território reclamava uma acção urgente. Definimos como fazê-la.

A questão dos GAT tinha que ser afrontada. Não os podíamos deixar extinguir-se por via do esvaziamento progressivo dos seus quadros. Deveríamos definir o seu futuro, cortando onde se devesse fazê-lo.

A formação dos recursos humanos nas Autarquias deveria ser objecto de uma encomenda à Secretaria de Estado da Modernização Administrativa e de uma articulação com o CEFA. Conviria criar um pequeno grupo de personalidades conhecedoras com quem debatêssemos a questão, ajudando-nos a definir as medidas necessárias e as prioridades.

Arrastava-se o problema das Assembleias Distritais que, por terem algumas instituições assistenciais na sua dependência, apresentavam algumas dificuldades na sua extinção. Mas a sua manutenção não fazia sentido. Era preciso concluir as negociações com o Ministério da Segurança Social para acolherem aquelas unidades e encontrar soluções rápidas para o resto. O problema do seu património era o aspecto mais fácil. Nunca houve dificuldades em ocupar um espaço se ele estivesse em boas condições. Nós bem queríamos transferir as Assembleias para o Ministério da Administração Interna, mas os sucessivos ministros não gostavam de dispersar a sua atenção por competências que faziam pouco sentido ficar sob a sua tutela; a lógica era uma vaga dependência dos Governadores Cívicos; mas isso não era suficiente. Foi uma transferência de atribuições feita à lupa, cada caso sendo um caso; deu imenso trabalho a resolver.

As Áreas Metropolitanas estavam muito activas. Os Autarcas respectivos exibiam um protagonismo surpreendente. Deveríamos fomentar reuniões de trabalho e, mesmo, dar uma ou outra entrevista sobre o tema. As minhas ambições estavam limitadas ao sector dos transportes, ao ordenamento urbano e aos grandes equipamentos; mas eles queriam muito mais!

Decidimos mandar elaborar uma publicação sobre o Poder Local em Portugal ao longo dos últimos quinze anos e acordámos no conteúdo de um decreto-lei sobre a Heráldica Autárquica.

*

No dia 13 de Novembro reuni-me com o Presidente ANMP. Estavam comigo a Secretária de Estado do Planeamento e o Secretário de Estado da Administração Local. Tinha havido o cancelamento de uma série de candidaturas a apoios para a construção de equipamento urbano relativas a 1989. Isso acontecera porque, em 1991, as obras ainda não tinham sido iniciadas. Era preciso ver o que se faria porque o dinheiro estava parado com outros a necessitar dele.

Como já referi, para tornar mais fácil a composição da contrapartida nacional às ajudas comunitárias a projectos autárquicos, havia sido criada uma linha de crédito bonificada, na Caixa Geral de Depósitos. A ANMP pretendia uma taxa de juro ainda melhor do que a conseguida.

Os PDM iam avançando. Mas havia uns tantos que estavam atrasados e eu tinha fixado sanções: primeiro não poderiam beneficiar de verbas para apoio à construção de equipamento urbano; num segundo tempo, deixariam de ter acesso a ajudas comunitárias. O presidente da ANMP queria uma prorrogação da data fixada, com o pretexto de que as reuniões das comissões de acompanhamento não estavam a ser operativas: queixava-se de que havia sectores que não tomavam decisões nessas reuniões; era, especialmente, o caso da RAN e da REN. Não me custava a acreditar que isso acontecesse. Tivemos que decidir procedimentos radicais: se eles não deliberassem quando isso lhes era pedido, daríamos um prazo para que o fizessem; se isso não ocorresse tomaria a comissão de acompanhamento a decisão em falta. As dificuldades eram mais patentes em relação à REN, porque ela tinha sido definida muito genericamente, uma vez que quiseram fazê-lo depressa e isso conduzia, algumas vezes, a condicionamentos exagerados.

A ANMP queria realizar um encontro sobre a problemática dos centros históricos. Muitos Municípios confrontavam-se com as dificuldades da sua reabilitação. O trabalho dos Gabinetes Técnicos Locais já poderia ser avaliado com a elaboração de sínteses acerca da melhor forma de operar. Prometi o apoio do Ministério. Isso abriu-me a porta para eu aflorar uma questão que muito me preocupava: a qualidade arquitectónica das novas construções. O País estava cheio de “mamarrachos” projectados por habilidosos sem formação. Tinha de se reclamar maior qualidade dos projectos. Mas isso não era fácil de concretizar, porque havia muitas pressões locais para construir coisas que eram imitação de outras erguidas ali ao lado. Quando se levantavam obstáculos, a discussão focava-se no que era ou não o gosto do técnico em contraposição com o do proponente (ou do seu técnico) que estava a apresentar um pedido muito parecido com outro já executado ali ao lado. Esta é uma questão que passa pela disponibilidade de arquitectos devidamente formados, por uma educação do gosto na qual a comunicação social tem um papel a desempenhar e pela educação em geral. Quando se vê o que hoje (2016) se faz em comparação com 1990, damos conta de que houve, de facto, uma grande evolução.

As situações de atrito com o Tribunal de Contas eram numerosas. Eu suspeitava que havia falta de informação, ou de legislação, ou de esclarecimento da que havia sido produzida. Por isso decidi solicitar ao Presidente do Tribunal de Contas uma reunião com a ANMP, com a Direcção-geral da Administração Autárquica e com a Inspecção-geral da Administração do Território para esclarecimento dos casos que tinham sido apreciados e condenados. Pedi para começarem por esclarecer os procedimentos no que tocava à legislação sobre empreitadas, a área mais sensível. As minhas suspeitas confirmaram-se. O esclarecimento da legislação permitiu reduzir enormemente as pendências e as condenações. Em Portugal há uma enorme dificuldade em dar o primeiro passo em direcção ao outro!... Uma conversa tida com boa-fé e frontalidade resolve muitos equívocos...

*

Em 25 de Novembro informaram-me que, na Região do Norte, estavam em curso de elaboração 87 PDM. Prontos estavam cerca de trinta. As equipas ti-

nham passado a fase de análise para entrar na de elaboração de propostas. As dificuldades que sentiam prendiam-se com a feitura das propostas de acção e, especialmente, com a compatibilização entre elas. Não tinham experiência do exercício e isso embaraçava-os.

Começávamos a pensar na execução dos Planos Directores. Naquela data transmitiram-me preocupações relativamente à insuficiente capacidade técnica das Câmaras. Não tinha havido grandes alterações, em termos de guarnecimento de quadros, ao longo dos últimos anos. Deveria, por isso, haver formação acelerada, através de acções organizadas pelas Comissões de Coordenação Regional e, em certos casos, mesmo a admissão de um ou outro técnico.

Muitas Câmaras haviam decidido mandar fazer fora os seus PDM. Algumas vezes eles foram bem elaborados, envolvendo os órgãos decisórios do Município, mas com uma participação moderada dos órgãos técnicos. Dei instruções para que fossem preparados os termos de referência das tais acções de formação que deveriam destinar-se a arquitectos, engenheiros e geógrafos. Por outro lado, a preparação dos PDM revelou algumas fragilidades na cartografia. Em certos casos ela não estava actualizada. Foi a altura em que começou a evidenciar o seu valor o Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG) que tinha começado como um projecto de investigação, o qual já estava, no entanto, sob a tutela do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território.

Parecia não estar generalizada a consciência de que o solo e a água eram recursos escassos. Por isso não chegava a formação restringida aos técnicos. Era preciso uma acção cultural junto dos políticos e mesmo envolvendo as populações. Isto era importante especialmente durante as fases de inquérito e daquilo que se chamava a participação, na qual a população era chamada a dizer o que lhe parecia a proposta. Esta última etapa, nos primeiros exercícios, foi muito desapontadora. Quem ia consultar a proposta do PDM eram os proprietários interessados em conhecer a capacidade construtiva dos seus terrenos. Fora desse foco restricto, não se interessavam por mais nada. Há um grande esforço a fazer no domínio da participação; é mais fácil uma pessoa alhear-se do que informar-se para reflectir e dizer o que pensa.

Em relação aos equipamentos sugeridos, uma grande parte não fazia sentido quando confrontados com as populações que serviriam; ou estavam sub-dimensionados ou sobre-dimensionados. Decidi mandar elaborar listas articulando os tamanhos dos grupos populacionais com as dimensões dos equipamentos adequados. Muitos Ministérios sectoriais já dispunham delas. Eu lembrava-me que, 13 anos antes, tinha dado instruções para esse fim no Ministério da Educação em relação ao equipamento desportivo. Era só compilar muito trabalho já desenvolvido.

Havia, ainda, a questão da localização do equipamento no espaço urbano. Um dos critérios mais utilizados era o da disponibilidade do terreno, o que remetia muitos novos serviços sistematicamente para as periferias, obrigando toda a gente a deslocar-se muito quando talvez fosse possível assegurar maior centralidade a alguns deles, especialmente àqueles que servissem muitos utentes, nomeadamente crianças e jovens.

*

No dia 28 de Novembro fui confrontado, pela primeira vez, com um pedido de licença para construir um cemitério privado em Vila Nova de Gaia. O pedido vinha de uma firma sediada em Jersey. À face da legislação então vigente era impossível. Teria de ser mudada a lei. Nessa ocasião, o assunto estava regulado por um decreto-lei de 1835!... O Secretário de Estado tinha já pronto o projecto para um novo diploma. Eu lembrava-me de ter visto, em numerosos locais, cemitérios privados. Em primeiro lugar nos Estados-Unidos, onde, como em relação a tudo, se fazia propaganda acerca dos atributos de uma oferta variada. Mas, em Palma de Maiorca, também tinha reparado na proliferação de firmas que concorriam entre si. Lá seguiu o projecto da nova legislação.

Havia, por esses dias, saído o PROZED (envolvente do Douro). Punha-se, agora, a ideia de mandar elaborar um PROT para as margens do Douro, na zona do Porto: Porto, Gaia, Maia, Gondomar e Feira. Seria muito mais difícil.

Havia um problema relativamente ao PDM do Porto: a realização de um inquérito público. A Câmara hesitava em fazê-lo ou não. Mas a decisão teria de caber, inteiramente, à própria Câmara. Nós não nos deveríamos imiscuir num assunto que só a ela respeitava.

Começavam a fazer-se os ensaios sobre a distribuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro na sequência da disponibilidade dos dados demográficos do recenseamento recente. O perfil de distribuição ficava muito alterado por causa da população que se havia movido de forma muito expressiva; as maiores povoações tinham crescido e as menores diminuído. Isso iria levantar numerosas questões. Antevendo isso, pedi para fazerem exercícios considerando o peso da população a variar entre 35%, 40% e 45%. Seria com base nesses resultados que se conversaria com a ANMP.

O processo da construção da nova Sé de Bragança continuava a ocupar-nos. Com os acréscimos de equipamentos adjacentes o orçamento tinha passado de 850.000 contos para 1,2 milhões. Isso só complicaria a resolução do problema. E o Bispo era muito relutante a contemplar a construção por fases. Se calhar, desconfiava que, se ela não fosse concluída por ele, ficaria uma Sé imperfeita... É bem possível que tivesse razão...

Havia uma fornada de candidaturas de apoio para a constituição de Gabinetes Técnicos Locais com vista à recuperação dos centros históricos. As candidaturas foram 21, quando só havia meios para uma dezena. Relembrei que o de Tomar já tinha sido prometido e que a importância da cidade justificava bem que se actuasse sobre o seu núcleo central. Os outros em relação aos quais se atribuíra prioridade eram: Vila Real, Sabugal, Serpa, Loulé, Nisa, Peniche, Penela e Melgaço.

Hoje parece que as paixões políticas estão mais apaziguadas. Mas, em 1991, ainda havia situações exacerbadas. Tivemos notícia de que, no distrito de Leiria, ocorrera um atentado contra um presidente de Junta de Freguesia, com prejuízos materiais expressivos. Pedi um circunstanciado relato do assunto ao Governador Civil.

Em relação às Finanças Locais, o Secretário de Estado tinha recebido a ANMP que propunha que, no capítulo das receitas, se acabasse com as receitas fiscais e se reduzisse tudo à distribuição do dinheiro do Orçamento de Estado. Mas isso era totalmente ao arrepio daquilo que nós defendíamos: receitas locais geradas, cobradas e controladas localmente como era a tendência por essa Europa fora. Avisei logo que não contassem comigo para inverter o sentido da evolução definida. Sucediam-se as conferências sobre problemas do Poder Local. Tinha acabado de realizar-se uma em Ankara, na qual as comunicações haviam sido banais. Seguir-

-se-ia outra na Noruega. Mas, num outro âmbito, ocorrera uma sobre o mesmo assunto em Recife que, ao contrário da primeira, se revelara com muito interesse. Eu favorecia sempre que os Autarcas portugueses frequentassem assiduamente essas reuniões; aconselhava que apresentassem comunicações e que as delegações fossem pequenas. Concretamente, via grandes vantagens em que eles alargassem horizontes, tomassem contacto com outras situações, vissem como elas eram resolvidas e se inspirassem para inovar em casa. Eu sabia que era inevitável um certo “turismo político”, mas as vantagens adquiridas por um acréscimo de cosmopolitismo compensavam bem o que se gastaria a mais; era para poder extrair algum benefício que eu insistia na apresentação de comunicações e para limitar os gastos que eu impunha delegações reduzidas ao mínimo. Eu próprio ia aos Conselhos a Bruxelas só com um funcionário que rodava conforme os assuntos a tratar.

Nós tínhamos critérios para definir qual o equipamento regional e urbano que seria apoiado com “dinheiros centrais”. Sempre com a convergência de três pontos de vista: o local, o regional e o sectorial. Mas para estes serem cada vez mais objectivos eu insistia em que fossem desenvolvidas normas, o mais quantificadas possível. Tinha já feito isso no Ministério da Educação em 1978-79. Nesse despacho, combinei com o Secretário de Estado que as Comissões de Coordenação Regional e o GEPAT apresentassem as candidaturas já ordenadas de acordo com os pesos que haviam sido atribuídos; é que isso levava a um novo esforço de justificação, regional e central que contribuiria, decerto, para uma melhoria da decisão. Já me referi à inconveniência do que estávamos a descobrir em matéria de preparação dos técnicos municipais: poucos tinham preparação para elaborar os Planos de Pormenor que deveriam vir na sequência da aprovação dos PDM. Solicitei ao Secretário de Estado que mandasse elaborar um programa de formação para técnicos, mas também para eleitos que elucidasse ambos acerca do conteúdo e da forma de tais planos.

Pedi-lhe, ainda, que incumbisse um alto quadro da Direcção-geral respectiva de gizar a organização de um seminário sobre a qualidade da arquitectura. Era evidente que não se tratava de discutir a formação de arquitectos, mas de promover, especialmente juntos dos decisores, uma sensibilidade relativamente à importância do assunto e daquilo que se poderia fazer para generalizar essa preocupação.

*

Em 6 de Dezembro, no despacho com o Secretário de Estado, entre outras coisas, apareceu um dossier chamado Nova-Belas. O PROT apontava a área como verde, mas percebia-se que tinha de ser uma coisa de grande qualidade. A Câmara Municipal de Sintra já havia dado parecer favorável. Todavia, de acordo com a lei, era necessário elaborar um plano de pormenor e parecer positivo, quer da instância regional, quer da Direcção-geral do Ordenamento do Território (DGOT). Era indispensável que tudo se fizesse com o maior rigor, nomeadamente porque o empreendimento iria ter a maior visibilidade. As instruções que nós os dois demos foi para se fazer o plano de pormenor. Assim aconteceu, tendo o projecto merecido aprovação. A primeira impressão confirmou-se: tratava-se de um loteamento elaborado com os maiores cuidados.

No mesmo despacho apreciámos o caso de Vilar Formoso, a que já me referi. A Comissão de Coordenação tinha feito uma avaliação do projecto. Tratava-se de construir: uma via estruturante/circular à povoação; uma central de camionagem, um loteamento industrial; um sistema de abastecimento de água e saneamento. Tudo custava cerca de 1,3 milhões de contos. Não nos pareceu que nos devêssemos dispensar da elaboração de um plano de urbanização. Todas as propostas faziam sentido, no quadro dos problemas da área a que já fiz menção, mas tudo deveria estar interligado para se ter uma perspectiva de conjunto e poder ver como se “arrumava a casa”. Foram essas as instruções que demos.

O Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA) estava a custar a descolar. Todos afirmavam que era importantíssimo formar os quadros técnicos das Autarquias, mas, quando chegava a ocasião de o fazer, havia sempre desculpas para assegurar a ida dos discentes para Coimbra: faziam falta; não podiam pagar as ajudas de custo; tinham obrigações familiares... enfim, nunca se conjugavam os astros a favor... Havia uma proposta de alteração dos estatutos, supostamente para conferir ao Centro maior elasticidade de actuação. Eu pretendia envolver mais a Associação Nacional de Municípios Portugueses, mas a Procuradoria-Geral da República considerava incompatível ser Autarca e membro do Conselho Directivo do CEFA. Era preciso encontrar uma solução; não fazia sentido que os “clientes” não estivessem profundamente associados à definição da oferta...

Eu havia encorajado, desde o seu “embrião”, a constituição de uma Associação Nacional de Jovens Empresários. Parecia-me importante fazer despertar cedo o espírito associativo empresarial. A ANJE foi constituída com sede no Porto. Mas não dispunha de locais adequados para concretizar o seu vasto plano de acção e, por isso, solicitaram apoio. Eu olhava com simpatia o estímulo do espírito empresarial, mas eles tinham de se candidatar aos apoios como qualquer outra associação. Tratava-se da sede nacional e tinham obtido um terreno excelente com vistas para o Douro. Mas lá tiveram que apresentar a candidatura que foi apreciada no quadro geral dos incentivos dados às associações.

Havia já resultados preliminares do Censo 91. Mas eles não poderiam ser comparados com os do recenseamento eleitoral, porque o Ministério da Administração Interna tinha proposto uma alteração institucional que tornava o segundo permanente. Não era possível estabelecer cruzamento de dados sem uma profunda alteração do sistema informático do recenseamento eleitoral. Ele custaria 3,5 milhões de contos. Deveria começar-se pela criação do “software” próprio que permitisse fazer as compatibilizações e verificações pretendidas. Era preciso pôr os responsáveis técnicos dos dois lados a conversar e a procurar uma solução mais económica e que tivesse utilidade para outros fins, de modo a rentabilizar tão grande investimento.

*

Face aos resultados do Censo 91 houve alteração dos valores relativos aos critérios de distribuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro das Autarquias Locais. O crescimento médio geral seria de 13,4%, o que era muito bom. Mas havia alguns que, por aplicação directa daqueles critérios, veriam descer a sua quota. Eram vinte e nove. Tomei a decisão de não os fazer baixar, mantendo, pelo menos, o valor do ano anterior. O reflexo dessa decisão nos outros era imperceptível. Fizermos ensaios de sensibilidade pondo como alternativas, zero, cinco e sete por cento. Acabou por ser 7% de crescimento o valor adoptado.

*

No dia 16 de Dezembro tive, acompanhado pelo Secretário de Estado da Administração Local, a famosa reunião anual com a Associação Nacional de Municípios

Portugueses para lhes comunicar qual seria o montante das verbas a transferir para as Autarquias Locais, no Orçamento de Estado para 1992. Como já referi várias vezes, eu pretendia caminhar no sentido de uma autonomia fiscal progressivamente maior dos Municípios e a sua Associação pretendia vincular-se, cada vez mais, ao Orçamento do Estado. Não havia convergência de trajectórias!... O Secretário de Estado começou por fazer um enquadramento geral do problema, invocando a Carta Europeia da Autonomia Local e outros documentos sábios... Depois foi a minha vez de explicitar a orientação geral que tínhamos de seguir. O mais urgente era resolver o problema da distribuição do FEF, porque isso é que era tangível! Passámos em revista tudo: o montante global, os critérios de distribuição e seu aperfeiçoamento, as derramas, o IVA turístico e a sua cobrança, os contratos-programa, o futuro dos Gabinetes de Apoio Técnico, a situação conflitual que ainda existia com a EDP, a forma de cobrança das dívidas que a Associação achava que deveria ser feita sempre pelos tribunais, a linha de crédito da Caixa Geral de Depósitos, a revisão dos programas operacionais, o Código das Avaliações e progressividade da sua aplicação, os PDM e dificuldades da sua elaboração, etc. Até combinámos a elaboração de um estudo sobre fiscalidade autárquica de que seriam incumbidos os Dr. Valdez Matias e o Dr. Victor Gaspar... O importante era o montante do FEF e a sua distribuição! Era isso que eles estavam à espera. Foi-lhes comunicado que seriam 200 milhões de contos. A aplicação rigorosa dos critérios gerais, segundo a ANMP seriam 203,4 milhões. Em ano de aperto até não se estava mal. Mas não era seu propósito conformarem-se. A minha função era desvalorizar o desvio de 1,7% ,segundo as contas deles que não as do Ministro das Finanças que davam 200 milhões. As compensações tinham que ser obtidas fora do terreno do montante do FEF. Era essa a minha função. Lá nos separámos civilizadamente. No dia seguinte eu tinha de estar preparado para ler nos jornais os comentários amargos acerca da minha dureza de coração... Eu sabia que eles sabiam que as Autarquias Locais nunca haviam sido tratadas com tanta atenção...

*

Em 17 de Dezembro de 1991 recebi o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Jorge Sampaio, que vinha falar acerca dos diversos planos em que a Câma-

ra estava envolvida. Tinha havido a ratificação das normas provisórias do Plano Director Municipal e ele insistiu em que eu soubesse que a Comissão de Coordenação Regional dinamizara com diligência todo o processo e que a respectiva comissão de acompanhamento, composta por 16 entidades diferentes, havia reunido durante três meses para produzir o seu relatório a tempo. O projecto de plano estaria pronto em Junho de 1992, estimando que ele estaria concluído em Dezembro de 1992. Simultaneamente, estavam a elaborar 18 Planos de Pormenor. Vinha manifestar-me as suas preocupações relativamente ao seu acompanhamento por parte da CCR, porque lhe ficara a sensação de que ela se debatia com escassez de pessoal técnico. Isso era verdade. Os jovens diplomados preferiam sistematicamente o sector privado: os que estavam disponíveis não interessavam a ninguém. O pleno emprego também tem os seus inconvenientes.

A Câmara Municipal de Lisboa acompanhava a elaboração do PROT (Plano Regional de Ordenamento do Território) da Área Metropolitana de Lisboa. No seu entender, as coisas estavam a correr bem. E como prosseguia também a preparação do plano estratégico da cidade, ele procurava estabilizar as pontes necessárias, de modo a assegurar que não surgissem divergências.

Devo dizer que mantive sempre boas relações com o Dr. Jorge Sampaio. Ele compreendia o esforço que eu estava a fazer para cobrir o País com instrumentos de ordenamento do território e assegurava que, no Município por que era responsável, as coisas corressem bem. Vinha acompanhado pelo Eng.^o Machado Rodrigues que tinha responsabilidades no sector dos transportes e que eu conhecia desde há muito tempo. Era o Eixo Norte/Sul, que estava em causa. As obras estavam a andar; já haviam negociado 6,5 milhões de contos de empréstimos do Banco Europeu de Investimento, mas pretendiam que a taxa de cobertura do apoio dos fundos estruturais passasse dos 32%, em que estava, para 50%. Tratava-se de concretizar o trecho entre a Avenida de Ceuta e a Segunda Circular. Tiveram de transformar o Eixo N/S em distribuidor de tráfego; ele teria 20% de tráfego de atravessamento de Lisboa e 80% de distribuição de tráfego dentro de Lisboa. Tinham de construir três distribuidores (trevos completos); passava, assim, de 4 para 8 nós. Haveria, além disso, 5 viadutos entre Telheiras e Sete Rios. Subsistiam alguns problemas com expropriações que era preciso agilizar. Estimava que,

durante 1992, fossem realojadas 80% das famílias que tinham as suas casas (ou barracas...) situadas ao longo do trajecto. Havia o bloqueamento de um terreno que se impunha tratar com firmeza.

Falámos da segunda travessia do Tejo. As 18 Câmaras Municipais queriam reunir comigo e com o Ministro das Obras Públicas. A de Lisboa pretendia saber quais os acessos na margem norte das alternativas nascente e central. Queriam que tudo estivesse articulado com o PROT. Também vimos as implicações de ordenamento da nova travessia sobre o Rio Trancão, próxima da sua foz. Veio a acompanhá-los o Vereador Vasco Franco que tinha a seu cargo matérias administrativas da Câmara Municipal: contratos a termo certo, reconversões profissionais, quadro de excedentes, reformas antecipadas, derramas, financiamentos, contratos-programa, etc. Nessa ocasião, a Câmara dispunha de 11.000 funcionários! No seu entender precisavam de novos duzentos, devidamente formados e capazes de assegurar o enquadramento dos primeiros. Não deixei de lhe dizer que seria bom não contratarem mais trabalhadores indiferenciados. Os que já tinham eram uma verdadeira “legião”... Ele achava que a capacidade da Câmara para proceder à reconversão profissional de muitos deles era boa, havendo a intenção de o fazer. Elaborou sobre os “custos da capitalidade” que é um tema corrente em todas as cidades-capitais para não se verem discriminadas em relação aos apoios financeiros concedidos às zonas periféricas. Por outro lado, referiu a grande competência do pessoal técnico que trabalhava no Regimento de Sapadores Bombeiros; estes poderiam colaborar, com proveito, com o Serviço Nacional de Bombeiros. Tomei nota da disponibilidade que iria transmitir, sabendo que se tratava de matéria sensível. Também falámos da reabilitação urbana, que era assunto que me preocupava. Referiram-se com apreço em relação ao acolhimento que haviam tido junto do Secretário de Estado, nomeadamente na definição das áreas críticas e das declarações que deveriam acompanhar a decisão para sobre elas actuar. Mas faltava-lhes dinheiro! Queriam ver da possibilidade de orientar fundos estruturais para as diferentes operações. Nessa ocasião ainda não era possível, havendo muitos concorrentes em toda a Europa...

*

Eu tinha contactos frequentes com as Comissões Parlamentares do Poder Local, Ciência e Tecnologia e Economia, Finanças e Plano. No dia 17 de Dezembro reuni-me com os Deputados do PSD que integravam a primeira, antecipando um encontro que teria no dia seguinte com a própria Comissão. Queriam uma modificação dos critérios de distribuição do FEF. Houve um que propôs uma consulta directa aos Municípios para saber das suas necessidades. Pretendiam que as derramas fossem cobradas nos Municípios onde se desenvolvia a actividade económica que a determinava e orientada para eles e não para o Município onde as grandes companhias tinham as suas sedes e que era Lisboa, na maior parte dos casos. Eu estava de acordo, mas havia outros que não queriam. Estava-se a assistir a um grande movimento de especulação urbana; queriam que eu arranjasse meios para a travar. Por outro lado, as Câmaras Municipais estavam a admitir demasiado pessoal: alvitram a privatização de alguns serviços municipais através da celebração de contratos convenientes. Queriam que eu fixasse os perímetros urbanos; os Presidentes das Câmaras nem queriam ouvir falar disso!... Pretendiam que eu estimulasse a sensibilização dos Autarcas para a importância da paisagem e da qualidade da arquitectura praticada; neste domínio, a variável “tempo” tem de ser considerada, deixando que a educação e a imitação façam o seu papel; estava fora de causa impor regras, à maneira suíça, em que se especificam os materiais e até o tipo de gerânios que guarnecem as varandas e os peitoris das janelas... Queixaram-se de que as Autarquias não queriam assumir os custos políticos de impor banimentos à construção dispersa. Deveria eu fazê-lo por lei. Mas esse era o propósito dos PDM que tinham de estabelecer as regras a seguir, assumindo as autoridades locais a responsabilidade de definir as orientações convenientes. Mas é corrente esta proposta de actuação firme e radical da instância central para travar indisciplinas locais... Resquícios de uma tradição autoritária?... Ou pouca confiança na aplicação do princípio da subsidiariedade? ...

*

No dia seguinte, 18 de Dezembro, teve lugar o encontro com a Comissão Parlamentar do Poder Local, sempre mais animado pelos Deputados da Oposição do que pelos do partido do Governo, como é hábito.

Quem começou a discussão foi o Deputado Gameiro dos Santos (PS) que começou por fazer votos para que não se re-editasse a polémica do ano anterior sobre as finanças locais. Todavia, queria conhecer os estudos técnicos de fundamentação dos critérios utilizados. Verificava que os valores das receitas percebidas pelos Municípios (SISA, IVA Turístico e outras contribuições autárquicas, como o Imposto de Circulação Automóvel) estavam a decrescer. Que solução propunha eu para os compensar dessa baixa? Nenhuma, obviamente! Em relação às derramas tínhamos de assentar no conteúdo do conceito de rendimento gerado; eu estava de acordo. Queria saber como iam avançando os programas operacionais e como estava a ser mobilizada uma linha de crédito aos Municípios contraída junto do BEI. Interessou-se pelo licenciamento das obras particulares e quis saber da minha abertura à prorrogação do prazo fixado para a elaboração do PDM; justificou que a data fora alterada, mas que a culpa dos atrasos não era das Câmaras, mas dos gabinetes técnicos que as assessoravam e do Instituto Geográfico-Cadastral que demorava muito tempo a entregar os mapas actualizados... Eu fingi que acreditava... Formulou votos para que o processo de regionalização avançasse rapidamente; queria que o próximo Plano de Desenvolvimento Regional fosse já feito com base nas novas estruturas regionais.

O Deputado André Martins (PS) disse que, em termos teóricos, estava inteiramente de acordo com a apresentação que eu havia feito; onde nos afastávamos era em relação à concretização. Queria que eu dissesse se ia ou não satisfazer uma reivindicação da ANMP relativa à elaboração dos PDM. Acusou-me de optimismo em relação à capacidade das Câmaras para os elaborar; por isso eu deveria prorrogar o prazo. Referiu-se aos erros do passado longínquo e do passado próximo, em matéria de ordenamento do território. Dever-se-ia dar, por isso, prioridade à sua correcção, o que ainda não tinha acontecido. Recomendou que se articulasse a elaboração do PROT da Área Metropolitana de Lisboa com o PDM do Município de Lisboa; esclareci com o que havia dito o próprio Presidente da Câmara. Insistiu na concretização da criação de regiões administrativas; a sua falta estava a comprometer a elaboração de planos regionais de ordenamento do território, o que considerava grave. Pretendia que existisse um Plano Nacional de Ordenamento do Território impondo regras gerais e propondo uma visão espacial do País para o futuro.

O Deputado Júlio Henriques (PS) interessou-se pelo diploma dos alvarás que ele insistia que fosse àquela Comissão, pelo licenciamento de obras particulares e pelos Decretos-Lei 407, 409 e 413. Estava preocupado com as finanças locais. (leia-se com o valor FEF e sua distribuição). Recomendou muito que eu me preocupasse com os critérios utilizados e seus valores.

O Deputado Luís Sá (PCP) saudou a minha presença na Comissão; interpretou isso como bom augúrio em relação às perspectivas de trabalho. Já referi que ele tinha uma maneira de tratar as coisas muito civilizada e estudava os assuntos com profundidade; lamentei muito o seu desaparecimento precoce. Queria que qualquer actuação sobre os PDM fosse feita ao abrigo de uma autorização legislativa. Os temas que abordou já tinham sido referidos: prorrogação do período de elaboração dos PDM; local de lançamento e cobrança de derramas que deveriam ter um carácter redistributivo, privilegiando os locais onde se produzia o rendimento correspondente... Não queria qualquer revisão da Lei das Finanças Locais operada através dos Orçamentos de Estado; insistia em que, a ser revista, ela fosse reavaliada no seu todo e muito antes do início da preparação do Orçamento. Pretendia que a constituição das Áreas Metropolitanas (instalação, sede, financiamento, etc.) fosse feita pelo Governo, mas acompanhada pela Comissão do Poder Local. Em relação à regionalização queria que fosse fornecido um calendário. E, como era hábito no Partido Comunista, queria que fosse reforçado o papel das Freguesias.

O Deputado José Sócrates (PS) fez a sua primeira intervenção nesta Comissão Parlamentar. Disse que as pausas pós-eleitorais eram muito interessantes porque se podia discutir qualquer assunto sem a pressão dos votos. Fora desse período havia um clima de polémica constante que surpreendia os nossos visitantes europeus. Perguntou-me como via eu o próximo Plano de Desenvolvimento Regional; tolerava a desertificação que se estava a observar no Interior? Como propunha resolver o problema das assimetrias regionais? Referiu-se em particular ao distrito de Castelo Branco, onde havia Concelhos que tinham perdido 20% da sua população. Esperava que eu actuasse com energia nos próximos quatro anos. Como encaixava eu as recomendações da Cimeira de Maastricht no domínio do Ambiente? Disse-se um defensor do planeamento do uso do solo, um recurso cada vez mais

escasso. Muitos não gostavam do planeamento, porque ele impunha condicionamentos às decisões políticas; mas não era o caso dele, que reconhecia os méritos do planeamento. Referiu as virtualidades do planeamento “de baixo para cima” (bottom-up) que era exigente, mas representava uma pré-condição da eficácia.

O Deputado Fialho Anastácio (PS) começou por referir que as Autarquias Locais clamavam de norte a sul por mais verbas. Havia dificuldades relativamente à cobrança das contribuições autárquicas; por isso o Governo devia prover os meios necessários. As isenções de impostos, mesmo as que se destinavam ao fomento da instalação de novas actividades económicas deveriam ser objecto de compensação (Eu não estava de acordo, obviamente...). Sublinhou as dificuldades causadas pela RAN e pela REN à elaboração dos PDM. Achava que a celebração dos contratos-programa não havia sido muito transparente... (apesar de para a sua assinatura ter sido reclamada a opinião de três entidades distintas...). Em relação ao IVA turístico, o seu Algarve natal estava a ser prejudicado, por haver empresas que lá actuavam, mas que tinham as suas sedes noutras regiões. A retenção de verbas de receitas cobradas para pagar dívidas à EDP era, para ele, uma questão polémica... (para mim, as dívidas são para pagar...). Mas ele queria que fosse feita Justiça!...

O Deputado Manuel Moreira (PSD) achava que aquele tipo de encontros (as reuniões com a Comissão Parlamentar do Poder Local...) eram úteis, porque se podia obter muita informação e tomar contacto com projectos inovadores. Para ele, o Ordenamento do Território era uma maneira de fazer pedagogia política. Recomendou que não se fosse laxista com as Autarquias Locais (gostava de saber se, hoje – 2016 – como Presidente da Câmara do Marco de Canavezes, ele mantém essa opinião...). Não deveríamos ser permissivos em relação à elaboração dos PDM; só se houvesse uma prorrogação formal e geral do limite do período para a sua elaboração é que se deveria tolerar o atraso; de outra forma, não!... Disse que a revisão dos critérios para distribuição do FEF iria ser demorada, dado que reclamava numerosos consensos. De qualquer forma queria saber de quanto seria o aumento do FEF no próximo Orçamento de Estado. E se havia, ou não, alguma verba prevista para o funcionamento dos órgãos próprios das Áreas Metropolitanas.

O Deputado Manuel Cambra (CDS) interessou-se pela celebração de contratos-programa e pelo aumento da respectiva comparticipação. Apoiava a constituição das

Áreas Metropolitanas; queria-a mais facilitada. Apoiava a cooperação intermunicipal, nomeadamente em matéria de vias de comunicação (ele havia sido Presidente da Câmara de S. João da Madeira, o Município com menor área do país). Achava que o decreto-lei dos alvarás (n.º 100/88) prejudicava o sector da construção por impor às pequenas empresas a celebração de acordos de parceria com outras para realizar obras de alguma dimensão; não tinha razão; mesmo com a associação preconizada havia acidentes de percurso devidos à falta de capacidade das firmas ou das parcerias adjudicatárias. Preconizava a transformação da Linha do Vale do Vale do Vouga (bitola estreita) num metro de superfície. E achava que alguns recenseamentos 91 estavam errados; disse-lhe para que recomendasse aos casos que conhecesse que reclamassem para o INE; ninguém o fez; o que tinha acontecido é que ficaram surpreendidos por ver que haviam perdido tanta população e não se conformaram; a culpa era do inquérito!... Infelizmente o problema era bem mais grave...

O jovem Deputado António Costa também interveio, começando pelas questões urbanas e, especialmente, das grandes cidades, onde contava muito com a adopção de soluções inovadoras. Recomendava que se tivesse, em permanência, essa preocupação de inovar, porque a dimensão dos problemas assim o exigia. No âmbito da revisão da Lei das Finanças Locais teceu considerações acerca dos “custos da capitalidade”; parecia que já antevia as suas funções como Presidente da Câmara de Lisboa!... Não estava de acordo com a dispensa de licenciamento municipal em relação às obras do Estado ou de entidades indirectamente ligadas ao Estado. Citou o exemplo das novas instalações da Caixa Geral de Depósitos que acabaram por ser construídas com metade da volumetria prevista e das novas instalações do Banco de Portugal na Praça de Espanha, que não foram realizadas; deveria haver um regime de licenciamento simplificado, mas não era conveniente a dispensa. Eu estava de acordo com ele. Queria que eu elaborasse sobre a metodologia adoptada para definir as grandes linhas que se seguiriam na preparação do PROT da Área Metropolitana de Lisboa com cuja necessidade estava de acordo; interessavam-no, especialmente, as implicações da nova travessia do Tejo que sabia estar em discussão.

Estava eu longe de imaginar que naquela linda tarde de inverno, tinham intervindo numa reunião da Comissão Parlamentar do Poder Local, dois futuros Primeiros-Ministros!...

O Deputado Luís Martins (PSD) recomendou que o processo de regionalização decorresse com calma... Tal como havia recomendado o Senhor Presidente da República, Dr. Mário Soares. Preconizava o alargamento da área de responsabilidade da EPAL, da Carris e de outras empresas com importância no funcionamento da Área Metropolitana de Lisboa. Também se referiu aos “custos da capitalidade” e aos “erros” do Censo; ele era Deputado por Viseu, onde alguns Municípios haviam, de facto, perdido população.

O Deputado Abílio Curto (PS) defendeu o trabalho em diálogo com as Autarquias Locais. Pediu mais celeridade no funcionamento da RAN e da REN culpadas pelo atraso que estava a sofrer a elaboração do PDM da Guarda. Achava que as respectivas comissões de acompanhamento não estavam a trabalhar com a diligência devida. Eu achava que ele tinha razão nestes dois pontos. Ele não gostava nada das isenções de sisa que eram feitas; preconizava que elas só fossem da responsabilidade das próprias Autarquias; eu estava de acordo, desde que fosse no quadro de uma revisão das finanças locais em que fossem transferidas muitas novas responsabilidades relativas às receitas municipais. Queria saber o valor previsto para a cobrança do IVA e em que pé é que estava a preparação do novo PDR e do Quadro Comunitário de Apoio respectivo. Fez reflexões muito acertadas relativamente à desertificação do interior, do envelhecimento da respectiva população e do facto de algumas povoações correrem o risco de desaparecer.

Finalmente, o Deputado Silva Marques (PSD) quis informações sobre o aproveitamento do aeroporto do Montijo.

No formato que então tinham, estas reuniões das Comissões Parlamentares com os membros do Governo eram, realmente, úteis. Depois veio a decisão de as abrir aos órgãos da Comunicação Social. A maior parte dos participantes faz declarações para virem nos jornais. Ninguém está interessado em esclarecer ou ver esclarecido qualquer assunto. O que é preciso é que vejam que houve uma intervenção... arrasadora...

*

Em 3 de Janeiro recebi o núcleo coordenador da elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa para saber como es-

tavam os trabalhos a prosseguir. Havia algumas alterações nas prioridades fixadas por alguns Ministérios. Isso era importante porque eles trabalhavam, simultaneamente, com os Ministérios e com as Câmaras; qualquer alteração provocava logo sobressaltos ao nível local. Como o documento em elaboração era para ser discutido na chamada Comissão Consultiva perguntaram-me se ele poderia ser provocatório; disse-lhes que sim desde que eles aguentassem depois a discussão, com a justificação cabal das propostas que fizessem. O ponto mais sensível, nessa ocasião, era a qualidade dos transportes públicos; é que ela era, então, muito má. Felizmente, evoluiu-se neste particular.

*

Em despacho de 7 de Janeiro com o Secretário de Estado da Administração Local fixámos o articulado da Lei do Orçamento do Estado relativamente ao FEF. O acréscimo geral seria de 13,5%, mas o mínimo que cada Município deveria receber era de 7%; depois viria a distribuição proporcional feita de acordo com a Lei vigente. De qualquer modo, a Lei do Orçamento do Estado teria de conter uma norma específica suspendendo a associação da evolução do FEF à do IVA. É que este estava a crescer de maneira que não havia sido prevista. Nós havíamos herdado uma lei que procurava associar as disponibilidades municipais à evolução do consumo; o pior foi que este “explodiu”... e não havia Ministro das Finanças que aceitasse a manutenção dessa associação...

O Secretário de Estado havia designado um grupo de trabalho para tratar do ordenamento da área envolvente da ria de Alvor; tinham-lhe entregue o resultado do que propunham. Ele iria decidir, após contacto com o Secretário de Estado dos Recursos Naturais, se a acção prosseguia através da elaboração de um plano de pormenor ou da declaração da área protegida. Eu pendia para a primeira.

Quando se publicam diplomas de grande complexidade não fica mal explicá-los, recorrendo a exemplos práticos de aplicação. Havia sido produzida legislação nova sobre expropriações, licenciamentos, financiamentos, etc. Tomámos a decisão de organizar sessões, nas Comissões de Coordenação Regional, para preparar devidamente quem era chamado a aplicar a lei.

Nessa ocasião havia começado uma acção de recuperação e reconversão urbanística em Lisboa. Era preciso expandir as áreas anteriormente definidas na Alfama e Mouraria, adoptando procedimentos de expropriação quase automática e simplificando a aplicação do direito de preferência. A acção neste domínio não se pode processar ao abrigo da legislação geral. Têm de ser adoptadas fórmulas muito expeditas; de outra forma, não se fará nada!...

Ainda se punha, em 1992, a questão da autorização para dispêndio de divisas estrangeiras. O pior é que as deslocações multiplicavam-se e era complicado distinguir as que se mostravam úteis das que eram mero turismo político. Podia-se impor um limite à dimensão das delegações; tudo o resto era difícil de acompanhar e controlar.

As Áreas Metropolitanas, para serem constituídas, não precisavam de nenhum diploma adicional. Bastava que manifestassem a sua intenção de constituí-las 2/3 dos Municípios, representando metade da população. Reunidas essas condições elas poderiam arrancar. Dei instruções para que se verificasse o seu cumprimento em relação às Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Designei como presidentes das comissões instaladoras respectivas os próprios presidentes das Comissões de Coordenação Regional respectivas e dei indicações para inscrever verbas para o arranque do seu funcionamento: 30 mil contos para a de Lisboa (por ser maior) e 20 mil para a do Porto.

Em 1992 ainda havia acções violentas contra Autarcas. O presidente de uma Junta da Freguesia de Leiria tinha sido vítima de uma violenta agressão, não fatal, mas muito danosa. Dei instruções à Inspeccção-geral para se proceder a um inquérito imediato.

Tinha sido constituída uma Comissão Parlamentar para a criação de Cidades, Vilas, Municípios e Freguesias. Isso havia ocorrido contra o parecer do Governo. Mas o tema era mais forte do que os parlamentares. Havia muitos a querer ficar na história como fundadores!... As duas primeiras não me afligiam, porque não determinavam gastos; as duas últimas geravam, além de dispêndios, muitos sarilhos com as Autarquias de onde eram destacadas. Eu tinha presente os ódios instalados entre Vizela e Guimarães... Tudo teve um corte radical quando, em nome da “troika” se juntaram Freguesias sem grandes processos de auscultação prévia (2013)...

*

No dia 13 de Janeiro iria ter lugar a reunião anual com o Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses para lhes comunicar quanto seriam as verbas a transferir para as Autarquias no Orçamento do Estado que estava em ultimação. Era, seguramente, a reunião de trabalho menos agradável que eu tinha com eles, ao longo do ano. Por isso me preparei antes de os receber. Havia justificação para propor um crescimento de 13,5% do FEF, mas era certo que isso não os contentaria. Por outro lado, nós queríamos passar novas competências para os Municípios; com aquele valor do crescimento do FEF, não iria ser nada fácil esta parte da conversa. Eu deveria justificar por que tínhamos estabelecido um limiar de crescimento de 7% para todos os Municípios e justificar algumas pequenas alterações nos critérios de distribuição: (a) onde se tinha usado o critério da população dependente passou a recorrer-se ao peso dos jovens, porque eram estes que usavam os transportes escolares que estavam a cargo das Autarquias; (b) o número de lugares era outra variável que foi substituída pelo número de freguesias, dado ser um tanto indefinido o conceito de lugar e nós queríamos a precisão, em vez de estabelecermos discussões por causas menores. Haveria um aumento do imposto sobre veículos de acordo com a proposta por eles formulada, mas que faziam sempre com relutância. Mantinham-se os auxílios financeiros tradicionais e haveria para os contratos-programa um crescimento de 30% nas verbas respectivas; era uma boa subida mas a sua aplicação pressupunha uma co-decisão com o Ministério e isso era menos interessante do que o FEF. De qualquer forma era uma boa proposta! A melhor que eu podia fazer. E que comecei por apresentar valorizando, naturalmente, as partes em que havia um crescimento mais expressivo. Mas a reacção foi imediata contra o valor do FEF. Eu havia referido um crescimento de 13,5%, correspondendo isso a um valor total de transferência de 178 milhões de contos quando eles esperavam 203 milhões!... Sempre haviam preferido uma indexação diferente do que a evolução do IVA. Gostariam de apresentar sugestões. Eu não tinha margem para negociar; aquele era o valor máximo fixado pelo Ministro das Finanças; a experiência mostrava que ele não subiria e que, por outro lado, mesmo que o fizesse, os Autarcas achariam sempre pouco. Propus-lhes

transferir algumas competências que fariam muito sentido serem desempenhadas a nível local. Pediram um mês para as analisar. Em meu entender, não houve drama maior do que o esperado. Separámo-nos em bons termos.

*

A questão das Áreas Metropolitanas é muito complexa, em Portugal e em qualquer outro país. O nó das complicações do processo de decisão não reside na dimensão das infraestruturas ou dos equipamentos que se tem de realizar. Está na legitimidade dos agentes de decisão para a tomarem. Ou o chefe do executivo metropolitano é eleito por todos os habitantes da Área e tem legitimidade própria ou é um dos Autarcas Locais em regime de rotação e, nesse caso, padece de legitimação para actuar sobre o conjunto. Por alguma razão têm sido eleitos, para presidir às Juntas Metropolitanas, Presidentes de Câmara de Municípios da periferia (Vila Franca de Xira, Oliveira de Azeméis,...) cujos interesses não interferem grande coisa com os dos Municípios centrais. Fica mais como árbitro do que como executivo. E isso tem-se notado, ao longo do tempo.

Em 20 de Janeiro, em despacho com o Secretário de Estado da Administração Local, passámos algum tempo a analisar a questão. Não era preciso, naquela altura, nenhum decreto novo; os que havia chegavam para resolver os principais problemas que nós queríamos (transportes, água, esgotos e resíduos sólidos... os outros, nomeadamente o equipamento dos diversos sectores, poderiam esperar algum tempo). A parte eleitoral é que complicava o processo da tomada de decisões. Era preciso chegar a acordo sobre a forma de designação do presidente da Junta; a eleição seria somente entre Autarcas ou a ela poderia concorrer alguém de fora? Tinham reagido a essa hipótese. Mas as Áreas Metropolitanas já estavam constituídas e aceitaram-nas, porque elas vinham responder a uma necessidade apercebida por eles. Nessa ocasião, elas tinham sido aprovadas por mais de 2/3 das Assembleias Municipais, representando mais de metade da população da área. Eu estava, assim, em posição de fazer uma carta aos Presidentes das Comissões de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte, na sua qualidade de presidentes das Comissões Instaladoras das Áreas Metropolitana, a dizer que elas estavam instituídas. Pedi que fosse elaborada a minuta dessa comunicação.

O pior era saber quem mandava!... Ninguém queria que ninguém mandasse; queriam só que coordenasse; ora isso é muito mais difícil!...

*

O investimento turístico no Algarve era importante, mas havia uma indisciplina que me impacientava, nomeadamente em matéria de atropelo das regras do ordenamento do território. Por outro lado, eu insistia muito em que houvesse uma diversificação da base produtiva da Região. Não gosto nada da dominância mono-sectorial e, ainda menos, quando isso respeita a um sector muito sujeito às mais diversas influências e modas. Mas, naturalmente, o Ministro do Comércio e Turismo queria muito incentivar um dos sectores por que era responsável.

Veio ver-me o Secretário de Estado do Turismo, Dr. Alexandre Relvas, um modelo de governante e, posteriormente, de empresário; inteligente, dinâmico, culto e descontraído. Cimentei laços de grande estima com ele. Do meu lado, estava o Secretário de Estado da Administração Local e o Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Algarve. Falou-me da sua opção pelos empreendimentos de gama elevada, preservando a qualidade não só do serviço como também do enquadramento. Eu não poderia estar mais de acordo. Referiu-se à morosidade dos processos de aprovação dos projectos turísticos; já me referi a este aspecto. Eram 16 centros de decisão que deveriam ser conciliados e não gostavam de o ser simultaneamente; tinha que ser em sucessão! Um inferno! O período mínimo para percorrer a “via-sacra” era de mais de um ano. Por isso era inaceitável! Os atrasos maiores vinham do Ministério do Ambiente, o que se compreendia face a tantas verificações que o sector reclamava fazer. Estavam em causa, especialmente, dois grandes empreendimentos de luxo que muito haveriam de contribuir para a criação de emprego de bom nível. Concordava em que a aprovação do PROT havia contribuído muito para a “lubrificação” do processo; nos últimos anos a situação tinha vindo a melhorar expressivamente, particularmente nas ligações entre as Câmaras e a Comissão de Coordenação Regional e entre a Direcção-Geral de Turismo e a CCR. Isso tinha de acontecer assim, porque se dispunha de um quadro geral de referência em que a maior parte das compatibilizações já estavam efectuadas. Se me viesse dizer o contrário é que eu me preocuparia...

Os chamados “apartamentos turísticos” estavam a ceder o seu lugar a hotéis e a aldeamentos, tendo vindo a ser construídos alguns equipamentos e infraestruturas indispensáveis. Tornava-se muito importante distinguir o que era “turismo” do que era simples “imobiliário”; isso facilitaria a entrada dos processos do âmbito do primeiro numa “via verde” especial que poderia beneficiar de uma análise de urgência para o seu tratamento, fundamentada nas consequências potenciais positivas que isso teria. A nova lei hoteleira definiria o que era “turístico”; e nós os dois poderíamos definir por despacho conjunto o que era um “empreendimento de qualidade” para ele ter acesso automático à tal “via verde”. Quando havia um PDM aprovado, não se teria de consultar tantas entidades autonomamente. Os projectos especiais eram distinguidos pelo montante de investimento envolvido. Tomámos a decisão de fazer reapreciar todas as autorizações expectantes. Estava-se a assistir a uma melhoria substancial do que era submetido a apreciação.

*

Em despacho com o Secretário de Estado em 27 de Janeiro, entre muitas outras coisas, aprovámos a realização de um seminário sobre ordenamento do território, proposto pela Fundação da Juventude, tendo como público-alvo jovens universitários. Começámos a fazer um roteiro para a elaboração da próxima lei de criação das regiões administrativas. Como se levantava uma série de problemas políticos em relação ao desenho das fronteiras das regiões, desde a nossa proposta com cinco regiões à do PCP que tinha 18, tantas quantas os distritos, dei como orientação que só se considerasse o nosso próprio cenário que era aquele em relação ao qual as pessoas já estavam habituadas e que fazia sentido a muitos títulos. Como sucedia algumas vezes, havia que apreciar relatórios de inspecções efectuadas pela IGAT. Felizmente, muitos apontavam para faltas que poderiam ser consideradas como “veniais”, conduzindo a recomendações firmes, mas sem fazer sangrar. Dessa vez, porém, havia um que propunha a perda de mandato de um Presidente de Câmara, de um Município importante; dei indicações para o processo seguir directamente para a Procuradoria-Geral da República. Tinha sido constituído um Conselho Nacional da Caça. Pediam-nos para que fosse designado um representante do MPAT (Ministério do Planeamento e da Adminis-

tração do Território). Indiquei o Dr. Artur Torres Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Sousel. Nem o Ministério poderia estar mais bem representado, nem o representante mais contente!

*

As propostas relativas aos quartéis de bombeiros variavam muito nas suas valências, nas áreas que eram atribuídas a cada uma e, naturalmente, nos custos respectivos. Por isso, em 4 de Fevereiro, decidi que deveria haver um projecto-tipo que tivesse o acordo do Serviço Nacional de Bombeiros e que custasse um montante à roda dos 100.000 contos. Tinha havido propostas que se avizinhavam de um milhão! Nessa reunião de despacho com o Secretário de Estado analisámos, também, as implicações da transferência dos quartéis da Guarda Nacional Republicana para os Municípios e das funções próprias da Protecção Civil. Estas tinham que ser graduadas porque, para as grandes catástrofes teria sempre de intervir a Administração Central. Além disso, havia mais três dúzias de assuntos todos dependentes da decisão do ministro!...

*

Em 10 de Fevereiro recebi os Presidentes das Câmaras Municipais da Área Metropolitana de Lisboa para analisar a forma como estava a decorrer a elaboração do respectivo PROT. Preocupava-os a localização da nova travessia do Tejo que os afectaria a todos. Estavam a desenvolver uma estratégia para toda a Área e a localização não era neutra; queriam saber acerca do avanço da CRIL, da extensão do metro e da expansão do caminho de ferro; todos com manifestos condicionamentos sobre o seu território. O PROT estava em desenvolvimento e não poderia ser posto numa gaveta à espera de decisões sobre a travessia. Havia uma integração num quadro geral de acessibilidade do conjunto que era necessário definir. Estávamos a tratar de uma obra com implicações a longuíssimo prazo. Um vereador de Lisboa referiu que, no caso de o Governo optar pelo corredor nascente, a subida das portagens na ponte 25 de Abril seria em flecha. As implicações sociais da localização num lado ou noutro eram muito diferentes. Tinham estado com o presidente do GATTEL que lhes havia referido que a opção ferroviária na ponte 25 de

Abril era irreversível; e o resto? Tinham ouvido falar no aproveitamento da pista da Base Aérea do Montijo para ali localizar um novo aeroporto mas não possuíam conhecimento de nenhum estudo a esse respeito; só sabiam de duas alternativas que já haviam sido apreciadas: a de Rio Frio e a da Ota. Alguns disseram que não se haviam pronunciado sobre o PROT por desconhecerem qual a localização preferida para a segunda travessia. Queriam ser ouvidos antes da decisão final. Era evidente que eles tinham solicitado a audiência por já lhes terem chegado ecos acerca da divergência de posições do Ministro das Obras Públicas e da minha. Como eram quase todos da Oposição, vinham para saber, mas, especialmente, para “mexer na ferida” e torná-la ainda maior. Não me consta que o meu colega algum dia os tenha ouvido. E, quando foi tornada pública a notícia, não fizeram nenhuma manifestação nem provocaram nenhum alarido. Por eu pressentir tudo isso, fui da maior reserva, limitando-me a concordar em relação às dificuldades de finalizar o PROT naquelas circunstâncias e a recomendar que se esperasse pela decisão relativamente à travessia do Tejo para o ultimar em bases mais sólidas.

*

Já me referi à preocupação que tínhamos em relação à qualidade dos serviços do próprio ministério e das entidades que estavam sob a sua tutela. Em 10 de Fevereiro reuni-me com os três Secretários de Estado, o Secretário-geral e o Director-geral do Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território para analisar novas sugestões de melhoria. Decidimos, nesse dia, que se deveria lançar uma rede telemática entre os Governos Cívicos e as Câmaras Municipais! Como isto soa hoje (2016) tão ultrapassado!... Na ocasião não o era. Havia a preocupação de facilitar a vida aos Cidadãos. Um exemplo que foi dado respeitava ao período habitual que reclamava obter um passaporte com urgência: três semanas! Convinha acertar procedimentos entre a Direcção-geral da Administração Autárquica e o departamento conveniente do Ministério da Administração Interna. A documentação solicitada por cada Câmara Municipal, para constar dos processos de loteamento, era diferente de uma para a outra; impunha-se uma uniformização de procedimentos. Dever-se-ia, para o efeito, ensaiar alguns casos-piloto antes de generalizar uma norma.

Era nossa preocupação a qualidade da Arquitectura praticada. Nessa mesma semana iria decorrer, no dia 15, um seminário sobre o tema; é assunto que tem de ser mexido com pinças!... Mas também nos preocupava a qualidade do ambiente de trabalho nas diferentes repartições do Ministério. Isso começava nos atributos físicos das instalações, mas prolongava-se para muitos outros aspectos. O Secretário-geral ficou de apresentar o texto de um inquérito que seria o primeiro passo de uma actuação que não dispensaria o trabalho de uma “brigada”, especialmente vocacionada para o efeito.

Em relação à rede telemática havia um programa genérico chamado Télématique e um outro desenvolvido pela DG XIII (da Administração Comunitária) que nos poderiam servir de inspiração.

Preocupavam-nos, particularmente, as relações entre as Câmaras Municipais e os empresários dos diversos sectores que dependiam de autorizações múltiplas por elas passadas.

Nós próprios tínhamos necessidade de coordenar bem as nossas acções; havia 10.000 projectos do QCA em curso em todo o País. Deveríamos dispor de informações actualizadas sobre todos eles.

Voltou-se a falar na urgência com que deveriam ser constituídos os centros de formalidades que tão bons resultados têm vindo a prestar.

*

Já me referi à nossa preocupação com a qualidade da arquitectura praticada que era, generalizadamente, baixa. Eu sabia que as melhorias experimentadas em muitas partes do mundo – por exemplo, na Catalunha – eram devidas à injeção maciça no mercado de trabalho de profissionais bem preparados e em quantidade suficiente. Era, por outro lado, corrente a observação “Isto tem dedo de Arquitecto”, quando se queria chamar a atenção para uma obra correcta. Eu não tinha dúvidas de que estava a faltar o guarnecimento de gabinetes privados e de repartições públicas por profissionais bem formados e de que daí advinha a chaga de que tantos se queixavam. Isso apesar de haver duas boas escolas de arquitectura com bons mestres, admirados generalizadamente; mas não chegavam. A situação era particularmente crítica nas pequenas cidades e vilas e nos meios rurais. Por

isso, no dia 14 de Fevereiro, convidei um grupo variado, composto por arquitectos, autarcas, directores de GAT, funcionários técnicos, paisagistas... para uma sessão de “brain-storming” sobre a arquitectura praticada entre nós e o que se deveria fazer para melhorar a sua qualidade. Estavam pessoas que trabalhavam em Lisboa e muitos que exerciam a sua actividade fora da capital. Era uma razoável amostra de quem intervinha no sector. Como deveria ser, depois do enunciado das minhas preocupações, pedi ao presidente da Associação dos Arquitectos Portugueses, Arq.^o Dias Silva, para iniciar as intervenções. Houve cerca de trinta ao longo do dia. Tentarei resumir o que foi dito, sem mencionar o nome dos oradores, para encurtar o relato:

Portugal estava não só mais feio mas também mais inseguro. Era a ocasião adequada para voltar à revisão do Decreto-lei 73/73, a que já me referi algumas vezes; o tema era “enjoativo”, mas a solução encontrada, em 1973, não tinha contribuído para resolver o problema. A resposta estava, em 1993, mais ligada ao planeamento do que à construção propriamente dita. O Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) era de pendor “higienista”. Estava em causa mais a “arte urbana” do que a construção. A tradição mediterrânica de fazer cidades havia-se perdido. Importava mais a relação entre edifícios do que as construções propriamente ditas. Deveria ser garantida a qualidade da paisagem urbana; daí a importância do encadeamento entre os Planos Directores Municipais (PDM), os Planos de Urbanização (PU) e os Planos de Pormenor (PP). Tinha que se chegar rapidamente aos últimos. Estava-se a voltar aos “planos-imagem” em vez dos planos normativos e isso era bom. Os PP eram, na essência, planos-imagem.

Estava-se a assistir a uma degradação da paisagem; mas o pior já não era a casa do emigrante; eram as grandes concentrações urbanas. A documentação formal para preparação dos PROT e dos PDM e a condução da sua elaboração deveriam implicar saltos qualitativos. Eles consistiam, especialmente, num exercício de interdisciplinaridade. A regulamentação dos PDM deveria conduzir à participação no projecto de técnicos qualificados. Mas poderia haver níveis de exigência escalonados em função da importância do aglomerado. Defendia-se a existência de contratos de desenvolvimento intermunicipais; as Áreas Metropolitanas tê-los-iam a curto prazo; mas deveria avançar-se para outros Municípios, também. Os

planos não deveriam consistir somente de desenhos bonitos; tinham de ser apoiados por estudos de suporte de natureza económica e financeira.

O Estado e os Institutos Públicos deveriam dar o exemplo na “encomenda”, definindo com rigor o que pretendiam. Os efeitos de “modelo” eram enormes. Não se poderia tolerar a prática da concepção-construção; nós já estávamos avançados, em termos civilizacionais, para sabermos o que queríamos. A concepção construção representava a demissão completa do dono-da-obra; ele tinha de saber o que queria. Eram os contratos internacionais que conduziriam à emulação e à melhoria da qualidade. Dever-se-ia estimular a participação do público através do debate, tornando-o mais preparado e exigente. A mobilização dos Cidadãos para a apreciação crítica do quadro físico em que viviam ou iriam viver torná-los-ia mais maduros, neste particular. A consulta aos vizinhos de uma nova construção deveria ser obrigatória.

A pressão, nos nossos dias, era muito grande. Poderia haver planos excelentes e construções péssimas; havia exemplos disso. A qualidade visual dos espaços não era boa. Por isso, planear não chegava; tinha que se ir mais ao pormenor, em termos normativos. Temia-se a invasão por profissionais do resto da Europa (que não se verificou...). Deviam ser definidas zonas sensíveis, dentro de cada PDM, tratando-as com minúcia particular.

O tecido urbano “não tinha bainhas” e rompeu. O nosso era, manifestamente, um tempo de transição. Os novos materiais iriam marcar as soluções. Deveria dar-se uma atenção particular à relação entre o prédio, o passeio e a rua. Os PP deveriam marcar as diferenças. A administração mostrava uma tendência patológica para se demitir de fazer cumprir os planos; por isso, o resultado não poderia ser senão mau. Deveria haver uma declaração do projectista a dizer que o que foi construído era exactamente o que havia sido projectado. A ligação com o meio envolvente tinha sido rompida. Daí a necessidade de inscrever cada construção no seu conjunto. Deveriam ser recriadas as comissões de arte e arqueologia para as quais se propunha o nome de comissões de ambiente urbano para se assegurar aquela adequação ao meio circundante. A administração deveria dar o exemplo, tratando de forma impecável os espaços confiados à sua guarda.

Tinha havido evolução, mesmo em operações tão complexas como a participação; tanto em relação aos planos como quanto à qualidade arquitectónica. Mas a solu-

ção para a melhoria da situação não poderia ser pelo agravamento dos aspectos normativos dos planos; não se poderia sobrecarregar a legislação; esta tinha de se conservar praticável. A intenção deveria ser valorizar o “plano-imagem”. Era um bom sinal ter sido o ordenamento do território um tema debatido durante as recentes eleições autárquicas; isso contribuía para a progressiva responsabilização política dos eleitos perante os eleitores. Mas, era evidente que tinha de haver mecanismos disciplinadores da actuação dos promotores. Tornava-se indispensável a articulação entre os diversos sectores da Administração Central, porque o ordenamento era uma tarefa com muitas faces que deveriam ser articuladas. Até 1960 não tinha havido grandes pressões sobre o espaço. Mas, a partir de 1965, as pressões foram enormes e conduziram à desregulação da situação. Não se podia perder a imagem da cidade como um todo; não chegava geri-la por manchas. Era evidente que a pressão para a ocupação do solo havia conduzido à especulação e esta àquela desregulação do processo. Em matéria arquitectónica tinha-se optado por um modernismo “ingénuo”, superficial; era preciso reflectir profundamente na razão de ser das coisas. A baixa qualidade iria conduzir a um envelhecimento rápido daquilo que se tinha construído entre 1965 e 1995; isso representava uma perda de riqueza geral. Sobreviriam os problemas do condomínio; a legislação deste deveria ser muito mais exigente do que era, particularmente em relação às obrigações dos condóminos. Não se deveria, contudo, legislar em super-abundância. O desenho urbano hierarquizado reclamava símbolos e marcas conseguidos através da construção de monumentos ou de esculturas identificadoras dos espaços.

Deveria haver a defesa pública da Arquitectura. O Estado tinha organismos para tratar da saúde, da língua, da educação... Também deveria tê-los para cuidar da qualidade da Arquitectura. Mas não se poderia exagerar em matéria de regulamentos; não se deveria pretender que tudo fosse regulado, tinha de se deixar lugar para a criatividade. A população queria uma arquitectura que se afirmasse pela diferença e não pela padronização. A França representava um bom exemplo da promoção da obra pública, através do programa dos chamados “grandes projectos” que contribuíam para o desenvolvimento de uma cultura arquitectónica. Era evidente que tinha que haver a definição de responsabilidades: do projecto, da licença; da obra;

do utente... Ora, a transmissão das responsabilidades não estava suficientemente apurada; devia-se procurar aprofundar essa distribuição de dificuldades. Havia demasiada complexidade normativa, com grandes cadeias de responsabilidade a que correspondia um poder muito disperso, favorável à venda de facilidades e, portanto, à corrupção. Foi dado o exemplo da Dinamarca, onde o processo de licenciamento de uma obra corrente demorava 15 dias. Deveríamos também preocupar-nos com a qualificação profissional dos outros agentes de construção. Foi dada a informação de que, em 1980, trabalhavam em Portugal 1.000 arquitectos; e que, em 1990, eram 5.000! Mas estavam distribuídos de modo desigual; encontravam-se fixados onde havia trabalho, naturalmente... Mas não existia uma falta significativa de arquitectos em Portugal; estávamos quase na média comunitária. A prioridade deveria ser dada aos espaços periféricos, onde estava a ocorrer a descaracterização e a urbanização mais desqualificada; a solução não era por via da adopção de projectos-tipo; estes tinham conduzido sempre ao fracasso. Aos Planos de Pormenor deveriam ser fixadas datas para a execução. Deveria ser constituída a figura de arquitectos-conselheiros que funcionassem como consultores das pessoas que pretendiam construir. O estágio dos jovens profissionais, nomeadamente dos arquitectos, tinha de ser rodeado das maiores atenções; dever-se-ia encorajar os pequenos gabinetes a admitir estagiários. O Estado deveria confiar mais nas associações profissionais para assegurar o registo de técnicos e a observância de práticas deontológicas adequadas; o “comércio das assinaturas de favor” era um facto que deveria ser contrariado, através da colaboração das associações profissionais. Foi sugerida a produção de um manual com o título “Construir com um arquitecto” que fosse distribuído pelas Câmaras aos seus utentes potenciais.

As zonas que se vêem deviam ser objecto de atenção especial: as zonas vistas das auto-estradas, das vias fluviais, a costa... tinham de ser objecto de planos especiais. Tudo deveria ser elaborado por equipas pluridisciplinares que incluíssem as profissões pertinentes. Tinha de se ter uma “acção educadora” sobre os técnicos que julgavam os projectos; estabelecer uma “cartilha” para o efeito. Dever-se-ia dar uma atenção especial aos preâmbulos dos decretos-lei e das leis; neles é que devia estar o seu “espírito” (Devo dizer que sempre lhe atribuí a maior importância; muitos foram redigidos por mim; nos despachos foram mesmo todos).A

recomendação geral foi de haver menos legislação. Houve, mesmo, quem dissesse que quanto mais lei se produzisse mais se potenciava a corrupção... Aos projectos deveriam andar associados estudos de viabilidade das construções pretendidas. Tinha de se aligeirar a documentação exigida; quanto mais numerosa fosse menos pensada seria... Tinha de se proceder, desde a escola, à educação dos sentidos (Kant)! Nas terras pequenas não era fácil constituir comissões de estética que, aliás, na maior parte dos casos, eram formadas por “insensatos”, quando deveriam ser só sensatos a integrá-las... De qualquer forma, elas deveriam representar instâncias de recurso ocasional e não de consulta obrigatória; emperravam tudo... Deveríamos pensar em introduzir uma nova figura de planeamento: os PZOI (planos para zonas de ocupação imediata) com regras especiais; salvariam muitas situações do desastre.

Ninguém projecta deliberadamente mal nem licencia uma obra sabendo que ela está errada. O que estava em causa era o elemento humano, a sua formação ou a sua falta; havia carência de quadros devidamente preparados! Seria a formação a resolver grande parte dos problemas que vínhamos referindo. Isto era particularmente verdadeiro em relação à periferia; não havia gente preparada! Por isso, quanto mais se legislava pior era! As comissões de avaliação não eram muito apreciadas porque havia diluição de responsabilidades e o que se pretendia era exactamente o contrário: haver quem decidisse e tomasse a responsabilidade pelas decisões.

Havia pouca interacção e debate interdepartamentais. Com mais debate entre agentes diversos conseguir-se-ia avançar melhor. E muitos departamentos seriam mesmo dispensáveis na auscultação sistemática que era feita. Para contrariar um processo centralizador deveria haver leis que definissem as funções que as Câmaras Municipais deveriam cumprir. Para contrapor a escassez de quadros técnicos nos Municípios do Interior, soubemos que a Câmara Municipal de Oeiras estava guarnecida com 63 arquitectos e 58 engenheiros, funcionando num regime semelhante ao de um gabinete particular.

Atribuía-se a origem das dificuldades com que nos debatíamos, em matéria de urbanismo, ao período 1960/74, quando tinham sido aprovadas centenas de loteamentos por todo o País. Deveria haver um “período de tréguas” em que ca-

ducassem muitas das licenças então aprovadas e ainda não utilizadas. Todavia, o número de processos de contencioso então existente era apreciável e o seu conteúdo era importante. Em relação aos Planos de Pormenor, já era efectuada a consulta aos vizinhos dos loteamentos a licenciar e das construções a aprovar. Mas poucos ligavam a isso... A consciência de participação cívica não estava generalizada. Tinha que se despertar a vontade de participação nos negócios públicos. Pretendia-se que a Associação dos Arquitectos Portugueses tivesse uma intervenção maior em alguns domínios, particularmente na formação deontológica dos jovens profissionais. E também numa certa pedagogia junto dos clientes, em matéria estética e de posicionamento em relação aos poderes públicos.

Fui encorajado a prosseguir com a construção de um “edifício legislativo” completo, arredando fórmulas conjunturais que só contribuiriam para a indisciplina do sector.

A revisão de Decreto-Lei 73/73 era referida uma vez e outra. Diziam ser interesses corporativos que tinham estado na base da solução encontrada e que eram os mesmos que se estavam a opor à sua revisão. O pior era que os outros diziam o mesmo em relação à posição dos arquitectos. A verdade é que, na altura em que se procedeu à revisão, pendeu-se demasiadamente para o outro lado. O ponto de justo equilíbrio não é fácil de alcançar...

De qualquer forma, a situação era muito melhor do que uma década atrás, especialmente porque havia arquitectos a quem encomendar projectos. Vinte anos antes, a penúria, neste domínio, era quase total; por isso, se tinha de recorrer a outros técnicos.

Alguns eram muito críticos em relação ao funcionamento das comissões de estética urbana; elas eram uma faca de dois gumes, sendo mais vezes cerceadoras da liberdade de projectar do que pedagógicas na sua acção.

Um arquitecto presente disse que sucedia, algumas vezes, que os donos das obras, uma vez na posse de todas as licenças, não se coíbiam de alterar o que tinha sido aprovado, confiando na complacência (que nunca era gratuita...) da fiscalização... Havia queixas em relação à ligeireza com que muitos departamentos da Administração Central apreciavam os projectos que lhes eram apresentados; especialmente os técnicos não-arquitectos. Eu insistia na participação dos Cidadãos. Mas

houve quem os tivesse classificado em informados (poucos), não-informados e desinformados (muitos). Daí as dificuldades da prática da participação. Todos me incitaram a que se investisse na formação dos futuros profissionais e dos que já exerciam, mas precisavam de uma reciclagem. Especialmente em relação à nova legislação que ia sendo produzida.

Houve quem fosse particularmente incisivo em relação à publicidade que invadia os espaços urbanos, desfeando-os em muitos casos. Não havia legislação apropriada para evitar essa intrusão negativa. Dava-se o caso de algumas companhias multi-nacionais recorrerem a cores e a formas de expressão diferentes consoante os países onde publicitavam os seus serviços. Em relação a uma que tinha a base em Londres foi referido mesmo que as formas de o fazer no Reino Unido eram diferentes das utilizadas em Portugal e em Espanha!...

Recomendaram-me o recurso a formas de associação da Administração com os particulares, a exemplo do que se passava em Espanha, com os “Planos de Actuación Urbanística”; mas, em relação a estes, o promotor era sempre a autoridade urbana.

A “macrocefalia” de Lisboa estava a agravar-se e isso tinha repercussões negativas no ordenamento do território. Assistia-se, todavia, à procura de melhores projectistas e isso era bom, directamente e por via dos modelos que disponibilizavam. (Também havia alguns maus “modelos” à vista a induzir os seus nefastos efeitos...). Tudo remetia para a existência de planos. Com eles tornava-se fácil tomar decisões; sem eles era complicado... Por isso, a urgência de dispor de planos. Deveria haver mais planos de iniciativa da Administração Central, nomeadamente no que tocava às zonas de protecção dos monumentos nacionais. Na sua ausência, não era fácil evitar algumas agressões.

Encorajaram-me a mandar compilar um Código de Urbanização (Mas eu achava que ainda se estava em plena fase de mudança radical da legislação; e um código só deve ser elaborado quando se dispõe já de uma certa estabilidade legislativa...). Criticaram alguns departamentos centrais que eram pouco abertos à audição dos outros. Citaram o exemplo do Instituto Português do Património Construído que tinha uma visão demasiadamente museológica da conservação do património. Deveria olhar para este numa perspectiva mais activa e não colocar somente “redomas”...

Recomendaram-me a formação, em regime de pós-graduação, de técnicos urbanistas. Não os havia em número suficiente, no nosso país. Por isso, muitas propostas de planos eram, deficientes. Limitavam-se, em certos casos, a ser regulamentados administrativos sem traduzirem preocupações ligadas à sua execução que era indispensável incorporar.

A importância dos debates públicos sobre Arquitectura foi, uma vez e outra, sublinhada. Deveríamos aproveitar os novos meios de comunicação para generalizar um conhecimento mais aprofundado das matérias. Especialmente as grandes obras promovidas pelo Estado deveriam ser objecto de uma grande discussão pública, demonstrando exigência quanto à qualidade dos espaços públicos. As coisas eram mal criticadas porque as pessoas não sabiam.

Foram sublinhadas as virtualidades dos PDM, já quase todos elaborados. Era o momento de dar muita atenção à maneira como eles seriam geridos. Porque isso importava muito ao seu sucesso. Mas achavam que, no quadro dos PDM, deveria ser fixada uma ordem de elaboração dos Planos de Pormenor; não sendo possível fazê-los todos ao mesmo tempo, aconselhavam a que fosse estabelecida uma ordem a seguir na sua elaboração; isso indicaria as prioridades de acção. A reabilitação dos centros urbanos e a recuperação de espaços expectantes eram prioritárias. Em relação aos Planos de Pormenor deveria haver a possibilidade de propositura por parte dos particulares.

Alonguei-me na referência ao conteúdo desta sessão sobre ordenamento do território e a qualidade da arquitetura praticada, porque se estava numa ocasião de charneira entre a total inexistência de planos e a cobertura do país por mecanismos orientadores da ocupação do solo. Sabia-se que havia Câmaras que atribuíam pouca importância aos Planos Directores. Encomendavam-nos a gabinetes privados que não discutiam as propostas com ninguém. Havia mesmo alguns desses gabinetes a elaborar, simultaneamente, mais de dez PDM! Algumas vezes a parte inicial era a mesma. Tratava-se, assim, não só de produzir PDM mas, prioritariamente, de fazer despertar a convicção de que eles representavam um instrumento de actuação política importante.

Todos os participantes no encontro eram profissionais ou políticos muito distintos. Além disso, eram, também, líderes de opinião importantes que se encarre-

gariam de transmitir para fora o que havia sido dito de relevante e com o qual concordassem. Por outro lado, participaram, também, o Secretário de Estado e os Directores-gerais, que tomaram boa nota das sugestões e das conclusões que eu tirei no final.

Este género de reuniões era, para mim, muito importante para eu poder avaliar a elasticidade da acção que queria empreender: até onde é que se poderia ir?

O Leitor ficou a saber como se preparavam os “embriões” dos instrumentos de governação que viriam a seguir.

*

Em 18 de Fevereiro tive a informação de que os novos diplomas relativos às expropriações estavam prestes a entrar em vigor. Para que tudo corresse bem haveria reuniões numerosas para explicar a nova legislação a quem teria de a aplicar. Foi-me assegurado que tudo estava sob controlo; os processos já apresentados não precisavam de ser reconstituídos para obedecerem aos novos requisitos; isso simplificava as coisas. Mas seria assegurada maior garantia aos particulares envolvidos. Tínhamos auscultado as associações da construção civil em relação à nova legislação sobre licenciamentos. Acharam que as coimas previstas eram muito elevadas. Acrescentaram: isso fará aumentar a corrupção...

Depois do “brain-storming” sobre arquitectura a que já me referi longamente, combinei com o Secretário de Estado que deveríamos encetar os trabalhos para rever o “famigerado” Decreto-lei 73/73. O processo durou muito!... A alternativa só apareceu mais de uma década depois e não resolveu o assunto a contento; o prato da balança pendeu para o outro lado; o equilíbrio representa sempre uma situação difícil de alcançar. Mas aquela reunião teve outros resultados imediatos: conferir prioridade à elaboração de Planos de Pormenor; rever a lei dos solos; elaborar um regulamento da construção, começando pela harmonização dos já existentes; auscultar as universidades em relação à oferta de cursos de formação e de reciclagem; elaborar um manual com normas técnicas de urbanismo; obter orçamentos para a realização de 6 filmes sobre o ordenamento (a estimativa era de 30.000 contos e havia verba prevista no PIDDAC 92), mas eu insisti para ver se a Nestlé poderia colaborar com a cedência de imagens tiradas de uma série excelente que, por

iniciativa do seu presidente Emílio Herrera, havia sido elaborada sobre o nosso país; consultar o Prof. Daciano Costa acerca do modo como haveríamos de atacar a questão dos reclames e encomendar a um arquitecto com dotes de comunicação um manual, onde se exemplificasse muito do bom e do mal que se vinha a produzir (eu tinha a consciência da dificuldade da tarefa e das suas implicações...).

Eu próprio falei com o Emílio Herrera que, com a sua generosidade habitual, pôs à nossa disposição todo o material que tinha em arquivo. Recomendei que tudo fosse sempre feito com a participação da Associação dos Arquitectos Portugueses.

*

No dia 20 de Fevereiro recebi a Associação dos Municípios com Centro Histórico. Como já foi referido eu dei muita atenção à instalação dos Gabinetes Técnicos Locais que produziram bom trabalho; o que vemos hoje em muitas dessas vilas ou cidades é o resultado da “injecção” de competência profissional. Por outro lado, o sucesso dos primeiros levou muitos outros a segui-los. Refiro o caso exemplar de Guimarães que induziu o entusiasmo de tantos outros Concelhos. Nessa altura já eram 95 Municípios a integrar a Associação. Queriam que a própria agremiação beneficiasse de fundos comunitários; não iria ser fácil consegui-lo e eu disse-lhes isso sem ambiguidades. O dinheiro era para obras e não para sustentar serviços. Todos o sabiam, mas gostavam de “pôr o barro à parede”... a ver se colava.

Havia legislação que se impunha ajustar (a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, por exemplo); deveríamos acompanhar a proposta que já estava no IPPC. Queriam maior divulgação relativamente ao que estavam a fazer; disse-lhes o que eu próprio fazia nesse sentido, nomeadamente a iniciativa de mandar produzir os tais filmes que deveriam ser exibidos na televisão; formar a opinião leva tempo e reclama meios adequados para chegar às populações e não somente aos seus Autarcas. Eles próprios iriam realizar dois seminários sobre património histórico e sua conservação. Encorajei-os a prosseguirem.

*

Hoje, com os progressos da informática, o processo de acompanhamento de uma obra é feita em tempo real, podendo saber-se, todos os dias, o que é que está rea-

lizado e o que falta construir. Mas, em 1992, ainda se usava o “livro da obra” para nele registar o que ia acontecendo. Era, todavia, um instrumento de acompanhamento mal utilizado. Estava, correntemente, em atraso, especialmente nas pequenas obras. Havia necessidade de elaborar e fazer publicar uma portaria especificando o que era e como se deveria manter actualizado o “Livro da Obra”. Defini os termos em que ela deveria ser redigida no dia 26 de Fevereiro.

Nessa ocasião chegaram-me informações relativas a numerosos inquéritos a Presidentes da Câmara (de vários partidos) que implicavam a sua perda de mandato. Tudo teria de ser feito com o maior rigor formal, o que significava que teria de intervir, antes do mais, a Inspeção-geral da Administração do Território que me tinha habituado a uma postura isenta. Todos os casos haviam tido origem em denúncias aos mesmos órgãos. Ter-se-ia de usar de uma cautela extrema.

No Algarve estava-se numa fase de expansão dos campos de golf. Eles eram, naturalmente, bem-vindos pelo sector do turismo. Mas tinham uma tendência perniciosa para se localizarem na RAN ou na REN, o que obrigava a ter muitos cuidados. Houve um que viu a sua proposta aprovada com condicionantes várias que não leu ou não reteve; logo a seguir veio com uma proposta para construção de três hotéis também em cima da RAN. Não foi autorizado, evidentemente! Um outro viu o seu grande campo de golfe aprovado, mas as construções teriam de ficar fora da RAN. Protestou mas aceitou. Algumas vezes andar-se-ia mais depressa se se cumprisse a lei logo na altura da elaboração do projecto. Todavia, dava-lhes prazer tentar ultrapassar a regra geral. Gostavam sempre de um tratamento especial ou, então, eram como me disse uma vez um empresário de sucesso, do Porto, que tinha praticado como contrabandista (evidentemente há muitos anos e na sua louca mocidade...) que me confessou que o que lhe dava gosto fazer era o que estava nas margens da legalidade... O que era legal não o estimulava!... Tratava-se, obviamente, de alguém com um sentido do risco muito apurado...

É curioso ver como algumas associações fazem tudo para se tornarem visíveis. Nós tivemos a sorte de, no meio do século XIX, Passos Manuel ter arrostado com as dificuldades de uma reforma do Poder Local que implicou a redução dos Municípios de então para cerca de metade. Mesmo assim, temos Concelhos com áreas exíguas, em muitas partes do país. Mas, como referi algumas vezes, havia

os Deputados especializados na criação de novas Freguesias ou, mesmo, se os deixassem, de novos Concelhos. A exemplo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) foi criada a ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias). Não mantinham entre si relações muito francas. Observavam-se mutuamente, a primeira já muito afirmada como representante do Poder Local. Coisa que a segunda contestava, se isso fosse feito em exclusividade. Pois, em Fevereiro de 1992, soube que a ANAFRE queria fazer parte do Concelho dos Poderes Locais e Regionais da Europa. Começaria como observador, mas era claro que, dentro de poucos anos, só se satisfaria com o estatuto de membro permanente. Tentei fazer-lhes ver que se deveria começar por crescer cá dentro até estarem bem firmes no terreno... Estes conselhos de bom senso não são nada populares...

Soube, em 26 de Fevereiro, que os pareceres que haviam sido elaborados por juristas especializados a respeito da constitucionalidade da lei das expropriações iam no sentido do que nós preconizávamos. Recomendei que se esperasse pela sua recepção formal, para dar continuidade ao processo.

*

Eu prosseguia com a operação de transferência de atribuições e competências para as Autarquias Locais. Tudo quanto pudesse ser feito ou prestado junto dos Cidadãos era, seguramente, mais cómodo para estes. Mas havia sempre a velha questão do pagamento da operação; depois de, num Governo de havia uma década atrás, eles terem ficado com o encargo dos transportes escolares sem receberem compensação para o efeito, nunca mais deixaram de estar prevenidos. Por isso eu deveria preparar-me para responder a todas as perguntas...

No dia 2 de Março de 1992 tive uma reunião com o Ministro do Emprego e Segurança Social e com os Secretários de Estado do Orçamento, da Administração Local e Ordenamento do Território e do Emprego e da Segurança Social; participou, também o Director-geral da Administração Autárquica que teria de dar seguimento prático àquilo que fosse resolvido. Eu expus a questão, inserindo-a na arquitectura geral do reforço do Poder Local. Como tinha a certeza de que ela aconteceria, a “equipa” do Emprego só via vantagens na operação; admitiam que os Municípios estivessem receptivos, porque sabiam que as transferências

de encargos seriam leves. Os Centros Regionais da Segurança Social definiam todos os anos as comparticipações que estavam em causa; e faziam contactos com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e com a União das Misericórdias Portuguesas. Eu pretendia inserir as Autarquias no processo de selecção das instituições a apoiar. Os equipamentos poderiam ser transferidos praticamente todos por serem de âmbito municipal ou de freguesia e ser, nomeadamente, muito mais simples assegurar a conservação dos edifícios a partir da sede do Concelho em causa em vez de o ser de Lisboa ou do Porto, de Coimbra, de Évora ou Faro. Os equipamentos de âmbito nacional não seriam transferidos; mas mesmo alguns equipamentos oficiais, se tivessem actuação meramente local e estivessem a ser geridos pela Segurança Social, poderiam ser transferidos. Estava previsto o apoio da própria Segurança Social na tutela técnica dos serviços a transferir, tal como havia já sucedido em França. Para mim era evidente que o Estado deveria conservar “le droit de regard” e fazer mesmo fiscalização. Neste domínio os abusos e as negligências não são tão raros como deveriam ser.

O primeiro passo tinha a ver com as limitações de ordem institucional que pudesse haver. Depois, procurar formar conjuntos coerentes de funções a transferir. Feita a lista respectiva dever-se-ia dar dois anos para operar a transferência Município a Município e encontrar os indicadores adequados para indexar a distribuição das verbas através do FEF de modo adequado.

Todos concordávamos que os Municípios estavam mais próximos da realidade da Segurança Social do que uma qualquer capital de distrito. Fizemos uma lista geral do que poderia ser objecto de transferência; e discutimos se se deveria propor à ANMP que só fossem transferidas as despesas correntes ou se se deveria englobar, também, as despesas do PIDDAC; a maioria inclinava-se para que fosse tudo. Tínhamos de estabelecer de quem viria a ser a tutela técnica. Por outro lado, surgia o sempre complicado problema de o pessoal técnico perder ou não o seu vínculo à Administração Central para o estabelecer com a Local.

O Regulamento das Instalações da Segurança Social havia sido elaborado pelos GAT. Havia, assim, uma longa tradição de conhecimento dos problemas respectivos, a nível local. Era evidente que o que estava em causa, neste campo, era

a transferência do apoio à execução da função ou do investimento e não a das funções das instituições de solidariedade social. Ficou estabelecido com quem deveria o Director-geral falar, na área da Acção Social, para preparar a lista que, eu próprio, deveria negociar com a ANMP.

*

No dia 4 de Março de 1992 tratei do que poderia vir a ser um plano de ordenamento do trecho final do Douro, incluindo as obras da embocadura. Punha-se o problema de o fazer por Resolução do Conselho de Ministros ou por outro diploma com mais peso. Os PDM do Porto, Gaia, Valongo e Gondomar, estavam em vias de conclusão. O que me interessava era ter um documento orientador do sistema viário (especialmente da inflexão da EN 18) e das obras fluviais necessárias, entre as quais estavam os molhes da Foz e um ou dois portos fluviais. Esta evocação é para mim curiosa, porque, hoje (2016), eu sou o presidente do Observatório da Navegabilidade do Douro!... Muita obra foi já feita, entretanto... Devemos agora apurar outros sistemas mais ligados à navegação, à segurança, ao ambiente... Mas, em 1992, era a rede rodoviária que importava definir ou, pelo menos, não comprometer. Discutiu-se então se o texto deveria ser mais vinculativo ou mais orientador... Para ser o primeiro isso demoraria mais tempo, nomeadamente porque seriam precisas muitas conversas com as Autarquias e com o Ministério das Obras Públicas. Decidiu-se ficar a meio termo com a definição do que já era possível estabelecer e com o resto a desenvolver dentro de uma linha programática que se enunciava. Mas já era necessário produzir alguma coisa sobre o regime de navegação, porque no dia 2 de Maio seguinte começaria a subir o Douro o primeiro navio-hotel que haveria de inaugurar uma actividade que se mantém até hoje com sucesso.

Um problema sério tinha a ver com a utilização das margens para servir como lixeiras. O caso mais grave respeitava à Régua, mas aí já tinha sido definido o local do novo aterro. Em muitos lados, todavia, havia outras completamente selvagens...

*

No dia 4 de Março repeti o exercício anterior com o Secretário de Estado da Saúde. Havia dificuldades na transferência de funções para os espaços sub-nacionais por causa da Lei de Bases da Saúde que previa já uma regionalização acentuada de competências, mas não a sua municipalização. O sector era politicamente muito sensível e isso complicava as coisas; juntar aos protestos dos utentes e dos fornecedores, os das Autarquias, seria muito complicado... Para o sector, era a regionalização o primeiro passo e muito importante. Via esta operação como mais uma forma de estímulo das reivindicações... por isso não lhe apetecia nada meter-se em novos sarilhos. Havia depois as questões sindicais; como haveriam elas de encontrar resposta com funções a três níveis? Admitia que seria possível começar a transferência em relação a centros de saúde ou a pequenos hospitais locais que não estivessem integrados nos sistemas de saúde... mas, quanto ao resto, não estava nada aberto a encetar um processo que, antevia, só lhe iria trazer complicações... O problema punha-se, especialmente, em relação à articulação do funcionamento das diversas competências aos diferentes níveis. Queriam era a regionalização!... Prometeu ir estudar o que se passava nos restantes países da Comunidade Europeia. Mas, em princípio, não estava nada aberto a modificações que implicassem alterações do equilíbrio que havia sido conseguido a muito custo. Não queria nada que pudesse suscitar reacções ou protestos. Assim ficámos!

*

No dia 6 de Março tive o exercício visando a transferência de competências para as Autarquias Locais, no sector da Educação. Quem veio falar com os habituais quatro interlocutores foi o Secretário de Estado da Educação, Prof. Epifânio da Franca com quem fiquei, desde então, com as melhores relações. Ele pertence a um grupo especial de académicos-empresários que criam a sua unidade produtiva no ramo em que desenvolveram a sua formação, especialização e investigação. Tenho por ele uma grande admiração. Disse que o Ministério estava naturalmente interessado em transferir algumas responsabilidades e também a “mochila” financeira correspondente; tudo quanto lucrasse, no seu desempenho, com a proximidade. Dava prioridade aos jardins-de-infância (sector pré-

-escolar), onde nem grande parte dos educadores de infância, nem do pessoal auxiliar, dispunha de contrato; era um sector em que estava manifesto o informalismo de muitas contratações e se tornava difícil o acompanhamento da sua gestão, mesmo a partir das cinco Direcções-Regionais. O carácter capilar das redes respectivas reclamava uma administração de muito perto, portanto a partir das próprias Câmaras Municipais. Outro domínio eram as escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico (o antigo ensino primário). Havia mais de 1.000 estabelecimentos com 5 crianças! Por outro lado, existiam também grandes concentrações difíceis de gerir que deveriam ser ou desdobradas ou guarnecidas com meios de gestão muito diversos dos habituais. As suas prioridades de transferência de responsabilidades iam para estes dois sectores.

Mas falámos de muitas outras coisas. A concretização dos nove anos de escolaridade, de então, obrigava a repensar a utilização dos espaços e a articular responsabilidades. Havia, nessa ocasião, 60.000 professores primários dos quais um número à volta de 1.500 estaria em excesso. Como acontece sempre, o problema mais difícil tinha a ver com a transferência de pessoal. Havia um quadro único e alguns quadros regionais. Mas o complicado era a quebra do vínculo da relação contratual com o Estado, passando a vigorar uma relação contratual com cada Autarquia. Estavam a pensar constituir quadros por zona pedagógica. Ficou logo ali estabelecido o trabalho a desenvolver entre a Direcção-geral da Administração Autárquica e a Direcção-geral da Administração Escolar. Os problemas a resolver eram imensos; o número de escolas do primeiro ciclo do básico eram 9.000! E cada caso deveria ser apreciado nos seus próprios méritos. Para não assustar a ANMP, o Ministério da Educação estava disposto a pôr à sua disposição a máquina existente para colocação de professores. Isso não veio a ter lugar.

*

Em 12 de Março trabalhei com o Secretário de Estado da Administração Local sobre temas de regionalização. Era preciso estabelecer um calendário da produção legislativa correspondente. Começar-se-ia pela Lei de Criação das Regiões a que estávamos comprometidos pelo programa do Governo. Ela deveria ser pouco prolixa, tendo como base as cinco regiões de coordenação (planeamento) que

existiam no Continente, cujo traçado vinha do Governo do Prof. Marcelo Caetano. Depois viriam os diplomas decorrentes da Lei-quadro. Combinámos analisar, em próximo despacho, as competências, sector a sector, que constituiriam aquilo a que chamámos as “competências de arranque”. Seriam as mínimas e já havia muito trabalho e muita discussão feita sobre o tema. Tudo deveria ser feito identificando as Regiões como Autarquias; não eram regiões autónomas. O regime deveria ser de administração local, em matéria de estatuto de pessoal. Teria de ser estabelecido o regime financeiro e o estatuto dos eleitos.

A Lei de Criação das Regiões iria desencadear prazos que nos poriam a trabalhar a contra-relógio. Das propostas de lei que viriam a seguir aquela que mais me preocupava era a lei eleitoral das regiões porque iria reclamar muito trabalho de compatibilização de pontos de vista com a Oposição. Nós não queríamos que, na primeira alternância de Governo, tudo mudasse para uma nova fórmula; o hábito ajuda a consolidar as instituições e a forma de as eleger, se for mantida, também o faz. Mas, em paralelo com as competências descentralizadas, deveria proceder-se à desconcentração de algumas outras. Todavia, o processo desta operação poderia iniciar-se através de uma Resolução do Conselho de Ministros. Fiquei de propor ao Primeiro-Ministro a abordagem, num Conselho especialmente convocado para discutir este tema das competências, que os meus Colegas entendiam como devendo ser desconcentradas e para onde. Em alguns casos, como na Educação e na Saúde já havia Direcções Regionais e, por isso, não se punham dúvidas sobre quais eram os organismos receptores sectoriais; mas havia outros casos em que nem tudo estava definido.

*

Em 12 de março recebi o Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Nessa ocasião era o Eng.^o Mário de Almeida, Presidente da Câmara Municipal de Vila de Conde. Não me dei mal com ele. Fazia o seu papel de Oposição sem deslealdades. Tratei com ele do projecto de mudança de hora; entreguei-lhe o projecto de diploma; reagiu melhor que alguns Colegas meus ou Secretários de Estado. Estávamos a tratar da transferência de competências; tinham já constituído um grupo com quatro Presidentes de Câmara experientes para analisar a

nossa proposta. Já haviam dado uma resposta à proposta de reformulação da Lei das Finanças Locais. Queriam começar a negociar. Interessou-se pelos contactos que estavam a decorrer com o Banco Europeu de Investimento; é que o tema também lhes tocava, se chegassemos a bom-termo.

A rede de leitura pública representava um programa estimadíssimo. Mas tinha sido extinto o Instituto Português da Leitura e do Livro e isso preocupava-o muito. Informei-me acerca das consequências potenciais dessa extinção. O programa seria salvaguardado.

Estava muito molestado com a extinção de lugares em escolas com menos de vinte alunos. Mas era inexorável; essa fasquia ia descendo todos os anos por causa da baixa constante da taxa de natalidade. Eu próprio passei em Freguesias cujas escolas tinham cinco alunos!...

Por recomendação da Inspeção-geral de Finanças, a Direcção-geral dos Recursos Naturais havia deixado de dar apoio técnico aos trabalhos de captação de água nas diversas freguesias. Isso era, para ele, muito inconveniente porque aquela era uma forma de assegurar que as obras eram feitas correctamente... dessa forma não custando nada aos Municípios; era isto que estava em causa!... Teria de haver um despacho do Ministro do Ambiente e a celebração de contratos-programa. Era isso que ele queria que eu conseguisse.

Como se pode ver a agenda era variada... Devo acrescentar que reinava um clima de confiança. Não se fazia jogo partidário em torno das necessidades das Autarquias que se apresentassem como problemas gerais. As outras ter-se-iam de se encaixar nas regras definidas e publicadas.

*

Na continuação das minhas diligências para ver que competências se transfeririam do escalão central para os Municípios tive em 12 de Março uma reunião com o Secretário de Estado do Orçamento e o Secretário de Estado Adjunto da Saúde. Este último havia estudado o caso espanhol que achava ter grandes afinidades com o nosso, ao contrário dos da Suécia e da Dinamarca que assentavam em práticas tradicionais muito diversas.

Em Espanha, o Governo (Central) tinha transferido muitas competências para as Autonomias. Ele achava que nós deveríamos fazer o mesmo em relação às nossas futuras regiões administrativas. Não via que houvesse muitas que pudessem ser transferidas para os Municípios que não fossem as relativas à saúde pública, à fiscalização de algumas matérias como as ligadas ao abastecimento de água, aos esgotos e à fiscalização da salubridade em alguns espaços públicos. Estas competências levariam como “mochila” pouco dinheiro. De qualquer forma, era o que era! Mas o que mais lhe interessava eram as regiões administrativas e a sua articulação com o que designava como as áreas funcionais da Saúde.

*

Resolvi, com o Secretário de Estado, ouvir alguns Autarcas com os quais tínhamos relações de trabalho mais cordiais, a respeito da transferência de competências. No dia 23 de Março tivemos uma sessão de trabalho com os Presidentes das Câmaras Municipais da Feira, Albergaria e Benavente. Os três pertenciam a forças políticas diferentes.

Estavam dispostos a receber novas atribuições e competências, porque julgavam que isso seria bom para os seus Municípios. Preferiam uma negociação global, mas achavam indispensável que ela viesse acompanhada de uma folha anexa, explicitando as verbas a transferir; não queriam que estas fossem fundidas no FEF; e, todos os anos, deveria aparecer a dita página, explicitando as verbas em causa. O enquadramento jurídico em que tudo passaria a assentar deveria dar-lhes garantias suficientes (Mas, afinal, era disso que estávamos a tratar). A associação da evolução do FEF em consonância com a do IVA tinha acabado por os desiludir. Como a do segundo havia sido galopante, os Ministros das Finanças sucessivos recusaram-se a transferir tão exagerado FEF e aí, caíamos nas habituais discussões que não levavam longe. Eles próprios, em conversas privadas diziam que não acreditavam que a regra algum dia viesse a ser cumprida. O erro tinha sido plasmar na Lei, uma associação à evolução de um parâmetro que havia sido imprudente; o legislador de então (não tinha sido eu!...) não fazia a menor ideia de qual é que seria a evolução do IVA; assentou a sua proposta numa ideia bonita – associar a riqueza das Autarquias à evolução da riqueza nacional – mas

escolheu para aferir esta última o valor da evolução do IVA que cresceu muito mais depressa do que ele poderia ter imaginado. Ele não tinha nenhuma base para fazer uma extrapolação realista. Pareceu-lhe bem quantificar a evolução... e “estampou-se!” (ou melhor fez “estampar” os seus sucessores...), porque não havia qualquer projecção com fundamento para o andamento da curva correspondente. E era evidente que os Autarcas de qualquer partido não consideravam nada bem que houvesse uma alteração da Lei das Finanças Locais. O resultado era pôr o ministro responsável a fazer “ginástica mental” para tentar justificar por que não era possível aplicar uma lei tão desajustada em relação às nossas condições de vida. Isto de fazer leis reclama muita prudência...

Uma das áreas que aceitavam era o sistema rodoviário local. Mas gostariam de ver fixada uma taxonomia das estradas – nacional, regional e local – antes de se continuar a negociar. A negociação era, naquela ocasião, feita “à linha”, transferindo os lanços que fossem, realmente, muito apetecidos pelas Autarquias. Estavam, também, atentos à transferência de unidades de saúde mais próximas das Freguesias.

Nós reagíamos à manutenção dos quadros anexos, “ad aeternum”. O Orçamento do Estado não deveria ser uma colecção de anexos. Não queríamos contribuir para um seu desvirtuamento, nesse sentido. Logo que possível, teria de haver o enquadramento das transferências financeiras através de uma regra com generalidade de aplicação.

Eles invocavam sempre a experiência anterior dos transportes escolares e da acção social escolar para justificar a desconfiança com que olhavam para a proposta de transferência. Eu bem lhes dizia que isso não tinha acontecido comigo. Eles sabiam-no muito bem, mas convinha-lhes sempre invocar o sucedido para ganhar terreno... Desconfiavam muito do Ministro das Finanças que sabiam ter dito um dia que a transferência não se deveria fazer “ela por ela”, mas teria de se conseguir com economias para o Tesouro. Eu tinha de contrariar, dizendo que o sentido da frase não poderia ser entendido literalmente. Era evidente que as novas funções a transferir seriam mais difíceis de gerir. Diziam-me, por isso, que não as poderiam desempenhar com os quadros de que dispunham, porque estes não estavam devidamente preparados; deveriam admitir novos funcionários... e rever o quadro legislativo correspondente

(D.L. 116/84) e a política de recursos humanos municipal. Diziam que as populações reclamavam maior qualidade dos serviços quando eles eram prestados pelos Municípios, porque sabiam que o responsável estava num gabinete no 1.º andar... enquanto que nos serviços públicos comuns nem sabiam quem ele era nem onde é que estava... Mas essa era, exactamente, uma das muitas razões que nos levava a querer proceder à transferência de atribuições e competências. Propuseram a organização de cursos de formação em gestão com o que eu concordei.

As transferências anteriores, no sector da Educação, haviam sido feitas tendo em conta os quadros de então. Era preciso aproveitar, agora, para os racionalizar. Também concordei, obviamente. Não queriam que os transportes escolares fossem englobados no FEF. Lisboa e Porto não pagavam, naturalmente, os transportes escolares por causa de disporem de vastas redes de transportes públicos. Mas recebiam a sua quota-parte do FEF. Por isso insistiam nos “anexos”...

Estas reuniões passavam-se em ambiente construtivo. Eu e o Secretário de Estado íamos acumulando informação para a construção de uma proposta que tivesse probabilidades de encontrar alguma receptividade. Eram, verdadeiramente, reuniões “para partir pedra”...

*

Estava próximo de ocorrer, no Parlamento, um debate sobre as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. O Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares e o Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares quiseram fazer precedê-lo de um encontro entre os principais intervenientes do partido do Governo e eu próprio, para afinarem o discurso, tornando-o convergente. Fui a S. Bento, para isso, no dia 23 de Março. Havia um coordenador político do debate, mas estavam presentes outros Deputados. Estavam, também, designados os dois intervenientes designados para participar na discussão. Sabia-se que a discussão não iria ser tecnocrática. Pelo contrário, seria muito politizada. Mas sabia-se, também, que a Oposição não estava unida. Entre o PS e PCP havia disputa para saber quem liderava melhor a luta contra o Governo. Eu fiz uma revisão da matéria, desde a definição de área metropolitana ao que se pretendia conseguir com a coordenação de alguns sectores de âmbito metropolitano. A discussão generalizou-se:

O tema era considerado “horizontal”. Viriam à baila os transportes, a saúde, a segurança social, o ordenamento do território, etc. Também seria chamada a 2ª travessia do Tejo em Lisboa. Deveriam os Deputados orientar o seu discurso para a cooperação inter-institucional, como eu tinha manifestado preferência? A questão do FEF seria, seguramente, levantada. Não eram as verbas para a instalação dos órgãos respectivos que os preocupavam, porque essas seriam, em qualquer caso, diminutas. Era o investimento e a coordenação dos grandes serviços que mais importavam. Havia um representante de uma parte da Oposição que era especialista de transportes e que não deixaria de intervir e outro que tinha peso político e que representava a outra parte. Por outro lado, dentro do PS havia disputas entre o que se designava pelo velho PS e pelo novo PS. Todos haveriam de querer brilhar. Mas não se deveria deixar focar a atenção somente na Área Metropolitana de Lisboa que era onde as diversas oposições queriam marcar o terreno, pensando já nas eleições autárquicas ou num eventual comando da instância metropolitana que viesse a ser definida. Havia quem quisesse acentuar muito o que já havia sido feito; outros que diziam que só o futuro é capaz de mobilizar as atenções (eu estava neste grupo...).

O sector da Habitação representa sempre uma área sensível em qualquer cidade antiga. Nessa ocasião era particularmente aguda a situação em Lisboa, fruto do prolongamento, a todos os títulos inconveniente, do congelamento das rendas. Seguramente que ele iria ser levantado pela Oposição porque daria dividendos políticos chamar a atenção para o sector. Como pontos fortes do Governo estava o sistema viário e os novos equipamentos de saúde que tinham sido construídos. Eu preferia que eles levassem a discussão para os aspectos institucionais. Mas não estavam preparados para isso e não iriam estudar o assunto à pressa. Por isso, queriam refugiar-se na invocação da obra feita.

Houve um que sugeriu fazer um discurso positivo de contra-ataque. Apoiei-o, logo. Mas o problema era sério. Nas duas áreas metropolitanas em causa, concentrava-se mais de um terço da população portuguesa.

Já se falava que o PCP tinha destacado o Presidente da Câmara de Vila Franca, Daniel Branco, para ser o futuro presidente da Junta Metropolitana. Isso significava que atribuía muita importância ao lugar. Eu devo dizer que tinha respeito

pela personagem que era um homem que estava sempre dentro dos assuntos e pensava pela sua cabeça. Tenho pena que ele tivesse abandonado a vida pública tão cedo. Deixei de ouvir falar nele há muitos anos!

Era conhecido o desentendimento grande entre os Autarcas de cada uma das duas Áreas Metropolitanas. Obviamente, isso não facilitaria a sua acção, porque a essência do trabalho da Junta era a preparação de um plano estratégico e a sua concretização metódica para benefício de todos. Ora, isso reclama muita concentração, o que implica não passarem o tempo com picardias privadas e, especialmente, públicas. A definição de prioridades e o seu escalonamento é que deveria absorver a maior parte das suas energias. Era evidente que alguns projectos emblemáticos ajudariam à convergência, como era o caso do saneamento da Costa do Estoril, ou do abastecimento de água a partir do Castelo do Bode ou do metropolitano de superfície do Porto; todos foram usados para o efeito.

A iniciativa do debate havia sido do PCP. Era, por isso, sobre ele que iria recair a maior responsabilidade do debate. Mas eu aconselhei a que o partido do Governo não se remetesse para uma posição defensiva. Nós tínhamos dado passos importantes – como, por exemplo, a elaboração dos PROT respectivos – e isso deveria jogar a nosso favor. Não tínhamos nada a perder com a adopção de uma postura frontal, activa, orientada para o futuro e com sentido manifestamente político. Porque o que estava especialmente em causa era definir quem verdadeiramente comandava a oposição: o PS ou o PCP?

Eu dei munções para a discussão, mas esta viria a passar-se somente entre Deputados. Afinal a cabeça da Oposição era o PS...

*

Desconfio que o Ministro das Finanças, Prof. Jorge Braga de Macedo, achava que eu não era suficientemente persuasivo junto da ANMP para a fazer aceitar, de bom grado, os esforços de poupança que ele, correctamente, queria impor a todos, incluindo os Autarcas, naturalmente. Disse-me que gostaria de receber o Conselho Directivo da Associação, evidentemente comigo presente. Eu aceitei imediatamente a disponibilidade e arranjei a audiência que teve lugar, no seu gabinete, na tarde do dia 23 de Março. Foi comigo o Secretário de Estado da Administração

Local. Recebeu-os com a maior simpatia, dizendo das dificuldades financeiras que estava a atravessar o nosso País. Acrescentou que era seu entendimento de ver-se favorecer os Municípios que fossem capazes de atrair investimento para o seu território e, nesse quadro, invocou o estatuto dos benefícios fiscais. Disse que entendia que se deveria flexibilizar os Quadros Comunitários de Apoio e que contava muito comigo para o conseguir. Referiu um estudo da OCDE sobre técnicas orçamentais e finanças locais que muito recomendava aos Autarcas presentes. Tudo isto antes de entrar na magna questão: o comportamento financeiro das Autarquias não poderia deixar de estar em consonância com o comportamento financeiro do Estado. E este era de aperto!

A questão das dívidas à EDP preocupava-o muito. Contava com a compreensão das Autarquias para pôr fim, rapidamente, a tão penoso e prolongado processo. Relembrou que a Caixa Geral de Depósitos era uma instituição de crédito com larga tradição de Apoio aos Municípios. Disponha, além do mais, de um manancial enorme de informação financeira que poderia ser útil à gestão das Autarquias. Entendia que deveria haver uma diferenciação nas condições de crédito às Autarquias cumpridoras e às “faltosas”. Defendia que o “spread” de 3% tinha de ser aumentado.

Finalizou a sua exposição dizendo que os Quadros Comunitários de Apoio deveriam ser “amigos da convergência” e que os procedimentos menos favoráveis a essa mesma convergência deveriam ser penalizados. Os representantes da Associação olharam para mim, um pouco sem saber como continuar. Eu fiz o elogio dos Municípios na sua contribuição para a convergência e no seu empenhamento em alinhar pela disciplina financeira do Estado. Isso abriu a porta para eles falarem acerca das suas dificuldades financeiras segundo um discurso que eu conhecia muito bem. O Ministro das Finanças agradeceu a visita e eu fiquei no gabinete dele mais um pouco, o suficiente para o ouvir dizer que a audiência tinha corrido muito bem e que ficava com a certeza de que eles tinham entendido o peso da sua grande responsabilidade na contribuição que poderiam dar para o equilíbrio das contas do Estado.

*

O previsto debate sobre as Áreas Metropolitanas teve lugar na Assembleia da República, na tarde do dia 24 de Março. Por causa da iniciativa ser do PCP quem

abriu a discussão foi o Deputado Daniel Branco que deu o tom: as Áreas Metropolitanas tinham um elenco mitigado de atribuições que deveriam ser reforçadas; mantinham-se as dificuldades financeiras das Autarquias Locais e isso não deveria continuar; perguntava-se onde ficava a “periferia”, porque, no seu entender, o centro urbano de Lisboa estava cheio de “periferias”; faltava investimento urbano do Governo ao longo do país; faltava a regionalização; tinha-se adoptado a política da ausência de políticas... e, portanto, instalado a permissividade; não se via uma clara definição das prioridades; não havia meios para a construção de habitação social; a insegurança das populações reclamava a construção de mais esquadras de polícia e de quartéis; o PCP estava disponível para a cooperação...; as Áreas Metropolitanas deveriam ser dotadas de meios financeiros adequados; dever-se-ia promover a integração das unidades de gestão dos futuros programas operacionais das Áreas Metropolitanas. Esta reclamação de novas competências e de reforço dos órgãos de gestão confirmavam o boato que corria de que o PCP estava a apostar na Área Metropolitana de Lisboa e que o seu agente destacado para o efeito era o Deputado Daniel Branco; a escolha não era má... Entrevieram muitos outros Deputados entre os quais o Dr. António Costa e o Dr. Jorge Sampaio. Resumirei o que disseram:

Eu havia feito uma intervenção na sequência da interpelação. Ela está publicada (Discursos: Vol. VII); por isso não a reproduzo. Foi considerada “desumana”; tinha-me esquecido das pessoas! Quando o objectivo maior era resolver os problemas das pessoas. Era na periferia das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto que se vivia pior em Portugal. Queriam passar à acção, ultrapassando a fase das promessas. Os problemas associados à toxicod dependência tinham que ser resolvidos. Queriam eficácia nessa acção. O meu discurso havia ficado aquém do que esperavam. Os meios deveriam privilegiar a celebração de contratos-programa, com tratamento diferenciado tanto no OE como no PIDDAC. Eu deveria ter afirmado o meu empenhamento em levar por diante os instrumentos de ordenamento em curso, nomeadamente o PROT. A estratégia que se pressentia era a do “pacotão” de medidas para atalhar problemas; deveria ser, antes, a definição de um quadro geral de referência. O que é que o Ministério das Obras Públicas pensava acerca das suas contribuições para a resolução dos problemas da Área Metropolitana

de Lisboa? Constava que as verbas do FEDER estavam esgotadas; era verdade? A situação de Almada, em matéria de saneamento básico, era catastrófica; o que é que eu me propunha fazer? A localização da fábrica da FORD-VOLKSWAGEN em Palmela iria ter um efeito devastador sobre a rede rodoviária local; o que é que o Governo iria construir? Já estava medido o impacto da construção da fábrica sobre o tecido urbano e rural circundante? E o que é que eu poderia acrescentar relativamente ao alargamento do campo de tiro de Alcochete? Havia 2,5 milhões de Portugueses nas imediações e o exercício do tiro era muito condicionante (Não posso deixar de ficar intrigado porque é que, subitamente, o campo de tiro de Alcochete deixou de constituir um instrumento de acção política...). Estavam a ser reduzidos os espaços verdes no concelho de Lisboa, como se via pela amputação da Tapada das Necessidade, pelo Instituto de Defesa Nacional (Havia sido há mais de vinte anos!... A embirração era com os militares...). Os Planos Directores Municipais estavam a evoluir; como conciliá-los com o PROT? E o esforço financeiro dos Municípios? Como é que eu tencionava resolver a questão? Só viam solução através de uma nova contratualização, relativa à repartição de meios financeiros, entre o Poder Local e as instâncias centrais. Seriam pedidos novos meios financeiros aos cidadãos? A transferência de competências induziria um aumento dos encargos correntes dos Municípios; como me propunha eu resolver a questão? A rede urbana nacional acusava um enorme défice de cidades intermédias; na falta delas, a pressão exercia-se sobre as duas Áreas Metropolitanas; como entendia eu fazer crescer aquelas cidades, aliviando desse modo esta pressão? A solução passava por soluções contratualizadas e pragmáticas para ultrapassar as fragilidades e as complexidades do funcionamento das instituições previstas. Havia desigualdades dentro das próprias Áreas Metropolitanas. Tinha que se combater as carências de equipamento. As Áreas Metropolitanas deveriam crescer em qualidade, para desempenhar funções de polos dinamizadores do desenvolvimento e não aumentar a sua população. Dever-se-ia ter ido mais longe na descentralização de competências. A Administração Central não poderia “lavar as mãos” relativamente aos problemas das Áreas Metropolitanas; tinha de se celebrar contratos para a concretização de numerosas acções. Queriam a conclusão breve do PROT (Também eu!...). E defendiam a criação de complexos terciários dentro do

espaço das Áreas Metropolitanas. O domínio da Habitação deveria ser incluído na acção; por outro lado, as autoridades metropolitanas de transportes deveriam começar a operar rapidamente. Por outro lado, deveria haver um plano das “estruturas verdes metropolitanas”. A toxicodependência não poderia ser esquecida como praga maior das duas áreas metropolitanas. A noção de “custos da capitalidade” deveria ser explorada e aplicada na Área Metropolitana de Lisboa porque esta prestava funções de índole especial a todo o território nacional. Estávamos em frente de um grande desafio nacional; deveríamos ter a coragem de ousar recorrer a grandes meios de acção, particularmente através de uma colaboração institucional aberta e franca.

Como de costume, nestas circunstâncias e apesar de ter havido uma reunião preparatória, os Deputados do partido do Governo assistiram interessados à discussão, mas refrearam a sua vontade de intervir. O Governo que o fizesse!...

*

No dia 27 de Março fui a Faro para um longo dia de trabalho. Comecei por uma reunião do Eurogabinete, seguida de uma sessão de avaliação do PROT Algarve. Depois do almoço fui ao GAT de Tavira para inaugurar uma excelente exposição sobre o trabalho dos GTL (Gabinetes Técnicos Locais) e terminei a tarde em Vila Real de Santo António para ratificar o PDM do Município.

Na sessão sobre o PROT estavam presentes todos os Autarcas, o Governador Civil e o Presidente da Comissão de Coordenação e os seus técnicos. O Secretário de Estado da Administração Local, como sempre, acompanhava-me. Resumirei as intervenções, sem mencionar quem as fez:

O PROT tinha virtualidades, só por existir. Constituía um elemento importante para a gestão autárquica. Mas tinha havido dificuldades no contacto com as populações e, portanto, na explicação do seu conteúdo. As medidas propostas eram fortes, tendo, por isso, de se prever algumas excepções, devidamente justificadas. Os PDM de alguns Concelhos tinham de ser adaptados ao PROT. Um Presidente da Câmara disse que ele próprio e os seus técnicos se tinham incumbido de proceder às adaptações. O PROT havia trazido um contributo importante ao precisar certas decisões que constituíam um enquadramento mais

sustentado para a elaboração dos PDM. O regulamento do PROT tinha, contudo, trazido algumas dúvidas em matéria de definições, como era o caso da figura dos “núcleos de desenvolvimento turístico”. O facto de se ter querido elaborar um regulamento único para toda a Região do Algarve reclamava esse esforço de interpretação para enquadramentos diversos. Por exemplo, o conceito de “edificação dispersa” era diferente do Algarve para o resto do país e, mesmo, entre Concelhos algarvios. O PROT permitiria orientar a acção nas áreas não abrangidas pelos PDM. A aprovação dos perímetros urbanos era importante, nomeadamente porque tinha repercussões sobre as receitas municipais. Em alguns Concelhos não se vinha autorizando a habitação dispersa em zonas não servidas por infraestruturas; isso veio a ser sancionado pelo PROT. Queixaram-se da falta de cartografia actualizada, em certas áreas. Estavam dispostos a sensibilizar as populações para os méritos do PROT. Mas alguns queixaram-se em relação à habitação dispersa que tinha proliferado durante tempo de mais, criando agora problemas sérios. Quando havia situações difíceis, estava-se a assistir aos técnicos remeterem a decisão para os políticos, como devia ser. A definição da RAN e da REN continuava a apresentar dificuldades. Os que dispunham de PDM já estavam a encomendar Planos de Pormenor. Propuseram que se fizessem, de vez em quando, reuniões para troca de impressões sobre as decisões que tomavam; no PROT invocava-se, para a resolução de certos casos, a consideração de “razões ponderosas”; queriam uma uniformização de critérios que seria possível através dessas reuniões. Houve um Autarca da Oposição que disse que me queria ver mais vezes para definirmos posições comuns, especialmente a respeito das tais “razões ponderosas”. Tinham a consciência de que o PROT iria travar a construção no Algarve (Mas esse era um dos seus objectivos, especialmente em relação à construção clandestina e anárquica...). Os núcleos desertificados da Serra Algarvia punham grandes problemas; era preciso definir polos de desenvolvimento e robustecê-los. Alguns protestaram porque achavam que o regulamento era demasiadamente rígido; tinha que ser “flexibilizado”! Eu fingia que não ouvia esta recomendação porque sabia o que é que viria atrás da “flexibilização”... Havia um Presidente que dizia ter de definir cerca de 150 perímetros urbanos; era de mais para as suas capacidades de

recursos, mas estava satisfeito por se dispor de um PROT. Com efeito, o PROT era um instrumento de contenção; mas um Autarca disse que o seu PDM ia ser de alguma expansão e desenvolvimento, dentro das margens que lhe eram permitidas. Alguns fizeram a sua profissão de fé em relação aos planos; sempre haviam gostado de os ter... (Eu felicitava-os, devidamente...). Deveríamos fazer reflectir no PROT algumas das grandes obras que estavam em curso no Algarve, especialmente no sotavento; havia um acréscimo de 6.000 hectares de área regada; isso iria mudar o tipo de povoamento. Os concelhos do Barrocal e da Serra afirmavam que não estavam a ter dificuldades na execução do PROT; os do Litoral tinham que tomar algumas decisões mais difíceis. A Serra estava a ser comprada por Ingleses, Holandeses e Alemães; isso punha alguma dificuldade acrescida na tomada de decisões. O facto de as escrituras poderem ser feitas no estrangeiro tornava-as mais baratas, mas tinham receio de que isso viesse a afectar as suas receitas. Monchique queria reflorestar a sua serra; já ia no sexto fogo florestal em fins de Março! Havia Concelhos que multiplicavam a sua população por três ou mais, em Agosto; isso era complicado de gerir. O Autarca de Aljezur repetia sempre a designação Via de Camões, manifestamente para designar a Via do Infante; os outros sorriam... e eu resolvi corrigir... Mas era de propósito! Dizia que era do Camões, porque só olhava para um lado, o Sotavento... E o Barlavento? Estava nas minhas mãos ajudar a que ele passasse a dizer do Infante... (Isto ilustra como, apesar de se estar a tratar de coisas sérias, não se perdia o sentido de humor característico dos Algarvios...). Queixaram-se de que o planeamento estava a fomentar a especulação fundiária; os terrenos estavam a ficar mais caros nas zonas urbanas porque não se podia construir noutros lados (Mas esse era um dos propósitos do PROT!...). Os aquíferos continuavam a ser uma preocupação minha, de todos conhecida; manifestaram que havia muitas propostas para construir em cima deles; o PROT não autorizava!... Foi justificada a razão de ser do conteúdo do Artº 26.º do Regulamento, o tal das “razões ponderosas”... Era mesmo por elas variarem de um Concelho para outro que se havia posto os Autarcas a decidirem.

Acabámos a reunião em excelentes termos! Suponho que tinham ficado com a certeza de que o que eu pretendia era o bem geral para o Algarve.

*

As instalações das Forças de Segurança preocupavam o meu colega da Administração Interna. Encontrámo-nos em 9 de Abril para ver como poderíamos lançar um programa de reabilitação. O montante necessário para resolver o problema era de 40 milhões de contos! Mas estes não existiam. Trinta por cento das instalações estavam em estado considerado bom; mas setenta por cento era tido como sofrível ou mesmo mau. O pior era que o Ministério da Administração Interna dispunha no PIDDAC somente de 1,2 milhões. Assim, não se chegaria lá!... Poder-se-iam conseguir mais 1,2 milhões da dotação dos Monumentos e Edifícios Nacionais mas continuava a não ser com 2,4 milhões por ano que se havia de resolver a questão. O pior era que os fundos estruturais não eram susceptíveis de aplicação neste sector. Combinámos começar por elaborar um plano, com a definição de prioridades. O MPAT contribuiria com meios humanos competentes para esse efeito. Mas havia muitas decisões de natureza política para serem tomadas; não era somente o estado dos edifícios a contar. As prioridades iam, naturalmente para a conservação ou construção de instalações para a Guarda Nacional Republicana e para a Polícia de Segurança Pública. Mas aproveitámos para analisar um projecto de decreto-lei de que já havia um esboço para tratar da elaboração de Planos Municipais de Protecção Civil. Ter-se-ia, naturalmente, de começar pelo levantamento sistemático dos riscos, particularmente daqueles que pudessem ser objecto de acções de prevenção a nível local.

*

No dia 14 de Abril, trabalhei com o Secretário de Estado da Administração Local. Como sempre a lista de temas a tratar era longa. Um deles respeitava ao Presidente da ANAFRE (Associação Nacional das Freguesias) que, nessa ocasião, era o Presidente da Junta de Freguesia da Caparica. Estava em fase de afirmação do seu lugar. Queixava-se de que não era suficientemente tido em conta. Pretendia ter um estatuto semelhante ao do Presidente da ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses). Invocava uma promessa que lhe teria sido feita para beneficiar de uma parcela das contribuições autárquicas. Era evidente que não havia sido eu!... Por isso queria usufruir de transferências directas do FEF, o que

estava agora fora de causa, face aos protestos que se levantariam por parte dos Municípios. Os seus meios teriam de se manter tal como estavam consagrados na Lei, adicionados daqueles que conseguissem negociar com as Câmaras para desempenhar funções que acordassem com elas. Não poderia ser dinheiro para gastos!... Também queria ver assegurado o direito de antena na televisão pública. Mas isso já estava regulamentado na Lei da Televisão; a ANMP também não usufruía de nenhum privilégio especial; só os partidos políticos tinham tempo fixado na Lei. Esta preocupação dele inseria-se na vontade que tinha de projectar o lugar da sua associação. Queria, ainda, ter direito de consulta em matéria de urbanismo. Neste aspecto e por eles estarem próximo dos problemas, recomendei ao Secretário de Estado que passasse a consultá-los, sistematicamente, sempre que houvesse um projecto de legislação em preparação em relação ao qual também fosse ouvida a ANMP.

Era curioso observar como não morriam de amores uma pela outra, a ANMP e a ANAFRE... E não concorriam directamente entre si!... Mas havia alguns domínios em que eram “secantes”!... Isso bastava. O Decreto-Lei do licenciamento das obras particulares propunha uma gama de variação das coimas muito grande. Isso contribuía para alguma discricionariade inconveniente na sua aplicação. Importava corrigir. A Lei não pode ser imprevisível nas condições da sua aplicação.

Eu tinha sido visitado por inspectores da IGAT. Havia disparidades nos vencimentos em relação a outras inspecções. Seria conveniente não deixar subsistir discriminações inconvenientes; para trabalho igual, salário igual. E isso parecia que não estava a verificar-se.

O PROT da Área Metropolitana de Lisboa estava a progredir. Mas havia numerosas decisões sectoriais que importava esclarecer e que ultrapassavam os Autarcas. Tinham de ser realizadas reuniões com outros Secretários de Estado, que ele já estava a conduzir. Se subsistissem dúvidas deveria eu provocar encontros a quatro, com os dois Secretários de Estado e com o Ministro da área em causa.

O edifício dos Paços do Concelho de Rio Maior estava num estado muito degradado. Por isso foi feito um completamente novo. Escolheram uma solução arquitectónica muito datada; era uma expressão pós-modernista que lá irá ficar muito tempo naquele lugar. Já me referi ao meu gosto por soluções austeras, que durem sem cansar.

Lá fui um dia participar na inauguração que foi presidida pelo Chefe de Estado, Dr. Mário Soares. Mas, em Abril de 1992, ainda se discutiam complementos de verbas para o acabamento e o mobiliário... porque o orçamentado não chegava... Mas houve mais duas dúzias de pontos, nesse despacho!...

*

Em 15 de Abril, em despacho com o Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte, decidimos que as obras do Museu de Serralves tinham que “ficar a cavalo” em dois Quadros Comunitários de Apoio, porque os seus montantes eram elevados. Estava a verba total decomposta em três fracções: i) 0,7 milhões de contos para o parque de estacionamento na cave; ii) 1,2 milhões para o auditório e iii) 2,0 milhões para o museu propriamente dito. Decidimos começar com os toscos de tudo, ao mesmo tempo. Isso custaria 1,3 milhões; o projecto respectivo estaria pronto em Maio.

Mal poderia eu suspeitar que, em 1996, quando vim a ser administrador da Fundação de Serralves, ir-me-ia ser confiada a missão de acompanhar a transformação desses toscos em obra acabada!...

*

Há sectores em que se foram multiplicando as iniciativas um pouco de acordo com o gosto do freguês, que é uma outra maneira de dizer as pressões políticas. Em 1992 havia, na Região do Norte, sete comissões regionais de turismo que se atrapalhavam umas às outras. Já é discutível se a Região tem dimensões para fazer a sua promoção no exterior ou se ela se deve encaixar numa campanha nacional. Isso reclama muitos meios e competências muito especiais que não abundam. Ora, eu não sei o que pode fazer uma comissão regional de turismo além da promoção e, eventualmente, da formação; tudo o resto está nas mãos de empresários. Mas, a verdade é que, ainda hoje (2016), subsiste uma multiplicidade de comissões que lucrariam muito em fundir-se numa só que tivesse as mesmas fronteiras da Região e que representasse o seu braço de acção no sector. Assim, dispersa-se o pouco óleo que existe em muita engrenagem miúda; é verdade que temos a possibilidade de chamar “presidente” a sete senhores que disso tiram grande importância. Mas não ficam melhor com tanta abundância!...



FIG. Maquete do Projecto do Museu de Serralves.

*

Em 8 de Maio recebi o meu amigo José Bernardo Falcão e Cunha, nessa ocasião Secretário-geral do PSD. Preocupavam-no as eleições autárquicas de 1993. Queria prepará-las com tempo, nomeadamente por via de uma série de encontros subordinados ao título “Autárquicas 93”. Iria começar pelos distritos ao sul do Tejo a que juntaria o de Santarém. Eram mais de 90 Municípios dos quais somente 9 eram do PSD.. Já havia feito duas reuniões, uma em Albufeira e outra em Setúbal que tinham corrido satisfatoriamente. Queria o meu concurso para a terceira. Caber-me-ia mobilizar para a acção os vereadores do partido que não fossem os chefes dos executivos ou, mesmo, alguns membros do partido que não haviam sido eleitos. Ele considerava sem justificação aquela disparidade de posições! Sabia-me dentro da problemática do desenvolvimento específico daquelas zonas e era em torno dos problemas concretos e com soluções exequíveis que ele queria organizar os encontros. Como ele falava com muita gente, deu-me conta das queixas de alguns que não tinham conseguido vencer as eleições ou que não estavam a conseguir afirmar-se nos lugares que haviam conquistado. A culpa era sempre de terceiros que não lhes haviam dado os meios, ou facultado as informações que lhes teriam permitido operar maravilhas!... Eu tenho uma larga experiência deste tipo de “confessionários”... No mundo empresarial é corrente a culpa ser do sogro que não emprestou dinheiro ao genro para este lançar uma nova empresa que teria, sem dúvida nenhuma, alcançado um sucesso retumbante... Isto passa-se em muitos lados mas, em Portugal, abusa-se da transferência das insuficiências para terceiros e da elaboração de teorias que encubram a incapacidade real dos queixosos. Deveria ter-se maior pudor na exposição das limitações próprias.

*

Em 8 de Maio, no despacho com o Secretário de Estado da Administração Local, passámos em revista as funções que os diversos sectores se propunham descentralizar para os Municípios. Nós precisávamos de fechar as negociações com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e não tínhamos, nas nossas mãos, as listas com as competências a transferir. Na Segurança Social ainda se estava a afinar o rol. A Saúde não iria passar nada. Na Educação haviam traba-

lhado arduamente, mas a chamada “ escola integrada” punha muitos problemas, porque não deixava fazer transferências parcelares; ora isso complicava tudo! Na Administração Interna queriam transferir somente as esquadras e a manutenção física dos seus edifícios. Na Cultura não queriam descentralizar nada. Enfim, não era brilhante o resultado de uma tentativa de descentralização com cujo espírito todos haviam concordado.

A seca, na primavera de 1992, foi um caso sério. Os Municípios já se tinham começado a mover no sentido da obtenção de auxílios da mais diversa natureza. As culturas de inverno não haviam germinado. Mas, em alguns Concelhos não havia mesmo água suficiente para o abastecimento domiciliário. Teve, em alguns deles, de se recorrer aos auto-tanques dos bombeiros; mas isso custava dinheiro que eles não tinham. Era preciso começar a gizar uma resposta.

*

No dia 13 de Abril tive uma reunião com o Ministro da Administração Interna, alguns Presidentes de Câmaras e representantes dos Sapadores Bombeiros (Regimento de Lisboa e Batalhão do Porto). Em análise estava o Sistema de Protecção Civil nos grandes centros urbanos. As Câmaras Municipais achavam que estavam a suportar directamente custos, para elas muito elevados e que no seu entender deveriam caber ao Estado. Esses custos eram: 3 milhões de contos em Lisboa, 1,6 milhões no Porto e 1,0 milhões nas restantes Câmaras do país. Mas, no entender dos especialistas, a Protecção Civil não poderia ser centralizada porque se se olhasse para o mapa dos riscos eles estavam dispersos por todo o País. Tinha de se proceder, imediatamente, ao levantamento dos instrumentos de acção de que dispúnhamos para o efeito e organizá-los adequadamente, afectando territorialmente esses meios. Havia designadas as Comissões Distritais de Protecção Civil, com um papel relevante na estruturação daqueles instrumentos de acção.

Os corpos com cuja acção contávamos era mistos: sapadores e voluntários; havia um profissional para 10 voluntários. Tinha que se definir a natureza dos Sapadores; eram eles pessoal civil das Autarquias Locais ou deveriam ser considerados como pessoal militarizado? Estavam definidos os coman-

dos operacionais e nós achávamos que não se deveria desarticular o sistema existente. Se o fizéssemos sem estar muito rodada uma estrutura substituta e se acontecesse um qualquer acidente (sismo, cheia, incêndio,...) as consequências poderiam ser fatais. Neste tipo de dispositivos só se deve mexer por via da introdução de pequenas alterações, naturalmente concebidas no quadro de uma estrutura que esteja definida e que signifique um ponto de chegada para determinado momento, sempre sem deixar de estar estabelecida uma cadeia hierárquica de responsabilidades que entre a funcionar a qualquer instante, logo que surja o alarme.

Os Sapadores queriam ver regularizado o seu direito à greve; eles eram funcionários municipais militarizados ou eram equiparados a forças de segurança? Nessa altura havia um vazio legal. Era patente a tendência para os equiparar a um corpo de intervenção. Mas tudo isso implicava um trabalho de preparação com juristas que não podia ser imediato. Foi, logo ali, marcada uma reunião de técnicos para, no dia 21 de Maio, começar a afinar uma resposta que pudesse ser objecto de decisão política dos Ministros. A coordenação pertencia ao Ministro da Administração Interna.

*

O tema da transferência de competências para os Municípios continuava sem grandes resultados. Havia sectores, como a Cultura e a Saúde, que diziam mesmo que não viam que funções poderiam descentralizar. A Segurança Social e as Finanças não conseguiam enunciar atribuições que, realisticamente, fossem transferidas. Com a Educação o problema era diverso: havia competências que poderiam ser descentralizadas para 18% dos Municípios, mas não se sentiam confortáveis em fazê-lo porque não conseguiam propor nada para os restantes 82%... Assim sendo, preferiam ficar quietos. Em relação à Administração Interna o problema tinha a ver com o património físico a transferir, porque atrás das competências iriam as instalações e isso punha problemas de ordem diversa. Não era por falta de insistência da minha parte que a transferência de funções não se fazia. No fundo, havia pouca vontade!...

*

A minha preocupação com a correcção do funcionamento dos órgãos da Administração Local era grande. Por isso dei sempre muita atenção ao funcionamento da Inspeção-geral da Administração Autárquica, onde, aliás, sempre tive a ajuda de profissionais de excepção. Em 3 de Junho chegou-me a notícia de que, numa Câmara da Área Metropolitana de Lisboa, o número de inspecções sobre casos críticos em curso enchia vinte e três volumes, a maior parte deles nos serviços de urbanismo. O curioso é que só indirectamente se buliria com a figura do Presidente; tudo se passava a nível mais baixo. É evidente que dei instruções para que todos os processos prosseguissem os seus trâmites.

*

Para precaver consequências indesejadas da urbanização desenfreada na península do Montijo, em 22 de Junho e em despacho com o Secretário de Estado da Administração Local, abordámos a questão da legislação a produzir para fixar as mais-valias a cobrar pela construção da nova ponte, as medidas preventivas a tomar no quadro do PROT da Área Metropolitana de Lisboa e especificamente referidas àquela península e as medidas restrictivas a definir, em matéria de perímetros urbanos, densidades de construção, tipos de actividade, etc. Tudo deveria estar pronto bem cedo para evitar a especulação habitual.

*

Em 22 de Junho, em conjunto com o Secretário de Estado, trabalhei com o novo Director-geral do Instituto Geográfico e Cadastral, Dr. Santos Mota, a quem eu havia dado posse em Dezembro anterior (discurso em “Discursos VII”). Ele já estava bem enfronhado nas suas novas funções; era preciso definir uma estratégia para tão importante serviço, num sector que estava a experimentar progressos tecnológicos de dimensão não suspeitada. Quis começar por me dar parte das suas apreensões, preocupações e limitações!

Depois de seis meses no cargo, vinha comunicar-me que não havia um sistema nacional de cartografia! Não se sabia quem fazia o quê nem quem coordenava o que era feito. O nosso cadastro era pesado e caro e, por isso, não havia sido com-

pletado. Não havia cooperação entre o Instituto e os Ministérios das Finanças e da Justiça. Ora não se justificava haver três bases de dados, zelosamente conservadas e desactualizadas por três entidades que desconfiavam umas das outras. A preocupação maior era a fiscal (conceito napoleónico ...) que estava ultrapassadíssima; a Justiça tinha, no caso, uma perspectiva meramente burocrática, ligada às Conservatórias do Registo Predial. Já se sabia que o cadastro na Grã-Bretanha estava muito oleado porque tinha como preocupação maior facilitar as transacções imobiliárias. Nós deveríamos adaptar o nosso cadastro segundo uma perspectiva multifuncional, ligada ao planeamento físico e à difusão da informação, portanto muito no sentido daquilo que os britânicos tinham feito. Queixou-se de que o IGC não dispunha de um plano de trabalhos; estava habituado a navegar à vista... (Por isso se estava a fazer uma reforma de fundo). Propunha-me instalar um sistema de contabilidade analítica para o qual já dispunha de um programa adequado; ele confrontava-se com a desagradável situação de não saber quanto custava cada uma das operações que o Instituto era chamado a fazer.

Havia uma situação da maior complexidade a que eu era particularmente sensível. O Instituto tinha 16 instalações diferentes em Lisboa e no resto do país. Só em Lisboa eram seis, a sede no mosteiro da Estrela com mais cinco, todas em edifícios antigos nos quais não haviam sido feitas obras de manutenção. Existiam nove delegações mais uma sub-delegação. As delegações tinham como função especial fazer a manutenção do cadastro. Percorremos a situação de cada uma delas. Manifestamente eram de mais!

A existência de uma escola de topógrafos, desenhadores, restituidores e operadores de fotogrametria era indispensável porque as universidades não dispunham de meios humanos nem materiais para fazer este tipo de formação. E, muito justamente, os profissionais formados na nossa escola eram considerados como bons, tendo emprego assegurado. Talvez houvesse que agilizar e actualizar a organização da escola, mas não acabar, em caso nenhum, com os serviços que ela prestava. Era evidente que a evolução tecnológica iria alterar profundamente aquelas profissões; por isso tinha que se prever uma reformulação profunda da escola, preparando-a para esse “choque”. Ela tinha três fontes de recursos nessa ocasião: o próprio IGC, o PRODEP (Comunitário) e um patrocí-

nio do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Nessa ocasião (1992), tinha noventa alunos. Muitos deles oriundos dos PALOP.

Ficou claro para mim que o IGC tinha que dispor de novas instalações. Foi um processo complicadíssimo que talvez seja melhor eu não contar. A verdade é que, ainda nos anos 90, o IGC ficou a dispor de um edifício excelente na Rua de Artilharia 1, num antigo quartel que foi reabilitado. Logo se elaborou um projecto para a sua expansão com uma nova ala. Ainda tive ocasião de visitar as obras e de me assegurar que o espaço seria suficiente para os serviços e para a escola. Impunha-se que fossem estabelecidas, desde logo, relações entre o IGC e o CNIG (Centro Nacional de Informação Geográfica) porque a evolução passaria por aí e, também, com os Serviços Cartográficos do Exército (SCE) herdeiros de uma excelente reputação profissional. Estes estavam, ainda, muito envolvidos pelo ambiente de sigilo que rodeava, antigamente, a elaboração de cartas militares (Eu lembrava-me de, numa altura em que ia caminhar, nos fins de semana, para o Gerês, ter tido de mobilizar conhecimentos e influências militares para obter algumas folhas da carta 1:25.000, que me permitissem mover-me sem me perder na serra...). Mas eram considerados como muito competentes e isso bastava para que eu ambicionasse a sua colaboração!

Já se sabia, nessa ocasião, que o caminho era a digitalização da cartografia. Havia uma arrelhiadora indefinição da questão dos direitos de autor que nem a nível europeu estava esboçada.

À medida que ele me ia referindo o estado das instalações fui assaltado pelo pânico dos incêndios que poderiam destruir não só as construções como também uma parte importante do nosso património cartográfico. Ele já havia mandado fazer uma avaliação da situação, através de uma inspecção pelos sapadores-bombeiros. O que me disse ainda me assustou mais: se houvesse qualquer acidente o resultado seria dez vezes maior do que o fogo do Chiado, porque a carga térmica era enorme (madeira, papel, produtos químicos, material de fotografia, etc.)! Tudo isto, ao lado da Basílica da Estrela e do Hospital Militar!

Além do resto, estava em causa documentação inestimável! Começámos a falar em números. O dinheiro de que dispunha não dava para nada. Comecei a ver como que é que o poderia dotar no PIDDAC do ano seguinte. Ele já se tinha mexido em relação

a patrocinadores privados, tendo em vista a realização do cadastro; eu quis saber em troca de quê é que haveria patrocínios. As Câmaras Municipais deviam imenso dinheiro de serviços já prestados e não pagos, dentro do velho princípio “do que está em Portugal é dos Portugueses!”... Era preciso cobrar as dívidas.

Para mim, ficou claro que a transferência para novas instalações teria de ser imediata! Havia o problema das delegações nas regiões autónomas que, até então, não tinham sido transferidas para as instâncias regionais. As instalações físicas no Funchal não estavam em mau estado, mas em Ponta Delgada ameaçavam ruína. Em causa estava a transferência das instalações, mas também a da produção de cartografia. Esta não havia sido reclamada porque ia sendo fornecida sem custos para os Governos Regionais... Por isso, teria de se aproveitar uma próxima transferência para juntar esta competência a outras menos atraentes. As delegações regionais estavam praticamente paradas, com a excepção dos funcionários que nelas trabalhavam; poucos se aperceberiam do seu fecho. A sua inactividade aliada ao salto tecnológico da digitalização da cartografia aconselhavam a que se repensasse com urgência a sua manutenção.

Por outro lado, o IGC não dispunha das verbas necessárias para suportar as numerosas obrigações de representação internacional de que estava incumbido. Iria haver uma sessão da ONU sobre toponímia; outra sobre fotogrametria e detecção remota; outra da CERCO, associação europeia de cartografia; uma quarta sobre geodesia e outra das instituições latino-americanas do sector. Só assegurar a presença nestas reuniões custaria mais de 2.000 contos; nada estava previsto no orçamento!

Em matéria de pessoal, não havia admissões há muitos anos, de modo que o quadro orgânico estava preenchido a cinquenta por cento e envelhecido. Ninguém gostava de tomar responsabilidades. O uso e abuso da fórmula “V. Exa., superiormente, decidirá” era a prática corrente, de modo que tudo estava atrasado, acumulando-se na mesa do Director-geral. Os que sabiam alguma coisa de informática eram solicitados para irem para outros lados onde ganhavam mais; a concorrência entre organismos do Estado não é anormal; para funções equivalentes, a Assembleia da República pagava mais 80%... Não admirava, por isso, que quem tivesse algum valor e aspirações fosse para outro lado.

Em matéria de equipamento havia de tudo: antiquado e moderno. Mas, ao longo dos anos, o PIDDAC tinha contemplado a casa e, por isso, não se estava mal.

Afligia-me a cobertura do edifício da sede pelas razões que já disse. Mas só a revisão da cobertura do mosteiro custaria entre 200.000 e 300.000 contos! No que tocava ao produto propriamente dito, além das respostas pontuais, estava em curso a actualização da carta à escala 1:50.000; iriam actualizar dez folhas. Estava em ultimate uma nova carta à escala 1:200.000 e em digitalização a carta à escala 1:500.000 e a de 1:50.000. Já se fazia tratamento de imagens obtidas por satélite. No domínio da fotogrametria, produziam-se ortofotomapas; isso fazia-se à escala de 1:10.000 para os PDM das regiões de relevo e de ocupação mais complexa, como era o caso da Região do Norte. Havia um plano de reabilitação da rede geodésica. Para a execução do trabalho enfrentámos dificuldades práticas decorrentes do desaparecimento ou da deslocação dos marcos respectivos. Contratempos semelhantes eram correntes em relação à rede de nivelamento.

O cadastro geométrico estava praticamente parado por falta de meios; felizmente o cadastro agronómico ia avançando para responder a necessidades urgentes. Aliás, era este o domínio do cadastro o que mais me preocupava por causa dos meios que eram necessários. Gostaríamos de, neste domínio, dar prioridade à escala 1:10.000.

Havia empresas privadas a fazer trabalho de qualidade. Mas deveriam ser coordenadas e fiscalizadas, no trabalho que realizavam.

Existia um Conselho Nacional de Cartografia que estava praticamente desactivado. Tinha sido presidido por um Almirante que se havia reformado. Tínhamos que decidir rapidamente sobre a manutenção ou não do Conselho e, no primeiro caso, fazer a lista das entidades a convidar e pôr o órgão a funcionar.

Nessa ocasião, para o completamento do cadastro admitia-se serem necessários, pelo menos, dez anos e cinquenta a sessenta milhões de contos! Não dispúnhamos desta verba, nem poderíamos esperar tanto tempo. Mas impunha-se começar. Ainda hoje (2016) me ocupo a tentar arranjar soluções praticáveis relativamente ao cadastro florestal; é que, sem ele, a nossa grande riqueza florestal potencial ficará por aproveitar...

*

Numa reunião com o Presidente da ANMP, entre muitos outros assuntos, ele pôs-me a questão da intervenção dos Técnicos Administrativos Municipais na apreciação da legalidade das medidas que eram tomadas. Tinha sido assim, há muitos anos, mas a progressão obreirista de alguns Autarcas havia-os levado a ignorar ou a nem sequer consultar aqueles técnicos. O meu cuidado em estar presente nos congressos anuais daqueles técnicos visava chamar a atenção para a importância do seu papel. À força de não serem envolvidos naquela apreciação eles começaram a defender-se, deixando aos Autarcas a responsabilidade total pelas decisões tomadas. Agora, eram estes que vinham reclamar a prática do que chamavam “as funções antigas de supervisão da legalidade dos actos dos eleitos”... Recomendiei que a prática começasse pelos temas que correspondiam às “faltas veniais” detectadas pelas inspecções. Assim se começou a responsabilizar mais quem tinha preparação técnica e a fazer sentir aos eleitos os limites legais à sua liberdade de decisão. Manifestamente, não daria grande resultado produzir uma legislação sábia e contundente sobre o tema. Era melhor ir adquirindo bons hábitos e sancioná-los a meio do percurso.

*

Eu ia insistindo com as reuniões sectoriais para tratar da transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais. Houve uma no dia 22 de Junho. Já havia algumas sugestões para apreciar: A responsabilidade pelo ensino básico (1.º e 2.º ciclos) poderia passar desde que as duas escolas estivessem no mesmo edifício. Se houvesse uma escola (C+S) envolvida tudo teria de ficar no Ministério da Educação. Era difícil transferir funções de maneira assimétrica. A Acção Social Escolar (cantinas, residências, “leite escolar”, etc.) poderia passar para as Autarquias que não tivessem residências escolares... Novamente, uma competência assimétrica; não me agradava nada. Queriam passar a parte de gestão (e racionalização) do pessoal não-docente. Eu entendia mal a entrada “de gaveta” de uma componente que, manifestamente, tinha de estar sob a alçada das entidades escolares. Nessa ocasião, a Acção Social Escolar montava a 5 milhões de contos e o pessoal não-docente a 23,3 milhões. Era

bom em termos de recursos, mas a pretensão do Ministério respeitava a partes de funções, à quebra das linhas de autoridade... não me agradava nenhuma das propostas feitas. Era evidente que, quanto ao PIDDAC, não passaria nada!... Foi parar perto esta tentativa de descentralização.

Na Cultura propunham-se transferir o apoio às bandas e ranchos folclóricos e ao teatro regional; esta última significava algum dinheiro. Retive as propostas. Eu próprio iria fazê-las à ANMP.

*

Nessa ocasião (1992), o Banco de Portugal queria construir uma grande sede na Praça de Espanha. Havia complicações imensas, porque a expropriação feita tinha-o sido por um diploma específico dos Ministérios das Finanças e das Obras Públicas já antigo e que, entretanto, caducara. Só nos traria complicações jurídicas fazer nascer um processo já com meia-dúzia de anos, cuja concretização não havia sido levada a bom-termo. Nessa ocasião, tudo deveria ser feito de acordo com o novo Código das Expropriações. Sempre me fez impressão porque é que o Banco de Portugal não havia de comprar os terrenos aos preços do mercado e neles construir o grande edifício.

O Secretário de Estado recebeu os expropriados e ficou ainda com mais reservas em relação à solução que nos propunham. Esta não implicava a compra de terrenos por nós, obviamente. O que se esperava era que eu assinasse uma declaração de utilidade pública do terreno. Os juristas aconselhavam-me a não o fazer. Eu tinha pressões para invocar os despachos antigos e facilitar uma solução nessa base (o que punha os assessores jurídicos de cabelos em pé!...); outros pretendiam ver aplicado o código anterior, o que não fazia sentido nenhum, uma vez que já havia um novo.

Estas soluções habilidosas pareciam-me conduzir todas a processos jurídicos que se eternizariam e nos quais o Estado iria gastar o que não queria pagar na altura. Felizmente o processo foi abandonado ou adiado. Nunca mais ouvi falar nele e imagino que agora (2016) as preocupações são outras. Aliás, a sede da instituição na Baixa de Lisboa, teve tantas e tão sensatas obras que eu imagino que já ninguém se lembra do assunto.

*

Como já disse, algumas vezes, eu gostava de celebrar contratos-programa, em que ficassem escritas as obrigações das partes contraentes, as datas em que tudo deveria acontecer e as verbas que cada signatário deveria aportar.

Em despacho de 23 de Junho com o Secretário de Estado, combinámos que lançaríamos uma série deles, agrupados por sector e com expressão financeira visível. Isso deveria ocorrer brevemente, mas tornava-se necessário um despacho conjunto meu e do Ministro das Finanças por causa dos orçamentos pluri- anuais. As obras que nós privilegiávamos eram as chamadas “dos mil dias” e isso reclamava três anos. O meu Colega hesitava... Eu insistia em que éramos todos cumpridores... Sem ser na base da confiança, é difícil governar um país! Tem, obviamente, de haver garantias mas ser obcecadamente garantista não leva muito longe.

*

No dia 23 de Junho recebi o Dr. Victor Constâncio, nessa ocasião presidente da comissão organizadora da celebração de “Lisboa, capital da cultura”, que teria lugar em 1994. Recebi-o em conjunto com o Secretário de Estado, porque sabia que seria, especialmente, com a área de responsabilidade deste que se cruzariam as propostas que ele viria fazer-nos. Começou por se referir a outros acontecimentos similares. O caso de Madrid, em 1992, havia disposto de um orçamento de 15 milhões de contos, mas a sua publicitação não tinha sido famosa, quase não se dando por ela no meio da sempre animada vida madrilena. O caso de Glasgow merecia análise; com muito menos meios haviam organizado mais de 3.000 eventos, dos quais 20 muito grandes, contribuindo de modo decisivo para a mudança de imagem que se tinha da cidade; este efeito ainda perdura (2016). Para Lisboa já havia um esboço de programa e de orçamento. As diversas manifestações dividiam-se por quase uma dúzia de sectores: a música; a ciência e tecnologia; as artes aplicadas; a literatura e o pensamento, etc.

Queria enfatizar a posição de Lisboa como “ponto de encontro” de diversas culturas. Nomeadamente a inserção de Lisboa nos percursos da cultura europeia e a sua importância para a evolução dos conhecimentos (as Descobertas). Quanto à parte patrimonial tinha ficado decidido não se construir nenhum edifício

novo, mas recuperar alguns antigos: o Coliseu dos Recreios, com capacidade para 4.000 pessoas; o edifício da Standard Eléctrica, em Alcântara, que era propriedade da Câmara Municipal e onde se pretendia alojar um “Hotel das Artes”, “ateliers”, salas de ensaio, etc.; o Palácio do Contador-mor, nos Olivais; e obras em alguns museus que delas necessitavam. Haviam definido nove “percursos” na Cidade que queriam reabilitar; um deles passava pelo elevador do Corpo Santo que precisava de uma reparação profunda. O orçamento previsto era da ordem dos 8 milhões de contos, destinando-se 2,5 milhões para as intervenções patrimoniais; 5,5 estavam reservados para a promoção dos eventos, propriamente ditos. As despesas eram distribuídas pelo menos por três anos, obviamente. Punha-se a questão de saber se seria ou não mais conveniente concentrar tudo numa alínea específica do Orçamento que era o que me agradava mais. Esperava-se uma receita das bilheteiras da ordem dos 800.000 contos e do mecenato de 900.000 contos. Fizeram-se, naturalmente, comparações com a Europália, realizada em Bruxelas e que havia custado 2,5 milhões de contos (1 milhão da Bélgica e 1,5 de Portugal). Os acontecimentos desenrolar-se-iam ao longo de aproximadamente um ano. Tinha que se fazer uma alteração à Lei do mecenato para que a organização pudesse receber recursos por essa via.

No campo da Ciência e Tecnologia havia uma exposição internacional com as grandes associações europeias que estava a ser organizada pelo Eng. Fernando Belo que as conhecia bem; teria lugar em Abril e Maio de 1994. Gostariam de realizar qualquer coisa que fosse o reflexo da actividade científica portuguesa; apoiei, imediatamente, a ideia e propus a constituição de um pequeno grupo de trabalho com pessoas conhecedoras dos sectores que, oportunamente, escolhêssemos. Além da KOSMORAMA (exposição europeia), muito focada nas “Fronteiras da Ciência”, haveria uma mostra da actividade científica nacional.

Pretendia organizar uma grande exposição de pintura centrada numa determinada época; estava a inclinar-se para o surrealismo, do qual tínhamos artistas com obra muito relevante. Contava com a contribuição do Museu do Instituto Geográfico-Cadastral, porque ele dispunha de peças belíssimas. Eu sabia isso. Como se sabe, o grande programa veio a ter execução impecável.

*

Em 24 de Junho, o Presidente da Câmara Municipal de Castelo-Branco veio visitar-me para me dar conta da “frustração e do desespero” que grassavam no Interior. A desertificação deste era cada vez maior. Vinha reclamar mais estradas, como de costume. Disse que “desenvolver era investir” e, por isso, vinha reclamar mais meios. Depois das estradas veio o gás natural; não havia nenhum gasoducto atravessando a faixa interior! Nós só olhávamos para os locais onde havia pessoas!... Donde elas tinham partido, não nos interessava! Lá tive de lhe fazer um sermão sobre a avaliação “ex-ante” dos projectos que reclamavam, sistematicamente, a avaliação dos seus resultados potenciais. A EXPO’98 iria ser boa para o País, mas o Interior não beneficiaria nada com ela. Queria que eu agilizasse a construção da barragem do Alvito da Beira, no rio Ocreza, que seria destinada à rega de terrenos que ele assegurava terem óptima aptidão agrícola.

O Instituto de S. Fiel, em Louriçal do Campo, era um reformatório alojado num edifício de grande presença física. O Ministério da Justiça havia desactivado o Instituto. Isso punha-lhe problemas imensos! Já havia sido criado um grupo de trabalho com o Instituto de Reinserção Social para ver o que se poderia fazer. Ele já havia pensado em milhentas alternativas para a sua ocupação: ou um grande centro de estágio desportivo, de nível europeu, ou um grande hotel que beneficiasse da localização e do património, ou o aproveitamento da excelente água de mesa (do Alardo) que brotava nas vizinhanças... Lá tive de comentar cada uma das sugestões, sem o vexar mas tentando trazê-lo à dura realidade dos factos.

Depois tratámos de coisas mais comezinhas: a rede de esgotos de Castelo-Branco e a sua estação de tratamento de águas residuais. O problema do abastecimento de água já estava resolvido; agora vinha o esgoto. Também queria um estádio novo porque o existente era pequeno. Deu-me, no entanto, uma boa notícia: iria ser celebrado um protocolo entre o Benfica e o clube local, porque tinham dado prioridade à formação dos jogadores.

Eu apreciava muito a “teimosia” do Autarca César Vilafranca. Mas não tinha nas mãos os instrumentos de acção que dariam resposta aos seus anseios.

*

Depois de muitas semanas a tratar de compor um conjunto coerente de competências a descentralizar para os Municípios, tive no dia 30 Junho uma reunião com o Conselho Directivo da ANMP e com alguns Secretários de Estado mais ligados aos sectores em que havia a possibilidade de transferir funções. Disseram, logo de entrada, que “não estavam interessados no bloco de competências” que eu lhes havia enviado para análise. Tomei a afirmação como parte da tática para conseguirem melhores condições de transferência. Assim, pedi aos Secretários de Estado presentes para irmos percorrendo, sector a sector, aquilo que lhes parecia possível transferir então.

No domínio da Segurança Social, seria o apoio financeiro às Instituições Privadas de Segurança Social que, por estarem próximas das Câmaras, poderiam ser mais acompanhadas na sua gestão. O instrumento a usar seriam os acordos de cooperação e os acordos de gestão.

Ficaram de fora os sectores da tóxico-dependência e da deficiência. Mas os que mais nos interessavam eram a Infância, a Juventude e a Terceira Idade. A transferência financeira anual seria de 36 milhões de contos se fosse só o Continente e 39 milhões se incluíssemos as Regiões Autónomas. Estas verbas respeitavam apenas às despesas correntes. As de construção manter-se-iam nos moldes habituais.

No domínio da Educação o que o Ministério entendia ser mais adequado gerir localmente era a acção social escolar. O 3.º ciclo era difícil de separar do ensino secundário e este do ensino básico, se estivesse qualquer grupo de dois associado na mesma escola. Queriam muito transferir as obras de manutenção das escolas pré-primárias, primárias e preparatórias. Elas deveriam ser acompanhadas de perto e não a partir de Lisboa ou, mesmo, de uma direcção-regional. Igual era a lógica para a gestão das cantinas e refeitórios das escolas preparatórias, para o apoio socio-educativo (livros e material escolar) e para a gestão e conservação das residências escolares. A transição para as Autarquias da gestão do pessoal não-docente das escolas primárias e preparatórias, especialmente por causa dos muitos “tempos-mortos” que a sua actividade continha, também era pretendida. Estavam em causa 28,5 milhões de contos que se passariam para os Municípios.

No que respeitava à Segurança havia as instalações que o Ministério da Administração Interna queria transferir. As Autarquias que tinham maiores problemas de segurança eram, naturalmente, aquelas que mais queriam firmar acordos com a Administração Central; mas esta instância não passaria instalações nenhuma sem ser no quadro desses acordos. Todavia, os edifícios eram pretendidos! Estava em causa uma verba pequena; 1,8 milhões de contos. A transferência do património seria feita caso a caso.

No âmbito da Cultura estavam em causa alguns pequenos museus. A animação cultural promovida pelas instâncias centrais seria difícil de transferir.

Na esfera dos impostos locais, as operações que se consideravam foram: a cobrança, a liquidação e a avaliação. O que estava em causa era a cobrança das receitas locais pelas próprias Autarquias. Contemplava-se a transferência de instalações e de pessoal.

Na resposta às sucessivas propostas, o Presidente da ANMP fez uma declaração de princípio inatacável: só lhes interessava que fossem transferidas as competências que servissem melhor as populações; só o aumento do seu bem-estar lhes importava!

Não estavam em posição de se pronunciar sobre as transferências em globo; queriam reuniões particulares com cada sector para se inteirarem cabalmente do que lhes era proposto. Entretanto, referiram outras áreas que lhes interessavam mais: as estradas nacionais da rede secundária, o apetrechamento dos bombeiros voluntários, as unidades de saúde nas áreas mais remotas. Este é um tema inesgotável!

*

Os despachos com o Secretário de Estado da Administração Local eram sempre longos. Mas o de 15 de Julho foi longuíssimo, porque ele iria de férias na semana seguinte. O Instituto Geográfico-Cadastral tinha apresentado um plano de acção vastíssimo que montava a vários milhões de contos; tudo o que propunha era relevante; o que não havia era dinheiro para tudo; fiquei de ver com a Secretária de Estado o que poderia ser apoiado no âmbito do QCA. A CAP estava em processo de “agitação de massas” por causa da avaliação de terrenos e do seu cadastro; era preciso acelerar a resposta. As isenções de sisa eram sempre muito mal vistas pelas Au-

tarquias Locais, de quem constituíam receita, mas representava, também, um pequeno isco para a fixação de empresas no interior; tínhamos de conciliar posições. Nessa ocasião ainda se propunha, com grande empenhamento, a construção de novas sedes para as Juntas de Freguesia; decidimos elevar a contribuição do Governo para esse efeito; com a “cresta” que tiveram há pouco tempo (escrevo em 2016), deve haver muito edifício abandonado por esse País fora! Ou, então, foram constituídas delegações... A ANAFRE (Freguesias) queria ser considerada como pessoa colectiva de utilidade pública, mas ainda não tinha cinco anos, nessa ocasião, como a lei impunha. Porém, pretendiam que eu “furasse” a lei; era não me conhecerem... Começávamos já a pensar na legislação que haveria de definir as mais-valias a cobrar na venda de terrenos no Montijo; por causa da construção da nova ponte; não poderia ser um decalque da lei respeitante a Almada e à Ponte 25 de Abril, porque, entretanto, a legislação sobre mais-valias tinha evoluído muito; para complicar o tema, a Companhia das Lezírias era proprietária de cerca de 11.000 hectares nas imediações do encontro da ponte na margem esquerda.

O “congelamento” do Vale de Chelas que eu insistia que se mantivesse porque a terceira ponte sobre o Tejo em Lisboa iria ser ali, tinha de ser feita no âmbito do PROT. O processo da construção de um edifício para o Banco de Portugal na Praça de Espanha continuava; a Câmara Municipal queria expropriar os terrenos para os vender (naturalmente com bom lucro) ao Banco de Portugal; não me parecia bem... Tinha havido um parecer do Tribunal Constitucional em relação à Lei da tutela; ora, acontecia que as complicações que haviam sido denunciadas decorriam muito mais de outras leis do que daquela; era preciso elaborar um memorial competente para ser convincente. Havia algumas Câmaras importantes que tinham sido objecto de inspecção e, num caso ou noutro, os resultados não eram “famosos”; mas isso era assunto de grande sensibilidade política!... Havia uma delas em que nada se apontava ao Presidente da Câmara, mas que era um desastre em relação aos funcionários, nomeadamente os dos serviços de urbanização; era evidente que os processos tinham de seguir o seu caminho, doesse a quem doesse. Começava a haver muitas dificuldades para guarnecer com técnicos quer os serviços das Câmaras quer os GAT do Interior; muitos tinham-se transferido para o Litoral e, especialmente, para Lisboa e para o Porto. Tínhamos de arranjar ver-

ba para incluir no PIDDAC o programa de informatização da Inspeção-geral da Administração do Território. Havia numerosas queixas sobre a actividade de aposentados a exercerem funções de adjunto em gabinetes de Presidentes das Câmaras; era contra a lei, mas estavam a transmitir uma experiência com valia; só com autorização do Primeiro-Ministro é que tal poderia acontecer. Todavia, eu não o estava a ver disponível para o fazer, em tão grande número; pedi para o tema ser muito bem analisado em termos jurídicos; em todos os casos era invocada a experiência dos visados... o que era verdade. Tinha havido uma reunião do Grupo Parlamentar do PSD sobre o estatuto remuneratório dos Presidentes de Juntas de Freguesia; inclinavam-se para um aumento do abono, continuando, todavia, a ser uma gratificação; isso não resolvia nada em relação à almejada profissionalização desses titulares, como tanto queria o PCP.

Isto foi só uma amostra...

*

Em 15 de Julho recebi uma delegação da ANASD (Associação Nacional dos Autarcas Sociais-Democratas) com quem eu queria analisar a questão da transferência das competências da Administração Central para as Autarquias. Expus-lhes o que estava em causa. Responderam-me logo que não havia condições para o fazer no Orçamento de 1993... Só lá para 1994 e necessitavam da minha análise, tópico por tópico. Em relação à passagem das Instituições Privadas de Segurança Social (IPSS) a opinião deles era que, mesmo com a transferência das verbas que o Ministério da Segurança Social propunha, as Autarquias entrariam em falência! Isso porque os beneficiários passariam a exigir muito mais. Contemplámos a hipótese de as assumir sob a sua tutela, mas sem que a verba em causa fosse fundida no FEF. Deveria haver uma alteração nos quadros das Autarquias antes de qualquer operação de transferência. As Forças de Segurança, nomeadamente nas suas instalações, não lhes interessavam, porque acarretariam muita despesa sem benefícios visíveis para eles. Em matéria de património cultural – museus, castelos e outras construções - somente depois da reconstrução, reabilitação ou modernização; de outra forma, seriam encargos insuportáveis. Não aceitavam, também, a cobrança dos impostos locais, nomeadamente porque isso exigia a existência de algo que fi-

zesse as funções de um tribunal tributário e eles não tinham competência para isso. Consideravam que seria possível transferir alguma coisa no âmbito da Acção Social Escolar e da Educação, mas queriam tempo para analisar as implicações de cada nova função. As residências escolares eram, talvez, o equipamento que poderia ser transferido no ano seguinte. O sentido geral da resposta foi de que o Poder Local já tinha poderes suficientes e não queria mais. Fiquei inteirado...

*

O Ministro das Obras Públicas não gostava nada de que os Planos Directores Municipais fossem homologados por Resolução do Conselho de Ministros. Na realidade, o Conselho só constatava que os procedimentos consignados na lei haviam sido observados e consultadas as entidades sectoriais na esfera de acção que estava consignada a cada uma delas. Nós não tínhamos nada a ver com as decisões locais. Elas eram tomadas no âmbito da autonomia das Autarquias Locais para definirem como entendiam a evolução dos seus Concelhos. Mas ele não queria que houvesse uma hipótese, mesmo remota, de ser identificado com essas decisões. Entendia que chegaria um despacho do Ministro do Planeamento e da Administração do Território, quando muito um despacho conjunto daquele com o Ministro do Ambiente e Recursos Naturais.

Pelo contrário, eu pretendia dar solenidade à aprovação do que constituía o coroar de um esforço grande de cada Autarquia. Algumas não o fizeram de forma empenhada e convicta. O Povo costuma dizer: “Quem melhor fizer a cama, melhor se deita nela!”. De qualquer modo o documento representava o culminar de um processo exigente.

O Conselho não se pronunciou e a prática continuou a ser a que já havia sido estabelecida.

*

No dia 4 de Agosto recebi, de novo, a Associação Nacional de Municípios Portugueses para continuarmos a tratar do problema da transferência de competências para as Autarquias.

Estimavam o diálogo, mas afirmaram logo que não aceitavam nenhuma nova função se não estivessem convencidos de que isso serviria as populações. Esta afirmação devia ler-se com um aposto: “se não vierem os meios mais do que suficientes para o fazer...” Porquanto era certo já estar assente o “princípio da mochila”, quer dizer a transferência simultânea dos recursos que cada competência a passar custava à Administração Central. Haviam tido uma conversa com o Ministro da Educação e com as Associações de Pais e isso tinha sido esclarecedor. Beneficiaram com as trocas de impressões havidas e estavam em posição de me dizer que preferiam outras competências e não necessariamente aquelas que os diversos sectores tinham proposto. Pedi-lhes a lista. Ficaram de a elaborar e mandar-ma com brevidade.

O Secretário de Estado da Segurança Social esclareceu que as funções que haviam sugerido para transferir não seriam acompanhadas de meios humanos, porque ou não dispunham deles ou seria muito complicado deslocá-los. Tratava-se de fazer o acompanhamento de 2.200 instituições, o que não era fácil nem adequado assegurar a partir de Lisboa. O orçamento respectivo tinha crescido razoavelmente de modo que admitia não ir haver escassez de fundos. Como as Autarquias não queriam ficar com o PIDDAC do sector, combinou-se que, no caso das IPSS apresentarem novas candidaturas de investimento, elas teriam de ser acompanhadas por um parecer do Município; desse modo estariam em posição de controlar as despesas correntes desde a sua origem, autorizando-as, opondo-se a elas ou modificando a proposta. Tudo isto visava conseguir um maior apuro na localização dos equipamentos. Este era um sector muito popular e por isso muito consumidor de fundos; o PIDDAC do sector havia duplicado entre 1985 e 1992; todas as candidaturas eram “justificadíssimas e urgentíssimas”, mobilizando o apoio de toda a gente: notáveis locais e notáveis nacionais com origem local... Toda a gente apoiava a construção de um novo lar de terceira-idade...

Também assistiu à reunião o Sub-secretário de Estado do Orçamento. Havia pouco a descentralizar neste domínio.

Entretanto, eu ia recebendo alguns fornecedores da Administração Central e das Autarquias. Talvez fossem os opositores mais acendrados da descentralização! Entre outras coisas, passariam a ter mais trabalho com as cobranças... E já sabiam como lidar com o centro...

*

A transferência de competências para as Autarquias na área da Segurança Social era um dos objectivos que tínhamos em mente. As Instituições Privadas de Segurança Social operavam localmente, em especial no domínio da terceira idade ou das creches e, em nosso entender, o seu acompanhamento seria potencialmente mais bem feito se ocorresse a nível local, por ser possível acompanhar a sua gestão mais de perto; repousar numa só coordenação feita a nível nacional era muito pouco eficaz; se já houvesse instâncias regionais, poderia pôr-se a alternativa de descentralizar o acompanhamento e apoio dessas instituições para esse nível. Mas mais acertado seria transferir para cada Câmara a responsabilidade de seguir de perto o uso dos dinheiros atribuídos, de acordo com uma grelha que tivesse por base critérios nacionais.

O assunto revelava-se muito sensível. Era evidente que algumas instituições que tinham boas relações com o “centro”, não queriam nada ter de passar a lidar com uma plethora de Câmaras, de orientações políticas diversas e variáveis nas suas orientações. Porque era importante fazer isso sem afrontar a coordenação das instituições visadas encontrei-me em 7 de Agosto com o Padre Victor Melícias, presidente da União das Misericórdias e com o Padre José Maia, que presidia à União das Instituições Particulares de Solidariedade Social. Assistiu à reunião o Secretário de Estado da Segurança Social, Dr. José Luís Vieira de Castro. Expus a questão. O assunto já estava a ser discutido com as Misericórdias sem haverem chegado, ainda, a qualquer conclusão. O Padre José Maia, todavia, disse que o assunto era “pólvora”; o objectivo da sua organização era o melhor serviço das populações; ora, a descentralização não o fazia; não se tratava do dinheiro, mas da filosofia do sistema; o Governo não poderia desonerar-se das obrigações que eram as suas; quanto muito, ainda poderia tolerar o alargamento do binómio “Governo-Instituições de Solidariedade Social” para um trinómio em que também entrassem as Autarquias (Era conhecido que ele sabia muito bem o seu caminho até junto do Governo; as Autarquias só viriam atrapalhar a sua acção...). O Governo não deveria renunciar à definição da política social do país; as Autarquias seriam um parceiro, mas não substituíam o Governo, de maneira nenhuma; talvez no PIDDAC elas

pudessem intervir (era aí que não o queriam fazer...), mas nunca nas despesas correntes que se impunham todos os dias e a que era preciso responder.

O Padre Melícias disse que ainda não estavam em posição de responder à minha proposta. Já havia conversado com a Conferência Episcopal e com a ANMP, mas ainda não sabia o que mais lhes conviria. Eram a favor da descentralização, em princípio e não tinham nada a opor a que ela fosse feita em relação às estradas; agora no campo da acção social e da segurança social tinham as suas dúvidas. O dinheiro da Segurança Social não era do Estado, mas da própria Segurança Social. Ele vinha dos empresários, dos empregados e dos jogos sociais; o Estado não poderia “nacionalizar” esse dinheiro para o passar para os Municípios; o dinheiro era dos Cidadãos e tinha sido orientado, especificamente, para a acção social. Propunha que o assunto fosse discutido no âmbito do Conselho Económico e Social onde se sentavam os parceiros sociais. A ideia dele é que deveria haver menos Estado e mais Sociedade Civil; se o Estado achava que não estava em posição de desenvolver aquela acção social então que entregasse o dinheiro directamente às instituições de solidariedade social e não à Administração Municipal; não deveria haver promiscuidade dos dinheiros do Estado com os da Segurança Social. Estávamos a tratar, nomeadamente, com Misericórdias que eram instituições que, em alguns casos, tinham 500 anos de história! As Misericórdias ir-se-iam opor por razões teóricas e por razões práticas. O que lhe interessava era que fossem mantidos os acordos vigentes ao tempo.

O Secretário de Estado esclareceu que o que nos interessava era levar as funções a ficar mais próximas das populações. E que até poderia haver participações adicionais das Câmaras Municipais se elas achassem que, no seu entender, as instituições de solidariedade em causa precisassem de maior apoio. Até havia Câmaras que já dispunham de um pelouro da Acção Social. Evidentemente que os acordos de cooperação vigentes em matéria de tóxico-dependência e de deficiências seriam para manter. Nesse caso, se se retirassem esses acordos talvez se pudessem ultrapassar os tais problemas teóricos e práticos. Compreendi que seria muito difícil avançar nesta área. Com as Autarquias Locais a serem renitentes para absorver mais competências e com os órgãos de coordenação das redes a mostrarem também reservas, este era um campo de negociação fadado ao fracasso. E,

no entanto, a ideia fazia sentido: acompanhar a gestão de entidades com esfera da acção local pelas instâncias da Administração Local. Mas, manifestamente, isso iria quebrar rotinas para uns e determinar encargos novos para outros; ora isso era a convergência de dois factores fatais para a reforma.

*

Tinha sido para mim muito esclarecedora a reunião com as duas Uniões, a das Misericórdias e a das Instituições Particulares de Solidariedade Social. Os seus representantes estavam habituados a lidar com uma só instância – o Governo – e não queriam nada ter de passar a fazê-lo com mais de trezentas – os Municípios. Por outro lado, estes queriam fazer pagar caro a transferência de competências para a sua esfera de acção. Todavia, tanto para mim como para o Ministro do Emprego e da Segurança Social como, também, para o Primeiro-Ministro, se havia domínio que lucrasse com a proximidade do centro de decisão era o da solidariedade social. É localmente que se conhecem melhor as necessidades e que se pode acompanhar a sua satisfação. Por isso, não esmorecíamos.

Em 11 de Agosto, em despacho com o Secretário de Estado soube que haviam sido enviados quatro grossos volumes com a informação relevante. Nós teimaríamos, porque estávamos convencidos da justeza da nossa proposta. Logo se haveria de ver o resultado da nossa insistência.

Na mesma reunião, soube que ele havia recebido a ANAFRE, tendo-lhes falado numa sua associação potencial a competências no âmbito do ordenamento do território (planos de pormenor e coisas semelhantes). Mas verificou que eles pretendiam dar prioridade à transferência de competências a partir das Câmaras, o que não fazia sentido para nós; estava fora de causa voltar ao século XIX, fazendo ressuscitar paróquias ou mesmo conjuntos de paróquias. Precisávamos de Autarquias Locais grandes e não pulverização das existentes. Por outro lado, queriam o nosso apoio para aderir à Conferência dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa e, aí, o nosso desacordo era ainda maior; estava fora de causa que se multiplicassem as representações externas do país. A coordenação deveria começar dentro de casa.

Analisámos a evolução do Plano da Costa Alentejana. Esta é uma das joias que nós temos de preservar. Mas, nessa ocasião, havia muitas propostas de desenvolvimento inconvenientes; todas de grandes projectos. Tínhamos de ser firmes para não deixar estragar uma coisa que só nós possuíamos; estava fora de causa autorizar uma ocupação como muitos outros deixaram fazer (e já se arrependeram...). O diploma definindo as mais-valias a cobrar na península do Montijo por causa da construção da nova travessia do Tejo tinha de assumir a forma de lei ou de decreto-lei elaborado na sequência de uma autorização legislativa. Para andar depressa e fazer evitar os quase certos movimentos especulativos, optámos pela segunda solução; a primeira demoraria tempo de mais.

Algumas vezes os novos edifícios construídos para os Paços do Concelho eram demasiado grandes e custavam muito mais do que estava previsto no início. Tivemos que resolver o caso aflitivo de um deles que pretextava ter sido um antecessor a definir o programa (e, portanto, o tamanho e o custo...). Lá tivemos de aumentar o subsídio...

*

No último despacho com o Secretário de Estado, antes de ele partir para férias, tratámos de assuntos variados:

- i) A expropriação, por utilidade pública dos terrenos destinados ao novo Parque da Cidade do Porto. Quando lá passo hoje e olho para os pinheiros mansos que lá plantaram e que parecem árvores centenárias, não posso deixar de considerar que, de facto, Portugal, tem enormes aptidões florestais!...
- ii) Deveríamos incentivar a produção de planos de luta contra incêndios florestais nas zonas mais vulneráveis. Chegámos à conclusão que Óbidos não dispunha de bocas-de-incêndio na zona dentro das muralhas e que os carros dos bombeiros não conseguiam ir ao recinto. Havia que acelerar a instalação de uma rede especificamente destinada a esse fim.
- iii) A construção clandestina estava a expandir-se, particularmente na Área Metropolitana de Lisboa, devido à chegada de muitos imigrantes, particularmente vindos dos PALOP. Era preciso definir uma estratégia para atacar o problema. Pedi-lhe para ele fazer uma lista de uma dúzia de pessoas sabedoras com quem

podéssemos conversar para nos ajudarem a definir uma forma de actuação eficaz.

iv) O Plano da Costa Alentejana veio de novo à baila, porque as pressões estavam a ser muitas. Era preciso ir em socorro das instâncias regionais cujo parecer acerca da ocupação do solo era fundamental e de lei.

v) O Plano das Margens do Douro tinha de prosseguir.

vi) Realizara-se, recentemente, um encontro com os directores dos Gabinetes Técnicos Locais que haviam feito boas recomendações. Como de costume, quase todas elas repousavam em ajudas comunitárias que me caberia negociar. Decidimos pedir ao Director-geral do Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território (GEPAT) que fizesse uma selecção das medidas mais “praticáveis” para nós podermos decidir quais delas deveríamos apoiar.

vii) Tínhamos sido solicitados para dar apoio a Moçambique no campo da formação de técnicos administrativos municipais. A nossa opinião era de que deveríamos confiar ao CEFA (Centro de Estudos e Formação Autárquica) a concretização prática da resposta ao pedido.

viii) A EXPO’98 tinha começado a dar trabalho em termos de autorizações para ocupação do solo. Isso iria continuar a acontecer ao longo dos três anos seguintes!

*

Depois de férias o processo de transferência de competências para as Autarquias Locais continuou. Devo dizer que o presidente da ANMP veio com propostas construtivas. O meu problema, nessa altura, estava mais com alguns Colegas que queriam voltar atrás com parte das propostas já feitas... Combinei com o Secretário de Estado que, em poucos dias, se deveria fazer uma reunião conclusiva, bem a tempo de incorporar na proposta da OE/1993 as transferências que fossem acordadas. Era um assunto que tinha de ser tratado com muitas cautelas, porque, nessa ocasião, quem queria descentralizar era o Governo; as Autarquias não estavam nada desejosas de absorver novas funções... Como seria de esperar, eu não me limitava aos contactos formais com a ANMP; fazia, também, outros, de natureza partidária para tentar desvanecer dúvidas e colher apoio junto da ANASD (Associação Nacional dos Autarcas Sociais-Democratas).

Em 1992 houve quem sugerisse a criação de um Banco dos Municípios! Eu achava a ideia muito peregrina ... Se cada grupo de potenciais credores quisesse criar um banco para seu serviço, teríamos uma constelação de instituições bancárias que iria, seguramente, parar perto. Mas ainda demorou tempo a desfazer a proposta. A actividade bancária reclama muito profissionalismo e rigor, como hoje (2016) está amplamente provado. Não é, seguramente, uma actividade para amadores. Foi em princípios de Setembro que também tomámos a decisão de não prolongar os contactos para celebrar um novo empréstimo com o Banco Mundial para apoiar o Douro e, especialmente, as suas vinhas. A situação catastrófica das finanças da Casa do Douro e a intenção que havia de usar dinheiros do empréstimo para pagar o seu passivo é que deitaram tudo a perder.

O Secretário de Estado havia feito uma reunião para tentarmos encontrar um caminho praticável para resolver o problema das construções clandestinas. Para isso tinha ouvido quem sabia da matéria: o Arq. Nuno Portas, o Presidente da Câmara de Loures e o Presidente da Junta de Freguesia da Caparica. Nenhum deles pertencia ao partido do Governo; mas haviam adquirido competência no sector. Era isso que nos interessava (muito tecnocrático...).

Nessa ocasião, estava na berra o licenciamento das grandes superfícies comerciais. Quem lá fora andasse com sentido de observação veria que era inevitável que elas se instalassem e expandissem entre nós; mas havia um ou outro Colega meu que defendia muito as posições dos pequenos comerciantes que, aliás, estavam a fazer pouco por si próprios, uma vez que o sistema de incentivos para eles orientado não denunciava uma grande utilização... A minha preocupação tinha mais a ver com as implicações em termos de ordenamento do território, nomeadamente no que dizia respeito à acessibilidade e, particularmente, à existência de condições que evitassem a formação de “rolhões” ou de “regolfos” de tráfego.

*

Em 14 de Setembro recebi o Conselho Directivo da ANAFRE. Tratava-se de uma reunião há muito ambicionada por eles. O seu presidente era o Presidente da Junta de Freguesia da Caparica, que foi quem expôs ao que vinham, tendo logo começado

por me dizer que estavam ali em representação das 4.210 Freguesias de Portugal! Recusavam-se a ser meros eixos de transmissão das Câmaras Municipais; nem “passa-atestados”, nem “prepara-eleições”... Sabiam o que era o “princípio da subsidiariedade” e queriam vê-lo aplicado, ao seu nível. Sentiam-se marginalizados, antes e depois do 25 de Abril! Pretendiam que fossem definidas competências próprias, naturalmente acompanhadas dos respectivos meios financeiros. Reconheciam o esforço feito pelo Governo para apoiar a construção de edifícios para as Juntas de Freguesia, mas ainda faltavam mais de 2.000 sedes para serem reabilitadas ou construídas de novo!... Concordava que havia Freguesias de tamanhos muito diversos e com natureza (urbana ou rural) que também as distinguia. Queriam que lhes fosse assegurada profissionalização e permanência nos seus cargos. Deveriam usufruir de um “direito constitucional” igual ao dos Municípios. Afirmava que à profissionalização do cargo correspondia uma dedicação maior no seu desempenho. As verbas oriundas do FEF deveriam passar para eles directamente, sem transitar pelas Câmaras. As populações estavam a exigir cada vez mais das Juntas de Freguesia e estas não queriam senão corresponder. Afirmavam que as suas relações com a ANMP eram as melhores (o que não correspondia exactamente às informações de que eu dispunha) e que eles eram as entidades mais aptas a combater os fogos florestais (estavam informados acerca desta minha preocupação). Havia algumas coisas, nas suas pretensões, que mereciam análise. Mas o grosso do que queriam era muito difícil de aceitar; corresponderia à pulverização do exercício do poder, ainda por cima com pretensões de profissionalismo e permanência nos cargos. Prometi-lhes analisar o que me haviam dito. Mas tudo aquilo ia no sentido oposto ao que eu pensava que deveria ser o caminho a percorrer...

*

Em 16 de Setembro soube que a ANMP queria alterar as regras da contabilidade autárquica no sentido de fazer incluir as obras por administração directa no domínio das despesas correntes. Opus-me, tenazmente, em nome da transparência dos processos.

Nessa ocasião decidimos avançar com um diploma que autorizaria pagar melhor aos trabalhadores que desempenhassem funções insalubres ou penosas; era o caso dos funcionários do lixo ou dos cemitérios. Era preciso sancionar isso por lei; já havia algumas Autarquias que o faziam sem cobertura legal; era urgente atender a esta situação.

*

Em 16 de Setembro tive uma longa reunião com representantes da ANASD (Associação Nacional dos Autarcas Social-Democratas) para ver se os sensibilizava para a transferência de competências. Participaram alguns membros do Governo e no grupo dos Autarcas veio o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, na sua qualidade de perito em Direito Administrativo.

Como já referi, interessava-nos muito transferir funções no domínio da Segurança Social, por causa das vantagens óbvias da sua gestão passar a ser próxima dos problemas. A nossa oferta previa uma comparticipação até 80% nos custos do equipamento e de outra, por mês e por utente; era, a todos os títulos, uma excelente proposta! Queríamos, naturalmente, variar o apoio consoante os sectores beneficiários; mas deveríamos começar por aqueles equipamentos que já existiam. No domínio da Administração Interna fazia sentido passar para a esfera das Autarquias as instalações das forças de segurança; nessa ocasião nós éramos um dos países europeus que tinha mais agentes por habitante. Havia uma grande multiplicação de instalações, muitas delas desadequadas e difíceis de gerir a partir de Lisboa. As pressões maiores exerciam-se, naturalmente, nos grandes centros e de forma particular nas suas periferias. Estava em causa uma transferência de património da ordem dos cem milhões de contos!

No sector da Educação, o ensino integrado deveria constituir um bloco incindível. Mas fazia sentido que o ensino básico obrigatório e gratuito passasse para a esfera de competências das Autarquias Locais. Nessa ocasião, havia uma estabilização a esse nível, de modo que não estávamos a propor nenhuma transferência sem conhecimento das suas dimensões. A questão do leite escolar deu muita discussão por causa dos concursos para o seu fornecimento; talvez se conseguisse melhores preços através de um concurso nacional ou de concursos regionais. Os apoios

socio-educativos lucrariam em ser geridos localmente, bem como os refeitórios e bufetes nas escolas (C+S). A rede nacional de residências para estudantes estava a ser bem gerida pelo IASE, mas fazia sentido que a gestão fosse de proximidade. Havia depois a gestão do pessoal não-docente; tinha havido grande indisciplina na contratação de pessoal na segunda metade da década de 70; havia que “calibrar” os contingentes em função das necessidades; por outro lado, a sua distribuição era muito assimétrica por terem imperado simpatias partidárias na ocasião da sua admissão; sabia-se que havia grupos profissionais com numerosos “tempos mortos”; impunha-se, por isso, uma gestão de perto.

No sector da Cultura estava em causa transferir património: monumentos e museus que não tivessem projecção nacional. Mas havia também a concessão de apoios a bandas de música que se sabia estar a correr mal, na sua gestão a nível central; estavam longe os decisores. Ninguém se apercebia das diferenças a partir de Lisboa e isso não ajudava nada quanto à correcta aplicação dos dinheiros.

Nós chamámos a atenção para o facto de a proposta ser global. A atracção pelo sistema de “pick and choose” seria fatal para o sucesso da operação. A contenção das despesas correntes abrangia tanto o nível central como o local; não faria sentido que um navegasse na abundância e o outro na penúria. Haveria um período de dois anos em que a transferência de verbas seria consignada aos efeitos correspondentes; mas, ao fim desse período, elas seriam englobadas no bolo do FEF, com a adopção de critérios gerais que reflectissem essas funções, sem estar a destacar as verbas respectivas.

Em 1992 gastavam-se mais de sessenta milhões de contos a cobrar impostos. Os métodos, então, adoptados não eram, manifestamente, muito eficazes. Gostaríamos de transferir a cobrança de impostos locais para as Autarquias Locais; estas, aliás, pagavam 1% da receita à Administração Central o que, nessa altura, orçava por cerca de 800.000 contos! Era dinheiro! A fiscalização, como eu tenho dito muitas vezes, nunca poderia deixar de ser central. Mas a liquidação dos impostos locais poderia evoluir para ser feita a nível local.

O Presidente da ANASD sublinhou que estava a constatar ter havido evolução desde a nossa primeira conversa sobre o tema. Mas teria que ser exibida uma vantagem para o Cidadão em cada transferência a fazer. Não duvidava da boa-fé do

Governo, mas não queria absorver responsabilidades que lhes pesassem muito nos orçamentos. Percorremos os sectores, um por um, analisando as respectivas implicações. Achavam que o período de transição era curto; queriam prolongá-lo. Reagiram muito contra a transferência para as Câmaras da responsabilidade sobre os refeitórios e bufetes das escolas; queriam que ela fosse atribuída aos conselhos directivos das escolas, mesmo que houvesse algum complemento dado pelas Câmaras; isso fazia sentido, para mim.

O Prof. Marcelo Rebelo de Sousa fez uma longa exposição. Considerava que a subsidiariedade era um mau discurso político. Do que tinha sido exposto, havia concluído que em alguns casos a transferência de competências era total, noutras partilhada; queria justificações para cada situação. Entendia que, em relação aos estabelecimentos de ensino, a política do pessoal afecto aos Municípios, tinha de ser a dos próprios Municípios, o que para mim não oferecia dúvidas. Sublinhou a distinção entre transição e faseamento, considerando este mais maleável do que a primeira e, portanto, mais “palatável” para as Autarquias. Naquele momento, havia, por parte do Governo, uma mera tutela de legalidade sobre o Poder Local. Com a transferência de competências proposta iria haver também uma tutela de mérito, porque estava em causa a gestão e esta poderia ser boa ou má ou sofrível e isto mudava muito a natureza daquela relação; a menos que ela não se fizesse, de todo. Tudo isto acarretava problemas jurídicos que tinham que ser acautelados, dado que a transferência seria irreversível e a posição do Estado não poderia ficar diminuída. No sector da Educação seria inconveniente que qualquer transferência ocorresse a meio do ano lectivo, com o que eu estava de acordo. Havia, por outro lado, que analisar a oportunidade político-eleitoral do processo; quanto mais tarde fosse o termo do processo pior seria, por ficar mais próximo do termo dos mandatos autárquicos. Finalmente, a parte fiscal, muito cara à Secretária de Estado do Orçamento, deveria ser explicada no quadro da racionalização administrativa que o Governo tinha em mente.

Era evidente que a Associação tinha trazido consigo um jurista de peso para mostrar como estava bem assessorada nesta matéria! O que ficou muito claro! E, como acontece sempre com os consultores, também neste caso ele vinha com instruções para não ceder e para levantar as maiores dificuldades que pudesse, o que fez com muita aplicação.

Ainda houve algumas intervenções de natureza política, uma delas insistindo muito na regionalização e outra mostrando abertura para a criação de polícias municipais a encarregar sobretudo de questões de trânsito (“traffic wardens”) e da fiscalização das posturas municipais. Mas eu percebi que não podia contar muito com o apoio dos Autarcas do partido do Governo para fazer passar medidas que tinham todo o sentido que fossem desempenhadas a nível local. Qualquer transferência teria de ser bem compensada com recursos abundantes. Eles alinhariam mais facilmente com os seus pares, Autarcas da Oposição, do que com o Governo.

*

Em 18 de Setembro reuni-me de novo com a ANMP e com os Secretários de Estado que tutelavam as áreas nas quais se pretendia transferir competências para os Municípios. Pelo número de vezes a que já me referi a este assunto, pode ajuizar-se da dificuldade do tema e, também, do cuidado com que dele tratei. A reunião começou por intervenções de recordatória pelos membros do Governo. Não vale muito a pena repeti-las. Quando falou o Presidente da ANMP foi para dizer que, nem de princípio, poderiam dar o seu acordo. Mas queriam chegar a uma solução, porque acreditavam nas virtualidades da descentralização. Também sabiam da boa-fé do Governo. Mas este não havia sido feliz no rol das competências que se propunha transferir. Eles haviam conversado muito entre si e com os seus pares; não haviam encontrado um Autarca que não tivesse levantado problemas. Também tinham falado com as IPSS e com as Misericórdias sobre o tema. Já relatei o meu encontro com os representantes máximos destes dois sectores e, para mim, havia ficado claro que se tratava de uma questão de poder; eles perderiam a capacidade de negociar directamente com o Governo e as instituições deixariam de falar com eles para passar a tratar com as Autarquias. Verifiquei, assim, que eles já haviam falado com as instituições locais, não sei com que argumentos, mas, seguramente, com a promessa de que através deles tudo seria melhor; depender das Autarquias passaria a ser mais incerto, para cada uma delas.

Propunham-me a criação de um grupo de trabalho para analisar cada competência de *per si*. Isso significava que já não seria no seguinte Orçamento de Estado que o assunto estaria resolvido. Queriam apresentar alternativas. Voltaram ao

FEF, à sua distribuição, à necessidade de definir novos indicadores que a tornassem mais justa. Percorremos, de seguida, cada proposta de transferência. Quando não tinham argumentos objectivos para contrariar cada uma delas diziam sempre a mesma coisa: “ainda não conseguimos ver a vantagem que nos indica como sendo a nossa para absorvermos essa função...”. De duas uma: ou queriam mais dinheiro por cada competência ou pretendiam entravar a acção do Governo. Se fosse a primeira, eu estava limitado pelos valores que cada uma custava, efectivamente, à instância central. Para contrariar a segunda, eu havia tido uma reunião com a ANASD, a que já fiz menção, sem resultados visíveis.

Era evidente que a proposta de criação de uma comissão de trabalho era somente uma manobra dilatória. No fundo, não estaria a funcionar, também, a aversão à mudança, tão típica dos portugueses que preferem o corte radical quando a situação se torna insustentável à reforma frequente por pequenos passos?

*

No dia 28 de Setembro defini com o Secretário de Estado que o crescimento mínimo que qualquer Município poderia vir a ter no FEF seria de 5%, o valor esperado para a inflação. Acima deste patamar a distribuição far-se-ia de acordo com os critérios estabelecidos. Mas não era em torno do mínimo que a discussão se iria passar. Seria, como sempre, à volta do valor global a transferir.

*

As reformas portuguesas no campo da Administração Local eram aconselhadas aos países da Europa de Leste que tinham mudado de regime. Quem o fazia eram, especialmente, o Conselho da Europa e a OCDE.

Já me referi ao Secretário de Estado húngaro que passou quase uma semana a falar connosco e com as Direcções-gerais em Lisboa, com algumas Câmaras Municipais, com os directores de uns tantos GAT e com um ou outro presidente de CCR. Pois, no dia 28 de Setembro, recebi o novo burgomestre de Budapeste e no dia 29 o novo ministro búlgaro do Poder Local. A experiência portuguesa era a que eles mais estimavam.

*

Em fins de Setembro houve uma reunião com empresários da construção civil da Região do Norte. Tinham sido abertos alguns concursos de concepção/construção em diversos sectores. Não gostavam nada da modalidade, porque os que perdiam um concurso (eram todos menos um...) ficavam também sem o que tinham gasto na elaboração do projecto. Achavam que a facilidade com que a Administração rejeitava um projecto era muito grande e, portanto, o sistema continha um alto risco. Preferiam, por isso, concorrer à execução de projectos já elaborados e aprovados pelo dono da obra. Queixavam-se muito em relação aos atrasos verificados nas adjudicações; achavam que os donos das obras demoravam muito tempo a decidir. Não era a Administração Central quem mais recorria ao sistema de concepção/construção. Eram as Câmaras Municipais que tinham pressa e em relação às quais eles mais se queixavam. Era preciso conciliar as vantagens da modalidade com uma atenuação dos riscos, por exemplo, tomando a decisão sobre um ante-projecto. Mas, na realidade, o que estava em causa era a debilidade financeira da maior parte das pequenas empresas de construção que se queriam abalançar a empreendimentos para os quais não tinham estrutura; por isso pediam logo adiantamentos!... Uma manifestação do “desembaraço” lusitano...

*

Em Outubro de 1992, as estatísticas indicavam que havia em Portugal 445 Corporações de Bombeiros Voluntários. Havia ainda muitas a reclamar quartéis novos ou grandes ampliações. O montante em causa era de tal forma expressivo que o Primeiro-Ministro me encarregou de ver com o Ministro das Finanças qual era o valor máximo que o Orçamento de Estado para 1993 poderia suportar. Veio a ser muito menos do que elas pretendiam!...

*

Em meados de Outubro, aproximava-se a discussão com a ANMP dos preceitos a consagrar no OE93 respeitantes às Autarquias Locais. Pedi, por isso, ao Ministro das Finanças que me habilitasse com o máximo de justificações acerca das bases de cálculo do IVA, porque era com este que se definiria a evolução do FEF.

Com o propósito de ir forçando algumas economias no que respeitava ao pessoal, decidimos alterar a repartição entre as despesas correntes e as de capital: as primeiras passariam de 60% para 58,9% e as segundas subiriam de 40,0% para 41,1%. Era quase insignificante, mas representava um sinal a que eu atribuía importância. Todavia, nenhuma Autarquia poderia descer de valores relativamente à primeira daquelas verbas. Eu esperava alguma reacção, mas não podia deixar de promover a evolução no sentido correcto.

Nessa altura comecei a gizar a constituição de um grupo de debate para me aconselhar no movediço terreno da melhoria da Arquitectura Portuguesa. Não era a produzida pelos grandes nomes, pois essa estava na ponta do melhor que se fazia no mundo. O objectivo era evitar a propagação da mediocridade que imperava, desfeando a paisagem urbana e rural. Como proceder eficazmente, sem ser autoritário, nem cercear a liberdade de expressão? Ou tomar a decisão de esperar pelos efeitos de uma correcta formação nas Escolas e pela disseminação de profissionais competentes por todo o País? Ou conformar-me com a convivência do bom com o mau, esperando que este fosse expulso por aquele? Tema complexo! De qualquer forma, o grupo em que acertámos, o Secretário de Estado e eu, era “de luxo”! Nunca reuniu...

Em 14 de Outubro já havíamos ultrapassado a centena de Gabinetes Técnicos Locais para orientar a reabilitação dos centros das cidades. Tínhamos fixado em 8 o número dos que seriam criados de novo; mas começavam a rarear os candidatos; só se haviam apresentado 11 concorrentes. A escolha não era difícil para nos acomodarmos aos meios de que dispúnhamos. Nesse dia soube que a resposta da ANMP à minha proposta de rearranjo dos feriados tinha sido negativa. O assunto já estava morto pelo Presidente da República. De qualquer forma, aquele parecer representava somente uma manifestação da Oposição, sem qualquer fundamento que a apoiasse. Ainda hoje (2016) se joga ao “ping-pong” com este assunto; sempre com alternativas menos equilibradas do que a então proposta

*

Em 15 de Outubro soube que a Comunidade Europeia havia aprovado um Regulamento da Prevenção e Contenção de Fogos Florestais. Era um regulamento do

tipo 797, com ajudas a 45% para projectos quer públicos quer privados. Mas estava dotado apenas com 80 MECU para cinco anos e para toda a Comunidade!... Manifestamente, os assuntos que não interessam muito ao núcleo duro da Europa são olhados com alguma displicência...E, todavia, depois disso, já houve fogos florestais de enormes dimensões no Sul de França e na Catalunha. Hoje (2016), eu penso que o assunto é muito mais complexo do que então julgávamos. Ele reclama um estudo muito aprofundado sobre as formas de ocupação eficazes dos espaços rurais, agrícolas e florestais que assegurem uma supervisão permanente dos mesmos.

*

O tema da transferência de competências para as Autarquias Locais continuava em 15 de Outubro. Eu insistia para que se alcançasse um acordo razoável antes da apresentação da proposta de Orçamento de Estado para 1993. Nunca se deve desanimar nem desistir quando se está convencido da bondade daquilo que propomos. Em reunião com os Secretários de Estado dos diversos ministérios, responsáveis por este assunto, verifiquei que a ANMP já aceitava o encargo de ficar com as instalações das forças de segurança (sendo pagas por isso, obviamente), com a responsabilidade pelo estacionamento, cobrança de multas, recepção do produto dessas multas e realização das operações de controlo. Mas só a partir de 1994! Aceitavam também passar a fazer o licenciamento dos estabelecimentos comerciais que, nessa altura, competia aos Governos Civis. Mas não passava o licenciamento das máquinas de diversão (“flippers”), nem as autorizações para a realização de reuniões políticas. Os respectivos diplomas estavam em fase final de elaboração.

No âmbito dos transportes passava a concessão de alvarás aos táxis.

Na esfera do Ministério da Educação, as dificuldades eram mais do que muitas! A ANMP só aceitava a transferência gradual dos porteiros das escolas, dos guardas-nocturnos, dos jardineiros e do pessoal operário. Não queriam tomar conta dos refeitórios. Punham muitas renitências quanto aos auxiliares de educação. Fiquei surpreendido com a variação da relação do número de alunos para o número dos funcionários não docentes; ele variava entre 99,5 alunos/funcionário não docente, em Moura, até 12,2 em Freixo-de-Espada-à-Cinta! A ANMP também não aceitava as residências escolares com base no argumento de que era uma grande

responsabilidade e de que, na maior parte dos casos, as residências estavam ao serviço dos filhos de residentes em outros Concelhos, onde não havia as valências escolares existentes num dado Município! Estávamos a falar de um número pequeno de residências; elas eram só 30, em todo o País. Com base nisso, diziam que o problema era nacional e não local. Em relação ao leite escolar estavam ainda com dúvidas; talvez viessem a aceitar. Em relação aos outros apoios de natureza socio-económica aos estudantes, estavam a mostrar uma enorme relutância em absorver a função. No âmbito do Ministério das Finanças, mostraram abertura em relação à cobrança e liquidação dos impostos municipais; este era, para mim, um ponto importante para a evolução da autonomia municipal. Na esfera da Segurança Social, a inabilidade do representante da União das Misericórdias, que havia minimizado o peso e a capacidade das Câmaras Municipais, tinha acabado por gerar um movimento destas a favor da supervisão local das instituições de Segurança Social, nomeadamente das dependentes das Misericórdias. Algumas vezes acontece “o tiro sair pela culatra”... Acontecia que, por parte das IPSS, havia algum receio em relação à rescisão dos acordos celebrados; por isso nós tínhamos dificuldades acrescidas em que elas ficassem sob a tutela das Câmaras. No domínio da Cultura já havia um projecto de acordo, mas tratava-se de uma transferência quase insignificante.

Moralidade da história: estava a valer a pena insistir, com base na aplicação dos princípios e jogando sempre com transparência.

*

Em 28 de Outubro, em despacho com o Secretário de Estado, entre muitas outras coisas, analisámos uma batata quente que havia sido deixada pelo Eng. Nuno Abecassis, anterior Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Já disse noutro lado que não havia quem amasse mais a sua cidade e o seu país! É, por isso, muito justa a homenagem que o Eng. Pinto Correia lhe promoveu na Fundação Cidade de Lisboa, no Campo Grande, onde está evocada em permanência a sua obra e a sua personalidade. Mas esse excesso algumas vezes, causava embaraços!... Era o caso da urbanização chamada do Alto do Parque Eduardo VII, onde estavam previstos um grande hotel internacional de luxo, um centro de congressos e uma

nova basílica com dimensões avantajadas! Tudo violando o plano de urbanização de Lisboa devidamente aprovado!... O novo Presidente, Dr. Jorge Sampaio, entretanto, havia promovido a elaboração de um plano de pormenor que tinha vindo sanar a parte legal da questão. Mas onde é que se iam buscar meios para tanta coisa? Era certo que os respectivos promotores dispunham deles. Mas a mim não me agradava nada ver localizado um polo gerador de tráfego tão expressivo numa zona que já o tinha de atravessamento em abundância. Felizmente nenhuma das iniciativas foi para a frente. Mas a verdade é que o remate daquele espaço ainda não está conseguido!...

*

Para não suscitar discussões em que estivéssemos fragilizados, eu não poderia ir para a discussão do Orçamento no Parlamento, sobre a transferência de competências para as Autarquias, sem o acordo da ANMP. Mas, como já referi anteriormente, esta estava a querer negociar as melhores condições materiais possíveis, o que era natural. Estava apazada uma reunião com eles no dia 10 de Novembro. Para ela, eu deveria ir com a última proposta, que era a agregação das que eu havia recebido dos diferentes sectores.

Tive um encontro preparatório com os representantes dos Ministérios que passavam funções, nela assumindo eu o papel das Autarquias. Fiz o máximo que pude, porque sabia que a minha tarefa não ia ser nada fácil. Armado das propostas que já não eram susceptíveis de melhoria, fui para a reunião com a certeza de que ninguém iria aplaudir os seus resultados. Comecei por auscultá-los em relação ao PDR. Como ainda vinha longe e só traria benefícios a conversa foi simples; recomendaram que eu negociasse taxas de comparticipação mais elevadas, o que não era nenhuma novidade, porque todos os meus interlocutores neste domínio o faziam.

Quando entramos na agenda eles começaram por dizer uma série de coisas que só tinham como fito diminuir a minha capacidade negocial: que os sectores mandaram as suas propostas tarde demais, impossibilitando-os de avaliar as consequências de cada uma das medidas; que, em alguns sectores ainda estavam em negociações e mais uma série de desculpas. Era verdade que a União das Misericórdias e as IPSS, como não concordavam com a descentralização, não haviam

enviado nenhuma proposta... Mais esta manobra de diversão... Em Portugal não é só o Governo que costuma ter propensões centralizadoras; é qualquer estrutura que tenha poder concentrado...

As reuniões com o sector da Educação haviam sido boas. No sector da Administração Interna não estavam interessados em construir quartéis, mas queriam ser envolvidos na luta contra a marginalidade e a criminalidade, porque achavam que as suas terras estavam menos seguras do que já haviam sido. O Secretário de Estado da Segurança propôs descentralizar o mais possível, ultrapassando as dificuldades decorrentes da falta de resposta das suas estruturas; estávamos todos de acordo em relação à bondade de gerir de perto as questões sociais (idosos, isolados, crianças em situações vulneráveis, etc.) e, portanto, com as Autarquias, em vez de tudo depender de decisões tomadas em Lisboa; em consequência ir-se-iam transferir os acordos em vigor com instituições locais, de modo a ir prosseguindo com a operação nos anos seguintes. Havia dados que permitiam fazer tudo isto de forma fundamentada. No sector dos Recursos Educativos ainda estava em causa a apreciação de novos dados; o aspecto mais delicado era a passagem ou não para as Autarquias da responsabilidade pelo pessoal não docente que o Ministério queria fazer, baseando-se numa grelha definida para cada tipo de escola; nós pretendíamos que as Autarquias estivessem “dentro das escolas” e não fora delas. Menos sujeita a controvérsia era a transferência da titularidade dos equipamentos educativos (residências, edifícios das escolas básicas e preparatórias, etc.); tratava-se de um património vastíssimo cuja manutenção teria de ser assegurada de perto. A legislação que permitiria proceder a tudo isso estava em adiantada fase de preparação.

Como se vê, tudo foi preparado com grande cuidado e, especialmente, com enorme preocupação participativa. Não se impunha nada que não houvesse sido exaustivamente escalpelizado pelas partes.

*

O processo da transferência de competências para as Autarquias Locais continuava com dificuldades, no sector das instituições de apoio social. Por isso, juntamente com o Ministro do Emprego e da Segurança Social e o Secretário de Estado

da Administração Local recebi representantes das Instituições Particulares de Solidariedade Social, das Misericórdias e das Mutualidades no dia 27 de Novembro. Também participou o Presidente da ANMP. Comecei por agradecer a todos o novo esforço que se iria fazer. O Ministro do Emprego justificou a nossa insistência. Todas as instituições de solidariedade social haviam nascido da vontade local. Foi sempre um punhado de Cidadãos que se aplicou, porque o Estado, na ocasião em que a maior parte delas haviam sido fundadas, ainda não tinha essas obrigações; estas começaram sempre por ser funções de colectividades locais. Tinha sido o processo de centralização de competências que havia “aspirado” para o topo algumas das responsabilidades. Mas nós estávamos apostados na construção de um país solidário e, por isso, não poderíamos esquecer a componente social. Por outro lado, não deveria haver um divórcio entre os diversos escalões da administração. Havia cerca de 2.000 instituições de solidariedade; era um número que nos distinguia no quadro europeu; mas nós queríamos promover um envolvimento mais activo de todas elas na promoção da solidariedade, aborrecendo-nos a ideia da “funcionarização” do sector. Em relação à preocupação das diversas instituições sobre os meios que lhes seriam facultados, o que ficasse acordado era para se cumprir; mas podia-se conceber a inclusão de uma cláusula de salvaguarda para fazer face a qualquer acidente. Por outro lado, havia aspectos mais importantes do que a questão financeira, embora esta reclamasse um grande desgaste por se estar continuamente a bater a muitas portas. Uma das nossas preocupações era a coordenação; com um tecido tão apertado de instituições, a coordenação de perto, feita pelas Câmaras, assegurava em princípio, mais eficácia. Compreendia a razão de ser da sugestão da ANMP para distinguir as componentes de gestão diária da gestão dos investimentos. E pôs a pergunta “é melhor ter um único centro de impulso ou, antes, uma rede de solidariedade?). Tudo isso se faria, naturalmente, no respeito pela raiz privada das instituições. Os eventuais problemas de natureza técnica não deveriam inviabilizar a aplicação de princípios em relação aos quais parecia haver um acordo geral. A ANMP começou por afirmar que, em termos de filosofia, estavam inteiramente de acordo connosco. Mas não comungavam do que chamava “um certo optimismo” da minha parte. As outras partes não tinham apresentado propostas con-

cretas (Eu sabia disso e essa era a razão pela qual estavam todos presentes: os representantes centrais dos diversos subsectores sabiam que iriam perder poder e empregos; por isso “arrastavam os pés”, o mais que podiam...). Salvou a situação o representante das IPSS, o qual havia apresentado um documento ao qual me agarrei. Mas houve logo uma chamada de atenção para dizer que ele não representava uma transferência de competências, mas o envolvimento de mais agentes, neste caso locais. Concordavam que era possível prosseguir o diálogo (Era o que eu queria ouvir). E que não se pusesse em causa qualquer suspeição sobre a vontade e a capacidade das Autarquias em relação à solidariedade (Eu não a tinha; e, por isso, insistia na transferência de competências).

O representante da União das Misericórdias (que não era o seu presidente) afirmou estar aberto à operação; não estava em causa nem a importância do voluntariado nem a independência das instituições. Aceitavam os princípios e, também, estavam na disposição de prosseguir com o diálogo. Não havia, da parte deles, nenhuma reserva relativamente à capacidade das Autarquias. Ia mais longe: quer o Estado, quer as Autarquias só deveriam ir em socorro das instituições privadas quando estas precisassem.

Diante da abertura das duas partes, o Ministro da Solidariedade Social propôs que se avançasse de forma gradativa, por experimentação. Havia uma grande variedade de acordos anteriores, sendo por isso necessário prever um período máximo para os solver; os acordos futuros seriam feitos, naturalmente, com as próprias Câmaras. Compreendia por que razão queriam que houvesse distinção entre as despesas correntes (com uma grande constância) e as despesas de investimento, as quais, por natureza, eram pontuais ao longo do tempo. Os novos acordos teriam, assim, um período experimental. Gostaria de ver os Conselhos Regionais das cinco regiões de coordenação envolvidos nas grandes decisões.

O representante das IPSS não punha dúvidas em relação aos princípios. Só não queria que “se dessem saltos no escuro”. Sabia que havia Autarquias que eram modelares, mas que também existiam outras que não sabiam o que eram e como funcionavam os mecanismos da economia social. Um outro representante das IPSS disse que não poderia haver quaisquer suspeições relativamente às Autarquias; mas não queria perder o muito que já havia sido feito. Era preciso levar os

Autarcas mais relutantes a pensarem, também, no social. Sabia que havia problemas de natureza pessoal entre alguns Provedores de Misericórdias e alguns Presidentes de Câmara, o que poderia comprometer o sucesso da operação. Mas não antevia deixar de ter o Ministro da Solidariedade Social como interlocutor, nomeadamente na definição de políticas e na formulação de protocolos nacionais de cooperação. Via a intervenção autárquica primordialmente na resolução dos problemas transversais, como a pobreza e os novos problemas sociais que iam surgindo e não tanto no desempenho de competências sectoriais já estabilizadas. Em resumo, estavam dispostos a avançar, mas sem perder nada do que já haviam conseguido alcançar.

O representante das Mutualidades queixou-se de que o primeiro documento havia sido apresentado de supetão e, por isso, tinha-os surpreendido; o segundo já o foi com maior preparação prévia e, por isso, muito melhor. Invocou as experiências da Bélgica e da França para confirmar que a transferência de competências tinha demorado tempo naqueles países; e, portanto, também o faria entre nós.

O Secretário de Estado da Administração Local disse que, na altura em que o projecto de Decreto-lei havia sido preparado, não existia nenhuma intenção de forçar nada; mas a verdade é que se verificaram progressos e que estes continuavam, porque, naquela data, estávamos mais próximos do que um mês antes. Estávamos em pleno processo de descentralização e era isso que todos almejávamos. Recomendou que o período de transição não fosse demasiado longo; de outra forma, perder-se-ia o impulso. Era certo que a Bélgica tinha levado cerca de 10 anos a proceder à descentralização em causa, mas seguiu um programa devidamente calendarizado; todos sabiam os passos que viriam a seguir. O que não era possível era fazer experimentações que retrogradassem. Definidos os princípios e o calendário da transferência o processo teria de avançar sem recuos.

O Presidente da ANMP queixou-se de que, em matéria de acção social, não lhe viessem com recomendações, porque a sua própria Câmara tinha mais assistentes sociais do que arquitectos... Quando insistia na consignação das verbas a transferir era por uma questão de princípio; não queria que elas se “misturassem” na verba geral que as Autarquias recebiam. Achou que as propostas do Ministro da Solidariedade Social lhe pareciam cordatas e, por isso, mereciam estudo. Que-

ria clarificar questões de tempo, de método e de meios. E, depois, para simplificar as coisas propôs a criação de um grupo de trabalho!... Era, de facto, preciso ter muita paciência, porque em grupos de trabalho andávamos nós há seis meses... Mas o Ministro aceitou, recomendando que os membros do dito grupo tivessem orientações claras quanto ao trabalho a desenvolver.

Não estava em causa a bondade da nossa proposta. O que era preciso era atrapa-lhar a decisão do Governo. É evidente que eu embarquei na criação do grupo de trabalho, mas não havia dúvidas nenhuma que não pudessem ser esclarecidas ali, naquela reunião. Eu compreendo que a política tem as suas razões... mas era exasperante estarem todos de acordo com os princípios e, depois, quererem que passasse a oportunidade para lhes dar concretização (o Orçamento do Estado) para contrariar a acção do Governo. Não é assim que eu entendo ser o papel da Oposição.

*

Já falei nas diligências que fizemos para dotar Fátima de um Plano Geral de Urbanização que ordenasse a ocupação do espaço numa zona que estava na maior das indisciplinas. Como já referi, encarreguei o Coronel Teixeira Coelho de levar por diante a missão de preparar um PGU depois de ouvir numerosos depoimentos no quadro de um debate público que ele organizou; o “dossier” das reclamações feitas contra as propostas formuladas era o maior que os serviços alguma vez tinham visto. A Câmara Municipal estava, então (7 de Dezembro de 1992), a analisá-las todas para começar a preparar a versão final do documento. Agradei ao Coronel o seu paciente trabalho, dando por concluída a nossa parte. O resto competia à Câmara. A verdade é que hoje se percebe que as coisas não foram deixadas descomandadas. Se o tivessem sido não se poderia frequentar a zona do santuário nem em dias de peregrinação, nem noutro dia qualquer.

*

Em 12 de Dezembro fui surpreendido com uma proposta do Ministro da Educação relativamente ao financiamento do futebol profissional. Para ele contribuía-
rem receitas vindas do Totobola e do Bingo. Mas lá estava incluída, também, uma parcela de dinheiros do Ministério do Planeamento. Isso nunca havia sido falado antes.

Imagino que a nossa parte seria para obras, no quadro do chamado equipamento regional e urbano. Mas a nossa dotação para esse fim era modestíssima e visava, quando era atribuída, o equipamento desportivo de pequenas vilas. Não havia, por isso, meios disponíveis. Por outro lado, eu entendia que o Orçamento do Estado não deveria financiar o futebol profissional; tratava-se de uma grande nau e, por isso também, de uma grande tormenta... Ficou estabelecido que não haveria financiamento nenhum.

*

Quando se fazem novos desenhos da estrutura dos Governos está-se a pensar mais nas mensagens políticas para o exterior do que nas implicações para dentro da Administração das decisões tomadas. Ora, o efeito das primeiras só dura uns minutos na altura do anúncio feito e as segundas arrastam-se durante meses ou anos. Vem isto a propósito das consequências determinadas pela criação do novo Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (5 de Janeiro de 1990) que, naturalmente, levou consigo a responsabilidade pela definição, manutenção e gestão da Reserva Ecológica Nacional (REN). Pois, em meados de Dezembro de 1992, ainda não tinha sido efectivada a transferência completa, tendo os responsáveis pela definição dos Planos Directores Municipais vindo alertar-me para os atrasos potenciais da sua apresentação e homologação. Eu tinha de abordar o tema com grande cautela para não embaraçar o meu segundo sucessor (Já era, então, o segundo! Haveria, ainda, uma terceira), deixando a ideia de que, “no meu tempo”, não havia atrasos...

Os fogos florestais continuavam a apoquentar o País. Era preciso lançar a elaboração do que chamámos os PMOF (Planos Municipais de Ordenamento Florestal) que teriam implicações nos próprios PDM (Planos Directores Municipais). Havia que definir uma metodologia que deveria articular as áreas de risco que era possível definir (havia já critérios estabelecidos) e as áreas ardidas, em relação às quais se impunha estabelecer banimentos vários. Eu insistia em que se articulassem os PMOF e os PDM pelas ligações manifestas que entre eles havia. Alertaram-me para as dificuldades acrescidas por se ter de abrir uma nova área de colaboração com o sector das florestas. Mas, sem a ultrapassagem dessas dificuldades, não

haveria avanços consistentes. Por isso, no preâmbulo que estava em elaboração, do decreto-lei de criação dos PMOF deveria fazer-se referência aos PDM e, no seu articulado, prever como se processaria na prática a interligação entre os dois.

O Sistema Nacional de Informação Geográfica ia prosseguindo no seu implemento. Foi uma ideia rapidamente esposada pelos Municípios que perceberam o seu alcance. Mas, para andarem depressa, eles estavam a fazer a operação com numerosas empresas e a comprar o equipamento que estas aconselhavam. Quanto a este último eu não deveria fazer qualquer aconselhamento nem impor quaisquer regras. Preocupava-me mais a difusão dos conhecimentos e a formação profissional dos agentes que deveriam guarnecer as Câmaras neste domínio. Por isso, em 14 de Dezembro, dei orientações nesse sentido.

Todos me diziam que no novo Plano de Desenvolvimento Regional eu deveria eleger as cidades médias nas quais se teria de fazer uma particular concentração do investimento. Como se compreende, era tema da maior sensibilidade política. Comecei por decidir que, sem dispor de PDM, qualquer Município não seria elegível para receber fundos comunitários. A decisão criou enorme celeuma. Mas eu mantive-a; quem não é capaz de definir o que quer para a sua terra não deve ter acesso a dinheiro que o apoie para fazer aquilo que nem ele próprio sabe para que serve... As outras fórmulas mais avançadas existentes na Europa, como os “Contracts de Ville” ou outros protocolos de cooperação, só poderiam ser usados depois de estabelecida uma estratégia para cada cidade candidata.

Já havia, nessa altura, um número razoável de PDM para eu poder passar à fase da insistência seguinte: a elaboração de planos de pormenor. Foi, então, que dei instruções para que assim se fizesse.

*

Em 30 de Dezembro solicitei ao Secretário de Estado da Administração Local para animar um grupo que reflectisse, simultaneamente, sobre a questão das mais-valias determinadas pela construção da nova ponte sobre a Península do Montijo e sobre a realização da EXPO’98 nos terrenos que iria ocupar. Era certo que estes últimos eram maioritariamente públicos, mas também da Petrogal, da Shell, da Mobil, do Matadouro, da Administração do Porto de Lisboa, do Depósito



FIG. Os terrenos que a EXPO'98 viria a ocupar.

de Beirolas e das Câmaras de Lisboa e de Loures. Tinha que haver uma unidade de concepção dos respectivos instrumentos de avaliação e dos valores. Não só porque estavam os terrenos próximos uns dos outros como, especialmente, porque as operações respectivas iriam decorrer ao mesmo tempo.

*

Em princípios de 1993, os parques de sucata ainda eram um problema sério que desfejava a paisagem. As Autarquias não queriam envolver-se em acções fiscalizadoras, porque os sucateiros eram seus eleitores e gostavam de chamar a atenção para a importância do serviço que prestavam, tendo em conta que as oficinas de reparação de automóveis iam aos seus depósitos em busca de peças velhas e baratas para pôr em carros avariados que não dispunham de sobressalentes. Tudo se modificou quando a sucata passou a ser uma matéria-prima de exportação para as siderurgias chinesas. E andei eu a dar tratos à imaginação para encontrar formas aceitáveis de fazer disfarçar aqueles amontoados de lata e ferrugem que tanto comprometiam a paisagem!...

*

Eu entendo que se deve responsabilizar qualquer profissional pela qualidade do que faz. Para os arquitectos e engenheiros é fácil associá-los às obras que produzem. Por essa Europa fora há, em muitos países, a obrigação de afixar nos prédios urbanos uma indicação com o nome dos técnicos responsáveis pelo seu projecto e, em alguns casos, pela sua construção. Em 4 de Janeiro pedi ao Secretário de Estado da Administração Local para preparar um projecto de legislação nesse sentido. Tenho já visto muitos prédios que a cumprem plenamente.

*

No domingo, 10 de Janeiro, foi inaugurada ao culto a nova igreja de Santo António, em Vale de Cambra. Quem presidia à celebração era o Bispo do Porto, D. Júlio Tavares Rebimbas, um homem muito inteligente, cordial e simples na sua maneira de ser. Eu mantinha boas relações com ele, porque era impossível não o fazer. Diziam-me, no entanto, que ele era disciplinador e não deixava por dizer aquilo

que entendia, fazendo-o de modo firme. A verdade é que mantínhamos uma relação de simpatia mútua que justificou, seguramente, a deferência que teve comigo. Estando concluída a cerimónia religiosa e quando eu me preparava para me retirar em boa ordem, oiço Sua Excelência Reverendíssima convidar-me para usar da palavra antes de nos separarmos... E aí vou eu explicar por que apoiávamos nós a construção de equipamento religioso, o que foi perfeitamente entendido pelos fiéis que aplaudiram generosamente o que eu havia dito. Devo dizer que nunca tinha tido a surpresa de ser “atirado para a água fria da piscina”... enfrentando subitamente e de um lugar onde nunca pensei vir a estar, uma audiência mais preparada para ouvir outras recomendações bem diferentes das minhas pobres explicações acerca da afetação de dinheiros públicos... Mas cada um de nós tem sempre de estar preparado para tudo, porque os desafios surgem de onde menos se espera e com a maior estima que podemos imaginar.

*

Eu estava realmente preocupado com a indisciplina da ocupação do solo que se verificava nas margens das albufeiras existentes. O que eu pretendia era ter as linhas gerais reguladoras da construção nas centenas de quilómetros de “margens” que iriam ser criadas à volta da albufeira do Alqueva. Por isso pedi, em 12 de Janeiro, ao Secretário de Estado da Administração Local para fazer o ponto da situação dos seis PROT que nessa ocasião estavam aprovados ou em apreciação no Ministério do Ambiente; o PROT do Algarve, o PROT da Aguieira, o PROT da Área Metropolitana de Lisboa e o PROT do Litoral Centro. Com tanta “inspiração” deveria ser fácil elaborar um primeiro esboço da regulamentação pretendida.

*

O Primeiro-Ministro estava insatisfeito em relação ao pouco que se havia realizado em matéria de Habitação Social. O meu Colega com a tutela dizia que era a falta de fundos comunitários destinados ao sector que não lhe permitia apresentar obra. Eu entendia que havia além disso, muitas outras coisas a fazer. Para fazer o ponto da situação, foi anunciada a realização de uma reunião do Conselho de Ministros para se tratar especificadamente do sector. Logo que soube que ele iria

ter lugar, fiz, com o Secretário de Estado, o inventário das coisas que poderiam ir sendo feitas e isso aconteceu no dia 12 de Janeiro:

Em primeiro lugar, deveria ser estabelecida com as Autarquias, a criação de bolsas de terrenos, no centro das povoações, destinados à construção de habitações; a exigência de ser próximo do centro era para evitar custos adicionais, quer de infra-estruturas quer, posteriormente, de “exploração” dessas habitações; os “tubos” já lá estavam ou andavam próximo e os transportes públicos também. Deveriam ser normalizadas as regras dessas construções e dos seus elementos construtivos; isso seria, naturalmente, encargo para o LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil). Deveria haver planos de pormenor preparados pelas Autarquias e ser explicitada a obrigação de conter a urbanização em zonas já infra-estruturadas. Conviria ser definida, por legislação, a tradução de “limiar” e a aplicação do preconizado pela “teoria dos limiares” para se orientar o crescimento urbano, minimizando os custos referidos (de investimento e de exploração). A construção dispersa deveria ser dificultada ao máximo; mais de 40% dos custos de habitação eram carga fiscal ou parafiscal; por isso teria de se actuar nesse campo; algumas taxas cobradas eram ilegais; havia que acabar com as licenças com base nas quais elas eram cobradas; isto era do foro da desburocratização. Deveriam ser dadas contrapartidas aos Municípios que se interessassem pelo programa; importava defini-las. As casas devolutas tinham de ser atentamente observadas. E era evidente que o mercado do arrendamento teria de ser redinamizado: prazos de arrendamento, liberalização dos contratos de arrendamento, agilização das acções de despejo, etc. Deveria, também, actuar-se por via fiscal sobre os andares desocupados. A lei dos condomínios tinha de ser atualizada e tornada mais eficaz (É notável como, ainda hoje (2016), em toda a sorte de prédios – de luxo, médios e modestos – não há uma penalização automática dos condóminos que não cumpram com as suas obrigações...).

Tudo isto e muito mais poderia e deveria ser desencadeado, mormente quando se sabia que, muito dificilmente, haveria fundos estruturais para a habitação social. Esperava-se que viesse o chamado Fundo EEE. Mas havia que preparar o caminho para a actuação.

*

Eu entendia que as leis não deveriam ser demasiadamente pormenorizadas e que a função de um ministro não era produzir regulamentos a respeito de tudo. Mas havia maus exemplos de actuação com reflexos públicos que se impunha orientar. Um deles respeitava aos anúncios de publicidade em espaços públicos. Havia que conciliar aspectos de defesa do consumidor relativamente à publicidade enganosa com outros de natureza estética. Dei orientações para que a Direcção-geral da Administração Autárquica, em colaboração com outros departamentos, fixasse regras mínimas sobre o assunto. Outro aspecto tinha a ver com o funcionamento, que não era obrigatório, das comissões de estética municipais, relativamente ao licenciamento dos projectos; algumas vezes era o Presidente da Câmara quem decidia, outras o Vereador encarregado do pelouro, outras o funcionário do sector... enfim, uma grande aleatoriedade de procedimentos. Dei indicações para resolver o problema das construções isoladas; a partir de 1 de Janeiro de 1994 só se poderiam licenciar projectos dentro de áreas que fossem cobertas por planos de pormenor. Pedi para verem como se poderia condicionar as alterações severas à linha do horizonte (“skyline”); algumas vezes as modificações eram radicais, “afogando” os perfis de elementos icónicos das povoações. Pedi, também, para ver como se poderia limitar o número de revestimentos usados numa fachada; eu sabia que a questão seria resolvida, a longo-prazo, através da educação dos cidadãos; mas achava que não se poderia esperar tanto tempo...

*

Eu estava muito preocupado em relação ao impasse em que estávamos relativamente à transferência de competências para os Municípios. Por isso, pedi ao antigo Secretário de Estado Nunes Liberato e a um Autarca prestigiado do partido do Governo para virem falar comigo a esse respeito. Disseram-me que havia sido um erro ter apresentado versões escritas das propostas. Dever-se-ia ter começado por falar em torno de ideias gerais e, depois, ir cristalizando no papel aquilo que se fosse acordando. Uma proposta bem definida assustava. Outros tinham-me dito o contrário! Achavam que era preciso jogar com o tempo. Uma escola secundária levava pelo menos dois anos a construir; portanto, a transferência de fun-

ções pretendida nesse sector só ocorreria na prática daí a três anos. Por quê estar a fazer as coisas sem se associar as transferências a um calendário? E por que não celebrar um acordo com a ANMP somente no plano dos princípios, deixando a concretização da operação para ser abordada gota a gota? Talvez no próximo mandato das Autarquias?

O pior era que o Ministro das Finanças fazia uma enorme pressão para que tudo se efectivasse o mais rapidamente possível. Achavam que a transferência de competências tinha que ser “embrulhada” num pacote com outros acordos relativamente ao FEF e aos fundos comunitários. Mas eu tinha orientações para ser o mais restricto que pudesse em relação aos últimos! Como poderia obter qualquer coisa nas transferências quando não me davam margem para nada em relação a estes?

Por outro lado, havia o perigo de o Ministro da Segurança Social ficar em posição de ter de recuar em relação às IPSS e às Misericórdias que gostavam de afirmar o seu poder, negociando somente com o Governo sem passar pelas Autarquias. Nessa ocasião, a ANMP quebraria imediatamente as conversas. Isso, apesar de se saber que grande parte dos protocolos celebrados no âmbito do MESS era de execução muito aproximativa...

Devo dizer que a Segurança Social representava o domínio que, para mim, mais sentido fazia que fosse acompanhado de muito perto, com envolvimento autárquico forte. Pois estava equivocado, porque a força dos órgãos de coordenação central era muito grande! Se as suas funções passassem para as Câmaras seriam bastantes postos de trabalho em Lisboa que se veriam injustificados.... E especialmente o poder dos seus chefes perderia relevância!... Como paliativo, sugeriram que mandasse elaborar uma lista das funções locais nos diversos países da Europa para me servir de argumentário...

*

A concretização das diversas medidas anunciadas no PROT do Algarve reclamavam um acompanhamento próximo. No dia 15 de Janeiro recebi o Presidente da Comissão de Coordenação para definir algumas medidas a tomar e diligências a fazer. O problema das barracas acompanhava-me, desde há muito. Tinha havido uma imigração grande para as cidades ou para os locais onde houvesse emprego; jun-

tara-se-lhe uma outra imigração dos países africanos de língua portuguesa e de outros idiomas... de modo que o problema surgia e não só na coroa peri-urbana de Lisboa. Um dos locais onde a sua localização mais conflituava com a nova vocação da área era na Quarteira. Chamados pela construção, tinham vindo muitos trabalhadores que se instalaram como puderam. Mesmo ao lado de hotéis com alta classificação. Na Quarteira eram cerca de 120 famílias alojadas nas piores condições e nas imediações do acesso à praia. Era preciso resolver o caso, porque ele revelava-se importante a muitos títulos. A operação orçava pelos 500.000 contos. Já tínhamos conseguido 250.000 do INH e 70.000 da Câmara Municipal de Loulé. Seria justo que os hotéis potencialmente beneficiários também contribuissem para o realojamento. O Eng. David Assoreira ficou de fazer uma nova ronda. Acabou por se conseguir realizar o que pretendíamos.

Uma questão difícilíssima respeitava à localização do hospital do Barlavento. A União de Bancos Portugueses tinha um terreno de 700 hectares, em Portimão, dos quais cedia 10 para o hospital. Mas havia desentendimentos fatais. Houve mesmo a ameaça de levar o hospital para Silves! Para complicar o assunto surgiu um nó da Via do Infante que caía no mesmo terreno. Era preciso ajudar o Ministério da Saúde a negociar com a UBP, ainda por cima com a interferência das estradas... Não chega aprovar um plano de ordenamento. É preciso acompanhá-lo de perto na sua concretização, de modo a atalhar a tempo qualquer exagero ou imprevisto.

*

A forma de ocupação do solo no Algarve continuava a preocupar-nos, porque a tendência era sempre para a pressão e para o abuso. Por isso reuni-me, em 19 de Janeiro, com o Ministro do Comércio e Turismo, com os Secretários de Estado da Administração Local e do Turismo e com o Presidente da Comissão de Coordenação do Algarve, para analisarmos a situação. Queríamos cancelar ou dar como caducas muitas licenças dadas noutros tempos e que continuavam válidas. Deveríamos começar pelas zonas dentro do PROT e ter o cuidado de harmonizar as licenças com a parte turística. Causavam-nos mais cuidados os Concelhos da faixa costeira. Os anúncios de publicidade no Algarve eram uma selva de intensidade e de mau gosto. Mas estavam licenciados pelas Câmaras Municipais. Tornava-se urgen-

te legislar sobre o assunto, convindo começar por fazer o inventário do que já existia. A tutela do assunto cabia, no entanto, ao Ministro do Ambiente (Defesa do Consumidor).

Havia numerosos licenciamentos dados a loteamentos que não tinham sido concluídos. Dever-se-ia penalizar quem prometeu fazer e não fez. Uma forma de o conseguir seria através de uma redução progressiva de 5% ao ano na capacidade construtiva. Haveria quem fosse protestar, seguramente, em nome dos direitos adquiridos... Mas tinha de se impor uma regra clara para definir prazos de início e de termo da construção. O Algarve estava cheio de edifícios ou de loteamentos meio acabados. Era imperioso pôr um alto à indisciplina que tinha repercussões sobre a imagem da Região e do País.

Uma das queixas respeitava aos esgotos. Obra enterrada não se vê senão quando avaria. E havia muitas avarias!... A ganância é sempre má companheira. Deveríamos mandar fazer vistorias rigorosas pelos inspectores do Ambiente.

Os arranjos exteriores também mereciam reparos. Tinha que ser fixado um prazo às Câmaras para os concluírem.

Outra queixa tinha a ver com as casas-de-banho dos restaurantes. A solução era fazer um diploma avulso para aplicação imediata e cujo conteúdo seria incorporado, posteriormente, na lei hoteleira que, por natureza, levaria mais tempo a preparar.

Como se pode ver, não chegava tratar só dos grandes temas. Tinha de se atender às linhas gerais e aos pormenores. A tendência generalizada era para o abuso.

*

No dia 20 de Janeiro, em despacho com o Secretário de Estado da Administração Local, fixámos muitas coisas:

Os Planos Directores Municipais estavam quase todos elaborados e muitos homologados. Uns eram bons, outros nem tanto. Tinha havido alguns Municípios que haviam encomendado o seu plano ao mesmo gabinete de Lisboa. Para ficar “baratinho”, as considerações iniciais eram sempre as mesmas e a estratégia definida igual. Não tinham percebido o alcance do exercício... A deficiência, em última instância, era minha, porque não tinha sido suficientemente eloquente para os convencer da importância de fazerem eles próprios a reflexão e a discussão.

Mas, feitos os PDM, qual era a fase subsequente? Eles teriam de ser revistos de tempos a tempos e, para acompanhar todo o processo, deveríamos dispor no Ministério de um observatório, dentro da Direcção-geral do Ordenamento do Território, para seguir a evolução das coisas. Haveria Municípios em que essa evolução seria profunda e rápida e outros em que pouco se passaria. Por isso, deveria ser definido um conjunto de indicadores para acompanhamento e caracterização da situação. E, era evidente, tinha de se aprofundar o exercício feito, através da elaboração de planos de pormenor. Por outro lado, deveriam ser promovidos ou encomendados às Universidades, cursos de reciclagem ou formação dos técnicos municipais. Não se tratava somente de fazer conhecer a Lei. Impunha-se estar dentro do seu espírito e ajudar a promover a sua actualização. Tudo isso deveria ser feito em articulação próxima com as Comissões de Coordenação, porque havia grande variedade de situações ao longo do país e porque o ordenamento do território representava um instrumento da promoção do desenvolvimento.

Nesse tempo (1993), assistia-se a uma grande dinâmica da constituição de loteamentos, particularmente nos subúrbios de Lisboa e do Porto. Mas mesmo em volta de certas sedes de Concelho, a dinâmica era enorme. (veja-se Braga!). Decidimos que, mal houvesse a aprovação de um loteamento, isso deveria ser comunicado à Repartição de Finanças Local e ao Instituto Geográfico e Cadastral, tendo em vista a fixação de novos impostos que seriam, aliás, receita municipal.

Havia-se construído demasiadamente. Por isso, nessa ocasião, estavam muitos andares para vender. Os promotores imobiliários e os empreiteiros andavam nervosos porque tinham de redimensionar, para baixo, a sua actividade. Protestavam, mas isso não me apoquentava. O que me preocupava era saber que a maior parte daquelas construções iria durar pouco, porque havia sido mal construída. Donde a iniciativa que eu tinha tomado de fazer publicar um pequeno manual para apoiar a compra e o arrendamento de habitações. Ele teve muitas reimpressões. Por isso, deve ter sido consultado por muita gente.

No quadro do novo PDR iriam ser celebrados muitos contratos-programa com as Autarquias. Era preciso ver se o diploma se mantinha actual, nomeadamente no que dissesse respeito à questão das expropriações e à forma de fazer chegar os apoios financeiros às respectivas Câmaras.

A regionalização mantinha-se no programa e sempre muito recomendada quando eu ia à Assembleia da República, plenário e comissões, e quando viajava pelo País. Nesse dia dei indicações para conferir prioridade ao diploma que definiria as competências, seguindo-se-lhe o que criaria as regiões.

Era preciso definir, por decreto-regulamentar, a zona de protecção e controlo urbano da ponte do Montijo (ainda não se chamava “Vasco da Gama”, nessa ocasião). E a legislação sobre as mais-valias na península do Montijo.

Tínhamos em mente produzir legislação sobre as casas devolutas que pudessem ser compradas pelo INH (Instituto Nacional de Habitação) ou pelas Câmaras Municipais com financiamento do IGAPHE (Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado). Nós preferíamos a segunda alternativa para não aumentar o património imobiliário do Estado. Nessa ocasião, as Câmaras só poderiam obter apoio financeiro para realojamento, mas não para satisfazer generalizadamente as necessidades de habitação que se manifestassem. Mas, como o IGAPHE não assegurava a manutenção dos imóveis, nem fazia obras de conservação, as pessoas desistiam de comprar, porque só tinham como oferta, imóveis muito degradados. Era preciso pegar no tema, em todas as suas dimensões.

Também nos interessava instituir mecanismos de aforro privado através do incitamento à aplicação de poupanças na compra de habitação para arrendamento cujo mercado importava promover. Mas, nessa ocasião, os juros dos depósitos a prazo concorriam muito bem com as rendas das casas, sem as maçadas que estas davam. De maneira que era preciso criar condições muito atraentes e isso custava caro.

Deveria rever-se a lei do arredamento que estava desactualizada, particularmente no que tocava à flexibilidade do prazo para a celebração de novos contratos. Havia numerosos incitamentos para permitir que ele voltasse a ser de seis meses. A lei dos condomínios precisava de revisão urgente para impor regras mais impositivas relativamente aos condóminos que não pagavam e não cumpriam outras obrigações. Ainda hoje (2016) ela não é suficientemente operacional, porque, à última hora, é sempre objecto de pressões políticas para alterar o menos possível. Para que as coisas não funcionassem tão deficientemente como sucedia, conviria ver como se poderia estimular a criação de empresas de gestão imobiliária. Talvez isso ajudasse em relação aos condóminos relapsos. E ajudou!

Em relação aos terrenos expectantes, a legislação tinha de ser mais penalizadora do que era. As Repartições de Finanças, mais próximas das situações deveriam proceder à avaliação sistemática dos terrenos loteados e classificá-los como urbanos e urbanizáveis (nos PDM), extraíndo daí as consequências fiscais naturais. Isso dissuadiria alguns especuladores de manobrar com os terrenos e os seus valores. Como se vê, era um despacho variado!...

*

A “saga” da transferência de competências para as Autarquias continuava. Já havia algumas que eram aceitáveis por todos, mas subsistiam duas questões: uma era relativa às instituições de solidariedade social, outra ao estatuto do diploma que promoveria a transferência no sector da Educação. Quanto à primeira, continuava a haver uma enorme relutância das Uniões das IPSS e das Misericórdias em ceder poder. Estavam habituadas a ser intermediárias entre o Governo e as instituições, de modo que olhavam com a maior suspeição o envolvimento das Autarquias. Em 20 de Janeiro foi-me sugerida a organização de dois seminários com vereadores com os pelouros sociais, com o IPSS e com a União das Misericórdias para ver se conseguíamos começar a “deslaçar” o nó. Para mim era claro que já não seria em 1993 que se faria a transferência neste sector. Em relação ao sector da Educação, as dúvidas tinham a ver com a força do diploma que faria a transferência. Tratava-se da passagem do pessoal não-docente da esfera da Administração Central para a da Local. Havia que fixar o período ao longo do qual tudo se processaria e esclarecer bem a questão da tutela funcional e da tutela administrativa. Mas tinha-se receio relativamente à atitude do Presidente da República que, no seu segundo mandato, gostava de complicar a vida ao Governo. A escolha estava entre fazer a operação através de um decreto-lei ou pedir uma autorização legislativa para enquadrar toda a operação. Tomámos a decisão de preparar três diplomas diversos: um para a transferência do pessoal não docente; outro para os apoios socio-educativos e um terceiro para os transportes escolares de deficientes. Só o primeiro é que suscitaria eventuais resistências, que não tinham nada a ver com a bondade do que estava em causa. Era só “politiquice”...

*

No dia 11 de Fevereiro teve lugar uma audiência rara: o Primeiro-Ministro recebia o Conselho da ANMP. Eu estava, obviamente, presente. O Presidente da Associação congratulou-se por ela se realizar, em momento tão oportuno, a seguir ao seu congresso, cujas conclusões tinha muito gosto em apresentar:

Advogavam a suspensão da fórmula de cálculo do Fundo de Equilíbrio Financeiro, até se encontrar uma nova mais satisfatória (Era evidente que isso não iria acontecer...). Achavam que a legislação existente havia sido “conjuntural”; precisava, portanto, de uma reforma radical. Estimavam muito o diálogo com o Governo (Era feito especialmente por meu intermédio), mas apreciariam mais se não fosse só para comunicar as decisões do Governo... Em relação às novas competências que o Governo gostaria de transferir para as Autarquias, haviam sido dados alguns passos positivos, mas as competências sugeridas não eram as mais adequadas. Por exemplo, o sector da Habitação tinha sido considerado premente; mas quem é que tinha, afinal, essa competência? Todavia, era evidente que a cooperação se tornava desejável ... Em relação aos fundos comunitários, havia disponibilidade para colaborar tanto no desenho dos planos (operacionais entre outros) como na gestão dos próprios fundos. Interessava-lhes, particularmente, o acesso ao Fundo de Coesão, para tentar dar um passo definitivo no sector do saneamento básico. O tom geral era da maior cordura. Como seria natural com o Primeiro-Ministro, não deixavam de dizer as coisas, contudo, a forma era um pouco mais cuidada do que comigo. Sabiam que eu conhecia as vantagens do reforço do Poder Local e, por isso, eu tinha de ter cuidado em resguardar-me; doutro modo, cedo estaria rodeado de fogo por todos os lados...

O Primeiro-Ministro usou do mesmo tom:

O Governo valorizava muito o relacionamento estável com as Autarquias. Nunca o tinham ouvido usar de linguagem que não inculcasse essa postura. Mas não era intenção do Governo alterar a legislação de forma avulsa. Nós aplicávamos totalmente a legislação vigente no que respeitava ao FEF e não tencionávamos mudar o nosso comportamento. Em relação à transferência de competências para as Autarquias Locais nós não tínhamos somente comunicado as nossas intenções; havíamos ouvido com atenção o que tinham para nos dizer e, por isso, o proces-

so estava a ser tão prolongado. Em relação aos fundos estruturais, já havíamos comunicado o que se estava a passar, desde antes do verão; iríamos continuar a fazê-lo. As nossas preocupações prendiam-se com a observância dos critérios de convergência, com o défice do sector público e com a dívida do sector público. Estimaria muito que, em vez de pequenos projectos municipais começassem a surgir empreendimentos de natureza pluri-municipal, maiores e com efeitos mais expressivos. No que respeitava ao sector da Habitação, gostaria de ver multiplicado o número de parcerias entre o Governo e as Autarquias Locais; não iria fazer renascer nenhuma estrutura do tipo do Fundo de Fomento da Habitação que, naquela data, dispunha de 40.000 habitações degradadas, muitas delas não se sabendo a quem pertenciam. Em matéria de terrenos, a maior parte deles era das Autarquias que sabiam melhor do que a Administração Central estabelecer prioridades de ocupação.

Terminou na maior cordialidade o encontro. Os visitantes confirmaram o que já sabiam. O visitado mostrou abertura para falar de tudo, mas intransigência para alterar fosse o que fosse que pudesse comprometer o equilíbrio das contas nacionais. Isso não lhe poderia ser levado a mal.

*

Na sequência da audiência do Primeiro-Ministro à ANMP tive uma sessão de despacho com o Secretário de Estado da Administração Local para dar sequência às orientações gerais que haviam sido estabelecidas. Era preciso, agora, tratar de as operacionalizar.

O primeiro ponto tinha a ver com o programa de realojamento acelerado dos ocupantes das barracas. Deveríamos propor um programa de actuação às Câmaras que tinham o problema entre mãos. Começámos por gizar uma proposta: o Estado daria, a fundo perdido, 50% do custo da construção das habitações e 50% da aquisição dos terrenos e das infra-estruturas; tudo isso dentro daqueles princípios de controlo de custos a que já fiz referência. Deveriam também poder candidatar-se, além das Câmaras, as diversas associações de solidariedade social. Poder-se-ia também, contemplar a possibilidade de compra de habitações já construídas e que estivessem no mercado. Tudo isso seria feito através da celebração de contratos-programa. Deve-

riam ser excepcionados, para esse efeito, os limites de endividamento estabelecidos para as Câmaras. Também se deveriam excepcionar as condicionantes em vigor para os PDM, para atender à resolução rápida desta “chaga”. Tudo isto só se aplicaria aos Concelhos das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, onde o problema era afli-tivo. Os terrenos do IGAPHE poderiam constituir uma das formas de participação do Estado; mas as Câmaras Municipais tinham de assumir a responsabilidade de demolir as barracas existentes. Toda a acção deveria ser enquadrada num plano de reconversão das áreas das barracas que assumiria a forma de planos de pormenor. Nós estimávamos que tudo isto poderia ser realizado com uma verba entre 230 e 250 milhões de contos, o que era muitíssimo; porém, contávamos com o fundo EEE. Deveria, contudo, haver esquemas alternativos postos à consideração dos candidatos para resolver os problemas de habitação que tivessem nos seus Concelhos.

Dever-se-ia contemplar o arrendamento dos fogos construídos ao abrigo dos CDH (Contratos de Desenvolvimento para Habitação) de compra para arrendamento. Quanto ao sistema de renda resolúvel ele deveria ser susceptível de aplicação às casas que eram propriedade das Câmaras Municipais.

Dever-se-ia promover a construção de habitações económicas por concurso. O objectivo era ter casas ao menor custo. Mas teria de se dar muita atenção à fiscalização, à manutenção e à garantia de duração. Tudo isto sendo promovido pelo INH e pelo IGAPHE.

Tinha que se avançar com a revisão do regime do arrendamento urbano. Para desencadear o processo eu deveria falar com o Ministro da Justiça.

Deveria haver a possibilidade de aplicação das contas poupança-habitação na construção de casas para arrendar; parecia que isso seria difícil por causa das repercussões financeiras; o Secretário de Estado deveria ver quais elas eram e como poderiam ser contornadas.

Todas estas medidas teriam de ser objecto de uma ampla campanha de informação pública. Sem ela não se deveria esperar nenhuma adesão significativa às nossas propostas.

Deveria envolver-se na afinação deste programa o Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território, a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e as Comissões de Coordenação Regional.

*

Em 15 de Fevereiro combinei com o Secretário da Administração Local a lista das aldeias e vilas a recuperar para fins turísticos. A versão inicial havia sido preparada pelo Secretário de Estado do Turismo, mas nós queríamos conferir prioridade àquelas que já dispusessem de planos de pormenor. Assim se saberia melhor o que os beneficiários iriam fazer e aplicavam-se de forma mais convergente os dinheiros públicos.

Decidimos, também, produzir em decreto-lei a protecção do litoral numa faixa de 2 km de profundidade. Ele visava, prioritariamente, o Algarve. Sujeitaria a elaboração dos planos de pormenor a uma nova disciplina e seria passível de extensão a outras partes do País.

Como já referi, noutro lado, havia numerosos alvarás de loteamento aprovados há alguns anos e expectantes. Por vezes eram objecto de transacção nas condições vigentes ao tempo da sua aprovação e que eram sistematicamente mais permissivas do que as que seriam autorizadas nessa ocasião. O caso era particularmente nocivo no Algarve, onde, se fosse construído tudo o que estava autorizado, se transformaria a zona da costa numa floresta de blocos de apartamentos. Combinei, por isso, com o Ministro do Comércio e Turismo que ambos assinaríamos um decreto-lei estabelecendo a caducidade dos alvarás de loteamento que estivessem por realizar há uns tantos anos que seriam fixados; era preciso ver, ainda, quantos alvarás seriam eliminados com diferentes prazos.

A definição da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e da Reserva Ecológica Nacional (REN) era sempre difícil de conseguir em termos justificados pormenorizadamente. Como tinha havido pressa em fazê-lo, quando elas foram instituídas, adoptaram-se critérios genéricos que causavam embaraços em alguns casos concretos de aplicação. Foi, assim, com satisfação que soube, em 15 de Fevereiro, que ambas haviam sido fixadas para os distritos da Guarda e Castelo-Branco. Eram dois distritos “fáceis”, convenhamos, mas era melhor do que nada.

*

Em 17 de Fevereiro recebi o Presidente da Associação dos Industriais da Construção de Edifícios, o Eng. Freitas Lopes. Vinha tratar de dois diplomas que careciam

de modificação: o Decreto-lei n.º 445 sobre licenciamentos e o Decreto-lei n.º 448 sobre loteamentos. Era preciso melhorar o conceito de “simples ajustamentos em obras”. Referidos dessa forma, o seu conteúdo era ambíguo e as Câmaras Municipais tinham tendência a interpretá-los de modo muito diverso. Aliás, de forma casuística, sem dar garantias nenhuma aos promotores. O que se traduzia em instabilidade e em oportunidades para forçar a interpretação do modo que conviesse. Referiu, ainda, a existência do número de 260.000 fogos ilegais na Área Metropolitana de Lisboa. Em Sintra havia equilíbrio: 20.000 legais e 20.000 ilegais!... Era preciso actualizar o RGEU (Regulamento Geral das Edificações Urbanas). Estava obsoleto há muitos anos.

Uma coisa a que se deveria dar atenção era à definição dos prazos de passagem de licenças. Havia pouca clareza na legislação e isso prestava-se a uma grande variedade de interpretações, consoante os dias e outros factores...

Na construção deveriam ser definidas com precisão as margens de tolerância. Como isso não estava escrito, cada caso era um caso, muito definido com base na “embirração” e, portanto, uma porta aberta para coisas que queríamos evitar. Os PDM haviam representado um grande salto no sentido da correcção com que a questão do ordenamento do território deveria ser abordada. Mas neles a “construção clandestina” ficava à margem. Tinha de ficar! Não se podia admitir, à cabeça, que ela existisse. Todavia existia. Que regras adoptar para abordar uma questão que não devia existir? Não podia, manifestamente, ser no quadro de um plano de ordenamento...

*

Em 17 de Fevereiro veio trabalhar comigo o Secretário de Estado da Administração Local acompanhado do Presidente da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo. O PROT da Área Metropolitana de Lisboa havia sido entregue à Comissão de Coordenação. Tinha-se reunido, pela décima-quinta vez, a sua Comissão Consultiva que havia produzido recomendações várias que tinham sido largamente atendidas. A operação havia beneficiado do aconselhamento de um consultor de excepção, o Prof. Jorge Gaspar, geógrafo ilustre e particularmente conhecedor da Área.

Havia, naturalmente, muitos investimentos da responsabilidade da Administração Central que deveriam ter o visto bom dos ministros sectoriais respectivos, independentemente da fixação das datas para a sua realização. O assunto deveria voltar às minhas mãos nos PIDDAC que aí viessem. Nessa ocasião, apenas era preciso certificarmo-nos de que as diversas propostas, aliás propostas pelos seus delegados, mereciam a chancela das suas tutelas. Era urgente definir a lista dos ministros a consultar, enviar-lhes a proposta e pedir-lhes o seu parecer até uma data aceitável para todos. Foi isso que eu fiz; teria de fazer mais: solicitar-lhes, pessoalmente, essa opinião ou sugestões de alteração. Só depois disso se poderia enviar, finalmente, para a Comissão Consultiva e, depois da sua apreciação, para execução. Este PROT era um tanto diferente de todos os outros. Ultrapassava os problemas urbanísticos e sugeria, mesmo, as linhas gerais de um esquema de transportes para a Área. Ia, assim, além da “encomenda” que havia sido feita. A Comissão Consultiva tinha cumprido muito bem as suas funções.

*

Como já disse, em Fevereiro de 1993, tomou-se a decisão de rever profundamente a política de Habitação. Para isso contribuiu muito a perspectiva de vir a ter meios oriundos do fundo EEE para o fazer. Mas havia “impaciências” em relação ao papel das Câmaras que se impunha temperar.

O IGAPHE podia mobilizar terrenos nos antigos planos integrados e que eram propriedade do Estado. O Ministério das Obras Públicas queria vender os terrenos, mas insistia em que fosse o IGAPHE a licenciar. Ora eu não poderia tolerar isso, pois era uma entorse à lei do licenciamento. Se o IGAPHE fizesse a função de promotor estar-se-ia a reeditar o papel do antigo Fundo de Fomento da Habitação que havia sido extinto; mas isso não levantaria problemas de natureza legal, porque o Instituto acumularia todas as funções. As queixas respeitavam ao tempo que as Câmaras Municipais levavam a aprovar os licenciamentos e aos boatos de corrupção que se ouviam a respeito das compensações dadas para olhar com benevolência para excessos de densidade e outras coisas semelhantes. Ora, a Administração Central não se poderia substituir às Câmaras Municipais. Não havia a figura da tutela substitutiva; havia simplesmente a da tutela inspectiva. Se fosse o

Estado a construir, cumpria-se a lei. Mas como não era, esse caminho estava-nos vedado. Ofereci três alternativas: (a) o promotor entregaria o processo no IGAPHE; (b) continuava tudo a correr através das Câmaras Municipais; (c) o promotor apresentaria o seu processo na Câmara e fixavam-se prazos máximos para obter o licenciamento, posto o que o IGAPHE actuaria supletivamente.

Poderia passar a usar-se a informação prévia com carácter vinculativo, fixando prazos muito limitados. E obrigar à apresentação de contas públicas de toda a operação com referência às parcelas individualizadas. Aquilo que menos me agradaria era ver qualquer decreto-lei por mim apresentado ser ferido de inconstitucionalidade. Mas eu estava sujeito a muitas pressões, porque não havia, em todos os meus Colegas, uma grande confiança na forma de intervir das Câmaras. Num último esforço para encontrar uma resposta praticável, em 23 de Fevereiro, pedi ao Secretário de Estado, que era jurista, para ver se, sem ferir a Constituição, se poderia introduzir a tutela substitutiva com as justificações e condições seguintes: responder à urgência da situação; ter carácter excepcional; ser limitada ao sector da habitação; ser limitada no tempo, só para resolver um bloqueamento transitório; terem os loteamentos de ser orientados para a habitação em, pelo menos 90% do espaço construído, medido através da área de piso construído; e invocando a circunstância de o Estado ter tido o acesso a meios excepcionais e querer resolver um problema social instantâneo, cuja falta de resposta estava a prejudicar largos estratos da população. Ora, se tudo isso pudesse vir a ser atendido, então o procedimento excepcional seria sancionado por um despacho conjunto, meu e do Ministro das Obras Públicas.

Não se pode dizer que não me tenha empenhado ao máximo para encontrar uma alternativa que não correspondia à solução “limpa” que eu propunha e que, obviamente, assentava no funcionamento correcto das Autarquias Locais. Recomendiei que se aproveitasse a ocasião para pensar num esquema que proibisse todas as taxas de compensação indiscriminadas, injustificadas, aleatórias abusivas,... cobradas pelas Câmaras aos promotores. Dever-se-ia, além disso, fazer uma revisão dos decretos-lei do licenciamento e do loteamento, obrigando os preceitos respectivos a constar dos regulamentos municipais para assegurar a transparência das operações.

*

Era preciso organizar uma campanha para mostrar aos Autarcas que os dados que haviam sido colhidos para a elaboração dos PDM não eram para deitar fora. Eles seriam indispensáveis para a gestão dos próprios PDM. Mas era necessário que isso ficasse demonstrado. Decidi lançar a dita campanha, através das CCR e com o apoio do CNIG que já estava a funcionar e que facilitaria os meios para tornar os dados recolhidos em informação geo-referenciável. Devo dizer que a aprendizagem foi rápida porque os técnicos das Autarquias adoptaram rapidamente os procedimentos que o Sistema Nacional de Informação Geográfica (SMIG) lhes proporcionou.

*

A ponte da Ermida sobre o rio Douro, em Resende, já foi referida nestas memórias. Em 1 de Março soube que já haviam sido gastos 2,3 milhões de contos em dois pontões do lado de Baião. Mas o projecto, do Prof. Edgar Cardoso, ainda não estava concluído. Como as Câmaras envolvidas ainda não tinham os seus PDM aprovados, não poderiam fazer expropriações. E isso comprometia o avanço das obras. Enviei um emissário para apelar para o empenhamento dos Autarcas na conclusão dos PDM.

*

Estávamos apostados em levar por diante um Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Havia que acabar com as “barracas”, como já disse noutra parte. Mas isso só se poderia fazer em grande colaboração com os Municípios. Era a estes que deveria caber a decisão de aderir. Isso seria feito através de contratos-programa a celebrar com a Administração Central. Seria eu a negociá-los. Mas já havia cerca de 15.000 fogos do IGAPHE que poderiam ser alienados. Eles valiam cerca de 14 milhões de contos. Era um contributo expressivo. Outro ponto muito importante era assegurar que não houvesse a montagem de mais barracas. Normalmente, ela era feita numa noite e uma vez com telhado não era permitido pô-la abaixo. Houve muita gente a recorrer ao estratagema. Por isso, era fundamental que as Câmaras colaborassem, impedindo a construção de novas barracas.

Estimava-se que o programa demorasse tempo. Seis anos era o mínimo que calculávamos. Não se tratava, porém, de uma questão técnica. Era, sobretudo, um problema político e, como tal, teria de ser tratado. Em 11 de Março fiquei de enviar o texto com o programa à ANMP para audição, nos termos da lei.

*

No dia 16 de março recebi o Governador Civil de Faro. Havia problemas com os PDM do Algarve. Os Autarcas tinham feito alterações que a respectiva comissão de acompanhamento não aceitara. E isso fazia atrasar a sua homologação, o que o preocupava. Os casos mais sensíveis eram Lagoa e Lagos. Este último estava em discussão pública e isso comprometeria o seu avanço. Estava muito de acordo com a minha proposta para a criação do Parque das Descobertas em Barão de S. João. Faço referência a esta iniciativa noutro lado. Solicitou-me que accionasse a conclusão de meia dúzia de PDM, incluindo os dois acima referidos. Se o não fizéssemos brevemente iríamos ter grandes dificuldades no futuro.

*

Em Março de 1993, chegou-me às mãos o processo de construção de um quartel de bombeiros de uma cidade média cuja candidatura a apoio do Governo tinha sido feita por 123.000 contos; a sua adjudicação havia subido para 226.000 contos e o custo final ficou-se em 300.000 contos. Não tinham dinheiro! A comparticipação do Governo havia sido estabelecida em 86.000 contos. Não deveríamos alterar a nossa posição. Pedi ao Secretário de Estado para fazer um despacho “pedagógico”, mostrando que não se poderia beneficiar quem tinha errado de forma tão grosseira. Pelo contrário, teria de ser penalizado. É que todos os outros estavam a olhar para ver o que é que eu fazia! Se cedesse, dificilmente voltaria a “agarrar” o sector.

*

No dia 23 de Março, tive um daqueles longos despachos com o Secretário de Estado da Administração Local em que tratámos de tudo, coisas importantes e coisas que deveriam ter tido resposta mais abaixo, mas que dava conforto se subissem até ao ministro... Entre elas estava a preparação de uma autorização legislativa

para agravar as condições do regime sancionatório dos Planos Regionais de Ordenamento do Território. Todos reclamam mais ordenamento, porém, quando eles passava pela porta, tentavam evitá-lo ou atrasá-lo... É por isso que se deve ter o sector sob observação e ir ajustando os instrumentos de acção ou, como dizia o Presidente D. Manuel Fraga, “ir probando”... como na cozinha.

No Algarve tinham sido criadas numerosas expectativas em matéria de ocupação de solo que aguçavam o apetite de especuladores. Decidimos fazer um despacho orientador do que era urbanizável ou não. Desse modo, não se mantinham as esperanças relativamente a intenções que seriam inexoravelmente reprovadas.

Continuava a observar-se um grande interesse das Câmaras pela actividade dos GTL (Gabinetes Técnicos Locais) que as apoiavam na tarefa de reabilitação dos centros urbanos, particularmente dos históricos. O “alindamento” dos mesmos que hoje vemos decorreu, em grande parte, da acção desses gabinetes. Naquela altura havia 15 novas Câmaras Municipais candidatas a apoio; era preciso seleccionar, porque não dispúnhamos dos meios necessários para alargar muito o seu número.

Queríamos, realmente, levar por diante um programa de reforço do papel das cidades intermédias. Isso deveria ser feito através de contratos-programa assinados com as Câmaras respectivas e tendo em vista a melhoria da sua capacidade de atracção de actividades produtivas e, naturalmente, de novos residentes. Analisámos, nesse dia, a linha geral de um desses contratos.

*

Em 31 de Março recebi o Eng. Mário de Almeida, presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, para fazermos o ponto da situação sobre os assuntos correntes.

Nós tínhamos em preparação alguns diplomas sobre o Ordenamento do Território. Queriam participar, porque sabiam que grande parte da execução do que fosse estabelecido passaria pelas Autarquias Locais. Havia atrasos na elaboração dos Planos Directores Municipais; prometeu que iria diligenciar junto dos retardatários, mas logo citou meia dúzia de casos da responsabilidade da Administração Central, quase sempre relativos à definição da RAN e da REN. A transferência de competências para as Autarquias não era tema que lhe agradasse particular-

mente. E, todavia, revelava-se importante para a afirmação do Poder Local. Eu insistia em resolver o assunto muito antes de se começar com a preparação do Orçamento porque este deveria reflectir o que fosse transferido.

Em relação à preparação do Plano de Desenvolvimento Regional havia precisões a fazer em relação à definição de custos e às subvenções globais que os Autarcas queriam, mas que eu entendia deverem ser rodeadas de mecanismos de acompanhamento muito tersos. A desburocratização representava um propósito comum mas ele queixava-se de que o novo Código do Procedimento Administrativo tinha vindo complicar muito a questão.

Por estranho que pareça, em Março de 1993, nós estávamos preocupados com a seca. Não havia chovido praticamente durante o inverno e isso causava as maiores apreensões em quase todo o País. Eu estou convencido de que, daqui a umas décadas, haverá no mundo grandes disputas pela água e, quiçá, mesmo guerras!... Já havíamos decidido que o chamado “pacote” da Habitação seria objecto de um pedido de autorização legislativa. Antevendo sarilhos nesse domínio, ele foi avisando de que nem se pensasse em incluir qualquer permissão de licenciamento que não passasse pelas Autarquias. Eu já havia avisado nesse sentido ... Era incoerente que elas fossem responsáveis pelo ordenamento do espaço e houvesse uma excepção de vulto para resolver o problema das “barracas”...

*

Havia pressões, especialmente das Câmaras Municipais, para que fossem formados “geómetras”; elas necessitavam de muitos e todas as outras instituições que actuavam sobre o território também. Eu achava que não deveria ser o Instituto Geográfico e Cadastral a formá-los. Isso era função dos Institutos Politécnicos. Mas deveria ser o IGC a definir o “currículo” e a estabelecer os métodos pedagógicos. Foi isso que defini em 13 de Abril.

*

Aborrecem-me muito os entraves burocráticos em que se deleitam muitos membros da Administração. O Senhor André Jordan é um empresário do mais alto nível no sector do Turismo com o atributo adicional de gostar genuina-

mente de Portugal. O nosso País deve-lhe muito. Ele tinha um grande projecto chamado Clube de Campo de Belas, onde articulava imobiliário e golf, numa realização de grande qualidade. Havia apresentado o seu projecto ao abrigo do Decreto-Lei n.º 400/84. Ele já havia sido aprovado pela Câmara Municipal de Sintra e pela Comissão de Coordenação Regional. Mas tinha esbarrado na Direcção-geral de Ordenamento do Território por causa da consulta a todos os outros departamentos. Foi de novo proposto à DGOT, agora ao abrigo do D.L. n.º 448/91, o que permitiria prosseguir com as consultas e, simultaneamente, ir desenvolvendo e aprovando os projectos das infra-estruturas necessárias. Mas tudo estava a demorar muito!... Era preciso um “impulso” do ministro ... Para isso, ele veio ver-me em 13 de Abril de 1993. Era evidente que o empurrão foi dado. Mas poderia o processo ter avançado sem qualquer intervenção do governante, porque a legislação o permitia. Mas não se queria avançar “sem cobertura”... É a tradição portuguesa...

*

No dia 14 de Abril de 1993 fui ao Instituto de Altos Estudos Militares fazer uma palestra subordinada ao título “O Ordenamento do Território e a Defesa Nacional”. Fiquei impressionado pela qualidade das perguntas que me fizeram. Manifestamente, já haviam discutido o tema e analisado todas as iniciativas que o Governo tinha tomado nesta área. Qualquer orador fica lisonjeado por este tipo de deferências. Não esquecerei facilmente essa manhã tão estimulante.

*

A ANAFRE não desarmava na sua luta por um maior protagonismo no quadro da Administração do Território. Eu valorizava a componente da proximidade de certos serviços, mas estava fora de causa voltar para trás nas dimensões das unidades do Poder Local. Se alguma coisa se devia fazer era ir aumentando a escala, por via da articulação da acção de unidades vizinhas. Mas, em 14 de Abril, recebi o presidente da Associação que reivindicava mais competências para as Freguesias. Exibia um inquérito feito pela ANAFRE em que tinha sido auscultada a capacidade para desempenharem novas funções, o que fora con-

firmado com grande margem de aprovação, pelos inquiridos. Também queria que fosse assegurado o regime de permanência ao cargo de presidente da Junta de Freguesia. E queria muito que lhe fosse aberta a possibilidade de participar na Conferência dos Poderes Locais e Regionais da Europa. A minha posição ia no sentido inverso: fazer mais com menos protagonistas.

*

A despoluição do rio Trancão não estava a decorrer com o ritmo que nós queríamos, tendo em vista a construção da EXPO'98. Em 19 de Abril tive que me informar sobre o assunto, porque o Eng. Cardoso e Cunha me pôs o problema com preocupação. Era preciso assegurar uma convergência das actuações dos Ministérios da Indústria e do Ambiente e da Câmara Municipal de Loures. Parecia estar a dar-se mais atenção ao tratamento dos esgotos domésticos da bacia, mas ainda havia muitos ligados directamente aos colectores fluviais, portanto sem qualquer espécie de tratamento. Nessa ocasião, estimava-se que 40% da poluição fosse causada por esgotos domésticos e 60% por esgotos industriais. Mas impor a empresas em situação crítica a realização de obras pesadas era complicado; todavia, não existia em nenhuma delas qualquer tratamento de esgotos feito “à cabeça”; tínhamos que constituir um órgão que coordenasse as acções que eram urgentes; assentámos em que ele seria constituído por uma pequena comissão executiva acompanhada por um conselho geral que reflectisse a perspectiva de um número razoável de poluidores e de “vítimas” de poluição. De modo diferente estava a decorrer o projecto da recolha e tratamento de lixos no qual estavam envolvidos quatro Municípios. Tinham optado pelo recurso a uma incineradora cuja localização já estava fixada no interior do Concelho de Loures. Feitas as contas, a operação não era barata! Custava 1.500\$00 por pessoa e por ano, algo que naquela ocasião era muitíssimo; mas não havia outra alternativa praticável. O comum das pessoas que hoje vivem ou passeiam por aquela parte da cidade, não imagina a “cascata” de problemas que foi preciso resolver, sempre com atenção aos custos de manutenção dos sistemas.

*

No dia 17 de Abril fui participar na cerimónia de inauguração do novo edifício dos Paços do Concelho da Guarda, presidida pelo Chefe de Estado. O meu discurso está publicado (Discursos VIII).

Trata-se de um edifício imenso e muito conspícuo. Demarqueei-me da responsabilidade pelo tamanho e pela afirmação visual da construção. Há uma espécie de gabinete envidraçado no primeiro andar, voltado para a rua. O Dr. Mário Soares, que estava com uma boa disposição contagiante, perguntou ao Presidente da Câmara se era ali que ele tencionava mostrar aos seus Municípios que estava a trabalhar aplicadamente... Todos se riram, naturalmente...

*

Já me tenho referido à relutância que os Municípios mostravam em definir documentos disciplinadores da ocupação do espaço, designadamente, os Planos Directores Municipais. Aconteceu de tudo: os que fizeram algum esforço e os que não fizeram esforço nenhum. No Alentejo chegou a haver um pequeno grupo de Autarquias que entregou a elaboração dos PDM a um gabinete de Lisboa, sem brio profissional nem embaraços de natureza ética, que apresentou o mesmo diagnóstico para todos eles, propondo variações mínimas no conteúdo daquilo que representava a estratégia a seguir. O que era preciso... era contentar o “chato do ministro” que insistia naquilo que eles tomavam como um colete-de-forças mas que, afinal, representava somente um instrumento de fundamentação e de transparência da acção. Se eu não tivesse estado tanto tempo na mesma pasta, atrevo-me a admitir que ainda hoje não haveria PDM em Portugal. A mudança de atitude ficou a dever-se à persistência (alguns dirão à teimosia...).

Em 27 de Abril tive uma reunião com os Presidentes das Comissões de Coordenação Regional para fazer o ponto da situação.

No Alentejo estavam aprovados 8 PDM; previa-se que até Junho seriam mais dois, até Setembro sete e até Dezembro mais quatro. Na totalidade ficariam aprovados até ao fim do ano 21; como deveriam ser 46, estariam em falta 25! Atribuiu-se o atraso ao arranque tardio do processo, ao desinteresse dos executivos municipais,

à fraca capacidade dos gabinetes a quem tinham sido encomendados os estudos prévios e ao facto de alguns presidentes saberem que não iriam ser reeleitos.

Na Região do Centro, estavam aprovados 7 e um em ratificação; previa-se que até ao final de Abril estivessem mais três; até Maio mais dois; até Julho mais quatro e até Setembro mais oito. Deveriam ser 78; em Setembro estariam por entregar 25. Havia algumas Câmaras que não queriam fazer o inquérito público por se aproximarem as eleições.

Na Região do Norte só havia quatro PDM ratificados. Em Maio haveria apresentados mais oito; em Junho mais cinco; em Julho mais sete; talvez mais vinte e dois até Setembro. Deveriam ser 84; com sorte teríamos 46. Faltariam, assim 38. As causas (desculpas...) apontadas para o atraso eram a falta de definição da Reserva Agrícola Nacional em Trás-os-Montes e da REN em toda a Região, e novamente, a realização de um inquérito público em período eleitoral.

No Algarve só havia um PDM ratificado. Em Maio haveria mais quatro e até Setembro um total de oito em dezasseis. As causas eram diversas mas, no fundo, tratava-se da falta de empenhamento dos executivos.

Na Região de Lisboa e Vale do Tejo, verificava-se um maior interesse na Área Metropolitana de Lisboa e grandes dificuldades das equipas projectistas que trabalhavam para os Concelhos mais periféricos. Só havia dois publicados, um para ratificação e três em inquérito público. Até Setembro só teríamos prontos 20 num total de 51.

Compreende-se, face a estes valores, que eu tenha ido até ao extremo de estabelecer que quem não tivesse o seu PDM ratificado, não poderia ter acesso a ajudas comunitárias. E o Secretário de Estado da Administração Local definiu, nessa reunião, os diversos passos que ele próprio acompanharia de perto. Deveria haver reuniões dos faltosos com as Comissões de Coordenação Regional respectivas. Teria de procurar-se a causa da responsabilidade pelos atrasos, em cada um dos casos. Em relação aos perímetros urbanos definidos não se poderia ceder; havia propostas de definição de áreas dez vezes a ocupação existente; isso tinha em vista uma grande liberdade de acção, leia-se uma indisciplina completa no ordenamento. Dever-se-ia promover reuniões para resolver as diversas situações, não aguardando pelas respostas escritas; elaborar-se-iam actas assinadas pelos presentes e avançar-se-ia. As actas das comissões técnicas deveriam ser resumidas

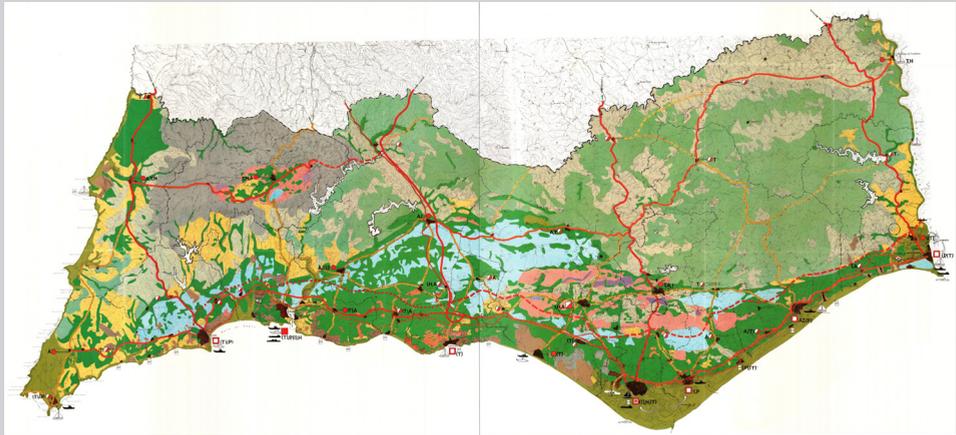


FIG. Carta de Ordenamento. PROT, Algarve 1991.

para acabar com o pretexto de atribuir à sua elaboração a razão de ser dos atrasos. Quando houvesse impasse em relação a qualquer artigo isso deveria constar da acta para excluir o mesmo da ratificação.

Analisámos de seguida que mais apoios poderiam ser facultados às Câmaras Municipais para elas avançarem. Um exercício semelhante foi feito em relação aos Planos de Desenvolvimento Regional em curso. Definiu-se a maneira de avançar com determinação. Por que será que, em Portugal, tudo o que implica a adopção de uma disciplina na acção custa tanto a levar a cabo?

Quando olho para trás, lamento não ter definido o valor máximo até onde poderia fazer-se a expansão dos perímetros urbanos existentes. Isso teria ajudado a disciplinar a ocupação do solo. Mas não estou certo de que não tivéssemos assistido à rebelião dos Autarcas... Afinal, a política é, simplesmente, a arte do possível!...

*

A cartografia representa um instrumento indispensável para a administração do território. Por isso eu lhe dava tanta importância. Em 5 de Maio, tive uma reunião em que me foi dito que dos 84 Municípios da Região do Norte, somente 20 dispunham de cartografia actualizada (cartografia básica, entre 1:10.000 e 1:2.000). Havia 22 Municípios que tinham tomado a iniciativa de mandar elaborar nova cartografia (orto-foto-mapas). Mas só 4 (Porto, Maia, Gaia e Feira) é que já dispunham de cartografia digitalizada. Todavia, precisavam de cerca de 2,5 milhões de contos para cobrir todo o território dos Concelhos; se fosse só o espaço urbano, o montante reduzir-se-ia a 1,7 milhões. Tinham que ser as Câmaras a contar com isso como uma despesa recorrente; não poderia ser o Governo a vir pagar a factura de tempos a tempos.

*

No dia 6 de Maio tive um longo despacho com o Secretário de Estado da Administração Local. Em relação à lei das expropriações tornava-se necessário elaborar um decreto-lei que regulamentasse a escolha das listas de peritos. Os embargos de obras no litoral eram tão numerosos que resolvi delegar nele a competência para os ordenar. Analisámos o que ele designava como “Pacote de Ordenamento

l'": o PROTALI (Plano Regional de Ordenamento do Território do Litoral Alentejano); o plano da Lagoa de Óbidos e S. Martinho do Porto; as medidas preventivas do Litoral Centro; o lançamento do PROT do Alto-Minho; as regras sancionatórias de penalização em caso de violação dos PROT (seria um pedido de autorização legislativa). Decidimos que toda a expansão turística na Costa Alentejana teria de ficar sujeita a planos de urbanização ou a planos de desenvolvimento turístico.

*

No dia 7 de Maio fui a Coimbra com a Secretária de Estado do Planeamento e com o Secretário de Estado da Administração Local. De manhã trabalhamos com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e de tarde houve uma longa sessão sobre as obras do Baixo Mondego à qual se juntou o Ministro do Ambiente. A lista de pontos da primeira era enorme. Por isso o Presidente da ANMP entregou um dossier com referências a todos eles. Queriam constituir uma Comissão Nacional da Administração Local, uma espécie de órgão permanente para se consultar a qualquer momento. Pretendiam que a audição da ANMP fosse objecto de regulamentação, através de um decreto-lei. Seria bom que definíssemos, no âmbito do Poder Local, qual era "legislação de valor reforçado" que conviria estabelecer. Em relação aos Planos Directores Municipais havia que resolver a questão dos atrasos na definição das Reservas Agrícola e Ecológica Nacionais; não deveria haver penalizações para as Câmaras que estivessem em atraso por causa disso; ir-se-iam celebrar contratos-programa no âmbito da Habitação, sem PDM aprovados e isso não era bom; queriam que ficassem patenteadas as culpas da Administração Central sem reflexos sobre as Autarquias. Em relação ao Plano Rodoviário Nacional, a situação das estradas da rede viária secundária era catastrófica, no que respeitava à sua reparação e conservação; tinha que se fazer um estudo estrada a estrada; a rede das estradas secundárias tinha que ser tratada no âmbito do novo PDR; já havia experiência adquirida; mas a medida seria para concretizar no âmbito da Junta Autónoma das Estradas ou noutra lado? Estavam de acordo com as conclusões do grupo de trabalho, em tempos nomeado e que propunha a classificação da rede rodoviária nacional em três escalões: o nacional, o regional e o local, sendo este último integrado nos Municípios. Os diplomas sobre licen-

ciamento de obras, loteamentos e planeamento urbanístico precisavam de ajustamentos pontuais; queixaram-se de que tínhamos querido partir para o óptimo quando ainda não tínhamos o sofrível; nunca me arrependi de ter sido ambicioso nestas matérias; fizeram esforços e “rangeram os dentes”, mas avançaram; prometeram que me mandariam, até ao fim do mês, as suas sugestões de reajustamento; disse-lhes que iria analisá-las, porém, fui logo avisando que seria difícil voltar para trás. Em relação à desburocratização, racionalização e modernização administrativas começaram por dizer que se tratava de uma “cruzada”; mas deram boas notícias: haviam contratado os serviços do Inspector Marques Leandro, aposentado vivendo em Coimbra e que poderia trabalhar com a Direcção-geral da Administração Autárquica; felicitei-os e prometi a maior colaboração; o Inspector era uma pessoa boníssima e muito competente; havia sido Secretário de Estado da Administração Regional e Local nos 3.º e 4.º Governos Constitucionais e eu tinha dele a melhor das impressões; não podia senão felicitar-me pela escolha que eles haviam feito. Havia questões ligadas com o pagamento de ajudas de custo que o Supremo Tribunal Administrativo havia reprovado, causando embaraços a certas Câmaras; prometi analisar o assunto. Havia a questão da delegação de competências das Câmaras em agentes não eleitos; eu era francamente contra; tratava-se de resquícios de um passado que eu não queria ressuscitar; eleitos são uma coisa e funcionários são outra; não devemos confundir as suas competências, porque as contas prestam-se a entes diferentes e a legitimidade tem raízes diversas. Havia dúvidas acerca da constituição de empresas municipais e mistas; queriam esclarecê-las. Protestaram contra as isenções de impostos que eram receitas municipais; essas isenções deveriam ser decididas pelos órgãos autárquicos. Queriam que eu elaborasse sobre os fundos comunitários com que poderiam contar, mas a negociação do QCA ainda não estava feita; disse-lhes que só na véspera tinham sido aprovadas as Opções Estratégicas; teria de me limitar a dar-lhes informações muito genéricas. Propunham reforçar as competências das Freguesias; era evidente que isso comportaria a transferência de verbas; queriam definir os critérios, propondo para isso a criação de um grupo tripartido que elaborasse uma proposta; isso era particularmente importante em relação às grandes Freguesias urbanas, maiores do que muitos dos Concelhos existentes. Tinha havido

o despacho 14/93 relativo à criação das regiões administrativas; queriam integrá-lo. Finalmente, insistiam em que houvesse delegados do Poder Local no Comité das Regiões; eu achava isso pouco relevante, porque preferia que este órgão se concentrasse nas matérias próprias das regiões que são muitas e importantes; mas eles insistiam em que isso prestigiava o Poder Local. Como se pode ver, não era por falta de variedade de temas que o encontro pecava.

*

O PROT do Alto-Minho foi ratificado no Conselho de Ministros de 13 de Maio. Quase não teve reparos. O Ministro do Ambiente queixou-se de que, no Parque da Peneda-Gerês os lobos (ibéricos) haviam comido ovelhas pelas quais se teria de pagar 100.000 contos! De onde é que sairia essa verba? O Ministro da Agricultura queria que houvesse uma referência à agricultura como modo de vida. E o Ministro dos Negócios Estrangeiros queria ter um seu representante no órgão consultivo do PROT. Eram correcções “lisonjeiras”...

*

Na sessão de trabalho com o Secretário de Estado da Administração Local, em 14 de Maio, entre outras coisas, tratei do futuro dos GAT (Gabinetes de Apoio Técnico) que tão bons serviços tinham prestado às Câmaras quase vinte anos atrás. Entretanto, cada Câmara tinha-se ido guarnecendo com técnicos próprios, passando a não ter de negociar com alguns dos seus pares a ordem de resposta dos trabalhos de que experimentava necessidade. Era preciso, por isso, pensar no futuro dos GAT para o fim do século; de que funções se encarregariam? Também se tinha de admitir a sua extinção, com passagem dos respectivos técnicos para as Câmaras que os quisessem acolher. Nunca se deve ficar prisioneiro de uma solução, mesmo quando ela deu excelentes respostas no tempo em que foi criada. O ano de 1994 seria de revisão constitucional. Havia que ver, na área das relações com o poder local quais eram os temas que haveria de introduzir ou modificar. Entre muitos Portugueses cuja opinião contava, a questão da tutela do ordenamento do território apresentava-se como merecedora de uma reflexão. A experiência inculcava que se havia descentralizado de mais. Havia muitas reco-

mendações para que ao escalão central fossem atribuídas muitas competências, nesse domínio, nomeadamente a fixação dos perímetros urbanos e as densidades. Mas eu não era a favor. Uma tutela, mesmo mitigada, nesse domínio feriria uma autonomia que eu prezava; os abusos ou faltas de atenção, que se tinham verificado, seriam corrigidos pela experiência.

A nossa atenção deveria focar-se na preparação das Autarquias Locais para o exercício de funções no Séc. XXI. Para mim, o mais importante era levá-las a pensar em termos estratégicos. Deveríamos insistir na formação de urbanistas, na investigação sobre o desenho urbano do espaço público e nas relações entre os serviços e os munícipes. Havia algumas posses de Directores-gerais a dar no futuro próximo. Decidi fazer cerimónias separadas para poder conferir-lhes maior solenidade e, especialmente, para ser possível afirmar com detença o que esperava de cada um dos novos empossados. Daria mais trabalho mas alcançaria melhor os meus objectivos.

*

A minha preocupação com a ratificação dos Planos Directores Municipais era tal que fui ao ponto de designar uma comissão permanente para apreciação daqueles que fossem apresentados. Ela deveria analisar cada um deles e diligenciar para que os pontos omissos fossem rapidamente colmatados. Nomeei como presidente o Dr. Santos Mota, antigo Director-geral do Ordenamento do Território, um médico que havia prestado bons serviços em todos os postos para os quais eu o indiquei; um modelo de funcionário público!

*

Por iniciativa de um grupo de professores de Direito da Universidade de Coimbra, foi criado um Centro de Estudos do Direito do Ordenamento do Território, do Urbanismo e do Ambiente. Quando o Secretário de Estado me falou nisso dei indicações para o apoiar de todas as formas que pudéssemos. Eu sempre fui adepto de estudar para saber e de investigar para saber mais. Este Centro tinha a vantagem inestimável de ter nascido da iniciativa dos seus protagonistas. Como era de esperar não só vingou como tem desempenhado um bom trabalho. Tiveram,

há uns meses, a atenção de me convidar para a comemoração dos 25 anos da sua existência. Deu-me uma enorme satisfação rever os do meu tempo e conhecer os novos. Fiquei com a impressão de que eles também ficaram contentes por eu lá ter ido manifestar-lhes o meu apreço.

*

Em 27 de Maio reuni-me com as Comissões de Coordenação e com os Secretários de Estado para fazer o ponto de situação das diversas acções que estavam em curso, nomeadamente das Opções Estratégicas do nosso Plano de Desenvolvimento Regional nas quais eles haviam colaborado. Falávamos sempre da situação dos PDM e, nessa ocasião, foi-me apresentada uma lista com as carências das Câmaras em matéria de técnicos. Eram imensas! Seria difícil elas darem sequência atempada aos planos de pormenor que aqueles pressupunham. Falámos acerca do perfil conveniente para um engenheiro municipal que deveria articular as valências de alguns ramos da Engenharia: civil, mecânica e electrotécnica. Mas não era nossa função estar a assumir encargos neste domínio. Deveriam ser as próprias universidades a auscultarem o mercado. Os presidentes ficaram de alertar aqueles que julgassem estar em melhor posição de responder.

*

O Ministro da Educação queria muito que houvesse um esforço especial em relação ao desporto escolar. No PRODEP II estavam já contemplados muitos pavilhões nas escolas. Por outro lado, o Ministério do Planeamento e Administração do Território apoiava numerosas colectividades, de acordo com um regulamento que permitia seleccionar os melhores projectos. Os dois grupos de equipamentos deveriam ser geridos em conjunto de modo a evitar duplicações de investimento em muitas povoações. Tomámos a decisão de fazer aparecer no PIDDAC, agregados de forma especial, todos os equipamentos desportivos. Com esse apanhado poderia ver-se o esforço que o País estava a fazer nesse domínio. Mas subsistia a necessidade de avaliar correctamente as candidaturas. Decidimos forçar aquela interligação entre os dois tipos de equipamentos.

*

Não sei por que razão as Assembleias Distritais que tinham um papel residual, no regime anterior, não foram extintas na nova Constituição e nas suas sucessivas revisões. Elas estavam encarregadas de algumas instituições de natureza assistencial e apoiavam uma ou outra pequena manifestação cultural. Todavia, com a politização generalizada do país, elas eram palco frequente das maiores disputas. Os Governadores Cívicos, de quem elas dependiam, viam-se em apuros muitas vezes, sem possibilidade efectiva de resolver os assuntos. Impunha-se, por isso, encontrar entidades de recepção das creches, asilos e lares que elas tutelavam e definir um destino para o seu património. Posto isso, numa próxima revisão constitucional, elas deveriam ser extintas. Foi isso que recomendei em princípios de Julho de 1993.

*

Há muitos anos atrás, eu havia sido o inspirador da criação dos Gabinetes de Apoio Técnico (GAT) que prestaram bons serviços às Autarquias Locais e serviram de modelo a alguns países europeus. Mas a prosperidade crescente das Autarquias e a dificuldade de recrutamento de profissionais para os GAT foram pondo, de forma cada vez mais premente, o problema da sua reconversão ou mesmo extinção. Em Julho de 1993 havia 52 GAT para 28 NUT III. Pedi ao Secretário de Estado para mandar fazer o exercício da redução do número dos primeiros fazendo com que eles prestassem funções no âmbito dos segundos, nomeadamente concentrando as suas funções no domínio do equipamento que a cada NUT dissesse respeito. Mas tínhamos de nos preparar para a sua incorporação nos serviços dos Municípios-sede dos Agrupamentos que haviam estruturado o território vinte anos antes ou contemplar a extinção dos GAT, levando os técnicos que não fossem para as Câmaras, para as Comissões de Coordenação.

Os GAT desempenharam um papel inestimável na afirmação do Poder Local em Portugal. O que os tornou redundantes, em duas décadas, foi o próprio sucesso desse Poder. Todavia, eles acabaram por ser extintos, apesar de já não foi comigo em funções de tutela do sector.

*

Em 1993, da lei orgânica do Instituto Geográfico-Cadastral constavam 562 pessoas! Na revisão que tinha que ser feita da mesma, dei indicações para acabar com as categorias e carreiras de pessoal menos qualificado afecto ao cadastro. Os métodos por que este passou a ser elaborado eram totalmente diferentes dos anteriores. Atrevo-me a dizer que nem um dos antigos funcionários tinha aptidões para desempenhar qualquer função nas tarefas que o Instituto tinha de passar a desempenhar.

*

O regime de permanência dos Presidentes das Juntas de Freguesia constituía um tema que agitava as respectivas hostes. Nós não éramos a favor da solução, mas havia partes do país em que não havia emprego ou em que o lugar reclamava, efectivamente, a ocupação de muito tempo, o que jogava a favor da atribuição de um vencimento a quem se dedicasse em pleno às funções. Já havia uma espécie de abono graduado em três níveis; Freguesias com mais de 20.000 eleitores – 49.700 escudos; entre 20.000 e 5.000 eleitores – 41.400 escudos e abaixo de 5.000 eleitores – 33.200 escudos. Mas punha-se a questão de prever mesmo o regime de permanência e fixar vencimentos a que preferíamos chamar de abonos para despesas de representação. Havia uma proposta que os fixava em dois grupos: (a) freguesias com mais de 20.000 eleitores: 232.750 escudos e (b) freguesias entre 5.000 e 20.000 eleitores: 206.900 escudos. Os restantes mantinham o abono anterior. Assentámos em que a sua concessão deveria depender de deliberação da respectiva Assembleia de Freguesia; assim se asseguraria a transparência do processo.

Mas ainda era preciso fazer contas. Antes de ir falar ao Ministro das Finanças, eu deveria ter a aprovação de princípio do Primeiro-Ministro. Se eu fosse directamente ao primeiro poderia ter a certeza de que a resposta seria negativa e o assunto morreria aí.

Tratava-se de matéria muito melindrosa!...

*

No dia 23 de Julho houve a inauguração das novas instalações do Gabinete de Apoio Técnico (GAT) da Lousã. Aproveitei para reunir com os Presidentes das Câmaras Municipais envolvidas no PROZAG (Plano Regional de Ordenamento da Zona da Aguieira). Tratava-se de fazer o ponto da situação do plano de ordenamento e obras complementares que deveriam ser descritas, analisadas e seleccionadas. Começámos por ouvir o representante da Comissão de Coordenação da Região do Centro, Eng. João Rebelo, encarregado da preparação e concretização do plano. Tinha havido uma participação muito entusiasta das Autarquias. A zona era dominada pelas albufeiras de três barragens: Aguieira, Coiço e Frohas. Apontava-se para uma vocação turística manifesta de toda a área; seria, no conjunto, um espaço de lazer regional, de grande importância. O plano não era meramente restrictivo; antes da sua existência era que tudo estava restringido! Agora sabia-se o que se podia fazer. O PROT tinha vindo regularizar situações indisciplinadas e apontava claramente o que se poderia fazer. No regulamento do PROT estava previsto o funcionamento de uma comissão de acompanhamento. Tratava-se de pôr um alto à forma anárquica de pressão de campistas, pescadores e outros utilizadores das albufeiras. Mas tinha de se estar atento porque as primeiras construções clandestinas já haviam surgido, sendo preciso destruí-las imediatamente. Haviam sido definidos os polos de desenvolvimento turístico. Uma preocupação maior respeitava à qualidade da água, destinada também ao abastecimento doméstico de Coimbra e de uma vasta área a jusante; se não cuidássemos de a proteger a montante teríamos de gastar dinheiro a tratá-la antes de a fazer chegar aos consumidores. Por isso, o plano havia definido as infra-estruturas de saneamento que importava construir. A barragem havia feito mudar os tipos de exploração agrícola vigentes até à sua construção; deveria procurar assegurar-se uma complementaridade entre a actividade agrícola e a florestal. Queria-se, por isso, valorizar o que restava do mundo rural em toda a zona. O PROT não permitia a instalação de indústrias poluentes e fixava um prazo de dois anos para a elaboração de seis planos de pormenor, devidamente identificados, que orientariam o crescimento nesses locais. Entre eles estavam os das chamadas Zonas Preferenciais de Desenvolvimento Turístico (ZPDT); havia, natural-

mente, umas mais urgentes do que outras; estavam apontadas duas delas onde se pretendia construir rapidamente algum equipamento. Ir-se-ia pôr a concurso algumas áreas de lazer (concessão e exploração); estimava-se que o conjunto das várias áreas de lazer reclamassem 3 milhões de contos e criassem cerca de 150 postos de trabalho. Era muito importante levar para a frente alguns planos de acção florestal, porque toda a área iria viver da floresta, em muitas das componentes consideradas; era preciso fazer alguns repovoamentos.

Falaram de seguida os Presidentes das Câmaras Municipais de Mortágua, de Santa Comba-Dão, de Penacova, de Carregal do Sal e de Arganil. Resumirei o que disseram:

O abastecimento de água ao planalto beirão também deveria representar uma preocupação. Era preciso tratar do saneamento básico antes dos efluentes chegarem às barragens. Havia poluição provocada por explorações mineiras e industriais que era preciso eliminar. Os frequentadores da floresta não tinham o comportamento adequado; era necessário educá-los. Tinha que ser feito o acompanhamento da paisagem, porque se recusavam a que ela fosse dominada, em exclusivo, pelo eucalipto. O acompanhamento da utilização das albufeiras era indispensável. As únicas actividades que estavam a desenvolver-se eram as turísticas; nem as agrícolas, nem as silvícolas, nem as pecuárias davam mostras de qualquer movimento; deveriam ser feitos ensaios com algumas explorações-modelo. O minifúndio extremo causava as maiores dificuldades. Mas o turismo tinha pés para andar... O ordenamento florestal era urgente que avançasse. Era evidente que a acessibilidade geral da área tinha que ser assegurada; daí o enunciado de numerosos eixos rodoviários que deveriam ser completados, reabilitados, rectificados, etc. Com a construção das barragens e o enchimento das albufeiras haviam-se perdido belíssimas praias fluviais; impunha-se substituí-las de modo adequado. Era preciso que a EDP procedesse à venda dos terrenos sobrantes da construção das barragens e que haviam sido comprados ou expropriados. A captação de água da superfície das albufeiras era diferente da das fontes; punha problemas novos de qualidade de água e da sua garantia ao longo do ano. Os investimentos intermunicipais tinham de prosseguir. Na construção da barragem de Fronhas não se havia acautelado a desmatação da zona inundada e isso tinha tido como consequência a péssima qualidade da água

que lá se captava para abastecimento das populações; a quem cabiam os custos do tratamento da água? Em Arganil havia um grande desnível em relação à água; as margens eram muito escarpadas, não havendo, por isso, grande possibilidade de aproveitamento turístico. Verificava-se uma grande pressão para construção, mas não era de operadores turísticos; era de construtores civis que queriam aproveitar as qualidades excepcionais da paisagem.

Intervieram, também, os Secretários de Estado da Administração Local e do Turismo para esclarecer aspectos práticos da actuação que viria a seguir.

Devo dizer que ninguém pôs em dúvida as vantagens do ordenamento.

*

No dia 28 de Julho recebi o Dr. Jorge Sampaio, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Em relação aos licenciamentos e à responsabilização dos arquitectos, prometeu produzir um documento, a apresentar em Setembro, contendo o resultado da sua prática. Isso ajudaria a tornar o diploma mais realista.

Havia um problema que me irritava muito. Alguns serviços públicos entendiam que lhes era permitido fazer construções sem comunicar à Câmara, responsável pela ocupação do solo. Na ocasião, estavam nessas circunstâncias o Instituto Superior Técnico, o Instituto Superior de Economia e Gestão (Francesinhas), a Universidade Católica e a Faculdade de Farmácia (Campo Grande). Tinha que se atalhar a indisciplina.

Queria intervir na afinação do Plano de Desenvolvimento Regional. Seria, naturalmente, muito bem-vindo; estava, todavia, um tanto fora de tempo; prometi-lhe que, se me mandasse as suas achegas, eu próprio trataria de ver se elas poderiam ser incluídas no texto.

*

De vez em quando, surgiam-nos situações difíceis de entender. Um Presidente de uma Câmara havia dado posse à sua própria filha. Tinha havido júri de concurso e cumpridas as regras deste. Eu tinha sempre muita relutância em avançar logo com grande alarido. Comecei por dar instruções para que um inspector fosse conversar com o próprio júri, tentasse averiguar como é que ele havia sido

composto e procurar distinguir se havia sido um caso de enorme ingenuidade ou, pelo contrário, uma farsa completa. Assim foi feito.

*

A nova ponte sobre o Tejo (ainda não tinha sido baptizada com o nome de “Vasco da Gama”) reclamava planos de ordenamento das áreas dos encontros. Se tivéssemos de retomar o processo de elaboração do PROT, refazendo-o nessas áreas, iríamos meter-nos numa lavoura imensa de negociações com muitos agentes e, especialmente, com as Autarquias. Tratava-se de projectos muito longos e ninguém entenderia que nós não fôssemos capazes de dar resposta à questão em pouco tempo, porquanto era assunto urgente. Decidimos, por isso, pedir autorização legislativa para elaborar um plano especial para as duas margens. Já nos chegaríamos os contactos com os restantes membros do Governo para alongar o processo; se tivéssemos de percorrer a “via-sacra” habitual, nem daí a dois anos o teríamos concluído. Aliás, tratava-se de uma pequena alteração.



CAPÍTULO XXVI

O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

Já me referi, algumas vezes, à atitude sobranceira de alguns funcionários menores da Administração Comunitária nas suas relações com as Administrações dos Estados-membros que beneficiavam de fundos de ajuda ao seu desenvolvimento. Havia regras, mas também havia que interpretá-las e aqueles que vi-nham analisar as candidaturas ou acompanhar a execução dos projectos nem sempre adoptavam a postura correcta. Houve um que chegou a dizer: “Eu dou... eu financio...”, o que era intolerável...

No dia 6 de Novembro a Secretária de Estado fez-me queixa de um deles. Eu deveria ter uma palavra com o Comissário, da próxima vez que estivesse com ele. Era óbvio que nós não reclamávamos a “cabeça” do dito funcionário; o que achámos de bom-tom era que ele mudasse de estilo nas suas relações com os altos funcionários da Administração Portuguesa com os quais contactava. É evidente que os Directores-gerais comunitários não podem controlar de perto todos os seus quadros. Mas devem elaborar manuais sobre as formas de proceder adequadas. Recomendo que não se deixe passar nenhuma destas manifestações de arrogância ou sobrançeria sem protesto. Nós, os Portugueses, temos uma tendência perniciosa para nos “desbarretarmos”... Veja-se a maneira como se punha “the red carpet” diante dos membros da troika (2011-2013) e a projecção que lhes era dada na televisão!... Pura reacção saloia!

Havia, algumas vezes, atrasos no pagamento de subsídios. Nesse dia, os funcionários comunitários admitiram, pela primeira vez, que esses atrasos estavam a induzir demoras na execução. Deveriam curar de que isso não acontecesse.

As normas para aplicação do RETEX estavam em elaboração, em conjunto com os Ministérios da Indústria e do Emprego. O PERIPHERA precisava de que se no-

measse urgentemente o seu gabinete gestor. O fundo EEE (Espaço Económico Europeu) era muito falado, mas ainda não dispunha de regras relativamente aos sectores a beneficiar nem às condições de adicionalidade.

Iríamos nessa semana começar a elaborar as novas GOP. O núcleo duro seria constituído pelo Dr. José Félix Ribeiro e pelo Coronel Ramalho para a parte externa e pelo Prof. Fernando Pacheco para a parte interna; era o terceiro que exerceria as funções de relator; decidimos que elas teriam, nesse ano, um formato mais sintético, referindo somente as linhas de estratégia a seguir.

*

No dia 12 de Novembro tive uma reunião com o meu colega da Indústria, Luís Mira Amaral, na qual participaram a Secretária de Estado do Planeamento, o Secretário de Estado da Indústria e o Gestor do PEDIP. O tema eram os fundos estruturais e, especialmente, o FEDER na sua parcela a afectar ao PEDIP.

Este continuava a ir bem. Já me referi à diligência do Eng.^o Albertino Santana, o seu gestor, que era incansável. Queriam mais dinheiro!... Tinham muitos compromissos para 1992. O SINPEDIP só precisava de dinheiro para pagamentos em 1993. Mas, no PEDIP, tinham necessidades imediatas, porque a divulgação feita havia sido eficiente e os empresários decidiram investir de forma muito expressiva. Não poderiam ser desiludidos. Havia, potencialmente, um deflactor do PEDIP que seria da ordem dos 50 MECU; queriam saber se, como ele na realidade era do FEDER, estaria englobado neste ou se poderiam contar com mais aquela parcela de modo autónomo. Mas, afinal, não havia deflactor no PEDIP, porque ele tinha sido feito antes do QCA, em cujo âmbito é que o deflactor surgira. Refiro isto para ilustrar como toda a gente estava atenta às oportunidades para aumentar o seu quinhão. Tinha sido feito, realmente, um bom trabalho de sensibilização dos empresários.

O RETEX era um programa pequeno meramente intercalar. Mas os industriais do sector estavam a modificar as suas unidades; era necessário que fosse reforçado ou que nós assegurássemos que os investimentos começados com ele pudessem prosseguir no quadro do SINDAVE. Nós privilegiávamos os mecanismos que envolvessem fundos de capital de risco em vez dos subsídios directos. Por isso se

estava a pensar na criação de um desses fundos que seria gerido por uma das sociedades já existentes: a NORPEDIP ou a SULPEDIP; não se iria criar um novo esquema administrativo só por causa de um fundo; já havia quem soubesse geri-los; celebrar-se-ia um contrato com qualquer delas. A primeira estava particularmente bem colocada para trabalhar com a OID do Vale do Ave, porque já tinha experiência de o fazer e aquela zona representava uma das nossas prioridades. Ora, como havia algumas fontes de fundos diversos (PEDIP, Fundo Social, RETEX, PERIPHERA, Ministério das Finanças e outros) e numerosas medidas a apoiar decidimos, para orientação dos potenciais candidatos, mandar elaborar uma matriz com os primeiros em linhas e os segundos em colunas, de modo a que todos os potenciais investidores soubessem a quem dirigir os seus pedidos de apoio. Aprenderam a fazê-lo rapidamente!...

Em relação ao gás, já havia um memorandum de entendimento entre o consórcio vencedor e a Direcção-Geral de Energia. Dispúnhamos de 115 MECU do REGEN, mas era preciso assegurar que o Comissário autorizasse a sua utilização para o projecto. Fiquei eu de fazer a diligência. Havia uma urgência grande porque nós tínhamos proposto uma comparticipação de 40% e a Comissão havia-a reduzido para 35%; era preciso definir onde se haveria de ir buscar o diferencial; a sacrificada foi a EDP que teve de ceder uns poucos de MECU, originalmente destinados à rede de distribuição da energia eléctrica.

O apoio do SINDAVE à SAMSUNG voltou a ser analisado, nas condições que já foram referidas. Se a fábrica fosse para o Vale do Ave beneficiaria de um determinado montante de apoios, porque nos interessava muito que houvesse uma alteração do perfil industrial da zona; se não fosse para lá, as ajudas seriam só 50% das primeiras.

Este tipo de reuniões eram longas e muito dinâmicas, pois todos queríamos assegurar que o máximo de realizações seria feito, mas cada programa tinha as suas regras e era preciso “fazer a agulha” para os programas mais ajustados. Toda a gente conhecia os mecanismos e as necessidades. Nunca será de mais enaltecer a criatividade da Secretária de Estado Isabel Mota que encontrava sempre soluções praticáveis e a argumentação certa para usarmos em Bruxelas.

*

Em 13 de Novembro, encontrei-me com o Ministro do Emprego e Segurança Social e com o Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional para tratarmos de assuntos relacionados com o Fundo Social Europeu. Também, em relação ao FSE, haveria um aumento de comparticipação passando para 75%. Isso dava alguma poupança no orçamento da Segurança Social que permitia fazer mais. O valor respectivo era de 16 MECU. Eles entendiam que as medidas sociais que haviam sido adoptadas, em relação ao Vale do Ave, estavam a dar bons resultados. Queriam estendê-las a outras partes do país. Pedi-lhes que começassem a fazê-lo nas zonas que fossem objecto de operações integradas. Era esse o sentido da “integração”. Compreenderam. Queriam, ainda, usar verbas do FSE para a componente social dos ajustamentos produtivos. A exemplo do que acontecia no quadro da convenção CECA. Pareceu-me muito bem. Era preciso negociar em Bruxelas. Eles pretendiam, também, alargar o apoio do FSE ao sistema formal de ensino. O FEDER já apoiava a construção de escolas, nomeadamente as vocacionais e privilegiando as operações integradas. Mas havia muitas outras despesas que não estavam a ser apoiadas de nenhuma forma e que, por isso, não se realizavam em muitas partes.

*

Em 14 de Novembro percorri, com a Secretária de Estado, os diversos projectos beneficiários de fundos europeus e que estavam com taxas de execução baixa. O objectivo era ver com os gestores respectivos por que razão isso acontecia, para tomar as medidas necessárias à sua reactivação.

Nessa altura não estavam a correr como nós queríamos os programas do Vale do Ave e da Península de Setúbal, o CIENCIA e o PRODEP (Educação). Grande parte das dificuldades decorria da falta de meios para assegurar a contrapartida nacional que estava a entrar a execução. No PRODEP eram projectos da iniciativa das universidades e as escolas secundárias, profissionais e técnico-profissionais. Os promotores estavam sem meios suficientes. Ou encontrávamos dinheiro para os dotar ou arranjàvamos processo para transferir as ajudas para quem as pudes-

se absorver. Tudo isto era urgente fazer, porque, no dia seguinte, o Comissário Bruce Millan estaria em Lisboa. No nosso encontro falámos muito das transferências. Se fosse dentro das regras estabelecidas, “no problem”. Lançámos o barro à parede para ver se poderíamos ter menores taxas de comparticipação nacional, o que resolveria muitos problemas mas ele usou como argumento as taxas em vigor nos outros países beneficiários que eram maiores ou iguais às nossas. Aceitou, entretanto, que em relação ao PRODEP a cobertura dos fundos comunitários, em 1992 e 1993, fosse de 75%; estava fora de questão fazer retroagir a decisão para 1991; tinha de se cumprir o que havia sido estabelecido. Mas foi sensível ao princípio de alargar a contribuição comunitária para o sector da Educação. Havia, ainda, problemas de liquidez que era preciso cobrir, em relação ao fundo de maneio. Foram resolvidos.

O RETEX era uma iniciativa comunitária que entraria em vigor em 1992. Mas só aceitaria projectos-piloto. A sua dotação não era famosa: 50 MECU; de qualquer forma era dinheiro!... Em 1993 e anos seguintes já seriam 100 MECU por ano. Tínhamos que estimular o aparecimento de tais projectos-piloto que são sempre difíceis de surgir. Era importante definir as regiões que fossem realmente dependentes do sector têxtil. Mas o propósito era auxiliar as áreas e não o sector têxtil que deveria dar lugar a actividades mais modernas. Falámos muito acerca da declaração de Maastricht que fez, realmente, história na Comunidade Europeia. O Primeiro-Ministro recebeu-nos, mostrando o seu interesse em tudo quanto havia sido conversado e resolvido.

*

Em 18 e 19 de Novembro teve lugar em Haia um encontro dos ministros europeus do desenvolvimento regional. Choveu intensamente durante o tempo que lá estive, mas, mesmo assim, gostei de rever a cidade. Fica-se sempre ligado a uma terra onde se estudou e onde se abriu horizontes, como foi o meu caso em Haia. Referirei apenas os temas tratados:

Começámos pela reunificação da Alemanha e pela consolidação dos laços económicos com os países da Europa Central e de Leste; a Europa não se havia torna-

do em nenhuma fortaleza; estava aberta ao aprofundamento da cooperação com eles. A Europa 2000 em que já se falava não se limitava ao espaço comunitário. Tinha em atenção o que se passava à sua volta. Deveria haver mais colaboração entre cidades que pudessem trocar experiências entre si. Por outro lado, impunha-se reabilitar o mundo rural que atravessava, manifestamente, uma crise por toda a Europa. Sucedia que as áreas metropolitanas tinham crescido, mas padeciam com a poluição, com o congestionamento dos movimentos e com a falta de coesão social. Deveríamos aplicar-nos a concretizar uma política de ordenamento físico que respondesse àqueles problemas. Era, todavia, necessário manter a identidade cultural das diversas partes da Europa.

Daí a importância da política regional europeia e a posição socio-económica das diferentes regiões. Havia grande expectativa em relação à realização do mercado interno e da União Económica e Monetária. Todavia, as disparidades entre regiões não desapareceriam de um dia para o outro. Importava não deixar abrir-se uma brecha entre os programas então em curso e aqueles que viriam de 1993 em diante. Por isso, as negociações correntes a esse respeito deveriam ser concluídas em breve. Recomendou-se que a nossa discussão se concentrasse na aplicação do princípio da subsidiariedade e na parceria e, por outro lado, no aumento da eficiência. A tendência generalizada era para manter os três pontos estruturais então existentes.

O Comissário Bruce Millan participava na reunião, organizada no âmbito da presidência holandesa. Referiu-se aos novos regulamentos e, em relação aos recursos disponíveis, não podendo ainda avançar um número, manifestou confiança em que eles seriam suficientes porque os objectivos enunciados eram partilhados pela Comissão. Referiu-se à importância da “mid-term review” que não punha problemas a ninguém; era bom que todos soubéssemos onde estávamos. Ele pretendia que alcançássemos um nível de 100% de utilização dos fundos, o que seria o melhor argumento para os ver aumentados. Haveria mudanças nos procedimentos, mas com a preocupação de assegurar a continuidade das acções em curso; não se procederia a mudanças desnecessárias. Queria manter o valor dos 75% do produto nacional bruto *per capita* como indicador das chamadas regiões de Objectivo 1, aquelas que seriam beneficiárias dos fundos estruturais. Falou,

naturalmente, da Alemanha e das regiões recentemente integradas. Estava de acordo com a importância dada ao desenvolvimento rural, à educação e aos problemas ambientais urbanos que reclamavam, seguramente, uma actuação com a condição de haver “funds available”. Tínhamos feito progressos em relação à subsidiariedade e à parceria, mas ele entendia que ainda não eram os suficientes; defendia, todavia, que a Comissão fosse associada à concretização dos projectos, do que todos compreendíamos o alcance político. Em relação às iniciativas comunitárias, achava que elas eram demasiadas; contava connosco para se concentrar a acção e ajudá-lo a limitar “as brilhantes ideias dos seus colegas”...

A questão do relacionamento directo da Comissão com as regiões punha problemas a muitos de nós. Sublinhou-se a importância do INTEREG que deveria manter-se como iniciativa comunitária. Recomendou-se a simplificação das “procedures” e a flexibilização para atender a casos específicos. Conciliar a subsidiariedade com o “partenariat” nem sempre foi fácil. Agradava à maioria a coordenação dos três fundos existentes (FEOGA-orientação, FEDER e FSE). Houve quem recomendasse que a acção da Comissão se limitasse à aprovação dos QCA; a aplicação e decisão sobre projectos individuais deveria manter-se, exclusivamente, na esfera dos Estados-membros. Recomendou-se um encurtamento dos prazos fixados para certas operações; os então vigentes induziam atrasos inconvenientes. Toda a gente estava de acordo em que era preciso melhorar a coesão. Não tinham era as mesmas ideias sobre a forma de o fazer. O Reino Unido (de Mrs. Thatcher), por exemplo, achava que eram as políticas do mercado livre a melhor maneira de fortalecer a coesão. Outros não pensavam o mesmo...

Muitos sublinharam a importância da avaliação e da “mid-term review” para se saber onde se estava e como tinham os fundos sido aplicados. Alguns não queriam ver a Comissão envolvida em programas muito orientados ou em projectos; só queriam programas genéricos sujeitos a concursos. Havia quem propusesse que os fundos estruturais fossem concentrados em infraestruturas e em acções de formação; tudo o resto era difícil de acompanhar e controlar. Os mesmos defendiam a redução do nível de ajudas à indústria, opondo-se a iniciativas comunitárias como o RETEX; insistiam, mesmo, na redução do nível das ajudas do Estado.

Havia palavras que eram recorrentes em todas as intervenções: simplificação dos procedimentos, concentração dos recursos, eficácia, avaliação, solidariedade europeia, coesão, subsidiariedade, redução das disparidades, equilíbrio entre o parceria com a Comissão e a eficácia. Valor acrescentado das contribuições da Comissão... Houve um que chamou a atenção para o facto de os efeitos da construção de infraestruturas só se verificarem a médio-prazo, para justificar que se concedessem outras ajudas mais directas nas suas consequências. Muitos reclamaram mais receitas para a Comunidade e, por conseguinte, para os fundos estruturais e sua acção de apoio. Houve, ainda, um outro que chamou a atenção para o grande atraso da ex- RDA e para as consequências que isso teria na dimensão do esforço necessário para trazer os respectivos cinco “Länder” para o nível médio europeu.

Mas era preciso assegurar a continuidade da acção de convergência em curso. O Comissário Bruce Millan, em resposta a tantas intervenções, fez os seus comentários: em matéria de compromissos e de pagamentos a situação tinha melhorado muito ao longo dos últimos seis meses; os procedimentos não eram leves, mas mostravam-se praticáveis; em relação às regiões do Objectivo 1, a definição do patamar de 75% da média do produto *per capita* não se deveria entender como imutável; em relação às do Objectivo 2, só estavam a aplicar os regulamentos do Conselho e não os da Comissão; a Comissão iria reduzir a sua intervenção no domínio dos programas; de qualquer modo, o número destes deveria ser reduzido; a subsidiariedade deveria ser estendida até às regiões e não unicamente aos Estados-membros (ele sabia que havia muitos a não querer tanta descentralização... que a Comissão pretendia, naturalmente...); os estados-membros também estavam envolvidos na avaliação; a Comissão pretendia maior coerência entre fundos, o que não era fácil de promover (Eram as dificuldades de entendimento entre os Ministros do Desenvolvimento Regional e do Trabalho que, no dizer dele, não contribuíam para que os diferentes fundos se aplicassem nas mesmas iniciativas; não era o caso de Portugal, onde a prática das Operações Integradas havia contribuído muito para que a convergência fosse corrente); mas ele insistia na necessidade de haver coerência (ou convergência) entre as várias políticas.

Havia um “quadro estratégico comum” CSF (Common Strategic Framework) para o qual alguns queriam remeter o enquadramento de todas as acções. O Comissário chamou a atenção para as dificuldades práticas de o fazer sistematicamente, donde a sua preferência por actuar através de programas, em sectores diversos. Eu acompanhava-o nesta apreciação; à força de se querer atingir a perfeição não se fariam as coisas possíveis; esta discussão entre o óptimo e o sub-óptimo, mas possível, é recorrente.

A reunião continuou no dia 19, com os mesmos participantes. O ministro holandês que presidia, queria que assentássemos numa definição de planeamento físico que se focasse no uso do solo disponível mas considerasse também outros recursos como a água. Preocupavam-no as ligações em falta (“missing links”) que comprometiam o funcionamento dos sistemas. Deveria haver políticas de “desenclavamento” explícitas para as regiões periféricas ou isoladas. A poluição deveria ser sempre considerada. A Europa estava a mudar não só no plano político mas também no geográfico. Era preciso compreender os factores da mudança para actuar sobre eles.

O Comissário Bruce Millan referiu-se à importância dos sistemas urbanos. Deu a informação de que o documento Europa 2000 já disponível em inglês, francês e alemão, estaria pronto em breve nas restantes línguas. Ele não era um plano director (“master plan”), mas simplesmente um quadro de referência. Os movimentos de pessoas e bens deveriam ser conhecidos em pormenor. Resumiu os problemas das regiões centrais e das periféricas, afirmando que a localização na chamada “banana azul” (ou “golden triangle”) acarretava desvantagens consideráveis. Daí a importância das redes transeuropeias. Referiu-se ao “Paquet Delors II” que estava em afinação e em relação ao qual tantas expectativas existiam. Havia quem defendesse a existência de um fundo separado para o Ambiente mas a Comissão não tinha competência estatutária para o criar. Havia que fazer um esforço considerável em relação às zonas rurais, nomeadamente com uma reformulação profunda da Política Agrícola Comum (a secção garantia do FEOGA absorvia, ainda, meios completamente desproporcionados; mas isso tinha por detrás a acção de grandes “lobbies”). O Comité do Desenvolvimento Espacial deveria promover a

recolha de muita mais informação de modo a poderem ser feitos e aprofundados estudos que fundamentassem uma acção mais determinada.

A discussão foi relançada. Estabeleceram-se relações entre a eficácia e a equidade. Criticou-se a forma muito centralizada de alguns programas. A valorização dos recursos existentes nas regiões era primordial. Preferia-se a existência de um quadro de referência para a acção em vez de um plano director, incapaz de durar e de satisfazer toda a gente. Deveria ser dada uma atenção particular às fronteiras externas da Europa e aos polos periféricos; tinham um papel muito importante a desempenhar. Houve quem propusesse a criação de um observatório para acompanhar os efeitos sobre o território das diversas políticas europeias. Mas ninguém queria um plano director. O INTERREG era um bom exemplo de como era possível agir sem complicar demasiadamente os instrumentos de acção. Os sistemas de transporte deveriam ser ambientalmente correctos. O Comité das Regiões deveria ser chamado a pronunciar-se sobre a definição do quadro de referência onde se inserissem os diferentes planos nacionais. Foi referido o trabalho feito no Conselho da Europa, no domínio do ordenamento do território (“Schéma de l’Aménagement du Territoire”) que tinha um carácter informativo muito útil. Havia concepções diferentes acerca do ordenamento do território nos vários países da Comunidade; esta representava uma boa ocasião para as cotejar umas com as outras e ir tentando uma aproximação em que todos se revissem. Alguns achavam que o procedimento correcto era prolongar aquele documento através do alargamento do sistema de informação e de uma concertação permanente de modo a termos perspectivas comuns sobre a nossa forma de actuar. Estimava o nosso colega francês que, no seu país e no ano de 2000, 90% da população vivesse em 10% do território! E o resto? O que se faria com ele? Sublinhou-se, mais uma vez, a importância do sistema transeuropeu de transportes; mas ele não deveria respeitar unicamente as ligações terrestres; as marítimas também importavam; e o recurso sistemático ao automóvel deveria ser contrariado! Era importante chegarmos a um acordo em torno das “guidelines for action”.

Foi julgada oportuna a criação de um Comité com representantes dos estados-membros e com presidência rotativa que fosse acompanhando os numerosos temas que haviam sido levantados, sob o título genérico de espaço e desenvolvimento regional.

*

Em 3 de Dezembro soube, pela Secretária de Estado, que ao concurso de pré-qualificação para a construção do aeroporto de Santa Catarina, na Madeira, se haviam apresentado 13 grupos envolvendo 57 empresas nacionais e estrangeiras. Seria grande e complexo o trabalho de análise e selecção de tantas empresas concorrentes!

*

O novo Ministro da Educação tinha um problema de orçamento no ministério: a “manta” não dava para cobrir tudo!... Pediu-me uma conversa para combinarmos como fazer. Em 5 de Dezembro.

A primeira questão respeitava a iniciativas autárquicas relativamente a escolas (C+S), cuja contrapartida camarária era insuficiente. Queria construir residências para estudantes CRAS (Centros de Residências de Apoio Social) que estivessem prontas em Outubro de 1992, mas não dispunha de meios; queria ver da possibilidade de reorientação de verbas do PRODEP, mas isso seria complicado porque estava, todo ele, negociado com Bruxelas e comunicado formalmente.

Um grande projecto que vinha do Governo anterior era a Nave do Jamor. Já havia ante-projecto aprovado. O projecto estaria pronto dentro de poucas semanas. Mas ele custaria 10 milhões de contos! Onde ir buscar esse dinheiro?

Havia, finalmente, o caso do INIC. Tinha sido contactado por muitos investigadores das universidades que lhe haviam manifestado receio em relação à maleabilidade de gestão das verbas de que vinham usufruindo. Especialmente, os das áreas de estudos sociais temiam ficar sem recursos. Sosseguei-o em relação à gestão dos dinheiros. Mas tive a confirmação das minhas suspeitas: havia muitos centros que contavam com os subsídios do Instituto sem fazerem grandes esforços para apresentar novos projectos; muito do que faziam era em continuidade do que já haviam feito; a comparticipação recebida era apercebida como um complemento do orçamento habitual. Não tinham de lutar por nenhum projecto novo, justificando-o, calendarizando-o e apresentando resultados.

*

No dia 5 de Dezembro reuni-me com os Presidentes das Comissões de Coordenação Regional para saber como corriam os PROT e para ter uma ideia relativamente às prioridades regionais que me chegariam por outras vias (os Ministros, os Governadores Cívicos, os Deputados, os Autarcas e a via partidária). Era preciso procurar os empreendimentos em torno dos quais houvesse maior consenso. Tudo isso, porque estava em curso a elaboração do PIDDAC, no quadro do Orçamento para 1992. Como de costume, participavam na reunião o Secretário de Estado da Administração Local e a Secretária de Estado do Planeamento. Como se verá, a maior parte das prioridades respeitavam a estradas!

Na Região do Norte tinha havido empreendimentos que estavam parados; as obras respectivas correspondiam a estrangulamentos que era urgente remover: o IP4 entre Golfeiras e Pontão de Lamas; o acesso sul da nova ponte de Valença; o lanço da auto-estrada entre Santiago da Cruz e Braga; o lanço da auto-estrada entre Penafiel e Amarante; a ponte do Freixo; o IC5 entre Famalicão e Vermoim; a ponte da Ermida e seus acessos... Era urgente, também, mandar elaborar um plano de ordenamento físico para o Minho, território sempre muito atreito a indisciplinas, potenciadas pelo minifúndio. Já nessa altura havia preocupações em relação à extracção de inertes; passei a informação ao Ministro do Ambiente que tinha a tutela respectiva.

No Alentejo, a insistência era, também, nas estradas: o IP7 entre Palmela e o Caia; nas obras entre Portalegre e Monforte, o empreiteiro tinha falido e a sinalização das bermas não havia sido concluída; o IP2 entre Monforte e Estremoz e entre Portalegre e Vila Velha de Ródão; o IP2 em vários lanços (Castro Verde/Ourique; Beja/Albernoa; Albernoa/Castro Verde; S. Manços/Vidigueira; o IC4 entre Sines e Lagos; o IC 13 entre Ponte-de-Sôr e Portalegre; a ponte de Alcácer (seria inaugurada em 1992); o anel viário de Évora...

Ainda no domínio dos transportes, figurava o cais de carga geral no porto de Sines. Havia faltas em relação aos hospitais. O distrital de Elvas ainda não tinha sido adjudicado; as obras do Hospital do Patrocínio, em Évora, estavam paradas; o de Santiago do Cacém e o distrital de Évora precisavam de equipamento.

No domínio da educação, o alojamento para estudantes em Évora era considerado como em situação dramática. Tornava-se urgente completar os Institutos Politécnicos de Beja e de Portalegre.

O abastecimento de água estava em estado crítico em Mértola e em Serpa.

Era preciso construir a barragem dos Minutos e acabar a da Apartadura.

Nas outras regiões o panorama era semelhante: sempre as estradas em primeiro lugar!

No Algarve havia a grave situação da estação de tratamento dos efluentes das suiniculturas de Monchique que já figurava no programa VALOREN, mas que ainda não tinha sido construída.

*

No dia 6 de Dezembro começou a fase de acertos do PIDDAC. Tratava-se de distribuir, “sem grandes dores”, o tecto que me havia sido fixado pelas Finanças, (nesse ano, 310,95 milhões de contos), em resposta à proposta das necessidades que eu tinha apresentado. Sucede sempre isso! O corte é enorme e a distribuição dos meios disponíveis não pode ser feita de forma homotética em relação à nossa proposta. Tem de se ver caso a caso, adiando alguns empreendimentos, desdobrando outros em fases, eliminando alguns... tudo isso tem de ser feito por via de negociação com cada ministro. Havia que sopesar, também, a capacidade de execução das propostas; nem todas as promessas eram cumpridas. Ora sucedia que, se houvesse alterações durante o ano, elas teriam de ir, outra vez, à Assembleia da República para serem apreciadas e, eventualmente, aprovadas. Havia sempre “quem tivesse mais olhos que barriga”; isso teria como resultado não se investir noutro lado. Por isso, a análise tinha de ir, muitas vezes, até à avaliação de aspectos como a disponibilidade de projecto, o volume do investimento e outros factores que permitiam ver se ele era exequível, total ou parcialmente, naquele ano ou, no caso de empreendimentos plurianuais, ajuizar o montante da fatia total que iria ser concretizada nesse ano. O pior era que eu tinha de começar pelos cortes no meu próprio ministério. Todos os outros olhariam para eles... Trata-se sempre de um exercício ingrato.

*

Em 12 de Dezembro tratámos, em Conselho de Ministros, do PIDDAC 92. O tempo tardio em que o fazíamos devia-se ao facto de o Governo só ter entrado em funções em Outubro. Nós vínhamos a preparar tudo desde antes de férias mas havia ministros novos à frente de algumas pastas e, de qualquer modo, ele devia ser apresentado juntamente com a proposta do Orçamento de Estado.

O Primeiro-Ministro recomendou que fosse dada preferência a uma programação multianual. Isso era uma maneira de concentrar os meios em acções ou obras verdadeiramente estruturantes, evitando a sua dispersão em investimentos porventura muito visíveis, mas de consequências limitadas, se não mesmo irrelevantes. A orientação era particularmente útil em relação aos sectores da Educação e da Saúde. As Obras Públicas, por natureza, são multi-aneais.

Ouvimos uma queixa recorrente em relação à falta de apoio à economia real; mas a verdade é que havia uma boa meia-dúzia de programas de apoio às empresas. O que os beneficiários não gostavam muito era de desenvolver projectos concretos que sustentassem as suas candidaturas aos fundos. Preferiam sempre “dinheiro para gastos”... Ora isso era impossível.

Havia prioridades a definir: a modernização do velho hospital de Viseu ou a construção de novas unidades na Feira ou na Covilhã? Assegurar-se-ia a construção dos hospitais de Matosinhos e Amadora, deixando cair o do Instituto Português de Oncologia, ou o contrário? O “aquecimento” do sector da construção estava a determinar altas de custo muito inconvenientes que não facilitavam nada aquelas escolhas.

No sector da Segurança Social não poderia haver obras novas por causa das repercussões que elas teriam nas despesas correntes dos anos seguintes que já eram incomportáveis. Mas a maneira correcta de avaliar um novo empreendimento respeita tanto às despesas de (primeiro) investimento como às despesas correntes que ele determina. Por isso estava-se a proceder correctamente.

Havia alguns sectores que não dispunham de margem para fazer fosse o que fosse de novo, porque tinham que saldar fatias de compromissos tomados em anos anteriores... Porque a perspectiva multianual já tinha concretização prática há vários anos. E havia sectores em que se impunha um grande rigor financeiro,

porque a dispersão dos investimentos dificultava a coordenação; era o caso da Educação, onde a pulverização dos estabelecimentos de ensino construídos para satisfazer uma procura muito dispersa e uma pressão dos Autarcas muito insistente levavam à existência de numerosas frentes de obra. Ora isso é sempre difícil de acompanhar com rigor.

Era quase certo que a entrada no Sistema Monetário Europeu poderia fazer baixar a taxa de juro de alguns pontos, o que facilitaria a contracção de empréstimos para formar as contrapartidas das ajudas comunitárias. Tínhamos de ser cuidadosos e dar prioridade ao pagamento de compromissos que vinham de trás. Houve uma recomendação geral para olhar para a dimensão financeira dos projectos; há uma tendência perniciosa para propor uma nova realização sempre mais cara do que a antecedente; e isto é verdade tanto para Autarcas como para burocratas... Aliás, a travagem foi tão grande que se chegou ao ponto de se impor que a propositura de qualquer obra nova tivesse de ter a concordância prévia do Primeiro-Ministro.

*

Aproveitei uma tarde tranquila de telefones – a do dia 26 de Dezembro – para fazer uma longa sessão de despacho com a Secretária de Estado. Começámos pelas Grandes Opções do Plano que estavam em ultimação. Dever-se-iam distribuir a 30 para os ministros, a 3 de Janeiro para o Conselho Nacional do Plano (ainda existia) e pôr a apreciação em Conselho de Ministros no dia 9 ou 16, se houvesse pedidos para diferir. Eu queria que o seu envio para o Parlamento não atrasasse a discussão do Orçamento de Estado.

Em relação ao Centro Cultural de Belém havia que distinguir as verbas da construção das do equipamento, porque as primeiras corriam pelo Ministério das Obras Públicas e as segundas pela Secretaria de Estado da Cultura; mas, na sequência de instruções do Primeiro-Ministro, tudo deveria ser imputado à segunda.

Queríamos levar a cabo um estudo sobre a nossa política de desenvolvimento regional elaborado por um consultor independente, mas seguido por uma comissão de acompanhamento. Definimos a composição desta e fixámos os despachos com os termos de referência do estudo e da regulação da abertura do concurso.

O ENVIREG estava bloqueado; era preciso desencravá-lo. O que estava em causa eram os concursos relativos a equipamentos para lutar contra a poluição marítima. O SIFIT (Turismo) estava esgotado, mas tinha sido objecto de um pedido de reforço que havia sido concedido. Era preciso cancelar a primeira fase.

A via Norte-Sul tinha sido objecto de uma visita do Presidente da Câmara de Lisboa. O reforço pretendido era da ordem dos 3 milhões de contos; ele queria que a comparticipação subisse para 50%; decidimos que assim fosse se a Câmara contribuísse para a construção da CRIL que se via avançar sem nenhum dinheiro municipal. Tudo foi feito sem interrupções.

Em relação ao SINDAVE, já tinha ido a Conselho de Ministros antes de ir para notificação a Bruxelas; a seguir negociou-se e a Comissão tomou a sua decisão; era preciso agora pô-lo na ordem jurídica interna, com urgência. Os beneficiários potenciais não entendiam tantas delongas; mas a máquina administrativa em Bruxelas tem as suas voltas...

Em relação ao Quadro Comunitário de Apoio, havia que descomprometer algumas verbas reservadas às Autarquias e que, por qualquer razão, elas não tinha usado. Isso só seria feito em relação a empreendimentos que, de facto, não se tivessem iniciado. Elas haviam sido repetidamente avisadas de que tal poderia ocorrer. Os meios não mobilizados seriam usados noutras coisas. Mas essa operação de transferência tinha, obviamente, de ser aprovada por Bruxelas e o processo era longo...

Tínhamos visto aprovado um pequeno programa para reestruturação da indústria de lanifícios. Era preciso um despacho conjunto meu e do Ministro da Indústria. Analisámos a nossa proposta para o mesmo. Idêntica coisa se passava em relação a um sub-programa do PEDIP.

A linha de crédito aberta na Caixa Geral de Depósitos com o apoio do BEI destinada a apoiar a formação da contrapartida nacional dos empreendimentos municipais apoiados pelo FEDER estava esgotada. Era preciso auscultar a ANMP àcerca da utilidade de uma negociação para um possível reforço. É que isso tinha custos, obviamente; era preciso indicar um montante aproximativo do crédito a conceder. A bonificação teria de ser composta com as sobras de outros projectos não realizados.

O SIMC (modernização dos estabelecimentos comerciais) havia sido muito criticado mas já estava esgotado. Era preciso reforçá-lo mas eu queria impor maior selectividade na escolha das propostas. Suspeitava que se estivesse a desperdiçar recursos em acções sem futuro. E isso aconteceu algumas vezes, em relação à compra de equipamento (frigoríficos, balcões frigoríficos, etc.); as máquinas são sempre fáceis de comprar; o difícil é formar as pessoas e reflectir em relação à adopção de uma nova estratégia para o negócio.

*

No Conselho de Ministros do dia 3 de Janeiro, além de afinarmos as intervenções a ter na reunião com a Comissão Europeia e de fixar os encontros bilaterais dos ministros com os comissários, tratámos, longamente, das Grandes Opções do Plano. Já se estava numa fase final de acertos. Os meus colegas sugeriram um ou outro apuro de linguagem. Houve poucas adições. Entre estas figurava a recomendação de dar mais ênfase ao papel das Relações Externas, a necessidade de fazer menção à lei da imigração que estava a ser preparada, o sublinhado da criação de novas actividades económicas em vez de concentrar a acção na reconversão das tradicionais, a importância da despoluição, a aposta na qualidade em tudo e, nomeadamente, na Administração Pública e pouco mais.

Saí do Conselho com o documento praticamente pronto para ser submetido ao parecer do Conselho Nacional do Plano.

*

Depois do encargo que recebi do Comissário Bruce Millan relativamente à elaboração de sugestões sobre o Fundo de Coesão e das recomendações que me fizeram em Conselho de Ministros, reuni, logo no dia 10 de Janeiro com a Secretária de Estado e com os Directores-gerais do GEPAT e do Desenvolvimento Regional para juntar a informação disponível e começar a traçar as linhas do documento que eu haveria de entregar. A Secretária de Estado havia tido, uns dias antes, uma conversa com o Director-geral Eneko Landaburu sobre os fundos estruturais, mas na qual se tinha falado, também, acerca do Fundo de Coesão.

O “Paquet Delors II” seria pelo menos 1,2 o primeiro; mas ainda se estava a tentar que fosse mais (1,35 a 1,4). Mas a duplicação das ajudas só ocorreria para Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda. A França e a Itália, todavia, teriam aumentos de 60%. O orçamento da Investigação Científica subiria de 3,5% para 5,0% do orçamento comunitário. Os fundos estruturais mais o fundo de coesão somado seriam 18.000 MECUS dos quais 2.500 MECUS do Fundo de Coesão. Landaburu tinha avançado que lhe parecia justo que Portugal viesse a beneficiar de 20% do Fundo de Coesão. Mas havia a suspeita de que a grande beneficiária seria Espanha, para lhe dar a possibilidade de pôr subsídios nas regiões que não dispunham de FEDER. Se o “Paquet Delors II” fosse 1,4% do PNB, havia a informação de que o acréscimo seria orientado especialmente para a investigação científica e para a política externa (cooperação). No dia 18 de Janeiro haveria uma reunião de Comissários só para este efeito; no dia 15 de Fevereiro seria conhecido o documento da Comissão sobre o “Paquet” que seria, logo de seguida, entregue à Presidência do Conselho (Portugal) no Conselho para os Assuntos Gerais, de modo a poderem ser traçadas as grandes linhas da sua aplicação na cimeira de Abril. Em paralelo deveria olhar-se para os novos regulamentos dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão. O último deveria estar pronto antes do fim de Abril de modo a ser apreciado, ainda durante a presidência portuguesa. Já se sabia que ele seria aplicado, preferencialmente, em transportes e no ambiente, mas as percentagens respetivas não estavam, todavia, definidas. Os quatro países mencionados já haviam explicitado os sectores onde queriam aplicar especialmente o Fundo de Coesão. Todos queriam dar privilégio às redes, mas Portugal e Espanha davam prioridade às rodovias e a Irlanda e a Grécia aos navios, “ferry-boats” e terminais portuários. Não havia ideias claras, em Bruxelas, acerca de uma vocação específica do Fundo de Coesão. Sabia-se que aqueles quatro países estavam mais atrasados do que os restantes; era preciso forçar a convergência, mas não sabiam qual a forma mais adequada para o fazer; por isso a Administração queria associar aos fundos estruturais o novo fundo para fazer do mesmo, mas com mais meios, naqueles países. Era muito importante definir uma chave de repartição do fundo baseada em critérios racionais e não meramente em obras que já tivessem disponíveis os

respectivos projectos. Deveríamos começar por identificar quais as acções que seriam elegíveis; a Comissão queria estabelecer uma distinção entre o que o Fundo de Coesão poderia apoiar e o campo de actuação dos Fundos Estruturais. Inclínavam-se para que fossem somente infraestruturas e equipamentos. Pendiam, também, para tratar dos problemas das bacias hidrográficas internacionais. Havia quem sugerisse o mar. Acabou por ficar vocacionado, como já referi, para infraestruturas de transporte e ambiente, começando com uma grande parcela das primeiras, mas as segundas tendo conquistado muito terreno. Discutia-se, também, se se deveria dar preferência a programas ou a projectos. Acabaram os segundos por ter prevalência, simplesmente porque era mais fácil; embora se insistisse em que deveriam ser apreciados num quadro de programa conjunto que tornasse inteligível a componente de coesão que, afinal, era a vocação do Fundo. Tínhamos que propor a taxa de financiamento respectiva; inclinávamo-nos para que a regra fosse 85%, mas admitia-se que, em certos casos, correspondentes a “gargalos” evidentes, poderiam ser mesmo 100%. Dever-se-ia fazer uma sugestão relativamente ao sistema de financiamento e, também, sobre as modalidades de funcionamento do sistema.

Tudo isto teria de ser acordado com os Espanhóis, os Gregos e os Irlandeses. Eu deveria visitá-los. Era necessário definir a sequência, porque é evidente que todos falam com todos e não é indiferente por onde se começa uma volta destas.

*

A questão das redes transeuropeias de transportes suscitava no Ministro das Obras Públicas português grandes inquietações. O Comissário Van Miert, encarregado dos Transportes era, para mim, uma personalidade de excepção, pela sua postura frontal e dedicação ilimitada. Mas o meu colega achava que ele queria protagonismo e forçava a tónica do interesse comunitário em vez do nosso e, por isso, não tolerava que ele definisse redes gerais que também englobassem Portugal. Cá dentro nós é que sabíamos, não tendo nada que nos acertarmos com as suas propostas. Eu sou e sempre fui defensor da aplicação do princípio da subsidiariedade. Mas, neste caso, não se tratava disso. O que estava em causa era es-

tabelecer os grandes eixos que conviriam ao conjunto dos países da Comunidade e que tinham repercussões nos territórios de cada país-membro. A solução final não foi fácil de conseguir, mas não é por via da recusa na participação que se consegue a melhor solução para cada um; pelo contrário, é exactamente por essa via que se consegue chegar às soluções que melhor sirvam a todos e a cada um.

Achava que a nossa ligação rodoviária à Europa deveria ser feita pelo IP6 e pelo IP2 e que era para esses eixos que se teria de tratar de arranjar dinheiro. Basta olhar para o mapa para ver que esta é parte da ligação por estrada de Lisboa a Salamanca; por isso era um eixo “Lisboa-cêntrico”...

Não queria abordar o caminho-de-ferro. Achava que os Franceses estavam a querer impingir o TGV a toda a gente. Já o tinham conseguido fazer em Espanha. Achava que o TGV correspondia à satisfação de necessidades que não tínhamos, mesmo no eixo Lisboa-Porto. Eram as ligações a 200 km/h que deveríamos privilegiar. Entendia, porém, que havia lugar para um TGV de ligação a Madrid que deveria assumir a forma de um T (tal como eu preconizava), sendo a junção no Entroncamento ou, melhor ainda, próximo de Pombal (eu contentava-me com seguir os corredores já existentes, por isso privilegiava o Entroncamento). Estimava ele que essa ligação custasse à volta de 500 milhões de contos ... Por isso, não seria feita...

Nessa ocasião (1992), havia uma grande preocupação com a poluição causada pelos camiões; chamava-se “frota verde” ao conjunto dos veículos pouco poluentes. Queria seis anos para se proceder às adaptações necessárias ou às substituições e aí é que via que devesse actuar o Fundo de Coesão; todavia, não estava esse campo incluído nos propósitos do Fundo de Coesão.

Nós dispúnhamos de uma rede de auto-estradas que havia sido maduramente reflectida e, por isso, não deveríamos introduzir perturbações no programa já traçado. Quanto ao caminho-de-ferro, far-se-iam melhorias na linha da Beira-Alta e isso contribuiria muito para a fluidez das relações com a Europa.

Toda esta conversa se passou na tarde do dia 16 de Janeiro. Nela participaram, também, os Ministros do Mar e do Ambiente.

O Ministro do Mar disse que o que estava em causa não era somente o acesso à Europa, mas a acessibilidade, em sentido geral. Também estavam em discussão os portos e as ligações rodo-ferroviárias aos portos. O “conceito” (como ele dizia)

era muito mais amplo, respeitando ao movimento das mercadorias em geral. A cabotagem marítima ia ser livre a curto-prazo. E, por causa da influência da Grécia e da Irlanda, a parte portuária viria a assumir uma nova importância (Veio, de facto, mas não foi por causa daqueles dois países; a saturação de muitos eixos terrestres é que determinou que se voltasse a pensar no mar como solução!...).

O Ministro do Ambiente referiu-se à utilização do Fundo de Coesão para resolver os seus problemas e comparou a situação em diversas componentes: em Portugal, os esgotos estavam resolvidos a 42%, na Comunidade a 84,5%; nas ETAR, nós com 11% e a Comunidade 89,5%; na água, nós em 62,5%, a Europa com 94,1%; nos resíduos sólidos nós com 29,7%, a Comunidade com cerca de 90%. Por esta comparação de números se poderia ajuizar da dimensão do esforço que nós teríamos de fazer para nos aproximarmos de todos eles. Só para as áreas residuais urbanas ele precisava de 256 milhões de contos para aplicar ao longo de seis anos. Manifestou a sua opinião de que os problemas só seriam resolvidos no quadro de associações de municípios.

A Secretária de Estado Isabel Mota, que estava sempre presente quando se discutia o PIDDAC ou os fundos comunitários, chamou a atenção para as dificuldades de gestão causadas por uma excessiva pulverização das iniciativas. O Fundo de Coesão tinha sido concebido para iniciativas de vulto; seria melhor não meter as Autarquias nesse barco. A noção subjacente era a competitividade europeia e a aplicação de políticas comunitárias. Era preciso distinguir o Fundo de Coesão dos fundos estruturais; tinham objectivos distintos e, portanto, formas de aplicação, de gestão e de prestação de contas diferentes. Deveríamos ter a preocupação de nos focarmos na aplicação das directivas comunitárias, vendo quais os domínios em que experimentávamos dificuldades para o fazer. Aí, sim, entraria o Fundo de Coesão. Deveríamos concentrar a acção, até porque os centros urbanos com mais de 15.000 habitantes não eram muitos. Por isso assumia relevo a directiva das águas residuais urbanas em que estávamos tão desfasados e a aplicação do princípio do poluidor-pagador em relação à qual havia uma relutância generalizada. Eu referi que as redes transeuropeias tinham portos como testas dos arcos que atravessariam a Europa.

À força de se ter muitas reuniões com as mesmas pessoas nós acabamos por antecipar as suas posições ou reacções, mesmo em relação a temas novos. O Ministro das Obras Públicas de então não gostava de nada que não saísse da sua cabeça...

*

Em despacho com a Secretária de Estado, em 20 de Janeiro, vimos como estavam a decorrer os projectos no âmbito das Operações Integradas de Desenvolvimento. Haviam-se atingido as metas nas Regiões do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo e do Alentejo. No Norte, a Área Metropolitana do Porto havia falhado por pouco; o Vale do Ave precisava de mais atenção. No Algarve tínhamos problemas tanto no Barlavento como no Sotavento. Mas, em geral, a situação era muito boa. De acordo com as regras estabelecidas, deveríamos cortar as verbas a quem não havia cumprido. Decidimos não o fazer; em vez de cortar, congelámos com a esperança de que um novo impulso levaria a execução para os níveis fixados. O congelamento seria por seis meses. Nós próprios demos mais atenção às OID em atraso, indo aos locais e chamando os responsáveis. Deu resultado!

*

No dia 28 de Janeiro comecei o dia trabalhando com a Secretária de Estado e com o presidente do GARAM (Gabinete dos Aeroportos da Região Autónoma da Madeira), Dr. Casimiro Pires.

A obra do aeroporto de Santa Catarina representava a maior que já tínhamos tido (5 milhões de contos), equiparável à ponte de S. João no Porto. Já referi as razões pelas quais ela me veio parar às mãos!... A encomenda do projecto tinha sido feita pelo Governo Regional. O estudo de operacionalidade e segurança havia sido elaborado pelo Comandante André Turcat e estava pronto e completo. Quanto à localização tinham sido analisadas três alternativas: o Caniço, o Santo da Serra e Santa Catarina (com duas soluções: o eixo de então e o eixo rodado tal como acabou por ser construído). A do Santo da Serra deveria ser excluída; a do Caniço era pouco interessante; a de Santa Catarina era aceitável, mas seria melhor se a pista fosse rodada 3° e 37°. Assim se fez. O estudo económico e financeiro fora ela-

borado pelo Tecnep e era da responsabilidade do Dr. Nuno Cabral. O custo total a preços de 1989 seria de 52 milhões de contos. Nas condições de financiamento consideradas (75% a fundo perdido) a TIR seria de 12%. O “fundo perdido” viria do REGIS, uma iniciativa comunitária a que já fiz referência. Posteriormente, haviam surgido questões ligadas ao ambiente que reclamaram estudos complementares que já estavam concluídos. Tinham sido elaborados pela firma PROÂMBIO, sob a responsabilidade do Arq. Roxo. Eram considerados como modelares.

O projecto incorporava já as normas comunitárias, tendo sido encomendado ao gabinete Hidroservice do Prof. Edgar Cardoso. Havia sido, como já disse, encomenda do Governo Regional, entretanto passada para o GARAM. A adaptação do projecto estava em curso, estimando-se que estivesse concluída até 10 de Fevereiro. O projecto original tinha 72 volumes, aos quais se somariam os respeitantes à adaptação. Era esta que iria substituir o projecto original. A adaptação havia custado 80.000 contos e só tinha sido encomendada depois de se ter a certeza que o REGIS financiaria a obra. (Como se sabe quem veio a conduzir a obra e terminá-la foi o Eng.^o António Segadães, como mencionei noutra local). A primeira fase do projecto respeitava a uma pista de 2.336m de comprimento; a segunda fase acrescentava-lhes mais 445m; o total viria, assim, a ser de 2.781m. O projecto estava em condições de ser concursado. Só faltava fazer a revisão final do projecto que, se aconselhava, se realizasse depois de escolhida a solução técnica proposta pelo empreiteiro e que poderia ser a do próprio projecto ou uma sua variante. Essa revisão teria de ser feita; a questão a discutir era quando, com vista a não se perder tempo.

Já se tinha procedido à pré-qualificação à qual se haviam apresentado 13 grupos, envolvendo 56 empresas. Nelas se incluíam as maiores empresas europeias e brasileiras. Tinham sido excluídos três grupos, porque não preenchiam os requisitos do concurso. A sessão de abertura das propostas tinha demorado quinze dias (!), tendo estado sempre presente um representante do Procurador-geral da República que, por acaso, era o auditor jurídico do Ministério da Administração Interna. Ficaram, assim, dez grupos que seriam apreciados por uma comissão de avaliação. Esta incluía uma componente técnica e outra administrativa, sendo esta composta pelo Director do GARAM, pelo Sub-director e por mais um elemento.

Era evidente que, para avaliar a parte técnica ter-se-ia de ir buscar profissionais altamente competentes que não guarneciam, obviamente, o GARAM. Começar-se-ia por analisar toda a documentação técnica. O calendário era apertado porque eu tinha fixado o mês de Março como limite para a pré-qualificação; eu estimava que o grupo que passasse à fase seguinte fosse de 5 ou 6 (saídos dos 10) que receberiam, logo, uma carta-convite para apresentarem as suas propostas. Combinámos que daríamos 3 meses para a sua elaboração, mas era certo que eles iriam pedir pelo menos mais um mês (pedem sempre...) de modo que, na melhor das hipóteses, a adjudicação seria em Setembro/Outubro. Mas antes de Março (envio das cartas-convite) deveríamos ter o projecto aprovado pelo ministro do sector (o Ministro dos Transportes). Em relação à concessão iríamos beneficiar da experiência da Brisa e do Aeroporto de Macau, ainda em construção.

Em relação ao ano de 1992, tínhamos que resolver, ainda, algumas coisas pendentes: reservar um milhão de contos para a construção da aerogare do Porto Santo; reforçar e reperfilizar a pista de Porto Santo (cujo montante tinha que figurar no OE, no âmbito do GARAM); tínhamos que assegurar 25% deste último gasto, uma vez que 75% vinham da NATO pelo facto de a referida pista integrar a rede respectiva; garantir que o CIOTAN viesse a instalar um radar na torre que iríamos construir, mas que só ficaria pronta em 1993; alterar o decreto-lei de constituição da ANAM (Aerportos e Navegação Aérea da Madeira) por causa das suas novas responsabilidades.

Eram sessões longas, para verificar se tudo estava em ordem. Guardo uma boa recordação do Dr. Casimiro Pires, um transmontano emigrado em Lisboa, sempre com a nostalgia das suas terras. Morreu cedo e subitamente, com uma afecção cardíaca. Fazem sempre falta estes insatisfeitos perfeccionistas. O País e, especialmente, a Madeira devem muito à sua inteligência e aplicação.

*

Nós tínhamos sempre alternativas para os excedentes de qualquer dos fundos estruturais. Eles provinham, habitualmente, de candidaturas aprovadas e, portanto, objecto de compromissos, mas que não haviam sido concretizados por razões imputáveis aos proponentes.

Em 23 de Janeiro reuni-me com o Ministro do Emprego e com a Secretária de Estado do Planeamento, porque havia um excedente no Fundo Social e nós precisávamos dele para outras coisas. O pior era que ele tinha sido dado para apoio da formação profissional e não havia candidatos suficientes, nessa área, para os esgotar. Nós líamos os tratados e verificávamos que, no de Maastricht, se fazia menção à formação profissional e outros domínios “nomeadamente a reconversão industrial”. Ora era aqui que estávamos com escassez de meios, nomeadamente nos sistemas de incentivos SIBR e SINPEDIDP. Queríamos convencer o Ministro do Emprego a propor no seu conselho em Bruxelas que houvesse maior flexibilidade no campo da aplicação previsto para o FSE, porque aqueles sistemas de incentivos teriam o maior impacto social. Também tínhamos em vista o alargamento à Educação.

No Vale do Ave, o fundo de capital de risco que propúnhamos destinava-se a viabilizar empresas sem ser através de auxílios a fundo perdido; as próprias indemnizações pagas em situações de mútuo acordo, deveriam ser consideradas como investimento. Invocávamos o padrão de utilização do FSE, ao longo dos últimos anos e salientávamos a importância da mobilidade do emprego como forma de reconversão e de reforço da componente social. Sabíamos que quaisquer propostas que fizéssemos tinham de estar muito ligadas à problemática do emprego para terem alguma hipótese de sucesso. Acrescentámos que sabíamos que na proposta do “Paquet Delors II”, os antigos objectivos 3 e 4 iriam concentrar-se num só; exactamente chamado de reconversão. Nessa ocasião os objectivos enunciados para a Política Regional eram sete, a saber: i) Desenvolvimento e ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas, ao abrigo do qual se fazia a maior parte das nossas iniciativas; ii) Reconversão das regiões e zonas industriais em declínio, muito invocado em França e na Bélgica; iii) Desemprego de longa duração e inserção profissional; iv) Adaptação às mudanças industriais; v a) Adaptação das estruturas agrícolas e da pesca; v b) Desenvolvimento das zonas rurais vulneráveis. Depois da entrada da Áustria, da Finlândia e Suécia foi, no próprio Acto de Adesão, criado um objectivo vi) que tinha em vista apoiar o desenvolvimento das regiões de densidade populacional extramente reduzida (Lapónia), altas montanhas e similares. Em 2000 estes objectivos haveriam de ser reduzidos a três, o que me pareceu, então, muito acertado.

Por outro lado, os pagamentos do FSE estavam atrasados por causa da execução tardia dos projectos. Estávamos com menos 100 milhões de contos (!) de transferências do que em relação ao FEDER. Era, para nós, uma dor de alma termos aonde ir buscar meios e não o conseguir fazer por questões de interpretação da legislação. Decidimos que eu faria uma carta ao Comissário Bruce Millan (Política Regional) a expor a nossa proposta, com cópia para os Comissários Schmidhuber (Assuntos Económicos) e Papandreou (Emprego). O Ministro do Emprego faria a sua “boa acção” pessoalmente, junto dos dois últimos. Por sua vez, com a Secretária de Estado decidimos ver se poderíamos ter um representante nosso no grupo de discussão do “Paquet Delors” para ver se, na formulação das orientações, poderíamos introduzir alguma flexibilidade que nos fosse favorável, nessas situações.

*

Quem tem que preparar GOP e fazê-lo num quadro europeu muito diferente do que era a nossa envolvente, meia-dúzia de anos atrás, deve manter conversas frequentes com estratégias que se aplicam a reflectir sobre a nossa evolução e a do conjunto. Em 29 de Janeiro ouvi dois deles, a quem comecei por colocar uma questão relativa ao povoamento da Europa e às tendências de evolução de uma rede de lugares centrais. Estávamos a atravessar um tempo de “Pax Europea” consolidada, não se prevendo conflitos armados no futuro próximo. Como seria a evolução demográfica e a sua fixação no terreno? Onde se iriam estabelecer, preferencialmente as populações? A tendência visível era para o apagamento progressivo das pequenas e muito pequenas aglomerações e para o crescimento vigoroso das maiores; tanto em Portugal, como no resto do território europeu. Quando se observava a Europa de satélite e à noite era isso que se via: um progressivo reforço dos principais centros.

Deveríamos tentar reforçar os nossos. Os portos, aeroportos e as telecomunicações seriam instrumentais para esse fim. Deveríamos olhar, especialmente, para as rotas que se estivessem a fazer notadas, tanto no Atlântico como no Mediterrâneo, como no ar, como em terra. Isso mostraria as zonas que tinham valor europeu, por si próprias. A localização dos grandes projectos representaria uma indicação preciosa.

Eles achavam que deveríamos ver, na Europa, os locais que tinham vocação para ser “Singapur” e apostar neles. Meio a brincar perguntaram-me; “porque não convida para vir a Portugal o déspota iluminado que foi primeiro-ministro de Singapura e a pôr no mapa as sugestões?”... Deve ter coisas interessantes para dizer!...

*

Em 4 de Fevereiro reuni-me com a Secretária de Estado para tratar dos fundos estruturais cuja reforma estava em andamento. Sabíamos que na Direcção-geral da Política Regional os funcionários estavam algo inquietos relativamente ao seu papel futuro no quadro do “Paquet Delors”. Eles tinham vindo a ganhar algum “peso político” nas negociações, além do “peso burocrático” que não era pequeno. E estavam, por isso, algo ansiosos em relação à sua intervenção potencial... Começámos por ver o valor do orçamento comunitário. Ele era somente 1,2% do PIB comunitário! E continua (2016) a ser dessa ordem de grandeza. Assim não se irá muito longe em matéria de políticas comunitárias!

Os Irlandeses e os Gregos insistiam muito que a regulamentação dos novos procedimentos fosse feita durante a nossa presidência. Encorajaram-nos a andar depressa, porque temiam que, se o assunto passasse para a presidência britânica, as complicações seriam imensas. Eles contavam connosco para se encontrar fórmulas em que houvesse, para a aprovação dos Quadros Comunitários de Apoio, relações directas entre os ministros e os comissários, sem intervenção dos funcionários que não fosse a preparação das reuniões respectivas. Pelo contrário, as direcções-gerais comunitárias privilegiavam uma negociação no âmbito do CO-REPER em que os funcionários da administração comunitária estivessem de um lado e os das REPER do outro, os ministros só intervindo no final, quando já tudo estivesse cristalizado. Ora, nós queríamos intervir logo no início e durante a negociação... Tudo iria ser definido num Conselho de Assuntos Gerais no princípio de março. Dispúnhamos, por isso, de pouco tempo para tentar influenciar o curso dos acontecimentos no sentido em que queríamos.

Por outro lado, estava previsto vir a realizar-se, em Lisboa, em 15 e 16 de Maio, uma reunião dos ministros europeus responsáveis pelos fundos estruturais. Isso implicava que eu visitasse em breve o Comissário Bruce Millan para lhe propor

uma agenda para a organização dos trabalhos. Eu pretendia que fosse um dia inteiro para discutir os fundos estruturais e de coesão e meio-dia (o sábado) para analisar o projecto Europa 2000 (EUR 2000) com as redes europeias que o concretizassem, nomeadamente a da energia que, em nosso entender, era vital para a Europa (como, aliás, se tem vindo a verificar...).

Nós deveríamos apresentar dois documentos da presidência, um para cada tópico. Ora, se em relação ao primeiro nós não teríamos dificuldades para elaborá-lo, em relação ao segundo isso reclamaria um exercício de consulta a vários ministros dos diferentes países para poder apresentar uma proposta consensual. Eu deveria começar por ver o que era que a própria Comissão pretendia apresentar e como é que ela procederia para chegar a um documento que não suscitasse grandes divergências. Estava em causa, nomeadamente, o que é que a Comissão pensava fazer em relação às regiões transfronteiriças. Não pretendíamos nem as coisas estavam maduras para decidir relativamente ao traçado das próprias redes; já referi que as dos transportes só vieram a ser aprovadas em 2013! O que se queria era chegar ao enunciado de um certo número (pequeno) de conceitos em torno dos quais se concitasse o acordo necessário para, sobre eles, construir propostas de redes. Deveríamos procurar convergir com a Comissão antes de propor a todos os outros uma base para discussão.

Como eu deveria começar por assegurar uma convergência interna sobre o assunto, reuni-me com os meus colegas das Obras Públicas, do Ambiente e do Mar para auscultar a sua sensibilidade. O primeiro enunciou uma série de eixos rodoviários que hoje (2016) já estão todos construídos e outros ferroviários, em relação aos quais pouco aconteceu: as ligações Porto-Valença, da Beira-Alta, da Beira-Baixa, do Caia e do Algarve; não queria nem ouvir falar do TGV... Mas todos estávamos de acordo com a importância a atribuir aos portos. O meu colega do Ambiente punha como prioridade o cumprimento das directivas comunitárias respeitantes às águas residuais urbanas; também havia estações de tratamento de água e algumas unidades para tratamento de resíduos sólidos. No todo satisfazer-se-iam com 300 milhões de contos para estradas, 30 para os portos e 300 para o ambiente. Tudo isto ainda levaria muitos ajustamentos de obras e de dinheiro. De qualquer modo, eu havia ficado com uma ideia relativamente às prioridades deles.

*

Em conversa com o Secretário de Estado da Integração Europeia vim a saber que a European Round Table, que era uma estrutura privada que agrupava as grandes empresas europeias, tinha-se manifestado a favor das redes transeuropeias. Estava já a manifestar-se a pressão do *lobby* dos transportes no qual imperava o presidente Agnelli, da Fiat. Eram a favor da criação de um instituto ou observatório das grandes redes europeias que acompanhasse o estado das mesmas e fizesse o enunciado dos trechos que faltavam (os famosos “missing links”). Esta pressão vinha, simultaneamente, dos círculos financeiros e dos meios industriais. O Primeiro-Ministro entendeu que deveria ser eu a acompanhar este tema.

*

Irritava-me muito ver na imprensa notícias de coisas que deveriam ser conservadas em sigilo. Num jornal, durante o fim-de-semana, tinham saído informações relativamente à construção da barragem do Alqueva. Estava correcta, mas era extemporânea. Quem a tinha dado? Era difícil de saber! À medida que se vai alargando o círculo dos que trabalham num dado assunto, aumentam as probabilidades de haver uma “fuga”. Segredos, só de um!...

*

Com a preocupação de tornar mais eficaz a acção resolvemos, a Secretária de Estado e eu, fundir o Departamento Central do Planeamento com a Direcção-geral de Acompanhamento e Avaliação. Mas queríamos mudar a designação do conjunto, não conservando a primeira. Ensaíamos várias, Direcção-geral da Coordenação do Desenvolvimento e do Investimento; DG da Programação e Investimento Público e algumas outras. Acabou por ficar Departamento de Planeamento e Prospectiva. O DCP estava a elaborar um estudo sobre a evolução global da População Portuguesa com os dados do último censo; havia um outro que deveria ser feito em conjugação com o Ministério da Indústria sobre tendências e perspectivas de evolução da especialização produtiva da Economia Portuguesa. As direcções-gerais que não estudam e publicam, em revistas suas ou de outros, acabam por se confinar à rotina e isso fá-las estiolar. Fui sempre a favor das publicações, da

frequência de seminários ou congressos e de tudo quanto contribuísse para a actualização dos quadros.

Em 19 de Fevereiro soube que tinham chegado a bom termo as negociações com o Banco Pinto & Sottomayor e com o Banco Totta & Açores para colaborarem na canalização dos apoios do sistema de incentivos ao Comércio (SIMC). O segundo havia proposto a criação de um “fonds de roulement”; era preciso verificar se a Comunidade estava ou não aberta ao pagamento da taxa de juro e dos encargos bancários; devo dizer que estes não eram inibidores do acesso ao crédito; a questão era mais emblemática do que real, mas era preciso motivar quem estava tão pouco aberto à inovação...

*

A oportunidade de ficar com uma quota de beterraba sacarina gerou uma enorme expectativa em torno da criação da empresa que a iria transformar, a SUCRAL. Um amigo meu ligado à indústria de refinação de açúcar veio falar comigo, avisando de que essa era uma política comunitária errada, porque havia excedentes de ramas de produção barata, em locais onde não faltava nem calor nem humidade. Ora nós teríamos de regar a nossa beterraba e a água era, naturalmente, cara. Transmiti a opinião a quem de direito. Era impossível parar o processo, porque se tinha instalado a ideia de que a beterraba era uma grande coisa e, por isso, não poderíamos deixar de aproveitar uma oportunidade que nos facultavam. Hoje (2016) já está feita a prova contrária e foi a própria União que renegociou compensações para deixar de produzir beterraba... O meu amigo tinha razão!... Fico sempre admirado quando vejo tanta gente com cabeça e com informação tomar decisões erradas que afectam numerosas actividades que, de uma penada, são afectadas. Quem “desenha” as políticas deveria ser modesto na sua vontade de transformação do mundo. Desde o princípio que, na Política Agrícola Comum, se cometeram mais equívocos do que seria conveniente...

Tínhamos, então, direito a uma quota de 60.000 toneladas de açúcar refinado o que correspondia, grosso modo, a uma produção de 600.000 toneladas de beterraba. Nós não possuíamos tradição neste sector; os agricultores teriam de

se adaptar a uma nova produção. Mas em Espanha ela já era produzida com sucesso, na zona do Ebro. E ninguém queria ficar de fora, de modo que se tinha constituído uma empresa com 41% de participação do Estado, via IPE, 24,5% da RAR, 9% da British Sugar & Tate & Lyle, outros 9% da EBRO, SA. e 14,5% da FE-NACAM. Esta última também oferecia 70 hectares de terreno para a localização da fábrica e respectivo logradouro.

O projecto era, naturalmente, importante e eu percebi que o Ministro da Agricultura não estava em posição de os aconselhar a prescindir da quota, por haver outras fontes de ramas mais interessantes para os industriais. Afinal, era uma nova cultura com toda a sua produção colocada. Eu deveria alertar para a existência de alternativas, mas não podia impor que fosse feita uma nova análise custos-benefícios. Deveria confiar na que havia sido elaborada ou analisada e subscrita pelo Ministério da Agricultura.

Tive uma série de reuniões nas quais eu pus numerosíssimas perguntas. O calendário de realização era 40% no primeiro ano e no segundo e 20% no terceiro e tudo parecia pronto a arrancar. Mas eu tardava na resposta. Na ocasião, punha tantas questões que quase me tornei um especialista de beterraba sacarina. Eu acabava as reuniões alertando sempre para a questão da extensão rural, porque sabia como era difícil reconverter um lavrador do sequeiro ao regadio, ainda por cima para uma cultura sem tradição na área. Para tudo tinham resposta. Estava tudo sob controlo. Ao menos mostrei que era exigente em relação à fundamentação da proposta apresentada. Devo ter sido, mesmo, o mais insistente.

Com tantas justificações, a candidatura acabou por ser aprovada. Mas, tenho de confessar, que ainda hoje duvido se o aproveitamento de uma quota se deve fazer sistematicamente ou se não seria melhor negociá-la, sendo compensado num outro sector em relação ao qual não houvesse tantas interrogações.

Com a quota referida tinha-nos sido concedido um subsídio de 13,5 milhões de contos para a instalação da produção e sua transformação. Os agricultores teriam acesso a ajudas que se situariam em 70% das aplicações relevantes. Sabia-se que o valor da taxa interna de rentabilidade (TIR) do projecto seria baixo (3%), mas não aproveitar a quota constituiria quase um “crime”; a ninguém ocorreu a ideia

de a negociar... Haveria logo quem dissesse que se estava ao serviço dos “grandes industriais e latifundiários”... Sabia-se que as novas fábricas instaladas na Europa haviam sido largamente subsidiadas. Por outro lado, a produção de beterraba sacarina na Europa era uma actividade estável. Dizia-se mesmo que, no quadro da PAC, ela seria “um dos últimos bastiões a cair”... E os agricultores apreciavam-na por ser, para eles, rentável; não se olhava ao excesso de ramas com outras origens. A área a ocupar iria concorrer com a produção de milho, largamente apoiada indirectamente na Europa produtora de leite. Mas causava impressão à opinião geral, saber que nós éramos totalmente dependentes do exterior neste ramo.

A nossa negociação prolongar-se-ia pela presidência portuguesa e, na melhor das hipóteses, seria concluída durante a britânica, o que para nós não era muito favorável; os ingleses, habituados a serem fornecidos por um vasto império, refinavam especialmente ramas vindas da Commonwealth; não haveriam, por isso, de facilitar muito a afectação de meios comunitários a um negócio de que tinham experiência diversa. O financiamento seria elegível no âmbito do FEOGA.

O investimento a realizar seria, pelo menos, de 26 milhões de contos; as ajudas seriam de 70% do investimento elegível.

Havia alguns membros do Governo que ainda não estavam convencidos da bondade do projecto; eu era um deles; em boa parte por haver alternativas de fornecimento de ramas mais baratas; e, especialmente, por saber da difícil adaptabilidade dos agricultores portugueses a novas culturas. Por outro lado, não me agradava nada que a produção só tivesse um comprador e que fosse necessária uma nova adaptação para refinar ramas de cana importadas, no caso de falhar o aprovisionamento nacional. Por outro lado, a própria Comunidade Europeia era excedentária em produção de açúcar (três milhões de toneladas), assistindo-se a campanhas variadas para desincentivar o seu consumo. Por tudo isso, eu achava que o projecto tinha riscos económicos, financeiros e comerciais que não me agradavam.

Mas o erro de base era aproveitar uma quota, definida administrativamente com base numa equidade de distribuição, em meu entender mal interpretada. Eu tinha muitas insistências para ir visitar os terrenos quer de produção quer de localização da unidade transformadora; mas resisti o mais que pude. Só lá fui com

o Primeiro-Ministro. Ficou assente que o projecto seria para a agricultura, visando no fundo o apoio ao rendimento dos agricultores. Fiquei um pouco menos desconfortável quando se estabeleceu que o apoio viria especialmente do FEOGA (Orientação) por se tratar de um empreendimento totalmente agrícola; pouco sairia do FEDER; mas eu tinha a responsabilidade pela coordenação dos três fundos (quatro, com o de Coesão). O argumento era que se não se fizesse o projeto o dinheiro não viria! Esta foi a razão definitiva para ceder às pressões da Agricultura. Como era compreensível os industriais transformadores de ramos importadas subscreveram uma pequena quota do capital social da SUCRAL; era a maneira de estarem informados àcerca do que se passaria lá dentro.

O pior era que nessa ocasião (1992) e no âmbito da agricultura, não havia grandes sub-sectores em que pudéssemos ser concorrentes. Hoje (2016), as coisas estão a mudar, mas, há um quarto de século, o resto estava muito desestruturado. Para complicar as coisas o Ministro da Agricultura queria que uma parte do apoio viesse de outros lados, porque as verbas do FEOGA estavam todas afectadas. Isso complicava a minha posição e a do Ministro da Indústria que achava que de industrial o projecto tinha muito pouco ou nada. Mas era a procura de maior diversidade na agricultura através de um projecto com alguma concentração espacial e com transformação assegurada que fazia mover o Ministro da Agricultura.

Depois de discussões intermináveis chegámos a uma fase de equilíbrio de posições e acertámos nos termos de uma proposta a fazer à SUCRAL. Viriam do FEOGA, 2,5 milhões no 1.º QCA e 2,5 milhões no 2.º QCA; a Indústria contribuiria com 2,5 milhões através do SIBR e tentar-se-ia que outros 2,5 milhões fossem obtidos através de incentivos financeiros. Tudo isto sujeito à exibição de uma estrutura de capitais próprios adequada e ao cumprimento das regras do SIBR, além, naturalmente, da exibição de capacidade técnica adequada. Com estas linhas gerais partiu-se para a elaboração de um programa operacional específico que se confinava à produção e transformação de beterraba sacarina em Portugal.

Vista a experiência a vinte e cinco anos de distância não posso deixar de ser crítico em relação à distribuição de quotas sectorais por Bruxelas e à obstinação em aproveitar nacionalmente todas essas oportunidades. Se os primeiros in-

sistirem em fazê-lo (sabe-se lá por que razões...) deveremos resistir às pressões públicas e negociar mesmo a possibilidade de utilizar um apoio a que temos direito. No fim do dia, o que deve contar sempre é a viabilidade económica e financeira de cada projecto.

*

O acompanhamento dos Assuntos Europeus reclamava reuniões que, frequentemente, cruzavam vários departamentos. Em 4 de Março reuni os Secretários de Estado da Integração Europeia, do Tesouro, da Indústria, do Emprego e da Formação Profissional e, naturalmente, do Desenvolvimento Regional.

O primeiro tema respeitava ao programa RECHAR que interessava à Indústria, mas que implicava todos os sectores, porque, além do FEDER e do Fundo Social, envolvia outros mecanismos financeiros a que o Secretário de Estado do Tesouro não poderia ficar alheio. Decidimos centrar as negociações na parte política da questão; haveria naturalmente lugar para os aspectos técnicos que eram complicados; seria à custa desse programa que se iria fazer a reconversão das minas do Pejão, por exemplo; mas revelava-se melhor não os trazer para a mesa das discussões; estas circunscrever-se-iam a temas gerais e a aspectos políticos. Falámos, naturalmente, de muitas outras coisas: as funções do Conselho Económico e Social Europeu; o alargamento da PAC ao desenvolvimento rural, a competitividade industrial e os modos de a assegurar e, especialmente, os compromissos assumidos em torno da convergência, que tanto queríamos ver concretizados. No primeiro COREPER de Abril, o tema seria abordado, mas o debate político só teria lugar, em Junho, na Cimeira de Lisboa; era para nós uma eternidade! ... Queríamos discussões e decisões antes dessa data... Até porque já sabíamos que os Britânicos estavam a privilegiar o crescimento em detrimento da convergência. O PEDIP estava a dar bons resultados e, por isso, não deveria ser interrompido; os objectivos que haviam sido fixados tinham sido todos alcançados; devíamos assegurar que ele não seria interrompido; estávamos atentos aos perigos que uma regressão poderia determinar; e o sector têxtil precisava de muitos mais apoios porque a dimensão do problema era enorme; mas sabíamos que, se houvesse um programa específico só para os têxteis, muito dificilmente ele seria só para Por-

tugal. Tínhamos, por isso, que decidir se apoiaríamos especialmente o têxtil no quadro do PEDIP e do SIBR ou começávamos a dispor as pedras no outro sentido; acabámos por decidir aproveitar o que já estava consolidado, só precisando de mais meios. Sabíamos que o fomento da competitividade na Europa iria ter verbas autónomas; analisámos de que forma poderiam ser elas cruzadas com os sistemas de incentivos apoiados pelos fundos estruturais. Os que se ocupavam da reestruturação industrial queriam sempre que se pagassem salários em atraso por via do Fundo Social Europeu e que se antecipassem as reformas dos irreconvertíveis pela mesma via; já tinha sido tentada a abertura, mas nunca com sucesso; não se deve nunca insistir em bater a um portão trancado... com base nos princípios. Decidimos que o mais seguro seria insistir na manutenção do PEDIP complementado com um programa específico para o sector têxtil que representava um problema particular da indústria portuguesa.

O Secretário de Estado responsável pela Formação Profissional pretendia mais meios para apoiar a Educação. Era solicitado, para isso, repetidas vezes e não tinha resposta; queria maior flexibilidade na gestão do “envelope”, favorecendo, por isso, a negociação de um quadro-geral em vez de diversos programas específicos. Mas não era por aí que iam as tendências. Pretendia, além disso, um aumento do valor das taxas de comparticipação (“nunca menos de 75%! ”); foi preciso que outros mais necessitados entrassem para a Comunidade para ser possível consegui-lo.

Havia uma impaciência generalizada em relação a alguns funcionários de segunda-linha que, em Bruxelas, se punham em bicos de pés como forma de se tornarem instrumentais na resolução dos problemas; de vez em quando, exageravam!... A dotação do Fundo de Coesão estava em discussão. Concordámos todos que seria bom que os Espanhóis beneficiassem de um montante muito apreciável; em primeiro lugar, porque o nosso seria sempre comparado com o deles e, em segundo lugar, porque nós poderíamos vir a interferir no assunto.

Havia quem quisesse distribuir os novos fundos em muitos programas; dizia-se em Bruxelas, “morceler le paquet” (Delors). Nós preferíamos jogar no contrário: ver a verba subir e afectá-la por países; dentro de cada um, se veria quais seriam os sectores ou os programas mais necessitados de apoio.

*

Eu continuava a acompanhar as coisas no Douro, em primeiro lugar, porque tinha a obrigação de o fazer, como Deputado por Vila Real, mas, também, porque isso me dava grande satisfação. Em 5 de Março reuni-me com o Ministro da Agricultura e com o Secretário de Estado da Alimentação para ouvirmos os Presidentes das Comissões de Coordenação da Região do Norte e do Instituto do Vinho do Porto, acerca da situação que se estava a viver.

Hávamos apresentado uma nova proposta para obtenção de crédito junto do Banco Mundial, para dar seguimento ao PDRITM que tão bons sucessos havia conseguido. Mas, para satisfazer solicitações locais, tinham sido introduzidas algumas coisas novas como, por exemplo, a afectação de alguns dinheiros à criação de “stocks”; isso era, obviamente, insistência da Casa do Douro. O Banco Mundial havia reagido mal à proposta; estavam expectantes em relação à atitude que tomaria a Casa do Douro. Era evidente que este era um tópico com profundas implicações políticas; a Casa do Douro não hesitaria em promover um movimento contra qualquer coisa que a sua direcção entendesse que não lhe conviesse (a ela e não à Casa...). As relações estavam tensas entre a Caixa Geral de Depósitos e a Casa do Douro. Estava em vias de curso a nomeação de um Auditor, mas ela esperava, no Ministério das Finanças, desde Agosto de 1991!... Por outro lado, a recomposição do Conselho Geral já tinha sido aprovada, mas não estava, ainda efectivada.

Havia a intenção de apoiar a plantação de novos 2.500 hectares de vinhas novas, de acordo com as regras que haviam sido anteriormente definidas. Elas só entrariam em produção daí a alguns anos. Entretanto, havia que resolver o problema de “stocks” acumulados que causavam preocupações. O ano de 1989 tinha sido uma das maiores vindimas de sempre; havia um excedente de 86.000 pipas que, estimava-se, precisava de três anos para ser escoado; estamos a falar de vinho generoso, que havia sido beneficiado e só poderia ser consumido como vinho do Porto. Quando eu falava com alguns exportadores sobre o tema, eles punham resistências à sua compra por não se responsabilizarem pela sua qualidade. Era, de facto, um problema! Eles mantinham-se muito críticos em relação à forma como era definido o contingente para benefício e como era feita a sua distribuição; a al-

ternativa consistiria em fazê-la por área ou “por milheiros”, defendendo os mais conciliadores uma articulação das duas formas.

Fiquei preocupado com a evolução potencial do PDRITM II. Não eram os fundamentos do projecto que estavam em causa; eram os interesses instalados que se sentiam ameaçados e reagiam em conformidade.

*

O escoamento da produção da unidade da Ford-Volkswagen em construção em Palmela preocupava-me, do mesmo modo que o seu aprovisionamento. Eu repousava um tanto nas virtualidades do porto de Setúbal que não é um grande porto mas já nessa ocasião tinha uma especialização interessante, nomeadamente no sector do “roll-on-roll-off”. Por isso solicitei uma conversa com o novo Ministro do Mar. Nela participariam, também, a Secretária de Estado do Planeamento e o Gestor da Operação Integrada de Desenvolvimento de Setúbal que dispunha de informação que poderia ser útil para a troca de impressões.

Vi-o muito preocupado com a falta de coordenação entre as quatro grandes administrações portuárias e a própria Direcção-geral de Portos. Lamentava-se de que cada uma delas pensasse autonomamente e sem curar de otimizar a actividade da nossa rede de portos. Estava empenhado em definir muito brevemente uma política de portos, na qual fosse explicitada a vocação de cada grande porto e a política portuária geral. Queria contribuir para a modernização de todos eles. O porto de Setúbal tinha alcançado um patamar que deveria ser ultrapassado; ele deveria crescer para apoiar o porto de Lisboa que estava sujeito a uma pressão excessiva. Para ele, estava fora de causa construir qualquer extensão na Trafaria, porque “o Fecho da Golada estava politicamente morto”. Mas a factura portuária impunha-se que descesse; pesava demasiadamente nos custos das empresas. O tráfego marítimo iria aumentar muito (o que veio a acontecer) e o “short-sea shipping” correspondente ao comércio intra-comunitário também, (o que, novamente, se confirmou). Falámos das necessidades da nova fábrica de automóveis. Ficou sensibilizado para a urgência de se ir preparando o porto de Setúbal para a passagem para um novo patamar da sua capacidade. Este veio, efectivamente, a ter lugar.

*

Em 12 de Março soube que havia sido homologado o estudo do chamado “metro ligeiro” do Porto que tão boa resposta haveria de dar ao movimento de passageiros na Área Metropolitana. Tudo começou por um estudo que foi apoiado no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio.

*

No dia 13 de Março fui à Assembleia da República para responder a uma pergunta do Deputado Luís Sá (PCP), a respeito do Plano de Desenvolvimento Regional. Já disse do respeito que tinha pela seriedade do seu trabalho e como lamentei a sua morte tão precoce.

Queria assegurar maior participação na elaboração do PDR. Começou por constatar que havia regiões que continuavam a desertificar-se e outras onde imperava o caos devido a uma acumulação descontrolada da população. O PDR era particularmente importante para assegurar a coesão económica e social. Mas a opinião pública continuava alheada da elaboração do PDR apesar da sua relevância para a vida das populações. Era urgente criar as regiões administrativas. Queria ver um envolvimento mais activo das Autarquias Locais na preparação do plano. Criticou o meu despacho que havia criado uma comissão de acompanhamento; nela estavam representadas vinte entidades mas nenhuma Autarquia.

Respondi-lhe que os momentos de participação eram distintos. Havia que assegurar a colaboração das entidades públicas a que ele se tinha referido. As Autarquias participavam directamente em todas as operações integradas de desenvolvimento e seriam chamadas a pronunciar-se quer através dos Conselhos Regionais na preparação das contribuições de cada Região quer, finalmente, através da própria ANMP que se pronunciará sobre a versão final. Não era realista envolver todos, os trezentos e quatro Autarcas, nem repousar sobre o trabalho de uma dezena deles que olhariam de forma muito interessada pelo seu próprio caso mas menos empenhada sobre o conjunto. Além do mais, em relação aos instrumentos financeiros orientados para as Autarquias, a ANMP era sempre envolvida, mais do que simplesmente consultada.

Eu compreendia as preocupações que ele tinha, mas não era operacional a grande participação dos Autarcas que ele pretendia. E ele também sabia que eu não pretendia, de modo nenhum, iludir a questão ou escamoteá-la.

*

Em Março de 1992 mantinha-se a ideia de concretizar um novo PDRITM (Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes e Alto Douro), com apoio financeiro do Banco Mundial. No dia 23 recebi uma missão numa entrevista a que também assistiram o Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e Qualidade Alimentar e o Director-geral do Tesouro, por onde o fluxo de fundos deveria passar. Havia a proposta de uma nova linha para apoiar a constituição de “stocks” de Vinho do Porto. Eu arrepiava-me todo com esta aplicação de fundos, mas o sector da Agricultura insistia particularmente nesta componente que me inspirava as maiores reservas. Era evidente que o Banco Mundial financiaria o que lhe propuséssemos, desde que déssemos garantias de que pagaríamos o empréstimo. Mas o Banco estava impaciente com a conclusão da primeira fase; a existência de subsídios europeus, fornecidos em melhores condições tinha feito com que as Câmaras pusessem para trás os compromissos que haviam assumido em relação aos caminhos rurais e regadios e mesmos os estudos coordenados pela UTAD tinham passado para segundo plano. Este segundo PDRITM tinha começado em 1990. Os compromissos haviam sido firmados, assim, bem depois de termos integrado a Comunidade Europeia (1986). Suponho que o devem ter feito por inércia no movimento do primeiro PDRITM que tanto entusiasmo havia despertado. O segundo estava a enfrentar dificuldades insuspeitadas. Assistia-se, todavia, a alguma animação em certos sectores como, por exemplo, a plantação de amendoeiras. Mas eram os enormes “stocks” de vinho generoso que estavam a perturbar, manifestamente, a componente agrícola do projecto. A própria FENACAM (Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo) já não se contentava com a margem de benefício de 2% que havia sido negociada oito anos antes; queriam, agora, 4%! O Banco havia decidido que não financiaria o projecto a 100%, como tinha sucedido com o primeiro; quando muito iriam até 90%; o resto teria de ser fornecido pe-

los próprios beneficiários; estes estavam a reagir. Tentei argumentar com o Banco, dizendo que as condições ainda não tinham sido tão radicalmente alteradas para levar os beneficiários a aceitar de bom grado a mudança. Talvez se conseguisse voltar aos 100%!... Mas teria de ser preparado um memorial, explicitando todas as mudanças pretendidas. Isso levaria a que eu tivesse de enfrentar discussões intermináveis com os Ministérios das Finanças e da Agricultura, o primeiro a querer fechar e o segundo a reclamar mais. Evidentemente, fui para a frente.

Depois havia dificuldades menores. A unidade de avaliação não tinha cumprido cabalmente a missão que lhe tinha sido atribuída; começou bem mas não perseverou! (Como isto é tão português!... Mas o Banco não entendia isso, obviamente). A unidade de gestão tinha-se queixado de que não dispunha de pessoal suficiente; tive que engolir em seco porque isso decorria da impossibilidade absoluta de contratar novos quadros.

O presidente da CCRN e gestor do projecto lá foi justificando as limitações da acção na componente dos regadios tradicionais por falta do complemento financeiro nacional ou do PEDAP e nas outras pelo custo do dinheiro do Banco Mundial que, afinal, não era assim tão interessante quando comparado com os dinheiros de Bruxelas. Analisaram-se várias propostas de solução: acabar com toda a componente não-agrícola por causa da preferência dos Municípios pelas verbas do FEDER; ou reduzir um pouco em cada componente de modo a usar o montante final. Queria muito que Trás-os-Montes fosse considerada como uma região especial, mas para o Banco Mundial esta classificação não existia. Éramos um devedor como outro qualquer, com o benefício de ter boa reputação por ter cumprido bem com as obrigações firmadas durante o PDRITMI.

Eu fiquei muito molesto pela falta de resposta da unidade de avaliação; havia feito uma avaliação de pendor sociológico, não dando a atenção devida aos números próprios de uma avaliação económica. Era uma questão de falta de preparação ou de gosto? Não apreciei nada a observação que me fizeram, depois de eu ter tido tanto cuidado com a formação da unidade, facultando-lhe meios e condições como poucos beneficiaram. Tinha que ser colmatada a insuficiência apontada.

Não escondi o meu desapontamento. Isso transpirou para fora e eu fui percebendo o resfriamento de algumas relações. Mas não tenho vocação para “passa-culpas”...

*

Em 23 de Março recebi o Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Centro que vinha lamentar-se do esvaziamento institucional a que a sua região estava a assistir. Haviam retirado o Quartel-General de Coimbra e os serviços da EDP estavam a minguar. A empresa tinha afectado o distrito de Aveiro ao Porto e o de Castelo Branco a Lisboa, o restante não justificando a permanência de uma unidade com relevo. Sabia que a administração da empresa estava a contemplar concentrar os serviços em dois polos, Lisboa e Porto... Movimentos semelhantes eram expectáveis noutros sectores. O nosso bom professor estava descoroçoado!... O pior é que eu não dispunha de grandes argumentos para o animar. E não me pareceu conveniente dizer-lhe que essa era a tendência europeia (ou mundial? ...) e que o maior esforço para se desenvolver uma região acabava por repousar sobre os ombros dos que lá ficam... Por isso eu insistia tanto no desenvolvimento a partir de dentro!...

*

No dia 26 de Março de 1992 fui a Madrid participar na sessão de encerramento da VIII Conferência de Ministros e Directores de Planeamento da América Latina e das Caraíbas. O meu discurso está publicado (Discursos VII).

*

Em 31 de Março a Secretária de Estado, que havia ido a Bruxelas, disse-me do seu espanto em relação às reacções ao “Paquet Delors II”. Havia oito Estados-membros desinteressados (UK, B, N, DN, D, I, L e F), dois muito interessados (P e E), um expectante (IR) e a Grécia sem se pronunciar. A ironia do ministro alemão confirmava-se, assim, por outra via...

*

Em 2 de Abril, em despacho com a Secretária de Estado, fiquei a saber que o relatório intercalar sobre o Alqueva estaria pronto em Abril e que o relatório final seria entregue em Julho. Entretanto, ia-se fazendo o que se podia, especialmente em colaboração com o Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo e seus técnicos.

*

No dia 9 de Abril tive uma reunião com os Secretários de Estado que geriam contribuições dos fundos estruturais comunitários, para fazer uma avaliação global do impacto que haviam tido. Foi uma reunião importante que começou por uma exposição do Prof. Fernando Pacheco, novo Director-geral do Departamento de Planeamento e Prospetiva que sintetizou a informação disponível em fichas, acompanhadas por um relatório que expôs. Todos viram as suas realizações caracterizadas e avaliadas. Havia dois casos em que os atrasos não eram susceptíveis de recuperação. De acordo com as regras, passar-se-ia ao “estado de congelamento” do investimento, antes de passar ao de “corte” que sucederia em Outubro seguinte. Havia, ainda, no âmbito do Fundo Social Europeu, duas situações para abordar, uma muito vasta, a outra restrita. A primeira respeitava à formação contínua dos professores; no Ministério da Educação haviam sido criadas expectativas; ainda era dinheiro! Queriam, para o período de 1992/93, 55 MECU (15 em 1992 e 35 em 1993; o resto seria para finalizar); a contrapartida nacional seria constituída pelos próprios vencimentos dos formandos! Esta proposta era para eu fazer em Bruxelas. A segunda era mais simples. Tratava-se de um complemento prático de formação profissional no domínio da Marinha Mercante; os diplomados tinham um título académico mas sem o estágio em causa não possuíam cédula profissional; além do mais era pouco dinheiro. Parecia-me muito mais fácil de conseguir a segunda do que a primeira.

Estas reuniões eram boas, porque toda a gente envolvida ficava a saber tudo em pouco tempo!...

*

Eu tenho para mim que a grande dificuldade de acção, em Portugal e em muitos outros lados, respeita à coordenação. Todos a reclamam, mas ninguém gosta de ser coordenado. Por isso quem tem capacidade para ser firme na acção, mas “com luvas de veludo”, deve ser estimado e muito responsabilizado, porque esse é um dote raro que, se recomenda, seja aproveitado.

Nós tínhamos atacado as zonas mais problemáticas fazendo convergir os instrumentos de acção e financeiros de que dispúnhamos através das chamadas ope-

rações integradas de desenvolvimento. Já me referi, nestas memórias, a muitas delas. Estava fora de causa cobrir o território todo com OID mas sentíamos que, com tantas e tão espalhadas, estávamos com um “patchwork” com muitos quadrados vazios, quando o que fazia sentido era ter a “colcha” inteira nas quais as zonas mais carenciadas fossem objecto de uma atenção mais intensiva mas conservando uma lógica de conjunto que contribuiria, seguramente, para a obtenção de um quadro geral mais harmónico. Por isso, em 15 de Abril de 1992, reuni-me com os Secretários de Estado e com os Presidentes das Comissões de Coordenação Regional, para ver se seria possível avançar, rapidamente, com a elaboração de planos de desenvolvimento de âmbito regional, conservando as OID, mas inserindo-as num enquadramento mais vasto que desse sentido ao esforço global que se estava a fazer.

Falaram todos. Um enalteceu a vantagem do novo tipo de aproximação que transformava as OID em sub-programas do programa regional, favorecendo a competição entre elas. Outra achava que se deveria começar de cima para baixo, fazendo programas regionais mais gerais e sem procurar inscrever desde o princípio todas as OID do espaço regional; começar-se-ia pelo nível regional e, se fosse necessário, haveria complementos às Operações Integradas de modo a que elas se encaixassem, perfeitamente, nos objectivos definidos a nível regional; entendia dever ser preocupação dominante “coser” todas as OID, chegando-se a um desenho geral compatível; a melhor solução seria começar por esse desenho geral e, depois, procurar inserir nele as operações integradas já definidas e, em muitos casos, em larga parte concretizadas; chamar-se-ia às segundas “zonas de acção específica” para as distinguir do programa geral. Era evidente que eu preconizava que a coordenação tivesse lugar, especialmente, a dois níveis: na fase de concepção e na fase de execução. Chamaram, justamente, a atenção para o facto de a gestão dos programas, nomeadamente a nível regional, ter de ser muito mais participada... Mas esse era também um dos meus objectivos. Já se havia feito, nessa ocasião, muita obra pública; por isso eu insistia que se começasse a dar mais relevo aos aspectos associados ao tecido produtivo, eventualmente através de sistemas de incentivos regionais que teriam de actuar em conjugação com os sistemas de incentivos nacionais, saindo os meios para

os primeiros das subvenções globais regionais, cuja linha geral já havia sido aceite em Bruxelas. A preocupação era “não deixar ficar por financiar nenhum projecto bom”, ficasse ele situado dentro de uma zona de OID ou fora dela. Distinguímos as acções em sectoriais e regionais. O presidente da CCR do Algarve disse logo que, em seu entender, na sua região o sector mais urgente era o da água; eu concordei, mas isso era assim, porque o esquema rodoviário já estava definido e, em larga extensão, começado a ser concretizado; de outra forma, os Autarcas escolheriam as estradas como prioritárias. Era evidente que, para todos nós, o ordenamento do território era uma componente fundamental de tudo quanto se fizesse. Quatro dos presidentes sublinharam a importância dos problemas transfronteiriços, porque eles eram, de facto, agudos, mas também, porque havia meios específicos para os atacar (INTEREG).

Assim se assentou em começar a trabalhar no sentido de dispor de planos de desenvolvimento regional em cujo quadro seriam definidas zonas de actuação específica (ZAE) que começariam por ser todas as OID em curso. Mas o espaço inter-zonas seria também objecto de reflexão e de acção.

*

Em 15 e 16 de Maio (sexta e sábado) reuniram-se em Lisboa os ministros europeus responsáveis pelos fundos estruturais. Era o coroamento do meu périplo pelas capitais dos países beneficiários que viam nesse encontro uma oportunidade excelente de transmitir à Comissão todos os anseios que me haviam dito. Para o Comissário Bruce Millan era, também, um ensejo para expor o que tencionava fazer no âmbito do FEDER. Esta reunião era feita no país da presidência, de acordo com um plano traçado um ano antes quando nós havíamos explicitado os temas a que queríamos dar maior relevo. Depois das minhas palavras de boas-vindas e de enquadramento dos trabalhos usou da palavra o Comissário Millan:

Achava a reunião muito oportuna para discutir o assunto proposto, mas não queria falar de dinheiros porque este tema ainda não tinha sido abordado em Bruxelas e, por isso, ele não poderia dizer grande coisa. Comentou uma nota que nos tinha enviado uns dias antes. Estava de acordo com a realização da “mid-term review”, que pode-



FIG. Reunião de membros de governo com comissário Bruce Millan, com Mota Amaral, General Vasco Rocha Vieira, Roberto Carneiro, António Taveira e Isabel Mota.

ria determinar alguns ajustamentos dos regulamentos. Atribuía muita importância à avaliação por peritos externos e independentes. Sublinhou que a avaliação não era só para a Comissão, mas também para os próprios Estados-membros. Queria aproveitar todas as oportunidades que surgissem para melhorar a nossa forma de operar. Mas sabia que tinha de haver sempre uma grande continuidade em tudo quanto fazíamos, porque a inércia do sistema era enorme. Perguntou-se como deveríamos definir as nossas regiões-objectivo; não queria incluir os novos “Länder” alemães, dado que isso iria perturbar muito o lote dos beneficiários de então; se eles entrassem, haveria alguns acima do valor estabelecido em relação à média comunitária; os que se mantivessem não protestariam, mas aqueles iriam, seguramente, acusar o toque; e eles eram muitos!... Tinha que se encontrar uma solução equilibrada.

Deveríamos reforçar o estabelecimento de parcerias, porque havia muitos que se supunha que eram parceiros e raramente eram ouvidos (Sindicatos, Câmaras de Comércio, responsáveis por instituições sociais, etc.). E eles queixavam-se por isso. Os regulamentos poderiam e deveriam ser melhorados. O período de programação estabelecido era de cinco anos; mas, como os fundos estavam garantidos até 1993, se fixássemos o horizonte em 1997 seriam apenas quatro anos para aquele período, mas ele não via que isso trouxesse dificuldades; era um médio-prazo. Queria simplificações diversas. Achava, no entanto, que os regulamentos respeitantes aos objectivos 2 e 5b não mereciam ajustamento; concedia que o objectivo 1, talvez (mas era este mesmo que todos queriam ver simplificado!). Como os novos montantes a conceder eram muito elevados, ele propunha que se procedesse por etapas, assegurando uma transição suave no final de 1993. De qualquer modo, poder-se-iam introduzir, desde logo, algumas melhorias de procedimento. Tínhamos, todavia, de atender ao que havia sido definido em Maastricht que alterava a forma de tratar os regulamentos: reclamava a unanimidade do Conselho. Por isso aconselhava a não ocupar tempo com a alteração dos regulamentos até 1993, quando o novo sistema entraria a funcionar.

Chamou a atenção para o facto de os Quadros Comunitários de Apoio serem muito variados; uns longos, outros curtos; uns com muitos pormenores, outros

muito sintéticos... Parecia-lhe que aqui estava uma área onde poderíamos chegar a acordo em relação a uma mudança: definir o conteúdo de um QCA. Não precisávamos, para isso, de esperar pelos novos regulamentos. Mas poderia haver, entretanto, alguns ajustamentos dos presentes regulamentos. Mas, lembrou que já estava a ser preparada uma nova versão.

O princípio da adicionalidade era para manter. Referiu que, todavia, estava a ser difícil à Comissão receber informação rigorosa e atempada por parte dos Estados-membros. Sabia – porque o havíamos manifestado no nosso encontro anterior – que os ministros achavam que havia iniciativas comunitárias a mais. E, todavia, elas eram muito bem recebidas nos espaços ou pelos agentes a que se destinavam; esse era o caso do INTEREG, do RETEX, do REGEN e do REGIS todos muito apreciados. O próprio ENVIREG era um bom candidato à sua extensão.

O Fundo de Coesão só iria beneficiar quatro países (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda). Mas havia sido decidido em Maastricht, com grande aplauso geral. Um esboço do seu regulamento estaria pronto em Julho, mas o Comité das Regiões Europeias teria de ser ouvido e isso poderia determinar algum atraso, porque ele próprio só poderia ser instalado depois de o Tratado de Maastricht ter sido ratificado. Importava-lhe muito que fossem elaboradas as linhas gerais das grandes redes europeias em que se vinha a falar há algum tempo (só vieram a ser aprovadas em 2013!). Alongar-me-ei um pouco na referência ao que disseram os ministros presentes, porque a Política Regional foi e ainda é hoje (2016) uma política importante para Portugal.

Van Rooy (Holanda) felicitou-nos por se ter chegado a consenso em tantas áreas. Sublinhou a importância vital da avaliação. A subsidiariedade era muito importante. Deveríamos assegurar uma boa coordenação entre a política regional e a concorrência. Estava de acordo com a simplificação da programação, propondo reduzir o processo de três para duas etapas: isso significava mais descentralização para os Estados-membros. Congratulava-se pelo bom-entendimento que havia nas relações com a Comissão. Parecia-lhe uma boa ideia fixar um limite no tempo para o estabelecimento dos novos regulamentos; dever-se-ia evitar o “last minute rush” que conduzia sempre a soluções menos adequadas. Apoiava o

partenariado. Em relação às iniciativas comunitárias achava que o INTEREG era bom, mas que o RETEX deveria acabar. De qualquer modo parecia-lhe salutar que não houvesse tantas iniciativas comunitárias. A Holanda havia apoiado, em Maastricht, a criação do Fundo de Coesão; recomendava que ele só apoiasse bons projectos, com dimensão, assegurando-se uma boa coordenação com o FEDER. Não estava ainda satisfeito com o conteúdo proposto para a “mid-term review”; ela não poderia representar um documento político para apoiar a aplicação do “Paquet Delors II”; a avaliação tinha de ser rigorosa. Dever-se-ia calcular a capacidade de absorção dos fundos pelos países beneficiários e dispor de uma avaliação do impacto dos fundos estruturais. Gostaria de ver discutidos os objectivos do Fundo de Coesão; e entendia que os projectos beneficiários tinham de ter, em todos os casos, contribuições nacionais.

O ministro do Luxemburgo (Goebbels) afirmou que estava de acordo com a introdução e com a análise feita na nota da presidência. Achava bem que fossem simplificados os procedimentos, passando de três para dois as fases de análise das candidaturas. Gostaria de ver reforçado o papel dos QCA e dos mecanismos de acompanhamento. Em relação ao partenariado, entendia que o Estado deveria continuar a desempenhar o papel de coordenador. Achava que os Estados-membros deveriam poder definir os limites das suas regiões beneficiárias. E recomendava a redução do número de iniciativas comunitárias.

O ministro italiano começou por constatar que o Tratado de Maastricht insistia na coesão que passou a constituir uma política europeia. Mas a verdade era que o seu país que não beneficiava do Fundo de Coesão tinha uma taxa de desemprego elevadíssima em certas regiões. A situação do Mezzogiorno preocupava muito o Governo Italiano. Era importante ter em conta os níveis de desenvolvimento e dinâmica das diferentes regiões; por isso, achava que não se poderia reduzir o número das regiões do objectivo 1; pois tal agravaria os desequilíbrios entre regiões. Conviria clarificar os termos da programação. Estava de acordo com a nota da presidência. Nomeadamente no que respeitava à continuidade que eu tinha recomendado; sem ela, poderia ver-se reduzida a eficácia das intervenções. Recomendava que se comesasse desde logo a debater a abordagem dos novos progra-

mas; Os Estados deveriam comunicar os seus PDR (Planos de Desenvolvimento Regional) e identificar os meios financeiros necessários, comunitários e do próprio Estado-membro. Tinha de haver maior concentração das intervenções para se poder obter resultados consistentes; observar o princípio da subsidiariedade, com certeza, mas recomendar uma concentração das actuações. Em relação ao Fundo de Coesão disse que quanto menos se especializassem as aplicações mais eficazes teríamos a possibilidade de ser. Não apoiava as ligações directas entre a Comissão e as Regiões (Nem nós!) e entendia que o partenariado poderia ser reforçado. Atribuía muita importância ao papel das Autarquias Locais (Também nós!). Não tinha a certeza de que os subsídios globais tivessem sido uma boa ideia; devíamos interrogar-nos a esse respeito. O INTEREG era importante porque contribuía para ultrapassar a ideia de fronteira; mas as regiões ribeirinhas da bacia mediterrânica também eram fronteira e não eram elegíveis para esse programa (Mas a verdade é que não estava em causa “apagar” essas fronteiras, como acontecia com as terrestres, dentro da Europa!...).

O ministro Treacy, da Irlanda, começou por dizer que este era o tempo certo para a nossa reunião. Os documentos apresentados (notas da Presidência e da Comissão) haviam levantado questões importantes. A avaliação intercalar da aplicação dos fundos dava-nos muita informação. E ele estava convencido de que eles proporcionavam um contributo significativo para a harmonização da Comunidade. As contrapartidas nacionais representavam um grande esforço para os países beneficiários. Recomendou que se começasse a trabalhar logo no regulamento do Fundo de Coesão, porque ele teria, seguramente, um grande efeito onde fosse aplicado. Queria ver os fundos estruturais aumentarem. O patamar dos 75% da média comunitária para definir as regiões do objectivo 1 não deveria ser entendido como permanente (Ele estava já a preparar o caminho para a zona de Dublin não ser excluída...). Eles consultavam os parceiros regionais, mas tomavam, eles próprios, as decisões. Dever-se-ia continuar com as políticas de convergência mas ter em conta as outras políticas com as quais deveria haver coordenação. Apoiava a redução de 3 para 2 etapas na programação. Recomendava que ao Fundo de Coesão só se candidatassem programas e não projectos individuais.

Não achava bem que, neste Fundo, houvesse fixada de antemão uma quota para os projectos do Ambiente e das Vias; seria bom assegurar alguma flexibilidade porque as situações eram muito variadas.

O ministro francês, Laignel, também achava que a reunião era oportuna, especialmente para preparar a discussão das perspectivas financeiras. Apoiava a existência das avaliações intercalares (“mid-term reviews”). E fez o balanço do que havia sido conseguido que estimou como muito positivo, especialmente na generalização de elaboração de estratégias de desenvolvimento pluri- anuais; isso tinha um efeito exemplar e permitia celebrar contratos (“contrats de plan”) em bases sólidas. Sublinhou a importância da cooperação entre autoridades locais e nacionais e considerou a participação alargada como um exercício positivo. Os subsídios concedidos deveriam ser considerados como alavancas para o levantamento de outros meios. Adicionou aos nossos pontos duas outras áreas: 1.) transparência dos processos que tinha de ser a regra e 2.) as iniciativas comunitárias que deveriam representar um quadro conhecido pelos Estados-membros, desde o início, para eles saberem como se poderiam mover. Mas estas iniciativas deveriam ser apreciadas por todos os Estados-membros em conselho; de qualquer forma considerava exagerada a parcela de 15% dos fundos que lhes era devotada. Preocupava-o a coerência territorial das iniciativas comunitárias. Referiu que 1993 seria, em França, o ano de negociação dos “contrats de plan” e que o trabalho feito para o QCA iria permitir ser muito eficaz na selecção a efectivar. Recomendou que houvesse coerência entre o fundo de coesão e os fundos estruturais, de modo a tirar-se benefício de uma convergência das duas fontes de recursos. Gostaria de ver maior associação entre o BEI e os fundos estruturais (Também eu!...). O representante de Espanha era o competentíssimo Secretário de Estado Sabalsa que começou por referir que os fundos estruturais haviam tido um efeito muito importante sobre o desenvolvimento espanhol, tanto no que respeitava ao sector público como ao privado (Eu poderia dizer o mesmo em relação a Portugal!...). O investimento tinha crescido, tendo os fundos estruturais ajudado muito a que isso tivesse acontecido. Maastricht apresentava-se com uma nova ambição: contribuir para a coesão económica e social da Comunidade Europeia. Disse que,

para as perspectivas financeiras de 1993/97, deveriam ser mantidos os princípios da reforma de 1988. Em relação aos critérios de elegibilidade recomendava que se evitasse a saída de regiões do objectivo 1 que ainda não tivessem consolidado o seu desenvolvimento. O partenariatado, disse, deveria ser ajustado ao sistema constitucional de cada Estado-membro. Estava de acordo com a redução das três etapas para duas, no processo de selecção das candidaturas, recomendando que fosse eliminada a terceira. Também propôs uma redução dos prazos sugeridos pela Comissão. Os Estados-membros deveriam estar mais informados sobre as iniciativas comunitárias que se perfilavam no horizonte; propunha que houvesse uma redução dos meios a elas destinados, passando a 10% dos fundos estruturais. Deveria ser-se célere na elaboração do regulamento do fundo de coesão e acelerar a sua aplicação. As taxas de comparticipação deveriam ser revistas, disse, particularmente em relação às regiões de objectivo 1. Deveríamos conservar a preocupação em relação às datas, de modo a não se repetirem os atrasos que tantas dificuldades haviam gerado.

O Ministro Tsiplos, da Grécia, insistiu em que se fizesse a avaliação das diversas políticas no final dos períodos dos diferentes programas; só assim se aprenderia. Aceitavam a celebração de parcerias, mas insistiam em que a coordenação ficasse a cargo dos governos nacionais. Também defendia o princípio da subsidiariedade. Deu o testemunho de ter sido a programação muito complexa na primeira fase do QCA; esperava que fosse melhor, na segunda fase. Recomendava simplificação e flexibilidade nas formas de proceder. Aceitando, naturalmente, a regra da adicionalidade, referiu que, para o seu país, seriam suficientes três pagamentos por ano. Estava de acordo com as iniciativas comunitárias e com a afectação de 15% do valor dos fundos estruturais à realização das mesmas. Queria que se discutisse o RETEX mas somente depois de concluído o Uruguay Round. Entendia que o INTEREG poderia tornar-se um instrumento perfeito. Deveríamos dar apoio tecnológico aos países de Leste. Saudava a criação do Fundo de Coesão, pela Comissão; esperava que ele constituísse, de facto, um instrumento de promoção do equilíbrio dentro da Comunidade.

O Ministro Eckhoff, da República Federal da Alemanha, apoiava o Fundo de Coesão, porém, recomendava cuidado em relação aos períodos que, no seu âmbito, se viessem a estabelecer. Preconizava mais flexibilidade, mas também maior controlo. Reflectiu sobre o que se deveria fazer em relação a cada um dos objectivos enunciados pela Comissão. Considerava o INTEREG como um programa positivo. E entendia que o nosso Conselho Informal, dos Ministros encarregados da Política Regional, deveria passar a formal.

O ministro da Dinamarca achava que se tinha feito “ a tremendous work”! Na sua opinião era indispensável estabelecer um vínculo expresso entre as reformas estruturais e os fundos, sendo favorável ao crescimento destes últimos. Concordava com a redução da programação de três para duas fases, simplificando o respectivo processo. A parceria entre a Comunidade e as instâncias nacionais ou regionais era, para ele, um princípio essencial. Não apoiava a extensão da possibilidade de aplicação dos fundos estruturais aos sectores da Saúde e da Educação; mas apoiava que fossem criados sistemas de subsídios para que, no sector privado, os empresários se ajudassem a si próprios. Referiu que a política de pescas da Comunidade era muito importante para o seu país. Queria maior influência dos Estados-membros no processo de decisão. Achava que deveria ser possível usar o fundo de coesão em mais do que os quatro países previstos e considerava demasiadamente elevados os valores das taxas de comparticipação de 85% a 90%; não deveria ser superior ao valor usado para as regiões de Objectivo 1, no FEDER. Falou um ministro da Flandres para apoiar maior transparência e flexibilidade, o princípio da subsidiariedade e o partenariado. Também recomendava que a programação fosse mais simples, por via da fusão em duas das três etapas existentes nessa altura. Entendia o Fundo de Coesão como a expressão de um factor de solidariedade e, por isso, apoiava a sua constituição; mas gostaria de ver o regulamento do mesmo que, nessa ocasião, estava a ser elaborado pela Comissão. Queria maior coordenação dos fundos.

O ministro Guy Spitaels (Ministro-presidente da Valónia) apoiava a reforma de 1988. Recomendou prudência em relação à possibilidade de o FEDER vir ou não a apoiar os novos cinco Länder, por não se saber, de todo, o que eles iriam necessi-

tar e pelo facto de a sua inclusão no grupo das regiões de Objectivo 1 ir fazer baixar a média comunitária, o que induziria a saída (pelo topo) de algumas regiões que, de um momento para o outro, ficavam sem um apoio com o qual contavam; seria mais prudente considerar os Länder à parte. Na avaliação da elegibilidade para o Objectivo (n.º 2), relativa às zonas industriais prioritárias para a reconversão, deveria ponderar-se mais a taxa de desemprego e a duração do mesmo. Em relação às iniciativas comunitárias recomendou flexibilidade na designação das zonas elegíveis. Achava que se deveria ensaiar uma cooperação inter-regional não-fronteiriça; havia muitos domínios em que isso seria interessante e frutuoso. Estava de acordo com a criação do fundo de coesão mas recomendou que se desse muita atenção às regiões industrializadas antigas que estavam em situação por vezes preocupante (era o caso da dele).

O ministro Sainsbury, do Reino Unido, queria que se melhorasse “the value for money”. Recomendava a adopção de procedimentos rigorosos em termos de acompanhamento, avaliação e fiscalização (“auditing”) e uma interligação com as variáveis macroeconómicas. Não gostava da submissão dos programas operacionais à Comissão; considerava isso uma duplicação da negociação do QCA; as responsabilidades daqueles programas deveriam ser confiadas ao Estado-membro. Não apoiava as iniciativas comunitárias. E, em relação aos Objectivos 2 e 5b, gostaria de ver uma intervenção maior por parte dos Estados-membros. Não gostava de ver a Comissão e a sua Administração tão intervenientes (“overburdening”). O Fundo de Coesão era um compromisso de Maastricht que, por isso, se tinha de cumprir. Queria mais coordenação entre os fundos estruturais e as outras políticas comunitárias. Gostaria de ver assegurada a continuidade dos procedimentos; a alteração frequente das regras era inconveniente. Protestou contra a afectação de meios à Saúde e à Educação, dizendo que estes dois sectores não eram estruturais; isso era, somente, uma forma de gastar mais dinheiro e mais depressa. Deveria haver focagem mais intensiva naquilo que eram os propósitos dos fundos estruturais.

Como eu estava a assegurar a presidência do Conselho, quem representava Portugal era a Secretária de Estado Isabel Mota que, como competia, falou em último

lugar. Disse da importância que nós atribuíamos ao acompanhamento, avaliação e controlo e da nossa iniciativa de criação de um observatório para seguir a concretização do Quadro Comunitário de Apoio. A reforma que estava em curso na Comissão deveria ter continuidade e ser consolidada; atribuía muita importância aos ganhos de eficácia que pudessem ser obtidos (o tal “value for money”). Os novos QCA iriam ter início em 1994; deveríamos dar um salto qualitativo expressivo, traçando linhas estratégicas para aquilo que pretendíamos realizar. A programação era o elemento-chave do processo; e, tal como outros colegas haviam recomendado, seria possível reduzir de três para duas as fases de elaboração e negociação dos programas; aliás, era isso que já estava previsto em relação ao “Paquet Delors II”. Dever-se-ia reforçar a intervenção do Comité das Regiões para ver reflectida nas políticas uma visão de conjunto das regiões europeias. Importava olhar para o calendário porque qualquer desfasamento poderia ter consequências negativas; o calendário das próprias iniciativas comunitárias deveria ser compatibilizado com o das negociações dos QCA dos diferentes Estados-membros. Recomendou o arranque rápido do Fundo de Coesão já para 1993 e a sua articulação com os fundos estruturais e, também, com os empréstimos do BEI. Foi uma intervenção de quem estava muito “com as mãos na massa”; sabia o que havia a fazer para assegurar que tudo correria pelo melhor.

Depois da ronda pelos representantes dos Estados-membros veio a intervenção do Comissário Bruce Millan. Começou por esclarecer que a “mid-term review” que alguns haviam recomendado não decorria dos regulamentos; tinha a ver com uma promessa feita pela Comissão. Esta procurava assegurar que houvesse um impacto económico positivo dos fundos estruturais. Ele era a favor da prática da solidariedade para com as regiões que dela mais necessitavam. Recordou que os QCA que haviam sido assinados com a Comissão foram aqueles que mais tinham agradado aos Estados-membros; de outra forma estes não os teriam aprovado. A média de programas operacionais era de 35 por país, o que era bastante. O Fundo de Coesão decorria do Tratado de Maastricht; impunha-se, agora, torná-lo operacional; no Tratado referia-se um “plano director” que talvez conferisse alguma rigidez ao processo mas não poderíamos escapar ao

que havia sido estabelecido. Ainda não havia ideias muito claras acerca do conteúdo da área do Ambiente, no âmbito do Fundo de Coesão; ficaria grato se apresentássemos sugestões para operacionalizar esse vector. Em relação ao acompanhamento por parte da Comissão, havia sido decidido que ele fosse feito a muito alto nível e era isso que iria ser feito. O condicionalismo da convergência das nossas acções decorria do Tratado. Compreendia bem a recomendação de se articular o fundo de coesão com os fundos estruturais; isso seria feito mas ele não podia deixar de chamar a atenção para o facto de tal determinar novas exigências administrativas e organizativas. O regulamento do Fundo de Coesão estaria pronto em Julho, de modo a usar os restantes meses do ano para pôr as coisas a funcionar. O INTEREG era generalizadamente aceite. Em 1991 as regiões do Objectivo 1 haviam, colectivamente, absorvido melhor os fundos do que as regiões do Objectivo 2. Os restantes regulamentos estariam prontos durante o verão. Cobia-me sublinhar as principais recomendações feitas. Houve alguns que quiseram ainda insistir em pontos que já haviam tratado.

O ministro alemão voltou à questão do volume global dos fundos que não deveria aumentar. O desemprego teria de contar mais na distribuição dos fundos. Não queria incluir nestes o sector das pescas que era apoiado por outros meios. Pretendia mais apoio para a reciclagem da mão-de-obra. Em relação aos Länder, recomendou que situações iguais fossem tratadas de igual forma.

Sainsbury insistiu na importância da avaliação e da qualidade. Voltou a sublinhar o seu desamor pelas iniciativas comunitárias. Sabalsa achava que se tinha utilizado demasiadamente a expressão “value for money”; a experiência passada era positiva; por isso não deveríamos estar agora a procurar muito modificar a orientação seguida. Deveríamos simplificar os procedimentos porque uma poupança de tempo de seis meses contava muito.

No dia 16 retomámos a nossa discussão agora mais focada nos aspectos espaciais da política regional. O Comissário Millan fez considerações acerca da introdução da dimensão espacial nas outras políticas. O nosso comité de acompanhamento considerava essa dimensão e isso era importante. A acção estava a ser acompanhada por uma série de estudos como, por exemplo, o Europa 2000, que era realizado

por peritos devidamente selecionados e que enformavam muito as propostas da Comissão. Estimaria que houvesse mais cooperação entre instituições de pesquisa que realizassem estudos daquele tipo. Eles eram indispensáveis para poder influenciar outras políticas. Em causa estava a definição das redes transeuropeias a que ele atribuía muita importância; era evidente que nenhum eixo poderia ser incluído nessas redes sem o acordo do Estado-membro onde ele se localizasse. No “Paquet Delors II”, havia uma verba de 100 MECU para financiar esses estudos. A dimensão territorial de tudo quanto fizéssemos não poderia ser esquecida, porque, se o fosse, corria-se o risco de criar novas disparidades. Daí a importância do trabalho de um Comité de Desenvolvimento Espacial. E, por isso, a importância que atribuía aos encontros dos ministros responsáveis pelo território.

O ministro holandês deu o seu apoio ao trabalho do Comité. Investigação e análise da situação eram fundamentais, tendo em vista a definição de prioridades. A coesão espacial era importante mas não apoiava a existência de nenhum plano director porque isso seria irrealista. Estimava muitos os estudos cujos resultados nos permitissem reflectir sobre a situação e sobre as acções que propúnhamos. Apoiava as redes transeuropeias; achava que o comité poderia aconselhar-nos quanto ao estabelecimento de prioridades. Reflectiu sobre o papel das cidades, das infra-estruturas urbanas e do ambiente urbano. Para ele era um imperativo o desencorajamento ao uso de automóveis. Falou nas migrações vindas dos países de Leste para as cidades da Comunidade; isso implicava que devéssemos articular os problemas espaciais com os sociais. Também o preocupava a coesão fora das fronteiras comunitárias. Incitou-nos a todos a continuar com o trabalho.

O ministro belga entendia que o quadro de referência espacial deveria ser mais do que a soma dos planos espaciais parciais e dos planos sectorais. Entendia que deveria haver planos estruturais espaciais para grandes espaços (por exemplo a Flandres); isso hoje era mais fácil graças à generalização do uso dos sistemas de informação geográfica. Pretendia, por isso, uma abordagem mais integrada da política regional europeia.

O ministro luxemburguês sublinhou a excelência dos trabalhos preparatórios que haviam sido realizados. O ordenamento do território tinha um carácter global que deveria ser mantido; quando se analisavam os objectivos fixados um a

um eles eram incontestáveis; mas se os tomássemos em conjunto havia que proceder, sempre, a escolhas e a equilíbrios. Por isso deveríamos olhar para o sector de modo sistemático. Interrogou-se: o ordenamento é orientação ou arbitragem? E, no caso da Europa, quem as devia fazer? Era a favor das redes transeuropeias porque havia demasiados corredores completamente saturados que se impunha racionalizar, nomeadamente através da construção prioritária dos trechos em falta (“maillons manquants”). Chamou a atenção para os riscos de marginalização das zonas periféricas. A Comunidade Europeia representava um espaço demasiadamente centralizado; daí a necessidade de uma certa planificação à escala europeia; mas ela deveria ser feita no quadro de uma economia de mercado. Tinha de se começar pela definição de objectivos ajustados em permanência, em função das mutações orgânicas. O plano que tinha em mente era “l’ensemble de la carotte et du baton”. Nós deveríamos fazer as arbitragens necessárias e a Comissão teria de nos ajudar nessa missão. Terminou com o enunciado de uma cadeia de influências: o Homem vive da economia; a economia vive das trocas; as trocas exigem transportes. Donde a necessidade das redes transeuropeias.

O ministro italiano apoiava a criação de um observatório da situação e sua evolução. Achava que as redes transeuropeias iriam trazer algo ao desenvolvimento regional. Sublinhou a importância de desenvolver estudos que facilitassem a nossa acção de arbitragem, da política urbana e da formação de redes de cidades. O ministro irlandês disse que o seu país iria cooperar no estabelecimento de uma rede de instituições de investigação neste campo e do levantamento das formas de planear que respondessem às nossas necessidades. Achava que a Comissão deveria colaborar. Recomendou que as redes transeuropeias também incluíssem os transportes marítimos (Em 2012 e 2013, tive ocasião de analisar com membros do governo irlandês e com as autoridades do porto de Dublin, a melhor forma de assegurar as ligações da Irlanda ao Reino Unido e ao Continente).

O ministro francês recomendou o alargamento e o aprofundamento do documento Europa 2000. Queria que fossem incorporados outros estudos, nomeadamente os que respeitavam ao Arco Atlântico. Apoiava a criação de uma rede de instituições de investigação neste sector. Sublinhou a “natureza urbana” da Europa para justificar a constituição de redes de cidades. A discussão permanente era necessária.

A Espanha, nesta parte da discussão, já era representada pelo Ministro Josep Borrell. Disse que os aspectos territoriais iriam pesar cada vez mais nas políticas europeias; quem teria de ser competitivo, além das empresas, eram os territórios. No ordenamento local não havia interesses de intervenção das instâncias comunitárias; mas nós estávamos a tratar de “vertebrar” um grande território que era a Europa! Ora aí, os métodos teriam de ser diferentes. Mas os problemas de ordenamento do território do Sul eram diferentes dos do Norte. E nos primeiros, antes dos transportes, estava a água! Entendia que o mercado sozinho não sabia construir cidades; o mercado, disse, “só permite o concubinato entre a especulação e a fealdade”; donde a necessidade de introdução de políticas públicas. A política de ordenamento do território era horizontal, portanto envolvendo muitos sectores. Relembrou que a nossa reunião era eminentemente política.

O ministro grego recomendou uma abordagem global e não apenas regional ou local. Isto para apoiar as redes transeuropeias. Mas chamou a atenção para a importância dos biótopos e da protecção litoral.

O ministro alemão estabeleceu conexões entre as redes transeuropeias e o ambiente. Os planos a elaborar não poderiam ser vinculativos a nível europeu; referiu-se à subsidiariedade e às responsabilidades dos Estados-membros. Entendia que as redes transeuropeias tinham de ser rentáveis; só deveriam ter apoio comunitário os projectos economicamente viáveis. Para isso dever-se-ia fazer a análise das oportunidades de desenvolvimento das diversas áreas servidas. Deveria promover-se a ligação entre as redes transeuropeias e as redes nacionais e regionais. Mas interrogava-se: como estabelecer os princípios do ordenamento europeu? Isso começava por reclamar uma grande cooperação entre os Estados-membros. Apoiava, por isso, a constituição de um comité para o estudo do desenvolvimento espacial.

O ministro dinamarquês recomendou que se incluíssem as ilhas. Estava de acordo com a adopção de critérios de eficiência económica. Mas mostrou a sua preferência para se olhar para projectos concretos. Estava de acordo com a criação do Comité, mas logo definiu os temas prioritários: as cidades, os transportes e o ambiente urbano.

O ministro britânico começou por insistir na subsidiariedade: não queria intervenção europeia em matérias nacionais. Voltou à sua recomendação de “value for money”: as despesas ineficazes contribuíam para o descrédito de quem as promovia. Era preciso avaliar a capacidade de financiamento das redes transeuropeias pelo sector privado; aguardava as propostas de financiamento, nesse sentido, que viessem a ser apresentadas pela Comissão. Era nossa função zelar pelo melhor uso possível do território; donde a importância da informação que sobre ele conseguíssemos reunir e das análises que sobre ela fizéssemos. Não gostaria de ver desenvolvida uma política de redes urbanas porque isso causaria problemas no seu país, onde o assunto era competência das próprias cidades. Defendia a qualidade do ambiente e chamava a atenção para os problemas das ilhas. Estava de acordo com o trabalho de um Comité para o Desenvolvimento Espacial, desde que ele estivesse focado na definição dos critérios para o desenvolvimento europeu e definisse prioridades.

A última intervenção coube ao Secretário de Estado Nunes Liberato, como representante português, que reiterou o conteúdo da nota da presidência.

O Comissário Millan prometeu apresentar em breve uma proposta formal para a criação de um Comité para o Desenvolvimento Espacial e lançar um movimento de troca de informações. Do que tinha ouvido, concluía que era preciso passar rapidamente de um estágio de informação e análise para um outro de implementação de acções.

Ainda houve alguns ministros que insistiram em fazer umas últimas recomendações. O alemão disse que era preciso evitar a multiplicação de conselhos; se houvesse já um outro a que pudessem ser acrescentadas as novas funções; isso seria melhor. O inglês prometeu organizar uma reunião do Comité. O francês apoiou a sua criação. O luxemburguês recomendou que se pensasse duas vezes antes de criar um novo conselho e disse que deveríamos discutir a coesão noutros conselhos como o ECOFIN, o da Indústria, etc. A Irlanda pronunciou-se a favor da criação de um novo conselho. O belga disse que não era tanto um conselho como o proposto que lhe interessava mas uma instância formal e jurídica onde se debatessem estas questões (No fundo era um conselho...).

Alonguei-me na descrição desta reunião que tomou dois dias para se ficar com uma ideia acerca da seriedade e do empenhamento com que tudo era discutido. Da parte do moderador reclamava-se uma atenção sem “micro-sonos”, porque todos os representantes tomavam muito a peito as suas sugestões e seria imperdoável que eles pressentissem qualquer sinal de desatenção. Eram importantes tanto a apresentação do tema pela presidência como as conclusões que ela tiraria. Todos se deram conta do profissionalismo com que tratávamos das questões. Deu-me particular satisfação, nesta reunião, envolver os meus estimados Secretários de Estado. O da Ciência já havia participado no Luxemburgo, ocupando a representação de Portugal. Em Lisboa coube esse papel aos outros dois. No sábado de tarde e no domingo levei os meus Colegas ao Alentejo, tendo pernoitado na Pousada de Serpa, onde eu mais gosto de acordar e tomar o pequeno-almoço no terraço a olhar para a planície!...

*

No dia 20 de Maio encontrei-me em Bruxelas com representantes das regiões do Objectivo 2 que, tendo sabido do nosso Conselho de Lisboa, queriam sensibilizar-me para os seus problemas. As regiões que intervieram foram a Strathclyde, a Jutlândia do Norte, a Norte-Westfália, a Catalunha, a Nord-Pas-de-Calais, a Toscana e a Groningen-Drenthe.

Apoiavam a reforma dos fundos de 1988. Tinham a consciência de que os seus problemas só seriam resolvidos a médio-prazo. As autoridades locais e regionais haviam adquirido a prática de se consultarem mutuamente, porque os problemas de desemprego eram, realmente, severos. Estavam a estudar as implicações que, para eles, adviriam da construção da União Económica e Monetária. Tinha de haver maior flexibilidade da Comissão em relação à selecção das áreas de Objectivo 2 e maior abertura à aplicação do princípio da subsidiariedade. Estavam interessados na introdução das novas tecnologias nas suas empresas e na criação de outras modernas; o desemprego era, realmente, o seu problema fulcral. Queriam apoio para construir novos centros tecnológicos. Havia governos nacionais que não eram muito abertos ao aumento dos fundos estruturais; mas essa não era a opinião deles. A construção de novas infraestruturas também lhes importava porque sofriam, gene-

ralizadamente, de má acessibilidade. Queriam uma redução da burocracia. A taxa de comparticipação corrente de 25% deveria duplicar para se verem os efeitos do investimento mais rapidamente. As iniciativas comunitárias não haviam tido expressão visível nos seus territórios. O seu espaço estava, generalizadamente, degradado por construções empresariais do século XIX que haviam atingido um estado de ruína tal que afastava os novos investimentos potenciais. Por outro lado, muitas áreas (terrenos) estavam contaminadas com produtos tóxicos. Tinham grandes esperanças na contribuição de novas “tecnopolis” cuja constituição recomendavam. Os problemas das regiões do Objectivo 1 eram difíceis de ultrapassar, mas os das áreas do Objectivo 2 eram maiores, porque o estado de ânimo dos seus habitantes era, generalizadamente, depressivo. Eles ou os seus pais tinham vivido dias melhores e haviam experimentado o declínio que lhes parecia inexorável. Não se deve deixar generalizar e prolongar no tempo uma situação destas. Eu estava em boa posição para compreender o estado de espírito que eles me transmitiam; tinha-me ocupado da Península de Setúbal, do Vale do Ave, da Covilhã...

*

No dia 20 de Maio, fui ao Parlamento Europeu para ter uma audição na Comissão Parlamentar da Política Regional. Disse-lhes da reunião do Conselho de Ministros em Lisboa e das conclusões a que havíamos chegado, tanto em relação ao conteúdo das medidas de política a adoptar como em relação aos aspectos espaciais dessas medidas que também haviam sido objecto de análise.

Depois da minha intervenção, o Director-geral Eneko Landaburu, da Política Regional fez uma breve exposição. Já referi a excelente impressão que eu tinha dele e as boas relações que sempre mantivemos; amigo pessoal do Presidente Delors, tinha contactos fluídos com o governo de Felipe Gonzalez, embora nunca tivesse vivido em Espanha; o seu pai havia sido um exilado político e ele tinha exercido a sua actividade profissional na Suíça, durante muitos anos; conhecia, pessoalmente, Jorge Semprun, cujas obras frequentemente comentávamos.

Começou por fazer uma avaliação da acção prosseguida até então. Alguns Estados-membros faziam um balanço positivo, outros não (Portugal fazia parte dos primeiros). Em relação à programação havia que simplificar e descentralizar. Al-

guns países queriam o estabelecimento de compromissos logo para cinco anos mas isso era impossível, nomeadamente por causa das receitas. A Comissão estava aberta à descentralização e, para isso, à reforma dos regulamentos. Havia alguns países que recomendavam a transformação do Comité Consultivo em Comité de Gestão mas isso não era aconselhável nem possível, nomeadamente pela carga burocrática que acarretava. Mencionou as reservas que havia em relação às iniciativas comunitárias e, especialmente, ao montante elevado (15% dos fundos estruturais) a elas devotado. O parceria tinha que se processar dentro do quadro institucional de cada país; ele referia-se às representações sindicais e empresariais. Em relação ao fundo de coesão, referiu o facto de alguns o quererem somente a partir de 1994 (os que não beneficiavam dele) e outros logo em 1993 (os que beneficiavam). O ordenamento do território estava a ganhar peso como elemento fundamental das políticas regionais de cada país. A recente reunião de Lisboa havia sido muito positiva e oportuna. A discussão que se seguiu foi animadíssima. Não direi quem disse o quê mas somente o teor geral das intervenções: Havia quem pensasse que havia um conluio entre os governos de Portugal e de Espanha para não deixar desenvolver a Galiza (!...). A coesão era, afinal, sobretudo um problema financeiro (...). As políticas de coesão da Comunidade, ao longo dos 30 anos antecedentes, haviam sido um fracasso porque as divergências regionais tinham aumentado. Em relação às redes transeuropeias, o que se passava com as ilhas? Também se incluíam os transportes marítimos? E como nos propúnhamos compensar os custos de insularidade? Um outro só se interessava pelos princípios: adicionalidade, subsidiariedade e parceria. A avaliação dos resultados tinha de merecer mais atenção. Um Deputado opunha-se ao “Paquet Delors II”, mais em termos políticos do que em relação à evidência da avaliação realizada. Recomendava o reforço do papel do Comité das Regiões. Queria que a Comissão Parlamentar tivesse sido convidada para a reunião de Lisboa (Não queria entender a separação de poderes, nem estava a querer compreender que a reunião em curso era uma forma de expressão do trílogo preconizado). O equilíbrio da rede urbana europeia preocupava um Deputado que queria ver mais explícita a consideração da multi-modalidade dos transportes; entendia que não havia risco de o

fundo de coesão contribuir para aumentar as divergências inter-regionais; acrescentou que o crescimento das zonas periféricas também fazia crescer o centro, do que havia, de facto, evidência empírica. Um outro temia que, com a aplicação do “Paquet Delors II”, se esvaziasse o conteúdo dos programas-quadro (O que não era, objectivamente, verdade). Queria que os fundos estruturais voltassem a ter uma gestão inter-governamental; a invocação dos princípios era muito ajustada mas a verdade é que, na prática, eles haviam sido desrespeitados; queria um reforço da gestão comunitária (Não confiava na gestão do governo do seu país... Era, seguramente, da oposição...). Que acções é que iria apoiar o fundo de coesão? E como seria ele distribuído pelos quatro países beneficiários? Era preciso atender ao impacto regional das outras políticas, para assegurar que haveria convergência de todas elas. No ordenamento do território estávamos atrasados; deveríamos explicitar medidas de salvaguarda, tanto nesse domínio como em relação ao ambiente. Falara-se muito de “redes” e de “redes urbanas”; mas um dos Deputados expressou a dificuldade que tinha em traduzir na prática o conceito; considerava que não era possível pôr de parte os meios rurais; devendo dar-se, por isso, atenção a programas como o TELÉMATIQUE. E já havia estudos de planeamento das redes? Outro não queria que houvesse situações de bloqueio da acção por parte do Conselho de Ministros: temia que o Comité das Regiões só viesse introduzir atrasos ao processo; queria que eu dissesse qual seria a composição do Comité, porque lhe fazia confusão que nesse órgão pudesse haver representantes das regiões e dos municípios (Como se compreende, a composição interna do Comité das Regiões não estava na minha alçada; suponho que nessa ocasião não se sabia mesmo como ela iria ser...). Um outro queria que houvesse critérios diferentes para as regiões de Objectivo 2; pretendia que fossem, no fundo de coesão, fixadas as percentagens a dedicar às vias e ao ambiente (Eu não queria nada que isso acontecesse, em nome da flexibilidade da sua gestão). Outro fez considerações sobre a Ciência & Tecnologia como factor do desenvolvimento, chamando a atenção para o facto de 75% das despesas daquele sector, se concentrarem em quatro países (a Alemanha, o Reino Unido, a França e a Itália). Queria que se desse muita atenção às ligações à periferia e à descentralização das actividades de investiga-



FIG. Com Gerhard von Lowenich, Secretário de Estado do Governo Alemão para o Planeamento Regional, Construções e Desenvolvimento Urbano.

ção científica e tecnológica e às ligações universidades/empresas. Recomendou simplificação na gestão do “Paquet Delors II” e a descentralização das decisões. Como se passaria a representação das regiões no Comité das Regiões, em relação aos países não regionalizados? Todos os países–membros deveriam ter representantes naquele Comité. A transparência e o rigor reclamavam um reforço da avaliação. Esse mesmo Deputado pronunciou-se a favor da realização de estudos de impacto ambiental; deveriam ser obrigatórios. O ordenamento do espaço é que traduziria a verdadeira coesão e coerência. A observação mostrava que eram as regiões pobres que estavam a ficar cada vez mais pobres; ora, isso tinha de ser alterado. A política regional era, na sua essência, uma política integrada; por isso, deveríamos atender às outras políticas com implicação no território. A subsidiariedade “c’était la tarte à la crème!”; não havia nenhuma definição jurídica que a definisse. O partenariado não funcionava; o que havia era clubes de associados a fazer o seu lugar... Deveria haver mais estudos, nomeadamente sociológicos. Era preciso dar maior atenção à coesão económica e social; os comentários, a este respeito, estavam “en el aire”... Importava ser mais exigente! O fundo de coesão era a expressão visível do “Paquet Delors”; tinha de se assegurar que os planos de convergência dispusessem dos meios necessários; mas, do ponto de vista desse Deputado, o que estava previsto, “não chegaria para nada”... O resultado prático de Maastricht era, para ele, a construção de uma Europa a duas velocidades!... O alargamento da Comunidade só deveria ter lugar depois de assegurada a coesão entre os Doze (Foi muito diverso o que aconteceu...). Como era possível não haver um Conselho formal dos ministros responsáveis pelos fundos estruturais e pela política regional? Tinha que se instituí-lo rapidamente! Deveríamos aplicar-nos a produzir, rapidamente, regulamentos novos e mais justos! Os países periféricos olhavam com grande expectativa para as redes transeuropeias; talvez elas contribuíssem para os tirar do isolamento! Havia quem quisesse propostas concretas imediatas para o fundo de coesão. Este deveria ser coordenado com os fundos estruturais. O Deputado que produziu esta recomendação achava que a gestão tanto de um como dos outros não deveria ser feita unicamente pelos Estados–membros; isso implicava um défice democrático!... Aquela coordenação deveria

estender-se aos empréstimos do BEI. A Directiva “Habitat” deveria entrar rapidamente em vigor; ora, estimava-se que ela só o fizesse daí a dez anos!... O resultado é que estávamos a proteger as auto-estradas e não as áreas naturais!... Por isso, era urgente uma revisão da directiva sobre impactos ambientais! Tinha que se proceder à avaliação das taxas de utilização das infraestruturas existentes, para se poder definir com fundamento, uma estratégia de actuação. Deveríamos ajudar a periferia a tirar benefícios do centro. As regiões ultra-periféricas deveriam estar em posição de retirar benefícios das ajudas disponíveis nos sectores da agricultura, das pescas e da investigação e desenvolvimento; elas sofriam de um “handicap” severo que nunca mais haveria de ser vencido: o mar! As regiões ultra-periféricas deveriam estar no centro das nossas preocupações e não serem abandonadas. Finalmente, os 189 membros do Comité das Regiões deveriam ser designados por eleições específicas.

Como se vê, houve muitas recomendações sensatas e outras irrealistas; houve manifestações de protesto e outras com sentido construtivo; houve muitas dirigidas “lá para casa”, onde os que as fizeram queriam que chegasse um eco de protesto ou uma posição que mostrasse o seu empenhamento... enfim, houve o habitual numa reunião com uma comissão parlamentar. No final comentei os principais pontos levantados, no exíguo tempo que me foi dado para o fazer. Seguiu-se um almoço com jornalistas para elaborar sobre os mesmos temas.

*

Em 27 de Maio, fiz com a Secretária de Estado, a avaliação de tantos encontros efectuados em Lisboa e em Bruxelas no âmbito da Política Regional. Tínhamos razões para estar satisfeitos. Discutimos o fundo de coesão, tendo definido a nossa posição: não o deveríamos aceitar sem os fundos estruturais. A duplicação dos meios postos à nossa disposição é que deveria representar o nosso objectivo, para as negociações.

Começámos a falar do PIDDAC 93. Era cedo, mas ele estava muito interligado com os dinheiros vindos de Bruxelas. Tornava-se imperioso que conseguíssemos os meios nacionais necessários para assegurar que dispúnhamos da nossa contrapartida. Seria incongruente que estivéssemos a lutar por aquela duplicação

e, depois, não pudésemos beneficiar dela por falta da nossa parte. Ora, como esta tinha muitas origens (PIDDAC, Autarquias, Empresas, etc.) havia que simular muitos cenários. Aplicávamo-nos nisso com grande entusiasmo, apesar de nada ainda estar garantido, nem quanto aos MECU, nem quanto aos escudos...

Pelo meio tivemos que resolver uma pequena dificuldade: faltavam quatro milhões de contos para acabar o Centro Cultural de Belém! O dinheiro tinha de vir de vários lados; do nosso (do MPAT) foram 1,5 milhões de contos resultantes da “poupança natural do PIDDAC”, quer dizer daqueles que prometeram fazer e não fizeram... Para nós, era muito importante que o Estado não ficasse a dever nada aos empreiteiros. Analisámos, ainda, o relatório da Comissão de Acompanhamento do Quadro Comunitário de Apoio que deveria ser apresentado em breve, em Conselho de Ministros.

*

Em 2 de Junho recebi dois representantes do Banco Mundial que vinham falar comigo a respeito da renovação do empréstimo no âmbito do PDRITM (Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes). O Banco estava disponível para renovar o projecto, mas preferia concentrar-se nas vinhas do Douro. Também eu! Essa era a forma mais interessante de aplicar os recursos. Não queriam dispersar os meios em empréstimos aos pequenos agricultores, dada a experiência anterior que mostrava que isso não havia contribuído para nenhum desenvolvimento. Também não estavam dispostos a recomendar que o Banco elevasse a sua taxa de cobertura dos investimentos propostos. Queriam, manifestamente, distinguir a linha de crédito do passado de uma outra virada para o futuro. E achavam que muito do que eles haviam financiado anteriormente, poderia agora beneficiar dos fundos do PEDAP. Eu estava de acordo com a orientação proposta, mas tinha de deixar que a escolha fosse do Ministro da Agricultura, afinal o responsável pelas acções a desenvolver. Prometi falar com ele.

*

Em 8 de Junho combinei com a Secretária de Estado, encarregar o Eng.^o Carlos Correia Gago da elaboração de um estudo sobre a adopção de mecanismos de

capital de risco que substituíssem os subsídios a fundo perdido concedidos no âmbito dos programas que apoiavam as empresas. A minha preocupação principal era a constituição de um fundo que perdurasse para além da vigência do Quadro Comunitário de Apoio. Por outro lado, eu tenho uma dúvida metódica relativamente à valoração que é feita pelos beneficiários daquilo que lhes é dado sem exigência de qualquer esforço em troca... É, seguramente, uma atitude de cínica, mas ela corresponde ao resultado de uma longa observação do comportamento das pessoas.

*

Em 5 de Junho fui a Faro, ao encerramento do Segundo Encontro Nacional da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, muito animada pelo Prof. António Simões Lopes, um académico a respeitar e a estimar. Cruzei-me muitas vezes com ele, sempre com benefício para mim. A última vez que o vi foi no seu doutoramento “honoris causa” pela Universidade do Algarve, a quem ele tinha prodigalizado um apoio competente e generoso. A minha intervenção está publicada (Discursos VII). Por isso não a reproduzo.

*

Em 23 de Junho já estávamos ocupados a fazer o levantamento de elementos tangíveis que permitissem apoiar o balanço da nossa presidência da Comunidade Europeia que o Primeiro-Ministro teria de fazer, dentro de poucas semanas, na Assembleia da República. Em relação à aplicação dos fundos do “Paquet Delors II” lançámos um grupo de estratégia, coordenado pelo Dr. José Félix Ribeiro. Estávamos a analisar o melhor figurino: Muitos programas operacionais? Só um Plano de Desenvolvimento Regional com componentes sectoriais bem identificadas? Era preciso ver o que facilitaria mais a negociação e a execução. Para mim, a coordenação era fundamental, de modo que insisti muito nesse ponto. Nesse dia, fixei, com a Secretária de Estado, o calendário para a preparação das Grandes Opções do Plano para 1993 e do PIDDAC. O montante deste já havia sido fixado, em reunião com o Ministro das Finanças, em 350 milhões de contos; eu

pretendia apresentar uma primeiríssima proposta da distribuição de verbas num Conselho de Ministros da primeira quinzena de Julho.

O Conselho Económico e Social estava a dar os primeiros passos. Era preciso debater aprofundadamente a nossa contribuição para a sua actividade; afinal, havia sido eu a conduzir o processo da sua constituição e a sustentar a discussão na Assembleia aquando da sua apreciação e aprovação. Não poderia enjeitar a instituição...

O Município de Vila do Conde queria ser integrado na OID do Vale do Ave; era um bom sinal, para nós. A ANMP queria antecipar-se na discussão do novo Quadro Comunitário de Apoio, num seminário que tinha como título “O futuro do QCA”. Ora, ainda não havia regras fixadas, nem montantes, nem calendários... Mas os Autarcas queriam discuti-lo; também era um bom sinal, para nós. Havia candidaturas que estavam retidas em ministérios sectoriais; isso impacientava-me!... Já tínhamos obtido luz verde para que o PRODIATEC apoiasse a reabilitação do Teatro S. João no Porto e subsidiasse o equipamento no grande auditório do Centro Cultural de Belém. A minha preocupação era de que não ficasse por realizar nenhuma das componentes que nós nos tivéssemos proposto fazer. Não deve deixar de haver uma pequena unidade que nos alerte, com tempo, para as dificuldades que podem surgir no horizonte. Nunca se deve deixar que elas fiquem sem resposta até não haver resposta possível nenhuma ...

*

Em fins de Junho, soube que os consultores portugueses que nos apoiavam na preparação de projectos que seriam candidatos a apoios comunitários estavam a ser aliciados para colaborarem com consultores estrangeiros que trabalhavam na Comissão, naturalmente a preços muito mais elevados. Obviamente, eles não poderiam participar na elaboração dos projectos e, posteriormente, do outro lado, na sua apreciação. Nós não lhes estávamos a pagar o suficiente para fazer com que eles não olhassem para outras propostas. Este representa, seguramente, um problema sério dos países da periferia e mais pobres.

*

No dia 24 de Junho, reuni-me com os três Secretários de Estado, com os Presidentes e Vice-presidentes das Comissões de Coordenação Regional e com os Directores-gerais do Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território, do Departamento Central de Planeamento e do Desenvolvimento Regional. Em causa estava a preparação de novos instrumentos de acção com vista ao desenvolvimento.

Haviam sido preparados documentos para orientar a discussão. Todos interviewaram. Foi uma tarde intensa de debate. A riqueza das intervenções era óbvia. Direi unicamente as conclusões que, no final, tirei:

Deveríamos procurar concentrar o investimento em iniciativas realmente capazes de contribuir para o desenvolvimento. A escala dos empreendimentos passaria a contar mais. Os sistemas de incentivos deveriam evoluir para o capital de risco, deixando de ser subsídios a fundo perdido. Isso implicava alterar as regras vigentes. A nossa acção deveria integrar a componente espacial porque tudo quanto fizessemos teria impacto sobre o território. Era urgente a definição de uma política para o mundo rural. Deveria proceder-se à adaptação regional dos programas sectoriais nacionais; deveriam ser as CCR a promover a articulação entre sectores e espaços, a nível regional. Dever-se-ia procurar definir objectivos aos quais estivessem ligados os instrumentos de acção que fossem explicitados. Dever-se-ia dar uma atenção particular à formação dos funcionários autárquicos e ao robustecimento da sua preparação porque iriam intervir, cada vez mais, em acções de desenvolvimento. O Instituto do Comércio Externo Português (ICEP) deveria reformular a sua estrutura regional porque se esperava muito dele para operar reorientações do nosso tecido produtivo, em função das exportações. A rede rodoviária regional deveria ser definida e classificada com urgência. Os itinerários principais deveriam ser antecipados, procurando-se concretizar uma malha que encurtasse as distâncias generalizadamente; as cidades médias deveriam ser objecto de uma atenção especial. Aliás, a demografia em geral e os resultados do Censo 91 mereciam uma reflexão que tinha de ser feita a todos os níveis: nacional, regional e local. Estávamos a procurar definir uma estratégia; a

participação deveria constituir um exercício a fazer logo desde o início do processo, mantendo-se o diálogo ao longo de todo ele. Conviria alargar o número de beneficiários potenciais das ajudas comunitárias. Deveria procurar encontrar-se formas eficazes de incorporar os contributos regionais na elaboração dos programas sectoriais; isso teria de ser feito, em larga extensão, pelas Comissões de Coordenação Regional. As grandes prioridades nacionais deveriam emergir deste exercício. As operações integradas de desenvolvimento estavam a dar bom resultado; havia que se generalizar e aprofundar o carácter integrado dos programas e projectos que decidíssemos levar a cabo. Antes de propor novas infra-estruturas conviria ver como aproveitar melhor as existentes, com eventual realização de elos omissos ou de melhorias pontuais que se traduzissem numa eficiência acrescida geral. Parecia sensato concentrar o novo fundo EFTA, que não teria natureza repetitiva, numa grande operação de reabilitação urbana. O ordenamento do território deveria representar uma preocupação central.

Estas foram as grandes linhas que eu tirei de uma discussão muito rica. Mas havia que produzir um trabalho – a estratégia – no qual assentariam as propostas a fazer nas GOP, no PIDDAC e no PDR que seria negociado com a Comissão Europeia. Por isso a Secretária de Estado logo definiu as prioridades de acção, estruturando o trabalho que tínhamos pela frente. Numa primeira fase deveríamos ocupar-nos a definir: i) os objectivos; ii) as necessidades, iii) as acções; iv) a estratégia e v) os investimentos. Numa segunda etapa teríamos de definir: (a) a gestão dos programas; (b) as questões institucionais e (c) o figurino dos programas operacionais. Estávamos a desenvolver tudo isto com relativamente pouca informação acerca do quadro macro-económico que nos poria, obviamente, muitas condicionantes. Mas não poderíamos ficar à espera, porque a discussão daquele quadro prosseguia paralelamente com o Ministério das Finanças, no quadro do Plano de Médio Prazo, e estes documentos, que reclamam a participação de numerosos agentes, não se compadecem com uma elaboração sequencial. Devem prosseguir em paralelo, influenciando-se mutuamente de modo a assegurar a sua convergência. Desse modo, a conclusão dos diversos instrumentos ocorreria em datas próximas, já com muito trabalho de compatibilização efectuado. Sabíamos que seria certa

uma orientação para contenção das despesas; também, pela nossa parte, nós queríamos concentrar a acção em menos programas; por isso deveríamos procurar diminuir o número das iniciativas seleccionando somente projectos com impacto apreciável. Dever-se-ia evitar sugerir iniciativas que ficassem “penduradas” do Estado, nas suas despesas correntes posteriores.

O atraso na concretização da regionalização causava-nos, obviamente, muitos problemas, a começar pela existência ou não de cinco planos regionais que aprofundassem, regionalmente, o conteúdo do plano de desenvolvimento regional nacional. Além do mais, na discussão na Assembleia da República, não deixariam de nos pôr, uma vez e outra, a questão da relação entre os dois processos. Mas a culpa não era minha; estava-se a aguardar o “momento político” adequado...

*

O INTEREG visava ir “apagando” as fronteiras. Mas nos postos fronteiriços principais trabalhavam despachantes que ficariam sem ocupação. Eles queriam ou indemnizações ou reformas antecipadas. Tenho a certeza que, em Bruxelas, quando conceberam o programa ninguém suspeitou da existência destes profissionais...

*

Em 1 de Julho já se haviam feito as reuniões necessárias com o Ministro das Finanças para se ter uma versão consistente do PIDDAC 93. Ele já estava muito adiantado. Mas, de qualquer forma, impusemo-nos a obrigação de levar uma versão já próxima da final ao Conselho de Ministros, daí a duas semanas. Ninguém queria ir para férias sem tudo estar discutido e acertado. Nesse dia, soube que o BEI não era a favor do empreendimento do Alqueva e que não emprestaria nada para a sua construção. Vendo hoje (2016) o que aconteceu no Alentejo, por se dispor de água para mudar de culturas, não posso deixar de verificar que, mesmo as grandes instituições, às vezes não conseguem ver longe... especialmente quando se atêm unicamente a números.

*

Em princípios de Julho de 1992, discutia-se, em Bruxelas, onde ficaria o Fundo de Coesão. Para nós era indiferente, porque nem se pensava em que ele fosse para outro departamento que não fosse ao lado do FEDER. Afinal, ele destinava-se a apoiar praticamente as mesmas coisas. Mas, na Comissão Europeia, embora se soubesse que ele estaria sob a tutela do Vice-presidente Christophersen, degladiavam-se as Direcções-gerais XVI e II (Economia e Finanças) e a XXII (Coordenação dos Fundos), para ver qual delas ficaria com mais poder... Para nós era indiferente.

Nessa ocasião, tínhamos entre mãos um problema difícil de resolver que era a questão dos despachantes. Com a criação do mercado único, foi uma profissão que praticamente desapareceu; subsiste exclusivamente para os nossos parceiros comerciais não comunitários. E eles previram isso rapidamente. Queriam apoios para pensões antecipadas, reformas, benefícios sociais, subsídios de desemprego, etc. A Comissão estava sensível à questão e, compreensivelmente, decidiu que seria no âmbito do INTEREG que o assunto teria resolução. Como este programa me estava confiado, lá tivemos que tratar dele. Foi a Secretária de Estado Isabel Mota que passou um longo dia em Bruxelas para definir todos os procedimentos que foram comunicados aos representantes da classe que já estava organizada para o efeito e a quem foram explicados todos os pormenores da solução proposta. Eu entendo que governar é, também, explicar. Foi isso que fizemos sempre com o maior empenhamento. Os visados não ficaram com dúvidas acerca disso e a população, em geral, não deu por ela que uma profissão muito próspera, até então, havia levado um corte monumental, passando a tratar somente das trocas com países que não eram os nossos parceiros comerciais mais importantes.

Tínhamos, nessa altura um problema grande em Lisboa: o chamado eixo Norte-Sul! Impunha-se que a sua construção não demorasse, mas a verba que lhe tinha sido atribuída não cobria o orçamento que, entretanto, tinha subido, suponho que devido aos valores das expropriações. Era preciso tentar aumentar o valor da taxa de participação comunitária. Isso foi conseguido. Quando hoje lá passo e vejo fluxos imensos de tráfego, nos dois sentidos e a qualquer hora, não me esqueço da pressa que tinham em vê-lo construído as autoridades centrais e municipais daquele tempo.

*

No dia 7 de Julho fui ao Funchal para uma reunião com o Governo Regional da Madeira. A Secretária de Estado foi comigo, porque eram assuntos de Desenvolvimento Regional que iriam ser tratados na sala do rés-do-chão da Quinta Viçia, onde se reunia o Governo Regional. Tudo se passava sempre com o maior rigor formal. E, como o Presidente Alberto João Jardim sabia que eu gostava de visitar as obras em curso, reservou-se parte da tarde e a manhã do dia seguinte para ir aos locais onde elas já estavam a ter lugar. Ou onde se propunha construí-las. Ele começou por fazer a apresentação das suas intenções de realização, a inventariação das necessidades a que queria responder e os custos. Como se pode imaginar estes representavam várias vezes as disponibilidades. Por isso lhe pedi para definir prioridades o que ele fez de imediato. Estava tudo pensado e hierarquizado. Disse do seu método para fazer o inventário das necessidades nas povoações pequenas; fazia-o por contacto directo com as populações, no adro da Igreja...como ele dizia, como se fosse um cantão suíço!... Era evidente que esta forma de trabalhar, reduzia muito o protagonismo dos Presidentes das Câmaras locais. Isto causou-lhe alguns dissabores que se foram tornando conhecidos. Mas a recordação com que fiquei é da monumental energia do Presidente Jardim que ouvia, dialogava, decidia... tudo isto tratando pelo nome os interlocutores e dizendo a sua opinião. Era o que ele chamava a “co-responsabilização da população”; não admira que tenha ficado tanto tempo no lugar...

Quando passamos a analisar o que já estava realizado do Plano de Desenvolvimento I apoiado por fundos comunitários o Presidente disse: 109%!... Havia, portanto, coisas que já pertenciam ao PD II. Ele tinha a expectativa de que o apoio para este duplicasse o do primeiro. Eu não estava assim tão certo... Mas tenho para mim que a correcção com que foram executados os dois primeiros Quadros Comunitários de Apoio (da minha inteira responsabilidade) deve-se ao facto de eles terem sido negociados sobre Planos de Desenvolvimento Regional, por nós preparados e discutidos com Bruxelas, empreendimento a empreendimento. Voltamos assim àquilo em que eu tenho insistido várias vezes: nada dispensa que nós saibamos o que queremos e que seja plasmada num documento uma proposta que experimente discussões aturadas até tudo decantar numa estratégia

que tem, obviamente, de mostrar coerência interna. Uma proposta de plano para obter apoio não pode ser um conjunto desgarrado de iniciativas; os objectivos têm de ser claramente enunciados e as acções minimamente avaliadas nos seus custos e benefícios; a hierarquização dos empreendimentos a realizar depende da sua colocação no tempo e do seu encadeamento uns com os outros. Mas, como tudo havia sido feito nestes termos, os 9% de execução a mais iriam deslizar para o segundo PDR e, por isso, tudo se resolveria.

Era ao Vice-presidente que competia o acompanhamento, no terreno, de toda a operação. Foi, por isso, ele que fez a exposição geral sobre o POP-RAM (Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira). As coisas tinham corrido bem e, em termos de execução, eles iriam ultrapassar os objectivos fixados. Os adiantamentos que havíamos conseguido revelaram-se fundamentais, porque os muitos pequenos empresários envolvidos tinham precisado desse apoio que havia evitado o recurso ao crédito, para eles sempre dispendioso. Esta foi a forma de introduzir a solicitação para um novo adiantamento... Mas eu não poderia assegurar nada, porque a própria Comissão se debatia com dificuldades orçamentais que eram conhecidas de todos. O “aquecimento” da procura tinha determinado um ligeiro aumento dos custos das novas obras; estas eram, como de costume, estradas e um parque para a realização de feiras e exposições a que atribuíam muita importância; fui lá algumas vezes depois de ele ter sido construído. Queriam maior taxa de cobertura das despesas, dado que a contrapartida interna, que era da responsabilidade da Região, não “esticava”; talvez se pudesse chegar aos 75%. Eu não era a favor de grandes taxas de cobertura, pois estas não contribuiriam para uma selecção conveniente dos projectos. Se a taxa de cobertura fosse de 100%, os promotores locais não ligariam nada ao risco do projecto nem se aplicariam numa apreciação rigorosa, nem sequer com a dimensão do empreendimento ou com os seus custos. Eles queriam 90% de cobertura e, nessa altura, ela era de 50%. Eu achava que estava bem para assegurar, simultaneamente, uma boa ajuda e uma preocupação na redução do risco que envolvia, também, uma redução dos custos do empreendimento. Ninguém valoriza convenientemente o que lhe é dado de graça! Nem cura de otimizar os custos, nem de avaliar o risco de um empreendimento quando não partilha os seus custos. Aliás, já havia

um exemplo de cobertura excepcional, de 90%, no que respeitava às obras do aeroporto; mas este era um caso muito especial em que o peso dos “intangíveis” assumia proporções invulgares que eram justificadas pelas circunstâncias trágicas que tinham estado na origem da extensão da pista. Havia uma grave carência habitacional; tinham sido gastos 3 milhões de contos no ano anterior e, em 1992, subsistiam necessidades enormes, entre as quais se contavam casas para famílias totalmente insolventes, na altura estimadas em cerca de quinhentas. A habitação era um estrangulamento real; invocaram o caso de Belfast para ser usado como exemplo da excepção que queriam. Na Europa tudo se sabe! Não se pode fugir da regra estabelecida uma vez que seja; isso passará a ser invocado para a furar centenas de vezes... O VALOREN iria terminar; lastimaram que isso acontecesse, porque tinham ainda numerosos empreendimentos hidro-eléctricos para realizar. Passámos em revista as ligações urgentes que queriam fazer: a ligação Norte-Sul; a ligação entre Ribeira Brava e Machico; uma via rápida à cota 200... Como no resto do país, as vias novas pretendidas não acabavam... Vinha depois o saneamento básico.

Quem vê hoje a Madeira não imagina o que ela era antes de 1985! O “calcanhar de Aquiles” era o sector da agricultura. A taxa de realização do FEOGA estava nos 12% e isso incomodava-os muito. Tinha havido muitos projectos que não foram executados, porque não haviam conseguido mobilizar a contrapartida nacional. A banana era, como se sabe, o principal problema; o transporte entre a Ilha e o Continente pesava demasiadamente e não conseguiam pô-la no mercado a preços competitivos. Pelo contrário, na floricultura, as coisas estavam a passar-se muito bem; havia cerca de 500 jovens agricultores recentemente formados e especializados no sector; parecia não haver dificuldades quanto ao escoamento dos produtos. Queriam estender a experiência à fruticultura subtropical; havia já exemplos bem-sucedidos (como os abacates). Em relação ao Turismo, a Madeira não se podia queixar... No que tocava aos transportes marítimos, o facto arrelia-dor era que os contentores iam cheios, mas saíam da Madeira vazios... O problema estava, obviamente, a montante. O sector da educação e formação merecia-lhes muito cuidado. Queriam assegurar os 9 anos de escolaridade obrigatória, mas

faltavam equipamentos; tinham construído 8 escolas (C+S) no âmbito do POP I; ambicionavam construir mais nove no quadro do POP II. A Universidade da Madeira já tinha, nessa ocasião, 1200 alunos; queriam promover a formação de professores. Nessa altura a taxa de desemprego na Madeira era de 4,4%.

Pedi para resumirem as grandes linhas da estratégia que preconizavam; ordenaram-nas da seguinte forma: (a) a criação de emprego para contrariar a tradição emigratória ou mesmo invertê-la; (b) a rentabilização das produções regionais; (c) o ordenamento do território e (d) a expansão e melhoria da qualidade da educação. Para instrumentalizar esta ideia de médio-prazo, haviam definido como vectores da acção, os seguintes: i) estradas, para reordenar o espaço; ii) saneamento básico, para aumentar a qualidade de vida num quadro de “habitat” disperso; iii) aproveitamento das condições locais, para introduzir novas culturas que pudessem contrariar as que os países do terceiro mundo colocavam na Europa a preços muito acessíveis; isto porque haviam chegado à conclusão de que a agricultura tradicional não conduzia a lado nenhum; iv) o auto-abastecimento, no sector da energia; v) a construção de infraestruturas de apoio aos serviços que a Região prestava; vi) os transportes exteriores, ou seja, os portos e o aeroporto e vii) um grande reforço na educação, nomeadamente ao nível do secundário e nos cursos técnicos.

O Presidente encerrou a sessão dizendo que a Madeira precisava de um grande “arejamento” das mentalidades. Disse mesmo que se fantasiava e participava no curso carnavalesco para abanar convenções e comportamentos excessivamente conservadores. Mas, entretanto, havia um problema material a resolver: a renegociação da dívida da Região; isso preocupava-o muito. Era esse o recado que ele queria que eu transmitisse ao Primeiro-Ministro.

Além destas linhas gerais, a conversa foi ilustrada com numerosos exemplos das obras que pretendiam fazer. Sossegou-me o facto de saber que havia um quadro estratégico definido com os instrumentos de acção devidamente enunciados. Os empreendimentos pretendidos dariam para uma dezena de Quadros Comunitários de Apoio... Isso obrigá-los-ia a fazer escolhas e a estabelecer prioridades. Por outro lado, havia uma excelente capacidade de execução. A lista de empreendi-

mentos permitia levar a realização até onde houvesse dinheiro, de fora ou “de dentro”, porque tinha ficado claro que as contrapartidas impunham um limite à ambição, o que era bom porque obrigava a fazer escolhas e a seleccionar os empreendimentos que menores riscos apresentassem.

O almoço, como sempre, foi preparado e servido pelos alunos da Escola de Hotelaria do Funchal. Depois partimos para visitas às obras. O Presidente escolhia, naturalmente, as que estavam a correr bem. Era um gosto ouvi-lo a explicá-las e vê-lo nos seus contactos com os empreiteiros e com a população. Incutia entusiasmo a todos!

*

Eu continuava a preparar-me para o relançamento do projecto do Alqueva. Ouvia, por isso, quem sabia. Assim, no dia 21 de Julho tive um encontro com os Profs. Mariano Feio e Rosado Fernandes, ambos alentejanos e bastante conhecedores da agricultura local. Assistiram, também, a Secretária de Estado e o Dr. Adérito Serrão que já tínhamos decidido colocar à frente do órgão que iria coordenar a execução do projecto.

O Prof. Mariano Feio começou por se referir às condições naturais do clima mediterrânico para distinguir as culturas que reclamavam rega (o milho, por exemplo) e as que querem especialmente calor (o tomate, por exemplo); mas o tomate lucraria com rega por aspersão, desde que se estivesse atento aos fungos. Na cultura do tomate nós dispúnhamos de melhores condições do que a Itália. O melão e o pimentão eram indicados para a zona mediterrânica; mas todas as outras culturas se davam melhor onde chovia no verão. Precisavam de água!

O Prof. Rosado Fernandes, meu velho amigo, pegou no assunto pela outra ponta. Tudo se pode produzir desde que haja clientes; ora, os Portugueses não sabem vender!... Alguns produtos agrícolas falhavam porque o comércio não desempenhava o seu papel. A produção portuguesa deveria cingir-se às zonas de maior produtividade; o resto deveria ser florestado. A respeito do eucalipto teceu considerações acerca dos “ecologistas sentimentais”, sem qualquer base científica; a floresta do eucalipto era a única que se poderia fazer sem subsídio. O montado de sobro era bom, mas demorava 50 anos a começar a render...

O trigo ajudado por rega chegaria a produções de 4.000 kg por hectare e o milho regado a 12.000 kg/ha. Os dois tinham opiniões diversas relativamente ao recurso a “pivots” em terrenos inclinados. O Prof. Rosado Fernandes disse que os nossos engenheiros de barragens eram óptimos, mas que os de jusante (leia-se os que usavam a água para regar) não eram muito competentes. O futuro do Alentejo sem o Alqueva não era difícil de saber como seria; já lá estava exemplificado... mas a tendência seria para piorar. Com água seria outra coisa. Era preciso dar atenção à retenção de água em Espanha (o plano de Badajoz estava já a regar mais área do que havia sido acordado...).

Nas minhas visitas à zona, um dia eu fui a Juromenha. Do castelo podia ver-se o contraste! Do lado de Portugal tudo estava seco e inculto; do outro lado, tudo era verde e os equipamentos de rega eram os mais variados; parecia um mostruário de máquinas; trabalhava-se com grande aplicação e, manifestamente, sabendo-se o que se estava a fazer.

Recomendaram-me que desse grande atenção à constituição da associação de regantes. A água teria de ter um preço e os lavradores seriam chamados a pagá-lo. Um deles falou muito na produção extensiva de gado. Ambos se pronunciaram sobre a importância do melhoramento das plantas; eram críticos acerca do trabalho das estações existentes. Disse-lhes da boa impressão que eu tinha relativamente à estação de Elvas; concederam que era a melhor. Mas aquilo que criticavam era a oposição que elas faziam à introdução de variedades italianas já muito melhoradas e experimentadas. Recomendaram-me um bom estudo das adubações que havia sido publicado em 1965; ainda não havia nada melhor.

Em resumo, a introdução da água reclamava muito trabalho de formação e de investigação, mas, sem ela, o futuro do Alentejo seria o definhamento daquilo que lá estava. Por outras palavras: quem tinha razão era Manuel Severino de Faria que, no século XVII, tinha escrito que o Alentejo só seria desenvolvido quando fosse verde!...

*

Foi nessa ocasião que eu tomei a decisão de sediar o Gabinete do Alqueva em Beja. Visitei alguns edifícios que achei inadequados e caros. A delegação do Ministério da Agricultura estava instalada num bom edifício, mas ocupava todo o espaço

e seria um mau sinal forçar o seu desalojamento. Quem me valeu no arranjo de instalações foi o Governador Civil, o meu amigo Luís Serrano, que logo pôs à disposição o espaço que eu quisesse no edifício do próprio Governo Civil, uma vasta construção muito digna localizada no centro da Cidade. Hoje a EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.) dispõe de excelentes instalações que construiu de propósito em terreno cedido pela Câmara. Visitei-as, há pouco tempo (2016). O edifício é sóbrio, muito cómodo e adequado às diferentes funções que a instituição desempenha. Pelo contrário, com a extinção dos Governos Cívicos, não pensaram mais no seu antigo palácio que se vai degradando a olhos vistos. Coisas de país perdulário e que cuida pouco do seu património..

*

No dia 22 de Julho houve uma reunião do Conselho da Região do Norte que tinha solicitado encontrar-se com o Ministro das Obras Públicas e com os Presidentes das Junta Autónoma de Estradas, da Brisa e do Nó Ferroviário do Porto para analisarmos a situação das grandes infraestruturas na Região. Comecei por referir as grandes linhas preconizadas para o desenvolvimento da Região.

O Ministro das Obras Públicas fez a descrição do programa de realização em curso. Insistiu, particularmente, na importância da componente ferroviária para o transporte de mercadorias, Referiu-se, também, à rede básica rodoviária e às grandes ligações europeias.

O Eng. Rangel de Lima, da JAE, disse do estado de adiantamento do IP4, IP3, IP2, IP1, IP9 e IC5. Os investimentos que haviam rondado os 5 milhões de contos em 1986, tinham sido de 13 milhões em 1992. O que estava em curso naquela ocasião era o lanço Golfeiras/Pontão de Lamas, no IP4 e as pontes de Valença e de Fão. O trecho Porto/Viana do Castelo teria perfil de auto-estrada; a 2ª fase da Via de Cintura Interna no Porto e uma ponte sobre o Angueira estavam a ser construídas. Estes empreendimentos montavam a 18 milhões de contos. Para o futuro estava previsto o lançamento do trecho do IP3 entre Vila Real e Lamego, incluindo a nova ponte sobre o Douro, do trecho Bragança – Quintanilha do IP4, da ligação Freixo – Aeroporto, do IC1 entre Viana e o Porto e da variante de Fafe.

O Eng. Vasconcelos Guimarães, da Brisa, referiu que, na altura, estavam concluídos 130 km de auto-estrada, na Região do Norte. O trecho Braga-Valença tinha um orçamento de 37 milhões de contos. Previam-se para 1993 a realização do último trecho até Guimarães e para 1994/97 estariam concluídos os estudos ambientais e a passagem em Ponte de Lima. O lanço Croca-Amarante estava em projecto de execução prevendo-se o lançamento em 1993 por causa dos estudos ambientais que haviam implicado um atraso de seis meses; se tudo corresse bem a ligação estaria pronta no primeiro trimestre de 1996.

O Eng. José Espinha, do Nó Ferroviário do Porto, comunicou que a estação de Contumil seria o principal núcleo da rede. Esperava localizar em S. Mamede de Infesta a futura estação de mercadorias (não veio a sê-lo) e concluir o projecto do corredor Campanhã-Contumil. Beneficiava de um empréstimo de 20 milhões de contos do BEI para a realização daquelas três obras. Iria retirar de Campanhã toda a parte de manutenção e limpeza. As oficinas de Guifões estavam praticamente em vias de conclusão.

O Ministro acrescentou que todo o IP4 estava em obras e que havia dado prioridade aos acessos ao Porto; naquele mesmo dia seria adjudicada a ponte do Freixo. O investimento da BRISA no lanço Braga/Valença era pesado, para vencer cerca de 60 km. Os Autarcas estavam pouco interessados nas ligações ferroviárias. Do que eles queriam saber e obter compromissos era em relação às rodovias. Todos falaram. Direi aquilo em que insistiram sem mencionar quem o fez:

A ligação do Porto à Europa pelo IP4 era fundamental. Do acordo ibérico constava a ligação Fafe/Chaves/Verim; queriam saber se o trecho Fafe/Chaves seria em auto-estrada (veio a sê-lo). Para quando o nó da VCI/Auto-estrada de Braga? Para quando a pavimentação da Estrada da Circunvalação? Quem é que iria executar os acessos a Braga? Quando estaria concluído o lanço Cruz/Braga e a nova ponte sobre o Cávado no Prado? Houve uma expressão de desapontamento pelo trecho da auto-estrada Penafiel-Amarante só ir estar pronta em 1996. Para quando a via rápida Gondomar/ Porto? E a Via Nordeste? O melhoramento da linha da Póvoa tardava; era por se estar a discutir o Metro do Porto? (Era mas não se queria assumir isso). O ICI do nó do Freixieiro ao Mindelo deveria ter prioridade e ser com quatro faixas; estas também deveriam existir na nova ponte sobre o Ave. Deveria

construir-se um novo nó na auto-estrada entre a Feira e Gaia. Havia numerosas estradas nacionais da rede secundária em péssimo estado; porque estava a haver um total abandono por parte da JAE? Era para as transferir nesse estado? Não o aceitariam! A saída para a Europa através de Chaves era uma aspiração particularmente transmitida pelos Autarcas do Alto-Tâmega. E o IP3 entre Lamego e Vila Real seria em via dupla? Houve numerosas sugestões para rectificação de muitos lanços. O IP3 era importantíssimo para os Concelhos do Douro-Sul.

A reunião foi vivíssima. Era a construção de estradas o tema mais mobilizador que, nessa altura, havia!

*

Nas minhas conversas sobre o Alqueva quis ouvir o Eng. Faria Ferreira. Ele era uma grande especialista de Engenharia Hidráulica. Havia sido um distintíssimo Director-geral dos Recursos Hídricos. Estava já aposentado. Assistiu à troca de impressões o Dr. Adérito Serrão futuro presidente da EDIA e que, nessa altura, já estava afecto ao dossier do Alqueva.

A conversa começou pela invocação da Lei das Sesmarias! O Alentejo havia sido a província mais próspera do País, até ao século XV. Faltava pôr água na penepianície para ela voltar a ser rica. Na área inundável do Guadiana não havia bons terrenos; estes estavam a cota superior. Rememorou o trabalho do Eng. Granjée Pinto, primeiro autor de um sistema de rega a partir do Alqueva. No Alentejo havia hidrologia suficiente para abastecer a rede das pequenas barragens; mas estas não faziam a regularização dos recursos hidráulicos; nos anos secos, secavam! As barragens então construídas estavam sobre-dimensionadas, a contar com a água que seria transferida a partir da albufeira do Alqueva (tal era o caso das barragens do Alvito e do Roxo). A água utilizável do Alqueva correspondia a um valor entre 1/3 e 1/4 do volume do embalse. Em matéria de rentabilidade, dizia ele, o empreendimento do Alqueva é que impulsionaria o desenvolvimento do Alentejo. Os empreendimentos já feitos não estavam a ser totalmente utilizados; havia que fazer a pedagogia do uso da água. Achava que um empreendimento como o perímetro do Alqueva não era para uma geração; levaria mais tempo. Mas falta de água não havia; era preciso saber geri-la bem. Alertou-me para o perigo dos fertilizantes (nitratos) que esta-

vam a ser usados; iam todos nas escorrências para as barragens (Este problema não era só nosso!). O Guadiana era o rio português mais bem estudado debaixo do ponto de vista hidrológico; nós só guardávamos 9% da “nossa chuva”; os espanhóis já guardavam 55% da sua! Naquela altura (1992), os Espanhóis estavam a construir cerca de 60 novas barragens, de todos os tamanhos. Deveríamos tentar saber como estava a prosseguir o famoso plano de Badajoz iniciado por Franco. As negociações com Espanha sobre os rios fronteiriços não podiam assentar somente numa repartição do potencial hidro-eléctrico; a água iria ser um bem mais raro do que a electricidade, porque esta estava a ter, todos os dias, muitas outras novas fontes. À volta de Olivença estava-se a regar abundantemente; mas isso não era legal, porque se fazia com água do Alqueva e esta pertencia-nos; mas a verdade é que os Espanhóis nunca pedem licença; avançam e, depois, logo se vê o que sucede. Mas nós não tínhamos força moral para os impedir de regar, porque mandávamos a água para o mar sem que ela criasse qualquer riqueza antes de lá chegar. A nossa obrigação era tomarmos a iniciativa das negociações com os Espanhóis em matéria de recursos hídricos. A valia-eléctrica do Alqueva era, pelo menos, 55%. Entendia que a barragem da Rocha da Galé deveria fazer-se em simultâneo. As duas barragens juntas fariam atingir quase 100% daquela valia. Embirrava, como eu, com a utilização do termo “impacte” ambiental; queria ser mais purista na linguagem e dizer “influência no meio fisiográfico”; aborreciam-lhe os estrangeirismos quando dispúnhamos de uma língua rica e que se havia modernizado ao longo dos tempos. Recordou-me a leitura do livro de Renano Henriques “O Alentejo. Que solução?”. Para ele, a cota que se deveria prever para o descarregador de superfície seria a de 152,0 metros. Era a que eu preconizava.

Ainda com ele presente, combinei com o Dr. Adérito Serrão o calendário dos passos seguintes: Haveria a entrega da minuta do processo, ainda em Julho. A primeira reunião da Comissão de Apreciação Nacional teria lugar no dia 24 e a segunda a 27. Nesse dia, da parte da tarde, haveria uma reunião com o consórcio, para detecção de deficiências e aprovação da metodologia do trabalho. O consórcio deveria trabalhar durante todo o mês de Agosto, de maneira a que o documento estivesse em condições de ser entregue, para apreciação superior, em princípios de Setembro. Faltava, ainda, definir o tipo de entidade que deveria tomar conta de

todo o projecto nas fases de construção e exploração das diversas valências. Algumas destas estavam identificadas, como era o caso da EDP. Mas, nessa ocasião, ainda não se tinha gizado a forma da EDIA!

*

No dia 27 de Julho comecei o meu dia com uma reunião com o Eng. David Assoreira, Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Algarve. No dia 24 tinha havido uma importante reunião da Comissão de Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Regional que me dava alguns cuidados porque havia atrasos em várias obras da responsabilidade das Câmaras. Sabendo disso, o técnico italiano que, na Direcção-geral da Política Regional, em Bruxelas, acompanhava o dossier, apresentou-se na reunião. Ele entendia bem o português de modo que seguia a reunião sem perder nada do que se dizia. Afinal, tinha havido uma recuperação espectacular das obras autárquicas, estimando-se que até ao final do ano viesse a esgotar-se toda a verba atribuída. Talvez até viéssemos a ter o problema inverso; como havíamos temido a pouca aplicação dos executantes, eu tinha autorizado o “overbooking”. Se faltasse o dinheiro, seria eu a ter de o inventar... Por outro lado, também tinha havido recuperação na barragem de Odeleite. A ETA de Tavira, uma obra complicada, já tinha arrancado. Recomendei que o Presidente insistisse com o consórcio construtor para que este definisse os pontos de atravessamento da Via do Infante pelas condutas de água, de modo a que tudo ficasse concluído antes de estar asfaltada e aberta ao tráfego; telefonei, eu próprio, ao Secretário de Estado dos Recursos Naturais para lhe pedir para ele dar instruções nesse sentido. Soube que a Associação de Municípios do Sotavento iria celebrar um contrato com a EPAL, para exploração do sistema de abastecimento de água; fiquei satisfeito com isso, porque se entregava, desse modo, a uma entidade competente uma actividade que era exigente e não tolerava amadorismos.

Deu-me a notícia de que algumas associações do Algarve esgrimiam os seus argumentos pró e contra algumas das medidas do Plano de Desenvolvimento Regional através dos jornais. Fiquei contente porque isso significava que estavam a “tomar posse” daquele instrumento de desenvolvimento e que, portanto, estavam a começar a conduzir os seus destinos, com as suas próprias mãos.

*

No dia 30 de Julho, ao fim da tarde, fui para os Açores onde passei dois dias em trabalho com o Governo Regional e visitando empreendimentos diversos. Tudo começou com uma reunião com o Presidente e com os membros do seu Governo. Tendo sido dada tanta atenção à Madeira, nas semanas anteriores, era preciso tratar do equilíbrio dos cuidados. O Presidente disse, logo de início, que a solidariedade europeia estava a ser fundamental para o desenvolvimento dos Açores e que, por isso, a decisão de integrarmos a Comunidade estava a representar uma boa aposta. Quem tinha a tutela do planeamento do desenvolvimento e dos fundos estruturais era o Secretário Regional, Gualter Furtado, de quem guardo uma excelente lembrança. Muito aplicado, conhecia bem todo o arquipélago e dominava a complicada mecânica das ajudas comunitárias; era uma pessoa muito afável com bons contactos com todos aqueles que visitávamos, Tinha, contudo, um hábito que me intrigava. Quando íamos para outras ilhas, fora da de S. Miguel, pedia desculpa, depois do jantar e retirava-se logo, não ficando a conversar conosco. Um dia disseram-me que ia à caça de coelhos, seu vício enraizado. Fazia-o com o auxílio dos faróis do carro do amigo com quem ia e havia noites em que matava dezenas de animais que representam quase uma praga na Região. Depois tirava uma fotografia e dava o resultado da caçada a uma instituição de caridade. Pobres miúdos que já deviam estar fartos daquela dieta monótona e pobres dos funcionários que tinham de os arranjar, tendo em conta que aquilo é muito pêlo para tão pouca carne... Mas, no trabalho era de um grande rigor.

Disse que tinham assente a acção em dois programas: o PEDRAA (Programa Específico do Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores) e o PNIC (Programa Nacional de Interesse Comunitário) e em projectos isolados, de acordo com as necessidades. Os programas estavam a correr bem, mas tinham tido um problema com atrasos no PNIC, que já estavam ultrapassados. Há duas semanas, Bruxelas tinha atendido às razões apresentadas e concedido mais um ano para concluir o programa. O PEDRAA também havia experimentado alguns atrasos felizmente recuperados ao longo do primeiro semestre. Era muito importante, porque os dois programas em conjunto eram responsáveis por quase 70% dos investimentos feitos na Região. Entretanto, tinha-se conseguido que a taxa de comparticipação

passasse para 75% (com base na situação de “ultraperiferia”), o que fazia ultrapassar as imensas dificuldades em matéria de formação das contrapartidas nacionais. Eu tinha sempre alguma reserva em relação às taxas de comparticipação muito elevadas, pois isso não contribuía para uma análise muito profunda dos riscos associados a qualquer projecto; como não são os beneficiários a pagar tudo, tornam-se mais fáceis as “fantasias” ou as dimensões exageradas de uma fantasia. Mas a situação financeira das ilhas não era famosa e, por isso, o aumento da comparticipação havia sido autorizado por Bruxelas.

Estavam a ter problemas com os desembolsos. A execução havia sido muito melhorada, mas os dinheiros tardavam a vir e eles diferiam os pagamentos aos empreiteiros e outros fornecedores. Isto é muito negativo, porque estes apercebem-se rapidamente de que também terão de arcar com os juros das dívidas e tratam de se proteger por antecipação, apresentando propostas mais caras. Como todos fazem o mesmo e não há “distraídos”, tudo quanto se faz passa a ser injustificadamente mais caro. Quando se comparavam os preços no Continente e nas Ilhas, para obras semelhantes, ficava-se surpreendido com os diferenciais existentes. Por isso havia sempre muitos empreiteiros continentais a dar a sua contribuição para o desenvolvimento das Ilhas...

Afirmou que, até ao final de 1993, estavam em condições de cumprir a reprogramação entretanto efectuada. O modelo do Programa Operacional tinha resolvido muitas dificuldades, porque tornava a gestão dos programas mais flexível.

Os Açores também tinham acesso ao SIBR e ao SIFIT. Ele achava que os empresários haviam absorvido bem as indicações dadas e que estavam a apresentar candidaturas bem fundamentadas. Era evidente que se aplicava aqui o princípio da subsidiariedade e as escolhas e as aprovações eram deles, no quadro do quinhão que lhes estava reservado. Queriam muito estimular o investimento privado, o que se estava a revelar ainda mais difícil do que no Continente. Mas o SIFIT estava a correr razoavelmente.

Queria fazer “overbooking” em relação aos projectos das Autarquias que eram particularmente numerosos no sector do saneamento básico. Disse-lhe que isso dependia do seu julgamento da situação e era da sua inteira responsabilidade. Eu não podia ficar com esta.

Tinha sido possível elaborar um primeiro quadro com os empreendimentos a incluir no programa. Isso havia sido precedido por uma ampla consulta a todas as empresas públicas, Câmaras Municipais, Câmaras de Comércio e Indústria e Universidade. Possuía-se, desse modo, uma visão de conjunto das aspirações dos Açorianos e de quanto é que isso custava. Obviamente, era várias vezes o montante das disponibilidades. Havia que fazer escolhas e definir prioridades. Era nisso que se estavam a aplicar.

Os problemas eram grandes. Uma das soluções tradicionais para aliviar a pressão nas ilhas havia sido a emigração. Mas, em 1992, ela estava bloqueada, tanto para os Estados Unidos e Canadá como para as Bermudas. Isso causava dificuldades adicionais. De qualquer modo, estavam optimistas! Parecia-lhes possível criar novos 2.000 postos de trabalho o que, não resolvendo o problema, ajudava alguma coisa.

Preocupavam-se com o reforço e diversificação da base económica do Arquipélago a que pretendiam associar um incremento da qualidade. Achavam que tanto as empresas privadas como as cooperativas não possuíam uma perspectiva correcta da procura. Produziam, por inércia, o que sempre haviam produzido. Era preciso, urgentemente, cuidar do reforço dos capitais próprios das empresas. Havia, para isso, uma sociedade de capital de risco em vias de formação. Mas necessitavam de continuar a fazer um grande esforço em matéria de infraestruturas. A aposta no turismo obrigava-os a ter de investir muito na área do Ambiente.

O novo hospital de Ponta Delgada estava a ser construído. Era imenso! Quando perguntei ao Presidente do Governo Regional se ele se destinava a internar todos os pacientes da Região, ele não gostou e reagiu com agastamento. Mas era verdade! Pôr um “mamute” daqueles a funcionar não seria nada fácil. Era evidente que não tinha havido nenhum estudo de custos-benefícios, elaborado ex-ante.

O rol das intenções era longo e variado: formação profissional, melhoria da qualidade de vida, recuperação das lagoas eutrofizadas pelo uso de fertilizantes, novas estradas, reforço do porto de Santa Maria (que tinha sido projectado para uma onda de sete metros quando eram frequentes as de onze...), todas as protecções dos portos reclamavam uma recarga com tetrápodos, energia, escolas,...

Pretendiam dar um novo impulso à Universidade, onde queriam localizar uma estação de observação climática.

Passámos aos “números”. A “torneira americana “ havia secado, de maneira que contavam exclusivamente com os fundos europeus. Estavam a fazer as coisas certas, mas com alguma relutância em definir prioridades. Queriam manter muito alto o nível das expectativas para toda a gente. Dessa forma acabava-se sempre por se desiludir muitos. Foi o que aconteceu, vendo-se o resultado numa eleições posteriores.

*

No dia 6 de Agosto tive uma reunião com os Ministros da Defesa Nacional e do Mar e com o Secretário de Estado dos Recursos Naturais para encontrar um objecto de aplicação apropriado para o programa ENVIREG (Ambiente e Regiões). Eu queria evitar que ele fosse disperso por muitas pequenas iniciativas porque sabia que o dinheiro se escoaria sem um resultado visível. Por isso, a minha intenção era ver se se poderia acelerar o chamado Plano Mar Limpo que, uma vez executado, significaria um salto muito apreciável tanto no mar como nas costas. Foi decidido dar um impulso grande à preparação do Plano e à constituição de um Centro de Poluição Marítima para o efeito; isso teve lugar no dia 11 de Agosto. Marcou-se uma nova data para envolver na iniciativa o Ministro do Ambiente que, aliás, já tinha elaborado um esboço de estratégia para o efeito; isso teve lugar no dia 11 de Agosto.

*

Eu insistia, uma vez e outra, para que os fundos comunitários não fossem aplicados somente em infraestruturas e equipamentos mas que se orientassem também para a melhoria da capacitação das pessoas (as “pedras vivas” de António Sérgio...). Nesse sentido, tive uma reunião em 7 de Agosto para analisar a situação da área de Coimbra. A ACIC (Associação Comercial e Industrial de Coimbra) estava a beneficiar de apoio para levar a cabo três acções: (a) o apoio contabilístico às empresas da área (17.500 contos do FEDER); (b) um estudo de perfis industriais do distrito de Coimbra (2.600 contos do FEDER) e (c) a compra de equipamento informático para formar

uma rede com centro num Gabinete de Apoio Empresarial, sediado na Associação (80.000 contos de equipamento e 20.000 contos para a formação do pessoal e compra de software. Decidiu-se fazer uma acção de avaliação da utilização (utilidade) dos projectos subsidiados. Eu sou um fervoroso adepto das avaliações “ex-post”; é através delas que se aprende com as coisas certas e com os erros cometidos.

*

Em princípios de Agosto (11/8), tive uma longa conversa sobre o Alqueva com o Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo. Ela decorreu no quadro do levantamento das potencialidades a mobilizar na região. Nessa altura punha-se a hipótese de localizar junto da Base de Beja uma fábrica de helicópteros francesa que traria um investimento de 4,5 milhões de contos e cerca de 1.100 postos de trabalho. Por outro lado, havia a hipótese da TAP que precisava de incentivos; isso dependia do reforço do Plano Operacional do Centro e Baixo Alentejo. Com menos interrogações havia o CEVALOR, centro de valorização das rochas ornamentais; o respectivo protocolo já tinha sido assinado em Vila Viçosa e esta fase do projecto visava, especialmente, o apoio aos pequenos exploradores do mármore; eu insistia sempre para que se juntassem mas eles preferiam continuar autónomos ou vender a sua unidade a uma outra maior!...

*

No dia 17 de Agosto tive uma longa conversa com a Secretária de Estado acerca do “figurino” que nós deveríamos seguir para o novo Plano de Desenvolvimento Regional que iria servir de base de discussão para o II Quadro Comunitário de Apoio. Hoje (2016), isto não parece importante. Mas era muito!

Um dia destes conversando com um académico ilustre que tem feito estudos aprofundados sobre a relevância do investimento público em infraestruturas em Portugal, ele disse-me ter chegado à conclusão de que a correcção das escolhas feitas para os investimentos dos dois primeiros QCA, assentava no facto de haver PDR's por trás. No fundo é aquilo que o Leitor já leu algumas vezes nestas memórias: nada dispensa uma reflexão estratégica para definirmos o que queremos:

seja PDM ou PDR... E falta muito disso em Portugal! Costumo dizer, de forma pouco elegante, que os Portugueses não gostam muito de fazer; preferem comprar feito! Pelo menos em domínios que reclamem pensar e escolher.

*

Em 9 de Setembro, em despacho com a Secretária de Estado, percorremos a primeira versão das Grandes Opções do Plano para 1993 cujas linhas gerais havíamos estabelecido antes de férias e que, então, já estavam reduzidas a escrito numa versão que, combinámos, não deveria ainda ser distribuída sem o “imprimatur” do Primeiro-Ministro. Nunca se deve distribuir um documento sem o conhecimento prévio de quem coordena um conselho, especialmente se este tiver responsabilidades executivas e, portanto, tomar decisões. O famoso Capítulo 50 (PIDDAC) iria, ainda, reclamar muita discussão porque quem tivesse ficado aquém das suas expectativas iria, seguramente, lutar por elas até ao fim...

O Fundo de Coesão já estava nessa altura, em discussão em Bruxelas. Deveríamos permanecer em estado de alerta total, porque havia bastante gente contra e, dentro dos que eram a favor, cada um lutava para ver aumentado o seu quinhão. Os trabalhos preparatórios de decisão sobre o Alqueva continuavam. Era preciso celebrar acordos com os utilizadores; isso não seria difícil em relação à EDP mas revelava-se da maior complexidade no que tocava às associações de regantes. Mas teríamos de insistir...

*

O Ministro das Finanças de S. Tomé veio almoçar comigo e com a Secretária de Estado no dia 14 de Setembro. Ele queria assegurar uma boa coordenação da ajuda externa ao seu país e, para isso, ser-lhe-ia muito conveniente o apoio de alguém capaz de o assessorar para montar um núcleo competente. O Embaixador de Portugal tinha-me dito que ele era bem-preparado e dispunha de força política para tomar decisões arrojadas. Ele pretendia também que quem lá fosse passar algumas semanas assegurasse a transmissão da forma como os projectos de desenvolvimento deveriam ser elaborados e seleccionados. O apoio foi-lhe, naturalmente, assegurado. Achei curioso que o exemplo, repetidamente mencionado

pelo Ministro como o “arquetipo” do que ambicionava, era a Madeira! Tenho impressão que nunca disse isto ao Dr. Alberto João Jardim...

*

Em 14 de Setembro estávamos à volta da forma institucional mais conveniente para coordenar o empreendimento do Alqueva. O Dr. Adérito Serrão já em plenas funções de organizador do projecto, tinha tido uma reunião com um grupo de conselheiros de que nos havíamos rodeado para fazer as coisas de modo eficaz. Uma das hipóteses aventadas foi de atribuir a gestão a uma entidade auto-produtiva de energia; ela acabou por ser abandonada. Foi aconselhada como dimensão mínima de cada bloco para rega uma área de 50 ha; menos do que isso não deveria haver acesso à água. Analisámos diversas combinações alternativas de barragens que deveriam ser interligadas com o grande embalse. Nesse dia separámo-nos com uma preferência marcada pela adopção do modelo da empresa de economia mista (seria EEMA a sigla – Empresa de Economia Mista do Alqueva). Acabou por ser diverso esse modelo – EDIA. A solução finalmente adoptada resultou, assim, de um processo de aproximações sucessivas.

*

No dia 15 de Setembro reuni-me com o meu Colega da Indústria e Energia, Luís Mira Amaral, e com os Secretários de Estado do Planeamento e da Indústria e da Energia. Em causa estavam as novas assimetrias determinadas pela construção da rede de distribuição do gás natural. A grande conduta avançava na direcção norte-sul, na faixa litoral; isso agravava as potencialidades das zonas mais afastadas. Mas não tínhamos capacidade para fazer tudo ao mesmo tempo!... O recurso ao gás propano era entendido como um instrumento meramente transitório e os empresários sabiam disso. Falámos de diversas hipóteses para estender a rede para o interior; mas essa era uma situação de “pescadinha-de-rabo-na-boca”; como não havia concentração de consumo, os ramais dificilmente seriam rentáveis; mas, sem ramais, também não se instalariam unidades industriais; tínhamos que conceber uma resposta em que as duas coisas fossem feitas ao mesmo tempo.

Falámos na continuação do PEDIP que, no 2.º Quadro Comunitário de Apoio, deveria proporcionar a continuidade do primeiro que havia corrido bem. Mas ambos estávamos de acordo que deveríamos passar a tê-lo como fonte de financiamento e não como subsídios a fundo perdido. Não se excluía estes casos excepcionais, mas a regra deveria ser o crédito, com taxa bonificada, naturalmente, mas com os pagamentos a alimentarem um fundo que pudesse prolongar-se no tempo. De qualquer forma, o PEDIP II deveria estar englobado no 2.º Quadro Comunitário de Apoio e articular fundos de várias origens (FEDER, FSE e outras fontes).

Éramos a favor de se proceder a uma apreciação integrada de cada empresa, onde se contemplasse como hipótese a redução dos seus efectivos; o que mais nos importava era a modernização de cada unidade; o enfoque deveria ser na competitividade das empresas; aventámos a hipótese de mudarmos o título do programa para incluir o termo-chave mas optámos por manter um acrónimo já conhecido. De qualquer forma achámos que já era tempo de abandonarmos as chamadas infraestruturas de base, a que tínhamos votado alguma atenção mas que já não constituía prioridade. Considerávamos, contudo, que ainda eram justificadas algumas infraestruturas tecnológicas; Aveiro, por exemplo, pretendia criar um instituto de novas tecnologias e isso parecia-nos ajustado, nomeadamente naquela cidade, onde havia tradição nesse campo. Parecia-nos bem devotar alguma atenção às infraestruturas tecnológicas do ambiente e às indústrias do ambiente; as tecnologias ambientais representavam uma prioridade.

Deveríamos insistir em acções de demonstração e na criação de centros de competência (centros tecnológicos); muitos destes provaram ser uma boa aposta; hoje estamos em posição de dizer que eles prestavam e continuam a prestar serviços da maior relevância (calçado, têxteis, cerâmica e vidro, etc.). Importava-nos que as empresas aprendessem a frequentar esses centros. Deveria, por isso, haver uma componente de incentivo ao acesso e utilização das infraestruturas tecnológicas. Novamente, era a modernização do tecido produtivo que mais nos interessava.

Ambos estávamos insatisfeitos acerca da maneira como era utilizado o Fundo Social Europeu. Evidentemente que ele cumpria com as regras comunitárias; mas nós tínhamos outra ambição. Queríamos que ele financiasse reestrutura-

ções das empresas. Para isso propúnhamos que as candidaturas fossem sempre acompanhadas de um documento contendo a estratégia global da empresa e que a resposta do Governo articulasse o recurso ao FEDER com o recurso ao FSE. A candidatura deveria ser apresentada de forma integrada, com referência às duas componentes: a industrial e os recursos humanos. Assim se evitariam as “corridas” aos dois fundos, apreciadas as candidaturas separadamente uma da outra. Entendíamos como adequado o apoio às escolas tecnológicas profissionais. A produtividade, a qualidade e o “design” deveriam ser explicitamente reforçados no âmbito de cada candidatura.

A mim interessava-me que houvesse uma articulação entre a política industrial e a política regional ou, de outra forma, entre o PEDIP e o SIBR. Os meus interlocutores concordavam.

Preocupava-nos o facto de estarmos a crescer, sobretudo em quantidade, quer dizer aplicando os meios em actividades intensivas em mão-de-obra, à revelia das tendências internacionais. Isso não seria bom a médio-prazo. Era preciso pôr um alto à inércia que se constatava para prolongar as coisas de má qualidade só porque criavam emprego; a única excepção que nos parecia justificável era se isso mobilizasse recursos locais; mas, mesmo nessas circunstâncias, tinha de se começar logo a modernizar o processo produtivo; de outra forma, ser-se-ia ultrapassado em breve.

Depois de larga troca de impressões resumi as propostas de acção em três alternativas: (A) Ou mantínhamos o PEDIP para modernização em todo o País, acompanhado de um SIBR muito orientado para a mobilização dos recursos endógenos nas regiões periféricas; (B) Ou juntávamos os dois (PEDIP+SIBR) num único sistema com fasquias diferentes para o litoral e para o interior; (C) Ou tínhamos um sistema único acompanhado de um sistema específico que permitisse pagar mais no interior. Havia mesmo uma proposta complementar que era de considerar um SIPE (Sistema de Incentivos ao Aproveitamento do Potencial Endógeno) que seria um pouco maior do que o que então existia.

As alternativas tinham que ser agora avaliadas por quem teria de as aplicar no terreno. As nossas maiores preocupações estavam no sector têxtil (O Uruguay

Round não havia meio de terminar!...), na criação de instituições de capital de risco e na utilização do Fundo de Coesão para apoiar realizações no âmbito do Ambiente. Em relação ao primeiro, tínhamos elaborado o PMIT (Programa de Modernização da Indústria Têxtil e Vestuário) que havia sido enviado para Bruxelas, onde estava em “banho-maria”, porque não existia dinheiro suplementar. Sabíamos o que importava fazer; mas tínhamos de decidir entre esperar por mais meios ou incluir a acção naqueles que já nos estavam assegurados. O RE-TEX não chegava para as encomendas. O melhor era englobar o PMIT no novo QCA. O que nos importava era a reestruturação do sector têxtil e quanto mais depressa melhor.

A discussão entre as vantagens e limitações do recurso ao capital de risco e os subsídios continuava. Nós pendíamos para acentuar o primeiro, mas havia casos que reclamavam o segundo. Era preciso definir limites (definir, por exemplo, um “tecto” para o subsídio e, daí para cima, obrigar ao recurso ao capital de risco); recorrer ao lançamento de obrigações participantes, fundindo a gestão destas com a dos subsídios. Aventámos como solução a existência de três patamares: i) a outorga de subsídios até um determinado montante; ii) acima deste, o recurso ao lançamento de obrigações participantes; iii) acima desse nível conjunto dos dois, a definir, o recurso ao capital de risco.

Em relação ao Fundo de Coesão e Ambiente, ficando a decisão final com o coordenador dos fundos (que era eu) havia que definir quem procedia à instrução técnica das candidaturas. Combinámos que, para os pequenos e médios projectos, poderiam ser o IAPMEI e a DGQA (Direcção-geral da Qualidade do Ambiente). Os grandes projectos teriam de ir aos três ministros (o do Planeamento, o da Indústria e o do Ambiente). Seriam, naturalmente, poucos e, por isso, justificavam ser apreciados a esse nível com recurso, obviamente, ao apoio técnico das Direcções-gerais. Insisti em que, em relação a cada um deles se estabelecessem contratos-programa com as Autarquias Locais envolvidas; isso resultava da experiência anterior... Sem eles só teríamos atrasos.

Um sector em que, nessa ocasião, a situação portuguesa era caótica respeitava aos sucateiros; todo o País estava coberto de pequenos parques de sucata muito

frequentados pelos trabalhadores das oficinas de reparação de automóveis e um grande negócio de exportação... Completamente indisciplinado!

Convinha ter uma palavra, ainda na fase de concepção, com as associações empresariais (a CIP e as duas AIP). Ficou combinado que o Ministro da Indústria as abordaria mas considerámos como indispensável obter uma aprovação final do sistema no quadro do Conselho Económico e Social. Aí estariam todos os intervenientes! O problema seria mais complicado em relação às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira; aí foi entendido que eu estaria em melhor posição para os abordar, o que, naturalmente, veio a acontecer.

Abordámos ainda a questão dos gasoductos que estavam mais próximos do território português. Eram Huelva e Valladolid esses locais. Além, obviamente, da central de gaseificação de gás liquefeito que estava em Sines. Como já havia sido estabelecido, haveria dinheiros do PEDIP para apoiar a ligação ao gasoducto do Maghreb.

Estendi-me um pouco no relato desta conversa para ilustrar como, antes de optar por uma determinada forma de proceder, se discutiam as soluções em conversas de “brain-storming” que permitissem decantar as melhores. Devo dizer que estes eram os encontros mais criativos e interessantes; uma vez definidas as fórmulas a adoptar elas passavam para a Administração e os Ministros só intervinham para resolver conflitos ou casos difíceis... Uma tarefa de longe menos interessante...

*

Na sequência da reunião anterior, juntou-se-nos o novo Colega do Comércio e o Secretário de Estado do Comércio Externo, para abordarmos o tema da atracção do investimento estrangeiro para outras partes do país que não fossem as duas áreas metropolitanas.

Era, naturalmente, muito difícil convencer os investidores estrangeiros a fixarem-se em localizações que não fossem as da sua escolha. E estas eram, sistematicamente, aquelas duas; salvo os do sector do turismo que iam, facilmente, para o Algarve. Nessa ocasião, o investimento industrial representava apenas 30% do investimento estrangeiro. A preocupação maior do Ministro do Comércio era o péssimo funcionamento dos nossos portos. As coisas, entretanto, mudaram mui-

to mas, em 1992, não havia um que se salvasse. Hoje (2016) o de Lisboa, depois de estar razoável voltou à situação de péssimo. Mas, nessa altura, eram todos maus! O Ministro do Comércio era a favor (e bem) da concentração das atenções em grandes projectos. Eles se encarregariam de induzir a criação de numerosas médias e pequenas unidades que passariam a desempenhar funções ligadas à grande unidade instalada mas, a breve trecho, alargariam os seus serviços a muitas outras. Era o que ele chamava as PME “em cascata”. Ele estava de acordo com a majoração de incentivos em relação às áreas mais deprimidas. E queria ver como deveríamos articular a acção do ICEP (Instituto para o Comércio Externo Português) com a das outras instituições relevantes.

Aventou-se a hipótese de se reservar uma fatia dos fundos para o investimento estrangeiro. Eu opus-me frontalmente. Os apoios eram para os bons projectos, fossem eles nacionais ou estrangeiros. Isto tem a ver com a minha embirração contra a definição de quotas, seja em que domínio for. Era evidente que atenderíamos à parte da inovação tecnológica no investimento estrangeiro, tal como o fazíamos com o nacional. Importava-nos muito a renovação do nosso tecido produtivo. Fiquei de preparar uns prospectos com a referência aos centros de investigação de que dispúnhamos em Portugal para que eles constassem das acções de promoção que o Ministro do Comércio patrocinava em relação ao investimento estrangeiro. Eles representavam já um factor de atracção potencial.

*

A criação de emprego, a formação profissional e o apoio social aos mais desfavorecidos eram partes importantes da acção sustentada pelos fundos estruturais, particularmente pelo Fundo Social Europeu. Todas elas presentes nos programas operacionais com carácter integrado que eu insistia em produzir para as zonas onde se observasse maior agudez dos problemas e mais necessidade de uma acção convergente dos instrumentos que estavam ao nosso alcance. Por isso me reuni em 22 de Setembro com o Ministro do Emprego e Segurança Social e com os Secretários de Estado do Planeamento e do Emprego e Formação Profissional. Já dispúnhamos de um documento escrito com as suas ideias e que gostaríamos

de incluir na nossa nova proposta de Plano de Desenvolvimento Regional que iria servir de base à negociação do novo Quadro Comunitário de Apoio.

A formação profissional não deveria ser entendida como puramente sectorial, mas antes como componente do sistema educativo. Disponha, todavia, de instrumentos específicos e variados para tornar a sua acção mais eficaz; era o caso dos sistemas de informação sobre a entrada na vida activa que permitiam detectar as necessidades de formação e promover uma articulação entre a escola e os centros de emprego. A UNIVA coordenava a acção das unidades de inserção na vida activa que permitiam focar a atenção no mais importante. Havia uma série de propostas que tinham já passado no Conselho de Concertação Social, tendo alcançado um grande consenso, após um debate longo e participado. O Observatório do Mercado de Trabalho também nos fornecia informações muito úteis nos campos do emprego e da formação. Pretendia-se uma melhoria visível do nível da qualidade do emprego; para isso teria de se recorrer à formação contínua e à formação profissional de ponta. Os problemas, no país, não eram homogéneos; havia zonas em que eles se apresentavam, mesmo, com complexidade acrescida; era o caso dos bairros degradados onde simultaneamente, se tinha de combater a pobreza. Já se dispunha de alguns estudos de caracterização da situação bastante pormenorizados. Era neles que se apoiava a política dos recursos humanos que estava bastante consolidada na sua definição. Assustava-nos o número, entre 80.000 e 90.000, de jovens que entravam, todos os anos no mercado do trabalho sem qualquer qualificação profissional. Tinha de se actuar, simultaneamente, nas escolas e nas empresas. Mas, em relação a estas últimas, o problema devia articular-se com a saída, pelo topo, dos trabalhadores mais velhos e com a introdução das pré-reformas. Mas nós não havíamos conseguido ainda que, no investimento de reestruturação das empresas, estas verbas fossem contempladas; e, todavia, tínhamos invocado o modelo da CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço) para incluir as nossas propostas em programas financiados pelos fundos estruturais. Para nós, era muito inconveniente dar incentivos às empresas sem conferir muita atenção à parte da formação profissional; entendíamos os quatro que, na apresentação de um plano de investimentos com vista à obtenção de apoios comunitários, devia juntar-se-lhe um

plano de formação da mão-de-obra necessária à laboração. Deveria, naturalmente, distinguir-se a situação de uma nova empresa da de uma outra em reestruturação; esta era, por via de regra, mais complicada.

No âmbito da Educação, estava em curso um programa de formação de formadores, chamado FOCO. Tinha beneficiado de 42 MECU, em 1992, e iria ter 50 MECU, em 1993. Ao seu abrigo, pagavam-se salários e alguns equipamentos. Era totalmente gerido pelo Ministério da Educação. Mas nós pretendíamos que houvesse uma ligação entre o sistema educativo e o sistema de formação profissional. Eu costumava invocar a excelente experiência que tinha tido, como Ministro da Educação, na colaboração com o Secretário de Estado do Emprego, João Padrão, um homem muito inteligente e sensível para estas matérias; e nesse tempo (1978/79), não havia fundos comunitários...

Dávamos importância ao sistema de aprendizagem dentro das empresas. Era mais rápido, nos seus efeitos.

Dizia-se que não havia ligação entre a formação e o mundo das empresas; mas isso não era verdade! Disponha-se de um inquérito às empresas para definição das prioridades de formação e, nessa altura (1992), havia uma grande empregabilidade de quem se apresentava para trabalhar. A questão era que fosse com uma formação adequada ao posto de trabalho e, especialmente, que estivesse apto a prosseguir na carreira. Mas sabia-se que havia uma grande diferença entre as pequenas e as grandes empresas; as primeiras experimentavam reais dificuldades em enunciar as suas necessidades de formação.

Os serviços do Ministério do Emprego estavam com boas taxas de execução dos programas comunitários apoiados pelo Fundo Social. Nessa ocasião, já tinha havido cerca de dois milhões de Portugueses a serem tocados por uma acção qualquer apoiada por aquele fundo. O que era obra, numa população activa de 4,8 milhões de pessoas! No dia 31 de Dezembro de 1992 estimava-se que fossem alcançadas 96% das metas propostas. No primeiro QCA tinham beneficiado de 320 milhões de contos; na altura da nossa reunião, estimavam que o montante seria duplicado no segundo Quadro. Se houvesse qualquer redução os programas seriam acomodados homoteticamente. Não se previam dificuldades de absorção. Havia uma equipa de acompanhamento para o efeito que trabalhava no gabinete

do Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional. Eu conhecia os três elementos que a integravam, desde há muito; eram de grande competência e dedicação; e mantinham as mais fluídas relações com a coordenação de fundos que estava sob a minha responsabilidade.

Como o Ministro do Emprego, José Silva Peneda, tinha sido Secretário de Estado do Planeamento e meu colaborador de há muito, na Comissão de Coordenação da Região do Norte, aproveitámos para analisar a questão mais genérica dos sistemas de incentivos cuja discussão, em Bruxelas, corria nesse momento. Convergíamos na análise:

Para atenuar as disparidades regionais seria muito importante dispormos de incentivos fiscais para quem se localizasse nas zonas mais atrasadas; mas os Ministros das Finanças reagiam sempre mal à sua introdução. Somente com incentivos financeiros, ainda por cima transitórios, seria difícil alterar o estado das coisas. Deveríamos tentar introduzir nos sistemas de incentivos uma modalidade que permitisse cobrir uma parte dos juros pagos pelas empresas para realizar os seus investimentos; a penúria de meios era realmente grande; o esquema seria gerido pela banca, no quadro de regras aprovadas pelo Governo. O preço dos terrenos, na faixa litoral, era impeditivo da realização de empreendimentos que reclamassem grandes extensões; por isso se deveria prosseguir com a criação de loteamentos industriais municipais que proporcionassem o espaço necessário. Os programas operacionais integrados tinham conduzido a bons resultados; era preciso continuar com a sua actividade, lançando alguns outros novos nas regiões mais deprimidas; devia-se fazer uma grande divulgação das partes do território por eles cobertas e dos seus objectivos. As duas áreas metropolitanas representavam um caso à parte; mas tinha que se negociar com elas planos de investimento e de infraestruturas que visassem a instalação de unidades muito modernas e indutoras da criação das tais “empresas em cascata” a que me refiro noutra lugar. O ambiente destas conversas era realmente único! Estávamos todos empenhados na acção e havia muito entusiasmo.

*

A preparação das negociações do II Quadro Comunitário de Apoio ocupava muito do meu tempo e do da Secretária de Estado que sempre me acompanhava nas conversas com os nossos colegas. No dia 22 de Setembro tive uma longa reunião com toda a equipa das Obras Públicas. O sector absorvia uma boa parte dos fundos e, por isso, era preciso definir com precisão cada empreendimento, seu volume de recursos, seu calendário e, especialmente, sua inserção no Plano de Desenvolvimento Regional que havíamos traçado e nos dava tanta credibilidade em Bruxelas. Tratava-se de preparar o período de 1994/97.

O programa de desclassificação das estradas, passando muitos trechos de estradas classificadas como nacionais para a esfera dos Municípios prosseguia. No Algarve, nessa ocasião, estava a transferência concluída; o Alentejo viria a seguir. Isso importava porque as estradas eram entregues em perfeito estado de conservação, aplicando-se nessa operação verbas do FEDER para cobrir a parte que cabia às Autarquias Locais. O acordo estabelecido com muitas era dividir o custo em duas partes (50%), uma suportada pelo Estado e outra pela Autarquia-parceira. O pior era que o Ministério das Obras Públicas já havia assumido compromissos para 20 milhões de contos de investimento e no QCA só estavam previstos 12 milhões! Era preciso ir buscar 8 milhões a algum outro lado ou tentar convencer Bruxelas a elevar a taxa de comparticipação de 50% para 80%. Eu diligenciei para que isto se passasse muitas vezes; mas fi-lo sempre “à contre-coeur”... É que esta elevação do valor dessa taxa permitia a inclusão de projectos com muito mais risco, o que não era bom em termos de selecção dos empreendimentos. Mas eu não seria entendido se pusesse obstáculos ou renitências...

Ir-se-ia cumprir o plano rodoviário nacional, concretizando os IP e os IC ainda em curso. O grande impulso dado através das Parcerias Público-Privadas rodoviárias verificou-se somente no Governo seguinte, do Eng. António Guterres. Nessa ocasião só se construía aquilo para o qual havia meios. E, tirando as circulares às grandes aglomerações, eu achava que as radiais deveriam, por regra, ser portajadas. A este assunto voltaremos quando eu escrever sobre os anos de 2002-2003!... Nessa ocasião o Ministro das Obras Públicas atribuía prioridade aos acessos a Lisboa, Porto e Coimbra. Ele queria também actuar sobre a ferrovia, através da

electrificação das linhas e de um investimento urgente nos nós ferroviários de Lisboa e do Porto, onde havia uma sobrecarga grande de composições suburbanas. Pretendia para isso um aumento da participação comunitária porque os custos das obras eram pesados.

Em relação ao Metro de Lisboa o programa, segundo ele dizia, estava feito ao dia. Não poderia haver falhas de meios. Queria também investir nos aeroportos. Em relação aos dos Açores queria orientar eventuais sobras do REGIS para o de Ponta Delgada. Mas eu fui-o avisando de que não deveria contar com isso porque os Governos Regionais eram “voracíssimos” a gastar e não se poderia contar com parcelas não investidas. Nessa ocasião, ele disse-me que havia uma proposta da Lockheed para a construção de um aeroporto em Lisboa; mas eu nunca mais ouvi falar disso.

Para apoiar a BRISA na construção de novas auto-estradas deveria contar-se, além do FEDER, com os empréstimos do BEI. Era o campo privilegiado deste e em Bruxelas havia uma longa experiência dessa parceria. Por outro lado, as portagens geravam os meios para pagar os empréstimos. Insisti muito para que se explorasse esse caminho.

Queixou-se muito dos atrasos dos estudos de impacto ambiental em curso relativos ao IP3 e ao IP4. Mas eu avisei-o de que se não ultrapassasse essas dificuldades não conseguiria aplicar os dinheiros e isso não era bom para ninguém. Queria investir nos terminais fluviais de Lisboa e do Barreiro. Mas também pretendia meios para adquirir embarcações para a Transtejo.

Nessa ocasião o porto de Aveiro ainda não dispunha de ligação ferroviária. Por isso ela estava incluída no plano.

As preocupações ambientais estavam em crescendo; não se podia iludir a questão. Por isso, se havia começado a gizar um programa para abater camiões obsoletos e poluentes, substituindo-os pelos chamados “camiões ecológicos”; isso era particularmente importante para os muitos que se dirigiam para o centro da Europa. Havia, ainda, um programa para a modernização das telecomunicações; mas ele punha problemas especiais de apoio porque estavam os respectivos serviços concessionados.

O programa de recuperação dos centros urbanos, particularmente daqueles que tinham importância histórica ou arquitectónica não beneficiava de nenhum apoio

comunitário. E tanto ele como o que estava dirigido à eliminação das barracas representavam um objectivo do Governo. Mas não havia meios internos. Pus-lhe a hipótese de se recorrer ao fundo EFTA; percebi que teria de ser eu a negociá-la.

*

No final de Setembro de 1992 estávamos em plena preparação do Plano de Desenvolvimento Regional que haveria de constituir a nossa proposta para negociação do II Quadro Comunitário de Apoio. Tínhamos de articular 22 programas regionais com cerca de 48 sectoriais, dos quais 20 eram de iniciativa comunitária. Seriam, assim, quase setenta programas a que se teria de dar nexos numa conjugação de sentido duplo: de cima para baixo, tentando fazer com que eles se encaixassem nos objectivos gerais que havíamos definido; de baixo para cima, fazendo com que o documento geral acolhesse aspectos específicos das diversas partes do território e dos diferentes sectores que devessem ser referenciados como questões nacionais. Contudo, nessa nova edição, não era necessário aparecer um rol de programas muito específicos porque os de âmbito muito restrito seriam de aprovação interna como nós havíamos conseguido que passasse a acontecer. Mas havia que introduzir a noção de periodicidade temporal e isso obrigaria os sectores e as regiões a programas como nunca haviam feito. Todas as candidaturas teriam de ser apoiadas em projectos. Preocupava-nos, particularmente, a definição da rede escolar que, em nosso entender, deveria ser feita em articulação com o ordenamento do território, obrigando por isso as Autarquias a fazer escolhas que o Ministério da Educação não estava em posição de definir.

Resolvi começar o trabalho pela parte espacial; para isso me reuni com as Comissões de Coordenação Regional, num daqueles encontros sem termo definido e sem telefones; eu só atenderia o Primeiro-Ministro, se o telefone directo tocasse... Isso aconteceu no dia 23 de Setembro.

Os presidentes das Comissões deveriam fomentar o aparecimento de medidas sectoriais que tivessem reflexo nas suas regiões; eu, pela minha parte, manteria contactos com os meus Colegas sectoriais para que me comunicassem, o mais cedo possível, as linhas de política que pretendiam seguir e os programas que

gostariam de apresentar. Recomendei que excluíssem, logo à cabeça, todas as propostas “paroquiais”; só nos interessava o que pudesse assumir as dimensões de um programa. Nessa altura ainda eram dominantes as propostas da Junta Autónoma de Estradas e as do âmbito do Ambiente (águas, esgotos e lixos) que teriam, obviamente, de ter escala para tornar a acção mais racional. A definição de prioridades impunha-se, para se poder cortar o programa de acordo com os meios disponíveis. Estava fora de causa tomar decisões “automáticas” em função de quaisquer indicadores, como, por exemplo, o FEF; cada projecto deveria ser avaliado nos seus próprios méritos e inserido num programa que tivesse expressão espacial apreciável. Deveria ser forçada a articulação intermunicipal numa procura sistemática de escala. Mas teria de se possuir uma visão integradora, de cima para baixo. Cada programa regional não poderia ser um somatório de programas autárquicos. Naturalmente cada um desses programas poderia ter um sub-programa autárquico, mas interessava olhar para o espaço regional no seu conjunto; por isso eu era a favor de que ele fosse heterogéneo (uma parte mais desenvolvida e outra mais atrasada) no sentido de fazer com que se produzissem efeitos de arrastamento que, de outra forma, não se verificariam.

Não poderíamos pensar em alteração das regras dos fundos estruturais; a Comissão não estaria aberta a isso. A única forma de actuar seria começar a programar cedo e optar decididamente por programas com impacto intermunicipal. Não se poderia deixar nada para a última hora. Os quinze meses que tínhamos pela frente, teriam de ser ocupados a escolher projectos, a fazer uma pré-avaliação de cada um e a elaborá-los. Eu queria definir um limiar para cada projecto; pedi aos presidentes que percorressem os que haviam sido realizados para, numa próxima reunião, fixarmos um valor; seria bom conversarmos também com a ANMP para auscultar o seu sentimento a esse respeito. Eu não queria era dispersar “óleo em muitas engrenagens”; tinha de haver umnexo e uma ambição!

Ainda era necessário ter um sub-programa destinado às estradas desclassificadas; talvez fosse a última oportunidade para o fazer. A reabilitação urbana, especialmente, das cidades médias, ficaria bem como outro sub-programa. Deveríamos, todavia, contrariar a tendência para nos ficarmos por programas au-

tárquicos. Seriam programas operacionais com carácter regional e com uma componente autárquica. E, era evidente, tudo deveria ser feito no âmbito de contratos-programa para os quais todos carreassem não só meios financeiros como, também, as suas competências.

Era preciso dar atenção aos programas relativos às Áreas Metropolitanas. Eles correriam o risco de absorver todos os meios disponíveis. Mas isso prejudicaria o objectivo da harmonização do desenvolvimento; todavia, deveríamos estar preparados para que eles absorvessem o triplo ou o quádruplo de qualquer outro; por essa razão, ter-se-ia de ser muito criterioso em relação à definição dos sectores prioritários (O saneamento básico? A mobilidade? ...).

Deveríamos começar, desde logo, a definir o modelo de gestão dos programas. Eu enunciei os princípios a que ela deveria obedecer: participação e eficácia e, dentro desta, operacionalidade e diversificação.

Na ante-véspera e na véspera tinha havido, em Bruxelas, uma reunião do Bureau da Assembleia das Regiões da Europa, da qual eu já havia recebido notícias. Partilhei-as, logo, com os meus interlocutores. Elas respeitavam ao seguinte:

i) Deveria haver uma redução da burocracia comunitária e da sua intervenção. ii) As regiões tinham-se queixado da arrogância dos seus próprios Estados, que davam pouca atenção às suas propostas. iii) Estava, nessa ocasião, a assistir-se a uma intervenção crescente do eixo Paris/Bonn; para equilibrar as coisas, deveria haver um maior envolvimento da restante Europa. iv) Inquietava os representantes das regiões a divisão interna do Reino Unido (Vista hoje, a situação – 2016 – verifica-se que, afinal, ela já vem de trás; acrescentarei, mesmo, de muito atrás... É preciso conhecer a História...). v) A proposta de orçamento para 1993 ainda não contemplava verbas para o Fundo de Coesão e isso, para nós, era muito negativo. vi) Finalmente, sabia-se que o Presidente Delors estava perfeitamente a par das dificuldades verificadas nas relações entre a burocracia de Bruxelas e os Estados-membros. Eram estas as indicações sobre o enquadramento em que teríamos de operar.

*

No dia 29 de Setembro fui ao Conselho Económico e Social para apresentação da nossa proposta das Grandes Opções do Plano para 1993. O parecer do CES deve-

ria acompanhá-la quando ela fosse entregue no Parlamento. O documento havia sido enviado com antecedência, mas eu comecei por fazer uma exposição geral para uniformizar a informação.

O primeiro a falar foi o Dr. Agostinho Roseta, presidente da UGT. Era um homem preparado e correctíssimo no trato. Tive numerosas reuniões com ele, sempre com proveito. Fiquei chocado quando me disseram que ele tinha uma doença oncológica, com o mais reservado dos prognósticos. Manteve-se a trabalhar até próximo do fim. Foi um acto de genuíno pesar a minha ida à sede da UGT, onde a sua câmara ardente foi montada. Estava de acordo com muito do que o documento enviado referia, mas a respeito da convergência real e da convergência nominal, a formulação não era clara quanto à respectiva prioridade; a primeira é que importava! A política de desinflação era sempre restritiva; ora isso implicava um agravamento potencial dos problemas sociais e era preciso salvaguardar a situação. Aliás, insistiu, a função social do Estado não poderia, de modo nenhum, ser reduzida. Em relação aos fundos estruturais e ao fundo de coesão, como os valores respectivos ainda não estavam definidos, o parecer da UGT não poderia ser se não inconformista. Mas, acrescentou, isso até seria bom para o Governo fazer saber em Bruxelas. Achava que o documento não fazia uma antecipação suficiente dos impactos negativos que se iriam verificar sobre o desemprego; precisávamos de mais meios financeiros para apoiar o sector têxtil e do vestuário; tanto o RETEX como o SINDAVE eram insuficientes para responder às necessidades. Deveríamos dar grande atenção às negociações do GATT (Uruguay Round), particularmente no que respeitava ao acordo multi-fibras. Durante a fase de reconversão do sector deveria haver meios para assegurar a manutenção de um rendimento aceitável dos trabalhadores em causa; tinha de se procurar que as empresas, na operação de reconversão, mantivessem o emprego dos trabalhadores mais jovens. Referiu-se à emigração temporária que se estava a verificar, especialmente para Espanha e para o sector das obras; temia que a situação piorasse quando estas fossem concluídas e não substituídas por outras. Temia que houvesse PME demasiadas em Portugal; achava que era dispersão a mais; deveríamos fazer qualquer coisa a esse respeito até porque isso facilitava fugas ao fisco. Apoiava os esforços para a modernização da Administração Pública. Recomendava o rigor orçamental. Não

tinha conseguido discernir o alcance da transferência de competências para as Autarquias Locais que era proposta. Preocupava-o o sector da Educação, por este não crescer e o documento falar mais no ensino universitário e politécnico do que nos outros; e a formação profissional? Achava que não se estava a dotar suficientemente os sectores da Saúde, da Habitação e dos Transportes Colectivos. No âmbito da Segurança Social sabia que estava anunciada uma reforma, mas ela ainda não havia passado pelo CES e sido negociada com os parceiros sociais. E como eu havia anunciado que voltaria ao Conselho para analisar o PDR, folgou com a promessa e disse que olhariam para ela com o maior interesse.

O Padre Victor Melícias, representante do sector social, começou por dizer que nem faria oposição nem daria apoio ao Governo, mas queria que eu soubesse que teria o suporte do seu sector nas minhas diligências em Bruxelas. Deveríamos contrariar o espectro da construção da Europa a duas velocidades. Sublinhou os riscos que corríamos em matéria de exclusão social; deveríamos fazer um esforço para reforçar a solidariedade; queria apoio para os que estavam na margem da exclusão. Tínhamos que lutar contra o racismo e contra a xenofobia que estavam a dar sinais. Queria apoio para a integração das comunidades étnicas em necessidade. O ano de 1993 seria o Ano Internacional da Terceira Idade; deveríamos dar expressão à nossa solidariedade para com esse grupo. Congratulava-se com o apoio que vinha a ser dado ao cooperativismo e à economia social mas gostaria de que no texto figurasse a trilogia: cooperativismo, mutualismo e associativismo. Aplaudia a descentralização e a nossa afirmação de apoio à subsidiariedade. Queria que a descentralização não fosse somente dentro da esfera administrativa: deveria, também, haver transferência de competências para a Sociedade Civil. Obviamente que a descentralização também teria uma versão financeira.

A CGTP queria uma hierarquização mais clara das Grandes Opções. As condicionantes externas não estavam suficientemente distinguidas das internas e havia, realmente, um afundamento da agricultura e da indústria. Falava-se da reestruturação do tecido produtivo, mas não havia explícito um compromisso com a criação de emprego. Achava que estava implícito o privilégio à convergência nominal; ora iria haver uma divergência real, no que tocava aos salários e à qualidade de vida dos Portugueses. Havia uma extensa referência à

reestruturação da Administração Pública; mas não se dizia nada acerca da discussão com os parceiros sociais que a deveria acompanhar; ora, a reestruturação iria implicar maiores dificuldades para os trabalhadores dessa Administração. A transferência de competências para as Autarquias Locais era parte dessa reestruturação; mas eles tinham muitas dúvidas sobre a constitucionalidade de a fazer sem envolvimento dos trabalhadores.

Pela CAP, falou o Eng. José Manuel Casqueiro. Era um homem corajoso que conhecia bem os problemas da Agricultura Portuguesa. Começou por afirmar que a imagem do CES dependeria muito dos aspectos construtivos dos pareceres que elaborasse; por isso, tinham de zelar pela sua qualidade. Parecia-lhe que se estava a apostar demasiadamente na contribuição europeia para o nosso desenvolvimento; e se não houvesse o “Paquet Delors II”? Quais seriam as alternativas? Viam com preocupação qualquer esforço de travagem no movimento que havia sido iniciado. Estavam muito ansiosos com as negociações do GATT e com os reflexos que elas poderiam ter sobre os preços dos produtos agrícolas; achava que a Europa estava a ceder a argumentos de fora (Leia-se, dos Estados-Unidos...). Recomendou muita atenção ao alargamento da Comunidade Europeia aos países nórdicos por causa das ameaças que eles apresentavam, no domínio da Agricultura e, especialmente, no sector da Floresta; achava que Portugal tinha de fazer um esforço expressivo de desenvolvimento da floresta antes da integração dos países do Norte (Isso não seria, obviamente, possível...). Queria o reforço da Sociedade Civil e a diminuição do peso do Estado. A transferência de competências implicava, naturalmente, a transferência de meios financeiros; ora isso, no passado, apesar das boas intenções, tinha sido acompanhado por uma má prática; esperava que, desta vez, não fosse assim. Recomendava um aumento do sector do I&D na Agricultura; lamentava que, no passado recente, se tivesse apoiado, neste domínio, tão poucas empresas privadas (elas não haviam apresentado praticamente candidaturas!...). Deveria dar-se muita atenção à reforma da Política Agrícola Comum; ela ia num sentido inverso aos nossos interesses; não queria ver acentuada a propensão importadora de Portugal nesta matéria.

Falou depois o Presidente da Câmara de Mirandela, Dr. José Gama, que representava o Poder Local. Disse que o documento apresentado era ambicioso, mas esclarecedor. Passava a imagem de um Portugal dinâmico. Deveria ser salientado

o ano de 1993 como o da livre circulação das pessoas; lembrou a década de 60, dos emigrantes, das famílias divididas e dos clandestinos. Sublinhou a importância dos elementos das Comunidades Portuguesas poderem votar nas eleições presidenciais. E incentivou-me a apressar a construção do lanço da auto-estrada Penafiel/Amarante, que tanta falta fazia... O sector do Ambiente deveria merecer-nos a maior atenção, particularmente a construção de ETAR. Salientou como estava a ser aprofundado o diálogo com a ANMP a respeito da transferência de competências para as Autarquias Locais.

O Dr. Alberto Ramalheira era um dos especialistas que integravam o CES. Acha-va que a proposta das GOP era optimista, mas que o documento era mobilizador da vontade; deveríamos explorar esta dimensão da motivação das pessoas. Atribuía muita importância à coesão económica e social e à eliminação das injustiças. Apoiava-me em relação à necessidade de atenuar as assimetrias não apenas as espaciais, mas também as respeitantes à distribuição dos rendimentos. A coesão económica e social era dissuasora dos conflitos. A prevenção representava uma resposta melhor do que o combate após as disparidades se terem instalado. As famílias tinham, nessa coesão, o mais importante dos papéis; elas eram a primeira escola da sociabilidade. Deveria procurar-se a inserção da política económica num enquadramento mais vasto. Entre outros aspectos deveria dar-se muita atenção à quebra de natalidade; estavam a faltar condições para assegurar a comunicação da vida; ora isso era uma ameaça ao Povo Português; tornava-se urgente procurar as causas e definir os remédios. O sector da Habitação merecia - -lhe muitos cuidados; chamou a atenção para o “stock” enorme das casas dos emigrantes que estavam fechadas onze meses por ano! Dever-se-ia dar muita atenção às forças latentes existentes na Sociedade e que poderiam ser organizadas tendo em vista a resolução de numerosos problemas. Era através da economia real que se tinha de dar resposta às necessidades das famílias. A formação deveria merecer muita atenção; nomeadamente a formação de adultos. Não considerava que o PIB representasse um bom indicador para aferir a felicidade das pessoas; dever-se-iam integrar outros parâmetros; e, dentro destes, estavam os aspectos culturais! Achava que nós estávamos a viver um momento histórico extraordinário.

O Dr. Francisco Silva, da CAP, referiu-se à necessidade de se dispor de uma estratégia para as cooperativas, mutualidades e associações. Deveríamos promover os nossos produtos agrícolas e integrarmo-nos, progressivamente, na PAC. Era importante transferir funções para as diversas organizações do sector. O Mercado Abastecedor de Lisboa era urgentíssimo (Estávamos a prever a sua construção no segundo QCA). A qualidade dos produtos tinha de merecer atenção; não chegava a sua normalização. Deveria haver apoios à exportação de produtos agrícolas portugueses, nomeadamente para Angola. E, em relação ao “Paquet Delors II”, o que pensava o Governo orientar para o sector da Agricultura?

Descrevi, com alguma detença, o que foi a primeira reunião do Conselho Económico e Social sobre uma proposta tão importante como era a das GOP. Espero que tenha transparecido o ambiente cordial e construtivo em que tudo se passou. O parecer que foi elaborado era sereno. E ainda não havia o costume de os jornalistas irem, no final, tentar sublinhar os desacordos entre os membros do Governo e os membros do Conselho!...

*

A parte da Agricultura no Plano de Desenvolvimento Regional teria forçosamente de ser substancial; em grande parte do país era praticamente o único recurso endógeno que se poderia mobilizar. Por isso, comecei com tempo as conversas preparatórias. No dia 1 de Outubro tive uma reunião com o Ministro de Agricultura e com os Secretários de Estado do Planeamento, dos Mercados Agrícolas e Qualidade Alimentar e da Agricultura. Eles já tinham entregue o que chamavam a “versão zero”. Era a partir daí que se deveria trabalhar.

Comecei por lhes pedir contribuições para o estudo de três barragens que me interessavam: a do Alqueva, a dos Minutos e a do Sabugal (Mortágua) que teriam de ser justificadas. Mas havia os planos de luta contra os fogos florestais que reclamavam algumas pequenas estruturas que deveriam ser definidas na sua localização e qualificadas em matéria de custos (estradas, aceiros, torres de vigia, pequenas barragens etc.). Para o novo QCA dever-se-iam desenhar formas de actuação mais descentralizadas e mais adaptadas a cada região; era óbvio que elaborar planos sectoriais nacionais era mais fácil. Mas impunha-se que eles esti-

vessem mais “colados” às circunstâncias de cada região. As linhas de apoio eram as mesmas que vinham de trás; tinham números dentro da PAC (797, 866 e 867) além do PEDAP. Mas deveriam ser agora elaboradas para cada sub-espço.

Tinham de ser definidas prioridades para os projectos que aparecessem nos diversos programas horizontais e quantificados os fundos concedidos ao abrigo daqueles regulamentos. Mas tinha chegado a hora de optarmos por grandes projectos estruturantes; o Ministro chamava-lhes os PDAR macro-regionais; e não queria instrumentos nacionais verticais; eles tinham de ser integrados de forma mais colada ao terreno e havia experiência suficiente para os elaborar.

O regadio era inequivocamente uma área determinante. Ele dava preferência à construção de barragens de uso múltiplo: rega, abastecimento de água às populações, energia,... Assim se aproveitaria melhor o recurso. As quotas de superfície e de produção teriam de ser revistas e renegociadas em Bruxelas (milho, girassol, etc.). Ele apostava nas culturas tradicionais (milho, oleaginosas, hortícolas, etc.). E era muito a favor da constituição de um Instituto da Água na Universidade de Évora (Ele não veio a ser formado mas a EDIA soube ir buscar técnicos onde eles existiam). O mercado interno absorvia a totalidade das grandes culturas; só produzíamos 20% das oleaginosas de que necessitávamos e 45% a 50% do milho que consumíamos; o complemento era de importação. Para o gado que também tinha uma quota de produção de referência era preciso produzir mais forragens (logo, mais água...). Mas neste domínio não se poderia renegociar nada naquele momento; era preciso, contudo, que ficasse escrito (de forma subtil) um parágrafo que nos permitisse abrir as portas para uma renegociação, daí a 6 ou 8 anos.

A electrificação rural era muito importante. Por outro lado, a comercialização e transformação dos produtos agrícolas tinha de merecer a maior atenção, porque, naquela altura, era, de facto, rudimentar. Para o fazer precisávamos de conceber um sistema de incentivos às empresas comerciais (frutícolas, hortícolas, etc.) para se modernizarem.

A florestação era muito relevante. Havia já o PAF (que eles designavam como programa tipo 797). Era preciso encetar um movimento de florestação das terras aptas para a floresta e de terras agrícolas marginais, enquanto não tivéssemos de

experimentar a concorrência interna dos países escandinavos neste sector (As coisas são mais difíceis do que então se estimava; e as dificuldades têm muito a ver com o micro-fúndio, com a falta de cadastro, com o absentismo dos proprietários e com a falta de ocupação das terras; a crescer e ligado com tudo isso está o elevado risco de fogos. Ainda hoje (2016) me ocupo, esporadicamente, com a organização de seminários onde se discutem estes temas). A prevenção dos fogos florestais deveria ser generalizada, sem substituir o discurso do combate. Em resumo, era muito importante estimular a plantação de novas florestas para aproveitar as notáveis aptidões que possuímos em matéria de temperatura, humidade e qualidade dos solos. As áreas de referência seriam as das regiões agrárias, razoavelmente homogéneas e, portanto, susceptíveis de ser abrangidas pelo mesmo tipo de acções. Em relação à floresta, já havia a ideia de definir sete áreas, cada uma com o seu tipo de ocupação.

Em relação ao Alqueva, concediam que ele não poderia ficar sub-sumido num programa regional de Alentejo. Teria individualidade própria, como acabou por acontecer. O grande problema do regadio, como eu já tenho referido, respeitava à constituição de associações de regantes; uma vez construídas as barragens e as redes de rega, ninguém queria tomar conta delas! Tinha de se tratar da parte institucional logo desde o início.

Queriam promover um Instituto Florestal. A Direcção Geral das Florestas tinha sido feita para tratar das Matas do Estado, portanto da floresta pública. O que agora nos interessava promover era a floresta privada.

Ficou combinado que, na primeira semana de Outubro, tínhamos uma segunda versão do contributo do Ministério da Agricultura que incorporaria o resultado da nossa troca de impressões. Foi logo ali designado quem seria o seu relator, que deveria acompanhar todo o processo.

*

Para a preparação do novo PDR não chegavam as reuniões sectoriais com os meus Colegas e seus Secretários de Estado. Era preciso, também, fazer encontros de base espacial. Comecei pela sub-região de Trás-os-Montes e Alto Douro. Em 2 de Outubro, reuni-me em Vila Real, com as “forças vivas” locais, funda-

mentalmente Presidentes das Câmaras, Universidade e Politécnico e Associações Empresariais. Comecei por dizer ao que vinha, o que eles, aliás, já sabiam. Houve depois, para uniformização de informação, uma exposição pelo presidente da Comissão de Coordenação Regional que foi avançando o que já tinha elaborado na sua proposta escrita.

Referiu-se à evolução demográfica e aos investimentos feitos no âmbito do QCA em curso. Propôs um rol de objectivos de desenvolvimento para 1994/97 em torno dos quais seria definida uma estratégia. Impunha-se identificar grandes projectos e ver como os programas sectoriais poderiam ser ajustados para resolver problemas regionais; os programas regionais deveriam ser diferenciados espacialmente para se ter capacidade de resolver os problemas, tal como eles se punham. Seria bom que, no novo QCA, se desse preferência a uma nova geração de investimentos autárquicos de carácter supra-municipal. Impunha-se a procura de uma escala diferente. O mundo rural tinha de merecer uma reconversão. E os recursos humanos da região um grande robustecimento. Dever-se-ia encontrar novas formas para promover a região: serviços, investimento estrangeiro e outros apoios. Enunciou, neste particular, objectivos muito claros: melhoria das condições de internacionalização da Região; valorização da capacidade empresarial instalada; reforço da rede urbana da Região; promoção da qualidade ambiental; fixação dos jovens; modernização da actividade produtiva. A reabilitação urbana deveria ser, também, tida em linha de conta.

Focou-se, depois, nos problemas específicos de Trás-os-Montes: a falta de acessibilidade por grandes eixos que a deveriam ligar ao litoral e a Espanha; a baixa capacidade de atracção de investimento para a zona que estava ligada à fraca capacidade empresarial existente na zona; a conveniência de dar mais protagonismo às associações empresariais existentes, especialmente o NERVIR e o NERBA; a fragilidade da base produtiva existente, sempre com equilíbrios instáveis; a baixa dotação do equipamento existente; a necessidade de reforçar a capacidade de formação superior na região; a valorização da qualidade ambiental. Eram estes tópicos, afinal, aqueles que deveriam estruturar a contribuição para o PDR desta parte da Região do Norte.

Queriam mais incentivos para os empresários. Criticaram a delonga observada no PDR anterior entre a sua apresentação e negociação e a dos projectos dos diversos empreendimentos. O reforço dos diferentes centros urbanos era fundamental; de outro modo a população abandoná-los-ia; os transmontanos permaneciam cada vez menos tempo na sua terra; emigravam cedo. Para a sua fixação propunham a criação de uma rede de zonas industriais. A rede escolar era fundamental; mas tinham muitas escolas com poucos alunos e poucos núcleos escolares; as chamadas “Escolas do Centenário” estavam muito degradadas e sem condições para funcionarem. O equipamento de saúde era pobre. De 1930 a 1980 não se havia investido na zona e a população tinha emigrado, mas, de 1980 a 1990, o investimento havia sido expressivo e, apesar disso, a “sangria” continuava. Um lamentava que os Transmontanos não realizassem na sua terra o que, patentemente e com grande sucesso, faziam fora dela; estava convencido que o êxodo não iria diminuir; e, por isso, reclamava muito maiores ajudas para a sua zona. Por isso recomendava a intensificação do recurso a Operações Integradas de Desenvolvimento. A acessibilidade tinha de ser incentivada: o lanço de auto-estrada entre Penafiel e Amarante; o IP2, o IP3, o IC5 e o resto do IP4 (Sempre as estradas!). Os incentivos do sistema SIBR deveriam ser majorados para Trás-os-Montes. Seria conveniente criar sociedades de investimento nas quais as Câmaras participassem; de outro modo, não se lançariam novas iniciativas. A questão dos baldios deveria ser solucionada; tal como estavam não aproveitavam a ninguém. As agro-indústrias precisavam de um apoio especial. As associações empresariais queriam que fossem construídos novos polígonos industriais mas sublinhavam, sem gestão autárquica!...

Como se vê, recomendava-se muito investimento público, mas não havia grandes ideias em relação à animação do tecido produtivo que não passasse por mais subsídios...

*

Em 7 de Outubro tive uma reunião com o Ministro do Mar e seus Secretários de Estado. Eu estava acompanhado pela Secretária de Estado, uma vez que se tratava de preparar a contribuição do sector para o novo PDR. Começou por se lamen-

tar em relação à ausência de uma política portuária e à falta de articulação entre os grandes e os pequenos portos. Era a sua prioridade. Em relação à náutica de recreio, queria estimulá-la através da dotação de vários portos com equipamentos adequados; comunicar-me-ia toda a proposta dentro de duas semanas. Apoiava a ideia de os portos estarem ligados às redes transeuropeias; já dispunha de informação quantificada acerca do que tencionava promover. No domínio da gestão portuária, queria dar privilégio à informatização dos portos e à constituição de bases de dados. Pretendia aproveitar o ENVIREG para levar a cabo um plano de prevenção e combate à poluição dentro dos portos. Em seu entender a prevenção da poluição no mar deveria ser feita em terra, onde teriam de estar disponíveis todos os meios necessários; atribuía a poluição a dois factores: 70 a 90% a erros humanos; 10 a 30% à ignorância das regras estabelecidas ou à má-formação.

O FEOGA-orientação proporcionava meios para abate de navios; mas ele preferiria enviá-los para Angola e Moçambique, onde poderiam contribuir para minorar as carências alimentares da população; aliás a contribuição para o abate era de 70% por parte da Comissão Europeia; os outros 30% teriam de sair do nosso orçamento. Queria lançar um programa de apoio industrial à pesca visando a transformação do pescado, a aquacultura e a distribuição do peixe.

Compreendia a minha insistência na dinamização do INIP (Instituto Nacional de Investigação das Pescas), mas tinha grandes dúvidas relativamente ao grau de eficácia do sistema; era o organismo mais caro do Ministério do Mar e um dos que menos produzia, apesar de estar envolvido em numerosos programas nacionais e internacionais. O Instituto dispunha, nessa ocasião, de 89 investigadores e 19 técnicos superiores; o ministro entendia que 108 quadros superiores deveriam ter resultados mais expressivos. Disse que iria promover uma avaliação sobre as suas potencialidades. Ela não devia ter sido muito positiva porque eu deixei de ouvir falar na instituição.

Queria que houvesse uma unidade que fosse o nó de uma rede de difusão de conhecimentos; e isso não existia. Tinha intenções de lançar mais actividades de aquacultura definindo zonas que fossem conhecidas dos potenciais investidores. Pretendia mesmo criar uma Reserva de Aquacultura Nacional com zonamento ao longo de todo o País.

Terminei a conversa com a impressão de que as coisas estavam “verdes”. Das ideias às propostas concretas iria levar, ainda, muito tempo.

*

No quadro da preparação do PDR, não podia deixar de se atender à contribuição de um sector que era para nós muito importante, apesar das vulnerabilidades que lhe estão sempre associadas. Era o Turismo. Por isso me reuni com o Ministro do Comércio e Turismo no dia 8 de Outubro. Participaram no encontro a Secretária de Estado do Planeamento e o Secretário de Estado do Turismo.

Era, para nós, muito inconveniente a concentração da actividade no sector do sol e praia. Impunha-se uma diversificação: rural, desportivo, de congressos, cultural, histórico, etc. Havia, além da concentração geográfica, a sazonal, que gerava grandes desequilíbrios. Além do mais, o crescimento era desordenado e os equipamentos estavam muito degradados. Os serviços tinham feito estudos da procura e dos nossos principais concorrentes; em relação a estes, verificava-se uma enorme diversidade de destinos que apresentavam vantagens comparativas de muita natureza, a começar pela proximidade das origens dos fluxos e pelo preço. Nessa ocasião, o turismo no mundo crescia a uma taxa de 4% por ano, enquanto que, na Europa, ela se limitava a 2%. Era o arranque do movimento para os destinos “exóticos”! A tendência era diminuir os dias de visita, mas aumentar o número dos locais visitados. Por todo o mundo havia ofertas imbatíveis do turismo de sol e praia, que concorriam severamente com a nossa. Ao tempo ainda não se punham com severidade as condições de segurança que hoje (2016) jogam a nosso favor. Não se esperava nenhuma nova “explosão” do turismo. Importava, assim, tentar diminuir a sazonalidade e diversificar a procura, curando, simultaneamente, de atrair turistas com poder de compra mais elevado. Para isso deveríamos fazer um esforço de modernização das condições da oferta, apostando em novos empreendimentos de gama alta, na animação, na preservação do ambiente, na cultura e no ordenamento. Impunha-se um esforço adicional na limpeza dos espaços públicos que, nessa altura, deixava muito a desejar. Ocorria, simultaneamente, uma oferta paralela e informal que deveria ser severamente fiscalizada. A formação profissional de todos os muitos agentes envolvidos era um imperativo.

Ela deveria ter lugar nas escolas dedicadas ao sector, mas também nos próprios locais de trabalho.

O turismo cultural reclamava um esforço constante na recuperação do património e também na animação. Mas, o que punha maiores dificuldades era a diversificação dos mercados, para países como os Estados- Unidos e o Japão para cujos turistas nós éramos um local remoto, dentro da Europa.

Nessa ocasião havia 27 campos de golf em Portugal. Estavam em construção muitos outros, estimando-se que, no final do século, eles fossem uma centena. O que estava a evoluir bem eram os desportos náuticos; seria conveniente acompanhar o sector. Por outro lado, a recuperação de aldeias pitorescas também exibia um crescimento da procura. Entendia-se que o turismo interno apresentava largas margens para ser explorado, especialmente nas ocasiões em que abrandasse a procura externa.

Já havia definido um sistema de incentivos – o SIFIT (Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo) – que os diversos empresários passaram a conhecer bem, graças à acção do dinâmico Secretário de Estado. E estava em curso um plano de construção de novas pousadas em locais históricos que tanto haveria de promover um turismo com uma marca especificamente nossa.

Havia a questão da imagem do turismo português que tinha de ser muito melhorada. Um nicho que haveria de se mostrar muito promissor era o turismo de reformados.

Depois subsistia o grande problema da organização administrativa do sector. Proliferavam as instituições criadas ao longo do tempo, um pouco ao sabor das pressões políticas. O País apresentava uma variedade institucional enorme, desde as agências concelhias, às de conjuntos de Concelhos, às regionais, às sub-regionais, etc. Ainda hoje existem e digladiam-se aplicadamente entre si, sem proveito para ninguém, a não ser para os que exercem as suas funções que se tomam sempre muito a sério mas não são capazes de se entenderem em domínios tão cruciais como seja a promoção dos seus produtos ou espaços.

Foram traçadas, nessa reunião, as linhas gerais que haveria de assumir o capítulo sobre o Turismo, dentro do PDR e fixados os tipos de equipamentos que seriam apoiados por dinheiros públicos, nacionais ou comunitários. O sector não tem parado de crescer desde então e representa hoje (2016) uma componente impor-

tante da nossa economia e das nossas exportações. O que ainda tarda a modernizar-se é a estrutura administrativa do sector mas, aí, entram considerações de natureza político-partidária que envenenam qualquer tentativa de racionalização da organização. Parece-me que os empresários já aprenderam a ultrapassar as dificuldades que lhes são postas; não me perguntem de que modo, nem se eu as subscrevo... Mas aí o defeito deve ser meu porque tenho uma preferência marcada por estruturas administrativas “esqueléticas” e muito operacionais.

*

No dia 9 de Outubro reuniu-se o plenário do Conselho Económico e Social para discutir e aprovar o parecer que deveria acompanhar as GOP na sua apresentação ao Parlamento. Nesse tempo, o CES ainda não dispunha de instalações espaçosas de maneira que nos reunimos na Sala do Senado, em S. Bento. O primeiro a falar foi o Dr. Alberto Ramalheira, um profissional muito competente e uma pessoa boníssima; toda a gente o sabia. Começou por dizer que se tratava do “parecer possível”. Imaginei que se tivesse tido de promover muitos equilíbrios entre os membros do Conselho... Iria percorrer os “diferentes registos do documento por uma ordem que não queria significar prioridade; aconselhava a que se referisse a grande importância do fortalecimento do papel da Família. E, depois, foi classificando as diversas referências. Achava: Adequado o propósito de fortalecimento da competitividade, de internacionalização da economia e a modernização do aparelho produtivo. Insuficiente, a referência ao papel da habitação. Excessivo, o realce dado ao papel do investimento estrangeiro. Omissas as referências à fiscofiscalidade, aos juros e aos custos de energia. Preocupante, a menção feita à construção comunitária e ao impasse em que, aparentemente, se encontrava. Recomendava que a convergência real (nível de vida e de bem-estar) precedesse, nas nossas preocupações, a convergência nominal. Importantes eram: a concertação social; a redução da inflação; a modernização da administração pública; a descentralização; a reforma do sistema de Segurança Social; a produção, valorização e difusão da cultura portuguesa; a recuperação dos atrasos do sistema de Ciência e Tecnologia, os cuidados de saúde... Fundamentais eram: os mecanismos de acesso aos fundos estruturais, de coesão, do “Paquet Delors II” e o novo Quadro

Comunitário de Apoio (Incitava-me a conseguir mais elevadas taxas de participação); as políticas de justiça e solidariedade; o combate à marginalização e a aposta na educação e formação. A sua intervenção traduzia bem as suas preocupações e o seu carácter. Devo dizer que a formulação do que expôs não poderia ter sido mais elegante.

O Prof. Raúl Miguel Rosado Fernandes tinha um estilo muito diverso! Eu conhecia-o desde há muito e admirava a sua inteligência e erudição. Ainda hoje mantemos animadas conversas sobre os muitos temas que nos interessam a ambos e nos quais ele, além de sabedor, é brilhante. Mas o estilo fazia parte da retórica da qual, aliás, ele era professor! Começou por perguntar se o documento das GOP era, mesmo, para aplicar ou não. Daí a um ano ele ali estaria para fazer o balanço. Lamentava que os Portugueses não gostassem de fazer balanços. Achava que a atração do capital estrangeiro estava a ocupar um lugar dominante nas nossas preocupações e que isso era escandaloso; o cenário traçado nas GOP referia muitas vezes as ajudas que iriam ser dadas pela CEE e isso não era bom. Queria que eu apresentasse os dois cenários: com fundos comunitários e sem eles. No campo da Ciência e Tecnologia, recomendou-me que não tivesse complexos de culpa em relação à investigação fundamental; não existiam trabalhos de fundo e a responsabilidade era de todos os que neles deveriam estar empenhados. Insistiu no maior rigor da gestão do Orçamento do Estado. Servindo-se do exemplo da Agricultura, disse que a transferência de fundos deveria ser transparente; tínhamos de mudar, apesar de isso ser difícil; os povos pobres gastavam sempre mal o dinheiro. Só os ricos o sabiam fazer e, por isso, o eram. Sublinhava a importância do desenvolvimento rural, mas advertia contra os malefícios potenciais da PAC; o resultado seria a extensificação das culturas e não a intensificação de especulações com alto valor acrescentado. As taxas de juro praticadas não favoreciam a produção agrícola que nos interessava; além disso, os excedentes dos produtos portugueses não se iriam vender para o exterior. O peso fiscal que se exercia sobre os Portugueses era muito elevado; não se referia só ao que pagávamos; eram, especialmente, as “chatices” que tínhamos. A nossa Justiça era ineficaz e estava contra qualquer pessoa de bem. Anunciou que o CDS, o partido que representa-

va, se iria abster. Invocou, como razão, não confiar nas GOP.. Era o pretexto! Na realidade, tratava-se só de politiquice... Mas o conteúdo da intervenção poderia ocorrer hoje (2016). Como é muito inteligente e sabedor, conserva-se agudamente crítico! Mas, descontando um certo exagero, é útil ouvi-lo. Convém contrariá-lo, porque isso faz despertar novas críticas e isso ajuda-nos a formar um melhor juízo acerca do que estiver em causa...

O Presidente da Confederação do Comércio lamentou o pouco tempo que havia sido dado para uma análise profunda (Eu, como sou mauzinho, achei logo que mesmo que se lhe desse todo o tempo do mundo, não viria grande coisa, em troca; mas isso advém de eu não ter paciência para este tipo de desculpas...). Deveria ser dada mais importância ao seu sector que era, afinal, quem fazia mover as coisas. As GOP partiam do pressuposto de que a economia internacional não iria ser relançada e isso talvez não acontecesse. Afinal, havia referências concretas ao comércio e ao turismo, mas não se mencionava a palavra “terciarização” da economia e era esta que contava; o futuro estava nos serviços (Ainda hoje não concordo que se desvalorize o peso da agricultura e da indústria, pensando que serão os serviços a fazer tudo...). Deveria haver uma referência à articulação entre as várias formas do comércio, porque a sua confederação apostava muito na reconversão do nosso comércio tradicional (Acontece que alguns oradores deste tipo não analisam nem criticam o que lhes é apresentado; falam, antes, para dentro dos organismos que representam e por quem são eleitos. Não se vai muito longe com eles...).

O representante da CGTP também se referiu ao parecer como “o possível”!... Queixou-se de que não tinha havido uma discussão aprofundada e, por isso, o parecer assumia a forma de um conjunto de recomendações, quando deveria ser uma crítica. Mas, enquanto recomendação, a CGTP não teria dificuldades em subscrever o parecer; mas não sabia como o Governo iria receber uma recomendação! Falou na importância dos hospitais, como equipamento, aos seus gestores e aos investimentos que eles não iriam fazer. Na proposta das GOP o que estava era uma referência à convergência nominal quando o que interessava era a convergência real. Mas o que é que iria acontecer às GOP? Acompanhariam, de forma desligada, a proposta de Orçamento e neste é que as verbas estariam especificadamente

(Como quem diz, é aí que devemos atacar!...). Mas foi acrescentando outras coisas: no documento havia fortíssimas omissões em relação ao sector produtivo, à função social do Estado e a muitas outras coisas. Por isso, iriam votar desfavoravelmente o parecer... Nem como recomendação!...

Também faziam parte do CES alguns Autarcas. O de Santa Comba-Dão disse que tinha “um grande carinho” pelo PROZAG-da-Aguireira que muito lhe interessava, mas não via nas GOP nenhuma medida enunciadas para combater a poluição na albufeira daquela barragem. Também precisava de um ENVIREG especial só para a zona. Depois fez considerações sobre o sistema rodoviário da Região do Centro: completamento do IP3 e alguns itinerários complementares. As autarquias precisavam de mais meios. Era necessário um gasoducto a atravessar a Região no sentido oeste/leste. Os custos da capitalidade que, nessa ocasião, eram muito referidos por alguns Autarcas lisboetas, também se combatiam investindo no Interior. Quanto às GOP, disse nada.

O Presidente da UGT, Dr. Agostinho Roseta, a quem já me referi, disse que era importante que o CES apresentasse um parecer e que ele tivesse o máximo de força; isso só prestigiaria o Conselho; as suas decisões deveriam ter um peso social e político consonante com o peso do próprio órgão; por isso o parecer não deveria reflectir posições pessoais ou institucionais, mas, antes, traduzir o sentimento do próprio Conselho. Sabia que este não era temido mas respeitado pelo Governo. Iriam apoiar o parecer, todavia, queriam marcar a sua própria posição. Achava que a proposta de parecer estava redigida com uma linguagem sóbria e equilibrada. Entendia que as GOP representavam, na sua essência, o entendimento do Governo em relação ao processo de integração acelerada na Comunidade Europeia; recomendou que não deixássemos de bater o pé com força, em Bruxelas, quando entendéssemos que tínhamos razão.

Não deveríamos ser conformistas. O objectivo deveria ser, de facto, a convergência real: a nominal era meramente instrumental. Sublinhou a importância da função social do Governo; disse que o preocupavam certos comentários que propunham a redução de esforços na educação e na formação; era o contrário que deveria acontecer. Incitava o Governo a fazer uma avaliação do PIDDAC, particularmente na área dos hospitais. Em relação à evolução da inflação chamou a aten-

ção para a dimensão do esforço que representaria trazê-la para um valor entre os 4 e 6%; tudo indicava que ela oscilaria entre 5 e 7%. Temia que houvesse algumas alterações a introduzir em certas variáveis do quadro macro-económico.

Por esta breve descrição, pode o Leitor perceber por que razão elogiei as intervenções do Dr. Agostinho Roseta e me manifestei reservado ou, mesmo, francamente céptico em relação a outras.

A QUERCUS representava os ambientalistas. Partilhava o cepticismo de alguns outros conselheiros. Iria reflectir! Tinha enviado uma contribuição que verificava não estar transcrita no parecer; lamentava o facto. A situação internacional estava a degradar-se bastante com o aumento da incerteza correspondente. A política do Ambiente deveria ocupar um lugar de maior relevo nas GOP e, por isso, entregara ao Presidente do CES um documento em que estavam enunciadas as grandes linhas de uma política do ambiente integrada, eficaz e com carácter estratégico. Punha reservas à forma imprecisa como as GOP se referiam à descentralização. Na realidade, o que se dizia misturava descentralização, com desconcentração, com regionalização, com privatização e com outros conceitos. Era preciso ser mais claro. Tomei boa nota!

Um representante das associações empresariais salientou a contradição que existia entre o que, correntemente, ouvíamos acerca da nossa sociedade e a realidade muito menos entusiasmante. A situação das nossas empresas industriais não era boa; tinha de se actuar de forma determinante para a melhorar. Uma das formas seria através do fomento das exportações de produtos de sectores que tinham de estar em modernização constante. A situação internacional estava a determinar alguma desorientação; a Guerra do Golfo e a situação nos países de Leste tinham dado uma grande machadada em muitos dos nossos consumidores, obrigando os nossos exportadores a ir para mercados mais competitivos e com menos margem. Era evidente uma baixa do poder de compra internacional. Tornava-se necessário ouvir os exportadores relativamente ao facto de termos uma moeda forte; isso complicava a sua vida. Queria mais apoios à exportação.

Um outro membro do CES era o presidente da Câmara da Nazaré, a quem já me referi, várias vezes, ao longo destas memórias. Começou por aludir à transferência de competências para os Municípios e às preocupações que tinha a esse res-

peito; haveria rupturas potenciais negativas para o País. Se o Conselho estivesse a apreciar as propostas das GOP e do Orçamento, em conjunto, o panorama ainda seria pior, porque o último não cumpria a Lei-quadro das Finanças Locais (Lei 1/87) em matéria de FEF. Deveríamos atender mais ao sector da Habitação. As verbas de que os Municípios dispunham para o efeito eram exíguas; mas estavam dispostos a colaborar com o Governo, neste domínio. Anunciou que iriam votar o parecer do CES e não as GOP; gostaria de ver que audição daria o Governo às recomendações do parecer. E, em relação ao Plano de Desenvolvimento Regional, reclamava ser ouvido ainda antes do documento formal estar concluído.

Pelo conteúdo de algumas intervenções, nomeadamente das duas últimas referidas, pode-se constatar que adiantava tanto ter apresentado uma proposta ou não. O que disseram era exclusivamente “pro domus propria”, independentemente do conteúdo da proposta. Eu ficava na dúvida se a teriam lido ou não e, no primeiro caso, se a teriam entendido. Porque as intervenções que fizeram poderiam ter ocorrido tanto no CES como noutra lugar qualquer. É por isso que continuo a insistir muito na preparação prévia e na discussão quer no seio dos partidos quer no das organizações representadas. Designam-se os representantes e eles que decidam o que devem dizer. Como impera a Lei do menor esforço, eles acabam por repetir a toada que ouvem nos jornais, na televisão, nas conversas de corredor... Mas, na realidade, não estão a ser os representantes de ninguém... Também os representados não lhes pedem contas quando voltam a casa. Deveriam ser obrigatórias as duas coisas: a reunião prévia para fixar o que iriam dizer na reunião; a elaboração de um relatório a dizer como ela se passou, o que disse o representante e o que disseram os outros. A ausência deste formalismo conduz ao improvisado, à desresponsabilização e, na realidade, ao descrédito da prática política.

A seguir veio a Dra. Manuela Teixeira, uma das eternas presidentes da FENPROF. Há chefes associativos ou sindicais que descobrem as alegrias dos cargos e dão-se como propósito principal o manterem-se neles; no sector da Educação, a longevidade é imensa mas a moléstia verifica-se ser geral. Deveria insistir-se numa limitação de mandatos como norma; fazia muito bem às organizações. Começou logo por dizer que apoiava as propostas da QUERCUS; eram contra o Governo; deviam por isso ser boas... Depois insistiu na importância da Educação como elemento

de coesão. Os níveis de educação básica e secundária eram um elemento fundamental da qualificação dos recursos e representavam um vector fundamental do bem-estar dos Portugueses. Teria lido a proposta que estava em apreciação?...

O Conselheiro Belo Morais apoiava o parecer. Deu como sugestão que participássemos no núcleo duro da construção europeia. Entendia as GOP como um instrumento mobilizador das vontades; para isso deveria alcançar o maior número de Portugueses; ora, para essa função, a linguagem conviria que fosse menos técnica. E achava que, exactamente com esse fito, deveríamos ser mais ambiciosos.

O Presidente da Câmara de Vila Real de Santo António ficou realmente surpreendido pelo facto de, nas Grandes Opções do Plano, não se fazer nenhuma referência à construção do Hospital do Sotavento...

O representante da Associação Nacional dos Jovens Empresários chamou a atenção para o conjunto de empresas industriais que se estavam a transformar em empresas comerciais para melhor alcançarem os seus fins. Protestou contra o apoio dado ao investimento estrangeiro, nomeadamente à FORD-VOLKSWAGEN; esse dinheiro deveria ter sido para incentivar empresas portuguesas. Insistiu, depois, na importância de uma luta impenitente contra a burocracia.

O Eng. Nogueira Simões, um homem inteligente e um profissional muito distinto, em vez de comentar as GOP, preferiu refugiar-se em aspectos formais sem importância nenhuma: ao discutir este tema, o CES estava a intrometer-se na função do Conselho Permanente de Concertação Social; por outro lado, não lhe parecia lógico que os representantes do Governo votassem o parecer. Achava que os directores-gerais haviam impedido que figurassem no documento as sugestões da CIP e isso era suficiente para ele se desinteressar da sorte do mesmo. Esquecia-se de que a proposta era do Governo e não da CIP; esta estava no seu pleno direito de publicar um relatório com as recomendações que entendesse dever formular, E o Governo também estava no seu de escolher, entre elas, aquelas em que se revia. Foi-lhe explicado isso, com a deferência que ele me merecia.

O presidente da Câmara Municipal de Aljustrel achava que o problema das assimetrias regionais não estava a ser bem tratado nas GOP. Estas deveriam mencionar alguns projectos estruturantes do Alentejo. Pedi-lhe paciência para aguardar o Plano de Desenvolvimento Regional onde isso deveria, de facto, ser tratado.

Relatei, com alguma minúcia, a primeira reunião do Conselho Económico e Social na qual ele se ocupou da apreciação e votação do parecer que deveria acompanhar a proposta das Grandes Opções do Plano para 1993 que seria presente, brevemente, ao Parlamento. O mínimo que eu posso dizer é que ela não foi estimulante! Era uma oportunidade para se discutir o futuro do país. A maior parte dos intervenientes refugiou-se em críticas de natureza política à governação. O que me angustiava era ter-se perdido uma boa oportunidade para fazer melhor. Só se tinha cumprido com um ritual. E isso não ajuda a progredir!...

*

Tínhamos que ver quais os ensinamentos de natureza excepcional que a experiência do I Quadro Comunitário de Apoio nos aconselhava, para alterar no segundo. Analisei a questão com a Secretária de Estado no dia 9 de Outubro. Porque fomos detectando problemas e vendo oportunidades financeiras de os resolver ao longo da execução do Primeiro, acabámos por ter programas a mais, com a correspondente dificuldade de coordenação. Cada vez que se impunha uma alteração tudo se tornava complicado. Deveríamos tentar reduzir os programas de acordo com as fontes de financiamento. A única coisa que tinha corrido realmente mal foi quando tentámos inserir iniciativas da Administração Central em programas regionais; os meios têm de estar todos ao nível do agente responsável por um programa; quem dispõe dos dinheiros tem que ter a gestão de todas as componentes do programa. Pensar que um agente regional se pode coordenar com um central para assegurar a realização de uma componente de um programa regional não é realista; há faltas de entendimento frequentes, subindo a resolução dos problemas sistematicamente ao nível do ministro coordenador dos programas que tem de entender-se com o seu colega e não com o responsável sectorial que não facilitou a resolução da questão. Por isso deve evitar-se essa intromissão de um nível no outro, por muito lógica que possa parecer a colaboração.

Mas era evidente que tínhamos que manter programas operacionais sectoriais, devidamente identificados nos seus agentes responsáveis, ao nível central. Deveríamos fazer o rol dos necessários, também com a preocupação de reduzir o seu número.

Manteríamos os programas regionais que existiam (cinco) e auscultaríamos os presidentes das Comissões de Coordenação para saber se se deveriam manter os programas inter-municipais existentes ou criar outros programas sub-regionais. Eu propendia sempre para manter o que havia funcionado bem; nunca se deve desperdiçar o resultado de uma prática de trabalho em comum; os intervenientes já se conhecem uns aos outros e isso é muito importante para a fluidez do processo. Conviria manter as condições de comparticipação: eram 50% para as iniciativas municipais e 75% para as supra-municipais, porque estas correspondiam a obras grandes que nós queríamos fomentar, evitando o parcelamento exagerado. Os sinais que pretendemos transmitir acabam por passar sempre pelo dinheiro; os outros são voláteis.

Deveríamos conciliar o novo PDR com as orientações pretendidas a nível da rede urbana. Neste domínio era o reforço das cidades intermédias que mais importava. Teríamos de fazer com que as coisas caminhassem nesse sentido.

Eu sou um grande defensor das avaliações “ex-ante”. Mas também o sou das “ex-post”. É com estas que aprendemos a melhorar as decisões que tomamos.

*

No dia 19 de Outubro tive uma reunião na Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo para auscultação dos diferentes agentes, tendo em vista a preparação do futuro Plano de Desenvolvimento Regional. Estiveram presentes todos os Presidentes das Câmaras da Região, Associações Empresariais, Regiões do Turismo, Núcleos da AIP, etc. Era uma daquelas reuniões que começava depois do almoço e durava toda a tarde, sem limite de tempo para o seu final. Referirei as recomendações que fizeram:

Já tinha havido alguns contactos com a CCRLVT, de modo que estavam todos a par do que se pretendia. Era o desenvolvimento integrado que almejavam. Entendiam que o 1.º QCA tinha sido muito dominado pelas preocupações financeiras e pelas condições da sua execução; queriam que o 2.º QCA fosse mais distendido, quanto a essas preocupações. Queriam mais reuniões com outros parceiros institucionais, nomeadamente os centrais e, particularmente, a Junta Autónoma das Estradas! Aconselhavam, vivamente a que houvesse uma instância regional

para as estradas, que curasse dos trechos acima dos locais e abaixo dos nacionais. No Oesteurgia a execução de uma solução para o tratamento dos resíduos sólidos; já estavam em conversa, tendo em vista uma solução comum para o sector das águas; uma boa parte da Região estava confiada à EPAL. O mundo rural, na Região, preocupava-os, particularmente, porque não sabiam quais seriam as consequências da reforma da Política Agrícola Comum sobre a grande variedade da tipologia das explorações existentes (desde o micro-fúndio ao latifúndio). A base económica preocupava-os também (Fiquei satisfeito por ver que esta minha insistência já era referida por muitos com a maior naturalidade). Queriam, naturalmente, um aumento da taxa de comparticipação comunitária. Para cobrir as contrapartidas nacionais preferiam a existência de contratos-programa (Pretendiam, dessa forma, ir buscar mais alguns meios à Administração Central, desse modo também signatária do contrato). Insistiam na descentralização. Queriam uma conjugação de esforços entre os Autarcas e os Empresários. Afirmaram que também estavam em cuidados em relação aos problemas sociais e aos problemas ecológicos. Os equipamentos que reclamavam eram, eles próprios, fixadores de pessoas; por isso cuidavam, simultaneamente, da base económica e do ordenamento do território. Os Empresários eram a favor da intermunicipalidade das infraestruturas e dos equipamentos, porque ela induzia economias de escala que havia que aproveitar; mas sentiam que subsistiam algumas dificuldades, por parte dos Autarcas em relação ao relacionamento entre Concelhos vizinhos. Recomendavam que se pusesse o programa CIENCIA ao serviço da indústria; achavam que isso poderia ser feito abrindo aos Institutos Politécnicos o acesso ao mesmo (manifestamente, não sabiam muito nem acerca do guarnecimento dos Politécnicos nem das exigências postas aos programas de investigação; eram a favor da investigação aplicada, da disseminação dos resultados da investigação e da modernização das empresas através da injeção de novos conhecimentos; e isso já não era mau... Mas não seria atirando dinheiro a quem não estava preparado para o usar adequadamente que a questão da qualificação da nossa base produtiva seria resolvida!...) De vez em quando somos confrontados com propostas que não têm qualquer hipótese de sucesso vindas de gente que deveria ter reflectido um

pouco antes de as fazer. Esta, em concreto, vinha de um empresário competente que conhecia bem a sua indústria mas que não tinha ideia nenhuma acerca da capacidade do parceiro que apontava como conveniente; a sua ideia confinava-se, apenas, a ir buscar dinheiro onde ele sabia que existia. Recomendavam o sector do turismo como salvífico para todas as circunstâncias; ele pode, de facto, ser bom mas não é panaceia universal e reclama muito profissionalismo para não ser somente uma resposta de efeitos temporários. Reclamavam contra o abandono do mundo rural quando era certo que ele tinha muito para dar na região, particularmente nos sectores dos vinhos e das frutas. Era verdade e isso hoje – 2016 – vê-se um pouco por todo o lado, com a plantação de vinhedos excelentes e de fruteiras que, em certas zonas, contribuem de facto, para a riqueza local; o pior é a exportação... Vieram, também, com os “custos da litoralidade”... (Nunca tomei muito a sério os que os invocavam...). O sucesso, na Península de Setúbal, que foi invocado, tinha resultado do diálogo entre todas as partes; incitavam-me a reproduzir o modelo noutros lados; queria, por isso, que fossem designados “agentes do desenvolvimento económico” que promovessem essa cooperação entre as partes. As estradas e os caminhos rurais fizeram parte das sugestões; os segundos eram particularmente importantes para o fomento da agricultura. Houve um que propôs a elaboração de um plano integrado director do desenvolvimento de um grupo de Municípios; aplaudi-o logo! Recomendaram que só fossem retidos projectos com escala; os outros não tinham efeito motor. Os pequenos Municípios formavam um grupo à parte; muitas sedes de Concelho tinham pouco mais de 3.000 habitantes, o resto estando fixado numa vintena de lugarejos; era preciso olhar para eles, de uma outra forma. Por isso, insisti em que eles se agregassem aos vizinhos, pequenos como eles ou pouco maiores, para adquirirem massa crítica e para aprenderem a resolver em conjunto os seus problemas. Os pequenos aproveitamentos hídricos deveriam merecer atenção; é que, sem água, não havia possibilidade de mobilizar para a produção agrícola (hortícola e frutícola) as micro-propriedades que eram a regra em muitas partes da região. Algumas Câmaras queixaram-se de que as despesas correntes haviam aumentado por via da manutenção das novas obras ou equipamentos e que isso com-

prometia a sua capacidade para formar as contrapartidas municipais das obras apoiadas pelos fundos estruturais. Disse-lhes que deveriam procurar economizar nas primeiras, racionalizando-as, para poder fazer face às segundas; mas eles, o que queriam era dinheiro para as duas coisas e isso não iria ser fácil sem conter muito as primeiras. Mas ainda havia, em algumas áreas, a ideia da Câmara como criadora de emprego... e isso não poderia continuar a verificar-se. Alguns achavam que o Pacto Ambiental apresentado pelo Ministro do Ambiente era muito interessante, mas reclamava uma contrapartida nacional de meio milhão de contos; incitaram-me a que tentasse obter uma taxa de comparticipação maior do que 65% a 75% prevista nas negociações do QCA; ora isso não era possível nem desejável porque o risco associado a cada projecto não pesaria nas escolhas; ninguém é capaz de apreciar aquilo que lhe é dado de graça. Alguns sugeriram que se organizasse um seminário subordinado ao título “Vale do Tejo: preparar o futuro”; mas, afinal, era isso que ali estávamos a fazer, durante toda a tarde e com os melhores participantes que poderíamos escolher: os próprios decisores de toda a área!... Voltaram à carga com os gastos em obras por administração directa que pretendiam que fossem classificados como despesas de investimento e não despesas correntes. Isso seria uma porta aberta para grandes facilidades inconvenientes; por isso, insistiam muito na alteração das regras da contabilidade local. O desassoreamento do Tejo e do Sorraia eram importantíssimos para o pleno aproveitamento das potencialidades da área, mas, para isso tornava-se determinante ver a funcionar as associações de regantes; eles sabiam que eu não era a favor de ver o Estado arcar com os custos e os privados a colherem os lucros; tinha que haver uma cooperação virtuosa entre as duas partes.

O presidente da Comissão de Coordenação concluiu a reunião, chamando a atenção para as duas realidades existentes na Região: a Área Metropolitana de Lisboa e o resto. Tinham que gizar formas de abordagem diferentes. A Área Metropolitana representava o catalisador do desenvolvimento da Região, mas a parte rural tinha problemas distintos e, também, potencialidades que deveriam ser aproveitadas. Depois de tanto se ter feito em matéria rodoviária no território da AML, o seu problema maior era o da Habitação; eram os subúrbios inorgânicos que o preocupavam. Eu estava de acordo.

*

No dia 20 de Outubro tive uma reunião com o Ministro da Indústria e Energia e com os Secretários de Estado do Planeamento e da Energia. O propósito era fazer a avaliação dos diversos projectos do sector da Energia que estavam em curso e ver da possibilidade de lançar outros novos. Nas reuniões que, tanto ele como eu tínhamos com os empresários, eles queixavam-se sempre acerca dos elevados custos da energia em comparação com a dos Espanhóis ou dos Franceses. Em alguns locais lamentaram-se também em relação a falhas ou variações de tensão; mas a queixa corrente respeitava aos custos da energia. Por isso procurávamos, sistematicamente, fontes mais baratas.

Em relação à distribuição do gás estavam a ser criadas empresas privadas. Uma ou outra estaria em operação daí a duas semanas; por isso, teríamos problemas relativamente à aplicação do REGEN. Mas, em alguns locais, havia interessados na construção de centrais “mini-hídricas”; foi reforçada a verba de apoio em 15 MECU. No que tocava à electricidade havia quatro domínios de investimento: (a) as redes de transporte nacionais; (b) as redes de distribuição; (c) as redes de transporte transeuropeias e (d) as instalações de despoeiramento do Carregado e de Setúbal, destinadas a diminuir o impacto ambiental das duas centrais de geração. Em relação às redes de distribuição havia grandes carências no interior e em certas partes do litoral (como Caldas da Rainha e Marinha Grande), onde estavam localizadas empresas grandes consumidoras de energia.

No que respeitava a barragens, a de Foz Côa ainda reclamaria um apoio da ordem dos 40 milhões de contos. O reforço da potência na de Miranda (projecto chamado Miranda II) previa a instalação de mais um grupo, o que custava 20 milhões de contos. A cascata de várias pequenas barragens nos afluentes do Tâmega era muito interessante (uma está agora -2016- em construção). A barragem do Caldeirão ainda demoraria mais um ano. O Sabugueiro II (Serra da Estrela) era muito interessante. As duas centrais a gás seriam realizadas pelos consórcios a quem haviam sido concessionadas. Tratava-se da central de ciclo combinado da Tapada do Outeiro e da central da Figueira (Montemor). A central do Pêgo poderia concorrer, autonomamente, a um apoio (de 5 milhões de contos por grupo) para a dessulfuração, importante debaixo do ponto de vista ambiental; ela consegui-

ria ser vendida a privados, no final da operação. Estavam previstos 14 milhões de contos para apoio a entidades privadas que quisessem modificar as redes de distribuição para o fazerem com gás natural; abria-se, também, a porta a entidades que fossem “urbanizadoras” e que optassem por fornecê-lo. Havia, também, a energia eólica que, de repente, mereceu o interesse de numerosos agentes; a energia que injectavam na rede era bem paga e representava, um bom negócio; por isso surgiram tantos candidatos.

Gostaríamos de diversificar as fontes apoiando nomeadamente a produção de energia solar. Nessa ocasião (1992), ela estava a dar os primeiros passos, entre nós. Inseria-se no grupo das energias renováveis que nós insistíamos em valorizar ao máximo. Um dos domínios que nos interessava era tratar dos resíduos urbanos e industriais produzindo energia. Para isso contávamos com o apoio do fundo de coesão e de alguns programas comunitários que tinham exactamente esse objectivo. Mas era preciso preparar candidaturas em cooperação com as autarquias que asseguravam o transporte dos resíduos. Conseguimos algumas realizações interessantes; o que tudo demora é muito tempo a montar!

Passámos, ainda, em revista outros projectos mais pequenos: o do óleo queimado (uma central para todo o País); um centro de biomassa em Miranda do Corvo e a geotermia, nomeadamente em Lisboa, onde poderia ser aplicada para fornecimento de água quente a grandes consumidores, como o hospital de S. José.

Como se pode ver, percorremos muitos sectores e procurámos sistematicamente ver quem poderia encarregar-se de algumas iniciativas porque era certo que o Estado não poderia ser responsável por todas elas.

*

No dia 20 de Outubro fui ao Porto reunir-me com Autarcas, Empresários, responsáveis sectoriais regionais e investigadores para fazer um exercício semelhante ao que, na véspera, tinha realizado em Lisboa, a respeito da preparação do novo Plano de Desenvolvimento Regional que representaria a nossa base para a negociação do novo Quadro Comunitário de Apoio. Como sempre acontecia, comecei por expor as grandes linhas daquilo que nos propúnhamos fazer. A discussão generalizou-se, depois.

Estavam de acordo com a minha insistência no desenvolvimento da actividade produtiva e na maior dimensão dos projectos a apresentar. Queriam saber em pormenor como seria a estrutura de gestão do novo QCA. Os do Interior estavam preocupados com o círculo vicioso de não se investir, porque ele estava desertificado e de ele estar sem gente, porque não se investia. Não queriam que as pequenas vilas se transformassem em dormitórios das cidades médias, em que eles sabiam que eu insistia, como nós de uma malha que assegurasse a cobertura de todo o território. Por isso queriam investimento produtivo no Interior. Um deles defendeu as virtualidades do turismo rural; para isso propôs a criação de associações que pudessem tratar do “marketing” de certas zonas. O turismo de congressos deveria ser fomentado. Um terminal “roll-on roll-off” em Viana seria conveniente para o escoamento de alguns produtos (Foi para lá, operou mas não vingou...). A Educação e a Investigação Científica deveriam constituir prioridades. A Formação Profissional também. No QCA tinha-se concentrado muito o apoio em infraestruturas; havia chegado o momento de ir quer para infraestruturas de nível superior quer para actividades imateriais. Em relação a novas formas de gestão dos programas foi-me recomendada a necessidade de reforçar o “partenariado” com mais co-responsabilidade dos beneficiários. A existência de um parque de Ciência e Tecnologia era absolutamente indispensável para mudar o perfil da actividade produtiva da Região. Os jovens empresários deveriam ser mais apoiados nas suas iniciativas; eles representavam a continuidade de um espírito de iniciativa que havia sido da maior importância, desde o século XIX até então. Alguns gostariam de ver reduzido o número de programas existentes; eles eram muitos e, por isso, impunham um esforço enorme de coordenação que não era fácil de concretizar; eu estava de acordo. Havia quem protestasse em relação ao turismo, dizendo que o País não poderia ser uma colónia de férias; a prioridade deveria ser dada aos sectores produtivos! Aconselharam a aplicar alguns dinheiros em comunicação porque havia muita informação mas ela não chegava, de modo eficaz, aos seus destinatários. Um dos participantes disse que não estava preocupado com a desertificação porque os avanços iriam ser de tal ordem que, no final do século, não haveria lugar à distinção entre rurais e urbanos, porque todos seriam iguais quanto aos seus hábitos e comportamentos: não seria bem assim, mas eu entendi que lhe aborreciam as classificações que pudessem ter

uma carga considerada como depreciativa. Houve a sugestão para se criarem oficinas-escolas onde, além da transmissão de conhecimentos, se ensinasse também um conjunto de profissões manuais muito diversificado. A uniformidade do sistema educativo era redutora em relação a uma variedade que deveria ser procurada. Um dos participantes lamentou que, naquele encontro, houvesse tantos participantes; queria que ele fosse seguido por outras reuniões mais pequenas em que fosse dada a todos a oportunidade para aprofundarem as suas ideias. Um deles queria que houvesse representação em Bruxelas das associações empresariais regionais; elas tinham problemas específicos; a situação da Europa neste domínio não podia ser reflectida somente por uma organização europeia representativa de associações nacionais; era evidente que estas teriam de fazer ecoar a sua voz através da representação nacional ou, então, através das instâncias regionais, no Comité das Regiões; há sempre quem não se considere representado pelos outros!... O programa LEADER estava a dar bons resultados. Era preciso reforçá-lo com mais dinheiros e assegurar o seu prolongamento no tempo. Alguns depositavam grandes esperanças nos PDAR (Planos de Desenvolvimento Agrícola Regionais) que então estavam em preparação; incentivei-os a aderirem à sua elaboração e a assegurarem que eles se articulavam, em bons termos, com o próprio Plano de Desenvolvimento da Região; a minha preocupação maior era que eles não fossem dissonantes; deveriam encaixar-se uns nos outros.

O presidente da Comissão de Coordenação Regional encerrou a sessão afirmando que a solução dos projectos retidos no plano reclamaria um longo trabalho de decantação. Queria proceder a uma avaliação do impacto do QCA I; eu não podia estar mais de acordo; tenho-o dito algumas vezes, ao longo destas memórias: a avaliação “ex-post” de um projecto ou de um programa representa uma excelente forma de aprendizagem. Disse que iria propor ao Conselho Regional um conjunto de seis grandes objectivos dos quais se deduzissem as acções que iria propor; encorajei-o, naturalmente, a que o fizesse; deveríamos procurar que todas as acções fossem convergentes.

*

Na tarde do dia 30 de Outubro fui a Coimbra, para analisar com os Autarcas, Associações Empresariais e outros responsáveis regionais o conteúdo do documento proposto como contribuição da Região do Centro para o Plano de Desenvolvimento Regional que serviria de base à nossa negociação do II Quadro Comunitário de Apoio. A reunião teve lugar na sede da Comissão de Coordenação Regional. Comecei por fazer o enquadramento do documento geral que estava em preparação e rememorar as grandes linhas da proposta que já havia sido elaborada pela Comissão Regional após auscultação com todos eles. Tratava-se agora de afinar uma versão final a integrar no texto da nossa proposta.

Estas reuniões passavam-se sempre em clima de grande entusiasmo. Era o futuro que estava em causa e todos se deixavam estimular pela ideia de progresso que queriam partilhar. Alguns protestavam, porque achavam que ainda não haviam tido o seu quinhão. Mas o que todos queriam garantir era os meios para resolver os seus problemas maiores. Nesse encontro houve quinze intervenções sobre os mais diversos temas. Os outros reviam-se nas recomendações feitas.

A prosperidade da Região era o fito de todos. Para a alcançar, a prioridade tinha que ser dada às estradas!... Era o Plano Rodoviário Nacional que ainda não estava completamente realizado, mas eram também as vias de acesso e internas de cidades e vilas. Sem boas comunicações rodoviárias, não haveria desenvolvimento!... (Digo isso desta maneira para vincar bem, a certos “bem-pensantes”, que a prioridade às estradas tinha uma ressonância nacional. Hoje, que o País dispõe de uma das melhores redes rodoviárias da Europa, é fácil apontar o dedo e verberar as escolhas feitas. Houve, a seguir a 1995, alguns exageros que eu não tenho dúvidas em reconhecer. Mas, em 1992, as reuniões com as forças vivas locais começavam sempre pela reivindicação de mais estradas!...).

Falaram na perda de população e na necessidade de a contrariar por via da criação de empregos. Mas isso não se podia fazer por decreto!...

Havia necessidade de dar sequência a iniciativas anteriores. Era difícil a cooperação com os Concelhos vizinhos; tinha de haver instâncias regionais para se responsabilizarem por muitas das necessidades que urgia satisfazer. Em relação ao FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) havia que proceder a certos retoques,

mas as coisas já não estavam más. Verificavam-se algumas zonas de congestionamento insuportáveis (Águeda, Coimbra, etc.) que teriam de ser resolvidas. Não queriam que os Autarcas fossem agentes de segunda classe; eles eram promotores do desenvolvimento activos e empenhados; só queriam mais meios para desempenhar as suas funções. O porto de Aveiro merecia uma grande atenção, nomeadamente uma ligação ao sistema ferroviário. O saneamento básico ainda tinha taxas de cobertura insuficientes (Mas todos estavam sensíveis à sua importância). Os do litoral recomendavam obras de defesa da costa e os do interior planos contra os fogos florestais. Eles achavam que o País não poderia ser reduzido a uma faixa de 50 km de largura; por isso teria de haver muitas estradas transversais... Havia uma série de barragens por fazer, porque chovia no inverno e era preciso guardar a água até ao verão! O sector da Educação preocupava-os; todos tinham problemas neste domínio, particularmente quanto a equipamentos (a questão mudou muito de orientação, depois disso!). Falaram na despoluição das cabeceiras dos rios; estes não podiam começar mal, logo nos seus primeiros passos. Era importante estimular o associativismo no seio da Sociedade Civil; ele poderia ajudar a resolver muitos problemas, Era importante fixar técnicos no Interior; havia, ainda, algumas Câmaras que não dispunham de arquitetos; e isso era intolerável, porque a qualidade representava uma preocupação generalizada. O presidente da Comissão de Coordenação extraiu as suas conclusões da reunião. Havia trabalhado bem e interpretado a contento as aspirações daqueles a quem apoiava.

*

No dia 2 de Novembro fui a Faro para me reunir com as autoridades algarvias, com vista a colher as suas recomendações sobre o Plano de Desenvolvimento Regional. Já se haviam reunido e feito um esboço da resposta. Um dos Presidentes de Câmara que, depois da minha apresentação, falou como porta-voz dos Autarcas começou por dizer que, em 1989, a discussão havia sido muito precipitada; por isso, desta vez tinham feito um encontro prévio para me darem uma resposta concertada; isso não impediu que muitos outros falassem também a seguir. Disse que tinham constatado que o Algarve havia beneficiado dos programas operacio-



FIG. Ria Formosa (Algarve).

nais do Barlavento e do Sotavento, mas que não tinha tirado grandes resultados dos outros, como o PEDIP, o PEDAP, o PAF e, mesmo, o SIFIT em que não haviam ficado em boa posição, quando comparados com outras regiões do país. Isso era verdade, mas tinha acontecido porque os agentes privados não haviam apresentado candidaturas, apesar das numerosas sessões de divulgação dos projectos realizados. Ficou combinado que constituiríamos um conselho que funcionasse como uma espécie de observatório para acompanhar as realizações respeitantes a todos os fundos; mas era natural que, por exemplo, o PEDIP tivesse taxas de utilização mais expressivas nas zonas de tradição industrial; surpreendia-me mais o facto de o SIFIT (Turismo) não ser mais solicitado; era preciso estimular a iniciativa privada do sector.

Estavam traumatizados com os fogos florestais na Serra de Monchique. Queriam que o combate respectivo fosse muito mais intensificado.

O Reitor da Universidade do Algarve referiu que a sua Escola havia sido muito beneficiada pelos fundos. Mas anunciou a sua intenção de promover a criação de “junior colleges” em Portimão e em Vila Real de S. António; não me pareceu uma grande ideia, dado que a Universidade precisava, ainda, de muitos anos de consolidação do seu núcleo central; era, seguramente, muito popular a decisão; posteriormente e em Lisboa eu trocava impressões com o Ministro da Educação. Queriam promover o crescimento de dois “campus” já existentes e fomentar a aquacultura, no que eu os apoiei, convencido da sua utilidade.

Apoiavam a minha recomendação de nos concentrarmos em grandes projectos e de, para isso, serem tentadas as compatibilizações intermunicipais. Mais de 50% da população do Algarve estava concentrada nos Concelhos de Faro, Olhão e Loulé; era aí que tinha de ser concentrada a acção, nomeadamente no sector da recolha e tratamento de resíduos sólidos em que eu tanto havia insistido. Mas queriam também melhorar o porto comercial de Faro. O “desenvolvimento harmonioso” foi referido várias vezes como sendo o objectivo de todos. O crescimento da população docente punha exigências especiais a Faro, especialmente no domínio da habitação; as rendas tinham atingido valores inacessíveis; era preciso fazer qualquer coisa para as tornar mais abordáveis.

Queixaram-se das burocracias ligadas a tudo quanto respeitava ao Ambiente. Era, como eu costumava dizer, o resultado da verificação de que “tudo influenciava tudo” que deixava os respectivos funcionários paralisados, adiando as decisões ou esperando que alguém as tomasse por eles; também era certo que as solicitações haviam crescido exponencialmente, o que induzia muitos atrasos nas respostas.

Os Concelhos rurais do Algarve apresentavam problemas sérios de despovoamento, ao mesmo tempo que viam muitas das suas terras serem vendidas a estrangeiros. Mas era evidente que, nessa altura e em termos económicos, o Algarve era só turismo. Alertei muitas vezes os responsáveis para a necessidade de diversificação da base económica da Região, mas o que se ganhava no turismo não favorecia muito a introdução ou revigoração de outros sectores.

Havia preocupações com o abastecimento de água aos Concelhos do Barlavento; já me referi à questão e à solução, por várias vezes, nestas memórias.

Queriam construir um centro de congressos a nível regional e em posição central, próximo do aeroporto.

Um deles elaborou sobre a base económica regional: turismo, pescas e agricultura. Era preciso fazer alguma coisa para a estimular; de outra forma, poderia suceder que ficassem com infraestruturas e sem economia, o que, manifestamente, seria muito inconveniente. A população flutuante do Algarve era, nessa ocasião da ordem do milhão de pessoas (de facto, não era tanto...); isso punha problemas enormes em relação ao dimensionamento das infraestruturas e equipamentos. Faltava habitação social e alguns equipamentos culturais; não os satisfazia a versão “sol e praia” em que parecia assentar o turismo algarvio; queriam diversificação; eu estava de acordo.

Manifestaram preocupação em relação à erosão da costa; queriam um programa para a preservação do litoral algarvio. Alguns sublinharam a importância da preservação do Parque da Ria Formosa; chamaram a atenção para os conflitos de interesses que existiam; não queriam “fechar” o Parque... Eu conhecia demasiadamente bem esses conflitos. Nem tudo o que era dito correspondia ao seu “valor facial”...; havia alguma duplicidade entre o que era afirmado em público e o que se passava na realidade. Eu procurava sublinhar somente as “atitudes positivas”. Insistiram muito na construção da auto-estrada Lisboa-Faro. E mostraram es-

panto e repúdio por ainda haver gente que dizia que ela ainda não se justificava. Não era eu quem o fazia. A seu tempo direi as circunstâncias em que viria a ser eu, noutro cargo, a presidir à sua abertura, em 2004! Mas queriam que o seu traçado fosse pelo centro do Alentejo, o que não veio a acontecer. Mas vieram à baila outras estradas, como de costume: a EN270 (Tavira/S. Brás/Loulé); a Via Longitudinal do Algarve, etc.

Houve quem manifestasse a sua discordância em relação à constituição de uma área metropolitana Faro/Olhão. A estrutura urbana do Algarve deveria ser muito mais dispersa. Deveria era ser dada atenção à reabilitação dos centros urbanos e, especialmente, dos históricos.

Queriam um plano especial para a florestação de toda a Serra. Isso era muito importante, nomeadamente em matéria de recursos hídricos. Pretendiam ver adoptado um programa que a promovesse em articulação com uma vasta rede de caminhos rurais e de algumas pequenas barragens.

Era fatal que o tema do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) tinha de surgir. A sua exiguidade não lhes permitia abalançarem-se a grandes projectos. Eu tinha de assegurar que eles passassem a receber mais!

Como sempre, nas reuniões no Algarve, estava-se à espera da primeira piada para descomprimir e passar a dar um tom menos formal ao encontro. Dessa vez foi o Presidente de um Município mais pequeno que começou por agradecer a boa lição de estratégia a que tinha assistido até ali e durante a qual ouvira falar no papel dos grandes centros urbanos e das grandes obras da Região; como não era o caso dele, sentia-se como uma espécie de “suplente”... As suas obras eram pequenas, mas, mesmo assim, não tinha dinheiro para elas e os seus potenciais parceiros estavam longe de mais para se poder associar com eles. Todavia, no seu Concelho, os tais pequenos núcleos de cerca de 3.000 habitantes não estavam a perder população; tínhamos que lhes assegurar boas condições de vida; as regras, para eles não poderiam ser as mesmas que haviam sido definidas para os grandes. Contava comigo para arranjar uma resposta adequada aos seus problemas.

Durante a reunião havíamos falado muito na componente económica do PDR. Havia que dar atenção também à sua componente social; de outra forma, as disparidades intra-regionais ir-se-iam agravando. Por isso insistiam na construção

do hospital do Barlavento e na de centros de saúde próximos dos locais onde as populações viviam.

Como havia sucedido nas outras reuniões quem apontou as conclusões da nossa sessão de trabalho foi o presidente da Comissão de Coordenação, Eng. David Assoreira. Tinha havido numerosas ideias consensuais! A da elaboração de um Plano de Desenvolvimento Regional de Turismo havia-lhe parecido ser aquela que suscitava maior entusiasmo e que mais rapidamente se poderia concretizar. A recolha e o tratamento de resíduos sólidos eram, manifestamente, prioritários. A questão da transferência para os Municípios das estradas nacionais desclassificadas estava praticamente resolvida; faltavam os grandes eixos (auto-estradas). O mundo rural e a florestação mereciam mais atenção, tendo como propósito o investimento respectivo; neste último sector havia que ter em consideração a grande mancha de sobreiros existentes na Região; ela merecia muita atenção; havia já um estudo em curso na Universidade do Algarve, com apoio de fundos comunitários e a colaboração da Comissão de Coordenação. Os PDM da Região estavam numa fase terminal da sua elaboração. Depois desta reunião, considerava-se em boa posição para elaborar um primeiro texto de contribuição para o PDR.

*

Os programas de iniciativa comunitária, grandes ou pequenos, eram muito atentamente seguidos por nós. O RETEX, concebido para modernizar a indústria têxtil europeia era considerado como um pequeno programa, com pouco interesse. Tê-lo-ia se os seus meios não fossem dispersos por muitas iniciativas. Por isso nós decidimos concentrar os fundos em acções que, realmente, contribuíssem para uma mudança no sector. Como havia o LNETI (Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial), resolvemos envolvê-lo na acção, com a auscultação habitual das instâncias empresariais do sector. Os novos apoios às empresas só viriam no segundo QCA. Para o RETEX nós queríamos acções de natureza mais qualitativa. Para isso reuni-me, em 6 de Novembro, com o Ministro e o Secretário de Estado da Indústria nas próprias instalações do LNETI, ao Lumiar, com os seus responsáveis e com os empresários. Como era hábito, participou também a Secretária de Estado. Pretendíamos que as empresas candidatas a apoios do RETEX elaborassem estu-

dos de estratégia onde se visse como os empreendimentos apresentados se encaixavam nas linhas de modernização que preconizavam. Tínhamo-nos dado bem com as chamadas “acções de demonstração” levadas a efeito no passado; queríamos reproduzi-las mas enquadradas em processos cuja lógica fosse explicitada. Como era natural, o Ministro da Indústria insistiu na melhoria da produtividade. O RETEX era a décima terceira iniciativa, no âmbito do FEDER em que Portugal iria concorrer. Tínhamos por isso alguma familiaridade com os procedimentos exigidos. Portugal já havia assegurado a maior fatia do RETEX (40%); mas nós tínhamos a certeza de que, por isso mesmo, iria haver muitos olhos postos sobre nós para ver como justificávamos essa posição de privilégio. Ainda por cima, teríamos menos de um mês para apresentar a candidatura.

Os representantes empresariais estavam preocupados com a selecção das empresas elegíveis; queriam que só o fossem as empresas “que tivessem tido uma determinada conduta”. Interpretei esta recomendação como sendo aquelas que tinham feito o que haviam prometido fazer. Apesar de a selecção ser seguramente difícil, os representantes empresariais afirmaram que iriam colaborar e teriam presentes as preocupações de eficiência que o Secretário de Estado da Indústria havia enunciado. Queriam mais informação, antes de o programa ser anunciado. Perceberam bem que se visava um salto qualitativo do sector; nem todas as empresas então existentes estariam em posição de o dar.

A verdade é que o sector soube aproveitar os apoios que lhe foram sendo facultados. Muitas empresas soçobraram; mas as que ultrapassaram as dificuldades ainda hoje (2016) asseguram a sua presença nas exportações do país.

*

No dia 6 de Novembro fui a Évora para ter a última das reuniões de âmbito regional com as forças vivas respectivas para afinar a nossa proposta de Plano de Desenvolvimento Regional. A Secretária de Estado estava, naturalmente, presente. Comecei por fazer uma apresentação geral do documento.

O primeiro a usar da palavra – um Presidente de Câmara – fez muitas perguntas: o PDR (e conseqüente QCA) era um queque ou um bolo de noiva de três andares? Repartido de acordo com o FEF ou consoante os programas operacionais? Prefe-

rencialmente para grandes projectos ou para todos os tamanhos? E o Alqueva estaria incluído ou não? E as melhorias no porto de Sines? Era importante fixarmos o homem à terra!

Já conheciam o trabalho que dera origem à minha apresentação. As reuniões em que haviam participado realizaram-se antes de férias, mas as verbas que já sabiam estar no PIDDAC 93 eram ridículas para o Alentejo; esperavam que no QCA as coisas fossem diferentes. Uns achavam que a distribuição de verbas de acordo com o FEF não era uma grande ideia; (Eu também não achava...). Era preciso dispor de projectos importantes. Mas a rede viária voltou à baila e com grande força; a que eles conheciam como proposta não servia o Alentejo; era preciso muito mais!

Havia implicações negativas da Política Agrícola Comum no Alentejo. Era preciso preveni-las.

Os Institutos Politécnicos do Alentejo não haviam sido contemplados no programa CIENCIA; todavia, achavam que estavam em posição de participar. Recomendai-lhes que propusessem parcerias em candidaturas apresentadas por universidades. Desse modo poderiam dar o sempre difícil primeiro passo.

Houve quem propusesse a criação de um sistema de incentivos específicos para o Alentejo. Isso não era possível; o sistema teria de ser de âmbito nacional. Mas havia acordo em relação à prioridade que merecia o tecido produtivo e o fortalecimento da malha empresarial. Compararam-se com o Vale do Ave para se queixarem; eu retribuí dizendo para olharem, antes, para a Península de Setúbal, ali ao lado e que tão bons resultados havia conseguido alcançar. Queriam que eu me aplicasse na atracção de investimento estrangeiro para o Alentejo. O mundo rural definhava. Para quando o Alqueva? Esta pergunta surgiu uma dúzia de vezes! O Alentejo tinha beneficiado de uma pequena parcela do 1.º QCA; ela tinha de subir. No Alentejo havia cinco programas operacionais em que muitos deles tinham trabalhado muito; era preciso dotá-los com mais meios.

Esta “toada” de mais meios era generalizada. Devo dizer que me impacientava um pouco. Acabo de ler um livro do anterior primeiro-ministro francês, François Fillon, meu antigo homólogo na Ciência, que relata ter tido uma irritação pública numa reunião em que só lhe pediam mais dinheiro numa ocasião em que a França estava numa situação crítica (1); teve que se justificar por ela, inclusivamente

neste livro de memórias que cito. Apetece-me muitas vezes criticar aqueles que à míngua de ideias pediam mais meios; contive-me sempre, mas devo confessar que não fiquei com grandes recordações daqueles que assim procediam. Não é deles que virá a salvação da Pátria!

Queriam todos, Autarquias e Associações Empresariais, envolver-se mais na gestão dos programas operacionais. Eles já participavam em comissões de acompanhamento; mas queriam estar nos comités de gestão, para decidir da aplicação dos meios que nos eram facultados. Eu não podia fazer isso sem reforçar muito os instrumentos de controlo que, aliás, teriam nesse caso, de ser renegociados com as instâncias comunitárias; contudo, não dispunha de recursos humanos devidamente preparados para espalhar por todo o País.

O Reitor da Universidade de Évora lamentou que, no quadro do programa CIENCIA, apesar de ter visto algumas candidaturas aprovadas viu também muitas mais recusadas; achava que estas representavam propostas válidas. Insurgiu-se contra a uniformidade de critérios usada para todo o País; o Alentejo deveria beneficiar de condições especiais. Isso não era possível. Tanto quanto aos critérios como à repartição dos meios por áreas científicas que, no seu entender, deveriam ser revistos. Ora tudo tinha sido feito com o apoio de Conselhos Consultivos da mais alta competência. Já o disse algumas vezes: pode ser complicado e até injusto, mas a maior parte do esforço compete sempre a quem se quer desenvolver! As rochas ornamentais mereciam maior atenção. Mas as suas empresas eram privadas e o Estado já havia investido muito dinheiro num centro de valorização desses recursos. Essa unidade tinha diversas valências, desde a investigação até à formação. Não havia meios para apoiar campanhas de vendas no exterior.

Havia quem insistisse uma vez e outra na atracção do investimento para o Alentejo, como forma de reter a população que o abandonava. Foi referido o número de 4.000 contos por posto de trabalho criado. Mas concordavam que já havia sido feito um conjunto de infraestruturas que tinham contribuído para melhorar muito a situação. Talvez tivesse chegado a ocasião de as instituições do Alentejo fazerem um esforço mais expressivo para atrair investimento estrangeiro para a Região.

O crescimento nos anos recentes havia sido maior do que a média nacional; isso significava que estava a haver consequências. Achavam que havia, ainda, muitos

recursos endógenos por aproveitar; mas, para isso, tinha que vir capital de fora. (Final foi isso que aconteceu com os novos olivais, a nova vinha, o novo amendoal, os novos pinheiros mansos e até as novas uvas de mesa...). Recentemente (2016), um velho amigo meu agricultor do Douro, mas muito conhecedor do sector em todo o País, disse-me que, há trinta anos, a comparação do Alentejo com a Andaluzia deixava o primeiro muito mal; hoje (2016) a situação é a oposta. Sei que muito (ou tudo) se deve ao Alqueva e que todos o reclamavam. Mas a verdade é que também foi injectado muito dinheiro de fora em numerosos empreendimentos.

Queriam mais investimento no litoral alentejano. Eram 130 km de costa excepcional. O que eu queria era que não a estragassem; assim tem acontecido, mas é preciso manter o pulso firme. Eu dizia-lhes que deveriam ser os Alentejanos os primeiros guardiões da sua costa! Tudo isto vinha a propósito das baixas taxas de utilização do SIFIT que visava, sobretudo, a recuperação de estabelecimentos hoteleiros de que o Alentejo não dispunha.

Houve quem dissesse que os investidores de fora não iam para o Alentejo, porque havia uma imagem político-partidária da Região que os fazia afastar. Comentei que estava na mão deles demonstrar a estabilidade e segurança de que beneficiariam os novos empreendimentos que se pretendia atrair.

As situações de seca que se repetiam quebravam o ânimo dos Alentejanos. Era preciso o empreendimento do Alqueva! Tinham razão! O inverno 2015/2016 esteve para ser de seca extrema; acabou por não o ser mas não havia muita ansiedade, porque o reservatório do Guadiana estava quase cheio.

Queriam fomentar a reabilitação do património histórico dos centros urbanos de todos os tamanhos. Eu não podia estar mais de acordo, mas isso não teria de ser feito exclusivamente com dinheiros públicos; deveria fazerem-se interessar pelo tema os proprietários privados.

Havia uma associação de universidades e empresas – a UNESUL. Queria participar e afirmava que o verdadeiro motor do desenvolvimento seriam as pequenas e médias empresas. Para isso queriam incentivos porque, afirmavam, a concorrência pura não resolveria o problema do Alentejo. Está a resolver, em numerosos sectores! Queriam uma maior expressão da solidariedade nacional; todos a queriam! Tinha que se procurar um razoável equilíbrio entre todas as regiões.

Como de costume, a reunião terminou com as conclusões tiradas pelo presidente da Comissão de Coordenação da Região:

Como se havia visto, a proposta apresentada era da Região e não exclusivamente da Comissão de Coordenação. Tinha demonstrado que ocorrera também um envolvimento das forças vivas locais tanto na gestão, como no acompanhamento, como na avaliação do que se havia realizado. Estavam claras as grandes infraestruturas que a Região via como fundamentais. Queriam, agora, mais apoios à base produtiva da Região e à sustentação do mundo rural, muito prejudicado pelo êxodo demográfico a que se assistia. Teria de ser dada muita atenção à capacidade de empreender regional que, manifestamente, tardava em surgir.

*

No dia 7 de Novembro fui a Oliveira do Hospital para participar num seminário com o título “A Beira Serra e o novo Plano de Desenvolvimento Regional”.

O Presidente da Câmara era o Prof. César de Oliveira, um historiador distinto que exercia a sua actividade em Lisboa, mas, sendo originário da terra, tinha sentido como sua obrigação cívica dar-lhe um mandato como autarca. E fê-lo muito bem! Eu tinha lido um livro seu sobre a Guerra Civil de Espanha (2) cujo conteúdo comentei com ele durante o almoço. Estava em fase de publicação um outro sobre o período 1962-1985 (3) que ele me haveria de oferecer passados uns meses. Refiro isto para dizer que estabeleci com ele uma relação de convivência especial; ela não se limitava aos assuntos da Câmara ou mesmo da Região; tinha o País como foco, não só numa perspectiva de actualidade como também na sua história. Falleceu cedo o Prof. César de Oliveira e todos perdemos muito com isso. Orientou uma “História dos Municípios e do Poder Local (Dos finais da Idade Média à União Europeia)” (4) da maior utilidade e na qual verteu, seguramente, muito do seu saber e das suas reflexões. Ele, politicamente, era tido como pertencendo à ala esquerda do Partido Socialista; isso não impediu que colaborássemos com proveito para o progresso da sua terra e com enorme satisfação para mim que beneficiei da sua grande cultura histórica. Ele havia convidado alguns dos seus pares da zona e a Arquitecta Helena Roseta, uma antiga e estimada amiga com quem é sempre estimulante discutir, porque é vivíssima e sempre bem informada.

Começou por dizer que considerava a divisão administrativa do país obsoleta; ela era uma herança de Mouzinho da Silveira e de Passos Manuel com bem mais do que cem anos, reclamando, por isso uma reformulação. Era importante assegurar a coesão da Região do Centro; ela dispunha de vários polos de desenvolvimento sem relações uns com os outros; ora, era determinante que o seu protagonismo levasse à coesão do território e não à pulverização das suas energias. Havia aderido a um programa operacional de que fazia um balanço positivo; sublinhou o apoio que tinha tido da Comissão de Coordenação Regional para a apresentação de projectos que considerava como bons. Mas chamava a atenção para a inexistência de uma só voz dos empresários da Região do Centro; achava que o seu espaço não deveria ficar espartilhado entre Lisboa e o Porto; era conveniente que tivesse protagonismo próprio para poder ser capaz de definir uma estratégia autónoma. O tecido industrial da Região havia evoluído muito; a estrutura produtiva já não repousava exclusivamente na agricultura. Preocupava-o muito o sector florestal (Recordo isso porque o seu filho, Tiago de Oliveira, que eu tenho tido o gosto de encontrar em muitas realizações sobre o sector, é um distinto técnico especializado em gestão florestal, com grandes conhecimentos e provas dadas como responsável nesta matéria). Não chegavam os planos de prevenção dos fogos florestais; era preciso valorizar os recursos florestais de que dispúnhamos e que eram apreciáveis. Os agentes de desenvolvimento do Interior eram as Autarquias. No Litoral poderia haver outros, mas no Interior era na sua acção que tínhamos de repousar. A fixação das populações era uma preocupação que tinha. Eram, obviamente, importantes as estradas, mas havia muitos outros equipamentos que faltavam. Havia um défice “cultural” enorme no Interior e isso explicava muita da vontade de emigrar da juventude local. Referiu que já havia romenos a trabalhar na indústria têxtil em Oliveira do Hospital, por ausência absoluta de mão-de-obra local. Reagia contra a hipótese de ficar, no local, somente com o “museu antropológico”.

A Arquitecta Helena Roseta considerava que a fuga dos jovens para as zonas urbanas era uma inevitabilidade. Por isso deveríamos dar atenção aos centros urbanos espalhados pelo território, formando uma rede e, simultaneamente, cuidar do aproveitamento das aldeias com património que valesse a pena preservar.

Apoiava a ideia de desenvolvimento rural assente em actividades turísticas. Foi muito crítica em relação à Política Agrícola Comum.

Intervieram alguns Presidentes de Câmara e académicos convidados. Deveria dar-se atenção ao comércio e à formação de consórcios que assegurassem a preservação da qualidade e zelassem pelo cumprimento dos prazos de entrega. Deveria suscitar-se a responsabilidade dos trabalhadores. A mobilidade das populações era um direito; não poderia ser impedida; as aldeias também haviam nascido da agregação de habitantes; e a verdade era que até estava a assistir-se à formação de novas aldeias. Deveria haver bolsas de terrenos constituídas pelos Municípios onde se procurasse concentrar as novas construções; tudo seria mais simples em matéria de infraestruturas e, naturalmente, de qualidade de vida. O artesanato não deveria ser negligenciado; havia muita gente a viver dele; deveria, contudo, zelar-se pela sua autenticidade. Tinha-se, então, um conhecimento rigoroso da realidade local, até em termos financeiros. Um indicador preocupante era existir, por exemplo, uma Câmara (que o participante citou) que tinha nessa ocasião 200.000 contos a prazo num banco, porque não sabia o que fazer com eles... tudo isto para afirmar que não chegava ter dinheiro; era preciso que alguém dedicado (ele chamou-lhe “carola”) estivesse à frente dos programas ou das Câmaras para levar o barco a bom-porto.

O Prof. César de Oliveira fez uma última intervenção na qual disse querer um novo PAF, porque a contracção dos campos de cultivo era uma evidência, avançando por isso as matas e as zonas florestais. Estava interessado em promover uma ligação entre a nova PAC, a floresta e a qualidade da água. O que lhe interessava era o desenvolvimento integrado. Para isso era preciso guarnecer o território com técnicos competentes. Ora ele via um deserto de recursos humanos à sua volta.

Eu sentia uma grande angústia por ver essa luta generosamente travada para evitar um desastre anunciado.

*

Eu sempre me interessei pelas formas descentralizadas de geração de energia e, desejavelmente, renováveis.

Havia quem se ocupasse da energia geotérmica, não só nos Açores, mas também no Continente, nomeadamente em Lisboa.

Por isso recebi o Prof. Britaldo Rodrigues, da Universidade de Aveiro e antigo Secretário de Estado do Ensino Superior que, além de geólogo ilustre, se interessava por este tipo de aplicações. Estava em causa a construção de uma central-piloto, nos Açores, demonstradora da viabilidade do projecto. Cada novo furo custaria cerca de 2,5 milhões de dólares; mas se fosse um chamado “furo-produção” o custo passaria a 15 milhões. Era evidente que havia riscos associados ao projecto; e aquela verba representava um montante respeitável. Mas, se fossemos bem-sucedidos, um furo daqueles representaria 60% de toda a energia consumida, nessa ocasião, na ilha de S. Miguel. A prioridade, naquela altura era, no entanto, fazer furos exploratórios para se poder caracterizar a situação. O segundo furo estava a ser concluído, envolvendo duas firmas, uma portuguesa e outra inglesa. Os resultados eram muito promissores.

Ele veio falar comigo por causa de uma candidatura ao POSEIMA para realizar mais dois furos. Com isso admitia poder traçar todo o quadro envolvente e reduzir os custos do tal “furo-produção” que significaria a entrada em exploração da nova forma de energia.

*

Em 11 de Novembro recebi os administradores da LIPOR para analisarmos como haveríamos de financiar a nova Central de Incineração de Resíduos Sólidos da Área Metropolitana do Porto. Ela só custava 17 milhões de contos!... Mas eu lembrava-me dos tempos em que, pessoalmente, tinha tratado de algumas lixeiras que foram sendo melhoradas e “graduadas” em aterros sanitários; e também de uma visita aos terrenos da FERTOR, na Maia, na sequência de uma greve do lixo num Natal dos anos 70 em que me senti vexado por não ter sido capaz de suportar sem um vómito o cheiro nauseabundo do local, onde muitos outros trabalhavam como se nada de especial se passasse.

O projecto estava feito e o caderno de encargos já havia sido adquirido pelas melhores e maiores empresas europeias do sector. Estava a ser elaborado o tarifário. E a central articulava-se com os serviços municipais, encarregados da recolha,

no quadro de um plano director dos resíduos sólidos da Área Metropolitana do Porto. Previa-se a entrega das propostas algures em Fevereiro de 1993 e a adjudicação em Junho do mesmo ano. A obra demoraria entre 24 e 30 meses a construir; a conclusão provável do empreendimento seria o final de 1995. A contrapartida nacional seria assegurada pelas Câmaras, segundo uma chave de repartição de encargos que elas haviam combinado entre si e que eu nem quis saber qual era. Eu tinha de assegurar que a grande instalação figuraria no novo Plano de Desenvolvimento Regional, o que fiz sem hesitações. Era preciso, também, que se construísse um nó no IC24, especialmente dedicado à Central; não era tanto uma questão de custo do transporte de lixo; era mais de concepção do projecto, que apostava em tornar pouco visível o transporte dos detritos.

A central de tratamento foi construída e passados quase 25 anos após o início do processo todos me dizem que é uma instalação modelar.

*

No dia 12 de Novembro fui à Comissão Parlamentar para os Assuntos Europeus para participar numa discussão sobre as Grandes Opções do Plano e a proposta de Orçamento de Estado para 1993. Como era hábito, comecei por fazer uma exposição sobre os temas com uma particular incidência sobre as matérias ligadas à Comunidade Europeia. Intervieram os Deputados Menezes Ferreira, Rui Carp, Francisco Silva, Olindo Ravara, Carlos Luís, Torres Marques e João Maria Oliveira Martins. Resumo, a seguir, as suas intervenções:

Queriam um quadro com a informação a mais desagregada possível dos fluxos financeiros com a Comunidade Europeia. Queriam intervir profundamente na discussão do próximo Plano de Desenvolvimento Regional; para isso reclamavam a fixação de um calendário urgentemente; tudo o que ele pudesse conter era da maior relevância. À medida que fosse havendo resultados da negociação deveria ter lugar uma discussão no Parlamento. Os projectos iriam ser sujeitos a auditorias caso a caso; como pretendíamos nós organizar essa discussão? A reforma da Política Agrícola Comum era um imperativo; como pretendíamos nós conduzi-la? Faltavam grandes investimentos na agricultura; particularmente em vinhas; o que tencionávamos fazer para reverter a situação? O Cartaxo e a Azambuja es-

tavam em queda. E se o Fundo de Coesão não fosse aprovado? Que alterações proporíamos? Tinha que haver muito mais investimento público para fazer despertar o crescimento em níveis adequados. Porque não se distribuía mais dinheiro do CIENCIA aos institutos politécnicos? E as ciências sociais, porque não eram mais apoiadas? Tinha havido um político inglês que já falara num “Paquet Delors III”, para atender aos novos estados contribuintes; o que tinha eu a dizer a esse respeito? A Assembleia da República deveria ser informada sobre as avaliações “ex-post” feitas em relação aos vários programas e projectos. Quais iriam ser os empreendimentos a beneficiar do Fundo de Coesão? E como seria o instrumento financeiro a usar em relação aos países do Espaço Económico Europeu? Que meios financeiros havia para apoiar os estudos de impacto ambiental e a habitação? Observaram uma queda muito grande no PEDIP; porquê? (Porque já se tinham esgotados os meios disponíveis...). O relatório sobre o ordenamento do território haveria de ter tido uma influência patente no plano de investimentos do Estado; qual tinha ela sido?

Como se pode ver estas perguntas não auxiliavam muito a melhorar nem as GOP nem o PIDDAC. Na verdade, elas representavam em grande parte, os temas que eram tratados nos jornais e que lá eram postos pelos mais diversos grupos de interesses. Insisto na minha recomendação: os grupos parlamentares devem ser apoiados por técnicos que estudem os diversos assuntos e preparem os Deputados para o exercício das suas múltiplas funções; não se pode repousar, somente, nas capacidades pessoais dos eleitos e na sua disponibilidade para estudar todos os muitos assuntos em que são chamados a intervir.

Já depois de escrever as linhas anteriores li um livro recente (1) do meu antigo colega François Fillon, Ministro do Ensino Superior e da Ciência francês e mais tarde primeiro-Ministro do seu país. Ele faz recomendações idênticas às que eu propus em várias partes destas memórias: reduzir o mínimo de deputados, assegurar-lhes espaços condignos para trabalhar e receber os seus constituintes e aqueles com quem se devem reunir... Penso isso há muito tempo e disse-o. A grande oposição virá dos pequenos partidos que dessa forma, correrão o risco de não chegar a ter Deputados...

*

A parte das infraestruturas da Saúde era muito importante, dado que se havia criado na população uma sensibilidade especial para o sector. Ora eu havia conseguido justificar, junto do Comissário Europeu que, no caso de um hospital se inserir numa operação integrada de desenvolvimento, a sua construção deveria ser considerada como parte do esforço geral para assegurar o desenvolvimento dessa zona. Foi diante das obras, em toco, do novo hospital de Guimarães que isso aconteceu. Mas havia um vastíssimo plano de construções que não se encaixava nessas condições. Para apreciar a situação reuni-me, em 23 de Novembro, com o Ministro da Saúde, com os Secretários de Estado do Planeamento e da Saúde e com o Director-geral do Gabinete de Planeamento do Ministério da Saúde que assegurava o acompanhamento de todas as obras.

O plano a quatro anos, em matéria de equipamento de saúde, estava definido no PIDDAC 93. Um hospital demora vários anos a construir de modo que todas as iniciativas já tomadas constavam do documento. Neste tinham relevo os hospitais de Leiria, de Matosinhos e de Setúbal. As centrais de incineração de lixo hospitalar de Lisboa e do Porto figuravam, com apoio do programa ENVIREG. O hospital distrital de Elvas iria estar concluído dentro de meio ano. Havia como novos empreendimentos: o hospital de Viseu, já adjudicado (12 milhões de contos) e com abertura prevista para 1995, o da Amadora/Sintra (15 milhões) a terminar em 1994 e uma unidade materno-infantil afecta ao hospital Maria Pia no Porto. Estavam ainda previstos novos hospitais na Covilhã, no Barlavento (Portimão) e no Vale do Sousa. E havia numerosas ampliações previstas ou já em curso: Guarda, Braga, Lamego, Caldas da Rainha, Vila Franca de Xira, Santo António no Porto, Santos Silva em Gaia, Tomar (já no PIDDAC), Feira (em curso) e S. Francisco Xavier (Lisboa). Havia, também, escolas de enfermagem em recuperação ou ampliação: Faro, Viana do Castelo, Artur Ravara, Maria Fernanda Resende (Lisboa) e Escola Técnica dos Serviços de Saúde (Lisboa). Com tudo isto ficava constituída a malha fundamental de estabelecimentos hospitalares. Nunca tinha havido tanta obra em curso no sector! Era preciso pensar também no apetrechamento, recuperação e modernização dos restantes hospitais. Contava-se, naturalmente,

para completar o resto da malha com os hospitais e centros da iniciativa privada (Misericórdias e outros).

Os Centros de Saúde custavam um montante entre 150.000 e 200.000 contos, cada um. Mas, nessa verba, não estava incluído o equipamento e este poderia ser caro. Havia muitos centros de saúde a funcionar em prédios particulares com idade e estado muito diversos, em alguns casos muito mal. Também para os centros de saúde já havia comparticipação do FEDER, em condições semelhantes às referidas quando eles se inserissem em operações integradas de desenvolvimento. Todo o programa reclamaria uma verba à volta de 100 milhões de contos. Para tornar a concretização da malha possível já se havia tomado a decisão de reduzir a dimensão dos hospitais impondo o limite máximo de 500 camas. A média seria, contudo, de 250 camas, de modo a conseguir que a construção de cada um ficasse abaixo dos 5 milhões de contos. O custo estimado por cama, incluindo tudo, estimava-se que fosse de 25.000 contos. Era fácil definir o limite máximo das camas a disponibilizar.

Depois havia a avaliação das despesas correntes induzidas por tanto equipamento e que, também, representava um limite. Não adiantava muito termos instalações sem meios para assegurar o seu funcionamento. Pedi para que fosse elaborado um estudo, no Ministério da Saúde, para avaliar o que mudaria no sector, em Portugal, com todo aquele investimento. Nunca tinha havido tanto!

*

Com objectivos semelhantes aos da reunião anteriormente relatada, encontrei-me com o Ministro da Educação e seus Secretários de Estado, no dia 24 de Novembro. A Secretária de Estado do Planeamento estava, naturalmente, presente. Eu não pretendia que ele me dissesse quais eram os empreendimentos que tinha intenção de propor para o Plano de Desenvolvimento Regional e os seus valores, mas, antes, entender a linha geral da acção que iria desenvolver. Começou por dizer que, à luz do Tratado de Maastricht, a Educação passaria a ser prioridade. Face a tal afirmação, estava a desenvolver um documento de enquadramento da política educativa que me entregaria até meados de Dezembro. Não sendo a versão definiti-

va, já tinha uma ideia dos investimentos que iria propor. A grande prioridade seria o ensino politécnico. Preocupava-o a realização de estágios dos recém-licenciados ou bacharéis numa facilitação do encaixe na vida activa. Também seria prioritária a formação contínua de professores e a formação profissional e tecnológica. No ensino básico e integrado queria construir novos edifícios, equipar laboratórios e comprar computadores, tudo numa perspectiva de melhoria da qualidade das escolas. Pretendia levar a cabo uma grande operação de conservação e reparação das escolas. Em relação às universidades queria concluir o que já estava iniciado e não mais. A formação de professores era um domínio em que gostaria de apostar. Conhecia bem o caso da Irlanda que o tinha inspirado em relação aos apoios comunitários a conceder às acções de formação e outras despesas de funcionamento no ensino politécnico. No âmbito do PRODEP II, a tendência era para encerrar tudo quanto dissesse respeito ao ensino superior. Mas pretendia assegurar a acção social escolar nesse escalão, especialmente a construção e renovação dos lares. Queria incentivar o ensino pré-escolar em colaboração com as Autarquias Locais e mediante a celebração de contratos-programa. O desporto escolar era um sector que gostaria de estimular; a nave do Jamor tinha um orçamento de 600.000 contos mas ninguém acreditava que ele fosse realista; nessa ocasião não havia no país nenhuma piscina olímpica; por isso, pretendia construir uma que ficasse afectada à Faculdade de Motricidade Humana e Ciência do Desporto; o seu orçamento andava à roda de 400.000 contos; seria mais, seguramente; as despesas de exploração estavam estimadas em 100 mil contos por ano.

Queria que eu promovesse a revisão de todos os procedimentos de transferência de verbas; os reitores das universidades queixavam-se de que os circuitos eram longos e demorados. Sugerí-lhe que fizesse alguma coisa no campo da Educação para a Ciência; relatei-lhe a minha visita ao Weizmann Institute, de Israel e o que eles promoviam a esse respeito.

O trabalho prosseguiria por aproximações sucessivas.

*

Com propósito idêntico ao das duas reuniões anteriores (Saúde e Educação) reuni-me no dia 25 de Novembro com a Associação Nacional de Municípios Portu-

gueses. Tratava-se de lhes comunicar as grandes linhas do Plano de Desenvolvimento Regional que iria ser apresentado em Bruxelas.

Na minha exposição insisti muito na necessidade de fazermos obras com escala que resolvessem os problemas de muitos. Responderam imediatamente que tinham ficado muito preocupados com o meu discurso, porque ele inculcava que seriam privilegiados os investimentos intermunicipais, o que era absolutamente certo. E os municipais quem os apoiaria? Era evidente que os primeiros exigiriam a cooperação entre dois ou mais Municípios, quer para a construção de infraestruturas, quer para a dos equipamentos. E isso, além de dar mais trabalho, não lhes facilitava as obras a que o seu nome (e partido...) ficasse ligado junto dos seus eleitores. Eu não havia dito que não se apoiaria o investimento autárquico; tinha expresso a minha pouca simpatia pela atomização dos apoios e a minha convicção de que os problemas das populações (água, esgotos, estradas, equipamentos diversos...) reclamavam obras de vulto que, naturalmente, implicavam uma concertação entre vários Autarcas. Ficámos entendidos que ainda haveria alguns empreendimentos exclusivamente da responsabilidade de um só Município, mas que a parte substancial do apoio iria para obras de natureza intermunicipal. Queriam, como sempre, um aumento da taxa de comparticipação. E reclamavam um maior envolvimento dos Municípios na elaboração dos planos e programas. Afirmaram a sua preferência pela realização de pequenas reuniões em vez dos grandes plenários regionais nos quais não se resolvia nada para além do confronto inter-partidário; as unidades de gestão dos programas deveriam ter mais diálogo com as Associações de Municípios; achavam que se deveria manter a possibilidade de todos os Presidentes assistirem às reuniões das unidades de gestão e aconselhavam a que se obrigasse os delegados a terem mandatos formais pelos quais respondessem. Eu estava de acordo com este incremento da responsabilização. À reunião também assistia o Ministro do Ambiente porque da agenda constava a apresentação de uma versão do “Pacto Ambiental”, visando a definição de prioridades que seriam acolhidas pelo PDR e, na sua maior parte, apoiadas pelo Fundo de Coesão. O parecer da ANMP já havia sido aprovado na reunião do seu Conselho Geral. Tratava-se de definir, agora, a metodologia para aumentar os níveis de atendimento em saneamento básico até ao ano 2000, tal como havia

sido definido no “Livro Verde” que o MARN havia publicado; era importante desenhar os contornos dos sistemas; como já disse, algumas vezes, parecia-me que as bacias hidrográficas tinham uma força muito grande na definição dos limites dos projectos nesse domínio. Houve protestos dos Municípios do Interior que queriam que a discriminação positiva fosse mais expressiva. Reclamaram regras mais exequíveis no que respeitava à escolha e tratamento de resíduos sólidos. Foram combinadas reuniões imediatas, por NUT III com os Autarcas, os representantes das Comissões de Coordenação Regional e das Direções-regionais do Ambiente e Recursos Naturais para se começar a definir os planos intermunicipais. Preocupava-os a recuperação de instalações degradadas para as quais solicitaram apoio financeiro bem como a formação de técnicos; estes eram essenciais para assegurar a operação dos sistemas construídos.

*

No dia 30 de Novembro de 1992 fui a Bruxelas falar com o Comissário Bruce Millan. Mas, antes de o encontrar, tive uma troca de impressões com o Senhor Leyghes, do gabinete do Presidente Delors, que era um daqueles altos funcionários franceses com uma sólida formação administrativa mas também com um grande sentido político. Veio encontrar-se comigo na REPER. Eu queria saber mais sobre o modo como se iria concretizar a coesão económica e social. E quanto às sedes das agências europeias que ainda estavam por decidir: alguma teria probabilidades de ir para Lisboa? Só depois da cimeira de Edimburgo, que seria em Dezembro, se poderia saber alguma coisa. Quanto ao primeiro tema agradeceu-me as sugestões que arranjaría maneira de fazer chegar ao Presidente.

Com o Comissário Millan havia sempre muitos tópicos para abordar. O RETEX estava retido por ter suscitado dúvidas a alguns Estados-membros; eles preferiam que as ajudas fossem dadas a sectores e não a áreas; e a nós importava-nos, neste caso, a reconversão do Vale do Ave. Mas havia, ainda, problemas financeiros. Em relação ao fundo do Espaço Económico Europeu, estavam em discussão os regulamentos de aplicação; os critérios tinham de ser muito gerais e simples; mas estava ainda a decorrer a discussão entre os representantes da EFTA e os da DGI. Eu insisti na inclusão da renovação urbana como linha elegível para apoio. Mas ele disse-

-me que ainda não se sabia se seria ele próprio a tratar do “dossier”. Iria naquela semana a Conselho uma proposta de regulamento. Não haveria problemas com a acumulação de subsídios (“grants”) e empréstimos (“loans”) usando os primeiros para bonificar os segundos. Ele estimaria que, chegada a fase de distribuição, os países da EFTA deixassem os pormenores para a Comissão afinar. As iniciativas comunitárias em curso continuariam; alguns Estados-membros pretendiam ver introduzidas algumas alterações, o que estava completamente fora de causa. Ainda não se sabia a posição final relativamente ao orçamento comunitário para 1993; só depois do Conselho Europeu de Edimburgo se disporia do montante final. Anteviu algumas dificuldades para o FEDER, considerado como muito grande pelos países que dele não beneficiavam. Previa-se que o sector agrícola reclamasse mais fundos. Mas o que o preocupava mais era uma séria questão com a Itália que tinha suscitado a intervenção do Parlamento Europeu que pedira explicações sobre as transferências de verbas do FEDER e do FSE; pelos vistos tinha havido desvios...

Eu queria ver acelerados os pagamentos até ao fim do ano. Foi-me logo dito que isso não seria possível por razões de tesouraria. Tinha que me governar com o que já havia sido transferido.

*

O Ministro do Ambiente tinha um programa ambicioso para o seu sector. Não dispunha era de meios. Por isso veio ver-me no dia 3 de Dezembro acompanhado dos seus Secretários de Estado. Ao meu lado estava a Secretária de Estado do Planeamento. Tinha definido como grande prioridade o sector da água e do saneamento básico. Queria canalizar para ele o máximo de recursos que pudesse obter. Propunha-se investir em barragens, em redes de distribuição de água e no tratamento de efluentes. Pretendia fazê-lo em associação com as Autarquias; havia grandes obras em curso que poderiam gerar meios para se pagarem a si próprias: era o caso do Barlavento e do Sotavento algarvios. Por outro lado, havia projectos prontos e devidamente orçamentados que estavam em condições de avançar. Ele próprio havia definido quais eram as áreas críticas e os sectores críticos, propondo-se começar a acção por eles.

Dava muita importância à conservação e valorização das zonas sensíveis entre as quais estava o litoral, para o qual já estavam identificadas as obras a levar a cabo. A gestão dos projectos seria assegurada pela estrutura administrativa do seu próprio ministério. Preocupava-o o ambiente urbano que se propunha melhorar. E queria definir um sistema de incentivos que levasse as empresas a assegurar a despoluição daquilo que poluíam.

O MARN tinha projectos que absorveriam 700 milhões de contos! Eu tive de lhes chamar a atenção para a grande ambição que isso representava. Era preciso fazer escolhas. As suas prioridades eram as duas áreas metropolitanas e o Algarve; representavam as grandes concentrações de população. Estavam a ser elaborados projectos para todas as áreas; a parte mais atrasada era a margem esquerda do Douro, na AMP. O resto estava razoavelmente avançado; o Algarve dispunha mesmo dos projectos necessários.

Em relação às barragens afirmou que o problema não era construí-las, mas geri-las; por isso estava a dar grande atenção à parte institucional tendo em vista a gestão e manutenção dos aproveitamentos construídos. Era indispensável assegurar que as Câmaras se envolvessem em todos os projectos de saneamento básico; nestes, seria o consumidor que pagaria a manutenção do sistema e a sua expansão.

A componente de lixos também tinha de ser incluída.

Tendo percorrido uma lista enorme de projectos pedi-lhe que a reduzisse a proporções mais realistas e que fizesse uma introdução com a filosofia da actuação da qual se pudessem deduzir os critérios usados na definição de prioridades. Tudo isso seria necessário para as próximas candidaturas ao Fundo de Coesão, prestes a ser quantificado e regulamentado.

*

No dia 4 de Dezembro recebi os Presidentes das Câmaras Municipais da Lezíria e Médio Tejo que haviam realizado um seminário sobre os problemas do Vale do Tejo na sua zona. Vieram transmitir-me o conteúdo das suas recomendações, tendo em vista a preparação do novo Plano de Desenvolvimento Regional.

Começaram por dizer que consideravam indispensável que nele houvesse um número expressivo de projectos municipais e inter-municipais!... Queriam uma es-

trutura institucional para definição e gestão do programa muito participada; eles já haviam estabelecido contacto com as associações da sua área e elas também estavam disponíveis para se envolverem. Tinham preocupações quanto ao ordenamento do território e mencionaram documentos elaborados pela Universidade Técnica de Lisboa; era a proximidade da Área Metropolitana de Lisboa que os preocupava; ela “sugava-lhes” muitas energias! Por isso queriam um plano de ordenamento cobrindo toda a área. Manifestaram cuidado em relação à mancha florestal da Companhia das Lezírias; temiam que a especulação fundiária a invadisse. E, depois, enumeraram uma longa lista de estradas que assegurariam as ligações norte-sul e com o oeste. Insistiram em que a Área Metropolitana de Lisboa tivesse um programa operacional à parte porque era uma realidade muito diversa. E não esconderam que havia uma conflitualidade latente entre vários Municípios.

Agradou-me eles quererem um plano de ordenamento e insistirem em dispor de um programa operacional à parte. Sublinhei, diante deles, a importância de se terem reunido, “sponte sua”, para discutir a sua contribuição para o PRD.

*

Eu tive sempre uma grande embirração com as medidas que, no âmbito da PAC, mandavam abater embarcações de pesca ou arrancar vinhas ou acabar com coisas que tinham custado muito dinheiro a fazer ou levado muito tempo a crescer. Os “arquitectos” dessas deliberações eram, seguramente, gente muito competente que teria boas razões para o fazer. Mas a mim repugna-me a destruição.

Em 4 de Dezembro recebi o Presidente da Câmara do Cartaxo que se veio queixar, porque os viticultores do seu Concelho que haviam recebido o dinheiro da compensação por haverem arrancado a vinha, o tinham posto no banco sem saber o que fazer com ele; também não sabiam o que fazer com as terras; decidiram produzir tomate, mas como se tratava de pequenas áreas não tinham dimensão para outra coisa que não fosse uma produção limitada que eles andavam, de tractor, a vender a quem desse mais!..

É preciso saber muito bem as consequências de medidas radicais que não são nem antecipadas nem acompanhadas na sua execução. É por isso que, na dúvida, não se deve arrancar nem abater nada.

*

Os despachos com a Secretária de Estado do Planeamento eram sempre longos, porque havia numerosos assuntos a tratar e porque a experiencia acabou por mostrar que tínhamos de olhar para o pormenor das coisas, não deixando nenhuma ponta desatada. Há alguns que pensam que tomar decisões políticas é definir as grandes linhas de acção; isso talvez suceda em países como a Holanda e o Reino Unido que dispõem de administrações sólidas e muito competentes. Mas quando estas são débeis e muito dependentes dos Governos, desenvolvem mecanismos de auto-protecção que procuram salvaguardá-las de qualquer apreciação mais exigente. Eu tive, uma vez, a solicitação de um alto funcionário para que eu lhe fizesse um despacho escrito e assinado, dizendo o que deveria fazer numa representação simples para a qual eu o tinha designado; é evidente que fiz o despacho, mas percebi, também, que não poderia contar com ele para qualquer coisa que reclamasse iniciativa, imaginação e risco; limitar-se-ia a cumprir o conteúdo do despacho: "Nem bom cavalo, nem bom cavaleiro"...

A Secretária de Estado, pelo contrário, era admirável na procura de soluções inovadoras e sempre muito atenta aos pormenores de execução. Como eu já disse, algumas vezes, os funcionários intermédios em Bruxelas gostam muito de se dar ares e assumir protagonismo em matérias em que deveriam ouvir com atenção o que lhes era dito pelos Governos dos Estados-membros. Era corrente confundirem a nossa tradicional cortesia com fraqueza e isso irritava-nos aos dois; a forma adequada de os tratar, tendo naturalmente de ser cortês, deve ser sempre muito formal, dizendo o que se pensa e opondo-se a interferências que não estão no espírito dos Tratados... Os governantes sem grande experiência tendem a ser muito obsequiosos. Devo confessar a minha irritação interior quando via na televisão a forma como os representantes da famosa "troika" eram recebidos em Portugal... Com a comunicação social a ajudar... E, agora (2016), a maneira como mendigamos compreensão por não termos cumprido o défice em 0,2%! Em primeiro lugar deveríamos ter cumprido o que nos havíamos comprometido a fazer e, em segundo lugar, havendo desvio, teríamos de dizer porquê e aguardar. É não perceber nada acerca de como funcionam os do Norte e da vontade que eles sempre têm de confirmar como os do Sul não são dignos de confiança...

Voltemos ao despacho. No dia 7 de Dezembro havia numerosos assuntos: os resultados da cimeira Luso-espanhola no Funchal; a divisão das verbas do fundo de coesão; a substituição de funcionários em Bruxelas; a necessidade de elaborar orçamentos realistas e não sistematicamente por defeito, como era hábito; a recusa em aceitar propostas de concepção-construção; a penalização dos agentes que não fixassem preços e prazos susceptíveis de serem cumpridos; a constituição de um banco de dados com preços das mais diversas tarefas e com custos unitários que servissem para criticar propostas elaboradas sem grande conhecimento de causa ou, então, com propósitos menos correctos; a formulação de objectivos físicos quantificados para os sectores e para os empreendimentos; a explicitação clara dos interlocutores técnicos das diversas iniciativas, etc.

Em relação ao Fundo de Coesão a proposta que circulava em Bruxelas era atribuir a Portugal um montante entre 16% e 20% e a Espanha 52% a 58%. Fixámo-nos como objectivo lutar pelos 20%, o que nos daria meios suficientes para levar a cabo o que pretendíamos. Havia, de seguida, que tratar da parte institucional; estávamos a assistir a manifestações de grande vontade de interferência da Administração Comunitária; eu invocava, frequentemente, a aplicação do princípio da subsidiariedade. As aplicações preferenciais eram as vias de comunicação e o ambiente; ora nós dispúnhamos de projectos numerosos para aplicação dos montantes que nos estavam reservados e nas condições exigentes, especialmente no que respeitava ao impacto ambiental, que eram impostas a todos. O figurino institucional tinha de ser definido com grande consenso; mas todos os ministros queriam ter o seu programa operacional; cada Comissão de Coordenação deveria ter o seu; e depois havia os outros... Tomámos a decisão de não mexer no que estava a correr bem, de simplificar o que pudesse sê-lo e de descentralizar a execução ao máximo, consoante o conteúdo dos programas. Da simplificação das “procedures” contava, naturalmente, a não intervenção de Bruxelas... nem nas decisões, nem no acompanhamento.

Mas nós estávamos a atravessar um período complicado em matéria de recursos internos. Na realidade, nós só poderíamos construir o que o FEDER apoiasse; o dinheiro nacional não dava para mais do que para formar as contrapartidas nacionais.

Vistos todos os programas, chegámos a um número de cerca de 30 a que teríamos de somar 13 iniciativas comunitárias. A coordenação de tantos programas é que nos preocupava. Mas considerámos que até cerca de 40 programas teríamos capacidade para o fazer. Era evidente que os programas sectoriais tinham de ser coordenados pelos sectores, mas nós deveríamos possuir informação sintética sobre cada um, porque, afinal, era eu o responsável por todos eles. Tinha de haver uma ligação dos programas aos mecanismos orçamentais para nós podermos acompanhar a evolução e ter sempre tudo bem “agarrado”. A figura do gestor de cada programa não só tinha de estar bem identificada como deveria ter dado provas da sua capacidade; era em torno dele que tudo girava; devo dizer que tivemos várias boas surpresas de gestores excepcionais.

Em relação aos programas regionais tomámos a decisão de eles respeitarem sempre a uma NUT III ou a uma agregação de NUT III inteiras; a experiência de ficar com “espaços residuais” respeitantes a partes de uma NUT não abrangidas por um programa operacional tinha complicado as coisas, nomeadamente no campo das estatísticas. A articulação entre o escalão central e as Autarquias, dentro de programas operacionais de desenvolvimento regional, teria de ser feita sistematicamente pelas Comissões de Coordenação Regional; mas alguns queixavam-se de que não dispunham de técnicos em número suficiente...

O Leitor fica, assim, com uma panorâmica acerca da variedade de temas que tratávamos nesses despachos.

*

Aproveitando a ida a Bruxelas para o Conselho de Ministros da Ciência, encontrei-me com o Director-geral da Política Regional, Eneko Landaburu, a quem já me referi nestas memórias. Era inteligente e sabia das matérias por que era responsável. Mas sabia fazer-se caro... Gostava sempre que os ministros lhe dessem conta das suas preocupações.

Nesse encontro (8/12/93) tratámos de dinheiros, como sempre... O Fundo EEE estava em ultimação. Para ele a Suíça contribuiria com 25% do seu valor. Mas ele tinha sofrido uma contração para $\frac{3}{4}$ do que nós estimávamos. Tudo teria de ser reduzido em proporção. Para complicar as coisas ainda não havia regras para

orientar a sua distribuição. De qualquer forma, eu disse-lhe das nossas intenções de o concentrar todo numa única linha de acção, por razões de eficácia de gestão. Pareceu-lhe muito bem.

Em relação aos fundos estruturais havia o caso de as regiões italianas não terem gasto tudo quanto lhes estava reservado. Tendo eu sabido disso, logo me candidatei a que Portugal recebesse o dinheiro não aplicado. Mas a situação ainda não estava clara, pois havia infra-estruturas inter-regionais que ainda poderiam absorver algum. Só lá para Fevereiro ou Março do ano seguinte se poderia fazer o balanço da situação. De qualquer forma, combinámos que eu apresentaria o nosso caso, ainda em Dezembro, enunciando os sectores e projectos em que iria haver falta de meios. Era evidente que teríamos de acompanhar de perto a evolução da situação italiana.

Em relação aos programas de iniciativa comunitária aplicados em Portugal era necessário ver quais os que estavam com carência de dinheiros e os que se mostravam folgados. O equilíbrio deveria promover-se entre eles. Fiquei de elaborar um exercício interno e, na sequência do que apurasse, fazer uma proposta. Combinámos que o nosso Plano de Desenvolvimento Regional seria apresentado até Abril, iniciando-se logo as trocas de impressões com vista à fixação do Quadro Comunitário de Apoio.

*

No quadro de preparação do Plano de Desenvolvimento Regional fui a uma reunião conjunta das Comissões Parlamentares da Administração do Território, Poder Local e Ambiente, dos Assuntos Europeus e da Economia, Finanças e Plano. Isso aconteceu no dia 10 de Dezembro. Intervieram os Deputados Jorge Lação, Manuel dos Santos, António Murteira, Helena Torres Marques, Gameiro dos Santos, Menezes Ferreira, Manuel Moreira e José Sócrates.

Queriam saber quais os desequilíbrios entre as diversas NUT e o que estávamos a fazer para os diminuir. Qual era a nossa proposta para Edimburgo em relação ao Paquet Delors II? (Como se eu fosse revelá-la ali!...). Quanto ao 2.º Quadro Comunitário de Apoio, que percentagem de verbas tencionávamos orientar para o sector da Educação? Havia espaço para a elegibilidade de novas áreas e entre

elas estaria a habitação social? Queriam discutir os projectos dos regulamentos. Quando começaria o Fundo de Coesão a ser aplicado? Preocupava muito um Deputado a situação no sector do saneamento básico. Quais seriam as modalidades de participação das Autarquias no Fundo de Coesão? Sabiam que iria haver uma revisão dos procedimentos: só em relação a Bruxelas ou também internamente, com maior intervenção das Autarquias? Qual era o impacto dos fundos estruturais no PIB? (Cerca de 0,7%). E na Cimeira de Edimburgo haveria novas iniciativas comunitárias e quais? (Teria de esperar uma semana, como eu, para saber isso). Um outro queria saber quais os critérios que nós tínhamos para seleccionar os projectos e as áreas a beneficiar (Disse-lhe da prioridade a conferir aos programas integrados de desenvolvimento, por serem integrados e, por isso, contribuir mais eficazmente para o desenvolvimento). Sabia-se que o Tratado de Maastricht favorecia a coesão e a convergência; a política social estava incluída? E no novo PDR o Governo caminharia no sentido da convergência real ou limitar-se-ia à convergência nominal? Em relação ao montante do Fundo de Coesão, tratar-se-ia de um fundo ou de um fundozinho? Sempre iria haver a duplicação dos fundos estruturais? Eu falava muito na subsidiariedade, mas a verdade é que a Comissão tinha cada vez mais funções; prova disso era a ida frequente e em número cada vez maior dos Presidentes das Câmaras Comunistas a Bruxelas para resolver assuntos (Eu não podia dar a resposta exacta...). Eu deveria ouvir mais as entidades que pudessem dar melhores sugestões. A litoralização do país havia-se agravado durante a execução do 1.º Quadro Comunitário de Apoio; o que entendia eu fazer para recuperar o atraso das zonas fronteiriças? Onde é que estava o novo PDR? Queriam vê-lo já e discuti-lo. Quem estava a elaborá-lo? Estaria ele mais virado para os pequenos projectos ou para os grandes? E, no distrito de Beja, o que se estava a fazer para prevenir os efeitos da reforma da PAC? As minas de pirite em Aljustrel corriam o risco de fechar; o que estava o Governo a fazer para o impedir? E como evitar que a base militar de Beja fechasse? Alqueva era urgentíssimo! Quais eram os critérios para selecção dos doze nomes que representariam as regiões portuguesas no Comité das Regiões? Um Deputado queria, urgentemente dispor de um calendário para o desenvolvimento das acções que haviam sido referidas; temia que a Assembleia da República tivesse um papel muito pouco importante

na discussão do QCA. Quanto do Fundo de Coesão iria para a parte ambiental? Eram precisos grandes investimentos no sector dos resíduos sólidos; Portugal estava em má posição nessa matéria. A gestão do QCA tinha de ser muito simplificada e mais descentralizada (Ficou muito admirado quando, na minha resposta, lhe disse que Portugal era o país da Comunidade que dispunha do sistema mais descentralizado; todos os outros eram mais centralizados, havendo alguns em que o sistema era, mesmo, muito centralizado...). Não se deveria esquecer o ensino pré-primário. E o Fundo de Coesão não poderia ser aplicado a assegurar a navegabilidade do Tejo e do Douro? O que propunha eu para garantir a ligação entre os projectos apoiados pelo FEOGA e o ordenamento do território que os primeiros não tinham, literalmente, em conta? Um Deputado sabia que o Governo iria entregar a proposta de PDR em Março/Abril; isso era um lapso de tempo curtíssimo para apreciar o documento; queria os “papéis” muito mais cedo! Como se faria a articulação do Fundo de Coesão com o PDR? Em matéria de rodovias, ferrovias e portos?

O último a intervir foi o Deputado José Sócrates. Manifestou o seu espanto por o Governo ir apresentar uma proposta de Plano de Desenvolvimento Regional sem haver instituído as regiões administrativas. Como poderia isso acontecer? Estávamos numa verdadeira encruzilhada!

Como já tenho referido algumas vezes, não era com achegas destas que se melhorava a nossa proposta para Bruxelas. É preciso mais estudo e mais coordenação das intervenções de cada bancada. Cada um disse o que quis sem ter combinado com os outros os aspectos que iria aprofundar. Aliás ninguém aprofundou nada!

*

No âmbito da preparação do Plano de Desenvolvimento Regional, ouvi com a Secretária de Estado do Planeamento o que tinham para nos dizer a Associação Industrial Portuense, hoje AEP (Associação Empresarial de Portugal) e a Associação Industrial Portuguesa, ambas no dia 11 de Dezembro, a primeira de manhã e a segunda de tarde. O Eng. Ludgero Marques, presidente da primeira começou por fazer considerações sobre a capacidade de absorção dos fundos comunitários. Passou ao tema da formação profissional, lamentando a falta de formadores; as

empresas tinham de ir buscá-los às escolas, mas, muitas vezes, não se atingiam os objectivos propostos. Criticou os centros de formação profissional que não estavam a cumprir a sua missão. Lamentou que não se tivesse olhado para a formação dos estratos destinados ao “chão-da-fábrica”. Era na base que tudo se jogava; por isso apoiava sem reservas a obrigatoriedade do 9º ano de escolaridade; era a partir daí que se devia contemplar a formação. Elogiou a formação dada nas empresas como sendo a mais adequada; disse mesmo que, nos casos em que ela era feita fora, isso representava puro desperdício. Invocou a experiência japonesa que impunha a prática da formação todos os dias. A redução do horário de trabalho deveria ser aplicada na formação e isso poderia estender-se por cinco ou seis anos, devendo ser obrigatória. O PEDIP tinha esgotado as suas verbas, sinal de que os investimentos prometidos haviam sido realizados; era preciso conseguir reforçá-los, porque ele havia provado ser um sucesso. Atendeu-se, seguramente, às mil melhores empresas; mas havia mais quarenta ou cinquenta mil que também mereciam apoio. Estava contra os planos de investimento elaborados por firmas externas às empresas e que não conheciam as suas necessidades de equipamento (habitualmente apresentado de modo sobre-dimensionado). Estava de acordo quanto aos vectores apontados no PEDIP: produtividade, racionalização da produção, gestão, internacionalização, “marketing”, “design”... tudo isto considerado de forma integrada. Queixou-se em relação à falta de quadros experimentados; não os havia no mercado e não era fácil prepará-los em pouco tempo. Era crucial a preparação de encarregados; eles eram elementos fundamentais dentro de uma empresa. Os metalúrgicos haviam constituído o ISTEM com instalações em Ermesinde e em Lisboa; pegavam em operários e, em dois anos, conseguiam fazer deles encarregados de muito bom nível. O problema era que faziam poucos. Revelava-se crucial formar elementos capazes de fazer a ponte entre a concepção ou coordenação e a oficina. Deveríamos apostar nesse estrato.

O Comendador Américo Amorim, com a sua linguagem directa acrescentou: ou damos o salto agora ou daqui a dez anos seremos o Maghreb da Europa. Deveríamos entregar mais responsabilidades aos empresários; recomendava a formação integrada, dentro da empresa. Disse que o País sabia muito bem exportar; deveria confiar-se mais nas empresas para o fazerem. Insistia em que a aproximação fosse

sempre integrada. Criticou muito o comodismo que se havia instalado na Sociedade Portuguesa. Deu, como exemplo, a recente reunião da assembleia geral dos empresários corticeiros; dos 250 empresários existentes só haviam comparecido 32! Isso exasperava-o (E com razão!...). Os fenómenos da economia não jogavam com o coração; era com a razão que deveriam ser tratados; e a economia tinha regras duríssimas que deviam ser compreendidas e aplicadas. Deveria haver mais e mais profundas ligações dos centros de formação profissional às associações empresariais sectoriais. Estas deveriam poder intervir na gestão dos cursos.

O presidente da Associação insistiu no domínio da formação profissional. Ela tinha de entrar em linha de conta com as circunstâncias reais da vida das empresas portuguesas. Achava que se formava muita gente para o que chamava as “áreas limpas” das empresas e muito pouca para o “chão-da-fábrica”. Ora, era este que era urgente guarnecer. Defendeu o reforço dos centros urbanos de tamanho médio e reclamou numerosas estradas formando redes que lhes dessem unidade. A criação ou revigoramento do primeiro tinha a ver com a fixação de técnicos e de quadros por todo o País. Reclamou mais capacidades de decisão para as delegações regionais do ICEP e do IAPMEI (Instituto de Comércio Externo de Portugal e Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas); tal como estavam eram meras caixas de correio de um sistema muito centralizado. Devia dar-se alguma atenção às delegações regionais dos ministérios; algumas estavam instaladas num “segundo-andar-esquerdo e esconso”... Isso não as dignificava.

A Prof^a. Elisa Ferreira era, nessa ocasião, a responsável executiva da AI Portuense. Também estava presente. Disse que a Educação, a Cultura e a Investigação & Desenvolvimento deveriam representar os três eixos do novo Quadro Comunitário de Apoio. Lamentou a degradação visível da qualidade da Educação. Disse que tinha havido uma remissão de responsabilidades para o sector privado sem curar de saber se ele estava em posição de responder; ora não estava; e, por isso, não tinha havido candidaturas do sector privado em áreas fulcrais. Um estrato que muito a preocupava era o do ensino pré-primário. Apoiava a necessidade de valorização do papel do operário a que havia aludido o presidente. Tanto o PEDIP como o SIBR deveriam prever uma compensação adicional para quem investisse no Interior. Ter-se-ia de olhar mais para o ambiente de acolhimento a que se ti-

nha referido o presidente quando invocou as cidades médias; chamou a isso “criar ambientes” adequados; essa operação obrigava a olhar para o conjunto de equipamentos que guarnecia cada um desses centros urbanos; sublinhou, particularmente, a existência de registos, cartórios e serviços correlativos. O novo sistema de incentivos deveria ser acompanhado por uma profunda reforma da Administração. Também estava preocupada com a ida de investigadores para as empresas que o justificassem e recomendava que se subsidiassem ensaios realizados nos laboratórios das Universidades que haviam sido equipados com dinheiros públicos. Tinha que se estimular o recurso das empresas a meios sofisticados de ensaio, metrologia e certificação.

Acabaram os três por recomendar que se olhasse muito para as vias de comunicação e para as telecomunicações.

Tomámos boa nota do que haviam dito. A maior parte dos pontos já tinha sido considerada no desenho dos diversos programas. Mas era sempre indispensável ouvir o depoimento directo de quem estava no terreno e contactava todos os dias com os empresários responsáveis pelo tecido produtivo.

Da parte da tarde veio o Comendador Rocha de Matos, presidente da Associação Industrial Portuguesa, acompanhado de alguns responsáveis regionais. Começou por dizer da importância da internacionalização do nosso comércio. Invocou uma reunião recente do Conselho Geral do ICEP em que se tinha concluído pela necessidade de um enquadramento financeiro vigoroso, por parte do Ministério das Finanças. Referiu-se à competitividade dos Estados-Unidos e do Japão para justificar o longo caminho a percorrer pela competitividade europeia. O Tratado de Maastricht fazia, pela primeira vez, referência a uma política industrial europeia; tinha de se aproveitar a oportunidade. Os empresários portugueses estavam numa situação muito complicada, por culpa própria, mas também por culpa de outros; foram-lhes acenando com os fundos estruturais e ninguém os havia alertado para a necessidade de procederem a reconversões internas (Isto não era, pura e simplesmente, verdade! Os sistemas de incentivos previam sempre a necessidade de modernizar e de justificar o que faziam nesse sentido). Os objectivos da formação profissional tinham ficado aquém do desejado por causa “do receptáculo”; este não tinha aprovei-

tado convenientemente os apoios disponibilizados. Quanto às telecomunicações, o STAR havia tido muito mais impacto nos operadores do que nas Autarquias beneficiárias. Tinham sido realizadas algumas infraestruturas tecnológicas que, até à altura, não haviam sido completamente mobilizadas por falta de recursos humanos. Era preciso prepará-los (Deve-se dizer que as associações empresariais estavam sempre presentes nos órgãos de gestão desses equipamentos...). O problema, dizia ele, era fazer, simultaneamente, duas coisas: i) tornar as empresas competitivas e ii) dar às empresas uma dimensão competitiva (Isso não era, seguramente, o papel do Estado!). Propunha que se fizesse o agrupamento de empresas (Não acredito nada nisso!). Como o empresário português era muito individualista era preciso levar os empresários a sentirem a necessidade de se ligar; para isso, a informação era indispensável. Achava que devíamos conceber um mecanismo para a “cumplicidade nacional” no qual os actores fossem os empresários, as associações empresariais, as confederações e, em último lugar, o Governo (“Words, Words”!...). Os estudos até então desenvolvidos para detectar e estimular a competitividade haviam pecado por não serem integrados; era preciso olhar para todas as dimensões! Recomendou que se instalassem empresas distribuidoras fora do país para assegurar a presença (ou o domínio...) noutras mercados (Felizmente nunca o fizemos...). O PAIEP (Programa de Apoio à Internacionalização das Empresas Portuguesas) estava dotado com meios insuficientes. Deveria haver apoio aos acordos complementares de empresas que visassem a internacionalização e o desenvolvimento tecnológico. Os incentivos estavam muito dispersos; havia, pelo menos, quatro ministérios a concedê-los (Isso fazia-se com vocações bem definidas; eu compreendo que seria mais simples ter só uma entidade a atribuir todos os fundos; não me parece que isso contribuísse muito para a grande transparência que se queria, nem para a operacionalidade do sistema). Preferia que os instrumentos usados fossem o capital de risco, os subsídios e os empréstimos bonificados; mas afinal era isso que se fazia, distinguindo alguns grupos de destinatários. Achava que a acompanhar a concessão de subsídios e outros tipos de ajudas se deveria impor a existência de gestores competentes! (Nem quero pensar como seria o processo da sua selecção!...). Queria que o Governo definisse, nos três meses seguintes, quais seriam os sectores a apoiar. Sublinhou as

virtualidades dos PALOP, da América Latina e do Médio Oriente como áreas de comércio ou mesmo de investimento. Queria que toda a importação de petróleo fosse feita com contrapartidas em produtos portugueses.

Quando leio hoje estas sugestões vejo como elas eram infundadas ou, então, como se reduziam à injeção de mais dinheiro público no tecido produtivo. Assim, dificilmente, se modernizaria a estrutura empresarial.

Uma responsável regional disse que a formação profissional realizada durante o 1.º QCA havia sido “muito teórica”; deveria ter sido precedida de uma prospecção mais minuciosa para caracterizar melhor as necessidades. Deveria dar-se subsídios às empresas que encomendassem investigação às universidades e os centros tecnológico. Não se deveria dar nenhum subsídio à construção de parques de exposições espalhados pelo país.

O presidente voltou à conversa para recomendar que se reduzisse muito o montante dos incentivos para aumentar o capital de risco. Mas outros acharam que as regras das duas sociedades de capital de risco existentes eram “leoninas”! Preferiam os incentivos. A legislação laboral é que deveria ser diferente; e a segurança social também...

Outro responsável regional lamentou a falta de dimensão das empresas portuguesas para enfrentar a internacionalização que se impunha. Tínhamos de estimular as “joint-ventures” para conseguir dimensão adequada. O mesmo lamentou que não conseguíssemos preparar pessoas para assumir riscos; afinal só preparávamos pessoas para serem trabalhadores por conta de outrem!... Era preciso fazer uma formação de topo! (Eu pensava que esta deveria ser feita na base e cedo...). Mas disse outras coisas com as quais eu concordava: as associações empresariais deveriam envolver-se mais na formação profissional; o Estado deveria limitar-se a definir estratégias, ouvindo os empresários mas conviria que fossem estes a executá-las. Queria que se elaborasse um estudo sobre a forma de estimular em Portugal a criação de uma indústria de equipamentos.

No final do dia, constatei com a Secretária de Estado que havíamos feito a nossa obrigação, ouvindo tantos representantes com as mais altas responsabilidades. Ficámos os dois com grandes dúvidas acerca do que dali poderíamos “espremer” para constar da nossa proposta de PDR.

*

Com propósitos semelhantes aos das reuniões anteriores recebi a UGT em 11 de Dezembro. Vieram o Dr. Agostinho Roseta e o Eng. João Proença, duas pessoas com quem era agradável conversar e que entendiam a razão de ser das decisões propostas. Não queriam que as verbas do Fundo Social Europeu fossem orientadas para o Orçamento do Estado; mas eram as regras e havia a obrigação de formar as contrapartidas e estas nem sempre vinham de fora... Gostariam de ver a formação incluída no sistema educativo, sem se limitar a ser uma mera injeção de dinheiros. As acções de formação deveriam ser realmente qualificantes e ter o longo-prazo como horizonte. Queriam negociar mais protecção social e usar a segurança social no combate à marginalização. Portugal tinha um défice de formação profissional que deveria ser rapidamente colmatado. Havia a grande dificuldade do tecido produtivo ser predominantemente formado por PME que não só não tinham dimensão crítica como eram muito dominadas por perspectivas de curto-prazo. Não costumavam preocupar-se muito com os pouco qualificados. Estavam de acordo com a formação em alternância mas não gostariam de que a empresa fosse a única peça (Nunca o seria! Se o fosse não se tratava de formação em alternância...). Aconselhavam que houvesse menos programas no quadro do FSE. Disseram que a formação dos próprios empresários era muito importante, mas que não deveria ser financiada pelo FSE; nunca havia sido nem estava nos nossos objectivos que o fosse! Atribuía muita importância à formação de quadros intermédios (Também nós!), além, naturalmente, dos trabalhadores indiferenciados. Lamentavam que as empresas não dispusessem de centros de formação adequados. As empresas deveriam ter planos de formação anuais ou pluri-anuais; ser ela feita dentro ou fora da empresa, para eles era secundário; o importante era que tudo fosse feito com informação e consulta dos trabalhadores. Tinham acompanhado o lançamento e a evolução dos programas integrados; apoiavam o princípio e o modo como eles estavam a decorrer; lamentavam que a maior parte das empresas não estivesse a aproveitar os auxílios que lhes eram disponibilizados para se reestruturarem profundamente. Perguntaram-me: o que é que condiciona a decisão de investir? Verificava-se que, sem os incentivos, os empresários não investiam; e isso era mau... Gostariam de que fosse feita uma avaliação profunda

aos subsídios concedidos; incluindo o que havia sido canalizado pelas sociedades de capital de risco; diziam que muitas destas “eram mais enfermarias do que maternidades” ... O “up-grading” das empresas justificava a outorga de subsídios; mas eram críticos em relação à concessão de isenções fiscais; estas só se justificariam se houvesse re-investimento dos resultados. (Mas era, também, o que nós, no MPAT, defendíamos). Gostariam de ver a participação dos trabalhadores ter lugar na elaboração, no acompanhamento e na avaliação dos diferentes programas. Não estavam de acordo que as GOP lhes fossem enviadas já num formato muito próximo do final; queriam discuti-las no princípio... Não estavam satisfeitos com o mecanismo de acompanhamento urgente; haviam aplaudido a minha decisão de ter lançado o Departamento de Acompanhamento e Avaliação, mas achavam que o seu trabalho era demasiadamente teórico; deveria ir, por amostragem, às próprias empresas beneficiárias das ajudas (O pior era que eu não dispunha de pessoal em número suficiente para o fazer, nem dinheiro para contratar isso com empresas privadas...). Achavam que a participação dos actores era importante e, daí, o envolvimento dos sindicatos; mas este não se deveria confinar somente ao FSE; tinha que ser para todos os programas... Aceitavam o termo “cumplicidade”... No 1.º QCA o País tinha estado muito na defensiva, procurando atenuar os efeitos da concorrência. Agora no 2.º deveríamos adoptar uma postura mais ambiciosa e mudar o perfil das actividades apoiadas (Eu não achava que se tivesse sido assim tão protecionista; era evidente que queríamos salvar empregos; eu não sei muito bem o que nos teria acontecido se só tivéssemos apoiado coisas muito modernas... num ambiente mergulhado no desemprego. Tenho muito receio das curas depois da morte do paciente....). Disseram que deveríamos constituir centros de racionalização exteriores às empresas, uma vez que as PME não tinham dimensão para funcionarem como tal. Mas quem o poderia ser? As associações sectoriais? Ou regionais? Eu via-as também tão desprovidas de meios bem-preparados! Recomendaram que se evitassem os “paraquedistas da formação”. Eu estava de acordo; só não o estava quanto ao nome; eram mais os “oportunistas da formação”!... Ocupar-se-iam do que fosse preciso para mugir “a vaquinha de Bruxelas”... Chamaram a atenção para os centros tecnológicos que estavam a ser criados. Avisaram de que eles iriam viver sempre à custa do Estado!... Eu disse-lhes da minha

preferência por centros protocolares que também estavam a ser apoiados. Mas esses não lhes agradavam, porque se mantinham exclusivamente na esfera patronal. E eles queriam que eles fossem tri-partidos, envolvendo também os sindicatos... Estavam a fazer o seu papel!...

A reconversão profissional preocupava-os, porque sabiam que muitos postos de trabalho não iriam sobreviver tal como estavam. Mas reconverter implica, na imensa maioria dos casos, mexer nas competências básicas. E isso não é fácil. Queriam, para isso, uma acção de informação aos trabalhadores muito generalizada e profunda. Nesse quadro queriam que houvesse instrumentos de apoio à manutenção do rendimento, enquanto decorresse o período de formação e de apoio ao salário durante as primeiras fases do encaixe no novo posto de trabalho. Alertaram que, muitas vezes, a mobilidade no trabalho não tem lugar por causa da imobilidade da habitação. Dever-se-ia fazer alguma coisa nesse sentido.

Grande parte das sugestões eram sensatas. Todas apresentavam dificuldades de natureza administrativa enormes. Acabaram a reunião incentivando-nos a adoptar uma posição mais transformadora, pois estavam convencidos de que os trabalhadores responderiam positivamente às mudanças que impulsionássemos. Devo dizer que os dois representantes se haviam preparado bem para a reunião. Tinham informação actualizada, haviam seguido de perto a concretização dos programas e fizeram sugestões fundamentadas; nem sempre fáceis de concretizar; mas, de qualquer forma, justificadas.

*

No âmbito da preparação do PDR recebi a Confederação da Agricultura Portuguesa (CAP) no dia 15 de Dezembro. Representavam-na o seu presidente, Prof. Rosado Fernandes e o Eng. João Soares. Fizeram numerosas recomendações:

O ensino técnico deveria ser valorizado, particularmente o rural. Os mercados deveriam merecer a maior atenção, porque a parte comercial da actividade era crucial. Nesse quadro, a construção de mercados abastecedores das grandes cidades era fundamental. O que estavam a fazer no IROMA (Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas) ia no bom sentido, tendo em conta que eliminava os intermediários que consideravam como parasitas. Recomendavam a

construção de uma rede de matadouros e, também, a privatização da EPAC (Empresa Pública de Abastecimento de Cereais), desde que ficasse nas mãos da Lavoura. Não toleravam que os agricultores ficassem à espera de que lhes fossem buscar a produção a casa, mas não acreditavam nas cooperativas; além de estarem todas falidas, não funcionavam como empresas e isso fazia toda a diferença. Protestaram contra o que chamaram a “engenharia da fraude”, muito difundida entre nós. A Justiça era a mãe de todo o progresso; não só constituía a manifestação de um Estado de Direito como representava a segurança. Dever-se-ia aumentar a pressão da Justiça sobre os não-cumpridores. A burocracia merecia uma grande atenção; dever-se-ia flexibilizar a administração e assegurar que ela não fosse discricionária. A “fileira” florestal estava em desagregação completa; havíamos perdido competitividade, excepto no domínio da cortiça, no qual ainda conservávamos o monopólio. No caso do pinheiro, as serrações estavam a encerrar umas atrás das outras; mesmo os aglomerados de madeira iam-se aguentando mal. A resina tinha desaparecido e o património florestal não estava a ser reposto. Naquele momento, a indústria da pasta de papel estava em boa situação, mas era preciso olhar para o futuro a uma década de vista; preocupava-os o facto da tonelada de pasta gastar 230 US dollars de madeira em Portugal e a da América do Sul custar cerca de 150 US dollars depois de transformada. O Prof. Rosado Fernandes, com quem eu sempre mantive relações muito cordiais, gostava de apresentar as coisas de modo “tremendista”: antevia que, se não fizessemos nada, “dentro de poucos anos teríamos em cima de nós um proteccionismo brutal num quadro de nacionalismo bossal”... Sosseguei-o! As coisas não estavam assim tão mal!... A perda de competitividade ainda não era irreversível; seria seguramente possível conciliar a exploração da floresta com a protecção ambiental. A plantação de florestas deveria merecer a maior atenção. Mas, segundo disse, a floresta estava dividida em três partes: 85% era privada; 12% de baldios e 3% do Estado. Por isso, a lei a fazer ou a modificar deveria, acima de tudo, visar a floresta privada. Havia um labirinto institucional só porque a floresta não tinha sido considerada como prioritária. Eram contra a elaboração de PMOF (Planos Municipais de Ordenamento Florestal); diziam que isso seria entregar aos Autarcas o planeamento florestal em Portugal e entendiam que eles não sabiam nada do assunto. Mas o mer-

cado continuava a ser altamente deficitário em produtos florestais; tinha de se conferir urgência ao tratamento desta matéria. Uma Sociedade Civil competitiva reclamava um Estado competitivo! Ora este não o estava a ser... O diagnóstico encontrava-se mais do que feito. O problema residia na concretização de soluções operacionais. Recomendavam que se concentrasse a acção na formação de agrupamentos de produtores florestais face ao minifúndio generalizado. Deveria ser conferida prioridade política à produção florestal. Havia promiscuidade no sector: eram os funcionários do Ministério da Agricultura que elaboravam os projectos e que, depois, os aprovavam; para quebrar o ciclo vicioso era preciso que as associações de produtores também pudessem preparar os projectos e proceder à sua análise, cabendo naturalmente ao Estado a última palavra no assunto.

A rede de rega hidráulica tinha a maior importância para a prosperidade do sector. As associações de proprietários deveriam pagar as benesses que recebiam. Referiu o exemplo da barragem da Vigia cujos beneficiários não pagavam nada, por negligência na constituição da respectiva associação de regantes. A parte da rega havia sido descurada, entre nós, ao longo dos últimos anos. Tinha de se fazer um grande esforço de recuperação do tempo perdido.

Eu achava que eles estavam dentro da matéria e que tinham feito recomendações consistentes.

*

No dia 15 de Dezembro recebi uma delegação da CIP (Confederação da Indústria Portuguesa) composta pelo presidente, Dr. Ferraz da Costa e pelo Eng. Joaquim Macedo. Este era um velho amigo meu e muito distinto empresário da indústria metalo-mecânica, no Porto. O presidente gostava de ser irónico, mas fazia recomendações ajustadas. Começou por dizer que propunha a concessão de um subsídio directo ao Governo para que ele reduzisse a taxa de juro ou a carga fiscal... Aborreciam-no o que considerava serem situações de monopólio, como o caso do IAPMEI, onde era obrigatório entregar todas as candidaturas a subsídios; achava que isso poderia favorecer a corrupção. Perguntei-lhe se tinha casos concretos a apontar. Não tinha! Era uma questão de princípio e, para ele, o melhor sistema de apoio à actividade era a subsidiação da taxa de juro cobrada pelos bancos.

Tornou-se evidente que este introito assumia a forma que assumiu por uma questão de posição política; ele era liberal em extremo e, por isso, qualquer modo de interferência na escolha dos sectores ou das empresas a apoiar ia contra os seus princípios. Mas, no fundo, sabia que teria de viver com alguma interferência dos serviços da Administração na verificação das condições em que os diversos sistemas de subsidiação seriam aplicados.

O Eng. Joaquim Macedo era mais realista. Disse logo que não havia um sistema ideal e que deveríamos conciliar três alternativas possíveis: a outorga de subsídios, o capital de risco e a redução das taxas de juro. Estas poderiam funcionar cada uma isoladamente ou em combinação. A sua experiência com o PEDIP havia sido bastante positiva. Achava que as nossas sociedades de capital de risco tinham mentalidade prestamista; não faziam nada se o candidato não tivesse “guarda-chuva”. A indústria portuguesa padecia de um enorme atraso que se impunha recuperar, com urgência. Compreendia a necessidade dos subsídios mas abominava o princípio da subsidiação sistemática; eles deviam ser dados só para colmatar “brechas”. Parecia-lhe importante que se exigisse a elaboração de um plano estratégico para cada empresa; serviria, pelo menos, para clarificar ideias. Entendia as empresas de serviços como “transitórias”; as produtivas eram as que importavam. Chamou a atenção para a importância das telecomunicações e dos transportes, nomeadamente dos ferroviários e dos marítimos; recomendou grandes investimentos nos portos. Disse que enxertar um plano estratégico novo numa má empresa nunca conduziria a bons resultados; era preciso ver o que ela havia feito antes e como olhava para a sua própria actividade; não chegava a análise financeira para decidir; era preciso também uma análise tecnológica e uma apreciação dos padrões de qualidade exibidos e dos mercados para onde exportava.

Dever-se-ia olhar para as desvantagens permanentes e distingui-las dos factores transitórios que poderiam ser corrigidos. Preocupavam-nos os custos da energia que eram estratégicos, particularmente o do “fuel”. O custo do dinheiro era a maior desvantagem permanente.

Era preciso apressar o mais possível a distribuição do gás natural. Havia numerosas empresas à espera dele.

O meio envolvente das nossas empresas industriais contava muito. A idade média do nosso parque de máquinas era inconvenientemente elevada. Deveria merecer atenção e apoio desde que ficasse demonstrada a realização de grandes aumentos de produtividade. Era preciso fazer outras coisas e não mais do mesmo. Impunha-se reestruturar a produção.

As sociedades de capital de risco vinham à baila uma vez e outra. Um deles disse: elas começaram por apoiar os investigadores de alpercatas de Silicon Valley e acabaram a financiar empresas falidas!... Não mereciam confiança para os casos normais que tinham em mente. Iríamos ter sempre o problema da dimensão das empresas; para apoiar as pequenas unidades deveríamos arranjar um sistema que quase não necessitasse de ser gerido porque elas não tinham grande capacidade para responder nessa matéria. O mercado, quer dizer os bancos, é que deveriam analisar a relevância dos empreendimentos a apoiar, fosse através de uma associação entre o subsídio e o empréstimo, obrigando a quem quisesse o primeiro a contrair também o segundo, devidamente apreciado por um banco.

Era importante melhorar as condições de enquadramento económico e ser o menos dirigista possível. Dever-se-ia dar uma grande atenção à sub-contratação para muitas áreas e não só para a da indústria automóvel, em que já a praticávamos com sucesso no mercado europeu. Se as condições de financiamento fossem mais viáveis haveria, seguramente, muitas mais iniciativas de sucesso. No fundo, do que nós estávamos a falar era de “comprar tempo”... e isso era a coisa mais difícil. Não deveria haver actuações muito sectoriais porque isso reclamaria um estudo sectorial muito profundo a precedê-lo. Por isso seria bom focarmo-nos nos sectores em que já tivéssemos tradição industrial. Também consideravam a florestação como fundamental.

Entendiam a cerâmica e os materiais de construção como sectores com muitas possibilidades (Estávamos em 1992!...) e aconselharam que se apostasse em coisas com alguma dimensão. Recomendavam que se olhasse também para as desvantagens comparativas de quem tinha tecnologia e não só para as vantagens. E, em matéria de ligação a centros de investigação, era sempre preciso que a empresa entrasse com o dinheiro e que designasse o que chamaram de “acompanhador” dos trabalhos.

Eram os dois pessoas com uma larga experiencia, mas tinham ambos uma salutar desconfiança em relação a tudo quanto fosse interferência da Administração na actividade empresarial.

*

No quadro da preparação do PDR e negociação do novo QCA recebi, no dia 17 de Dezembro, uma delegação da CGTP-Intersindical formada por José Luís Judas, Rui Paixão, Florival Lança e Vieira Mendes. A reunião veio na sequência da divulgação dos resultados da Cimeira de Edimburgo.

Assim, começaram por dizer que esta era uma oportunidade irrepetível! Queriam que o País aproveitasse bem os fundos; não chegava que eles viessem. Mas queriam aumentar a democraticidade e a transparência da gestão dos fundos (Leia-se: queriam participar na sua gestão!...); para isso propunham o reforço do partenerariado, com mais envolvimento das autarquias, dos sindicatos, etc. No passado não tinha havido, da parte deles, nenhuma intervenção no PEDIP e nos restantes programas. Iria haver um novo PEDIP? Estavam muito preocupados com o estado a que tinham chegado as nossas empresas industriais. A experiência havia mostrado que era possível a participação da sua organização; recordaram-me o caso do Vale do Ave. Mas não queriam ter uma participação apenas fiscalizadora; queriam também tê-la propositora. A questão da Educação era estruturante! O que é que se tinha em mente relativamente ao ensino profissional? E ao ensino em geral? As desigualdades de oportunidades começavam ao nível do pré-primário. Entendiam que o financiamento não deveria respeitar exclusivamente a obras, queriam que ele abarcasse a própria operação. Recordaram que, no Tratado de Maastricht, havia uma referência ao sector da Saúde; sabiam que ele já era financiado, entre nós, no quadro das operações integradas de desenvolvimento; apoiavam a ligação dos centros de investigação às empresas, mas achavam que o Governo deveria assegurar a estabilidade dos centros de investigação; seria um grande erro que o Estado deixasse de ter um papel nesse domínio. Acrescentaram: a classe empresarial portuguesa não estava preparada para assumir essa grande responsabilidade. Estavam de acordo com a elaboração dos planos estra-

tégicos das empresas de que me tinham ouvido falar; máquinas, formação, “design”, qualidade, ... eram alguns dos vectores que deveriam constar dos projectos de modernização a apoiar.

Um deles tinha preocupações com a Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal. Poderia eu assegurar-lhes que haveria uma segunda? Seria bom que houvesse. Mas recomendava maior eficácia do seu órgão de gestão (Obviamente, por via da participação da sua organização...). Um outro queria também uma OID na margem direita, na área de Lisboa. Mas com a sua participação, naturalmente. As linhas de força que haviam estruturado o PROT-AML iriam integrar o novo PDR?

Um deles era do Porto, onde já tinha havido uma reunião na Comissão de Coordenação. Em seu entender correria bem. Retomou a questão da participação, em torno da qual, manifestamente, se haviam concertado. Recomendou-me atenção ao sector têxtil, aos equipamentos sociais, ao sector da habitação social e ao da educação pré-escolar. Não havia referência nenhuma ao emprego nas reestruturações que iriam ter lugar; queriam ter uma palavra a dizer. Bem como em relação às condições de trabalho nas empresas. No Vale do Ave a participação havia sido inexpressiva; queriam ter mais a dizer. Recomendava uma operação integrada para o Vale do Sousa.

Como se pode ver, a reunião decorreu em ambiente muito cordato. Ainda se estava a distribuir o jogo!... Separámo-nos nos melhores termos.

*

Em 21 de Dezembro recebi um especialista em Comércio que me veio fazer uma exposição sobre o sector. Era urgente a reconversão do comércio nacional. Ele situava-se no meio de dois vectores que o puxavam para lados opostos: de um lado o comércio tradicional, do outro os novos centros comerciais que estavam a introduzir formas completamente novas de “ir às compras”. O primeiro queixava-se muito; mas não apresentava fórmulas de saída inovadoras. Ficava-se pela formação profissional, pela informatização e pelos chamados “cursos de vitrinismo”. Sentia-se que não havia por detrás nenhuma reflexão estratégica em relação à

grande mudança que se impunha realizar. A prioridade, deveria ser dada à aquisição de computadores para os estabelecimentos comerciais e à possibilidade de fazer estudos que permitissem definir um caminho; lembrou que, em Paris, havia um Centro de Estudos do Comércio, com boa reputação; seria que o novo QCA poderia financiar estudos?

Em relação ao Conselho Económico e Social Comunitário queria saber como é que ele actuaria nas funções de acompanhamento da realização do Mercado Único. Informou-me que o CES em Bruxelas já estava guarnecido com 500 funcionários! Poderia, por isso, elaborar muitos estudos... Mas, logo se queixou em relação aos funcionários portugueses que lá trabalhavam; disse que eram mais europeus do que todos os outros. Seria difícil contar com eles para explorar os contactos com a DG XXIII. Nós deveríamos ter muita atenção com a contratação desses funcionários porque eles pesariam na nossa quota e não dariam grande atenção aos problemas portugueses (Esta queixa foi-me feita numerosas vezes: os Portugueses sentiam que se tinham de mostrar mais europeus, quer dizer, mais neutros e menos interessados pelos assuntos do seu país do que todos os outros).

Aconselhou-me a fazer o levantamento de todos os funcionários que em Bruxelas pudessem ser advogados dos assuntos portugueses. Respondi-lhe que me estava a propor uma tarefa votada ao insucesso. Suponho que não ficou admirado.

*

No dia 29 de Dezembro recebi a Confederação do Comércio, para começarmos a tratar da preparação do PDR. Integravam a delegação, o presidente, Eng. Vasco da Gama e os Eng.^{os} Laje Raposo (retalho), Nuno Duarte (director) e o Dr. António Cortês (secretário-geral).

Começámos por fazer uma avaliação do SIMC (Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio); logo disseram que ele tinha de passar a ser designado como o primeiro porque queriam um segundo; o sistema havia apresentado muitos aspectos positivos. Pedi-lhes uma quantificação dos mesmos porque se eles aconselhavam que houvesse um novo, eu teria de justificá-lo; prometeram fazer essa avaliação, mas queriam que ela fosse global; eu insisti que seria melhor ser

pormenorizada, porque se iria ser mais exigente na justificação. Pedi-lhes que enquadrassem as suas reflexões num estudo estratégico. Este era necessário porquanto em todas as conversas eles faziam menção aos malefícios causados pelas grandes superfícies. Numa mostra de “wishfull thinking” disseram que o entusiasmo pelas mesmas estava a passar... Eu via o que se estava a passar no resto da Europa e pedi-lhes para se debruçarem sobre a questão, porque ela tinha vindo para ficar e, seguramente, para se ampliar. Falaram muito sobre a concorrência desleal e sobre a formação e ajuda aos pequenos comerciantes. Mas nessa ocasião, disseram, havia quatro grandes empresas que eram responsáveis por 25% do consumo nacional; hoje a concentração deve ser maior... Estimavam que, nessa altura, houvesse 150.000 empresas de retalho empregando cerca de meio milhão de trabalhadores. Queriam incluir no estudo estratégico os grossistas distribuidores. Em 1992 havia, no País, 120 associações retalhistas, 30 grossistas e 10 de serviços. Criticaram muito o apoio que se estava a dar aos NER, da Associação Industrial Portuguesa, imagino porque seriam concorrentes a apoios que julgavam poderem ser canalizados para o Comércio. Criticaram, também, o apoio dado a grandes empresas estrangeiras (o exemplo era sempre a FORD-VOLKSWAGEN...), imagino que pelas mesmas razões. Queriam assentar a estratégia que iriam elaborar na educação e formação da mão-de-obra, nos meios de comunicação, na informatização e na energia e seus custos.

Talvez tenha perpassado nesta curta referência a minha falta de esperança relativamente à utilidade potencial do estudo que prometeram fazer. Isso corresponde à verdade. Passavam o tempo a queixarem-se sobre as grandes superfícies sem romperem com o passado. Bastava viajar um pouco para se aperceberem que a mudança era inevitável... Tinham de ser os de fora a encorajarem-nos a romper, procurando ver o lugar que todos deveriam ocupar e gizando medidas adequadas para uma grande variedade de situações. Estavam a confiar demasiadamente num estudo que o Secretário de Estado Adjunto do Comércio lhes havia prometido apoiar.

A mim preocupava-me, sobretudo, a dificuldade com que os via para quebrarem com uma situação que, tudo indicava, não se iria poder manter, como acabou por ser abundantemente verificado.

*

Em 4 de Janeiro, recebi com a Secretária de Estado, os Engenheiros Álvaro Barreto e Carvalho Carreira que me haviam solicitado uma conversa a respeito do novo Quadro Comunitário de Apoio.

Dever-se-iam reduzir os incentivos a fundo perdido, evitando a gestão directa dos subsídios; tinha que se ser mais elaborado em relação aos instrumentos financeiros utilizados. Era mais interessante insistir na construção de infra-estruturas: barragens, redes de rega, vias de comunicação, transmissão de dados, etc. A bonificação de juros de empréstimos contraídos era melhor do que a outorga de subsídios (Nós também achávamos). Tinha que se elaborar mais acerca dos esquemas financeiros utilizados. As companhias de seguros poderiam ser um veículo interessante, por se poderem encarregar da avaliação dos projectos, mas não mostravam o menor interesse no seu envolvimento.

Deveríamos apoiar a floresta portuguesa, por ser a madeira uma das poucas coisas em que a Comunidade Europeia era deficitária. Foi dado o exemplo de uma associação de 300 proprietários para a exploração florestal; mas era no Sul! O minifúndio, no Norte, complicava todas as formas de associativismo. Admitiu-se a hipótese de apoiar empresas que se constituíssem, tendo em vista a florestação; mas isso não dava garantias sobre a produção; uma vez plantadas as árvores, eles desinteressavam-se da sua sorte; era uma coisa semelhante aos subsídios dados à plantação do girassol; os campos estavam cheios de plantas secas que nem sequer haviam sido colhidas; o subsídio tinha sido dado ao acto de meter a semente na terra e não à colheita da produção...

A parte burocrática ligada à obtenção de licenças para tudo era um desespero; levava meses para se fazer qualquer coisa! Isso não era assim no meu ministério, porque tudo era controlado de muito perto. Mas, em certas direcções-gerais, a lentidão era inacreditável...

*

Comecei em 5 de Janeiro as minhas conversas com o Ministro da Agricultura a respeito do Alqueva. Não era a favor de se ter um esquema de subsidiação da elec-

tricidade para aquele perímetro ou para qualquer outro, mesmo no Alentejo. Não era possível manter um preço diferenciado para os diferentes regadios. Gostaria de ver um programa integrado na parte agrícola. Algumas coisas deveriam ser já incluídas no II QCA.

Do ponto de vista agrícola, imaginava que se poderia começar a regar em 2002, quer dizer, daí a dez anos. Não se atrevia a fazer futurologia sem a conclusão das negociações do GATT, mas considerava que eram opções seguras: o milho, o girassol e a beterraba; mas entendia que nem o milho nem a beterraba eram culturas de alto rendimento. Afirmou que o perímetro do Alqueva não poderia ser pensado apenas numa perspectiva de culturas de alto valor acrescentado como era o caso da fruticultura. Tinha de englobar, também, culturas de larga extensão, como as três anteriormente mencionadas (o milho, o girassol e a beterraba). Para o milho alcançar uma produtividade média de 8 toneladas por hectare seria preciso uma bonificação de 25% a 30% nos custos de energia para a rega.

Em termos de mercado interno, o nosso problema não era produzir, mas comercializar e vender. Na definição das culturas a regar disse que qualquer coisa que se aventasse era pura futurologia. (Tinha toda a razão. Hoje o que lá se rega são oliveiras, vinhas, papoilas, uva-de-mesa e, um dia destes, talvez os sobreiros!...). Para ele, a razão de ser do Alqueva era global e não uma soma de partes! (Eu estava inteiramente de acordo com ele!). Recomendou que se fizesse um plano de protecção das margens. (Com o que já tínhamos visto no Castelo-de-Bode, esta observação fazia todo o sentido).

Deveríamos começar a pensar nas mais-valias determinadas pela construção da barragem: mais-valia agrícola, energética, ambiental e turística. Estávamos a viver uma fase de viragem nas políticas agrícolas mundiais. Por isso, qualquer recomendação que fizesse em termos das especulações a praticar seria pura futurologia.

O que estava em causa era não deixar morrer uma parte do País! (Quando lá fui há poucos meses e vi todo o novo frenesim de culturas, pude constatar que esse grande propósito foi alcançado: o Alentejo não morreu!).

Em relação aos custos de bombagem a prever, disse que não era viável uma diferenciação em relação a outros regadios vizinhos. A margem esquerda era a que

tinha solos mais esqueléticos e, por isso, a mais problemática. Mas os Espanhóis regavam-na e queriam expandir o chamado “Plan de Badajoz”! No entender dele talvez devesse ficar reservado para uma pecuária extensiva ...

Ainda não se poderia contar com os contributos inovadores da Universidade de Évora. Ela ainda não estava inserida no seu meio; não havia, dentro dela, quem soubesse de regadio. Num outro plano, teríamos sempre de envolver o Instituto Politécnico de Beja. Da mesma forma, deveríamos chamar a participar a Direcção Regional da Agricultura do Alentejo, aquela que tinha umas largas centenas de funcionários que criariam um problema se fossem todos trabalhar ao mesmo tempo... Eu lembrava-me das boas conversas que tinha tido com o Eng. Gusmão, da antiga Direcção-geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola; a sucessora desta, a Direcção-geral do Planeamento e Agricultura tinha de ser envolvida. Além destes, o Instituto da Água deveria assegurar a participação da Associação dos Agricultores do Baixo Alentejo. Recomendou-me que os envolvesse a todos na gestão do projecto e que o figurino institucional fosse semelhante ao do GATTEL, com técnicos bem pagos. Insistiu em que a sede da nova instituição a criar tivesse a sua sede em Beja, tal como era minha intenção que sucedesse e como lá está hoje a EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A.).

Falámos ainda de Odemira. O regadio estava entregue a uma associação de regantes e o perímetro já estava operacional em 60% da sua extensão. Era importante começarmos a falar desde cedo na criação da associação de regantes. E em dotar toda a estrutura com bons técnicos (Foi isso que eu constatei quando passei todo o dia 11 de Maio de 2016 a visitar o perímetro regado). A cota a usar deveria ser a máxima que resultasse das negociações com Espanha. O entusiasmo do Ministro da Agricultura era tal que logo me disse o nome de quem designaria para representar o seu ministério na estrutura a criar; eu conhecia-o bem e sabia que era do mais competente que havia na casa. Por aí percebi a importância que ele atribuía ao assunto. Este não podia ser considerado como um somatório de parcelas diversas. Tinha que ser entendido na sua globalidade. Era a ambição de Manuel Severim de Faria (séc. XVII) realizada: o Alentejo era verde!

*

No dia 6 de Janeiro tive uma reunião com os Secretários de Estado responsáveis pelos principais domínios beneficiários dos fundos estruturais para ver quais eram as dificuldades que, eventualmente, estavam a enfrentar.

Não havia problemas em relação ao PROAVE que estava a ter uma boa execução. Pelo contrário, as centrais de incineração dos resíduos hospitalares de Lisboa e do Porto estavam bloqueadas. Mas o maior problema, no domínio do ambiente, respeitava ao saneamento e ordenamento da zona costeira da Ria de Aveiro. A LIPOR tinha problemas institucionais complicados para resolver. Em Lisboa, a questão paralela seguia. Tomámos a decisão de remeter as centrais de incineração dos resíduos hospitalares para o fundo de coesão, por insuficiência de dotação dos fundos estruturais. O REGEN não iria investir tudo em 1993; era preciso encontrar alternativas. As aplicações do Fundo Social que estavam atrasadas em 1992, mostravam sinais de recuperação. No âmbito do PEDIP havia dificuldades na unidade de incineração de resíduos industriais. Manifestamente, havia algumas debilidades tecnológicas neste domínio. A taxa de execução do PRODEP era, nessa altura, de 82%; não havia problemas no ensino básico e secundário; o ensino profissional era excelente; surgiram problemas de execução no ensino superior, especialmente devido a dificuldades no arranque de grandes projectos; tinha havido já uma reprogramação feita com os reitores e com os presidentes dos institutos politécnicos. Conscientemente, no programa CIENCIA, havíamos tolerado fazer “overbooking”; o Secretário de Estado achava que não era exagerado mas foi logo avisando que seria candidato a eventuais reforços; o problema teria a ver com o programa de doutoramento a três anos que havia admitido mais candidatos do que os meios disponíveis; mas havia outras áreas cuja aplicação estava a zero; de modo que era preciso acompanhar com cuidado, mas não ficar demasiadamente preocupado; por outro lado, tratava-se da formação avançada de recursos humanos e isso nunca seria dinheiro desperdiçado.

Tratámos também das perspectivas para o QCA II que, em breve, iríamos começar a negociar. Já havia um regulamento provisório do Fundo de Coesão que serviria de base aos primeiros desenvolvimentos. A versão definitiva só seria aprovada em princípios de Fevereiro. Mas nós tínhamos de ter candidaturas preparadas para submeter, logo que fosse possível.

Tínhamos que definir a duração do novo PDR. Eu propus que fosse de seis anos, mas dividido em dois períodos: 4+2 anos ou 3+3 anos. A primeira parte seria definida com grande precisão; os anos finais funcionariam como uma espécie de folga. A decisão iria estar muito condicionada pela concretização da União Económica e Monetária; por isso, havia uma preferência pela segunda alternativa: três anos antes da entrada em vigor da UEM e três depois. Ainda não se sabia como seria feita a repartição dos dinheiros entre os Estados-membros. Estávamos a ser usados mas eu entendia que era essa a nossa obrigação. Deveríamos contar com a reserva tirada “à cabeça” para custear as iniciativas comunitárias; no QCA I haviam sido 6%; apesar das recomendações em contrário dos Estados-membros, era quase certo que ela colaria ao topo do intervalo definido de 5% a 10%.

O nosso diagnóstico e o plano que lhe estava associado tinham que estar muito bem definidos. Nós todos queríamos que se dissesse o habitual: que nós sabíamos muito bem o que tencionávamos fazer; isso dava-nos força durante as negociações. Estávamos, assim, preparados para as negociações, fossem elas de um programa para 6 anos, ou para 4+2 ou 3+3, com renegociação intercalar.

*

Em 7 de Janeiro tive uma longa reunião com o Ministro do Ambiente e Recursos Naturais para tratar da estação de tratamento de resíduos sólidos industriais tóxicos e perigosos. Tratava-se de uma unidade de incineração com um aterro ao lado e mais um segundo aterro para inertes industriais. Tinha havido um relatório que sublinhava não haver repercussões económicas negativas sobre a área circundante. Mas a avaliação quantitativa do projecto indicava que ele não seria viável, sozinho; teria sempre de se injectar novos meios para alcançar os objectivos “intangíveis” do projecto. Em suma, não se pagava a si próprio; e as empresas industriais que geravam os resíduos não estavam em posição de pagar a sua quota-parte de responsabilidade. Diante da ausência de viabilidade económica e financeira da solução a minha pergunta era óbvia: e vamos meter-nos nisso? Talvez fossem surgindo algumas novas soluções, tecnologicamente mais avançadas e que não fossem tão ruinosas... Mas havia que fazer qualquer coisa a esse lixo!...

Também tratámos do aproveitamento do Alqueva. O Ministro do Ambiente punha algumas reservas. A única vantagem que via no projecto era ficarmos com uma grande reserva estratégica de água no Alentejo (e não era pouco!...). Ela iria modificar a estrutura económica do Alentejo (Era o que se pretendia...) incluindo as pessoas... O que o preocupava mais era o caudal sólido associado à grande albufeira; invocou o caso de Assuam para dizer que foi ele que comprometeu o sucesso do empreendimento. A massa de água era muito grande e não tínhamos meios de avaliar o seu impacto nem de saber se ele seria positivo ou negativo. Propôs a construção de uma rede de pequenas e médias barragens e o desvio da água do Tejo para as parcelas a irrigar mais a norte. Iríamos forçar as pessoas a consumir a água? Perguntava-se se estaríamos a deixar um legado positivo às gerações vindouras ao constituir um grande reservatório de água no Alentejo? Era certo que não havia outras fontes de água superficiais nem água subterrânea; mas seria o Alqueva a solução acertada? As relações com Espanha, em matéria de recursos hidráulicos, eram muito desequilibradas; deveria o tópico ser abordado numa próxima cimeira. Não haveria uma outra solução melhor para pôr a água no Alentejo? O Alqueva não poderia vir a ser um Azibo enorme? (Eu tinha visto como se haviam processado os estudos para o Azibo; tudo havia sido avaliado; as análises de sensibilidade repetiam-se; só não foram convencidos os regantes a associarem-se para usarem a água; ficou no local um lindo lago artificial que justificou o investimento em “maisonettes” de fim-de-semana nas margens...). Deixava claro que não se opunha à constituição de uma empresa com capitais públicos mas aberta a capitais privados e susceptível de alienar capitais... Mas não era isso que estava em causa, nessa ocasião. Ficou mais sossegado quando eu referi que o Guadiana não era o Nilo e que tinha um caudal sólido insignificante; não encheria, seguramente, a albufeira...

Sucedo isto muitas vezes com os especialistas ambientais. Estão prisioneiros da constatação correcta a que chegaram de que “tudo influencia tudo” e, portanto, o melhor será não fazer nada. Ora, o que estava em causa era abandonar à sua sorte uma parte do País. A água, essa seria aproveitada pelos Espanhóis numa ampliação sem freios do seu “Plan de Badajoz”... conosco a assistir impávidos...

*

Entretanto, eu ia trabalhando com o Dr. Adérito Serrão para saber onde passavam as redes de alta tensão no Baixo Alentejo e ver onde se poderia fazer a entrega da energia a gerar pela central do Alqueva.

Era preciso possuir o retrato mais actualizado possível da população alentejana: por concelhos, por freguesias, por estratos etários, por profissões, etc. Tínhamos que possuir uma ideia acerca da quantidade de fundos estruturais do QCA II que iríamos investir no Alqueva. Deveríamos começar, imediatamente, a elaborar um plano de ordenamento das margens, envolvendo as Autarquias que haveriam de acompanhar e fiscalizar a sua execução. Não se poderia deixar repetir a situação da albufeira do Castelo-de-Bode ou, em menor escala, a do Azibo.

Era urgente começarmos a definir a fórmula institucional do empreendimento.

*

O Francisco Lucas Pires era um homem muito inteligente e culto. Eu gostava realmente de falar com ele e de o ouvir acerca dos problemas do País e das soluções que se ofereciam para a sua ultrapassagem.

No âmbito da preparação do PDR pedi-lhe para ele ir falar comigo e com a Secretária de Estado acerca das nossas relações com a Europa, tema que eu sabia ser-lhe caro e sobre o qual já havia reflectido muito. Eu tinha lido textos dele sobre os quais partilhava o seu entendimento. A conversa teve lugar no dia 12 de Janeiro. Uma hipótese para considerar a Europa era apreciá-la nos seus agregados culturais. Havia os latinos e os germânicos; os escandinavos eram, obviamente, germânicos. Mas não haveria, necessariamente, conflito entre os diversos agregados; eles tinham muitos atributos complementares. Nós não tínhamos de ter receio dos Alemães; eles não tinham nada a pedir-nos e, pelo contrário, tinham muito a dar-nos. Lisboa, para ele, era o símbolo da liberdade marítima e Berlim havia-se tornado o símbolo da liberdade terrestre. Era um erro insistir na manutenção do carácter excepcional do nosso país por ele ser pequeno, periférico e pobre. Tornava-se necessário definir o papel dos países pequenos, porque havia outros a falar na Europa e eram importantes para ela. Na realidade, a Europa era mais para os pequenos países do que para os grandes. Importava, por isso, estruturar

um sistema de relações menos selvagem do que aquele em que vivíamos, fazendo sobressair o papel dos pequenos países, naquilo que cada um tinha de melhor. Perguntava-se: qual é a Europa mais interessante para Portugal: a dos Cidadãos ou a das Economias? A resposta estava implícita na pergunta. O que nós poderíamos acrescentar à Europa era o “molho”! Este é que faria a diferença. Os diferenciais de desenvolvimento que permaneciam chocavam-no; nas elites não via que houvesse uma grande diferença: no resto das populações ela subsistia e era expressiva. Achava que, em Portugal, ainda se procuravam os heróis políticos; em Portugal nós sempre havíamos sido politicamente muito aptos mas, economicamente, tínhamos permanecido no fundo, há muito tempo. Entre nós e a Europa desenvolvida o desnível era maior em termos económicos do que no resto. Em Portugal chocavam-no as estruturas urbanas e a fealdade das cidades; os acessos a Lisboa eram inenarráveis!... Deveria dar-se prioridade à reconstrução do “habitat” citadino conferindo muita importância à dimensão estética. No próximo PDR teria de se dar muita atenção aos símbolos; o 10 de Junho, por exemplo, deveria passar a ser comemorado diante de um monumento que fosse restaurado para o efeito (S. Vicente de Fora, o Convento de Cristo, etc.); atribuía muita importância aos símbolos (E eu também...). O embelezamento do País, a História, a paisagem deveriam merecer um lugar especial na nossa acção. Atribuía muita importância à História; e, por isso, à sua invocação moderna. Sabia da importância das auto-estradas mas o desenvolvimento tinha outras componentes. Deveria haver elementos que servissem de alma às infra-estruturas.

Defendia uma filosofia de qualidade na aplicação dos fundos. Mas essa qualidade deveria dispor de algumas “sirenes” que dessem aviso. Apoiava uma grande selectividade na escolha dos projectos a beneficiar. Alertava para fugirmos de qualquer utilização menos lícita; tinha que haver uma moralização dos dispêndios. Concordava com a bonificação do crédito, preferindo este ao subsídio a fundo perdido. Dizia que os anos anteriores haviam sido os da “guerra das infra-estruturas” de que estávamos tão carecidos. Os próximos seriam os da “guerra das empresas” de que precisávamos então. Recomendava muita produtividade e a leitura atenta do Michael Porter (5). Achava indispensável assegurar a coesão interna, nomeadamente a coesão regional. Atribuía muita importância à coordenação científica.

Lamentava que as empresas não investigassem nem encomendassem trabalho de investigação. Mas recomendava que a política de investigação comunitária não fosse somente para os países ricos. Tinha que haver uma coordenação de tudo: abominava a ideia da coesão para os pobres e investigação e ambiente para os ricos. Tudo deveria ser integrado. Iria haver muita atenção focada na política de investigação; ela não poderia ser apenas um disfarce da política industrial, teria de possuir outras dimensões, nomeadamente a do aprofundamento do conhecimento.

Qual era a função do Estado, na utilização dos fundos? Que margem de manobra tinha? E qual seria o novo papel do Estado, após Maastricht? Estava certo de que a tendência seria para adoptar estruturas cada vez mais anglo-saxónicas na condução da Comunidade. Estava convencido de que se iria caminhar em direcção a um Estado positivo em vez de um Estado burocrático e negativo. E de que a ética dos negócios se iria afirmando progressivamente.

Nos próximos anos iríamos assistir a uma revolução cultural. Já estávamos dentro do mercado único. O desenvolvimento teria de ser, a partir de então, global. Já não se poderia ser sectorial. Tinha que se ser mais do que “Obras Públicas”. O dinheiro era mais um instrumento do que um fim. Para que se caminhasse nesse sentido teria de se dar muita atenção à produtividade da Administração, em paralelo com o maior cuidado dado à competitividade das empresas. Isso implicava dar maiores apoios a sectores novos, diversificando a economia e conferindo prioridade aos sectores inovadores. Atribuía muita importância ao investimento estrangeiro, por aquilo que ele nos poderia trazer além do dinheiro. Insistia na moralização e solidariedade da Sociedade. Deveriam aparecer ideias concretas positivas para contrabalançar ideias negativas como o desemprego. Tínhamos de dar muita atenção a aspectos emblemáticos do nosso desenvolvimento, tais como a EXPO’98 ou o empreendimento do Alqueva. Deveríamos ser muito exigentes quanto à forma. O método de utilização de fundos deveria primar pela transparência e pela explicação acerca das escolhas feitas e das afectações de dinheiros; deveria haver relatórios numerosos. E prémios a quem fizesse as coisas bem-feitas e cortes nos apoios a quem as fizesse mal.

Estava convencido que o pós-Maastricht seria um ciclo novo, cheio de oportunidades. Esta conversa traduz razoavelmente a sua personalidade: o Francisco

Lucas Pires era um Português empenhado, lúcido, inconformado com qualquer posição secundária a que pudéssemos ser remetidos, com um sentido histórico apurado... Portugal havia começado há muito e duraria muito mais! Nós tínhamos de assegurar a coerência dessa cadeia, durante o período em que assumíssemos a nossa responsabilidade, pela condição do seu destino.

Para mim era revigorante conversar com ele. Tudo o que reproduzi foi dito com grande serenidade, com um sorriso tranquilo mas também com grande determinação.

*

O Dr. Miguel Cadilhe tinha sido um bom Ministro das Finanças. Era e é um homem inteligente e um observador atento da realidade nacional. Por isso lhe pedi para vir falar comigo acerca do PDR. Veio acompanhado do Luís Mira Amaral com quem sempre manteve relações muito amistosas.

Falámos especialmente dos sistemas de incentivos. Recomendou que os subsídios a fundo perdido começassem a diminuir e tendessem para zero; tinham tido o seu papel na sua época mas isso estava ultrapassado. Havia chegado o tempo do capital de risco, apesar de este ser sempre difícil; as empresas mostravam-se sempre relutantes em admitir um “sócio-intruso” como era uma sociedade de capital de risco. A solução talvez fosse um fundo misto que concedesse crédito, além do capital de risco; ou ser só capital de risco com a possibilidade de acesso a crédito bonificado, sendo a bonificação muito expressiva. A relação entre as duas componentes deveria ser qualquer coisa da ordem de 25% de capital de risco para 75% de empréstimo; ou, se houvesse insistências para manter algum subsídio a fundo perdido: 30% de empréstimos, 50% de capital de risco mais empréstimos e 20% de subsídio. Apoiava a manutenção de um programa de apoio à indústria. Para nós isso era ponto assente.

Achava bem que o Fundo EEE fosse aplicado predominantemente para uma bonificação expressiva da Habitação; correspondia a uma necessidade social e iria criar muita actividade e emprego em empresas médias e pequenas. Entendia que estávamos a demorar tempo de mais a constituí-lo. Para ele, em Portugal havia uma dissonância gritante entre as “belíssimas auto-estradas” e as péssimas habitações. Entendia que o apoio à habitação deveria ser concedido somente a compra-

dores; nunca a senhorios. Deveria haver uma bonificação geral ao sector relativamente pequena (da ordem dos 2%) e uma bonificação diferenciada consoante as circunstâncias, IRS, posição sócio-económica e profissional dos candidatos, etc. O limite máximo da bonificação seria de 100%, se o mutuário demonstrasse realmente necessidade; mas teria de amortizar o empréstimo, obviamente.

*

No dia 16 de Janeiro fui encerrar as Jornadas de Reflexão sobre o Programa de Desenvolvimento Regional e o Mundo Rural. O discurso está publicado. (Discursos VIII).

*

O Eng. Nobre da Costa havia chefiado o III Governo Constitucional que não conseguiu obter a sua investidura na Assembleia da República. Eu integrei, como Ministro da Educação, o Governo seguinte. Tinha-me encontrado com ele, ao longo dos anos, numa ou noutra ocasião social ou oficial, mas nunca havia falado com ele longamente. Ele era um homem profundamente conhecedor da nossa indústria e das suas empresas. No quadro da preparação do PDR pedi-lhe para ele vir trocar impressões comigo. Mas, para ele se sentir mais à vontade, convidei também um amigo comum para participar no encontro, o Artur Santos Silva. Como era hábito, esteve também na conversa a Secretária de Estado.

Para ele havia duas formas de proceder ao desenvolvimento industrial: i) Ou se faziam novas fábricas; mas ele achava que já tinha passado o tempo do Eng. Ferreira Dias que lançou tantas indústrias de base; não era, então, possível admitir a interferência do Estado na constituição desse tipo de empresas; obrigar os empresários a criar novas indústrias parecia-lhe incorrecto; mas apoiava a criação de mecanismos de capital de risco; considerava, todavia, que as indústrias novas não deveriam merecer muito a nossa atenção. ii) Ou se modernizavam as empresas existentes; a indústria estava a depauperar-se e, por isso, justificava que se lhe desse atenção; o problema era conseguir diminuir o número de trabalhadores e manter a competitividade; a produtividade deveria merecer a nossa atenção

constante; a maior parte das nossas indústrias tinha pessoal a mais; era preciso ajudá-las a reduzir os contingentes às necessidades.

Devia-se investir na criação de uma nova imagem de Portugal, no estrangeiro; a nossa credibilidade era fraca porque a qualidade era baixa; tínhamos que investir na qualidade; por isso, a modernização das empresas deveria representar uma prioridade. Conviria assegurar encomendas das grandes empresas à indústria nacional. Era preciso atender à estrutura das empresas nacionais. Considerava as empresas familiares um desastre generalizado; seria preciso operar milagres para as reabilitar. Mas estava de acordo com o capital de risco e com a bonificação de juros; preferia esta aos subsídios a fundo perdido. Referiu que a maior parte dos empresários gostava muito de construir edifícios novos e impressionantes; achava que não se deveria dar dinheiro para edifícios; o mais importante era o conhecimento, a formação da mão-de-obra e as máquinas. Nós deveríamos concentrar a nossa acção na modernização das empresas existentes. Entendia que a metalomecânica estava “nas lonas”, por falta de tecnologia. Mas isso estendia-se a outros sectores. A automação era essencial, bem como a insistência na qualidade; sem esta, não haveria exportações. Lamentava que os consumidores nacionais preferissem sistematicamente comprar produtos estrangeiros, mas compreendia a escolha face às relações qualidade-preço. Por isso, insistia tanto na qualidade. A conversa foi muito animada, porque o Eng. Nobre da Costa era uma pessoa muito viva e, manifestamente, gostava do assunto de que estávamos a tratar. Mas o Artur Santos Silva também participou com entusiasmo. Para ele uma das questões que estava a afectar a nossa produtividade ligava-se à propriedade das empresas e ao exercício do poder, dentro delas. Estávamos a atravessar uma fase de ruptura na mentalidade das gerações que estavam no comando. A educação, para ele, era o eixo fundamental da nossa acção. Estava de acordo com a minha insistência na elaboração de planos estratégicos em todas as instâncias onde isso fosse adequado. Também preferia os empréstimos reembolsáveis, embora admitisse que houvesse um reembolso apenas parcial se os objectivos fixados de antemão fossem alcançados; quer dizer, poderia haver lugar ao não pagamento de uma parte

dos juros, pelo menos durante algum tempo. A actividade dos bancos deveria ser estimulada, premiando os bancos que trabalhassem (apostassem) bem. Parecia-lhe interessante associar os bancos ao sucesso; se não avaliassem bem os projectos que lhes eram propostos deveriam ser penalizados; mas, em caso de sucesso, também deveriam ser recompensados. Conhecia o PEDIP e sabia que muitas coisas haviam corrido bem; deveriam ser deixadas cair as iniciativas que correram mal. O IAPMEI havia provado ser capaz de fazer o “follow-up” dos diversos casos. Tinha muita esperança no sucesso dos grandes investimentos estrangeiros que havíamos conseguido atrair. Achava que todas as contas, das empresas às Câmaras Municipais, deveriam ser auditadas; as auditorias representavam um instrumento importante de avaliação dos resultados. Apoiava a criação de bolsas para formação em gestão de alto nível. Mas também para os quadros médios, de que havia tanta falta. As universidades e os institutos politécnicos deveriam ser chamados para assegurar essas formações. Aconselhou-me a fazer mais divulgação do que estava em curso no campo da Ciência e Tecnologia. Para ele era muito importante a descentralização com responsabilização na avaliação dos projectos. Estas sessões eram para nós muito importantes porque os intervenientes tinham, em todos os casos, uma larga experiência nos sectores de que falavam.

*

Era oportuno suscitar uma reflexão sobre as empresas portuguesas. Estávamos a preparar o PDR seguinte e tínhamos ouvido muita gente a sugerir os melhores modos de as apoiar e orientar. Um estudo de síntese ajudar-nos-ia a definir novas formas de actuar. Em 19 de Janeiro combinei com a Secretária de Estado propor ao Ministro da Indústria a realização de uma reflexão em conjunto connosco. Definimos quem eram os três altos quadros do MPAT que nela participariam. Decidimos encomendar a uma conhecida empresa de consultoria a definição da forma institucional mais adequada para levar por diante o empreendimento do Alqueva. Os técnicos que ela destacasse para elaborar o estudo deveriam falar connosco primeiro, para estabelecermos os termos de referência do que queríamos. Nessa ocasião os Portugueses não gostavam muito de ir para Bruxelas. Era pre-

ciso guarnecermos posições cimeiras da Administração Comunitária. Os Espanhóis tinham, ao tempo, dois directores-gerais ligados aos fundos: o do FEDER e o do Fundo Social. Alguma coisa estava desequilibrada...

Nesse dia, soubemos qual o Comissário que iria ficar encarregado do Fundo de Coesão (Schmidhuber) e o arranjo administrativo que o apoiaria.

Nós insistíamos com o Primeiro-Ministro para que se desse como garantida a duplicação dos fundos. Isso seria feito através de uma carta ao Presidente Delors. É que nós precisávamos de saber com que meios contávamos. As solicitações eram muitas. Havíamos preparado uma nota sobre os fundos estruturais para as Autarquias. Antes de levar o assunto a Conselho era preciso suscitar a reacção do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças à proposta que tínhamos em mente. Só depois disso é que poderíamos avançar para a versão que todos discutissem. Havia muita gente no Conselho que não simpatizava nada com o volume dos meios atribuídos às instâncias locais; tinham mais confiança na forma de gastar da Administração Central...

*

Como eu havia tratado de instalar a CEVALOR, em Borba, a notícia espalhou-se e em 25 de Janeiro fui visitado pelo Presidente da Câmara de Sintra que queria promover uma coisa do mesmo tipo em Pero Pinheiro. Veio com ele o Secretário de Estado da Indústria.

Quando não há crise e a procura excede a oferta, todos vendem e não há lamentos. Mas, quando se passa ao contrário, todos procuram o abrigo dos dinheiros públicos. Tinha havido uma grande empresa de mármore e outras rochas ornamentais que falira. As suas instalações eram muito espaçosas e o Presidente queria fazer dali um parque industrial temático com um pavilhão para exposição de rochas ornamentais. Havia alguns escultores que tinham ali os seus “ateliers”. Acabei por ir visitar dois deles, que eu conhecia. Na verdade, o local não poderia ser mais adequado para uma iniciativa do tipo da proposta. Além dos calcários locais, havia numerosos empresários que importavam outras pedras, sabendo muito do seu ramo. O pior era a ocasião ser de crise e, por isso, de poucas transacções. E de investimento nulo.

Para começar, havia uma dívida enorme da empresa falida à Segurança Social e era preciso pagá-la. De outro modo, não se poderia mexer no seu terreno. Era preciso resolver isso.

A área em causa chegava; eram mais de 10 hectares. O Presidente queria instalar uma escola de canteiros. Mas os empresários não queriam investir no pavilhão de exposições, porque não estavam a vender nada; dito de outra forma, ele queria dinheiro público para suprir a falta dos empresários. Estávamos a falar de, pelo menos, 800.000 contos, o que era, então, muito dinheiro. Eu não conseguia encaixar um projecto destes em nenhuma das linhas de financiamento disponíveis. Mas concordava que havia algumas valências do projecto que eram interessantes. Sugeri, por isso, que o Presidente da Câmara tratasse de todos os aspectos “espaciais” e de parceria com os empresários e que o Secretário de Estado olhasse para os aspectos institucionais e de concepção da organização da sociedade gestora ou proprietária da iniciativa.

Refiro este encontro para ilustrar, em primeiro lugar, como, em Portugal, se procuram soluções, com inventiva, para os problemas que vão surgindo. Mas também para referir a tendência para ir, em primeira instância, pedir o auxílio dos poderes e dos dinheiros públicos... Deveriam ser os últimos.

*

Com vista à preparação do PDR, recebi, no dia 29 de Janeiro, uma representação da CONFAGRI chefiada pelo Senhor Fernando Mendonça, presidente da AGROS, com mais três elementos. Tinham tomado muito a sério o meu convite e prepararam um extenso documento que eu enviei para o relator do Plano. Mas falámos sobre o seu conteúdo:

Era preciso atacar os problemas estruturais entre os quais estavam os ambientais. Estes iam desde a necessidade de construir ETAR e estações de tratamento de resíduos sólidos até à eutrofização de alguns solos. No campo agro-alimentar havia evidentes necessidades de armazenagem; por exemplo, no sector do leite havia produção excelente muito limitada pela capacidade de “stockagem”. O “selo comunitário” apostado à produção leiteira tinha grandes exigências: laboratórios, formação de pessoal, veículos especiais, armazéns, etc. Mas, se qui-

séssemos exportar, tudo isso era inevitável. Por isso tínhamos de avançar. Em relação ao FEOGA deveria haver a possibilidade de serem dados adiantamentos para fazer investimento prioritário; os lavradores estavam descapitalizados e raramente poderiam avançar com os meios próprios para fazer os investimentos de que seriam reembolsados. Deveria ser dada prioridade à construção dos mercados abastecedores, não só os de Lisboa e do Porto, mas uma rede nacional com tamanhos diversos; eles eram indispensáveis para concentrar a produção e oferecê-la aos intermediários do consumo.

Haviam sido feitos grandes investimentos em ceifeiras-debulhadoras no Alentejo sem consequências visíveis. Isso deixou os agricultores em situação financeira aflitiva (Mas não, seguramente, os vendedores de máquinas! Quem havia aconselhado os lavradores? Ou foi só a moda e a imitação dos vizinhos?..).

Queriam medidas de acompanhamento para aderirem à Política Agrícola Comum. Preferiam a bonificação dos juros aos subsídios. E apoiavam o investimento na floresta. Para tudo era preciso instalar uma estrutura de vulgarização, mas recomendaram cautela em relação ao modelo a adoptar; havia alguns que não consideravam eficazes, porque os agentes respectivos não eram competentes.

Dever-se-ia fazer uma campanha de promoção dos produtos regionais. Os Portugueses gostavam de os adquirir e consumir. Para exportar, as coisas fiavam mais fino, porque havia controlos fito-sanitários a fazer e alguns deles não passavam.

O sector cooperativo, na agricultura, era muito importante. Por isso me recomendaram que se fizesse um estudo sobre a situação económica e financeira das cooperativas. Deveria haver auditorias generalizadas. Eu sabia isso, por via do meu “chapéu” de tutela do sector da economia social. Tinha havido abusos generalizados e não existia capacidade de gestão na maior parte das cooperativas. Recomendaram que, antes de conceder quaisquer apoios, as cooperativas potencialmente beneficiárias deveriam ser objecto de auditoria. Propunham, como solução para as cooperativas mais débeis, a sua fusão com outras mais fortes ou, pura e simplesmente, o seu encerramento.

O estudo nacional sobre cooperativas que propunham deveria conter, além de um estudo económico-social, uma reflexão sobre o contexto em que operavam, porque ele estava em mutação acelerada e uma análise dos sistemas de agricultura em que

assentavam, pois estes estavam, também, em mudança muito visível. Queriam que se fizesse um encontro para tentar gizar o que seria a cooperativa do futuro.

O pior sector das cooperativas era o de compra-e-venda. Algumas do vinho e da fruta funcionavam razoavelmente. Mas era preciso proceder, com urgência, à normalização da fruta e valorizá-la em função dos resultados; se isso não se fizesse, a tendência seria sempre para a negligência e indisciplina.

Insistiram muito nas auditorias como rotina. A auto-disciplina não funcionava.

A formação profissional generalizada era indispensável.

Por outro lado, o financiamento avulso não poderia existir. Com 500 balcões de Caixas de Crédito Agrícola Múltiplo (CCAM) e com 600 das cooperativas, se não houvesse regras muito disciplinadoras, o crédito entraria em “roda-livre”.

Havia grandes problemas com a sanidade animal. Era preciso atalhá-los rapidamente. Não fazia sentido estar a importar gado de alta qualidade, muito caro, para o misturar em grupos com problemas.

Levantei a questão dos seguros, a que já me referi nestas memórias. Tinham colaboração com uma companhia de seguros e estavam a organizar uma outra comandada pela lavoura. Nunca mais ouvi falar desta; temo que não tenham conseguido ultrapassar as dificuldades.

Ao contrário de alguns arautos da terciarização, eu sou dos que pensam que, sem sectores primário e secundário prósperos, é muito difícil assegurar o bem-estar e a prosperidade dos países. O mundo está cheio de exemplos que confirmam o que eu digo.

*

No dia 5 de Fevereiro recebi, em Lisboa, o Comissário Schmidhuber que iria ficar com a coordenação do Fundo de Coesão. Andava a fazer uma volta pelas capitais dos países beneficiários para explicar as suas ideias. Como sempre, esteve presente a Secretária de Estado. Começou por manifestar como julgava que fosse útil um maior protagonismo do Comité Económico e Social em Bruxelas. Eu disse-lhe que o nosso Conselho Económico e Social era frequentemente ouvido em relação a documentos tão importantes como o PDR. Mas, manifestamente, ele queria envolver mais o órgão comunitário.

Os regulamentos do Fundo de Coesão eram dois: um interino até 1995 e outro definitivo, a partir desta data e reformulado com base na experiência de dois anos de prática. Defendia a co-decisão entre a Comissão e o Parlamento Europeu; eu disse-lhe da prática que tinha dessa modalidade de acção, porquanto havia sido intérprete do tríplice, enquanto Presidente do Conselho dos Ministros da Ciência. Iria haver um novo conselho das comunidades regionais e locais que, estimava, pudesse entrar em operação em Setembro seguinte; a sua primeira tarefa seria, exactamente, preparar a versão preliminar do regulamento do novo fundo. Mas as medidas do regulamento interino estariam prontas já em Abril. Logo que houvesse uma versão mandar-ma-ia.

Gostaria de que fossem distintos os documentos relativos à candidatura aos fundos estruturais e ao fundo de coesão. Eles eram complementares, mas tinham propósitos diferentes. O Fundo de Coesão era “a special endeavour to achieve cohesion (convergence)”. Queria que ficasse autonomizada a contribuição específica do Fundo de Coesão para o fim que tinha em vista. Falámos sobre os critérios de elegibilidade e sobre a flexibilidade inter-sectorial; eu tinha-lhe dito que não nos parecia conveniente a fixação de duas áreas muito rigidamente fixadas (acessibilidade e ambiente). Era evidente que ele estava informado acerca da nossa intenção de candidatar Alqueva; por isso fez comentários sobre o equilíbrio que deveria haver com outras aplicações do fundo. As prioridades dos Estados-membros deveriam ser compaginadas com as da Comissão; mas isso era o que eu vinha fazendo há oito anos!

Os sistemas de incentivos às empresas deveriam ir para o FEDER; mas com tal já contávamos nós.

Gostaria de ver os programas rapidamente traduzidos em projectos. Era nisso que nos aplicávamos. Fiquei satisfeito quando ele me disse que as contribuições do Fundo de Coesão poderiam subir até 80% ou mesmo 85%. Mas, em casos como o Alqueva (“revenue raising infrastructure”), isso teria de ser analisado, caso a caso. Achava que seria bom que, mesmo numa base informal, eu apresentasse por escrito quais eram os projectos que nós tínhamos intenção de apresentar. Queria, também, que nós fizéssemos a nossa escolha no que às redes transeuropeias de transporte tocava. Afinal esta era a grande vocação do

Fundo de Coesão. Cada projecto da lista deveria ser justificado nos seus propósitos e nos seus custos, explicitando a forma como ele se encaixava nos propósitos da própria Comunidade (leia-se “coesão”).

Tendo em conta que seria bom que ele conhecesse os meus dois Colegas sectoriais que iriam ser directamente responsáveis pelos projectos, convidei os Ministros das Obras Públicas e do Ambiente para virem almoçar connosco. Juntou-se-nos, também, o Secretário de Estado para a Integração Europeia, Dr. Victor Martins, com quem eu sempre mantive as mais cordiais relações e que seria da maior importância nas negociações que nessa altura iriam começar.

Nada, nestes encontros, deve ser deixado ao acaso. Tudo tem de ter um propósito que servirá de referência para a avaliação dos resultados.

*

Em 12 de Fevereiro tive uma reunião com o Ministro do Comércio e sua equipa e com a Secretária de Estado do Planeamento. Tratava-se de ver como poderíamos estimular as exportações.

Sempre que havia a percepção de que existia um mercado em expansão, o investidor português aparecia e ousava. O pior é que havia falta de dinheiro para projectos inovadores. Esses investidores não o tinham e queriam sempre que o Estado os apoiasse nessa sua ousadia. Era certo, nessa ocasião, que havia mercados que iriam crescer: o das obras públicas, o da habitação, o do ambiente, o de material de transporte... Por isso, eles estavam presentes em todos eles. Mas sem dinheiro!... Havia, em relação aos mercados externos, o problema da competitividade da indústria portuguesa que estava em queda há uns tempos e não dava mostras de querer melhorar. As coisas estavam todas ligadas: a produtividade, a qualidade, a comercialização e distribuição, a internacionalização e a competitividade... tudo se fundia na imagem sincrética de Portugal e dos produtos portugueses que não se via despontar e afirmar-se.

O Ministro do Comércio propôs como prioridade no novo Quadro Comunitário de Apoio a mudança da estratégia de penetração dos produtos portugueses nos mercados comunitários. Deveria haver uma aposta na imagem, na distribuição, nos

mercados de origem e nos apoios aos produtores em todos os tipos de circuitos. No sector da agricultura havia uma grande urgência de medidas ligadas à comercialização dos seus produtos.

As coisas, todavia, estavam a correr muito bem no sector do Turismo.

Eu devo dizer que tinha grande relutância na adopção de medidas de natureza imaterial muito difíceis de avaliar “ex ante” e “ex post”. Eu concordava com a necessidade da mudança de imagem, todavia, achava que isso competia mais aos exportadores do que ao Estado. Este poderia dar um pequeno apoio, mas não assumir a totalidade dos riscos da abordagem de novos mercados.

Era preciso reformular completamente o SIMC (Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio). Mas isso acontecia porque os visados não haviam feito suficientemente pela vida. Estavam realmente antiquados e não davam por isso. Não tinham ideias inovadoras e só reagiam ao papel crescente dos novos centros comerciais.

No exterior, a campanha para alteração da imagem de Portugal orçava entre 5% e 10% do valor do produto final. Eu apoiava a necessidade dessa alteração, mas achava que o Estado (nós todos...) não deveríamos pagar tanto!...

O nosso comércio externo estava demasiadamente concentrado: 77% para a Comunidade Europeia, com mais 8% para os países da EFTA dava 85% só para esses destinos. Nessa época, Angola representava 5%. Nós éramos o País com menor diversificação dos destinos da exportação na Comunidade. Em 2.^o lugar vinha a Bélgica. O fundamental, para alterar este estado de coisas, eram as linhas de crédito. Sem elas não se exportava para destinos com algum risco. Havia que criar um fundo de garantia de risco para as exportações para novos países. Isso para mim já era mais palatável... Mas era certo que se impunham medidas para a diversificação daqueles mercados. Eu era sensível à necessidade de internacionalização das empresas portuguesas, incluindo a criação de lojas e de cadeias de distribuição de produtos portugueses no estrangeiro. Mas fazendo recair a maior parte do risco sobre aqueles que recolheriam a maior parte dos proventos, em caso de sucesso.

Teria, obviamente, que se promover uma modernização dos canais de distribuição tradicionais. E lá caíamos de novo na importância dos mercados abastecedores, dos mercados de origem e das organizações de produtores. Ainda hoje

temos alguns destes problemas, embora a situação haja melhorado muito. O pior é sempre a associação dos interessados; ou têm posição dominante ou não se interessam por ela...

*

Em 15 de Fevereiro tratei com o Ministro da Indústria e Energia e com a Secretária de Estado das dificuldades que estávamos a encontrar relativamente à introdução do gás natural no nosso país. Como já disse noutra lado, havia duas formas de abastecimento: a do gás liquefeito descarregado em Sines e a de um gasoducto que ligava ao espanhol que seria abastecido a partir da Argélia. Os Espanhóis haviam apresentado como solução uma ligação ao gasoducto do Maghreb ou a construção de um gasoducto mais pequeno ligado à sua própria rede. Nós não gostávamos muito da segunda alternativa mas, para a primeira, eram os Argelinos que tinham a chave do sucesso na mão. O pior era que as negociações demoravam... Recomendiei que se mantivesse sempre informada a DG XVI (Desenvolvimento Regional), de onde vinham os fundos que nos permitiriam realizar o projecto. Nada nos seria mais desfavorável do que sermos todos surpreendidos por um acidente não antecipado nessas negociações. Eu temia que os meios reservados a este projecto fossem cancelados em caso de fracasso daquelas negociações. Certifiquei-me de que as verbas do REGEN poderiam ser gastas até 1994. Mas nós já estávamos em meados de Fevereiro de 1993. E as negociações com os Argelinos nunca se sabia que caminho seguiriam. Por isso me parecia tão importante manter a Comissão informada relativamente às nossas dificuldades.

*

A Associação dos Municípios da Aguieira resolvera tomar a iniciativa de ir, por sua conta e risco, a Bruxelas, para ver da possibilidade de obterem uma subvenção global para apoiar o seu programa de acção. Bruxelas pela-se por estes contactos directos, completamente ao arripio do estabelecido com os Governos dos Estados-membros. Lá tiveram um rebate de consciência e resolveram solicitar-me uma conversa. Alguém os avisou de que o financiamento directo de Bruxelas não existia e que tudo teria de passar pelo PDR e pelo QCA em negociação. Mas, na au-

diência, logo disseram quem os havia recebido em Bruxelas e tratado muito bem... Queriam levar por diante um programa para o desenvolvimento turístico do Interior numa experiência-piloto que valorizasse os seus recursos. O Litoral tinha as suas praias, mas a sua área possuía recursos em que assentaria o programa. Tinham a Serra do Caramulo e a albufeira da Aguieira; além disso havia termas (S. Germil, Granjal, Tondela, St^a Comba, Mortágua, Luso...) e a Mata do Bussaco. Já haviam contratado a elaboração de um projecto com uma universidade e queriam que a iniciativa tivesse uma subvenção global, sendo a contrapartida nacional da inteira responsabilidade das Câmaras. Tinham constituído uma associação na qual também estavam presentes agentes económicos; eram, ao todo, 14 sócios.

Havia um PROT, mas ele estava a revelar-se de difícil implemento. Este programa articulava-se, obviamente, com ele, respeitando-se escrupulosamente as suas medidas cautelares. As medidas de estímulo nele contidas não estavam a ser concretizadas por manifesta falta de meios. O desenvolvimento da região passava por uma harmonização de todas as iniciativas. Entre as acções previstas estava uma barragem em Mortágua que dominaria 600 hectares dedicados a hortícolas. Tudo havia sido gizado em conjunto. Costumavam juntar-se para o efeito em almoços muito produtivos... Eu não gostei nada da “música”!...

Por quê ir a Bruxelas antes de combinar connosco? Por quê não aproveitar as virtualidades de um PROT que já existia e que constituía o quadro próprio para o desenvolvimento de uma componente do turismo? Por quê valorizar este sector em detrimento dos outros numa região que, nessa ocasião, estava encravada no interior e com acessibilidade limitada?

Afinal, só queriam o meu “apoio moral”... Ouvi tudo com atenção, mas não me comprometi com nada. Havia instâncias próprias para abordar a questão. Mais valia terem começado pelo princípio. Ou foi só para justificarem uma ida a Bruxelas e mostrar ao ministro que também contactavam com quem decidia sobre o dinheiro? Como tudo voltou para trás, decidiram começar pelo “apoio moral”. Tem de se ser firme em relação a estas “saliências”. Eu estimo muito a capacidade de iniciativa quando estão em jogo só os dinheiros de quem arrisca. Mas arranjar formas “espertas” de furar as regras estabelecidas é que não! Não ouvi falar mais do plano turístico daquela zona!...

*

Em 15 de Fevereiro combinámos a data de entrega do nosso Plano de Desenvolvimento Regional em Bruxelas para começar a negociar, oportunamente, o novo Quadro Comunitário de Apoio. A primeira coisa que fizemos foi tentar saber quando é que os outros o fariam. Convinha-nos fazê-lo antes dos demais. Os Espanhóis, por causa das eleições, fá-lo-iam no final de Abril; o seu PDR seria desdobrado em 12 programas dos quais 2 nacionais e 10 regionais. Os Irlandeses iriam apresentar apenas 6 programas e ainda não se sabia a data. Nós tínhamos o nosso organizado segundo eixos em 14 programas com sub-programas. Tomámos a decisão de o entregar na 2^a quinzena de Abril. A nossa organização previa uma única unidade de coordenação e várias unidades de gestão.

Nessa ocasião havia um programa chamado “LEADER” para apoio ao mundo rural. Mas tinha havido algumas “facilidades” que não nos agradavam nada; por isso decidimos produzir um despacho a pôr travões, reconduzindo o programa aos seus propósitos enunciados.

Era preciso que a Comissão soubesse da continuação do nosso interesse na construção do gasoducto e na mobilização do programa REGEN. Isso já havia sido comunicado verbalmente pelo Director-geral, mas eu entendi que o melhor seria formalizar a nossa posição numa carta ao Comissário da Política Regional.

*

Em 17 de Fevereiro, recebi uma delegação do Banco Europeu de Investimento que havia viajado até Lisboa para acompanhar os projectos que, no nosso país, beneficiavam de empréstimos seus. O volume desses empréstimos era elevado e, apesar da crise internacional, o chefe da missão considerava que as coisas tinham corrido muito bem. Em 1992 havíamos beneficiado de 1.200 MECU de empréstimos e, em 1993, esperávamos ultrapassar esse valor (talvez 1.500). O BEI não tinha quotas por país; respondia à procura e acompanhava o investimento. Éramos nós que tínhamos de propor o que queríamos ver apoiado e negociar cada empréstimo de “per si” e apreciado nos seus próprios méritos.

No último Conselho de Edimburgo havia sido definida o que se chamava “The new temporary line of credit”. Como tal, ele queria saber os empreendimentos que nós

estariamos a considerar apresentar nesse âmbito. Deu a sugestão de aproveitarmos a ocasião para aplicar “the facility” em projectos que já estavam analisados e financiados, alargando o financiamento. Era óbvio que essa seria a maneira mais rápida de aplicar o dinheiro. Mas havia outras necessidades. A nova verba era de 5.000 MECU para toda a Comunidade e tinha “fourchettes” mais ou menos subentendidas; ele entendia que um montante de 300 MECU não teria qualquer dificuldade em ser concedido. No entanto, era preciso definir para quê! Fiquei de lhe dizer brevemente.

Estava em constituição o chamado European Investment Fund que nós achávamos que deveria ser confiado ao BEI. Todos pensavam o mesmo, mas havia que ajustar os estatutos da Instituição para o poder fazer. O representante do BEI achava que a alteração estaria feita e aprovada até ao final do ano, de modo que poderíamos contar com a nova fonte de empréstimos em 1994.

O chamado fundo EFTA ou mecanismo de financiamento EFTA era destinado a financiar projectos com pouco retorno. Como eu já referi nestas memórias, nós havíamos decidido afectá-lo especialmente à construção de habitações e à recuperação urbana de zonas antigas degradadas. Para isso havíamos discutido largamente o tema, como já disse noutro local.

Em relação ao Fundo de Coesão, eu disse-lhes o teor da minha conversa com o Comissário Schmidhuber. Seria a Comissão a informar o BEI sobre os projectos que eles consideravam como adequados aos propósitos do fundo, de modo a que fossem objecto de um financiamento misto: parte subsídio e parte empréstimo.

Quiseram saber informações acerca do nosso PDR que estava em preparação, só para reafirmar que teriam muito gosto em envolver-se na sua execução. Afinal, eles representavam um banco, cujo negócio era emprestar dinheiro... Nós precisávamos dele e éramos um cliente com muito boa reputação. Daí que tivessem ficado satisfeitos com o anúncio que lhes fiz de que, até ao final de Abril, eu entregaria a nossa proposta em Bruxelas para começarmos a negociar o QCA correspondente, logo que possível.

Estas reuniões reclamavam preparação, mas decorriam sempre de modo muito civilizado. Sucedia, também, que nós reembolsávamos os empréstimos a tempo e horas, não havendo, para eles, nenhum risco de ficarem nos braços com crédito mal parado e com imparidades nas suas contas... Por isso, tínhamos sempre gosto em rever-nos. E eles sabiam que, para um dos primeiros projectos apoiados pelo

BEI em Portugal (Porto de Leixões 1977 – 1.º Governo Constitucional), eu havia preparado o seu enquadramento regional. No mundo da banca a antiguidade dos conhecimentos conta, porque cimenta confiança.

*

Em 25 de Fevereiro vieram ver-me os Presidentes das Câmaras Municipais de Rio Maior, Tomar e Vila Nova de Ourém. O primeiro integrava o programa operacional da Lezíria e os dois últimos o do Médio Tejo. Mas tinham problemas comuns que gostariam de me expor:

Havia insuficiência de verbas nos seus programas. Sucedia, mesmo, haver projectos já aprovados, mas sem verbas para os concretizar. Não se poderia penalizar os mais dinâmicos. Havia quem estivesse a arrastar algumas iniciativas, mas isso não poderia prejudicar os outros. Apoiavam a ideia da linha de crédito e a ela se apresentariam até porque já tinham facturas relativas a 1993 que precisavam de ser objecto de negociação com o banco com vista ao seu pagamento. Gostariam de ver se seria possível prever adiantamentos, no quadro do empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos e queriam saber se os juros poderiam ser creditados aos próprios projectos, sendo cobertos por verbas comunitárias.

Tudo poderia e deveria ter sido tratado no âmbito dos próprios programas operacionais. Seguramente, que tinha havido desentendimento entre eles e os outros. Mas eu não poderia abrir o flanco. Se eu resolvesse unilateralmente o problema destes três, seria certo que os dois programas operacionais se estilhaçariam de seguida. Prometi-lhes que iria ver o que poderia ser feito. E fui conversar com os responsáveis pelos dois programas operacionais. Nunca mais apareceram para tratar de casos individuais.

*

Recebi no dia 25 de Fevereiro a Associação de Municípios do Oeste. O Programa Operacional que estava a terminar havia representado uma “grande e boa experiência”. Tinham usufruído de um bom apoio tanto da CCR de Lisboa e Vale do Tejo como da Direcção-geral do Desenvolvimento Regional. Sublinharam que todas as decisões haviam sido tomadas por consenso. Mas estavam a chegar à fase

final dos trabalhos e as verbas disponíveis não iam chegar para cobrir todas as iniciativas a que meteram ombros. Havia pedidos de pagamento ainda não satisfeitos e isso causava-lhes problemas; mas, além disso, havia mesmo mais coisas que estavam em curso e que não tinham cobertura financeira. Seria preciso um reforço a partir de Junho.

Tinham tido um acompanhamento rigoroso. O relatório que me entregaram espelhava a transparência e o rigor da gestão. Haviam sido apoiados por um auditor que eu conhecia bem, por ter sido Secretário de Estado num governo anterior e cuja competência profissional era por todos reconhecida.

Mas queriam mais e, por isso, vinham marcar posição em relação ao novo Quadro Comunitário de Apoio. Definiram, como a sua maior prioridade, o tratamento de resíduos sólidos e propunham, para isso, a constituição de uma rede de seis aterros sanitários. Comentei a decisão, recomendando que encomendassem o projecto a alguém que lhes fizesse um bom manual de gestão, porque sem ele os aterros poderiam funcionar mal. Mas também pretendiam mandar elaborar um plano integrado de esgotos por bacias hidrográficas. Aqui surgiam as dificuldades dos empreendimentos inter-municipais; queriam constituir uma empresa para a gestão das ETAR, mas gostariam que ela assumisse a forma de uma sociedade anónima de capitais públicos. Também tinham em vista um sistema público geral para abastecimento de água para todo o Oeste, mas, para já, os sistemas concelhios iam respondendo, de modo que diferiam a realização do geral. Quanto aos esgotos é que os sistemas concelhios não respondiam e, por isso, iam logo para o geral. Queriam formar um Museu Agrícola Regional nas Gaeiras, mais exactamente aproveitando o Convento de S. Miguel. A este estava associado um centro de apoio às actividades económicas e três ou quatro parques industriais cujas localizações ainda não estavam definidas. Mas o grande estrangulamento eram as vias de comunicação. Todos os itinerários principais estavam saturados; havia um grave problema relativamente à rede rodoviária. Queriam saber se sempre se confirmava ou não a construção do aeroporto da OTA. No domínio do ambiente estavam preocupados com a qualidade e a sua certificação. Para resolver esta, pretendiam que fosse criado um centro de serviços para o Ambiente, envolvendo as Câmaras, a Direcção-geral do Ambiente e o LNEC.

Tinham realizado um debate alargado sobre o programa operacional com os agentes e entidades que achavam que estavam, de alguma forma, ligados à questão. E, para assegurarem a gestão, haviam mesmo criado uma pequena máquina operacional que localizaram nas Caldas da Rainha. A experiência de gestão havia sido positiva. Depois de tudo isto, esperavam o melhor apoio. Felicitei-os pelo muito que haviam feito. Sublinhei a importância de se realizarem as coisas “on time, on budget”. Diante de tantas intenções de investimento a sua parcela no 2.º QCA estava praticamente feita. Quanto às necessidades de reforço ou se iria buscar meios a outros programas operacionais que haviam prometido fazer e não fizeram, ou negociavam um empréstimo intercalar com a Caixa Geral de Depósitos, ou incluíam esses empreendimentos no programa seguinte, em relação ao qual eu não estava muito preocupado com a dotação. Realmente, tinham trabalhado muito bem! Passe a ousadia de terem ultrapassado o orçamento...

*

Também recebi, no dia 25 de Fevereiro, os Presidentes das Câmaras do Médio Tejo e da Lezíria, incluindo os três que haviam sido recebidos, separadamente, duas horas antes. Eram 23 Municípios do Vale do Tejo que se tinham reunido por via das afinidades de problemas e de soluções que os ligavam. O porta-voz era o Presidente de Benavente, um homem bem-preparado, muito dedicado e com excelente capacidade de comunicação. Por isso o haviam designado para essa função. Eu conhecia-o bem, porque ele integrava o Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses com quem eu me reunia com muita frequência. O problema que me vinham expor era o esgotamento de verbas dos programas operacionais respectivos. Estavam com excelentes taxas de execução, mas isso tinha-os feito ultrapassar as disponibilidades. Lembravam-se de que eu lhes havia recomendado que avançassem e eles fizeram-no à confiança... Como disseram “o Vale do Tejo arregaçou as mangas e respondeu”... Havia dois projectos grandes nacionais, que indicaram, que também estavam localizados no Vale do Tejo e que não tinham avançado como previsto. Talvez se pudesse lá ir buscar o dinheiro que lhes faltava?... Mas foram logo dizendo que, se houvesse

disponibilidade deveria ser para todos (Lembrei-me da conversa dos três que tinham vindo em guarda-avançada ...). Talvez se pudesse alargar a linha de crédito do BEL.. Ou, se não fosse, lá se veriam obrigados a deslizar os pagamentos para o novo Quadro. Estavam muito preocupados com a ameaça que eu havia feito de cortar os fundos comunitários aos que não tivessem os seus PDM concluídos. Desfiaram uma série de razões que os ultrapassavam e que justificavam, porque é que alguns deles ainda não tinham em vigor os PDM.

Devo dizer que foi só essa ameaça que funcionou eficazmente para se ver o País dotado com PDM em toda a sua extensão. A minha esperança era que a segunda geração dos PDM fosse melhor do que a primeira, porque, dentro desta, tinha havido muita coisa que só foi aprovada por responder aos requisitos legais, mas que serviria de pouco como instrumento de ordenamento e de gestão. É preciso “dar tempo ao tempo” e deixar que cada um aprenda por si próprio ou, então, que no jogo da alternância democrática surja outro eleito mais competente.

Repeti o que havia dito aos outros e sublinhei a importância da execução “on time, on budget”. Mas fui trabalhar com os gestores dos programas operacionais para ver as causas da “derrapagem” (positiva?) e como solucioná-la com o mínimo de estragos e de injustiças relativas.

*

O aeroporto de Santa Catarina, na Madeira, seria apoiado pelo programa REGIS. Mas, como o concurso para as obras só seria lançado em Abril ou Maio de 1993, fui avisado de que se iria gastar pouco nesse ano. Não havia lugar a adiantamentos; só se pagava contra facturas. Mas, em 1994, ir-se-ia gastar substancialmente, porque a adjudicação iria ter lugar logo no princípio do ano.

*

Em 15 de Março veio falar comigo um lavrador alentejano para me recomendar a criação de um Instituto de Novas Tecnologias Agrícolas (INTA). Não fazia sentido que, indo nós investir tanto dinheiro no projecto do Alqueva, não se curasse de promover uma transformação radical nas aptidões de quem trabalharia a terra. Iria tratar-se de uma agricultura nova! Era preciso apetrechar os recursos humanos

com muitos novos conhecimentos. Eu estava de acordo com ele. Disse que deveriam ser envolvidas as Fundações da Casa de Bragança, Eugénio de Almeida, Galveias, Abreu Calado e outras, todas terra-tenentes e com boas explorações. Era preciso chamar também à participação as Misericórdias e as Câmaras Municipais. Quem visita hoje (2016) o perímetro regado pode constatar que os agricultores que lá trabalham sabem bem o que estão a fazer! Talvez sejam outros, mas que estão bem-preparados não tenho dúvidas.

*

Nós acompanhávamos o que se passava com as outras regiões dos restantes Estados-membros. Em 1993 éramos doze. É indispensável que se saiba o que ocorre, a nível europeu e no âmbito de cada uma das regiões. No dia 15 de Março soube que tinham entrado para o Objectivo 1 as seguintes regiões: 5 Länders da Alemanha de Leste mais Berlim Leste; Hainaut na Bélgica; Cantábria (Espanha); Merseyside (Highlands) e as Ilhas Escocesas (Scottish Islands). Por outro lado, haviam saído os Abruzzo, mais outras nove regiões. No total isso significava que a população europeia abrangida pelo Objectivo 1 havia crescido mais de 50%! Isso não era nada bom para nós. A concorrência pelos mesmos fundos seria muito maior. E com a entrada das regiões da antiga República Democrática da Alemanha, nós deixávamos de ser os preferidos (ou, como se dizia em Bruxelas, deixávamos de ser “chics”...). Tínhamos que nos esforçar muito mais!

*

É preciso ter muito cuidado com quem anuncia os subsídios. Havendo algum dinheiro por trás, há frequentemente quem goste de se arvorar em arauto da abundância. Tive um problema desses na Península de Setúbal. A minha preocupação tinha a ver com a frustração que se iria provocar por prometer mundos e fundos que não existiam. Naquele caso não era para me criar embaraços políticos. Tratava-se, somente, de “fazer amigos e influenciar pessoas”... Mas era preciso travar...

O relatório sobre a Lisnave, aliás muito bem elaborado, estaria pronto talvez em Abril de 1993. Estava em causa o destino a dar aos terrenos respectivos. Da

parte do Estado não havia lugar a outras coisas além da desoneração do terreno. Mas a operação não era só técnica; tinha uma grande carga política. A minha opinião era de que, se houvesse mais valia, ela deveria ser orientada para o resto do projecto que precisava de fundos. Deveria haver uma estrutura de acompanhamento que seguisse a concretização do plano e as negociações que teriam de ser feitas. Naquela localização de excelência não haveria, seguramente, dificuldade de colocação do terreno; mas deveria ser negociado previamente o que lá iria ser construído.

*

Em 22 de Março combinei com o Dr. Carmelo Aires, presidente da Comissão de Coordenação Regional do Alentejo, como se iria passar a primeira reunião alargada sobre o Alqueva. Seria no Salão Nobre do Governo Civil de Beja; ele deveria pensar num lote de convidados à volta de 70, dado que o espaço não daria para mais. E seria aberto à imprensa. Discutimos, ainda, as alternativas que poderíamos oferecer à população da Aldeia da Luz para a reconstrução da sua terra. Oportunamente direi como decorreu a minha reunião com os habitantes no próprio local.

Tomei a decisão de pôr a sede da instituição que coordenaria o projecto em Beja. Já falei nisso e voltarei ao assunto. E, na mesma reunião, abordámos o problema da constituição do conselho de administração do CEVALOR, em Borba, que estava a ter dificuldades para ser designado por consenso entre todas as partes. E também tomámos a decisão de elaborar um PROT (Plano Regional de Ordenamento do Território) para a zona dos mármore; a indisciplina era mais do que muita tanto nas zonas de exploração como nas de depósito de materiais não aproveitáveis (as famosas “escombreiras”), como nas estradas de acesso completamente escavadas pela passagem de pesados sobrecarregados... Era preciso fazer o que os Portugueses detestam: ordenamento!

*

Como já disse algumas vezes, nós temos de estar sempre a par das “últimas modas” de Bruxelas, das intrigas de corredor, dos prestígios feridos ou em construção e dos projectos que ainda estão em embrião ou não passam mesmo só de

ideias luminosas. Isto é o papel da REPER e dos funcionários portugueses que vão a Bruxelas quase todas as semanas. Nunca nos devemos deixar surpreender por decisões que há muitos meses fazem o seu caminho nos bastidores.

Em fins de Março nós íamos bem lançados na preparação do nosso Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), mas ele assentava todo na duplicação dos fundos comunitários que nos havia sido prometida. Mas, em Bruxelas, todos faziam as pressões que podiam para influenciar as decisões a seu favor. Havia um alto funcionário que tinha esposado as preocupações espanholas quanto ao desemprego e defendia muito que o País fosse beneficiado por isso; os italianos dispunham sempre de muita gente a defendê-los; e os gregos diziam alto (demasiado alto...) o que tinham de ter. Nós não poderíamos actuar nesses “registos”; deveríamos ser mais habilidosos e ver quem já estava a nosso favor, municinando-o com argumentos convincentes. Mas uma coisa era certa: deveríamos actuar “em todos os azimutes”... O Primeiro-Ministro junto do Presidente da Comissão; eu e a Secretária de Estado junto do Comissário; a REPER junto de todos; os Directores-gerais junto dos Directores-gerais e assim sucessivamente. Tudo isto tirando partido da excelente imagem que tínhamos e do rigor com que fazíamos o que prometíamos. Estava próxima a “hora da verdade”. Eu tinha a certeza de que estávamos a ser ambiciosos: eram os fundos estruturais, de coesão e EFTA; eram os programas comunitários nos sectores que nos interessavam; eram os empréstimos do BEI... Mas eu não vejo que possa ser de outra forma. A ambição tem de ser a regra! A coordenação da informação e da acção é indispensável.

Nessa altura ainda não estava assegurado o financiamento das barragens que tínhamos candidatado; era preciso garanti-la, mas havia funcionários da DG XI a contrariá-las e, especialmente, o novo Comissário do Ambiente. Estava em discussão a definição do projecto anual e pluri-anual. Como já tenho dito, nós privilegiávamos os segundos. A taxa de co-financiamento dos projectos com retorno, eles queriam que fosse definida em função da TIR (Taxa Interna de Rentabilidade) de cada projecto; nós fomos percorrer todos os nossos projectos nessas circunstâncias e verificámos que a TIR do trecho da auto-estrada Setúbal/Marateca era à volta de 30%, o que implicava que ele não teria direito a nenhum subsídio; mas isso desconjuntava-nos toda a nossa arquitectura para aquela área, nomeadamente em termos de calendário. Em Bruxelas queriam ver, em todos os pro-

jectos nacionais, o Estado a entrar com, pelo menos 15% do projecto oriundo do Orçamento. Ora havia associações promotoras que não beneficiavam de nenhum auxílio do Estado; mas sem este e sem o da Comunidade, não haveria empreendimento... enfim, uma canseira! Mas tudo se haveria de resolver.

*

Eu continuava a manter reuniões sectoriais a propósito do empreendimento de Alqueva. No dia 25 de Março reuni-me com os meus Colegas da Agricultura e da Educação por causa da participação das instituições de investigação (INIA) e de formação (Universidade de Évora e Politécnico de Beja). O domínio que mais me preocupava era o do uso da água. Eu tinha sido tão prevenido contra as dificuldades da transformação do sequeiro em regadio que não podia descurar esse aspecto. Mas o Ministro da Agricultura sossegou-me. A rega no Alentejo não era uma novidade absoluta. Havia muitos milhares de hectares regados, quer por gravidade, quer por aspersão. As culturas em que isso era mais corrente eram o tomate, o milho e os produtos hortícolas. Ainda não havia necessidade de recorrer ao sistema “gota-a-gota”, mas o uso de “pivots” estava generalizado. Não se partia do zero! (Quando eu vejo hoje a sofisticação dos sistemas de rega utilizados, constato que os novos agricultores aprenderam depressa!...). Mas teria de haver, naturalmente, adaptação às novas produções que aí viessem e experimentação em relação a novas técnicas agrárias. Para isso deveríamos contar com o contributo e a pressão dos beneficiários. Havia técnicos do seu Ministério, tanto a nível central como regional, que não deixariam de dar o seu apoio. Alertou-me para um certo clima intelectual hostil a Alqueva que existia na Universidade de Évora. Eu já havia sido prevenido. Estava de acordo comigo quanto à escolha de Beja para instalar a instituição que haveria de coordenar a realização do projecto e, depois, a sua exploração. O INIA também deveria ser um parceiro do projecto. Estava de acordo em que os aspectos de aquisição e divulgação de novos conhecimentos fossem de um “Centro de Desenvolvimento Agrário”, a instalar sob a alçada do próprio órgão responsável pela coordenação geral que estabeleceria relações de cooperação com quem entendesse. O meu colega da Educação era de opinião que se envolvessem as Universidades de Évora e do Algarve e a Escola Superior Agrária de Beja. Parecia-me de mais. Eu

privilegiei as duas instituições alentejanas e, especialmente, a de Beja. Mas sempre assegurando que houvesse um comando único de toda a operação. Assim tem sido, com proveito generalizado.

*

Em 29 de Março recebi o Ministro do Ambiente que vinha protestar contra a nossa proposta de afectação das verbas do Fundo de Coesão. Tinha-se olhado para o valor dos projectos apresentados nos dois domínios – Ambiente e Transportes – e analisado a taxa de execução dos programas anteriores; as estradas realizavam tudo quanto prometiam fazer; no ambiente (nomeadamente no domínio do saneamento básico), atrasavam alguns projectos e não exibiam taxas de execução a 100%. Tudo ponderado, a nossa proposta dava 30% para o Ambiente e 70% para as estradas, o que ele considerava “inacreditável”! Citou os exemplos da Espanha que tinha 40% para o Ambiente e 60% para os Transportes e da Grécia com 45% para o primeiro e 55% para estradas e portos. Deveríamos ter pelo menos, 40% e 60%, respectivamente. Disse-lhe quais tinham sido as razões para aquela distribuição e propus-lhe que se procedesse do modo seguinte: retirávamos um montante de 20% que passaria a representar uma reserva de concorrência; distribuiríamos os 80% do remanescente de acordo com a nossa proposta; aquela reserva iria sendo afectada à medida que os projectos fossem sendo apresentados e executados. Desse modo se asseguraria que todo o montante seria aplicado e que não chegaríamos ao fim do dia com uma parte por gastar e muitas justificações “desculpatórias” (à portuguesa...). Compreendeu as minhas razões, vendo que não havia qualquer atitude de favoritismo injustificado. Mandaríamos, assim, o documento enquadrador para Bruxelas.

*

No dia 1 de Abril vieram a Lisboa os Comissários Bruce Millan e João de Deus Pinheiro. Estavam a ser ultimados os novos regulamentos dos diversos fundos e eles queriam-nos ouvir sobre a matéria. O assunto deveria estar concluído durante a presidência dinamarquesa em curso, isto é, até ao fim de Junho; teríamos, assim, três meses para concluir o processo de aprovação de seis regulamentos. Os fundos

FEDER, FEOGA, e IFOP não punham dificuldades; quanto ao FSE anteviam-se algumas. Estávamos todos de acordo em que se estabelecesse um calendário exigente; desse modo as coisas apareceriam feitas. E deveriam ser abordados todos os fundos ao mesmo tempo; de outro modo, acabar-se-ia por deixar para trás os casos mais complexos e eles deixariam de ter unidade de concepção e de procedimentos o que, em nosso entender, não era conveniente. Insistíamos para que houvesse a maior transparência, algo que, no passado, tinha acontecido com o FEDER, mas não tão objectivamente em relação ao FSE. Dever-se-ia publicar tudo o que respeitasse às concessões de fundos; era o mínimo, em matéria de transparência. Por outro lado, deveria haver uma apreciação política das aplicações dos fundos; os países não exibiam graus de desenvolvimento semelhantes nem problemas idênticos e isso era preciso ser tido em linha de conta. Havia em preparação um “green paper” relativamente às iniciativas comunitárias; o objectivo maior era idêntico em relação à transparência; ele tinha em mente, sobretudo, a redução do peso burocrático que lhes andava associado. Mas aqui havia divergências entre os Estados-membros e o Parlamento Europeu; os primeiros não gostavam nada das iniciativas comunitárias; o segundo apreciava-as bastante, porque via nelas uma oportunidade de interferência; para chegar a um patamar onde o entendimento fosse possível ir-se-ia fixar um máximo de 10% do valor dos fundos para as iniciativas comunitárias.

Como se pode ver, o processo era lento, porque tinha de compaginar situações diversas e pontos de vista também diferentes.

*

No dia 7 de Abril fui a Beja para uma reunião com personalidades alentejanas para falarmos de Alqueva. Já não era segredo para ninguém que isso iria acontecer, mas eu queria preparar as pessoas para o anúncio formal e pretendia, também, ouvir recomendações no sentido de assegurar que tudo seria feito de acordo com a experiência dos muitos participantes que iriam estar no encontro.

Fiz uma exposição introdutória dizendo o que tencionava fazer.

O Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, Dr. Carmelo Aires, iniciou o debate começando por afirmar que raramente o lançamento de

um empreendimento corresponde a um tão grande anseio dos seus destinatários. Ele mobilizaria toda a região! Mas era preciso assegurar uma organização adequada, das vontades e das muitas intervenções necessárias, promovendo a unidade de acção. O êxito do projecto passava pela motivação dos executantes e, também, dos destinatários. Por isso o modelo institucional a que eu me havia referido era tão importante; as suas competências eram fundamentais para assegurar o sucesso do empreendimento. Fez considerações acerca do ordenamento do território, da estrutura fundiária existente, do perfil desejável para o novo empresário agrícola, das infra-estruturas complementares, das funções das escolas da área, da escolha de novas culturas e sistemas de produção, da investigação aplicada, do crédito, dos apoios ao associativismo, da difusão da informação, do realojamento das populações, da reconstituição dos trajectos, da preservação do património, etc. Percorreu toda uma vasta lista de pontos que precisavam de ser discutidos com os agentes locais.

Falaram de seguida os Presidentes das Câmaras de Reguengos de Monsaraz, de Moura, de Portel e de Mourão, o Prof. Rosado Fernandes, o Eng. Manuel de Brito da Cooperativa de Moura/Barrancos, o Reitor da Universidade de Évora, o Eng. João Garcia, os Senhores José Castelo-Branco e Camilo Mortágua, o Prof. Parreira da Escola Superior Agrária de Beja, o Senhor Dário Fandinga da AECOPS, um representante da União de Sindicatos de Beja (CGTP), o Senhor Lopes Guerreiro, Presidente das Assembleias Municipais do Distrito de Beja, o Pró-reitor investigador-leader do ICAM, o Presidente da Associação dos Agricultores do Distrito de Beja, o Eng. Gama Pinheiro e os dois Secretários de Estado do Ministério da Agricultura que me acompanhavam, Dr. Álvaro Amaro, da Agricultura e Eng. Luís Capoulas, dos Mercados Agrícolas e Qualidade, ele próprio um alentejano entusiasta do projecto.

Referirei, com a brevidade necessária, a linha geral das suas intervenções sem dizer quem disse o quê:

Era evidente que, para todos terem água, haveria uns que iriam ser inundados; já tinham feito a avaliação dos “prejuízos”... Havia muitas ligações a repor (lembro-me que, numa reunião posterior, fui eu próprio a sugerir o local da implantação da nova ponte de Mourão/Reguengos; passados uns anos vim a ser eu a inaugurá-la, na minha qualidade de Ministro das Obras Públicas... Não é nada vulgar

acontecerem coisas destas...). Foi logo referida uma grande lista de estradas a fazer de novo! A fábrica da Portucel, em Mourão, iria ser encerrada; havia 180 trabalhadores que teriam de ser dispensados; eram quase todos de Reguengos; como é que iriam ser indemnizados? E os cerca de 80 monumentos históricos e arqueológicos? Como se iria protegê-los? Já todos os Autarcas tinham listas de acções a desenvolver. Na margem esquerda do Guadiana não haveria perímetros regados numa primeira fase; para quando é que isso se poderia esperar? Era preciso uma nova unidade hospitalar em Moura. O regadio no Alentejo era viável; era preciso assegurar a constituição de um “núcleo duro” consistente. A “Celulose do Guadiana” havia sido ali instalada (junto a Mourão) para laborar as palhas excedentes; deveria pensar-se, agora, noutro tipo de unidades de transformação. Na margem esquerda do Guadiana também se dispunha de boas terras. Iria ser o mercado a indicar as produções a instalar (Isto de facto aconteceu; ninguém era capaz de prever a rega gota-a-gota das oliveiras, vinhas e amendoeiras e a produção de papoilas!...). A parte que, até então, havia falhado era a agronómica; tinha que merecer atenção prioritária. O associativismo tinha que ser fomentado. Quanto menos Estado houvesse, melhor seria. A mudança do sequeiro para o regadio impunha uma alteração de mentalidades; a escola teria nisso um grande papel. A vastidão dos temas a tratar era grande; a Universidade de Évora queria participar no levantamento e caracterização das situações; tinha problemas orçamentais, mas não poderia deixar de intervir. Mas havia quem “tivesse medo” do envolvimento das universidades; preferia ver empresários... O projecto que estávamos a analisar, por enquanto, era só de obras públicas; mas tinha que se fazer a ponte para as aplicações do novo recurso disponível; deveríamos empenhar-nos, desde o início, na chamada de novos empresários (Foi isso que aconteceu e com grande sucesso...). A fábrica da Portucel trabalhava fundamentalmente com papel reciclado como matéria-prima; ele tinha de ser importado do resto do país; não se justificava a localização da fábrica naquele fundo de vale. Tinham de ser fomentadas todas as sinergias do projecto; para isso deveria ser estimulada a cultura empresarial da população local e atrair gente que, naquela altura, não vivia no Alentejo. Como sempre sucede, nestas ocasiões, houve quem recomendasse a divisão do grande projecto em muitas parcelas que pudessem ser atribuídas

a pequenas empresas a constituir; como se não houvesse exigências de natureza tecnológica e organizacional a reclamar dimensão!... Era preciso ver quais as tecnologias que iriam ser mobilizadas pela irrigação. E quais eram as culturas previstas? A beterraba estava incluída? E o tremço? Era preciso muita investimento. Houve recomendações para encurtar a realização do empreendimento. A recuperação da Aldeia da Luz preocupava justamente o Presidente da Câmara Municipal de Mourão (A seu tempo direi como tudo foi feito). Surgiu uma proposta de natureza protecionista: que a maioria da mão-de-obra aplicada na barragem fosse portuguesa... (Algumas vezes inventam-se problemas onde não era natural que eles viessem a existir...). Era muito importante considerar também o bloco do Ardila, o qual implicava a construção da barragem do Enxoé. O gabinete deveria ficar instalado no Alentejo (Ficou em Beja, como se sabe). Deveria aproveitar-se a ocasião para recuperar a base de Beja que iria ser abandonada pela Força Aérea alemã. Deveria ser feito um estudo exaustivo dos recursos endógenos regionais para os aproveitar devidamente. A experimentação iria ter um papel fundamental no aproveitamento das novas potencialidades; essa experimentação deveria ser evolutiva para se ir buscando recursos cada vez mais ajustados e valiosos. Por outro lado, deveria ser assegurada a disponibilidade de crédito barato aos agricultores para os incentivar a investir. A seca no Alentejo não era uma possibilidade rara; pelo contrário, verificava-se ser até muito frequente; por isso se deveria articular, desde logo, a disponibilidade de um regadio vasto com a luta contra a seca em locais que não fossem directamente dominados pela albufeira. Foi recomendada a co-responsabilização dos agricultores na gestão da obra e do sistema de rega. O preço da água deveria ser fixado logo que houvesse elementos para o fazer. Havia dificuldades patentes em relação à previsão dos mercados agrícolas; por isso se teria de fazer um esforço de comercialização, acompanhando as novas culturas que fossem sendo praticadas. De qualquer forma, impunha-se produzir melhor e, também, produzir de modo diferente, bens que fossem consumidos nos mercados que estivessem ao nosso alcance, nomeadamente os comunitários. Como sempre sucede neste tipo de reuniões, há recomendações que é importante reter e outras que são “desabaços” de quem não pensou muito nos assuntos ou de quem quer dizer lá fora que produziu considerações “arrasadoras” ou impor-

tantes para certos grupos locais. De qualquer forma, é importante ouvir o maior número possível de agentes, sendo-se naturalmente crítico em relação ao que é sugerido. Devo dizer que aproveitei sempre com estas conversas que, além disso, têm também a função de transmitir para o exterior e de forma privilegiada muitas das coisas que nós queremos que se saibam.

*

À medida que se aproximava o fim do mês, havia mais pressão para termos a nossa proposta de PDR devidamente concluída. Eu tinha de ir para o Luxemburgo no dia 28 para um Conselho dos Ministros da Ciência. Mas antes de partir fiz uma revisão, com a Secretária de Estado, relativamente às contribuições em falta. Decidimos como forçar as respostas. Definimos um aprofundamento do modelo institucional que iríamos adoptar para gerir o QCA. Acertámos a inclusão de um capítulo sobre a avaliação e as formas que ela assumiria. Tomámos a decisão de solicitar contribuições pessoais a alguns Secretários de Estado, cujas áreas não estivessem suficientemente esclarecidas. E resolvemos, ainda, candidatar à nova iniciativa comunitária PRISMA, o equipamento do Laboratório de Engenharia Civil da Madeira que seria necessário para realizar todos os ensaios formais previstos pela Lei para acompanhar devidamente as obras do novo aeroporto de Santa Catarina.

*

Em 4 de Maio soubemos que o Parlamento Europeu tinha agendado, em primeira leitura, os regulamentos dos fundos para Junho e, em segunda leitura, para Setembro. Decidimos, a Secretária de Estado e eu, solicitar a intervenção dos Deputados portugueses de modo a não haver atrasos. A pontualidade era fundamental para nós. O Comissário Schmiduber insistia em promover a distribuição do fundo de coesão em duas parcelas iguais; 50% para o ambiente e outro tanto para os transportes. Mas nós o que tínhamos era candidaturas para uma distribuição de 30% e de 70%; era um problema que, como alemão, ele compreendia mal; pois eles já não construíam estradas novas em 1993! Nós ainda tínhamos de o fazer. Como explicar-lhe a situação?

O nosso PDR, naquela data, estava praticamente concluído. Ir-se-ia reunir o Observatório para fazer a avaliação do Quadro Comunitário de Apoio então vigente, de maneira a poder atender a qualquer recomendação especial, antes de fechar o novo PDR.

*

No dia 5 de Maio tive uma reunião com o Ministro da Agricultura e com os Secretários de Estado do Planeamento e da Agricultura. O tema era a estrutura de gestão do novo PDR no sector da Agricultura que tanto nos preocupava, em virtude do rendimento agrícola ter vindo a cair ao longo do tempo e isso respeitar a pessoas localizadas na periferia, com alguma idade e, por isso, com dificuldades manifestas de reconversão. Era certo que, além do QCA, havia outras medidas complementares dirigidas aos mesmos grupos-alvo. Mas conviria articular tudo. Queriam dispor de sete programas de âmbito regional no Continente. O sistema de gestão e acompanhamento que queriam tinha de ser flexível. Mas eu insistia em que houvesse um coordenador dos fundos por cada um desses programas. Havia mais regiões agrárias e eles também queriam designar um coordenador por cada uma, o que eu apoiava. Já referi, num comentário anterior que o que nos faz mais falta é a coordenação; facilmente cada um vai para seu lado, importando muito que haja alguém que assegure, em permanência, a convergência das acções. Felicitei o meu Colega pela sua determinação em instalar uma organização matricial com uma coordenação geral de cinco áreas temáticas e de sete regiões que teriam de remar todas no mesmo sentido. Deveria haver, além disso, quaisquer instituições ligadas ao sector privado para acompanhar o que se fosse fazendo no sector público assegurando, novamente, a convergência das acções e indo buscar a informação necessária para ir moldando a acção pública. Além disso, queriam instalar um conselho coordenador e consultivo que o ministro pudesse reunir periodicamente para acompanhar uma acção que a natureza das coisas fazia ser muito desmultiplicada. A população ocupada na agricultura estava a diminuir a olhos vistos: 4,8% de decréscimo médio anual! Em 1979, 24 a 25% da nossa população activa ainda estava na agricultura; em 1992 oficialmente ainda eram 15 a 16% mas, realmente, já só 11 a 12% trabalhavam no sector. As cooperativas agrícolas tinham resultado, artificialmente, a partir dos antigos grémios da lavoura; não havia por trás nenhum fundamento de princípios cooperativos.

Era preciso inoculá-los!...

Foi no final dessa reunião que o Ministro me comunicou que havia tomado a decisão de designar como representante do Ministério da Agricultura no empreendimento do Alqueva, o Eng. João Goulão. Eu não poderia ficar mais satisfeito; tratava-se de um técnico muitíssimo competente.

*

Para fazer o ponto de situação dos temas comunitários tive um encontro com o Secretário de Estado da Integração Europeia em 5 de Maio. Era o Comissário Matuses que estava encarregado de seguir o dossier das redes transeuropeias (transportes e energia); seria conveniente que eu o visitasse para lhe expor as nossas intenções; o pior era ele ser um dos Comissários Espanhóis e algumas das nossas ligações prioritárias não o serem para o país vizinho. Aconselhou-me a falar em concertação com Espanha depois de eu a ter feito, obviamente. Falámos do Fundo de Coesão; seria certo que o Comissário Schmidhuber se iria apoiar especialmente nas solicitações dos seus colegas; e o “lobby” do ambiente era muito mais activo do que o dos transportes; teríamos de nos aproximarmos das propostas gerais. Deveríamos insistir nas nossas preocupações sobre os regulamentos, transferindo-as para os Comissários.

Dever-se-ia tentar junto do Comissário Padraig Flynn a possibilidade de usar verbas do Fundo Social Europeu para a formação de professores. Ele sabia das relações cordiais que eu tinha com o Comissário, antigo ministro do Ambiente irlandês e meu contemporâneo nessa função. Eu deveria ir falar pessoalmente sobre a questão, numa das minhas próximas deslocações a Bruxelas. Nós sabíamos que tanto a França como a Alemanha estavam a tentar obter mais apoio para as indústrias em crise, nomeadamente para a siderurgia. Mas nós também tínhamos indústrias em crise! O que sucedia é que elas eram de sectores diferentes: o têxtil, o calçado, etc. Deveríamos manter pressão para que o Comissário não se esquecesse disso.

Eu deveria avistar-me com o Comissário Paleokrassas (Ambiente e Pescas), propondo-lhe equilibrar no futuro o número de projectos do Ambiente, mantendo a nossa prioridade nos transportes. Eu tinha que contar com uma oposição de

princípio; teria de fazer muitas comparações com a Grécia que eu conhecia bem e que, neste particular, se assimilava muito à nossa situação.

*

Como já disse noutro lado, no dia 7 de Maio tive, em Coimbra, nas instalações da Comissão de Coordenação, uma reunião sobre o Baixo Mondego com os principais intervenientes e beneficiários. Juntou-se-nos o Ministro do Ambiente que tinha a tutela dos recursos hídricos. O responsável pelo projecto, Eng. António Santos Veloso, começou por justificar o programa. O Mondego tinha carácter torrencial e precisava de ordenamento hidrográfico. O seu caudal apresentava variações de $1\text{m}^3/\text{seg.}$ (no verão) até $4.000\text{m}^3/\text{seg.}$ (cheia secular). Os problemas tradicionais eram as cheias e o assoreamento; daí a importância das barragens da Aguieira e de Fronhas que permitiam regularizar o débito do rio. O caudal sólido havia baixado muito, ao ponto de haver um défice de areia para a construção na zona. A decisão do ordenamento havia sido tomada em 1964 e a elaboração do plano em 1972. As obras consistiam, especialmente, na construção de diques. O leito periférico da margem direita estava executado; o da esquerda ainda não; os leitos periféricos destinavam-se a recolher a água dos afluentes de uma margem e de outra. Em relação ao leito central estavam executadas todas as obras (1993) mais as do porto de pesca e do porto comercial da Figueira da Foz. A regularização da zona estuarina estava em curso. As chamadas obras hidráulicas primárias estavam praticamente concluídas; as dos vales secundários ainda não haviam sido executadas. Existiam problemas de poluição humana e industrial cujas causas eram conhecidas mas cujos “remédios” ainda não tinham sido aplicados. Depois desta introdução, para fazer o ponto da situação, a discussão generalizou-se: O representante da Direcção-geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola referiu-se às redes secundárias de rega e viária que estavam em curso, bem como às operações de emparcelamento que tencionavam promover. O vale do Mondego havia sido dividido em blocos para os quais tinham sido definidos sistemas de exploração diversos entre os quais estava o arroz que necessitava de alargamento das suas áreas de produção. Aplicavam-se, naquela altura, na melhoria dos caminhos e da rede de drenagem que era necessária. Nessa ocasião já estavam executados ou em

execução 2.685 hectares e em projecto ou estudo mais 2.209 hectares. Deu exemplos de blocos aos quais faltava ainda um ou outro elemento. Os vales secundários, como o do Arunca ou do Ega estavam dependentes de obras de hidráulica primária que faltavam. No primeiro ano seria o Estado a assegurar a água aos agricultores; depois teria de ser a Associação de Beneficiários a tomar conta.

Interveio, a seguir, o representante da Direcção-geral dos Recursos Naturais. O aproveitamento de fins múltiplos realizado tinha custos históricos de 95 milhões de contos; o grosso da obra estava feito. Era preciso tomar decisões em relação à continuidade dos investimentos e à gestão futura do empreendimento. A CELBI e a PORTUCEL, localizadas junto da costa eram grandes consumidores da água do sistema. Os critérios de dimensionamento da obra haviam contemplado um período de retorno de 1.000 anos para a barragem e de 100 anos para os leitos. Mas havia problemas: a central elevatória da Foja; o cruzamento do leito central com o leito periférico norte; a construção de uma escada de peixes no açude; o dimensionamento das motas e a autorização de grandes extensões. Era preciso decidir sobre tudo isso.

Um outro interveniente contrapôs o Mondego antigo com o Mondego novo. A bacia do Mondego abarcava cerca de 7.000 hectares. A defesa contra as cheias representava a “mãe” de todos os benefícios. A barragem da Aguieira e a de Fronhas estavam ligadas por um túnel. Os caudais estavam, assim, regularizados, bem como os leitos; todos os caudais que chegavam a Coimbra eram injectados no leito central; as águas da margem direita iam para o leito periférico direito e as da margem esquerda para o leito periférico esquerdo que era mais curto do que o anterior. A regularização do Arunca iria começar em breve. Todo o vale do Mondego funcionava como leito de cheia; naquela altura todos os caudais estavam encaixados; os diques eram elevados como medida de precaução. O leito abandonado era muito pequeno; acomodava pequenas cheias; por isso havia sido regularizado. Relembrou que esse leito antigo já era artificial; a função actual do leito abandonado limitava-se ao enxugo.

Outro interveniente começou por se referir aos problemas ambientais que não eram ainda irrecuperáveis, porque existiam lontras nas margens, o que era bom sinal. Mas havia problemas de saneamento básico que era preciso atalhar. Exis-

tiam áreas naturais devidamente identificadas. O Paul de Arzila; o Paul de Madriz e a zona de Santa Maria /Quinta do Taipal, todas com planos de protecção elaborados. Aconselhou que fossemos recuperar um estudo do Prof. Caldeira Cabral. Interveio a seguir o Eng. Laranjeira, presidente da Associação dos Beneficiários, um homem frontal e de grande energia. Disse logo que os diques eram demasiadamente altos; mas a justificação já havia sido referida; queria assegurar-se um nível de protecção muito elevado. Afirmou que a agricultura não iria ser o parente pobre do projecto. Mas existiam estradas e estradões que não estavam devidamente sinalizados e isso já havia causado desastres; quem pagaria os prejuízos? E quem trataria das estradas? Tinha havido destruição de zonas piscícolas; ora a Associação a que ele presidia queria que elas lhe fossem entregues, porque podiam render bom dinheiro.

Um outro interveniente queria que houvesse mais explicações dadas aos agricultores. Estava deseioso de que acabasse a obra pesada, porque havia muito que fazer atrás dos diques.

Um Presidente de Câmara queixou-se de que havia falta de envolvimento das Autarquias (Eu nunca vi nenhuma grande obra em relação à qual não houvesse alguém a queixar-se de falta de participação. Por muita que haja, nunca é suficiente!). A regularização deveria ser prolongada nos vales secundários. Os leitos abandonados são sempre fontes de problemas; deveriam ser as Autarquias ouvidas para se saber o que fazer com eles. As áreas naturais da zona eram de uma riqueza enorme (Por isso elas haviam sido designadas como áreas protegidas...). Era preciso tratar do abastecimento da água em alta; propunha, muito acertadamente, soluções inter-municipais.

Um outro Autarca sublinhou a importância do lazer. Achava que estávamos diante de um grande projecto com técnica a mais e humanização a menos. Queria pistas de remo! (Eu aprecio sempre estas notas românticas feitas em cima de um investimento de mais de cem milhões de contos e que acabou com o secular flagelo das cheias!...). Era preciso tratar agora do saneamento básico; de outro modo, os esgotos iriam mais depressa até à foz...



FIG. Aldeia da Luz, Alqueva.

Havia 12 Km de leito abandonado; tinha de ser aproveitado para o lazer. Quem geriria o sistema viário de toda a zona? Isso não era, seguramente, obrigação nem da Associação de Beneficiários nem das Câmaras! Então de quem era? Do Governo Central? Um outro Autarca lamentou que a população não tivesse sido consultada em relação à definição da altura dos diques! Queria o “adoçamento” de alguns diques. Numa aldeia havia um enorme buraco de onde tinha saído muita areia, pedras e argila para a construção dos diques; o que fazer agora com ele? Tinha de se pensar no serviço de socorros a náufragos, construindo entradas de emergência para os bombeiros e acessos para os barcos a motor; por outro lado, deveria pôr-se água em regime de permanência em todas as valas.

Um técnico presente chamou a atenção para o facto de haver um hiato de 200 metros entre o rio que tinha sido tratado e a área sob administração do porto da Figueira; era preciso definir a quem competia a responsabilidade pela sua manutenção.

O presidente de uma cooperativa agrícola começou por dizer que não se queixava, porque o “panorama selvagem” que bem conhecia estava a levar uma grande volta. Havia já muita coisa feita, mas ainda subsistia algo para fazer. Não queria manifestações de saudosismo. Queria que se criasse um programa de televisão “para mostrar o Vale aos povos”... E mostrar Portugal aos Portugueses. A terra e as coisas transformam-se facilmente; o Homem é que não! A mudança das mentalidades é difícil! Havia coisas pequenas a tratar: numa povoação ali perto existia uma estação de bombagem que tinha custado 70.000 contos e que não estava a funcionar, porque “faltava uma baixada eléctrica!”... De que estavam à espera para a fazer?

Em Coimbra havia, nessa ocasião (1993), 11 ETAR a funcionar e outras 6 em construção. Precisava de mais sete. Tratava-se de servir uma população equivalente de 100.000 habitantes. Iriam construir uma alimentação de água em alta a partir da Aguieira; queria saber como poderia financiar-se? Preocupava-o a florestação do Choupal e da zona envolvente de uma ETAR ali localizada. Pretendia que houvesse a abertura sistemática das comportas da ponte-açude para limpeza e circulação das águas presas. Disponha de numerosos projectos. Queria saber como financiá-los.

Um presidente de Junta de Freguesia disse que as entradas da obra eram muito procuradas e, por isso, facilmente destruídas; quem asseguraria a manutenção das serventias para o acesso aos campos? Obviamente (para mim) seria a Associação dos Beneficiários que deveria estabelecer regras para o efeito. Queixava-se de que não havia acesso facilitado ao rio para peões e para barcos. O Baixo Mondego tinha “possibilidades fantásticas” para o turismo rural.

Outro presidente de Junta recomendou que o esteiro do Vale da Ereira tinha de ser recuperado.

Um outro queixou-se acerca de uma zona alagada que tinha passado a ser “uma rampa de lançamento de mosquitos!”...

No Paul da Arzila deveria ser construído um pequeno dique para regularizar as águas dentro do próprio paul; não era nada, quando comparado com a grande obra que havia sido feita!...

Um outro presidente de Junta queria a revisão do sistema viário do perímetro sul “que datava do século passado!” Queria que fossem celebrados numerosos contratos-programa relativos a obras de saneamento que já dispunham de projecto.

Um presidente de Câmara queria saber quais os projectos que existiam para fomentar o turismo. E quais os mecanismos de financiamento a que poderia ter acesso? Havia muitos pequenos investimentos complementares que estavam a fazer imensa falta.

O Ministro do Ambiente recomendou que se tivesse uma perspectiva integrada da obra. Retinha três problemas para resolver: i) os encargos com as obras de manutenção; ii) o modelo institucional assente na Associação dos Beneficiários que deveria ser estendida a todos os intervenientes e iii) a continuidade dos investimentos já realizados através das pequenas obras que haviam sido referidas. Eu encerrei a reunião invocando o longo caminho que já havia sido percorrido e a pequena dimensão das obras complementares que faltavam. Referi-me às fontes de financiamento possíveis para os diversos projectos e sublinhei a importância do papel da Associação dos Beneficiários; afinal a obra era deles! Tinham de ser eles a tratar dela!

E confirmei, para mim próprio, a minha velha impressão que fui construindo para meu uso pessoal: “uma obra só é estimada no dia do seu anúncio e no dia da sua inauguração; antes do primeiro só há protestos; entre um e outro só há lama e pó e, por via dos dois, também há queixas; depois de concluída, é como se lá tivesse estado desde o princípio do mundo; ninguém lhe liga muito!”...

*

Havia que auscultar as principais Câmaras Municipais da área dominada pelo empreendimento do Alqueva. Um dos Concelhos mais afectados seria o de Mourão, onde havia numerosas ligações que teriam de ser repostas. Era preciso conversar com os Autarcas.

Assim, fui a Mourão no dia 19 de Maio. Preparava-me para ir a uma sessão da Câmara. Atravessei a vila que estava deserta, o que não me surpreendeu, porque era o hábito. Quando cheguei à praça principal, onde estão localizados os Paços do Concelho, fiquei surpreendido. Estava lá concentrada toda a população que logo que me viu apeado rompeu no que foi, seguramente, a maior ovação que eu já tive na vida. Ninguém me havia avisado. Só pararam com os aplausos depois de eu lhes agradecer e de entrar na Câmara. Era a sua maneira de exprimir a mim a satisfação que haviam tido com o anúncio do relançamento da obra. Nunca mais me esquecerei da genuinidade daquela manifestação.

O ambiente, durante a reunião na Câmara, também era de regozijo. Mas lá conseguiram pôr os problemas que entenderam: Quando começariam as expropriações? Como seria a construção dos canais por onde passariam (Afinal não foram canais; foram tubos enterrados). Queriam que houvesse campos experimentais para novas culturas; e um tinha de ficar em Mourão! Estabelecer-se-iam novos circuitos de comercialização? E qual era a influência da reforma da PAC? A um preocupavam-no as ligações a Espanha e a Évora; a outro a seca que se estava a viver. Um pai de sete filhos queria saber o que iria acontecer à fábrica das Celuloses do Guadiana. Na nova reformulação da lei orgânica do Ministro da Agricultura, a zona agrária de Reguengos seria para continuar? Houve um que manifestou a sua desconfiança em relação às expropriações e aos valores que lhes seriam atribuídos. Uma técnica fixada em Mourão esclareceu que as pessoas da zona iam

a Mourão e não passavam por Mourão; a vila constituía mesmo um polo com influência numa vasta área; as ligações teriam de ser restabelecidas com prontidão. Eu estava habituado a esta diversidade de questões. As pessoas perguntam de acordo com as suas preocupações pessoais. Raras vezes se encontra alguém com uma visão integrada da solução para o problema. Depois do almoço estava prevista e realizou-se uma visita à velha Aldeia da Luz que iria ser totalmente submersa e substituída por uma povoação erguida de raiz. Seria um encontro com a população, mas, de novo, quando lá cheguei não havia vida nas ruas. Perguntei onde estavam: disseram-me “no teatro”. Este era um pequeno edifício antigo, polivalente, um lugar de encontro dos habitantes. Indicaram-me a porta para o palco; quando entrei vi que a sala estava a abarrotar. Saudei dizendo: Boa-tarde! Responderam-me em uníssono: Boa-tarde! Sentei-me e disse ao que vinha: conversar com eles sobre a reconstrução da Aldeia da Luz em local que já estava identificado a caminho de Mourão. Descrevi-lhes o projecto e disse-lhes que fazia parte dele a sua reinstalação numa aldeia nova; mas queria saber como é que eles queriam que ela fosse feita. Não se ouvia uma mosca! Todos estavam suspensos do que eu dizia. Seria muito difícil e mesmo inconveniente fazer alguma tentativa para descontrair o ambiente. Aquele era um momento importantíssimo nas suas vidas. Devia ser vivido com a maior seriedade e solenidade. Todos se exprimiram com a maior correcção e objectividade. Já haviam pensado no que me queriam transmitir. Estavam presentes numerosos jornalistas e câmaras de televisão a registar tudo. Isso ajudava à excepcionalidade do momento.

Não queriam nenhuma indemnização pecuniária. Queriam uma aldeia nova com um aglomerado semelhante e propriedades de tamanho idêntico. Gostariam de manter as relações de vizinhança e, naturalmente, de que lhes fosse garantida a plena propriedade das suas novas instalações. Seria bom que tudo se passasse em terrenos da actual freguesia. Prometi-lhes que o projecto da Aldeia seria submetido à apreciação de todos. O equipamento seria reinstalado. O problema mais complicado respeitava ao cemitério. Não toleravam que os seus mortos ficassem debaixo de água.

Tomei boa nota do que todos disseram. Conversei longamente com o arquitecto que fez o projecto. As recomendações foram todas transmitidas e ele foi ao local

várias vezes para mostrar o projecto e aproximá-lo das condições que os habitantes conheciam e queriam reproduzir. A operação do cemitério já não decorreu no meu tempo. Sei que foi escrupulosíssima e conduzida pelo Dr. Francisco Moita Flores que havia sido Inspector da Polícia Judiciária e, também, presidente da Câmara de Santarém. Fez tudo com a maior seriedade e sensibilidade.

Em Maio de 2016 visitei, por minha conta, a nova Aldeia da Luz. Tudo foi feito de modo irrepreensível com valorização manifesta de muitos aspectos que beneficiaram da proximidade de um grande lago. Quando a visitei, a aldeia estava vazia, como todas as povoações alentejanas. Mas havia carros à porta, sinal de que nas casas vivia gente. Fui visitar o cemitério para verificar se ele desempenhava, assim, um lugar tão importante no imaginário e na devoção local. Devo dizer que fiquei surpreendido! Não havia uma campa sem flores frescas; era um dia vulgar de semana, sem feriado nas proximidades.

A operação tinha todas as condições para correr mal. Se aconteceu o oposto foi porque tivemos os maiores escrúpulos nas relações com as pessoas. Elas foram de uma correcção admirável; não se aproveitaram da oportunidade para reclamar exorbitâncias. Foram frugais e serenas como costumam ser os alentejanos. Guardo desse dia, em que conversei com todos eles sem reservas de nenhuma espécie, a melhor das recordações. Não foi sem emoção que voltei 23 anos depois e passei com o meu irmão mais novo pelas ruas da nova Aldeia e me recolhi, como devia, diante dos seus mortos. A vida pública não costuma trazer muitas satisfações e ainda menos alegrias. O fim da tarde em que deambulei pela nova Aldeia da Luz foi, para mim, um momento raro.

*

Eu estava naturalmente preocupado com o que poderia sair da comissão mista luso-espanhola, a respeito dos recursos hídricos afluentes ao Alqueva. Por isso tratava disso tanto com o Ministro do Ambiente como com o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus que acompanhava de perto esta matéria.

Havia uma comissão de recursos hídricos que talvez fosse de alargar para reflectir as preocupações de mais sectores. Tinha surgido a proposta de a dividir em três sub-comissões (Douro, Tejo e Guadiana), mas eu não era favorável a isso, porque

queria ficar com margem mais ampla para fazer eventuais compensações; eu sabia, por exemplo, que o caudal do Tejo havia descido muito e que a causa era um excesso de utilização sem qualquer espécie de comunicação; mas os Espanhóis são assim: se ninguém os travar vão até onde puderem sem olhar para convênios nem tratados... Como alguém dizia, em relação aos rios, os Espanhóis raciocinavam como se a fronteira fosse a foz do rio; portanto, o que estava em Espanha era dos Espanhóis; não havia nada para assegurar aos que estavam “águas-abajo”... O novo plano hidrológico espanhol era completamente insensível a qualquer forma de limites. Tínhamos a certeza de que a Comissão em Bruxelas não o aprovaria, em termos ambientais. Mas, entretanto, poder-nos-iam fazer alguma coisa. Fui de opinião de que se levasse o assunto à próxima cimeira luso-espanhola (as famosas “cumbres”). Pelo menos nelas poderíamos esgrimir a “artilharia jurídica” que nos assistia. Não se deveria fazer “queixas parciais” a Bruxelas; mas seria bom que os Espanhóis soubessem, pela nossa boca, que na falta de entendimento, nós usaríamos os meios ao nosso alcance, incluindo o “lobby” ambientalista do qual eles não gostavam nada. Para mim, o acompanhamento político do assunto era da maior importância.

*

Depois da grande reunião, feita em Coimbra, em relação ao Baixo Mondego a que faço menção noutro lado (7-Maio-1993), reuni-me, em 1 de Junho, com os meus Colegas que estiveram presentes para ver o seguimento a dar aos problemas que haviam sido levantados.

Em matéria de estradas, todos os lanços que haviam sido referenciados estavam a andar e com datas de concretização devidamente identificadas. Subsistia uma polémica de natureza ambiental em relação ao Paul da Arzila, uma zona de excepção que havia todo o interesse em preservar; aliás, ela já era uma zona protegida. Havia alguns pontos de conflito relativamente a cruzamentos, aterros e outras coisas que a Administração tinha a obrigação de ultrapassar. Era certo que daí a dois ou três anos ter-se-ia de impor a proibição de atravessamento dos perímetros regados e tratar da recuperação das suas estradas que tão expressivamente havia sido reclamada.

A nova legislação sobre associações de utilizadores estava para sair; deveria ser explicada aos beneficiários que tanto pediam ao Estado que fizesse coisas que, afinal, eram da sua própria competência. O estudo prévio de uma pista de remo no leito do rio abandonado já estava a ser feito por uma grande empresa de projectos do ramo. Havia um projecto de ordenamento biofísico do Baixo Mondego, elaborado pelo Prof. Caldeira Cabral que deveria ser analisado nas suas recomendações. As obras do porto da Figueira da Foz estavam em curso; subsistia, realmente, um “bloqueio” de 300m não regularizados e que eram da competência do Ministro do Mar; fiquei de lhe falar. A rede de drenagem precisava de ser concretizada, mas eram precisos mais 7,7 milhões de contos; admitia-se que a obra fosse concluída até ao ano 2000; era indispensável que os meus Colegas da Agricultura e do Ambiente se concertassem a este respeito, porque o dinheiro já estava reservado para o efeito; mas quem tinha de definir as redes de enxugo era o Ministério da Agricultura. Ficou estabelecido que estas obras estivessem concluídas durante o 2.º Quadro Comunitário de Apoio. Também o deveria estar o abastecimento de água a todo o vale, a partir da Aguieira. O saneamento teria de constar dos planos regionais. Em relação aos socorros a náufragos deveriam ser definidos pelos bombeiros os locais mais adequados; seguir-se-iam as sugestões de quem iria ficar responsabilizado pelo sector. A manutenção das infra-estruturas construídas deveria ser, manifestamente, da responsabilidade da Associação dos Beneficiários.

Para mim, era indispensável que, após uma grande reunião com autoridades diversas e muito público interessado, houvesse um encontro para tomada de decisões em que ficasse claro quem iria fazer o quê e quando. A minha parte de responsabilidade respeitava, particularmente, à obtenção dos meios. E não era pequena...

*

A montagem da operação Alqueva continuava. Em 4 de Junho trabalhei com o Dr. Adérito Serrão sobre a proposta de decreto-lei de constituição da comissão instaladora, sobre a contratação de alguns especialistas cuja colaboração nos era indispensável, sobre os aspectos orçamentais e sobre a reconstrução da Aldeia da Luz cujos parâmetros ele já me tinha ouvido elaborar durante a reunião com a população. Estas reuniões sucederam-se praticamente todas as semanas. Eu

tive sorte com a designação do responsável; quem mo sugeriu foi a Secretária de Estado de quem ele era adjunto. Cumpriu, exemplarmente, as suas funções.

*

Em 15 de Junho veio a Lisboa, para contactos com o Governo Português, o Comissário Paleokrassas, encarregado do Ambiente. Referiu-se, particularmente, às candidaturas ao Fundo de Coesão. Falou muito das ligações entre o ambiente e o desenvolvimento. Trazia perguntas que foram esclarecidas relativamente ao impacto ambiental da nova ponte rodoviária sobre o Tejo. Também tratou de questões relacionadas com as pescas.

*

Como já disse algumas vezes, os assuntos comunitários têm de ser acompanhados muito de perto, particularmente em Bruxelas, onde as novidades são diárias. Para nós era muito importante fixarmos o montante de fundos que nos seria atribuído. Sem isso não se tornaria possível estabilizar o nosso PDR e, portanto, ter uma ideia de qual seria o total do nosso QCA.

Em 16 de Junho tive uma larga sessão de trabalho com a Secretária de Estado que havia estado em Bruxelas em diligências várias. Temíamos que começasse a haver promessas demasiadas a este e àquele e, por isso, sobrasse pouco... Daí a nossa vontade de ter o quadro estabilizado. Diziam-nos que, por razões de oportunidade política, as coisas se encaminhavam para favorecer a Espanha; desconfiávamos que isso seria feito à nossa custa...

Nós estávamos a executar o final do 1.º QCA em muito boas condições (“extremely well”), mas, curiosamente, penalizava-nos o facto de termos uma baixa taxa de desemprego e a Espanha tê-la altíssima! Mas fomos deixando saber que não aceitaríamos, em nenhuma circunstância, dispor de menos de 18.000 MECU. Isso era considerado como razoável e com fundamento. Mas sabíamos da eloquência do Presidente do Governo Espanhol, Felipe Gonzalez, que garantiria, seguramente, a duplicação dos fundos se não mesmo mais.

É preciso ter os olhos em toda a parte, em Bruxelas. O vento varia muito de direcção...

*

Nessa altura havia muitas pequenas empresas de construção, sem robustez técnica nem organizativa. Tinham nascido da iniciativa e empenhamento de um antigo trabalhador com determinação e vontade inexcedíveis, mas não estavam dotadas nem de engenheiros nem de outros quadros que lhes permitissem gerir adequadamente a sua actividade. Contemplámos a hipótese de contribuir para a sua consolidação através de incentivos muito orientados para o efeito; elas deveriam ter um mínimo de trabalhadores e um “currículo” empresarial convincente. Se o não fizéssemos, elas acabariam por ter um fim inglório e a breve trecho. Decidimos, também, não apoiar mais a aquisição de veículos para as empresas; a intenção tinha sido dotá-las de frotas de veículos comerciais, mas haviam sido verificados muitos abusos e estes eram difíceis de controlar. Por isso, a solução mais prática foi banir os veículos dos apoios a conceder. Pelo contrário, a informática estava a precisar muito de que lhe fosse dada atenção, nas suas versões “hardware” e “software” e, naturalmente, também na formação dos seus quadros. Isso foi tudo incluído no novo sistema de incentivos.

*

É um comportamento tradicional aplicarem-se os beneficiários do PIDDAC mais no segundo semestre do que no primeiro. Mas, no final de Junho de 1993, eu fiquei preocupado com os anormalmente baixos valores da execução. Não havia uma explicação fácil. Dei instruções para se interrogar cada ministério em relação a cada obra. Costumava bastar fazer a pergunta para estimular o andamento das obras; especialmente se isso fosse acompanhado de algumas considerações acerca da transferência de verbas de projectos sem taxas de execução adequadas para outros que, com mais dinheiro, se propunham terminar as suas obras mais cedo ou antecipar fases que só estariam contempladas no PIDDAC do ano seguinte.

*

Eu procurava estar informado acerca da evolução do processo de distribuição de dinheiros a todo o momento, não fosse dar-se o caso de ser preciso defender melhor a posição de Portugal. Não poderíamos, em nenhuma circunstância, sair

prejudicados nas nossas expectativas, porque havia muito que fazer e temíamos que aquela fosse a última grande oportunidade.

Em 5 de Julho soube que havia insatisfação dos Irlandeses: eles queriam 10.000 MECU; a Comissão tinha-lhes atribuído 8.700 MECU. A Alemanha levava 14.700 MECU à custa da Itália por esta não ter aplicado, no Quadro anterior, tudo quanto lhe estava reservado. A Espanha estava em excelente posição; mas o diferencial somente poderia ser conseguido à custa da quota atribuída a Espanha. O Parlamento Europeu faria uma segunda leitura do processo a partir do dia 12 e o Conselho de Assuntos Gerais apreciá-lo-ia no dia 19. Os critérios estavam acordados; o problema em aberto respeitava à repartição e a verdadeira questão por resolver era a situação da Irlanda. Relativamente à nossa posição parecia não haver problemas. Havia sido decidido que a taxa de comparticipação nos fundos estruturais fosse de 85% para os Açores, a Madeira, as Canárias e os DOM. No caso do fundo de coesão ela seria de 75%, salvo em casos justificados, em que poderia subir até 80%.

Haviam entrado para o contingente das regiões do Objectivo 1, a Flevoland (Holanda), o Hainaut belga, o Hainaut francês, algumas ilhas do Reino Unido, os Abruzzi ficariam no grupo por três anos, cinco Länder alemães do leste, a Córsega, a Irlanda do Norte e Berlim.

O FEOGA – Orientação poderia passar a financiar a investigação agrícola.

A apreciação socioeconómica dos empreendimentos tinha de passar a ser obrigatória. Os Britânicos haviam sido muito insistentes em relação às avaliações “ex-ante”. Este género de “espionagem” é indispensável para se saber donde sopra o vento. Não poderíamos deixar-nos surpreender por decisões que fossem ao arrepio daquilo que nos convinha e que já tinha sido estabelecido.

*

O acompanhamento dos compromissos que em Bruxelas se estavam a fazer era constante. Em 5 de Julho fomos alertados para que não aceitássemos nada, “sem ver tudo”... Os compromissos com os Irlandeses pareciam consolidar-se, prejudicando-nos. O mesmo acontecia em relação a Espanha. Todos os países desenvolviam activa e eloquentemente os seus argumentos!... As propostas que nos queriam fazer estavam longe das promessas anteriores. Além do mais, só nós é que

tínhamos um PDR pronto; os outros estavam muito atrasados. Os gregos também se mexiam, fazendo propostas sempre muito acima do que poderiam justificar e concretizar; por isso não eram tomados muito a sério.

Os meus telefonemas e os da Secretária de Estado para o Comissário Millan eram diários. Justificávamos que não queríamos só dinheiro, mas meios para concretizar uma estratégia que já estava definida. O Comissário manteve sempre uma posição admirável. Ouvia-nos e admirava a nossa perseverança; todavia, estava submetido a pressões de todos os lados. Em 5 de Julho a hipótese mais provável era serem-nos atribuídos 16.000 MECU, mas a nossa posição era lutar por 18.000 MECU. Eu sabia que, no final do dia, a verba situar-se-ia algures no intervalo. Ao fim da tarde já haviam sido feitas contas complicadíssimas que nos davam cerca de 17.000 MECU... Achei que era a ocasião para o Primeiro-Ministro falar ao Presidente Delors.

Lembrava-me muito de uma recomendação de um amigo meu: “Olha que Bruxelas é como a feira da Malveira! Quem não “marralha” perde! E quem não chora não mama!”...

Tudo isto era feito sempre em colaboração com o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Vítor Martins, que conhecia, como poucos, a “engrenagem” das negociações comunitárias. Telefonou-me de Bruxelas, ao fim do dia, para me fazer o ponto de situação. Em relação aos regulamentos tinha chegado a haver um acordo a onze (éramos, doze, nesse tempo), mas a Irlanda havia feito uma “chantagem” para fazer vencer a sua posição. Apesar disso, ele considerava o acordo satisfatório; mas este ainda teria de ir ao Parlamento Europeu. As nossas preocupações fundamentais haviam sido salvaguardadas. As relações de “partenariat” seriam celebradas com quem os Estados-membros quisessem e, no sector do Ambiente, deveria seguir-se a legislação que estava em vigor em cada país e não outra. As taxas de comparticipação seriam de 80% para as regiões do Objectivo 1, com a excepção das regiões ultra-periféricas em que seriam de 85%. Teria de se proceder à avaliação “ex ante” de todos os empreendimentos, segundo o que havia sido definido na Cimeira de Edimburgo (“impacto socioeconómico”). Mas eu sabia que o processo não havia ainda acabado... Haveria mais “episódios” nos dias ou nas semanas seguintes. Era preciso estar sempre em cima dos acontecimentos, apesar de toda a simpatia que afirmavam ter pelo nosso caso...

*

As coisas, em matéria de fundos comunitários, estavam quase estabilizadas, mas eu gosto de ver as coisas bem consolidadas. Tendo como pretexto o facto de já ter apresentado o nosso PDR à Assembleia da República – o primeiro nos países beneficiários – eu fui, no dia 9 de Julho, a Bruxelas para falar com o Comissário Bruce Millan. Levei comigo uma cópia, em português naturalmente, do documento e estive uma hora com ele a passar em revista todas as possíveis situações. Não me disse mais do que eu já tinha sabido, por portas travessas, mas de qualquer forma ficou formalizada a nossa posição. Ele era um homem muito decente e apreciava o esforço que estávamos a fazer. Sempre tivemos uma relação excelente com ele.

*

Em 14 de Julho desembarcou em Lisboa um conjunto de funcionários da Direcção-Geral XVI (Política Regional) que vinha tentar a sua sorte, impondo-nos regras que os tornariam indispensáveis para assegurar a concretização do 2.º QCA. Era evidente que eles não se atreveriam a fazer isso em França ou mesmo em Espanha. Mas em Portugal, pequeno país periférico, muito dependente das ajudas comunitárias, sentiam-se à vontade para nos vir dizer como tínhamos de fazer as coisas para que eles as aprovassem. Este género de coisas tem o condão de me pôr os pelos ao contrário e de reagir em conformidade. Saltava logo por cima, falando directamente com o Comissário, definindo as coisas a outro nível. Mas eles tentavam sempre fazer vencer a sua.

Nós tínhamos 16 programas operacionais. Convinha-nos que o QCA e os seus programas fossem aprovados através de uma única decisão. Mas os funcionários, capitaneados por um italiano, queriam muitos programas operacionais, muitas unidades de gestão e muitos comités de acompanhamento, onde eles, obviamente, se preparavam para se sentarem; eu era e sou um defensor convicto da aplicação do princípio da subsidiariedade; não poderia tolerar intromissões tão descaradas... Eu estava preocupado, sobretudo, com a coordenação de todos os vectores do Quadro, por razões óbvias; a divergência é que era natural; a convergência tinha de ser procurada. Quando muito eu admitia que fosse individualizado o PEDIP, porque o Ministro da Indústria havia instalado uma

coordenação própria que tinha funcionado bem e a avaliação era praticamente toda feita sectorialmente, dentro de regras definidas à partida e com avaliação posterior em que se verificava se elas tinham sido cumpridas.

Era evidente que a minha preocupação impunha definir, antecipadamente, regulamentos para todos os programas operacionais, de modo a que cada um soubesse como tinha de proceder. Por outro lado, a nossa experiência com as subvenções globais não havia sido positiva; todos se sentiam no direito de adoptar as regras que mais jeito davam ou, mais correntemente, não definir regras nenhuma. Por isso fui categórico: só haveria programas fechados com contratualização específica. Não se podia deixar confundir autonomia com indisciplina. A minha preocupação fundamental era assegurar a coordenação e poder prestar contas certas e atempadas; se isso não fosse feito meter-nos-íamos em grandes sarilhos...

*

O sector do Ambiente merecia-nos muita atenção, apesar de alguma Oposição teimar em dizer que não ligávamos à sustentabilidade do desenvolvimento. Em 15 de Julho reuni-me com os Ministros da Indústria e do Ambiente e com o Secretário de Estado dos Recursos Naturais para assegurarmos que houvesse um grande salto qualitativo no novo Quadro Comunitário de Apoio. A Secretária de Estado, como sempre, estava presente.

O caso dos resíduos tóxicos e perigosos era recorrente nas intervenções públicas de uma ala da Oposição. Havia-se tornado mesmo emblemático. E contavam-se numerosas histórias em relação às formas expeditas de os eliminar... espalhando-os... Nessa ocasião já existia, há dois anos, um concessionário cuja possível localização seria na Moita ou imediações. Já estava preparado um caderno de encargos com as contra-partidas que se teria de oferecer. O terreno escolhido era pertença conjunta das Câmaras Municipais da Moita e do Barreiro. O incinerador representava a técnica escolhida. Tínhamos de elaborar o contrato de financiamento de uma estação de tratamento de resíduos sólidos urbanos, hospitalares e industriais. Mas, em paralelo, deveria existir um sistema de incentivos às empresas para adoptarem processos amigos do ambiente de tal modo que aquela estação

só viesse a tratar os resíduos inevitáveis que deveriam ser reduzidos ao mínimo, para não inviabilizar o funcionamento da unidade de tratamento. Combinámos que o sector do ambiente disporia de um sistema de incentivos para a instalação de “despoluidores” em regime de fim de linha. O recurso a mudanças tecnológicas do processo produtivo permaneceriam sob a alçada do Ministro da Indústria. O caso da despoluição do rio Trancão não preocupava somente o Eng. Cardoso e Cunha. Todos nós queríamos vê-lo resolvido, antes da realização da EXPO’98. O pior era o número infundável de fontes de poluição. Chegámos a pensar na criação de uma empresa só para a gestão da operação...

*

O meu braço direito para o Alqueva, o Dr. Adérito Serrão, tinha ido a Bruxelas para contactos relacionados com o financiamento do empreendimento. Este reclamava uma articulação complexa entre algumas direcções-gerais e o próprio Banco Europeu de Investimento. Por isso era preciso explicar-lhes as diversas componentes do projecto. Em 21 de Julho relatou-me a reacção negativa e as posições concertadas entre a DG XI (Ambiente) e o BEI, a respeito do impacto ambiental negativo do projecto. Era evidente que não o haviam visitado nem estudado; estavam somente a reflectir uma pressão de “lobbies” que tinha tido lugar. Como não podiam opor-se frontalmente, reclamaram os mais extraordinários estudos complementares que, exigência suplementar, deveriam estar prontos ao mesmo tempo e serem integrados nos seus resultados. Tudo isso acompanhado de uma irritação que traduzia já uma posição de princípio. Tenho dito algumas vezes, nestas memórias, que a Comissão deve olhar com muita atenção para o comportamento dos representantes da sua Administração. Eles são burocratas, como quaisquer outros, que gostam muito de manifestar o seu poder e que o fazem tão mais facilmente quanto é certo que se sentem sempre protegidos, na sua acção, pelo Comissário respectivo que está, habitualmente, muito distante. O recrutamento dos seus elementos deve merecer o maior cuidado; não deveria ser permitida a passagem directa de ex-membros de gabinetes para posições destacadas na Administração, nem a transferência para funções para o exercício das quais seja aconselhável alguma preparação técnica; testemunhei casos de tradutores que passaram a exercer cargos com componentes

técnicas muito evidentes para o exercício dos quais não estavam preparados. Não chega conhecer os “corredores” da casa...

As complicações com a DG XI (ou o pretexto para implicar...) tinha a ver com o traçado dos canais de rega que acabaram por não ser feitos; hoje, a grande extensão de rega é feita por tubos enterrados. O delegado do Fundo de Coesão ainda não sabia as regras do próprio fundo!... Mas era certo que iríamos ter de arcar com o custo de um novo estudo para sossegar a DG XI.

Cuidámos da transferência dos arquivos pertinentes da Direcção-geral dos Recursos Naturais. Ainda bem que o fizemos nessa altura. Dizem-me que, hoje, ninguém se consegue mover na confusão de um arquivo não classificado como devia ser. Está ali uma boa parte da memória dos trabalhos sobre recursos hídricos em Portugal. Corre o risco de se perder, definitivamente.

Tratámos, também, da contratação do pessoal. Recomendiei que se começasse por ver o que já prestava serviço na Administração. Esse poderia ser requisitado. Só quando não existisse mesmo e fosse indispensável é que haveria disponibilidade para vir de fora.

Também tínhamos de ver o cadastro da propriedade. O Instituto Geográfico-Cadastral dispunha de elementos neste domínio mas os dados haviam sido recolhidos quase há cinquenta anos atrás. Para a preparação de algumas partes do projecto reclamava-se uma escala mais miúda. Havia uma grande parte do perímetro, cerca de 300.000 hectares, para a qual se precisava de cartas 1:5.000 e com curvas de nível de 2 em 2 metros. A actualização e completamento da informação estavam estimados em 100.000 contos. Mas, depois, para cerca dos 100.000 hectares haveria a necessidade de dispor de cartas de 1:2.000. Tinha que se atender a todas estas exigências do trabalho preparatório.

*

No dia 22 de Julho tive uma reunião com o Ministro da Indústria, a Secretária de Estado do Planeamento e três representantes: um da CIP, outro da Associação Industrial Portuguesa e outro da Associação Industrial Portuense. O tema era o PDR (Plano de Desenvolvimento Regional) e a Indústria. Eu comecei por relembrao o conteúdo das medidas previstas e que eles já conheciam, nomeadamente através

da apresentação e discussão que já tinha ocorrido no Conselho Económico e Social. Posto isto, passámos a ouvi-los.

Começou o presidente da CIP. O PDR cobria todo o território nacional; por isso se impunha que fosse articulado com a actual política macro-económica que deveria ser repensada. Tinha de haver um balanço entre as despesas públicas e os dinheiros orientáveis para o sector privado. A Administração Pública reclamava uma reformulação profunda; o alívio do pessoal excedentário já deveria ter ocorrido; teria sido mais fácil fazê-lo em 1987/88, mas agora era inadiável o seu redimensionamento; os ministérios estavam a adiar a aplicação da lei dos disponíveis. Era necessário fazer baixar a taxa de juro; mas se o défice aumentasse isso não seria possível. O acordo de rendimentos alcançado fornecia as bases para a elaboração do OE 94. Não era fácil discernir no PDR o que era sectorial ou regional. Havia coisas de rentabilidade duvidosa como o Aeroporto da Madeira ou o aproveitamento do Alqueva; era evidente que os gabinetes de engenharia o que queriam era que as obras se fizessem. (Todas estas observações faziam-me pensar que, na realidade as decisões políticas tinham de ser tomadas por políticos; um tecnocrata ou uma parte interessada e concorrente não é capaz de valorar as componentes intangíveis de um projecto; como a dimensão da insegurança, num aeroporto, ou o abandono eventual de uma parte do país...). Tínhamos de nos aplicar na definição de formas inovadoras de financiamento do sector produtivo. Não se deveria olhar para as empresas como se elas fossem instituições de solidariedade social.

O presidente da Associação Industrial Portuense recomendou que se olhasse para cada empresa julgando-a no “seu histórico”; não se poderia dar indemnizações a quem não as merecesse. Também manifestou-se a respeito das indemnizações; até 6 meses elas teriam de ser dadas pelas próprias empresas; para períodos maiores deveriam intervir os fundos públicos.

Houve recomendações em relação: ao absentismo; à qualidade dos projectos apresentados; à importância da qualidade, da gestão, admitindo mesmo a possibilidade de intervir, no caso de ela não ser satisfatória; a possibilidade de “hospitalização” temporária das empresas que seriam devolvidas depois de “saradas” nas suas mo-

léstias, etc. Um deles achava que a via do capital de risco não era muito segura, porque ele tinha tendência para ser maioritário. Vieram depois os temas recorrentes: o fisco, a segurança social, o custo da energia, a lentidão do processo falimentar... E, naturalmente, a necessidade de haver sempre mais participação.

Suponho que, em nenhuma ocasião anterior, tivesse havido tanta informação e tanta participação como na preparação do PDR 1994 – 2000!

*

No dia 23 de Julho tive a informação de que a posição do Comissário Bruce Millan tinha vencido numa reunião do Colégio de Comissários. A atribuição das ajudas seria feita dentro das “fourchettes” já definidas e a fixação final seria da responsabilidade do Comissário e feita em Setembro. Isso era bom para nós. Mas, à cautela, decidi que se deveria manter a pressão enquanto a deliberação final não fosse tomada.

*

A preparação do PIDDAC, além dos meus contactos com os Colegas, reclamava sempre reuniões variadas nas quais eu informava o Primeiro-Ministro sobre o montante global, dos diferenciais dos pedidos em relação aos anos anteriores, da capacidade de execução de cada sector e de outros elementos que facilitavam uma tomada de decisão que eu deveria depois ir preparando, na sua implementação.

Antes de férias, ele tinha de ficar pronto. Se houvesse qualquer retoque este poderia ser feito até 15 de Outubro, mas isso já seria o “fine-tuning”. As grandes linhas ficariam traçadas em Julho. Importava sempre articular as despesas de investimento com as despesas correntes que as primeiras iriam gerar.

Deveríamos reduzir o número de escolas a construir, especialmente das (C+S) que eram caras. Nessa ocasião havia, em Portugal, cerca de 15.000 escolas com menos de dez alunos! A construção de novos hospitais faria agravar enormemente as despesas correntes; deveríamos dar preferência à melhoria das instalações já existentes. No sector do Ambiente havia numerosíssimas iniciativas mas a taxa de execução das que vinham de anos anteriores aconselhava a ser-se prudente, insistindo na sua conclusão. Era urgente aprovar a legislação que já tinha tido uma primeira apreciação sobre condomínios, licenciamentos, loteamentos, etc.;

isso teria de ser feito ainda em Agosto. Eu deveria elaborar um texto sobre a transparência da Administração no qual fossem fixados os critérios de indemnização para as expropriações, assunto que suscitava sempre alguma celeuma, por serem invocados conluios diversos entre avaliadores, juízes, autarcas e outros agentes. Deveriam ser publicados os valores médios das expropriações feitas recentemente no território à volta dos terrenos que estavam em causa. Em relação aos avaliadores tinha de haver cautelas suplementares; convinha que a sua designação fosse feita aleatoriamente; não deveria haver listas que indiciassem uma sequência da sua nomeação, etc.

O Algarve suscitava sempre muitos comentários. E, todavia, nós havíamos tomado numerosas iniciativas disciplinadoras da ocupação do solo. Convinha que o público as conhecesse e a ocasião, antes de Agosto, parecia oportuna para as divulgar em conjunto.

*

Eu continuava a ouvir o Eng. Faria Ferreira, a respeito dos recursos hídricos e de Alqueva, além das negociações com Espanha, neste sector. A reunião da parte portuguesa da Comissão Mista havia corrido bem. O documento preparado era correcto e poderia ir-se com ele, com confiança, para a dita reunião. Aconselhou a que se mandasse previamente o papel aos Espanhóis, porque era certo que eles não haviam preparado nada; dessa forma adiantar-se-ia a reunião. O ponto fundamental, para nós, era gerir em conjunto as bacias comuns. Só se justificava fazer “transvases” quando a água fosse sobranante em determinada bacia; de outra forma estar-se-ia a prejudicar aquela que cederia água. Mas o plano espanhol estava cheio de “intrusões”, porque havia bacias que precisavam de água para rega e não a tinham; a tentação de a ir buscar aos rios mistos era enorme; nós sabíamos que os caudais do Tejo em Portugal estavam a diminuir apreciavelmente; as águas eram obviamente desviadas para outro lado.

Falámos também da situação interna. O Paiva e o Vouga poderiam dispor de um reservatório comum nas cabeceiras. Seria uma novidade interessante.

Os Autarcas do Vale do Tejo, uma vez e outra, falavam na navegabilidade do rio. Ele seria navegável até Belver, mas precisava da construção da barragem de Al-

mourol e de uma outra a montante de Santarém, esta última para criar um plano de água só para a navegação. Mas não havia actividade económica a montante que justificasse tão grande investimento. Não tenho ouvido, nos últimos tempos, nenhuma insistência a esse respeito. Quem teve, primeiro, a ambição da navegabilidade do Tejo foi Felipe II que queria assegurá-la até Toledo!... Teria sido melhor pôr a capital em Lisboa!...

*

A votação do PDR, no CES, seria no dia 30 de Julho. Era preciso assegurar, também, que o parecer da ANMP viesse. As negociações em Bruxelas só começariam em Setembro de 1993, mas, em Agosto, já teríamos peritos em Lisboa; para os receber era preciso que estivessem disponíveis os membros do Observatório. Dado tratar-se de um mês de férias, tornava-se necessário ver quem estaria em Lisboa nessa ocasião e combinar com os técnicos da Administração Comunitária. Seria um fracasso que eles viessem e não tivessem as pessoas certas para os receber. Eu não gostaria nada de passar por esse vexame.

*

Ainda houve uma última sessão de afinação do PIDDAC, em 29 de Julho. Eram já quase aspectos de pormenor.

O Ministro do Comércio adiará as campanhas de imagem; eram 2,3 milhões de contos de poupança. O da Educação protestava, porque não se conseguiria encaixar nos limites que lhe foram dados e que considerava estreitos. O das Finanças sublinhava a margem rigorosa a que se teriam de confinar as despesas correntes; chamou a atenção para a importância da cláusula da reserva de convergência. O Ministro-adjunto estava surpreendido com o corte que havia tido de 250.000 contos; sem eles não lhe era possível lançar nenhuma obra nova. O das Obras Públicas discordava da cláusula de convergência em relação ao investimento; era um mau sistema em que não se poupava; mas esse não representava o objectivo; este visava aplicar todos os meios disponíveis, nomeadamente os que não se fossem gastar por outros. O do Emprego referiu que o grande investimento na Educação iria ter lu-

gar na formação profissional. E alguns outros referiram que não estavam satisfeitos mas que se acomodariam dentro das verbas que lhes foram atribuídas.

O Ministério do Emprego e Segurança Social disse que deveríamos apreciar o PIDDAC e o OE em conjunto. A aprovação do PIDDAC, tal como estava, permitiria lançar novas obras mas não proceder, simultaneamente, ao aumento das pensões; as próprias reformas teriam de ser atrasadas.

Assim foi encerrado o PIDDAC 94 que poderia ser incorporado no Orçamento.

*

Não se pense que a vinda dos Chineses para Portugal é dos dias de hoje (2016). Já em 16 de Agosto de 1993, a Secretária de Estado me dava nota da visita de uma missão chinesa que queria estabelecer uma fábrica em Castelo Branco. Eu sabia das diligências repetidas do Presidente da Câmara, César Vila-Franca, que sempre havia mostrado ser favorável a esse investimento. Mas, dessa vez, vieram mesmo. Suponho que sem resultados. Mas, de qualquer forma, foram a Castelo Branco e informaram-se, minuciosamente, sobre os incentivos com que poderiam contar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. VOLUME 7/12

CAPÍTULO XXVI

- (1) **FILON, François** (2015). *Faire*. Paris: Albin Michel.
- (2) **OLIVEIRA, César de** (1987). *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal .
- (3) **OLIVEIRA, César de** (1993). *Os Anos Decisivos. Portugal 1962 – 1985*. Lisboa: Editorial Presença.
- (4) **OLIVEIRA, César de** (1996). *História dos Municípios e do Poder Local (Dos finais da Idade Média até à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- (5) **PORTER, Michael E.** (1990). *A Vantagem Competitiva das Nações*. Lisboa.

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

A maior parte das fotografias reproduzidas pertencem à coleção do autor. Outras, porém, foram graciosamente cedidas por pessoas ou entidades a quem agradecemos a especial atenção com que o fizeram. São estas as seguintes:

AEP. Associação Empresarial de Portugal – ANA. Aeroportos da Madeira – ANMP. Associação Nacional de Municípios Portugueses – Associação Comercial do Porto/ Palácio da Bolsa – Câmara Municipal de Tavira – Câmara Municipal do Porto – CCDRN. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – CITEVE. Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário – Confraria dos Enófilos do Dão – Contemporânea, Lda. Ateliê de Arquitetura – DGADR. Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – Direção Regional de Cultura do Alentejo/ Pousada do Crato – EDIA. Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. – EXPONOR. Feira Internacional do Porto – Fernando Guerra – Fundação de Serralves – Jorge Dias – IBET. Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica – INA. Instituto Nacional de Administração – Laura Soutinho – LIPOR. Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto – Museu dos Transportes e Comunicações – Museu Nacional de Etnologia – RISCO. Ateliê de Arquitetura e Desenho Urban – TAGUSPARK – Universidade do Porto – UTAD. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Volkswagen Autoeuropa.

PLANO GERAL DA OBRA

VOLUME 1 – INTRODUÇÃO E CAPÍTULOS I A IX

CAP. I / INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA;

CAP. II / A UNIVERSIDADE;

CAP. III / O SERVIÇO MILITAR;

CAP. IV / OS PRIMEIROS TEMPOS DE DOCENTE;

CAP. V / OS TEMPOS DA HOLANDA;

CAP. VI / OS TEMPOS DE LONDRES;

CAP. VII / O REGRESSO AO PORTO;

CAP. VIII / O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA;

CAP. IX / NOVO REGRESSO AO PORTO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 2 – CAPÍTULOS X A XIV

CAP. X / A IDA PARA O MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO;

CAP. XI / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1985-87);

CAP. XII / A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL;

CAP. XIII / O AMBIENTE E OS RECURSOS NATURAIS NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL;

CAP. XIV / A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 3 – CAPÍTULOS XV E XVI

CAP. XV / NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1987-1989)

CAP. XVI / A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA PRIMEIRA METADE

DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 4 – CAPÍTULOS XVII A XX

CAP. XVII / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PRIMEIRA METADE

DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1987-1989)

CAP. XVIII / O AMBIENTE E OS RECURSOS NATURAIS NO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XIX / A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XX / A SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 5 – CAPÍTULOS XXI A XXIII

CAP. XXI / ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA SEGUNDA METADE

DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1989-1991)

CAP. XXII / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA SEGUNDA METADE

DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XXIII / A CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 6 – CAPÍTULO XXIV

CAP. XXIV / NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 7 – CAPÍTULOS XXV E XXVI

CAP. XXV / A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA PRIMEIRA METADE

DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

CAP. XXVI / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PRIMEIRA METADE

DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 8 – CAPÍTULOS XXVII E XXVIII

CAP. XX/ A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

CAP. XX/ NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1993-1995)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 9 – CAPÍTULOS XXIX E XXX

CAP. XXIX/ A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

CAP. XXX/ O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 10 – CAPÍTULOS XXXI A XXXV

CAP. XXXI/ A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1993-1995)

CAP. XXXII/ UM NOVO REGRESSO AO PORTO

CAP. XXXIII/ O “CAVAQUISMO”

CAP. XXXIV/ A REGIONALIZAÇÃO

CAP. XXXV/ A PREPARAÇÃO DO PROGRAMA ELEITORAL DO PSD PARA AS ELEIÇÕES DE 1995

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 11 – CAPÍTULOS XXXVI E XXXIX

CAP. XXXVI/ NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (DE ABRIL DE 2002 A ABRIL DE 2003)

CAP. XXXVII/ AS OBRAS PÚBLICAS NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XXXVIII/ OS TRANSPORTES NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XXXIX/ A HABITAÇÃO NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 12 – CAPÍTULOS XL A XLIX

CAP. XL/ O ÚLTIMO REGRESSO AO PORTO

CAP. XLI/ A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

CAP. XLII/ AS AUTO-ESTRADAS DO MAR

CAP. XLIII/ AS VIAGENS

CAP. XLIV/ A BIBLIOFILIA

CAP. XLV/ A MINHA ACTIVIDADE COMO EDITOR

CAP. XLVI/ COMEMORAÇÕES, EVOCAÇÕES, EXPOSIÇÕES E CONFERÊNCIAS

CAP. XLVII/ ALGUMAS PESSOAS NOTÁVEIS QUE CONHECI

CAP. XLVIII/ GENTE SEM A QUAL EU PASSO BEM

CAP. XLIX/ CONTRARIEDADES E INSUCESSOS

CODA

POSFÁCIO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ÚLTIMA NOTA

AGRADECIMENTOS

UM DEPOIMENTO

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Trilhos. Memórias.
Por vezes, quase um diário.
(VOLUME 7 DE 12)

DESIGN E COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rui Mendonça

TEXTO

Luís Valente de Oliveira

REVISÃO DO TEXTO

Norma Pott

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Greca Artes Gráficas

DEPÓSITO LEGAL 00000/22

ISBN 978-972-8961-17-6

DATA 09/2022

EDIÇÃO

Edições Gémeo
Rua da Reboleira, 49
4050-492 Porto



AS EDIÇÕES GÉMEO
MANIFESTAM O SEU RECONHECIMENTO
A TODAS AS PERSONALIDADES E INSTITUIÇÕES
QUE CONTRIBUÍRAM PARA A EDIÇÃO
DESTE DOCUMENTO.

VOLUME 7/12 CONTINUA

Este documento faz parte de uma obra composta por doze volumes, não devendo qualquer um deles ser entendido autonomamente. É possível consultar no final de cada um o Plano Geral da Obra.

Existe, também, uma edição limitada em suporte digital com embalagem especial em madeira (gentilmente produzido pela SPSS).

A obra completa em suporte digital e de papel está alojada na Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

OBRA COMPLETA (12 VOLUMES)

<https://doi.org/10.24840/978-972-8961-17-6>

VOLUME 7

https://doi.org/10.24840/978-972-8961-17-6_07

